REVISTA DO PATRIMÔNIO

Histórico e Artístico Nacional

Nº 22/1987

A IMPRESSÃO DESTE NÚMERO FOI PATROCINADA PELO
GRUPO EMPRESARIAL ENGEFAB/AÇOS PAVUNA

REVISTA DO PATRIMÔNIO

Nº 22/1987

Concebido e elaborado no quadro do cinqüentenário, transcorrido em 1987, da criação do Serviço, hoje Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, este número da *Revista do Patrimônio* abre suas páginas para o debate acerca do papel e do desempenho do órgão federal de preservação do patrimônio cultural do país. O objetivo é possibilitar, através da pluralidade de enfoques e opiniões, uma avaliação do que foi feito ao longo de meio século e, também, a formulação de proposições prospectivas de rumos.

R-19
709.81
R454
ex.1

Julgou-se pertinente fazer preceder o debate sobre preservação de um outro que está permanentemente na ordem do dia: a relação entre Estado e Cultura, tema sugestivo e carregado de nuances, sobre o qual discorrem alguns nomes expressivos da intelectualidade brasileira militante da área das ciências humanas.

O debate acerca da preservação aglutina especialistas e técnicos de diversos setores da SPHAN/Pró-Memória e de instituições congêneres dos estados e municípios, assim como estudiosos que enfocam essa temática no nível da especulação teórica.

Este número contém, assim, no plano da problemática geral de preservação, artigos e ensaios voltados para a investigação de conceitos e metodologias.

A prática institucional, por sua vez, suscita um conjunto de questões que, distribuídas em vários tópicos, vão da discussão do instituto legal do tombamento à ação preservadora desenvolvida pela SPHAN/Pró-Memória, como a conservação e/ou restauração do patrimônio edificado (imóveis tombados isoladamente, núcleos urbanos e centros históricos protegidos, tratamento dos entornos dos bens tombados) e dos bens móveis inscritos nos Livros do Tombo, passando pela função dos inventários na preservação, pela abordagem de questões relacionadas com o patrimônio natural, o patrimônio arqueológico, os acervos museais, os acervos bibliográficos e arquivísticos, e os temas inerentes à inserção do trabalho de preservação na dinâmica sócio-cultural.

REVISTA DO PATRIMÔNIO

Histórico e Artístico Nacional

Nº 22/1987

A *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* é uma publicação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura, editada pela Assessoria de Comunicação Social da Fundação Nacional Pró-Memória.

Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória: Oswaldo José de Campos Mello.

Assessora de Comunicação Social: Ivonne Felman da Cunha Rêgo.

Redação: José Laurenio de Melo (editor), Julio Bandeira e Luiz Fernando P.N. Franco (editores assistentes) e Regina Clara Simões Lopes (secretária executiva).

Projeto gráfico: Victor Burton.

Arte: Elayne Fonseca Fernandes.

Revisão: José Bernardino Cotta de Magalhães Vieira e Sylvio Clemente da Motta.

Fotografia: Eduardo Mello.

Administração: Mario Sérgio Rosado Ventura.

Colaborações: José Américo Motta Pessanha (coordenador do Núcleo de Editoração da Fundação Nacional Pró-Memória), Denise Taveira do Couto (secretária do Núcleo de Editoração), Cristina Barbosa (paginação), Margareth Mee (aquarelas), Malena Barretto (desenhos).

Composição: Lídio Ferreira Júnior Artes Gráficas e Editora Ltda.

Arte-final: Microcompo Sistema de Fotocomposição Ltda.

Fotolitos: Estúdio Gráfico Reprocolor Ltda.

Impressão: Imprinta.

Redação, administração e correspondência: Av. Rio Branco, 46, 4º andar, Rio de Janeiro, RJ. CEP 20.090; Tel.: 233-7663.

Os artigos publicados na *Revista do Patrimônio* são autorais, não refletindo necessariamente a posição da SPHAN ou da Fundação Nacional Pró-Memória.

SUMÁRIO

ESTADO E CULTURA

Concepção oficial de cultura e processo cultural
Gabriel Cohn 7

O Estado e os problemas da política cultural no Brasil de hoje
Leandro Konder 11

O Estado e a cultura
Luiz Costa Lima 18

Da história como memória da nação à história enquanto crítica da memória nacional
Guilherme Pereira das Neves 22

A propósito de política cultural
Regina Clara Simões Lopes 26

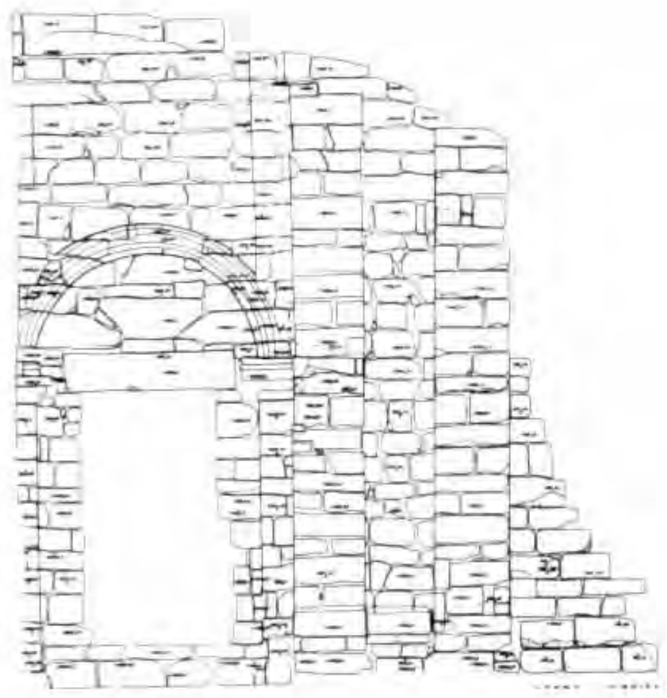
Cultura popular
Octavio Ianni 30

Lei Sarney: desafio à competência
Maria Ignez Mantovani Franco 33



SPHAN: resumo cronológico 34

Pronunciamento do Ministro Celso Furtado 35



PRESERVAÇÃO

PROBLEMÁTICA GERAL

Restaura-se o Patrimônio
Angelo Oswaldo de Araújo Santos 37

Patrimônio interior
Antonio Candido 40

O Paço ou o povo: uma visão possível do cinqüentenário
Olympio Serra 42

SPHAN: refrigério da cultura oficial
Sergio Miceli 44

Documentos históricos, documentos de cultura
Antonio Augusto Arantes 48

Cultura na veia, saudade em lata (por uma crítica da economia do espírito)
Luiz Fernando P.N. Franco 56

SUMÁRIO

TOMBAMENTO

Mesa-redonda: Tombamento
Dina Lerner, Dora Alcântara, Lúcia Helena de Oliveira Fontes, Maria das Graças Spencer Coelho e Sônia Rabelo *69*

Algumas divagações sobre o conceito de tombamento
Roberto Marinho de Azevedo *80*

Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro
Paulo Ormindo de Azevedo *82*

Inventário nacional dos bens imóveis tombados: instrumento para uma proteção eficaz
Maria Tarcila Guedes *86*

PATRIMÔNIO EDIFICADO

Mesa-redonda: Patrimônio edificado I: conservação/restauração
Antônio Pedro Alcântara, Augusto Silva Telles, Carlos Alberto Reis Campos, Lia Motta e Rodrigo Andrade *90*

Carta de Veneza: carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios *106*

A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios
Lia Motta *108*

Mesa-redonda: Patrimônio edificado II: sítios históricos/núcleos urbanos/entorno
Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Fernanda Colagrossi, Jurema Kopke Eis Arnaut, Luiz Fernando Franco e Vera Bosi *123*

Participação e pesquisa na preservação do patrimônio cultural
Vera Bosi *138*



BENS MÓVEIS

A defesa do patrimônio cultural móvel
Lygia Martins Costa *145*

Restauração de bens móveis e integrados: 40 anos
Orlando Ramos Filho *154*

Teatro da memória
Maria de Lourdes Parreiras Horta *158*

Patrimônio bibliográfico e a problemática das bibliotecas nacionais
Jannice Monte-Mór *163*

Mesa-redonda: Acervos arquivísticos
Gilson Antunes, Jaelson Bitran Trindade, José Maria Jardim e René Armand Dreifuss *171*

Proteção do patrimônio documental: tutela ou cooperação?
Sydney Sérgio Fernandes Solis e Vivien Ishaq *186*

O desafio da indexação nos arquivos permanentes textuais
Helena Dodd Ferrez, Jerusa Gonçalves de Araújo e Rosely Curi Rondinelli *191*

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Mesa-redonda: Patrimônio arqueológico
Maria da Conceição de M.C. Beltrão, Maria Elisa Solá, Paulo Junqueira, Regina Coeli Pinheiro da Silva e Ulpiano T. Bezerra de Meneses *193*

Para uma política arqueológica da SPHAN
Ulpiano T. Bezerra de Meneses *206*

Sobre a preservação dos sítios arqueológicos brasileiros
Regina Coeli Pinheiro da Silva *210*

Fazer arqueologia: resgatar memórias
Edna June Morley *212*

Conservação arqueológica
Wanda Martins Lorêdo *215*



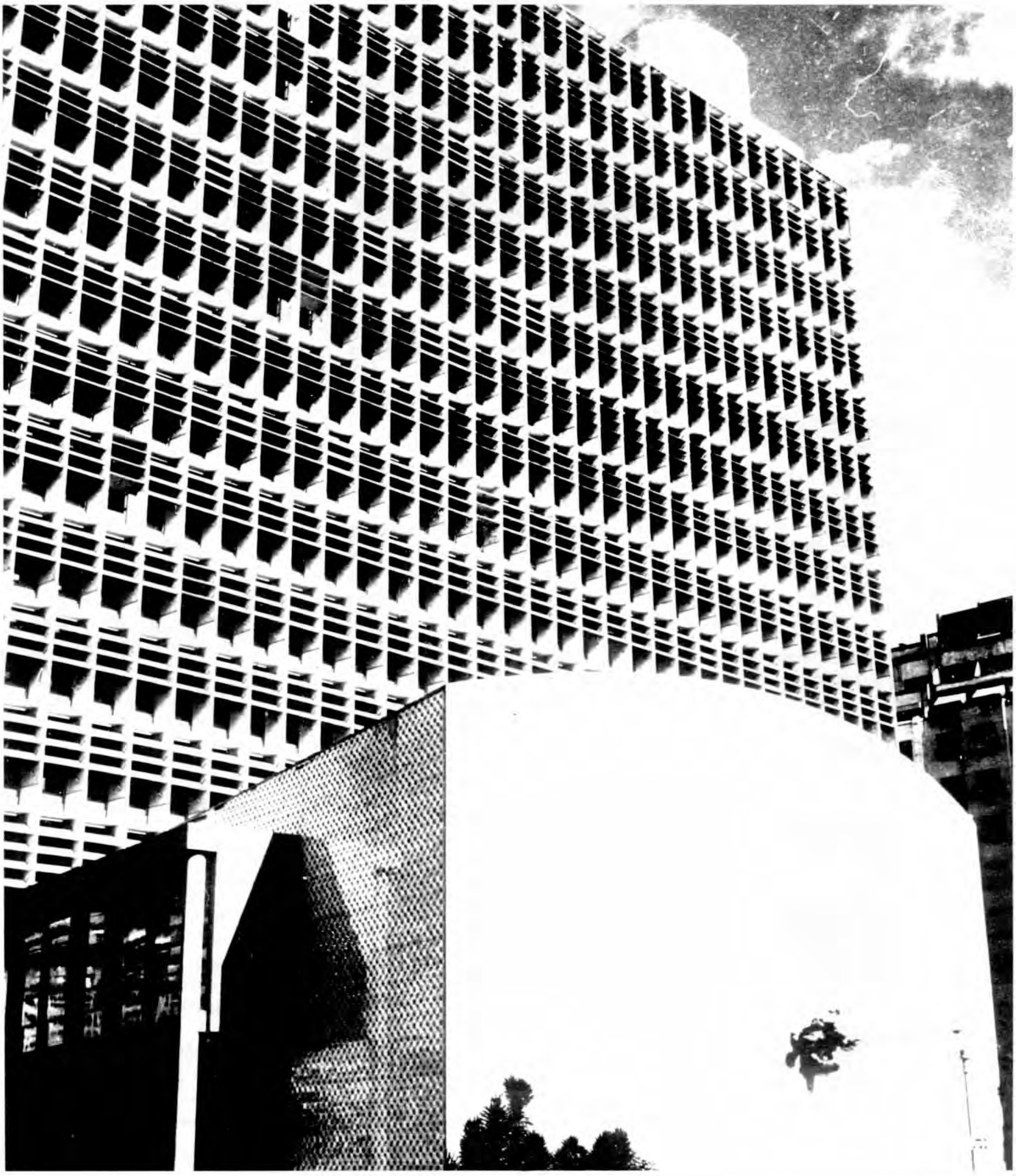
PATRIMÔNIO NATURAL

Mesa-redonda: Patrimônio natural
Aziz Ab'Sáber, Ibsen Câmara, José Lutzenberger, José Tabacow e William Rodrigues *217*

A natureza no patrimônio cultural do Brasil
Carlos Alberto Ribeiro de Xavier *233*

Ambiente e culturas: equilíbrio e ruptura no espaço geográfico ora chamado Brasil
Aziz Ab'Sáber *236*

Estado e Cultura



CONCEPÇÃO OFICIAL DE CULTURA E PROCESSO CULTURAL

GABRIEL COHN

A expressão ''concepção oficial de cultura'' será aqui usada de modo descritivo, mas, conforme se buscará explicitar nas considerações finais, também num registro crítico. Do ponto de vista descritivo o termo refere-se a uma concepção de cultura de caráter unitário e globalizador, orientada para a referência à sociedade nacional, com respaldo institucional em órgãos do Estado e inspiradora de políticas culturais específicas. O período de referência para as presentes considerações é a década 1975-1985.

O mais ligeiro exame do modo como se exprimem nas instâncias oficiais a natureza e os problemas da cultura no Brasil nesse período revela a persistência de certos temas e formulações básicas, a despeito das mudanças políticas ocorridas. Um segundo exame evidencia redefinições desses mesmos termos, que permitem reconstruir uma trajetória digna de nota.

A tendência mais geral nas redefinições da concepção oficial de cultura no período pode ser formulado desde logo nos seguintes termos: parte-se, em meados da década de 70 (nas gestões Jarbas Passarinho e Ney Braga no MEC) de uma concepção de cultura como ''somatória das criações do homem', vale dizer, como herança e patrimônio, para acrescentar que essa somatória se dá no processo de criação do próprio homem, com o que se introduz um componente ''humanista'' ainda abstrato, que constituirá um dos temas básicos a serem reelaborados ao longo do período. Já no final da década de 70 (na gestão Eduardo Portella no MEC) a ênfase recairá sobre a cultura como modo de ser, como vivência de determinadas parcelas da sociedade. Mais recentemente (já na vigência do Ministério da Cultura, na gestão Aluísio Pimenta) passa-se a vê-la em seu papel de resistência à dominação hegemônica. Finalmente, na etapa mais recente (nas formulações de Celso Furtado) realça-se a sua condição de fonte de criatividade. Percorrem-se, assim, quatro estágios fundamentais: o primeiro, marcado por uma concepção *humanista abstrata* da cultura, relativa à criação do homem em geral e da expressão disso no contexto nacional brasileiro; o segundo, marcado por uma concepção *existencial*, relativa ao modo de ser, à vivência de segmentos específicos da população; o terceiro, em que se enfatiza a dimensão *política* do processo cultural, no âmbito da diversidade das formas de vida social, concebendo-a no seu potencial de resistência e conflito; e o quarto, que a concebe como *potencial de criatividade* simbólica dos variados segmentos da população.

Essas concepções gerais, ainda abstratas quando expressas de maneira tão sumária, são entretanto inseparáveis de propostas mais específicas relativas aos portadores efetivos do processo cultural, até porque só ganham sentido na formulação de diretrizes práticas pelas instâncias oficiais, vale dizer, em políticas culturais. E aqui manifesta-se uma constante em todas as concepções: o seu ímpeto ''antielitista'', que conduz à preocupação com a ''democratização da cultura'', presente em todos os documentos relevantes, independentemente dos contextos políticos da sua formulação. A diferença básica neste ponto consiste no sentido que se atribui a essa democratização. Se em meados da década de 70 se tratava de promover a integração nacional pela difusão de uma produção cultural vista como unitária entre uma população que deveria ser colocada à altura de recebê-la mediante a educação, mais adiante a preocupação maior será com a diversidade das formas e experiências culturais numa sociedade marcadamente estratificada e excludente. Isso fica nítido nas propostas da gestão Portella, quando se enfatizaria a necessidade de inverter-se o caminho até então percorrido, da oferta a partir do centro para a periferia, e ganha sua expressão mais acabada no programa de trabalho da gestão Aluísio Pimenta no recém-criado Ministério da Cultura, no qual o estímulo à diversidade cultural e o combate à ''degradação'' da cultura pela massificação e pelas imposições do mercado são elementos de realce. A palavra de ordem, então, era a ''descolonização'' da cultura, com a possibilidade da formulação de políticas culturais plurais que isso implica. Mas a ênfase na democratização ia mais longe, afetando a própria definição dos portadores básicos do processo cultural. Se em meados da década de 70 retomava-se o velho tema conservador do respeito à ''espontaneidade da criação popular'', isso seria redefinido no final da década em nome de um compromisso com os segmentos mais pobres da sociedade. Daí a concepção de cultura como vinculada às ''formas de sobrevivência'' dessas populações, como algo que se inscreve diretamente na sua experiência de vida, enquanto expressão das suas exigências prioritárias e não como excedente em relação a elas. Naquele momento o antielitismo conservador de antes convertia-se em algo com marcadas tonalidades populistas, pelo trânsito da ênfase na idéia de unidade nacional para

Gabriel Cohn, professor titular de Sociologia do Departamento de Ciência Política da USP, é autor de *Sociologia da comunicação. Teoria e ideologia*.

a ênfase na idéia de povo. Formulação expressiva nesse mesmo sentido é a do primeiro ocupante do Ministério da Cultura, José Aparecido de Oliveira, ao sustentar que os planos do novo Ministério "vão mesmo emergir dos que criam, produzem ou consomem cultura — sem nenhuma índole autoritária. É preciso dizer que nós voltamos ao tempo de respeitar e reconhecer que o povo é o protagonista da história".

No que diz respeito ao desdobramento das concepções de cultura em propostas de políticas culturais, o elemento constante em todas as formulações ao longo do período considerado é a subordinação da política cultural à política social. Assiste-se a uma gradativa "socialização" e a uma "politização" da própria idéia de cultura. Seria equivocado supor que essas tendências fossem exclusivas das manifestações oriundas de fontes oficiais. Pelo contrário, elas são vigorosamente reforçadas pelas manifestações que se multiplicam em várias áreas da sociedade, no novo quadro que se ia criando, de interação entre os órgãos do Estado e interesses civis. Um dos documentos mais significativos nesse contexto é o manifesto que "trabalhadores em entidades culturais e representantes de entidades e associações civis" elaboraram no início de 1985, com propostas para o recém-criado Ministério da Cultura, no sentido de reivindicar desse órgão o compromisso de "contribuir fundamentalmente para que o processo de democratização do país se concretize em todos os níveis de sua atuação". O documento, que incluía entre seus signatários o futuro Ministro da Cultura, Celso Furtado, reclamava, a certa altura, "que a cultura seja amplamente concebida como um processo decorrente dos diversos modos de agir e de pensar da sociedade brasileira. Assim, a política cultural não deverá restringir sua atenção somente a determinadas expressões da cultura, mas estender suas preocupações a aspectos fundamentais desse processo, como, por exemplo: saúde, educação, acesso e uso do solo, trabalho, habitação, etc.". Neste passo o processo de socialização e politização da concepção de cultura atinge o seu ápice. Não somente a cultura é entendida como mera derivação de modos de agir e de pensar, que supostamente a antecedem, como a anterior subordinação da política cultural à política social converte-se numa verdadeira simbiose, ou mesmo se dá sua plena inversão. Por rígidas que sejam essas formulações, a idéia nelas implícita, de que o processo cultural não pode ser pensado isoladamente nem pode ser convertido em objeto pontual de gestão, é no entanto da maior importância. Ela suscita a questão decisiva da articulação entre a cultura e os demais processos básicos na sociedade, tomados na dimensão cultural que lhes é inerente. Desenha-se aqui, sob o signo da democratização, uma concepção ampla de cultura que, se bem entendida, a retira do nicho em que o pensamento e a prática conservadores insistem em confiná-la, para que ela possa ser considerada no conjunto das suas relações no interior da sociedade. Por outro lado, é evidente o viés instrumental da concepção de cultura e de política cultural envolvida nessas formulações, com o que se coloca o problema sempre presente, da especificidade do processo cultural — problema cujo desdobramento prático, neste contexto, é: para que um Ministério da Cultura?

"Essa mescla de apologia da modernidade com temas conservadores exprime bem os dilemas que atravessam as concepções oficiais de cultura no Brasil."

Uma resposta eminentemente política a esta questão, e inteiramente compatível com a posição que acabamos de ver, é dada em documento semelhante ao anterior mas já de caráter para-oficial, porque resultado de Seminário organizado pelo próprio Ministério da Cultura em agosto de 1985, que reuniu representantes de diversos setores da sociedade. Nele reserva-se para o Ministério o papel de "*lobby* pela democratização geral do país, buscando influir sobre outros ministérios — tendo em vista que seu papel, por definição, é o de gerador e sustentador da nova perspectiva política inaugurada com a Nova República".

A tendência geral dessas concepções é nítida: propostas importantes do ponto de vista político e social são feitas em nome da política cultural, mas a cultura mesma vai-se tornando evanescente ao longo da argumentação, ao oscilar entre concepções tão amplas, ao ponto de a privarem de todo conteúdo, ou tão restritivas que a fixam como elemento subordinado a instâncias sociais particulares.

A tendência no sentido de uma concepção de cultura que a vincula intrinsecamente aos processos sociais e políticos encontra sua expressão mais sofisticada, entre os intelectuais vinculados à gestão cultural, em Celso Furtado, tanto em seus escritos anteriores à sua condição de Ministro da Cultura quanto nas suas manifestações oficiais mais recentes. Nele ressurge uma preocupação que, em registro diverso, também está presente nas formulações oficiais de meados da década de 70, na qual se associa a questão da cultura à questão do desenvolvimento. Abre-se por essa via o caminho para pensar-se a cultura como associada não só aos processos sociais e políticos mas também aos processos econômicos. A questão básica nesse campo, tal como ele a enuncia no seu texto de 1984 sobre "Desenvolvimento e Cultura" (a ordem dos termos é significativa), consiste em "indagar as relações que existam entre a cultura como sistema de valores e o processo de desenvolvimento das forças produtivas, entre a lógica dos fins, que rege a cultura, e a dos meios, razão instrumental inerente à acumulação". A cultura, portanto, é concebida nesse ponto como sistema de valores regido pela lógica dos fins. Trata-se de formulação bastante clássica, mas a ênfase está no caráter dinâmico do sistema: sua característica básica é a criatividade, e é nisso que a cultura desempenha papel decisivo. A questão que se coloca então é a da articulação entre a inserção dos sujeitos num patrimônio simbólico e a ruptura inerente ao ato criador próprio ao processo cultural. Daí a ênfase de Furtado, já ministro, numa política cultural voltada

para a abertura de espaços para a criatividade.

A preocupação prática com questões de política cultural induz Furtado a formular uma concepção mais restrita de cultura, que contrasta com a anterior por incluir precisamente o caráter instrumental que a atenção à ''lógica dos fins'' antes lhe negava. Nessa concepção a cultura é pensada como ''o fruto dos esforços que realizam os homens para melhorar sua qualidade de vida'', conforme a define, ''para os fins deste Ministério'', a exposição de motivos do decreto que define a estrutura imprimida por ele ao Ministério da Cultura. Essa formulação tem alguma afinidade com a elaborada no MEC durante a gestão Portella, ao explicitar a dimensão cultural envolvida no cotidiano dos homens — de todos os homens e não apenas dos identificados como produtores culturais — mas distingue-se claramente dela ao enfatizar a dimensão *prática* desse processo no lugar da preocupação de Portella com a sua dimensão existencial, centrada nos modos de ser e nas formas de experiência. Trata-se de concepção engenhosa porque permite dar primazia, num primeiro momento, às atividades ligadas ao trabalho em relação ao uso de um lazer desigualmente distribuído, mas é suficientemente ampla para abranger também as formas mais sofisticadas de criação cultural, dada a elasticidade da noção de ''qualidade de vida''. Nessas condições abre-se o caminho para associar a cultura ao desenvolvimento e para conceber as reivindicações democráticas da perspectiva do progresso e da modernização capitalista. A expressão cabal disso consiste em conceber a cultura simultaneamente como fonte de criatividade simbólica e como área aberta ao investimento econômico capitalista, com a conseqüente eliminação das figuras tradicionais do patronato público e do mecenato privado. É de modo inteiramente congruente com essa concepção que a exposição de motivos do projeto de lei sobre incentivos fiscais à cultura (a chamada Lei Sarney) sustenta que ela ''cria mecanismos que permitem o tratamento dos investimentos na área da cultura como uma questão de aplicação capitalista de recursos e não como mero mecenato''.

É nesses termos que se pode afirmar que a tendência à politização e à socialização da concepção de cultura vai sendo superada por uma fórmula que busca reaproximar a ''lógica dos fins'' cultural da ''lógica dos meios'' da racionalidade econômica voltada para a acumulação, e que a Lei Sarney é uma componente de uma almejada síntese de ambas. Não falta quem veja nessa lei os riscos do dirigismo e do elitismo (pela combinação entre as capacidades diferenciais de buscar e de conceder benefícios), assim como há quem aponte, com aprovação, que desse modo se criará finalmente no Brasil uma ''indústria cultural'', ou quem defenda com vigor o potencial de abertura e diversificação cultural aí contido. Com essa lei, afirma Fábio Magalhães, ''o presidente está transferindo para milhares de pessoas a possibilidade de também fazerem política cultural''. Em suma, a assimilação pela concepção oficial de cultura do tema da modernização capitalista imprime no processo cultural o timbre do mercado e recoloca a questão de se conceber o conjunto dos produtores culturais como clientela; só que não mais passiva mas convidada a organizar-se em moldes capitalistas modernos.

''A cultura não é rebelde aos conceitos mas à rigidez conceitual; demanda flexibilidade no pensamento e na ação.''

O termo-chave, aqui, é ''moderno''. É ele que dá o tom à concepção oficial de cultura que se vai formando nesse final dos anos 80, pela sua eficácia real maior do que o tema alternativo da democratização; até porque tem o respaldo de um instrumento legal poderoso, que é a Lei Sarney — ''uma forma moderna de socializar os custos crescentes dos eventos culturais'', segundo Celso Furtado —, com o que pode ser apresentada como fundamento da criação de condições para uma democratização efetiva do processo cultural.

Isso certamente não se faz sem ambigüidades, mesmo nas formulações mais explícitas. Quando o Presidente Sarney retoma o velho tema da defesa dos valores espirituais contra a maré montante dos valores materiais para introduzir o tema da constituição da ''sociedade industrial'' no Brasil, ele o faz de modo a suscitar a questão do caráter ambíguo da modernização cultural brasileira. ''As sociedades industriais geram valores materiais'' afirmava ele em 1985, para acrescentar que ''os valores espirituais são destruídos e não se criam outros''. Em meados de 1986, ao enviar ao Congresso o projeto de lei de incentivo à cultura que leva o seu nome, retomou o tema: ''O projeto se destina a colocar a cultura dentro da sociedade industrial que estamos construindo, pois muitas sociedades industriais matam sua cultura e não desenvolvem novos valores, ficando muitas vezes vulneráveis a uma colonização cultural''. Nessa ordem de cogitações é introduzido o tema da entrada do Brasil no elenco das ''sociedades industriais'' (vale dizer, de capitalismo avançado) mediante a inversão do entendimento habitual da questão. Raramente as sociedades de capitalismo avançado são apontadas como destituídas de cultura, e mais raro ainda é vê-las como colonizadas e não como colonizadoras culturais. Essa mescla de apologia da modernidade com temas conservadores exprime bem os dilemas que atravessam as concepções oficiais de cultura no Brasil ao longo de todo o período mais recente. Cumpre no entanto reconhecer que a cultura é uma ordem de fenômenos que não facilita seu equacionamento em categorias unívocas, sejam ou não propícias as condições políticas e sociais para fazê-lo.

Na realidade, se alguma vez existiu uma entidade fugidia e refratária à fixação em fórmulas rígidas, essa é o complexo simbólico denominado *cultura* — um dos mais desconcertantes conceitos do pensamento moderno. Não é sem motivo que a mais sis-

temática tentativa de buscar uma definição unívoca para o termo acabou resultando num rol de dezenas de acepções, semelhantes em vários pontos mas suficientemente heterogêneas para resistir a qualquer consolidação numa definição universalmente aceitável mas não tão genérica ao ponto de não dizer nada. Devemos portanto desistir de falar de algo tão difícil de ser capturado nas nossas redes conceituais, e reabilitar o velho argumento conservador de que, como processo intrinsecamente espontâneo, a cultura não pode ser subsumida em categorias racionais e apenas aceita ser afirmativamente constatada nos seus resultados historicamente cristalizados? Devemos deixá-la seguir seus próprios caminhos, desistindo de qualquer proposta de intervenção nela? Certamente não se trata disso. Devemos, isso sim, ter presente que, sendo um processo e não um ''dado'', e sendo da ordem do simbólico, a cultura é sempre outra coisa; é detectável nos traços que deixa, mas não é identificável como coisa fixa e bem delimitada. Não é rebelde aos conceitos, mas à rigidez conceitual; demanda flexibilidade no pensamento e na ação. Por isso mesmo toda fala sobre a cultura, que é inevitável se aceitarmos que ela constitui dimensão decisiva da vida social, pressupõe a fixação, quando nada para fins de entendimento, de dimensões específicas de um processo multifacético, e implica assumir uma posição perante esse processo. Disso resulta que a fala sobre a cultura, na medida em que necessariamente a qualifica de algum modo, assume por isso mesmo um caráter político, na acepção mais ampla do termo. A forma clássica como isso ocorre se dá pelo viés da outra face do processo cultural, que é a ideologia. É que nesse ponto se aciona uma das dimensões básicas do processo ideológico, que consiste na reivindicação, por tal ou qual segmento da sociedade, da capacidade para impor como legítima uma qualificação do processo cultural; e a questão passa a ser de quem é capaz de fazer passar a definição, por exemplo, do que é ''brasileiro'' na ''cultura brasileira'', ou do que é ''popular'' na ''cultura popular''. Toda referência à cultura implica portanto qualificá-la e, por essa via, implica uma política cultural. As reiteradas críticas ao caráter mistificador da noção de ''cultura brasileira'' não fazem senão explorar um dos aspectos dessa condição mais abrangente, ao trazer à tona as premissas ocultas na sua qualificação como ''brasileira''.

Claro que a circunstância de que toda referência à cultura traz implícita uma dimensão política não significa que automaticamente ela se articule com outras na definição explícita de uma política cultural, com o caráter de diretriz legítima para a ação nessa área. O requisito ideal para que ela se converta em diretriz legítima consiste na sua inserção na esfera pública, para debate e avaliação amplos e abertos. Mas o requisito efetivo consiste em outra coisa, que dificilmente incorpora a primeira: a conversão em diretriz de fato pela via da inserção num quadro institucional que lhe infunda caráter oficial, vale dizer, definidor de atos legais. No Brasil contemporâneo a tensão entre o público e o oficial imprime sua marca sobre as concepções e a ação relativas à cultura, sempre dentro da tendência dominante na nossa sociedade, que é a de fazer prevalecer, mais cedo ou mais tarde, o golpe de mão pelo qual o que é público acaba sendo absorvido pelo que é oficial.

A cultura, portanto, não é uma essência a ser destilada dos fenômenos, nem é uma emanação de um reino transcendente dos ''valores'', como não falta quem defenda; é uma prática social, a mais abrangente de todas elas, e aquela que atravessa todas as demais. Não há como pensá-la fora do universo das práticas sociais, mas tampouco é possível reduzi-la à mera expressão de alguma delas em particular. Entidade manhosa, ela introduz a particularidade onde se busca o geral e aferra-se ao universal quando se julga reter o singular. O pensamento conservador sempre se apoiou na idéia de que existe por um lado a cultura e, por outro e fora dela, as vãs tentativas de submetê-la a tratamento racional e de formular planos e políticas para ela. Ocorre que a dimensão política já está inscrita nas primeiras referências à cultura, não lhe advém de fora. E quem recusa isso faz má cultura e má política: má cultura porque a subordina à lógica do jogo do poder, e má política porque não se dá conta de que o processo cultural a atravessa de ponta a ponta. É um pouco por isso que toda concepção oficial de cultura acaba sendo precária, e tanto mais o será quanto maior for o empenho por imprimir-lhe cunho democrático.

O ESTADO E OS PROBLEMAS DA POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL DE HOJE

LEANDRO KONDER

Dedico este artigo a Leon Hirszman e Paulinho da Viola.

Uma primeira abordagem dos problemas da vida político-cultural do Brasil dos nossos dias põe, de imediato, os observadores diante de uma questão crucial, de complexa avaliação: o que é, exatamente, *o Brasil dos nossos dias*? Em que aspectos decisivos a sociedade atual se distingue da sociedade brasileira de trinta ou quarenta anos atrás?

Seria perigoso supormos que já conseguimos extrair todas as conseqüências das modificações que vêm ocorrendo, recentemente, na sociedade em que vivemos. E o perigo do excesso de confiança em si mesmo é particularmente temível para o pensamento de esquerda.

Por definição, o pensamento de esquerda, comprometido com a luta por transformações sociais, deve ser um pensamento de vanguarda, capaz de abordar despreconceituosamente as questões sócio-políticas e culturais. Mas a experiência ensina que os defensores de uma perspectiva politicamente revolucionária não estão (e nem poderiam estar) imunes à infiltração de preconceitos conservadores. Pior ainda: a experiência ensina que, de certo modo, na consciência dos homens de esquerda, os preconceitos tendem a assumir formas mais sutis (e mais difíceis de combater) do que na consciência daqueles que fazem opções conservadoras bem definidas.

Por isso, a esquerda brasileira — com cujos princípios o autor do presente trabalho se identifica — não deve ceder à tentação da arrogância que a leva a supor-se detentora de um "saber" inquestionável, de um conjunto de conclusões implicitamente "definitivas" a respeito do que está se passando. Por isso, as correntes de esquerda, como todas as correntes políticas que participam da nossa realidade político-cultural, precisam da livre discussão, do diálogo, do confronto de seus pontos de vista com pontos de vista diferentes, para que todos possam se esclarecer e advertir mutuamente.

No passado, uma das idéias subjacentes ao pensamento de esquerda mais aguerrido era a de que a cultura não passava de uma arena onde se defrontavam — com cristalina evidência — os bravos toureiros progressistas com os pérfidos touros reacionários. Esse maniqueísmo dispensava os homens de esquerda de atentarem para o fato de que a elaboração cultural corresponde não só às exigências imediatas da luta de classes, mas também às necessidades mais universais do processo histórico de aprofundamento do autoconhecimento, da autodescoberta e da auto-invenção da humanidade.

A cultura é um campo de batalha muito especial: nela se misturam e com freqüência se fundem combates de natureza muito diversa. Na produção cultural estão presentes conflitos políticos, lutas sociais, mas também está presente o combate constante do artista e do intelectual para se compreender melhor, para conhecer melhor a condição humana, para mudar os costumes, a moral, a mentalidade, a sensibilidade dos que o cercam. São lutas que se realizam em níveis e ritmos diferentes. Cada artista, cada escritor, além de enfrentar as instituições existentes, a inércia do mundo, briga consigo mesmo, com suas dúvidas, com suas contradições interiores, com suas limitações pessoais. Cada um deles luta para dominar meios de expressão que lhe opõem encarniçada resistência.

Uma política cultural de inspiração genuinamente democrática e progressista não pode deixar de levar em conta essa complexidade da matéria com que lida. A democracia, em sua expressão mais conseqüente, precisa dos intelectuais e dos artistas *como tais*, independentemente do grau e do acerto do engajamento político de cada um: ela precisa do espírito de independência crítica e do espírito de liberdade de criação que os animam.

A esquerda, no Brasil atual, está sendo dramaticamente convocada a enfrentar os problemas de uma situação nova e a enfrentar os problemas da sua própria auto-renovação. Como na canção de Caetano Veloso, ela precisa "abrir a janela, pra que entrem todos os insetos", em lugar de "abrir as portas que dão para dentro" e percorrer, infindavelmente, os corredores da sua presumida fortaleza doutrinária.

O que nos cabe a todos nós, aos socialistas, como aos liberais e aos conservadores, é tentar pensar tudo aquilo que, no plano político, deriva das condições criadas para a produção e difusão cultural a partir das modificações realizadas nas três ou quatro últimas décadas, sem nos darmos por satisfeitos com uma primeira impressão, logo avaliada, tranqüilizadoramente, por critérios elaborados nas décadas anteriores.

O Brasil cresceu muito, seu povo sofreu importantes mudanças. No período presidencial de Juscelino Kubitschek, a população brasileira ainda era predominantemente rural; hoje, é predominante-

---

Leandro Konder é filósofo e autor de *O marxismo na batalha das idéias*.

mente urbana. Além disso, a industrialização se acelerou significativamente, o produto interno bruto (o famoso PIB dos economistas) cresceu bastante. Desenvolveu-se um poderoso mercado capitalista, que vem impondo cada vez mais a sua lógica e a sua disciplina a vários aspectos da vida nacional. Com isso, transformaram-se os hábitos, os costumes, os ritmos de vida e de trabalho, as preocupações, as formas de lazer, os próprios modos de sentir da população brasileira.

Tudo isso é mais ou menos notório, são coisas que podem ser constatadas com facilidade. Não se pode dizer o mesmo, contudo, da avaliação dos desdobramentos de tais transformações. Por exemplo: estarão devidamente analisadas todas as conseqüências do desenvolvimento da *indústria cultural*, entre nós?

A televisão, em especial, filha dileta e representante mais ostensiva da indústria cultural, chegou ao Brasil nos anos cinqüenta, estendeu seus tentáculos ao país inteiro e hoje mexe com a cabeça de cerca de oitenta por cento da população brasileira. Foi objeto de (merecida) gozação, Stanislaw Ponte-Preta chamou-a ''máquina de fazer doido'', mas poucos intelectuais se dispuseram a analisar com seriedade seu papel e pouquíssimos teóricos se animaram a discutir as implicações político-culturais da sua ação, ao longo das duas primeiras décadas da sua expansão.

Por sua participação ativa no surto modernizador, a televisão ajudou a mudar a mentalidade dos brasileiros, contribuiu para superar preconceitos e estreitezas provincianas, porém, paradoxalmente, também colaborou no fortalecimento de velhas taras antidemocráticas da nossa sociedade. A televisão cresceu no âmbito do movimento de uma política voltada para a concentração de capital e de renda. Pelo vulto dos investimentos que exige, a televisão é, por natureza, um terreno reservado ao Estado ou ao grande capital: no Brasil, adotado o sistema da concessão pelo Estado de canais a empresas privadas, o extraordinário poder da televisão ficou concentrado em poucas mãos privilegiadas, nas mãos de grandes capitalistas. E essa situação é bastante delicada, está longe de ser tranqüilizadora para as forças democráticas do País.

Um quadro análogo pode ser encontrado na área dos jornais diários: nas duas principais cidades produtoras e consumidoras de jornais — o Rio e São Paulo — os grandes órgãos de imprensa pertencem a três grupos empresariais cariocas e a três grupos empresariais paulistas. Na faixa das publicações semanais, predominam os Civita, Adolfo Bloch e Roberto Marinho.

A televisão, os jornais e as revistas, por sua vez, dependem da publicidade e promovem o crescimento dela. A amplitude da publicidade corresponde a formas complexas de funcionamento da sociedade capitalista. As grandes empresas

''Os defensores de uma perspectiva politicamente revolucionária não estão imunes à infiltração de preconceitos conservadores.''

se dão conta de que não basta controlar a produção e se empenham em controlar o comportamento do consumidor, na busca de lucros maiores e mais seguros. Criando hábitos no consumidor, condicionando-o para variações previsíveis, a publicidade permite aos oligopólios reduzirem os riscos de seus investimentos, assegurando previamente o consumo de seus novos lançamentos. O elevado nível de investimentos feitos na propaganda é típico daquilo que alguns chamam de ''sociedade de massas de consumo dirigido''. Quem controla esse consumo, em última análise, são as grandes empresas, é o grande capital. E isso fica claro no fato de, entre nós, uma sexta parte das empresas que atuam na área da publicidade, segundo fontes bem informadas, bancar mais de oitenta por cento dos investimentos feitos no setor.

O alto nível de monopolização da economia em áreas de tamanha importância para a vida cultural da população brasileira não pode deixar de ser considerado preocupante. E nós não podemos deixar de nos perguntar: como enfrentar os problemas político-culturais que emergem desse novo quadro? Que postura devemos cobrar do Estado? Que proposta devemos apresentar para o uso dos poderes estatais?

Não tem sentido recorrer a velhas fórmulas agitativas, clamar por confiscos, exigir medidas de estatização. As massas populares mais organizadas tendem a se impressionar cada vez menos com propostas que não sejam acompanhadas de indicações concretas relativas aos meios materiais que permitirão concretizá-las. De que adianta bradar pela estatização de grandes empresas sem indicar o caminho que poderia vir a proporcionar a força indispensável que modificaria a linha de ação do Estado e o levaria a se assenhorear delas? E quem nos assegura — no atual nível, ainda baixo, de participação das massas no processo político — que o povo considerará a estatização a medida adequada para resolver o problema? Por que haveríamos de excluir, *a priori*, a possibilidade de que a questão venha a ser solucionada por alguma forma de autogestão, instaurada pelos trabalhadores, que prescinda da intervenção do Estado?

Vivemos numa situação na qual as grandes fórmulas genéricas tendem a se tornar cada vez menos convincentes e as sínteses fulgurantes tendem a necessitar de uma revisão cada vez mais freqüente. A política cultural capaz de corresponder a uma opção democrática conseqüente, hoje, não pode deixar de ser uma escola de modéstia. Somos todos — uns mais, outros menos — vítimas de uma pesada herança negativa: nenhum de nós teve a possibilidade de se educar longamente na prática da democracia e por tal razão nenhum de nós pôde obter e nenhum de nós obviamente tem o direito de usar o título de ''perfeito democrata''. Na realidade, somos todos — e nem poderia ser de outro modo — meros *aprendizes de democracia*.

Assumindo, modestamente, seus limites, o exame da sociedade brasileira pode se tornar mais vigoroso, pode se aprofundar. Os intelectuais podem des-

cer do pedestal em que se colocam quando supõem que "sabem" o essencial a nosso respeito, podem renunciar à condição de mandarins iluminados, podem sair da solidão a que os levava sua pretensa "genialidade" e podem se dedicar à pesquisa, à investigação coletiva, atentos para os resultados obtidos através dos esforços alheios.

Esse processo não se realiza tranqüilamente, sem resistências. Em alguns casos, as vaidades individuais são muito fortes. Em outros, o próprio espírito hipercompetitivo estimulado pelo funcionamento do mercado capitalista transforma aquilo que poderia ser um debate civilizado em batalha campal, espetáculo de insultos e xingamentos para platéias pouco exigentes, exibição de unilateralidades truculentas e acessos de megalomania. Na medida em que renunciam a tratar as contradições *também* no plano do diálogo, os representantes de pontos de vista diferentes desperdiçam preciosas oportunidades de auto-renovação, entorpecem seus respectivos movimentos interiores, atrasam-se e atrasam-nos em relação ao movimento global da realidade.

No entanto, esses casos tendem a se tornar cada vez menos freqüentes. O desenvolvimento capitalista está modificando as condições de trabalho dos intelectuais e dos produtores (e difusores) de cultura, em geral; está lhes impondo uma profissionalização mais rigorosa, obrigando-os a trabalhar como assalariados, em proporção crescente; cobrando-lhes — muitas vezes — horário, disciplina, produtividade. Essas novas condições de trabalho aproximam os produtores e difusores de cultura da situação dos trabalhadores, dos operários. E a mudança objetiva não pode deixar de influenciar subjetivamente a disposição dos intelectuais, não pode deixar de marcar o comportamento político deles.

Por isso, me parece equivocada a acusação que o meu amigo José Guilherme Merquior faz aos intelectuais, em seu livro *As Idéias e as Formas*, quando lhes atribui um terrível "apetite grafocrático", uma insaciável ânsia de poder, a disposição egoísta de comandar o processo político-social da transformação. Vejo neles, ao contrário, uma consciência política que está mais amadurecida hoje do que há trinta anos: uma consciência que se manifestou na firme resistência à ditadura militar, na sóbria mas constante oposição à política dos "atos institucionais", na crítica reiterada ao "arrocho salarial", no combate à prepotência da censura, na luta pelas liberdades democráticas, e se manifesta atualmente numa atitude claramente inconformista em face das hesitações e oscilações do governo.

É claro que os intelectuais, como tais, não são melhores nem piores do que os não intelectuais; e não há dúvida de que nunca estiveram monoliticamente unidos, de modo que sempre poderão ser citados casos de intelectuais que assumiram posições as mais diversas. O que nos interessa, porém, é sublinhar um movimento que *prepondera* entre os produtores e difusores de cultura.

"Na realidade, somos todos — e nem poderia ser de outro modo — meros aprendizes de democracia."

Quais têm sido as relações dos intelectuais com o Estado e com a política das classes dominantes, ao longo da nossa história? De maneira geral, uma postura de firme oposição tem sido rara: por seus vínculos de dependência, os produtores de cultura, no passado, se acumpliciaram freqüentemente com os privilegiados. Uns poucos rebeldes valentes pagaram muito caro pela rebeldia: Frei Caneca morreu fuzilado, Cipriano Barata passou muitos anos na prisão, Lima Barreto sofreu discriminações dolorosíssimas e afundou no alcoolismo; mais recentemente, Graciliano Ramos também pegou uma cadeia braba. Ser democrata, no Brasil, era muito difícil. No entanto, dentro de certos limites, pode ser notada uma tradição de questionamento e inquietação, uma linha de conduta marcada por ressalvas, desconfianças, gestos de recusa, esboços de protesto, momentos de ironia e sarcasmo.

As ambigüidades que podiam ser notadas nas relações dos produtores e difusores de cultura com o poder favoreciam a exploração de uma vertente importante da vida cultural brasileira: o *humor*. Os espíritos mais argutos percebiam os paradoxos e absurdos de uma sociedade que não conseguiam transformar; viam que o Estado era fortíssimo, imbatível, porém funcionava mal, era inepto, não dispunha de condições para controlar um país tão grande como o nosso. A autoridade dispunha de um arbítrio quase ilimitado, mas não conseguia inspirar respeito: era um monstro perigosíssimo, embora fosse meio cego, meio manco e meio surdo, de modo que se podia rir dele pelas costas.

No começo do século, ainda prevalecia o humor parnasiano, de Paula Nei e, depois, de Bastos Tigre. Nos anos trinta e quarenta, com o Barão de Itararé, o humor assumiu uma dimensão de crítica social e engajamento político. E nas últimas três ou quatro décadas, o humor se radicalizou, insurgindo-se com extrema virulência contra todo o sistema da ideologia dominante, contra a hipocrisia e a mistificação, contra as mentiras convencionais conservadoras, num esforço inequívoco pela reanimação da nossa capacidade de nos indignarmos e nos escandalizarmos com o mundo que os poderosos criaram. Como diz o cáustico Millôr Fernandes, "não se pode deixar de ter saudades de tempos mais tranqüilos, tempos em que a humanidade era mais pura e inocente, como em Sodoma e Gomorra".

Os humoristas podem não saber muito bem o que querem, mas sabem sempre — muito concretamente — o que *não* querem. Há neles certo anarquismo visceral, bastante saudável, que lhes permite promover o arejamento das nossas cabeças, limpando-as de várias teias de aranha. Onde estão falsas eternidades e imponentes monumentalidades, eles chamam a nossa atenção para o efêmero oculto e o mesquinho disfarçado. Onde se impõe a aparência da absoluta nor-

malidade, eles revelam o escândalo, apontam o absurdo, evidenciam a inaceitabilidade da situação. Talvez por isso, a ideologia dominante, conservadora, procure insistentemente desqualificar o humor, caracterizando-o sempre como expressão de imaturidade, de leviandade, de irresponsabilidade ou de superficialidade, e o ponha convenientemente de lado, quando são discutidos os problemas de política cultural.

De algum modo, o agudo inconformismo dos humoristas parece ser a ponta de um iceberg, constituído por múltiplas insatisfações difusas, que vêm se manifestando em crescente medida entre os intelectuais e os artistas, em geral. Haveria, então, uma ligação entre o *humor* dos humoristas (arte) e o *humor* (estado de espírito) de setores cada vez mais vastos dos produtores e difusores de cultura.

Na dinâmica do aprofundamento da rebeldia surgem possibilidades de uma busca de caminhos revolucionários, socialistas. A industrialização abriu espaço para o crescimento da classe operária, o proletariado passou a ter um peso muito maior na economia nacional, o movimento sindical se fortaleceu e passou a constituir um pólo de atração — ou ao menos uma referência cada vez mais sedutora — para os profissionais das diversas áreas da atividade cultural. As forças conservadoras se sentem preocupadas, o grande capital aciona os dispositivos necessários para preservar seus privilégios, a direita rosna ameaças, adverte contra pretensos ''radicalismos''.

Como não basta reprimir — e há circunstâncias nas quais o recurso à repressão ostensiva pode ser politicamente contraproducente —, os conservadores se empenham em acirrar as divisões ''naturais'' das esquerdas e se dispõem a usar o aparelho do Estado para cooptar produtores e difusores de cultura, arredondando-lhes as arestas, atenuando-lhes a combatividade, aparando-lhe as garras, entorpecendo-lhes a disposição crítica. Esse expediente é antigo e sempre possui alguma eficácia; não se pode dizer que ele não tenha produzido quaisquer efeitos entre nós: no entanto, seria uma tolice moralista superestimar seu alcance. Quando um movimento tem raízes históricas profundas e corresponde a uma necessidade social vigorosa, não há iniciativas corruptoras capazes de neutralizá-lo. O Brasil de hoje — convém não esquecê-lo — não se parece em nada com a Roma do imperador Augusto; e nenhum Ministro de Estado poderia desempenhar entre nós o papel que o romano Mecenas desempenhou no início da era cristã.

O Estado brasileiro, apesar de manter alguns traços arcaicos, já é um Estado moderno. De algum modo, ele já se assemelha ao Estado alemão da época de Bismarck, do qual o velho Engels dizia, em 1895, que — como ''todos os Estados modernos'' — ele era ''o produto de um pacto''. No exercício de suas múltiplas funções e poderes, o Estado se move de acordo com um jogo complicado, do qual participam diversas classes e diversos segmentos de classe. Os detentores do poder não atuam de maneira harmônica: eles fazem concessões uns aos outros, aproveitam interesses convergentes, mas também se acotovelam, se empurram e, eventualmente, se combatem com dureza, com perfídia. A composição de forças no interior do Estado pode sofrer mudanças significativas. Nenhuma guinada pode levar o aparelho de Estado a se pôr a serviço dos de ''baixo'', das classes dominadas, em questões essenciais (e isso assegura plena validade à caracterização marxista da natureza classista do Estado, a meu ver); porém as forças políticas democráticas e populares, que representam as classes mais nitidamente excluídas do condomínio do poder, percebem que, em determinados momentos, podem extrair algum proveito político dos movimentos em que se manifestam as contradições internas do Estado.

''Quais têm sido as relações dos intelectuais com o Estado e com a política das classes dominantes, ao longo da nossa história?''

Os intelectuais e artistas politizados se dão conta dessas possibilidades e a idéia de explorá-las influi na relação deles com o Estado. Procurar intervir nos deslocamentos que provocam alteração na correlação de forças no interior do Estado pode ser um projeto arriscado, na cabeça de um profissional da área cultural comprometido com ideais democráticos e progressistas, mas não é, necessariamente, uma ilusão, um acanalhamento, uma loucura. A ''guerra de posições'' teorizada pelo marxista italiano Antonio Gramsci pode chegar a se travar — em algumas de suas batalhas — dentro do próprio aparelho do Estado. Não se pode condenar, portanto, *a priori*, um produtor ou difusor de cultura que, em determinadas circunstâncias, aceita um posto no aparelho do Estado, na convicção de que poderá fazer algo por uma política de esquerda em um governo que não é de esquerda. A dificuldade maior está em definir o que seria — e concretamente em que consistiria — essa política cultural de esquerda.

Atuar dentro do Estado é, certamente, mais sensato do que se encastelar numa posição de recusa ética da esfera estatal, isto é, prestar aos detentores do poder o favor de renunciar a algumas das modalidades mais eficientes de combatê-los. É verdade, contudo, que o intelectual ou artista de esquerda que atua dentro de um aparelho de Estado controlado por um governo que não é de esquerda se vê posto, inevitavelmente, numa situação de ambigüidade: tanto ele pode estar aproveitando as contradições da máquina conservadora como esta pode estar se servindo dele.

Por um lado, com a expansão do capitalismo, o Estado brasileiro vem se tornando, cada vez mais, um ''incorporador de intelectuais'' (conforme expressão de Luiz Werneck Vianna); por outro lado, entre os intelectuais que se ''incorporam'' os problemas subjetivos são muito diferentes de acordo com a perspectiva política do intelectual ''incorporado'': se é um intelectual conservador, ele procurará contribuir para o aper-

feiçoamento administrativo e moral do Estado conservador, nada mais do que isso; se é, contudo, um intelectual progressista, ele insistirá em reformar o Estado, transformando-o, contribuindo para superar a pesada herança negativa, antidemocrática, que marca há séculos o nosso aparelho estatal. E é em função desse anseio que o intelectual progressista se defrontará sempre com imensas dificuldades, estará caminhando em terreno minado.

Para não se perder no "campo inimigo", o profissional da cultura comprometido com a luta pela democratização da sociedade não dispõe de nenhuma "bússola"; ele conta apenas com alguns valores e alguns princípios. Cabe-lhe, por exemplo, combater as mistificações ideológicas e os preconceitos que sancionam as deformações elitistas da sociedade: denunciar as discriminações de que são vítimas as mulheres, os critérios implicitamente "machistas" adotados na vida cotidiana das pessoas e muitas vezes acolhidos acriticamente na esfera do pensamento, da cultura. Cabe-lhe enfrentar com firmeza o preconceito racial, alertar a comunidade e cobrar do Estado uma ação corretiva eficaz contra as práticas que desrespeitam as etnias insuficientemente representadas no comando do Estado e nos centros do poder econômico. São, sem dúvida, tarefas absolutamente necessárias, rigorosamente imprescindíveis, mas não bastam para constituir todo um programa de ação política-cultural.

Há, também, o princípio da participação, essencial à perspectiva democrática: uma política cultural inspirada pelos ideais da democracia precisa estar permanentemente empenhada em aumentar a participação dos diversos setores da sociedade na vida cultural, criando condições para que cada um traga sua própria experiência, aperfeiçoe sua capacidade de expressar-se, expanda sua criatividade e fortaleça a sua consciência crítica. O democrata moderno assimila valores do liberalismo (a proteção aos direitos das minorias, o respeito à alternância no poder, o pluralismo, as garantias individuais), porém — fiel à sua tradição — permanece atento às questões da igualdade sócio-econômica (que os liberais, historicamente, subestimaram): ele se dispõe a promover, efetivamente, mudanças capazes de desfazer os privilégios da propriedade e equiparar concretamente, na prática, as possibilidades de participação das pessoas na gestão da coisa pública, da *res publica*. No entanto, essa indicação geral, quando confrontada com os problemas específicos das múltiplas escaramuças da política cultural, permanece freqüentemente vaga.

Podem surgir situações nas quais os profissionais de uma determinada área das atividades culturais consigam se organizar, consigam dispor de meios relativamente poderosos para pressionar o Estado, consigam aumentar sua participação e, no entanto, venham a se concentrar mais em reivindicações *corporativas*, correspondentes aos interesses legítimos porém limitados do grupo particular, do que no encaminhamento de uma política abrangente, capaz de atender às expectativas e necessidades da sociedade *como um todo*. O fato de um grupo, de um setor da sociedade se mobilizar para participar é um fato positivo, mas não assegura automaticamente que a participação assuma formas convenientes ao interesse geral do povo, da nação. A questão da democracia não se resolve quando um grupo participa: só quando *todos* participam e, nas relações de uns com os outros, igualitariamente, corrigem as estreitezas e as unilateralidades. Enquanto, na política cultural, os democratas estão se esforçando por caminhar nessa direção, mas ainda não criaram condições de uma genuína democracia, podem sempre aparecer confusões entre os interesses corporativos (particulares) e o interesse geral da sociedade: por isso, o princípio da participação crescente — embora justo e fecundo — não é suficiente para a definição de um programa político-cultural.

"Atuar dentro do Estado é, certamente, mais sensato do que se encastelar numa posição de recusa ética da esfera estatal."

Uma política cultural de inspiração democrática — capaz de guiar os produtores e difusores de cultura dentro do Estado ou fora dele — dependeria, assim, não só de valores e princípios essenciais, imprescindíveis, porém vagos, como também de uma avaliação global da sociedade em que vivem e onde atuam, de uma avaliação do que devem e do que de fato podem fazer no contexto em que se encontram. Essa avaliação, em geral, começa por se fazer empiricamente, intuitivamente, mas a partir de um certo ponto exige um trabalho teórico, um empenho científico. Como a realidade brasileira não pode ser abarcada fisicamente, sensorialmente, por inteiro, aquele que pretende chegar a conhecê-la precisará se apoiar na leitura de historiadores, economistas, sociólogos etc.; precisará adotar determinados critérios, fazer certas opções teóricas, para selecionar suas leituras e ordenar seus estudos. Por melhor que possa vir a ser, por conseguinte, a avaliação estará sempre na dependência da confirmação dos critérios adotados, da adequação das circunstâncias ao tratamento teórico a que foram submetidas.

Como nos achamos sob o impacto de mudanças extremamente significativas na vida da nossa sociedade e não podemos dar por dominadas todas as conseqüências do movimento transformador, é natural que o conhecimento global alcançado na avaliação não possa se instalar "confortavelmente" em suas aquisições e se sinta sujeito a complementações, atualizações, revisões e correções.

Do caráter inevitavelmente provisório da avaliação global da sociedade, por sua vez, decorre, para os intelectuais e artistas empenhados em transformá-la democraticamente, a conveniência de só com muitas precauções lidar com o conceito de *nação*. Ainda há pouco, quando se referiu ao "interesse geral do povo, da nação", o autor do presente texto se deu conta de que estava pisando em ovos.

Transformadas em categorias políticas, para a abordagem dos problemas que se manifestam na nossa relação com o Estado, as palavras ''nação'' e ''povo'' assumem um sentido ideológico, que mascara a real natureza das questões abordadas.

Em que consistiria, exatamente, a ''nação'' que nós sentimos como uma espécie de ''alma'' da sociedade que estamos tentando conhecer um pouco melhor? Qual seria a sua fisionomia verdadeira, aquela pela qual nós poderíamos nos aproximar da sua essência e decifrar o mistério da sua ''identidade''? Quais seriam os traços ''essenciais'' da ''personalidade'' do povo brasileiro? O que seria ''contingente'' nela, o que seria ''necessário''? A resposta a essas perguntas poderia abrir caminho para a criação de uma sólida base teórica para uma política cultural democrática e progressista. Hoje em dia, contudo, diversos críticos argutos vêm suscitando dúvidas a respeito das próprias perguntas.

De algum modo, vivemos sempre o ''nacional'' em nós, trazemo-lo conosco, como elemento essencial da nossa sensibilidade. Reconhecemo-lo quando nos comparamos com outros povos, quando nos damos conta do fato de termos uma especificidade brasileira. Quando, porém, tentamos fundar sobre a ''substância'' dessa dimensão ''nacional'' uma política cultural, não escorregamos, inevitavelmente, para um plano favorável ao envolvimento por parte da ideologia dominante? O Estado, hegemonizado por forças conservadoras, está sempre pronto para assimilar qualquer representação harmônica da ''nação'', qualquer elaboração teórica que permita ao ''nacional'' unificar, através do sincretismo, a extrema diversidade de aspectos que podemos constatar na realidade da nação. Renato Ortiz tem razão, quando adverte, em seu livro *Cultura Brasileira & Identidade Nacional:* ''A ideologia do sincretismo exprime um universo isento de contradições''.

Também sobre o ''povo'' e suas expressões culturais mais espontâneas poderiam se fazer observações análogas: sabemos o que é o povo quando o vemos mover-se, em contraposição às autodesignadas ''elites'', reconhecemos o vigor de sua perspectiva quando ela se manifesta criticamente, mas corremos sempre o risco de resvalar para uma linguagem demagógica quando idealizamos o ''popular''. O que vem do povo é rico de potencialidades que não devem ser subestimadas. O que vem do povo precisa ser defendido contra as esquematizações apriorísticas de uma pretensa elite que se outorga a autoridade da ciência (a ciência transformada em ''ópio do povo'', conforme a denúncia de Marilena Chauí). O que vem do povo precisa ser defendido contra a tirania destrutiva de modismos cosmopolitas, artificialmente exasperados por grandes empresas, em jogadas de mercado. Nem por isso, contudo, as posições democráticas, na política cultural, podem se apoiar numa posição romântica e nativista, de endeusamento do povo.

''De algum modo, vivemos sempre o 'nacional' em nós, trazemo-lo conosco, como elemento essencial da nossa sensibilidade.''

O *nativismo* se esquiva ao desafio da universalização, meta reconhecida de qualquer cultura nacional que pretenda crescer. Um exemplo dos seus descaminhos nos é proporcionado pela perpectiva político-cultural do crítico José Ramos Tinhorão, a quem devemos importantes investigações sobre a música popular brasileira e sua história. Tinhorão não se limita a exercer o seu direito de amar uma espécie de música, que lhe parece ser a música autenticamente brasileira; ele vai além, torna-se intolerante, passa a atacar com fúria moralista os que divergem dele e acolhem influências musicais estrangeiras (como Tom Jobim), estigmatizando-os como capitulacionistas, prostituídos. ''Sempre que desejam justificar sua capitulação em relação à violência e agressiva imposição das modas musicais estrangeiras'' — escreve Tinhorão — ''os defensores do som supostamente universal (que é, na realidade, o regional de alguém vendido para todo mundo) costumam alegar que 'as influências são naturais'. Segundo esse mesmo princípio, muitas moças de países ocupados pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial também namoraram com soldados alemães; sendo a ocupação uma realidade a que ninguém podia fugir, e partindo do princípio de que a beleza não tem pátria, como resistir a um loiro soldado ocupante lindo de morrer?'' (*Jornal do Brasil*, 8 de outubro de 1981).

Quero reiterar aqui meu apreço pelos méritos de Tinhorão como revalorizador de algumas linhas importantes da história da música popular brasileira. Por trás de sua polêmica contra Tom Jobim e outros, no entanto, enxergo um duplo equívoco teórico: por um lado, a falta de confiança na capacidade da música popular brasileira de explorar caminhos diversificados e assimilar ''antropofagicamente'' as influências estrangeiras; por outro lado, certa tendência conservadora a canonizar o que já está feito, considerando-o expressão ''definitiva'' de uma consciência popular essencialmente madura e completa.

Os profissionais da área cultural empenhados na luta pela democratização da sociedade precisam ao mesmo tempo confiar nas massas, nas potencialidades delas, e aproveitar uma experiência que de algum modo os *distingue* das massas, porque lhes permite enxergar as limitações impostas pelo sistema vigente à compreensão usual que as massas têm de certas questões. Nas sociedades marcadas pela divisão social do trabalho, pela pressão deformadora da propriedade privada dos meios de produção, o explorado introjeta, inevitavelmente, aspectos importantes da ideologia do explorador. Se não existissem elementos de *alienação* profundamente enraizados na consciência dos trabalhadores, os grandes empresários, os representantes do grande capital, jamais conseguiriam manter o capitalismo funcionando e seriam sumariamente desalojados do poder. Além disso, se esses ele-

mentos de *alienação* não fossem tão eficazes, os oprimidos não suportariam o controle estabelecido pelo Estado.

Na verdade, *pensar bem* nunca é fácil. É absurdo exigir-se das massas um pensamento teoricamente bem articulado que mesmo os intelectuais raramente conseguem ter. Marx já dizia que, se a aparência das coisas coincidisse imediatamente com a essência delas, o ser humano poderia se dispensar das fadigas e incertezas da investigação científica. O conhecimento, em suas formas efetivamente mais ricas, depende de um esforço nada ameno. Quando se trata do conhecimento da sociedade, dos problemas humanos, as dificuldades se agravam: em princípio, o desenvolvimento tecnológico deveria facilitar o esforço investido na obtenção de conhecimentos, mas, infelizmente, o uso da tecnologia depende de condições sócio-políticas que geram pressões ideológicas confusionistas e multiplicam os obstáculos no caminho do saber.

Nas atuais condições, a luta pelo aprofundamento do conhecimento da sociedade brasileira e por sua transformação democrática enfrenta obstáculos particularmente poderosos que decorrem do fato de, entre nós, as transformações necessárias terem sido sempre feitas (e continuarem a se fazer) de ''cima'' para ''baixo'', impedindo-se as massas populares de se organizar, de reivindicar, de atuar politicamente. Agora, passam a existir os pré-requisitos para um enérgico questionamento — não só teórico, mas prático, político — dessa tradição, que recentemente foi chamada de ''via prussiana'' (em alusão à modernização conservadora operada na Alemanha sob a liderança de Bismarck e analisada por Lênin e Lukács). Na nova situação em que o mercado de trabalho os põe, os produtores e difusores de cultura passam a sentir em sua própria carne algo do drama dos assalariados, em geral. Carlos Nelson Coutinho escrevia, já no final dos anos setenta: ''Em sua grande maioria, os intelectuais passam a compreender — mais ou menos difusamente — que seu destino pessoal está ligado organicamente ao fim da 'via prusiana'; à construção de uma democracia política onde a riqueza e o pluralismo da sociedade civil abram espaços para a sua atuação autônoma; à realização de um 'modelo' de desenvolvimento econômico não-marginalizador, que tenha nas camadas assalariadas da população (nas quais os intelectuais estão hoje incluídos) o seu destinatário e o seu sujeito'' *(A Democracia como Valor Universal e outros ensaios)*.

A perspectiva do fortalecimento da ''sociedade civil'' é, evidentemente, gramsciana. Quando optou por esse caminho, Gramsci estava na cadeia, o fascismo tinha imposto à Itália o regime do partido único, as massas aplaudiam Mussolini na Piazza Venezia, o autoritarismo mais crasso imperava na Itália inteira. A ''sociedade civil'', subjugada, atrelada ao Estado, não proporcionava uma imagem animadora. O pensador italiano, contudo, observando a experiência de outros povos europeus, enxergou na sociedade civil o embrião de movimentos democráticos inovadores, capazes de vir a represar — ao menos em certa medida — a prepotência do Estado.

A perspectiva gramsciana não teve, de imediato, grande receptividade entre os nossos artistas e intelectuais. Em sua maioria, os livros de Gramsci lançados no Brasil na segunda metade dos anos sessenta encalharam. A partir do final dos anos setenta, entretanto, os escritos do filósofo marxista italiano passaram a ser amplamente lidos e discutidos na área universitária. Tinham amadurecido as condições nas quais a proposta política de Gramsci passava a ter um interesse muito concreto, aqui, para os produtores e difusores de cultura comprometidos com ideais democráticos e socialistas.

Os brasileiros tinham vivido experiências que lhes abriram os olhos para uma avaliação diferente não só da perspectiva política do autor italiano como da própria sociedade em que viviam. O Estado passara a precisar deles em medida crescente, passara a incorporá-los, abrindo-lhes espaços, criando-lhes empregos e funções, porém muitos — os que defendiam posições políticas mais modernas e mais avançadas — se davam conta de que, embora seja impensável renunciar a trabalhar com o Estado, embora seja impraticável deixar de usar o Estado, a verdade é que, de um ponto de vista de esquerda, o Estado, mesmo em seus bons momentos, nunca é inteiramente confiável. Atuar no Estado, então, só faz sentido — do ângulo da democracia — quando o profissional da esfera cultural se põe, de alguma forma, em sintonia com a vitalidade dos movimentos da sociedade civil.

O ESTADO E A CULTURA

Luiz Costa Lima

Para aqueles que, como eu, não são especialistas em ciência política, o tema aqui proposto parece conduzir ou a uma atitude de enfado ou a uma prática oportunista. Enfado, no primeiro caso, porque se supõe que, em se tratando de cultura, o melhor que o Estado teria a fazer seria não meter o seu bedelho. Oportunismo, no segundo, porque este seria um assunto "prático", antes para ser resolvido do que discutido; e resolvido através do apoio de alguma autoridade amiga. Pode mesmo suceder que as duas atitudes se combinem: arranjado o amigo solícito, pode-se voltar ao antigo enfado.

Mais do que atitudes ocasionais, eventualmente consideradas, estas são atitudes genéricas, entre nós, que dependem menos da ética individual do que da maneira como o Estado se nos aparece: espécie de monstro inconfiável, com raros surtos de afabilidade. Esta imagem que mantemos do Estado não é por certo arbitrária. Em sua acepção burguesa, o Estado foi conquistado e legitimado como a encarnação do "espaço público", distinto e não só autônomo quanto ao espaço dos valores e dos interesses privados. As autoridades, porque eleitas, seriam os representantes do público votante. Como, entre nós, de uma maneira ou de outra, as eleições raramente representaram a opinião pública, esta se guarda o direito de desconfiar da máquina estatal. Daí a permanência das atitudes acima enunciadas. Prova-o a maneira como reagimos à lei. Ela é um corpo estranho, que relutamos em aceitar. É o que dizem duas frases comuns, quase com sabor de provérbio: "para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei"; "essa lei pegou ou não pegou" — normalmente, acrescentamos, ela pega apenas para os não amigos. Por força da realidade sócio-institucional que o Estado continua a ter entre nós, diante dele continuamos a assumir atitudes individualistas. Por mais diversos que sejam, o enfado e o oportunismo lembrados partilham do mesmo pressuposto individualista. Como se nos disséssemos: isso de cultura é algo extremamente complexo e delicado para que se submeta a alguma forma de legislação sistemática. A cultura deveria caminhar com seus pés, criar seus próprios circuitos e ter seus critérios próprios. Torná-la dependente dos favores do Estado seria favorecer sua burocratização e, assim, sua mediocridade oficializada. Melhor será então deixá-la como assunto "prático", i.e., a ser resolvido caso a caso. Não tem sido esta, por sinal, a nossa tradição? O império mandou à Europa Varnhagen, Gonçalves Dias e Francisco Lisboa em missões de pesquisa que recuperaram documentos relativos à nossa história, doutro modo perdidos, ignorados ou quando nada de acesso mais difícil. A amizade ou, pelo menos, a ausência de antagonismo de Pedro II e seus ministros fora o determinante destas escolhas, assim como o fora da rejeição de outros — lembre-se a propósito a intervenção, sob pseudônimo, do próprio imperador, em defesa de Gonçalves de Magalhães, na polêmica travada com José de Alencar. A passagem dos anos e dos regimes não modificou o princípio: nossos embaixadores para os postos culturais, nossos adidos continuam escolhidos em função exclusiva da amizade e das alianças com os governantes. E como esquecer que, nos meios universitários estrangeiros, o Brasil é conhecido como um dos países que mais estimulam a presença de bolsistas, é certo que quase exclusivamente nas áreas técnicas? Tratar-se-ia pois de uma política "prática", cujo razoável saldo estaria a mostrar sua positividade. Por acaso pensaremos que, nos países desenvolvidos, alianças e amizades são menos decisivas na conquista de postos e benesses ou que o prestígio das instituições locais de cultura diminua o número de bolsistas e pesquisadores no estrangeiro? Se assim é, dediquemo-nos pois a outras preocupações; ademais, convém não esquecer que nosso país apresenta problemas muito mais sérios que o do estímulo à cultura. Ontem ainda, durante o pesadelo do regime militar, se entendia esta gravidade como forçando a necessidade de fortalecer-se potente e rapidamente o capitalismo local e os mecanismos estatais de segurança e defesa. Em nome de um e de outro, a universidade foi arrasada; levas e levas de professores e pesquisadores tiveram de abandonar suas carreiras ou as continuaram no estrangeiro. Afinal, do ponto de vista do capitalismo nacional, a falta não era grave. As áreas favorecidas continuavam a mandar seus praticantes para as melhores universidades de fora, enquanto às áreas malvistas se deixava sua merecida frustração. A política educacional da ditadura foi ainda mais longe: a pretexto de atualização do ensino, eliminou-se dos cursos secundários o estudo das línguas clássicas, o pouco que havia de filosofia e história e geografia foi fundido e desfigurado. Ao mesmo tempo facilitou-se a abertura de cursos "superiores" isolados, convertidos noutras fontes de lucro para os empresários nacionais. Como, ademais, sobre as negociações salariais pesava a ameaça dos aparelhos de segurança, achataram-se ainda mais os salários dos professores e aumentou o descaso e desinteresse por

Luiz Costa Lima é doutor em Teoria Literária e Literatura Comparada e autor de *O controle do imaginário* e *Sociedade e discurso ficcional*.

profissão tão sem futuro. Tudo isso foi feito em nome da ordem nacional e do progresso tecnológico.

Por mais diferentes que hoje, no começo da declarada república nova, as coisas pareçam ser, continua inquestionável o pensamento de que temos problemas mais graves que o do estímulo à cultura. Só que agora a preocupação tem outro objeto: o de ajudar a diminuir as disparidades sociais. Que poderíamos querer mais: além de já não termos o pesadelo militarista, por sobra ainda não ganhamos um Ministério da Cultura? Quem, conhecidas as dificuldades do país, haveria de se queixar da exigüidade de suas verbas? Porventura, por egoísmo ou irresponsabilidade, haveremos de afirmar ou sequer de pensar em segredo que o problema da cultura é mais urgente que o da alocação dos milhões dos semterra ou que a questão do livro seria tão séria quanto a do abastecimento e a da criação de novas frentes de trabalho? É de tal modo evidente a resposta negativa que podemos mesmo sentir vergonha em ainda a haver provocado.

Permita-me, contudo, o eventual leitor manter minha desconfiança contra as evidências. O próprio de uma evidência, ao menos de uma tão inquestionável quanto a que se refere à nossa absurda desigualdade social, é que concentra toda a luz sobre algo que de tão inequívoco já não permite outra resposta senão a exigida por sua própria formulação. E aqui está o problema das evidências inquestionáveis: por sua própria natureza, elas recalcam a reflexão sobre o demais, o qual parece relegado à condição de detalhe secundário ou mesmo de questão descabida. Em suma, o problema que causam as evidências inquestionáveis está no reducionismo que provocam. A evidência de que cumprimentei alguém não elimina o mau humor com que o fiz; só a análise da situação poderá indicar se este mau humor tinha algum peso no todo a considerar.

É tão evidente a desigualdade que separa nossa rarefeita classe média — já não falo dos ricos — das massas populares que, no hiato liberal que hoje vive a política brasileira, a questão da cultura passa a ser cercada de um halo de culpa. Como indagar além daquela evidência parece tabu, a única maneira de lidar com a cultura passou a ser a de articulá-la com uma política de defesa de sua modalidade popular. Não pretendo que essa defesa seja descabida; que não haja razão em preservar o doutro modo fadado a desaparecer. O que digo, sim, é que, independente de seus bons propósitos e por força do tabu que ela respeita, tal política preserva o caráter "prático" que preside nosso trato com a cultura em geral. Ou ainda, que a evidente urgência de romper-se com o estrangulamento social que marginaliza a grande maioria de nós cria, por parte dos grupos intelectualizados, um surto de culpa que, paradoxalmente, ajuda a manter o *status quo* de nossa cultura. Que caracteriza tal *status quo*? Limitando-me à produção na chamada área humana, mesmo porque desconheço os campos das ciências exatas e da tecnologia, o traço mais evidente é que ela se especifica pela carência de acesso às fontes com que tem de manter seu diálogo. Daí o caráter pouco ou nada reflexivo de nossa cultura, bem como da cultura hispano-americana. É por efeito desta carência que se passa a superestimar aqueles poucos que, de um modo ou de outro, relativamente a ultrapassam. Neste sentido, a sempre denunciada dependência de nosso pensamento às matrizes estrangeiras exige outra interpretação. O entendimento comum e generalizado é de que tal dependência resulta de uma espécie de macunaímica preguiça em pensar por conta própria; vítimas e, igualmente, agentes de um mais que secular "torcicolo cultural", procuraríamos imitar o que não somos para esquecer o que somos; nos tornaríamos, pois, semelhantes a fantasmas a falar doutros tempos e doutros lugares. Há quase um século Sílvio Romero acusava um certo mulato de importar um certo modo de escrever, e de sentir, que nada teria conosco; o humor, praticado por um certo Machado de Assis, seria algo próprio apenas da raça anglo-saxã... Contra o entendimento usual, ouso dizer que nossa indisfarçável subordinação a padrões estrangeiros de pensar resulta do contato rarefeito com fontes que deveriam ser abundantes e acessíveis. Porque são indispensáveis e, aqui, rarefeitas, fulano se torna destacável porque "sabe alemão" ou porque conhece Spinoza ou porque estudou (quem sabe se não foi elogiado?) com certo guru. Em palavras mais diretas: a única maneira positiva de evitar a imitação servil ou diluidora e a insegurança que a causa estaria em possibilitar condições de acesso amplo às fontes bibliográficas indispensáveis. Pois, estando estas disponíveis, o imitador ou diluidor já não enganaria a ninguém e seu estatuto assumiria suas dimensões reais. Não digo que eles desaparecessem, mesmo porque epígonos e diluidores não deixam de ter um papel dentro de suas culturas. Apenas esse papel já não seria semelhante ao que ainda hoje se lhe concede entre nós.

A outra solução, bem menos remota do que se possa pensar, consiste, ao invés, em tornar ainda mais rarefeito o acesso à bibliografia estrangeira ou em desprezar a sua falta. Isso, na prática, equivale a restringir o ensino e as pesquisas ao material nacional — seja às fontes nacionais, seja ao não menos nacional aprender por "ouvir dizer". Com o que voltamos de braços ainda mais abertos à nossa tradição "prática" — quem antes julga que nossa tradição é teórica ou até muito teórica apenas confunde teorização com retórica obscena, recheada de citações das "autoridades". É por esse motivo que dissemos que o complexo de culpa dos grupos intelectualizados ajuda a manter o *status quo* de nossa cultura. Posso agora acrescentar: ajuda-o, criando no máximo uma esperável variante: a da análise do apenas brasileiro (?). Ora, como a dita brasilidade já derivou de um contato insuficiente com o pensamento internacional, tornar o acesso a este ainda mais rarefeito terá como resultado converter a análise do "brasileiro" ou em mera descrição ou em respaldá-lo por certa base tomada como *a* correta e verdadeira. Há poucos dias, conhecido comentarista afirmava, em um de nossos jornais, que não há literaturas de qualidade que não se apóie em uma filosofia verdadeira. Pergunto-me qual a filosofia verdadeira em que se fundava Shakespeare ou Cervantes, Joyce ou Kafka? Provavelmente o comentarista responderia não ser preciso que o autor conheça a "filosofia verdadeira" que o sustenta, mas sim que seu texto permita descobri-la. Ou seja, que seria obrigação do intér-

prete revelá-la. Mas como se determina a veracidade de uma filosofia? E que significa dizer que outras interpretações, fundadas noutras bases, seriam falsas senão que assim se entoa a velha música do exclusivismo de certa verdade? O que vale dizer: tanto no caso do descritivismo — ingenuamente considerado auto-suficiente — quanto no da "filosofia verdadeira", a insuficiência se desdobra em dogmatismo. Com o que a insuficiência alcança seu capacete protetor: acusá-la de ser o que é provoca a automática resposta de tratar-se de inimigo da "filosofia verdadeira". As conseqüências só poderão ser uma das duas: ou o acusador não tem força e suas palavras soarão ridículas ou a tem e suas palavras são um presságio de alguma fogueira. O campo da cultura tem este traço curioso: embora pareça afastado do cotidiano e ter poucos elos com sua modelagem, seus praticantes não são menos sujeitos aos louvores ou aos acessos de fúria dos que o modelam. Há mais de um século, tratando das instituições políticas e sociais norte-americanas, Tocqueville observava que ali o escritor era livre, contanto que não contrariasse os hábitos e as crenças públicas. Se o fizesse, não sofreria um auto-de-fé, mas tornar-se-ia objeto da perseguição de todos os dias. "Recusa-se-lhe tudo, até a glória." Como nunca contamos com a força da opinião pública, nossa situação, no século passado, era diversa. Mas não sei se muito melhor. José Veríssimo notava que, entre nós, em livro, a nossa liberdade é completa. Mas, acrescentava, assim se dá mesmo porque ninguém lê e, portanto, toda censura é inútil. Nossa insuficiência só passou a apresentar o risco de desdobrar-se em dogmatismo protetor quando o livro veio a ter leitores. Contudo, há ainda um dado de que não podemos prescindir. A situação presente contém um aspecto que de certo modo modifica as relações de nosso intelectual com a cultura. Há algumas décadas que se multiplicam as reflexões que acusam a inadequação, se não mesmo a crise do modelo de pensar que tem sido dominante no Ocidente desde o século XVII. Este modelo — se quisermos um termo mais exato deveremos chamá-lo, com Foucault, de *episteme* ou, com T. Reiss, de *classe discursiva* —, mantendo a primazia do princípio da verdade, entendida como declaradora da "essência" de um objeto, tem tido como corolário o predomínio da racionalidade científica. Em sociedades como a nossa, em que tem dominado a "praticidade", a questão básica para os produtores de cultura tem sido a de lutar em prol de nossa aproximação com a realidade proposta pelo modelo dominante. Assim, no século passado, como a sociologia biológica "demonstrara" a desigualdade das raças quanto ao processo civilizatório, defendia-se a imigração de contingentes brancos. Hoje, destruído o prestígio do evolucionismo, o raciocínio permanece

"A atividade intelectual de alta voltagem é algo que o país não absorveu. É tão excrescente como a universidade que deveria motivá-la."

pelo avesso: como os povos morenos são melhor adaptados às condições dos trópicos etc., etc. Mas, se este modelo hoje se torna questionável, sem que se lhe saiba propor uma alternativa, que atitude tomarão nossos produtores de cultura, ao menos quando as referências à crise de nosso modelo de pensar se tornarem mais freqüentes? Um prelúdio do que poderá ser esta atitude se manifestou há pouco quando das discussões entre nós travadas sobre a pós-modernidade. Duas atitudes tornaram-se então freqüentes: (a) a de repetir a inutilidade da questão para nós, porque a pós-modernidade teria sua incidência restrita às sociedades pós-industriais; (b) a de declarar, ao contrário, sua propagação até aqui. Como exemplarmente dizia certo intelectual entrevistado: "O que é pós-modernidade? Você sente, né?" Curiosamente, ambas as atitudes encontraram uma acolhida singular nos *media*. A primeira porque trazia um certo eco de causalidade sociológica, que sempre nos parece científica, para não dizer progressista. A segunda porque evitaria o jargão dos intelectuais e então poderia ser entendida por qualquer leitor. E, assim, sob o suposto de que a linguagem dos *media* deve ser entendida por qualquer alfabetizado — mesmo porque do contrário suas vendas cairiam — favoreceu-se a mera irresponsabilidade.

Se as soluções acima lembradas não nos convencem, como tampouco o reducionismo das evidências que as sustentam, a sugestão plausível será a de reconhecermos que, em termos de *cultura intelectual*, não sairemos de nossa posição secundária sem a maior presença do Estado. Maior presença no sentido de possibilitar o maior acesso às reflexões necessárias a cada uma das disciplinas humanas. Detalhemos melhor o que isso possa significar.

A primeira condição, declaradamente óbvia, é a de que não pode haver este acesso sem um salário satisfatório dos produtores e transmissores de cultura. Ora, é bem sabido que a miséria paga aos pesquisadores e professores os obriga a ter dois, três ou mais empregos, necessários para que se equilibrem em uma modesta classe média. Que cursos ou textos pode este "especialista" preparar? Supondo-se que, em algum período de sua vida, tenha tido mais tempo para a reflexão, a tendência passará a ser de que repita a seara que outrora explorou. Quer tenha tido ou não este período de existência, sua tendência será não se desenvolver, mas progressivamente diluir o que já fizera. Forçado a tanto por seu baixo salário, sofrerá ele ainda a pressão social de autoridades, colegas e amigos, irmanados em estimular textos acessíveis, prontos a ser entendidos por quem não teve a "oportunidade de que você desfrutou". Daí o caricato fenômeno comum entre nós: o prosseguimento de uma carreira intelectual geralmente significa a estilização progressiva de idéias que algum dia puderam ser instigantes; ou ainda a passagem para algum cargo administrativo. Pois, ao contrário do que enseja uma pura carreira intelectual, seu estancamento em favor de textos de divulgação ou sua mera troca por cargos administrativos ou políticos pode signifi-

car uma vida menos difícil ou, quando nada, a divulgação certa do nome. O que vale dizer, a atividade intelectual de alta voltagem é algo que o país ainda não absorveu. É tão excrescente como a universidade que deveria motivá-la.

Suponhamos, contudo, que o Estado tome consciência de que o desejado avanço nacional não depende apenas do aumento da balança de exportação ou de melhores condições de pagamento da dívida externa senão também da produção intelectual. O simples aumento salarial de professores e pesquisadores significará pouca coisa se não for acompanhado tanto de mais constante intercâmbio com os especialistas doutros países quanto de maior contato com as publicações especializadas. Ora, nenhum dos dois itens poderá se efetivar mediante a pura iniciativa individual. O que caracteriza os grandes centros de cultura da atualidade não é seu descaso pela produção dos centros doutros países mas, bem ao contrário, a constância dos contatos internacionais, através de seminários, simpósios e conferências. Para quem não conheça os Estados Unidos, paradigma do avanço do Ocidente, poderá parecer que, de posse das mais complexas e refinadas bibliotecas existentes e das melhores oportunidades de emprego, o intelectual norte-americano desconsidere o pensamento estrangeiro. Nada mais falso. A efervescência que hoje se verifica nas humanidades norte-americanas, desde a filosofia, passando pela ciência política e pela antropologia, até à teoria da literatura, depende basicamente do diálogo em curso com os pensamentos francês e alemão recentes. Entre os brasileiros que lá se encontram diz-se por exemplo que só agora os americanos estão descobrindo um autor como Derrida, que já consumimos há vinte anos. Está bem. Mas que fizemos da leitura de Derrida? Nenhuma internalização fecundadora — e muito menos na área intelectual — se faz em pouco tempo ou com poucos meios de discussão e publicação. Ora, que instituição nossa financiaria tais eventos? Bem sei que tanto nos Estados Unidos quanto na Alemanha estes encontros e publicações são muitas vezes financiados por fundações apoiadas em grandes empresas. Por que, dentro dos mais modestos limites nossos, o mesmo aqui não se daria? Não tenho o conhecimento necessário para a resposta. Noto apenas o seguinte: quando alguma empresa se interessa em patrocinar, no Brasil, evento semelhante, seus encarregados escolhem algum tema que provoque grande publicidade. Para isso é necessário que o tema escolhido tenha fácil acesso aos *media*. O que vale dizer que seu circuito seja intenso e rápido. Ou ainda, que seu efeito se encerre quase de imediato. Pois este é o destino do que é notícia. Suponhamos, por exemplo, que uma grande empresa se interesse na discussão de *x*, sendo *x*, por definição, algo no momento muito discutido. Convidam-se algumas "estrelas", aluga-se um grande auditório e procura-se a melhor cobertura jornalística e televisiva. Suponhamos ainda que o patrocinador ainda se encarregue de financiar a publicação dos trabalhos. E depois? Depois, se a empresa continuar interessada, passa-se para outra coisa. Ora, sem continuidade, tudo isso não passará de maquilagem ou de instrumento para algum breve modismo. Nenhum efeito duradouro se criará, mesmo porque isso não foi cogitado. Note-se, ao contrário, um entre dezenas de exemplos contrários: desde 1964 publicam-se na Alemanha Ocidental as comunicações apresentadas nos encontros do grupo *Poetik und Hermeneutik*. Hoje, onze volumes estão disponíveis. Durante todo esse tempo — se minha informação não for equivocada — a iniciativa tem sido financiada por uma mesma fundação, cujo nome sequer aparece na série. O prestígio internacional da estética da recepção se apóia, por certo que não só, na qualidade e na divulgação destes simpósios. Lá, como aqui, o capitalismo é o mesmo sistema de poder. Entre nós, contudo, as empresas preferem financiar o badalado. Não será por falta de recursos, pois o badalado é bastante caro. Será então por falta de quê? Suponho que uma das respostas plausíveis corre por conta de uma concepção de cultura que oscila entre tomá-la como ornamento ou como culpa, expiável apenas por ações purificadoras. A presença desta concepção obliquamente se mostra mesmo no debate sobre os rumos que deveria tomar a universidade brasileira, como bem demonstrou J.A. Giannotti em seu recente *A universidade em ritmo de barbárie*.

Venhamos a um último ponto. Melhores salários, maiores contatos com os especialistas de fora tampouco melhorarão o nível de nossa cultura intelectual se não houver acesso constante ao que se publica noutros centros. É de se descartar que isso possa ser resolvido em termos individuais. Não só o impedem nossos salários, não só a manutenção da absurda taxa do dólar-livro, quanto a própria multiplicação de revistas e livros especializados. Como podemos supor que não haveria verba bastante para armar por todo o país centros bibliográficos especializados, não seria o caso de montar tais centros dentro de algumas instituições, às quais se dirigiriam os interessados, para que então tivessem acesso a seus acervos? Entendo que não seria simples a operacionalização da idéia. No momento, apenas se trata de propô-la. A escolha destes centros, por exemplo, poderia ser feita em função da produção intelectual que já apresentassem, dentro de certa área. A segunda etapa, a da circulação de seu acervo, já seria mais simples. Bastaria que as outras instituições se mantivessem informadas do que na central já haveria.

Ao lado desta medida, outra seria necessária. Apesar de todas as nossas carências, a indústria do livro tem crescido nos últimos anos. Contudo, mesmo aqueles que tenham acesso a instituições possuidoras de razoável biblioteca, reconhecerão suas deficiências flagrantes. O Estado não poderia pensar em dotar as bibliotecas, pelo menos as das universidades federais e estaduais, das verbas necessárias para que se mantenham em dia com a produção nacional relevante para as áreas em que estão autorizadas a trabalhar?

Em suma, estou convencido de que, (a) sem a maior presença constante do Estado, não ultrapassaremos o caráter irregular, descontínuo, geralmente insuficiente de nossa produção intelectual; (b) o complexo de culpa dos setores intelectualizados ante a população carente e marginalizada ajuda a manter o clima de paralisia, de desânimo e de oba-oba que continua a nos estigmatizar. Para não dizer que ajuda a carreira política de certas figuras... E depois reclamamos da permanente mitificação do estrangeiro.

Rio, outubro de 1986

DA HISTÓRIA COMO MEMÓRIA DA NAÇÃO À HISTÓRIA ENQUANTO CRÍTICA DA MEMÓRIA NACIONAL

Guilherme Pereira das Neves

> "(...) o Taiti não se encontra mais no Taiti, porque este Taiti — que jamais existiu sem dúvida — não passa de um produto de nosso olhar, de uma incompreensão (...), de uma invenção em ato."[1]

Num livro recente, O. Ranum denominou de "artesãos da glória" os escritores que orbitaram em torno de Luís XIV, produzindo textos de caráter histórico. Assim fez em função do papel que tiveram, com o estímulo da monarquia, na elaboração de uma mística do poder real, para uso da sociedade culta francesa e das cortes rivais européias. Na realidade, a História, desde Heródoto e Tucídides e até o século XVIII, nunca chegou a constituir-se numa investigação específica, dotada de procedimentos e objeto próprios. Embora sempre tenha servido para identificar um certo grupo de homens entre si enquanto uma memória, enquanto o autoreconhecimento de um patrimônio comum de valores e idéias, ora significou uma reflexão sobre a perenidade dos atos humanos, ora uma revelação de desígnios divinos, ora uma narração de fatos curiosos ou memoráveis, destinados a instruir e a formar. Foram os eruditos do século XVII, herdeiros das preocupações filológicas e hermenêuticas renascentistas, que estabeleceram a primeira brecha nessa tradição, quando definiram certas regras para o exame de documentos, julgadas capazes de distinguir o verdadeiro e o falso no passado. Mas foi a Ilustração, ao trazer para a esfera dos assuntos humanos a marca de um raciocínio enfim secularizado, quando associada às indagações de antiquário dos eruditos, como em E. Gibbon, que demarcou propriamente um novo campo de investigações, sintonizado com a maneira moderna de conceber a História.

No século XIX, a História já surge como uma profissão. Se algumas universidades, especialmente alemãs, criaram cadeiras da disciplina no século anterior, é neste que o movimento ganha impulso. Mais significativamente, estabelece-se um padrão para o ofício, com o célebre "Posfácio" de L. Von Ranke à *História dos povos latinos e germânicos* (1824), que se difunde por regiões culturalmente tão remotas quanto Portugal, com A. Herculano, e o Brasil, com F. A. de Varnhagen. Ao mesmo tempo, criam-se sociedades orientadas pelos novos valores da prática historiográfica, como foi o caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838). Enquanto isto, a Revolução de 1789 na França e a independência das nações americanas geravam problemáticas e polêmicas, que identificavam temas e definiam correntes. Surgiram igualmente as primeiras revistas especializadas, como o *Historische Zeitschrift* (1859), a *Revue Historique* (1876) e a *English Historical Review* (1886). Finalmente, a História divorciou-se da Retórica e ingressou nos currículos escolares, como matéria distinta e valorizada. Mesmo sem mencionar outros indicadores, esses elementos são suficientes para caracterizar o início do século XIX como o momento da constituição, na terminologia de P. Bourdieu, de um campo intelectual autônomo para a História. Se, de um lado, definiu-se a partir do modelo rankiano um paradigma do *métier*, capaz de identificar entre si os membros do grupo dos produtores, os postos no ensino e nas sociedades especializadas, as publicações, os temas abordados, de outro, serviram de instâncias de legitimação. Enquanto os próprios meios — em rápida expansão — de difusão de uma cultura cada vez mais escrita funcionaram também como instâncias de divulgação da historiografia nascente. Finalmente, por parte dos consumidores, é preciso somar, ao crescente contingente de escolares, o interesse pela História de um público mais ou menos culto, mas fascinado, como o seu século, pelas origens, pelos desenvolvimentos e pelas seqüências cronológicas.

Afim de compreender esse interesse do século XIX pela História e o novo lugar que a disciplina veio a ocupar no campo do conhecimento, vale destacar certos vetores que atravessaram os Tempos Modernos e convergiram no processo da Revolução Francesa. A maior organização do Estado, face a uma sociedade que se punha em movimento acelerado, fez-se acompanhar de uma secularização do pensamento e da criação de mecanismos subjetivos de controle sobre os indivíduos.

O chamado absolutismo correspondeu à montagem e ao entrosamento das engrenagens que caracterizam o Estado contemporâneo. Graças às idéias mercantilistas, passou-se a intervir na produção e circulação, com o fito de reforçar o próprio poder. Por meio de uma legislação complexa, às vezes caótica, procurou-se ordenar a sociedade de acordo com certos princípios e valores, até seus mínimos detalhes. Em suma, o Poder

Guilherme Pereira das Neves é historiador e professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

deixou de encarar-se como o guardião de uma ordem imutável, estabelecida transcendentemente desde todo o sempre, para considerar-se o demiurgo de um mundo novo, à medida e semelhança do Homem, que cumpria dar à luz. Entretanto, esse recuo da tradição, face à liberdade de pensamento, gerava uma pulverização de valores e comportamentos, que comprometia as pretensões do Estado em erigir-se como árbitro da sociedade. Como observam Furet & Ozouf, a lei deve ser inoculada, aprendida, interiorizada para tornar-se efetiva. A grande novidade do absolutismo ilustrado, no século XVIII, foi a de ter sabido aproveitar os mecanismos de catequização da Igreja em seu próprio proveito. A preocupação desse período com a escola e a cultura escrita significou o reconhecimento do papel que ambas poderiam desempenhar, no sentido de uniformizar contingentes de indivíduos, dotando-os de um conjunto de valores e normas afinados com os interesses dominantes na condução do Estado, sob a forma de um pensamento secular sobre o Homem e a Sociedade; sob a forma de uma *ideologia*, que gradualmente integrasse aqueles setores sociais, cuja posição e atitudes houvessem libertado da liturgia de uma tradição transcendente, ao novo mundo imanente das leis humanas.

Com a Revolução Francesa e a concepção, que implantou, de uma legitimação laicizada do poder, a ideologia, assim entendida, tomou conta da cena. Entretanto, como conciliar, numa mesma e única ideologia, valores capazes de reger o comportamento de uma população que, além de suas individualidades, encontrava-se dividida por tradições locais diversas, por situações sociais diferenciadas, por interesses distintos, senão antagônicos, como era o caso de todos os Estados ocidentais? A solução encontrada mantém certas semelhanças com o expediente desenvolvido pelos jesuítas em seus colégios para formar as elites do Antigo Regime. As doses maciças de cultura clássica aí ministradas destinavam-se, como mostrou G. Snyders, a transportar o aluno, já previamente isolado da realidade pelo próprio colégio, para o mundo de uma Antiguidade idealizada, cujos discursos falavam precisamente a língua dos valores e normas que os inacianos pretendiam transmitir. No século XIX, foi a Nação que ocupou o lugar da Antiguidade dos jesuítas, por obra dos historiadores que, ao revelarem os gestos dos antepassados, dotavam o passado de um sentido capaz de forjar aquelas solidariedades que se mostravam impossíveis no presente. Assim ocorreu por duas razões. De um lado, os feitos memoráveis do passado, justamente porque passados, não podiam ser vividos, mas apenas imaginados e, por conseguinte, reconstituídos à semelhança da visão-de-mundo do próprio historiador. De outro, a História, agora plenamente secularizada, dispunha, a partir dos *philosophes*, de reconhecimento social, e, a partir de Ranke, de um método com a possibilidade de equipará-la, em presumida segurança dos resultados, ao novo modelo vigente de conhecimento, ou seja, às ciências físicas.

A historiografia que assim se constituiu, apesar de encontrar-se na base das práticas contemporâneas, apresenta algumas características específicas. Em primeiro lugar, é uma História de descontinuidades não assumidas. Produzida a partir de documentos de época — os restos presentes de um passado desaparecido —, acreditava-se poder retirar diretamente deles "o que realmente tinha acontecido", elegendo os fatos de proporções históricas, por um esforço de crítica e seleção, que desconhecia os seus próprios mecanismos de operação e ignorava o papel do historiador, como narrador ativo, em conduzir o receptor de unidade a unidade de fato. Em seguida, é uma História necessariamente teleológica, finalista. Em um artigo clássico, F. Furet observou que "como o acontecimento, súbita irrupção do único e do novo na cadeia do tempo, não pode ser comparado com qualquer antecedente, a única maneira de integrá-lo à História é a de lhe dar um sentido teleológico: se não tem um passado, há de ter um futuro." [2] Finalmente, é uma História do senso comum. Na medida que considera o passado como passível de reconstituição na sua integralidade, unicamente a partir das fontes, desconhece o quanto contribui para a sua construção e permite que se insinuem na narrativa os valores e preconceitos que caracterizam a sua própria época. A historiografia do século XIX, assim, elaborou a Nação enquanto uma memória coletiva e idealizada de acontecimentos e personagens excepcionais, tomados como verdades de fato e escolhidos em função do seu potencial conotativo de comportamentos sociais aprovados pela visão-de-mundo novecentista, urdidos numa narrativa linear, cuja referência necessária e final situava-se na experiência de vida dos próprios historiadores.

Entretanto, a historiografia do século XIX não se restringiu a produzir uma imagem fantasiosa do passado, como pode parecer à primeira vista. As regras criadas pelos eruditos seiscentistas para o exame das fontes, retomadas por Ranke como uma crítica histórica, e a própria concepção de que "a história se faz com documentos", celebrizada por Langlois & Seignobos em 1898, estabeleceram certos limites que deviam ser respeitados. Sobretudo, a formação de um campo intelectual da História definiu gradualmente problemáticas, abordagens e correntes de interpretação, a partir de critérios internos ao campo, excluindo-se aqueles escritores que não se ajustavam aos parâmetros vigentes. Embora o uso das fontes e o emprego da crítica não sejam procedimentos suficientes para garantir a verdade da História, como julgavam candidamente os fundadores da prática historiográfica contemporânea, eles definem certos marcos de referência no passado, cujo desrespeito abala todo o edifício. A liberdade do historiador, entendida como a participação de sua subjetividade na recriação do passado, encontra-se nos interstícios desses marcos; encontra-se não na potencialidade de ver do olho, mas sim na maneira de olhar. Apesar de epistemologicamente ingênua, a historiografia do século não abriu mão, pelo menos no caso dos espíritos mais altos, do rigor em suas construções e é isto que a torna tão representativa para seus continuadores.

Qual o significado desse rigor em História? Alguém já disse que a poesia constitui-se de "jardins imaginários com sapos autênticos". [3] A diferença de uma obra de História para uma literária não reside tanto no imagi-

nário dos jardins quanto na autenticidade dos sapos. Se a autenticidade de um poeta significa a capacidade de relacionar sua imaginação com situações sociais, psicológicas e culturais verossímeis e reveladoras para um público potencial, o rigor do historiador equivale a não deixar a sua imaginação entrar em contradição com aquelas informações sobre o passado que as fontes permitem vislumbrar. A crítica histórica representa esse rigor, na medida que implica num exercício permanente, destinado a assegurar a plausibilidade do ocorrido, face à evidência disponível. O anacronismo — esse pecado mortal do historiador, segundo L. Febvre — ocorre quando, por desatenção ou ignorância, essa plausibilidade se vê comprometida. Da mesma forma, a teleologia não passa de um anacronismo disfarçado, de uma incoerência, posto que corresponde, em última análise, à atribuição de um significado descabido a uma época. Entretanto, esse rigor não impede que, em torno de um núcleo de material empírico, os historiadores elaborem diversos jardins imaginários, de acordo cada um com sua sensibilidade e visão-de-mundo próprias, como uma série de telas por pintores diferentes, todas retratando uma mesma paisagem.

Naturalmente, esse rigor da História não é o da Ciência. Na realidade, o projeto do historiador persegue um objetivo fundamentalmente distinto do do cientista. Enquanto este parte de uma teoria, ou seja, de uma reconstrução *conceitual* da realidade, confronta essa teoria com a evidência e, em conseqüência, refina a sua teoria — novamente como reconstrução conceitual — o historiador parte de uma reconstrução *fatual*, enquanto memória, e, a partir das evidências que as fontes autorizam, reelabora esses fatos, aumentando-lhes a coerência e a plausibilidade, como uma memória de segundo grau. Enquanto o cientista opera com conceitos, que ele próprio criou, para neles subsumir certas características da realidade, que considera relevantes, e assim adquirir o máximo de generalidade, o historiador opera com fatos, cujas ocorrências se deram independentemente dele, e para os quais busca os conceitos mais adequados para revelar a sua especificidade e assim alcançar o máximo de individualidade. Por isso, o historiador não pode pretender à objetividade interpessoal — a marca registrada do outro — uma vez que, como argumenta P. Winch, o seu problema é o do significado socialmente reconhecido dos termos que utiliza para destacar uma particularidade.[4] Particularidade que só se desvenda para quem compartilhar, num certo grau pelo menos, do código utilizado, o que pressupõe um determinado patrimônio cultural e existencial comum.

Pode-se contrapor que os caminhos da prática historiográfica no século XX alteraram radicalmente esse panorama. Inegavelmente, o paradigma teórico marxista e o recurso às teorias econômicas, sociológicas, demográficas, antropológicas pelo grupo dos *Annales*, associado às inovações metodológicas que implicaram, permitem entrever a possibilidade do emprego nos estudos sociais de procedimentos característicos da Ciência e de conclusões tão objetivas quanto às da física ou da química. Quando um historiador-demógrafo afirma que a taxa de natalidade numa aldeia francesa do Antigo Regime não se elevou num período de cem anos, ele recorreu a um conceito científico (taxa de natalidade), criado pelos demógrafos e que não corresponde exatamente a nenhum acontecimento natalício daquela população, para obter uma conclusão perfeitamente objetiva. No entanto, o seu trabalho não fornece noção alguma do que significava a existência numa sociedade em que a taxa de natalidade não se alterou por um século, nem permite *compreender* historicamente o nascimento de um indivíduo ou de um conjunto de indivíduos dessa época, embora possa ajudar a fazê-lo. Como toda ciência, a demografia histórica empobrece a realidade, sob a forma de uma reconstrução conceitual, para ganhar em precisão, em generalidade e em objetividade. Esses resultados científicos das ciências sociais, historicamente orientadas, não podem ser ignorados pelos historiadores: servem como outros tantos marcos de referência na recriação do passado, que, se desprezados, comprometem a coerência e a plausibilidade da reconstituição. Mas são insuficientes para revelar a particularidade de uma situação; são insuficientes para fazer, dos fatos, História.

Não se trata de, assim, desvalorizar a História face à Ciência. Isto só seria possível caso se considerasse a Ciência como o único modelo de conhecimento autêntico, o que equivaleria às mais rasteiras versões de um positivismo gnosiológico. Trata-se, sim, de encarar a História como uma aventura epistemológica específica, com seus próprios objetos, métodos e — por que não? — seus próprios limites. O procedimento individualizador da sua demarche, voltado para os fatos ao invés das teorias, se implica numa subjetividade radical, não impede, porém, que a História se transforme e que a representação do passado se aprimore. Não apenas pela multiplicação dos marcos de referência, devidos a um exame mais cuidadoso das fontes ou aos resultados das ciências sociais, mas também pelo engenho e complexidade da reconstrução. Toda a vez que surge uma obra cuja perspectiva destoa do padrão dominante, a História se enriquece, porque doravante ela deverá ser levada igualmente em conta, quando o assunto de que trata voltar a ser abordado. Afinal, a não ser o fugidio e indefinido presente, um período histórico não existe na História, mas sim nas obras de História a ele referentes e nas representações mentais a que estas deram origem. O Renascimento não é aquilo que os homens dos séculos XV e XVI experimentaram, e sim aquilo que hoje se considera que foi a experiência dos indivíduos daquela época, a partir de uma infinidade de obras que procuraram descrevê-la, completando ou desfazendo versões anteriores.

Considerada sob esse ângulo, a historiografia do século XIX revela uma dimensão insuspeitada. Apesar de ter nascido de uma conjuntura específica e de ter alcançado sua maioridade na medida que respondia às demandas de certos grupos sociais, a historiografia do século XIX não podia assumir esse papel sem também estabelecer determinadas regras próprias, julgadas suficientes para respaldar suas conclusões. Em suma, a historiografia oitocentista só pôde tornar-se a memória da Nação por-

que estruturou-se como um campo intelectual autônomo. Ao fazê-lo, porém, adquiriu uma relativa independência em relação a pressões externas, do tipo político ou cultural, que se traduziu, graças à preocupação de rigor que a caracterizou, numa permanente autocrítica. Essa crítica perseguiu os anacronismos e buscou reforçar a coerência e ampliar a complexidade do passado que reconstituía; inicialmente, a partir da multiplicação de marcos de referência extraídos de fontes cada vez mais numerosas e variadas; em seguida, já no século atual, a partir da utilização dos resultados obtidos pelas ciências sociais. Embora não caiba propriamente afirmar-se que se sabe sobre um período histórico, hoje em dia, mais do que há cem anos — porque o passado é em si mesmo incognoscível — é perfeitamente válido assegurar-se que a elaboração historiográfica desse intervalo produziu uma representação do período mais coerente e complexa. Dessa forma, se o conhecimento histórico tem em comum com a Ciência uma certa tradição cumulativa, também partilha com a Arte uma perenidade de suas obras mestras, uma vez que "quando conceitos e categorias conseguem ser adequados aos fatos a interpretar, então essa pureza faz [a História] atingir esse ponto de perfeição quase taoísta em que, segundo Tchouang-tseu, se pode 'vencer tudo sem nada ferir'."[5]

Foi essa autocrítica de rigor que conduziu a ingênua historiografia de inícios do século XIX às orientações contemporâneas da disciplina. Se o historismo *(Historismus)* revelou a radical subjetividade da História, os desenvolvimentos metodológicos, que passaram a estar associados ao grupo dos *Annales*, com o apoio de teorias sociais, colocaram à disposição dos historiadores não só novos marcos de referência, como dados quantitativos, mas ainda novos elencos de questões e sugestões de abordagens. A História perdeu em linearidade, para ganhar em espessura. Enquanto o acontecimento significava, no século passado, a "súbita irrupção do novo na cadeia do tempo", ele agora deve estar relacionado — embutido, por assim dizer — a um pano de fundo que é a reconstrução do seu momento histórico em toda a sua variedade. Como diz G. Duby, "a História é antes de tudo o estabelecimento de correlações".[6] O significado da obra deixa de encontrar-se no historicismo simplista de uma torrente de fatos, dispostos em ordem cronológica, como uma série de causas e conseqüências, para revelar-se na complexidade de uma estrutura e na amplitude de seus movimentos internos.[7] Isto porque a preocupação obsessiva com as origens, que referendam um presente, cedeu lugar à busca de uma diversidade capaz de relativizar o atual, como estratégia de confronto com todas as formas de totalitarismo e de dogmatismo. Numa sociedade marcada pela uniformidade de funções e de técnicas, a História transformou-se, na expressão de Ph. Ariès, em uma "ciência das diferenças".[8]

Criada para justamente encobrir, sob o rótulo comum de cidadãos, as diferenças entre os indivíduos subordinados a um mesmo Estado, a idéia de Nação tornou-se um dos alvos mais evidentes dessa auto-revisão da História. No momento em que a Revolução Francesa arrematava o processo de secularização do pensamento dos Tempos Modernos e deitava por terra a legitimação divina do Poder; no momento em que contingentes sociais cada vez mais numerosos desvencilhavam-se da liturgia da tradição para ingressar na esfera da lei escrita; no momento em que a sociedade deixava de considerar-se um conjunto estático de indivíduos, cada qual com o seu lugar determinado pelo nascimento, para tornar-se um organismo, dinamizado pela competição e regido pelo talento; no momento em que o Poder abandonava a concepção de guardião de uma ordem transcendente para desempenhar o papel de agente dos interesses mais fortes, a Nação dissolvia as diferenças de classe, região, cultura, em nome de um patrimônio comum que, por não mais existir, fez-se a memória dos grupos dominantes, por intermédio de seus representantes: os historiadores. Mas, embora com o rigor da crítica e com o apoio de documentos, fez-se sob a forma de uma linearidade narrativa, incapaz de relacionar personagens e fatos aos seus próprios momentos históricos. Os gauleses tornavam-se os antepassados dos franceses e Pedro Álvares Cabral, o descobridor de um Brasil, cujo nome não estava ainda nem fixado. A falta de densidade da Nação, que assim se erguia, deixava intrometerem-se anacronismos sem conta. A ausência de referenciais coevos acabava compensada pelo subterfúgio de uma visão teleológica que, antes de mais nada, emprestava ao passado os sentidos do presente. A Magna Carta adquiria o estatuto de berço do Estado liberal e as revoltas do período colonial, de insurreições nacionais de independência. Contudo, a aplicação com rigor das regras de seu ofício conduziu os historiadores a uma revisão sempre recomeçada das regiões imaginárias que elaboraram. Aceita a subjetividade radical do seu procedimento, este definiu-se como um exercício permanente para compreender e relativizar a infinitamente complexa teia das ações humanas, e, assim, a História, de memória da Nação, como surgiu, converteu-se em crítica da memória nacional.[9]

1. G. Lenclud. Resenha de J.-F. Baré. *Le malentendu pacifique*. Paris, Hachette, 1985. *Annales ESC*. Paris, 41(4): 872-6, Juil.-Août 1986.
2. "Le quantitatif en histoire". In: *L'Atelier de l'histoire*. Paris, Flammarion, 1982. p. 65.
3. Apud R. Wellek & A. Warren. *Teoria da literatura*. Lisboa, Europa-América, s/d. p. 264.
4. P. Winch. *A idéia de uma ciência social e sua relação com a filosofia*. São Paulo, Ed. Nacional, 1970.
5. P. Veyne. Os conceitos em história. In: Maria Beatriz N. da Silva (org.). *Teoria da história*. São Paulo, Cultrix, 1976. p. 134.
6. G. Duby & G. Lardreau. *Dialogues*. Paris, Flammarion, 1980. p. 101.
7. Para uma paródia cheia de verve do historicismo simplista do século XIX, veja-se a 2.ª parte do "Epílogo" de L. Tolstoi. *Guerra e paz*.
8. *Le temps de l'histoire*. Paris, Seuil, 1986. p. 248.
9. Um exemplo acessível de crítica da memória nacional por um historiador contemporâneo é o notável livro de E. C. de Mello, *Rubro veio: o imaginário da Restauração pernambucana*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986. Não seria possível, nas dimensões deste artigo, fornecer todas as indicações bibliográficas em que ele se apóia. Com este sentido, remeto para minha dissertação de mestrado, apresentada à Univ. Fed. Fluminense, *O Seminário de Olinda: educação, cultura e política nos Tempos Modernos*. Niterói, 1984; e para um artigo em *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, 10(1): 17-39, jul. 1984, com o título História: a polissemia de uma palavra.

A PROPÓSITO DE POLÍTICA CULTURAL

Regina Clara Simões Lopes

"Existem assessores culturais.
Isto é uma coisa desgraçada."
Carlos Guilherme Motta

Por política cultural normalmente se entende o conjunto de princípios filosóficos, políticos, doutrinários que orientam a ação cultural (execução da política) nos seus diversos níveis. Hoje, com a indefinição das competências e atribuições do Estado, através dos seus diversos órgãos, e da empresa privada, através da Lei Sarney, a expressão adquire novos significados e pode-se ler nas entrelinhas do processo cultural mensagens mais ou menos subliminares como competição, promoção da imagem institucional dentro de um sistema de *marketing*, rentabilidade (de qualquer natureza) do investimento, agilidade, eficiência, em suma, o que se pretenderia "modernidade".

O lado "mau" da empresa privada atacou o Estado? Ou será o Estado que gulosamente abocanha a parcela devida à livre iniciativa, em busca de lucro, senão financeiro, político? Muito se tem discutido o papel do Estado em relação à cultura. Fala-se freqüentemente em tirar o Estado da cultura ou botar cultura no Estado. indiscriminadamente. Multiplicam-se os debates, seminários e documentos dedicados à política cultural a ser desenvolvida pelos vários órgãos governamentais que atuam na área. O que ainda não sabemos é até que ponto a simples elaboraçáo e divulgação de políticas responde às necessidades de revisão das atribuições do Estado, sobretudo no que diz respeito ao grau de intervenção estatal no processo cultural. Enquanto assistimos aos tais debates, temos como brinde assistir também à multiplicação dos órgãos ligados à cultura, aliada à indefinição crescente das respectivas atribuições.

Em 1816 chega ao Brasil o grupo de franceses que integram a Missão Artística trazida por D. João VI, na que pode ser considerada a primeira atitude oficial em relação à cultura no Brasil. A intenção inicial de criar uma escola que formasse profissionais em vários campos da arte, ciência e tecnologia — a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, criada por decreto do mesmo ano —, esvaziada por dificuldades de toda a natureza, produziu, dez anos mais tarde, instituições mais modestas, a Academia Imperial de Belas-Artes. No percurso, percalços de ordem política, burocrática e financeira prenunciavam a praxe futura, em que não faltou o componente tão atual da identidade cultural ameaçada, quiçá vencida. Fica claro o risco da intervenção estatal, como nota o historiador Carlos Guilherme Motta ao declarar que "a principal conseqüência do prolongado domínio do patronato do estamento burocrático é a frustração ao aparecimento da genuína cultura brasileira". Não será inoportuno lembrar a situação especial de D. João VI, monarca sem necessidade de votos, fato da maior relevância se considerarmos a observação feita por pessoa experiente na área: "Depois que os políticos descobriram a cultura, estamos fritos."

Cultura e patrimônio cultural

"A cultura é e deve ser uma consciência."
Breyten Breytenbach

Conceituar cultura nos tempos que correm é tarefa delicada e perigosa. As definições tendem a uma abrangência cada vez maior, num mundo tornado pequeno para conter tantos canais de comunicação, logo, interferências. As chamadas referências culturais passam, então, a desempenhar um papel significativo na identificação do indivíduo, da região ou do país, sendo o seguro contra a despersonalização elemento fundamental de resistência ao massacre do particular pela cultura de massas. Na busca dessas referências vai-se ampliando o conceito de cultura e atribuindo-se-lhe a função de salvaguarda da dignidade humana. A afirmação procede, se assumirmos a indissociabilidade entre cultura e humanidade, ou seja, a cultura como fator inerente e simbólico da própria condição humana, componente de identificação do indivíduo ou grupo enquanto forma de libertação dos padrões x ou y de qualidade. A mesma afirmação torna-se improcedente no momento em que, por exemplo, o Estado passa a fornecer o padrão de medida para a condição humana, decidindo sobre o que é ou não cultura. Aí se esquece o princípio básico: está se mexendo com a alma humana; e onde fica a dignidade?

A um conceito amplo de cultura corresponderá, necessariamente, um patrimônio cultural de proporções gigantescas e a necessidade de uma política de eficiência ímpar. Surgem as dificuldades: a execução está sempre com anos de atraso em relação à formulação. Sobretudo, incapaz de acompanhar de fato o eterno modelo moderno-democrático sugerido nos conceitos emitidos, o Estado não poderia se permitir compromissos exemplares em experiências com a alma do povo, financiadas pelo próprio povo. O patrimônio cultural de fato não será aumentado ou diminuído de acordo com o parecer estatal sobre o que é ou não patri-

Regina Clara Simões Lopes é Diretora-Geral do Departamento de Estudos, Pesquisas e Patrimônio da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro e membro do Conselho Estadual de Tombamento do Rio de Janeiro.

mônio cultural de direito. Entre a fisiologia e a ideologia, uma espécie de Transamazônica cultural parte de um ponto por demais conhecido rumo ao desconhecido: o uso do patrimônio cultural (ele não fala) conforme as necessidades, e suas conseqüências. No momento em que política cultural se transforma em uso político da cultura, está decidido que as ações nunca corresponderão aos conceitos. O que parece sensato neste caso é limitar-se ao mínimo indispensável a intervenção do Estado sobre o dito patrimônio cultural, seja ele qual for; caso contrário, entre ineficazes e discriminatórias, as ações por parte do Estado serão sempre discutíveis, fornecendo assunto para comícios eleitorais. Será suficiente se limitar a área de ação, evitando a assunção ou formulação de novidades conceituais que servirão de base à definição de políticas.

Identidade cultural

> "O lapso real de tempo não tem qualquer valor. Somente as pessoas superficiais exigem muito tempo para se livrar de uma emoção."
>
> Oscar Wilde

A atual preocupação com a chamada identidade cultural será, provavelmente, o reflexo da angústia individual, que leva o homem à busca de referências, matéria de que trata exaustivamente a psicanálise. No Brasil, país novo (eternamente adolescente), a ânsia de libertação do colonialismo cultural adquire uma dupla dimensão: de um lado o fantasma universal da cultura de massas; de outro, o fantasma nacional da "metrópole". De certa forma retrata uma espécie de culto tardio às "relações entre colonizador e colonizados, que são sempre amargas", segundo as palavras do Prof. Darcy Ribeiro. A emoção dominante é a de permanente rebeldia, como convém aos adolescentes. Já em 1924, Tarsila do Amaral pronunciava frases infinitamente citadas ao longo dos anos, a propósito da viagem a Minas Gerais de um grupo de intelectuais brasileiros, curiosamente liderados por um poeta francês, Blaise Cendrars: "Íamos num grupo à descoberta do Brasil" e, ao encontrar em Minas "as cores que adorava em criança", e que deixara de usar por lhe terem ensinado que "eram feias e caipiras", declara: "vinguei-me da opressão, passando-as para as minhas telas".

Passados mais de 50 anos, o sentimento de vingança do rebelde adolescente prossegue. A cultura nacional parece necessitar de proteção constante às ameaças, ou, na opinião do Prof. Sérgio Paulo Rouanet: "Procura-se proteger a cultura brasileira e reforçar nossa identidade cultural, da mesma maneira que se procura estimular a indústria nacional de computadores: pela reserva de mercado." Ainda recentemente o Prof. Darcy Ribeiro declarava em discurso: "É verdade que a arte de Grandjean, Debret e outros franceses, um neo-renascentismo temporão, não deu frutos que se apreciem nem lá nem cá. De fato, temo eu, até, que tenhamos perdido na substituição daquele barroco, que nossos artistas dignificavam em igrejas, pinturas e esculturas admiráveis, por uma modernidade duvidosa." O atestado de fragilidade da cultura nacional é fulminante, perigoso e convida a um debate sobre a cultura brasileira que o Prof. Carlos Guilherme Motta classifica como "um conceito tão arredondador, tão harmonizador das diferenças que foi se tornando um conceito forte, [...] tendo atuado ideologicamente, como um fator dissolvente das contradições reais". É a "função anestésica" do patrimônio cultural de que nos fala o Prof. Ulpiano Bezerra de Menezes. A serviço da ideologia, a consciência dissolvida perde o poder de crítica, e a identidade se derrete na inconsciência coletiva. O povo brasileiro não possui consciência da própria existência, muito menos da sua imagem formada pela história. Resta saber a origem deste processo de amnésia coletiva em relação às próprias origens e, conseqüentemente, da desintegração dos sistemas de acumulação de experiências e conhecimento que dão origem às culturas. Na perseguição ao assim chamado progresso, condenou-se à morte todo um universo cultural subliminarmente associado a uma imagem de atraso, resquício colonial. Hoje, tenta-se uma ressurreição artificial, o que levaria Rodrigo Mello Franco de Andrade a declarar: "Já ninguém se aborrece em território nacional. Dir-se-ia que todo mundo [...] anda 'se ufanando' de seu país e divertindo-se extraordinariamente com essa ocupação."

Muitos anos mais tarde, apesar de todo o ufanismo, o brasileirismo cultural ainda engatinhava, o que levaria Aloísio Magalhães a exclamar: "Será que a nação brasileira pretende desenvolver-se no sentido de tornar-se uma nação forte, poderosa, porém uma nação sem caráter?" Ressuscitando Mário de Andrade e Macunaíma, pretende-se, na Fundação Nacional Pró-Memória, realizar o sonho de Mário para o SPHAN, sonho modernista de dimensões quase infinitas. A cultura do povo, a ser preservada para a consolidação do caráter ou identidade nacional, é tudo. A instituição recém-criada deve ocupar-se mais ou menos do universo, a começar pelas chamadas referências culturais, objeto de órgão específico, o Centro Nacional de Referência Cultural, criado em 1975, e absorvido pela Fundação. A identidade de instituição tão abrangente se perde; como achar a identidade da cultura? Mais uma vez lembramos Mário de Andrade, em carta a Rodrigo M.F. de Andrade: "Já comecei a trabalhar no SPHAN, eta entusiasmo por não sei o quê!"

O Ministro Celso Furtado chama a atenção para outro aspecto da questão, ao declarar: "Esse problema se coloca hoje um pouco por toda parte, na medida em que a produção de bens culturais transformou-se num ciclópico negócio e uma das leis que regem esse negócio é a uniformização dos padrões de comportamento, base da criação de grandes mercados." Cultura é mercado, sobretudo para os empresários dos vários setores da indústria cultural. Não se pode esperar, por exemplo, que um Estado democrático regule o mercado segundo a necessidade e reivindicação dos segmentos interessados, conforme opinião de alguns especialistas na área. Tecnicamente, o Estado seria incapaz de identificar a necessidade e reivindicação dos segmentos interessados. Politicamente, não parece normal que um Estado realmente democrático regule alguma coisa... Deve, um Estado democrático, contribuir para o crescimento do mercado para todo o tipo de produtos e bens culturais, aí incluídos os que não possuem "valor de mer-

cado'', estes, de obrigação essencial do Estado.

No mundo dos assessores culturais é a identidade cultural pilar indispensável à sustentação de cargos, votos, do sistema. Esquecendo que cultura não se improvisa, nem identidade cultural se cria em repartição pública, os assessores se agitam, enquanto a consciência do povo continua adormecida, sem compreender o que significa sequer sua nacionalidade. Pergunta-se o que se fez com este povo para fazê-lo sentir-se tão desvalorizado histórica e culturalmente, aceitando, passivamente, a identidade que lhe confere o partido da situação. Pergunta-se se o remédio está nos intermináveis cadastros, inventários e levantamentos das manifestações culturais para posterior produção de um vídeo, devidamente arquivado e mostrado em seminários de política cultural. Pergunta-se, ainda, se o remédio será fechar os portos às nações amigas e eleger ''animadores culturais'' que decidam a cor da nossa cultura.

Cultura política

> ''Além do mais, deve, nas épocas próprias do ano, dar ao povo festas e espetáculos...''
>
> N. Macchiavelli

A formulação de uma política cultural por parte do Estado em suas várias instâncias revela, basicamente, o tipo de relacionamento proposto entre o Estado e a sociedade. O estabelecimento de diretrizes, prioridades e soluções será, assim, o espelho da orientação político-filosófica, vinculada à noção de continuidade no processo cultural.

Ao longo dos últimos anos cristalizaram-se alguns conceitos repetidos indefinidamente. De maneira geral, refletem uma situação ideal, espécie de paraíso cultural em que o Estado se coloca humildemente a serviço do povo. ''Democratização da ação cultural'', o ''Estado não paternalista'', ''não produtor de cultura'' e outras tantas expressões já se constituem em clichês desbotados pela longa exposição ao sol. No momento da ação, os papéis tornam-se confusos, os conceitos difusos, e assistimos à inércia total ou a ações desconexas, demasiado específicas para serem levadas a sério. De um momento para outro, uma leva de ''animadores culturais'' sai em busca das autênticas ''manifestações culturais populares''. O encontro do objeto configura um ''evento cultural'', que por sua vez gera um ''fato'', a ser desenvolvido num ''espaço cultural'', veiculado com exótico sabor de aventura. E isso é cultura. A cada mudança de gestão, o patrimônio cultural (verdadeiro coração de mãe) democraticamente cresce um pouco mais, o que será motivo para a organização de um seminário. Fala-se em ouvir as comunidades, em participação dos segmentos representativos das diversas áreas e coisas assim, atos vazios em que se torna absolutamente impossível identificar o começo ou o fim. Obedecendo a ciclos determinados pelo partido da situação, transforma-se o caráter das culturas promovendo determinadas formas, destronando outras. A isto costuma-se chamar de valorização das culturas locais.

Já nos acostumamos a ver como normais os ventos contrários que sopram sobre a cultura. Assim, os funcionários das repartições reprimem um bocejo diante das infindáveis ''adequações'' dos órgãos públicos a serviços que se decide devam ser realizados, independentemente das respectivas atribuições precípuas. Aderindo à política dos faraós, os órgãos públicos sonham obras gigantescas que mantenham o povo anestesiado, e pedem socorro à iniciativa privada para a manutenção de suas atividades, que viram projetos a serem realizados através da Lei Sarney.

Através da cultura, última aquisição dos políticos, contam-se votos, criam-se mitos e, nas festas e espetáculos nas épocas próprias do ano, se esquecem as mágoas provocadas pelos desgovernos. Enquanto a máquina burocrática cresce vertiginosamente, fala-se em deixar à sociedade civil a responsabilidade pelo processo cultural, o que significa a realização dos projetos culturais estatais pela empresa privada. No limiar entre a privatização dos órgãos públicos e o controle sobre a ação da livre iniciativa, fica o vácuo, e o espanto do povo, que se pergunta o que isto significa. Enquanto a política invade a cultura, sub-repticiamente, o povo se pergunta o que é cultura afinal, que de repente é tão importante para os políticos animados pela imprensa.

Na mesma proporção em que cresce o interesse por este novo produto, crescem as rixas, as disputas pelo poder, o sorteio de cargos, o número de discursos vazios, as ações irresponsáveis de impacto, as acusações de política cultural discriminatória, elitismo, populismo e outros ''ismos'' próprios à política, e o povo não entende o que é cultura.

Política cultural

> ''A marginalização da cultura popular acabou por lhe fortalecer enquanto reduto dos referenciais mais autônomos do processo cultural brasileiro.''
>
> Joaquim Falcão

Pelas palavras do ex-Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória voltamos a D. João VI e descobrimos a fragilidade da expressão ''política cultural'' que subitamente se revela desprovida de qualquer sentido ou peso. Se justamente aquela área esquecida pelas políticas é a que melhor sobrevive, tendo preservada sua integridade física dos apoios ou patrocínios de qualquer natureza, percebe-se que é hora de refletir. Refletir, por exemplo, se precisamos de políticas culturais, ou até que ponto a simples utilização da expressão já não condena a cultura a um destino demasiado político. Esta via conduz naturalmente o Poder Público a disputar com a empresa privada os lucros da promoção institucional, e os projetos de impacto, anestésicos, levam ao esquecimento das atribuições precípuas e exclusivas da esfera governamental. Despudoradamente, os órgãos da administração pública, em qualquer instância, disputam a primazia pela ''criação de novos espaços culturais'', pela realização do maior número de ''eventos'', pela incorporação aos seus quadros do maior número de políticos ou afilhados, que irão ''esquentar'' a instituição, pela ''modernização'' de seus conceitos e gabinetes, sem a menor cerimônia diante do estado lamentável dos documentos de qualquer natureza, dos acervos e bens patrimoniais de todos os tipos, dos próprios esta-

tais que abrigam órgãos sérios, ou da situação de seus técnicos. A política cultural, que deverá ter um determinado resultado no próximo sorteio de cargos, precisa *épater* seus clientes, não importa a que preço. Nestes momentos até mesmo o patrimônio cultural é desinchado, sendo substituído na preferência dos políticos por um bom evento, bem popular, que servirá de proteção contra a pecha de "elitismo".

O Prof. Sérgio Paulo Rouanet nos fala da "ascensão de um novo irracionalismo no Brasil", localizando, como uma de suas origens, a falta de tudo que tivesse a ver com idéias gerais e valores humanísticos nos currículos escolares, por conta da política educacional do regime autoritário. É possível que seja esta também a explicação para a atual noção de cultura, que ignora a importância de documentos e imagina uma cultura de fachada, sem estudo, conhecimento ou reflexão. Criam-se (ou preservam-se) cenários sem história, que atendam provisoriamente aos desejos do diretor do filme. No entanto, tudo leva a crer que, superposta ao irracionalismo que invade o país, esteja a expectativa política. O clima semidelirante dos ambientes políticos certamente produzirá ações desconexas, duplicadas e de qualidade e intenções duvidosas, quando transposto para as instituições culturais.

Houve um tempo em que não existia a política cultural. Órgãos e instituições com atribuições definidas funcionavam rotineiramente cumprindo suas funções. Hoje temos um elenco de frases, denominações e conceitos curiosos que compõem o jargão da política cultural e, se supõe, serão o remédio para todos os males. Assim é que o centro cultural, a ativação cultural, a casa de cultura, o pólo cultural, o centro de cultura integrada, o circuito cultural, a interface da cultura com x, y, ou z, a articulação sistêmica e outros tantos andam por aí à solta, inpunemente, sem que se descubra seu significado real, ou seja, um resultado qualquer. Como a mitológica lula gigante, a política cultural estende seus tentátulos sobre o mundo, sempre à busca de novas vítimas que possam lhe trazer algum tipo de retorno. Os assessores culturais não sabem mais o que inventar. Executivos (ou *yuppies*) da cultura sonham com o dia em que as instituições públicas de cultura se transformem, enfim, em grandes agências de propaganda estatal, sem disfarces. Eles não compreendem que não há benfeitores nem heróis. Sobretudo não há garotos-propaganda da cultura. Os valores culturais são intrínsecos e independem de alguém que complacentemente lhes confira importância.

Provavelmente por estar na moda, o campo da preservação apresenta-se como o mais vulnerável, verdadeiro nervo exposto aguardando provocação. Terreno fértil para a ideologia e o *marketing*, atrai as atenções de todas as correntes e é o palco preferido para as disputas políticas recheadas de acusações e frases curiosas. As políticas de preservação, verdadeiras síndromes de preservação, pontuadas de surtos de "revitalização" e "discriminação", sem nenhum sinal visível de sentido, exemplificam, de maneira clara, a ineficácia da eterna formulação de políticas em seminários.

A priori, esperava-se que a adoção do princípio que estabeleceu a necessidade de uma política para a orientação da atuação do Estado em relação à cultura fosse de grande benefício para a área. Imaginava-se que estariam resolvidos problemas básicos, como a definição do grau da intervenção estatal ou mesmo a sua restrição; o dimensionamento dos órgãos e suas atribuições; a compatibilização da ação dos diversos organismos e esferas governamentais, evitando a superposição e a competição tão freqüentes; o compromisso com a continuidade e a coerência fundamentais ao desenvolvimento do processo cultural; a melhora da qualidade técnica dos serviços a serem executados, se se pretendia que à política traçada correspondessem ações concretas.

Esperava-se que a partir de conceitos precisos se formulassem políticas culturais claras, coerentes, que efetivamente organizassem a ação das instituições. Não foi o que assistimos desde que a expressão entrou em voga. Fica a sugestão de retirá-la do vocabulário corrente das repartições e não substituí-la por nenhuma similar.

CULTURA POPULAR

Octavio Ianni

Há muito de povo da cidade e do campo na cultura dominante. Não apenas como personagens e temas. Em romances, contos, poesias, peças de teatro, filmes, músicas, pinturas, que constituem o acervo da cultura erudita, predominante, estão presentes criações oriundas da cultura popular, subalterna. São linguagens, expressões, imagens, metáforas, alegorias, formas, cores, sons, ritmos, gestos, invenções. Isso pode ser observado nas mais diversas criações. Em certas obras, há momentos em que a inventiva do personagem toma conta da invenção do artista. A linguagem deste muitas vezes se enriquece com os achados oferecidos pelos personagens. Isso acontece com o escrivão Isaías Caminha de Lima Barreto, o retirante Fabiano de Graciliano Ramos, o malazarte João Grilo de Ariano Suassuna. Confundem-se criaturas e criadores, na seiva do muito que se encontra na cultura popular. "Obras-primas da literatura brasileira deste século, como *Macunaíma* de Mário de Andrade, *Vidas Secas* de Graciliano Ramos, *Grande Sertão: Veredas* de Guimarães Rosa e *Morte e Vida Severina* de João Cabral de Melo Neto, nunca poderiam ter-se produzido e ter-se comunicado sem que seus autores tivessem atravessado longa e penosamente as barreiras ideológicas e psicológicas que os separavam do cotidiano ou do imaginário popular."[1]

A própria estrutura da narrativa erudita pode adquirir o tom e o andamento do causo contado pelo narrador popular. A inventiva do sertanejo pode conferir dimensões novas, surpreendentes, à criação do escritor. "O caráter popular da narrativa de Riobaldo infere-se também dos seus planos múltiplos de descrição (vai e vem, subida e descida, volteios, a interpenetração até confusa dos níveis descritivos), onde não há continuidade discursiva de desenvolvimento. O fio central, o núcleo temático, é muitas vezes rompido para a inserção de outros e variados fatos, até mesmo o de uma estória paralela, que é o caso de Maria Mutema. Não há uma linearidade perfeita no desenvolvimento da estória. Esse processo, que denominaríamos provisoriamente de caótico, é encontradiço na literatura popular ou de cordel."[2] Acontece que a narrativa popular lida com o espaço e o tempo, o eu e o outro, o aqui e o longe, o presente e o passado em forma muito própria, que pode escapar às categorias lógicas, gramaticais, epistemológicas que habitualmente compõem o universo da cultura erudita, consagrada, moderna ou de vanguarda. O monólogo solitário, ou múltiplo, do narrador de uma estória popular pode surpreender o escritor em face de personagens que teimam em criar o seu autor. "Ao povo repugna esta disciplina lingüística e cultural, pois tem ele um sentido de liberdade de expressão e vida que a cultura erudita mal pode imaginar."[3]

Esse amplo e riquíssimo intercâmbio cultural tem sido apontado por pesquisadores. É reconhecido por escritores. Ao comentar as origens de *Macunaíma*, Mário de Andrade escreveu que foi tirando tudo o que lhe interessava, onde encontrava. Sugere que o herói sem caráter é personagem de uma rapsódia popular, como dos cantadores nordestinos, que se limitam "a escolher entre o lido e escutado e a dar ritmo ao que escolhem pra que caiba nas cantorias". Assim compõem "um desafio de sabença, ou um romance trágico de amor". Aos poucos, confundem-se o criador e a criatura, o popular e o erudito. Foi colhendo tudo que lhe interessava. "Além de ajuntar na ação incidentes característicos vistos por mim, modismos, locuções, tradições ainda não registradas em livro, fórmulas sintáticas, processos de pontuação oral etc. de falas de índio, ou já brasileiras, temidas e refugadas pelos geniais escritores brasileiros da formosíssima língua portuguesa." Diz que reuniu tudo que lhe interessava, de modo a "satirizar o Brasil por meio dele mesmo". Como nas cantorias dos rapsodos das muitas façanhas e sabenças. "Isso é o Macunaíma e esse sou eu."[4]

Aliás, a problemática da cultura — dominante, erudita, hegemônica, popular, subalterna, nacional etc. — adquire características novas, particularmente importantes, na obra de Mário de Andrade. No conjunto, essa obra revela um amplo diálogo entre as criações culturais subalternas e as eruditas. Começa por questionar a cultura dominante. Critica o parnasianismo, o naturalismo, o romantismo e outras tendências. Rejeita a gramática portuguesa, na qual as classes dominantes e os geniais escritores brasileiros escrevem o discurso do poder. Ao mesmo tempo, preconiza a inovação das linguagens, temas, construções. Abre um largo espaço às criações populares, tanto indígenas e caboclas como afro-brasileiras e imigrantes. Grande parte do que foi a revolução cultural simbolizada no movimento modernista de 1922 tem muito a ver com a reentrada do povo na cultura dominante, erudita. Dava-se continuidade a uma corrente importante do pensamento brasileiro interessado em compreender as façanhas e sabenças do povo: Castro Alves, Euclides da Cunha, Lima Barreto, Astrogildo Pereira e muitos outros. Há um quê de gramsciano em muitas partes da obra de Mário de Andra-

Octavio Ianni é sociólogo, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo e autor de *Revolução e cultura*, entre outros livros.

de. Em seu romance, conto, poesia, tanto quanto em seus estudos de literatura, música, pintura, folclore, há um largo espaço para o diálogo sobre a cultura. Aliás, há toda uma nova e rica interpretação da cultura brasileira no conjunto da obra de Mário de Andrade. E em boa parte buscando compreender a contribuição cultural popular. "Sempre considerei o problema máximo dos intelectuais brasileiros a procura de um instrumento de trabalho que os aproximasse do povo. Esta noção proletária da arte, da qual nunca me afastei, foi que me levou, desde o início, às pesquisas de uma maneira de exprimir-me em brasileiro. Às vezes com sacrifício da própria obra de arte. Cito, para esclarecer, o meu romance *Amar, Verbo Intransitivo*. Não fosse a minha vontade deliberada de escrever brasileiro, imagino que teria feito um romance melhor. O assunto era bonzinho. O assunto porém me interessava menos que a língua, nesse livro. Outro exemplo é *Macunaíma*. Quis escrever um livro em todos os linguajares regionais do Brasil. O resultado foi que, como já disseram, me fiz incompreensível até para os brasileiros. Bem sei que minha literatura tem muito de experimental. Que me importa. Disso não me arrependo."[5]

São várias as diferenças entre a cultura burguesa, dominante, erudita, oficializada, oficial, por um lado, e a popular, folclórica, rústica, periférica, subalterna, por outro. Diferem quanto a linguagens, temas, graus de elaboração, esferas de circulação, alcance, aceitação. Aliás, tanto aquela como esta não são únicas, homogêneas. Subdividem-se, diversas, múltiplas. Há uma cultura dominante de origem agrária, que se recria ao lado e junto com outra urbana, propriamente burguesa, capitalista, cosmopolita. Da mesma maneira, há diferentes versões da cultura popular: cabocla, operária, indígena, afro-brasileira, imigrante de várias procedências. Em linhas gerais, no entanto, pode-se falar em duas tendências básicas, predominantes.

Pode-se dizer que as diferenças básicas entre as produções culturais dominantes e subalternas decorrem do modo pelo qual os grupos e classes sociais situam-se na sociedade, na máquina do mundo. A criação e recriação da cultura, em seus múltiplos elementos e no seu todo, funda-se no trabalho, no modo pelo qual os grupos e classes trabalham. As distintas formas de trabalho, em sentido amplo, fundam diversidades intelectuais, espirituais. No limite, o que distingue a cultura dominante e a subalterna é o fato de que são produtos de formas diversas de inserção dos grupos e classes na organização social de trabalho. É claro que as culturas se organizam em valores, ideais, princípios, doutrinas, correntes de pensamento, conjuntos, sistemas. Inclusive adquirem dinamismo peculiar, pela articulação de elementos presentes e passados, originais e emprestados, nacionais e estrangeiros. Mas não se descolam, autonomizam, diante da sociedade, dos grupos e classes sociais, da máquina do mundo. Em última instância, as formas e produções culturais criam-se e recriam-se na trama das relações sociais, da produção e reprodução da sociedade, como um todo e em suas partes constitutivas.

Nesse sentido é que as classes dominantes são portadoras de uma cultura própria. Trabalham de forma diversa daquela em que trabalham as classes subalternas. Estas, em geral, vendem a sua força de trabalho, produzem mercadoria, valor, trabalho alienado, mais-valia. Estão numa relação singular com o produto do próprio trabalho. Ao mesmo tempo que alienadas no produto do seu trabalho, realizam-se, objetivam-se, nas coisas, objetos, mercadorias que produzem: mandioca, milho, trigo, pão; cadeira, mesa, panela, fogão; faca, enxada, foice, enxadão; carro, trem, rádio, televisão; estrada, porto, cidade, avião. "Cultura popular implica modos de viver: o alimento, o vestuário, a relação homem-mulher, a habitação, os hábitos de limpeza, as práticas de cura, as relações de parentesco, a divisão das tarefas durante a jornada e, simultaneamente, as crenças, os cantos, as danças, os jogos, a caça, a pesca, o fumo, a bebida, os provérbios, os modos de cumprimentar, as palavras-tabus, os eufemismos, o modo de olhar, o modo de sentar, o modo de andar, o modo de visitar e ser visitado, as romarias, as promessas, as festas de padroeiro, o modo de criar galinha e porco, os modos de plantar feijão, milho e mandioca, o conhecimento do tempo, o modo de rir e de chorar, de agredir e de consolar..."[6]

A cultura subalterna funda-se nas condições de vida e trabalho do camponês e operário, homem e mulher, adulto e criança, negro, índio, imigrante e branco. É claro que há diversidades, desigualdades, contradições. Pode-se mesmo dizer que há diferentes polarizações culturais no âmbito do povo: camponesa, indígena, negra, operária, feminina, masculina, rural, urbana. O universo verbal do operário metalúrgico do ABC, a concentração industrial situada na região metropolitana de São Paulo, compreende expressões, imagens, metáforas, alegorias e outras figuras que, em conjunto, parecem compor uma totalidade significativa, articulações de um modo de pensar e agir, visão do mundo. Aí o peão é operário. Mas ainda guarda um eco do mundo rural. O universo verbal do canavieiro do Nordeste, caipira do interior do Estado de São Paulo, gaúcho do pampa, peão da Amazônia, cada um possui singularidades notáveis. No Brasil pode não haver dialetos, mas há diferentes modos de dizer, entonações, imagens, metáforas, alegorias, sotaques. Muitas, se não todas as diferenças, têm bastante que ver com as condições de vida e trabalho do camponês, operário, índio, negro, branco e outras determinações sociais e culturais que conformam o povo. Vejamos um exemplo: "Nos fins do século passado e nos começos deste, defrontaram-se na vida e nas artes duas culturas que o tempo aqui reunira: a italiana dos recém-emigrados e a dos caboclos que também emigravam do ciclo roceiro para se instalarem na grande urbe paulistana... (...) Tanto o êxodo da pátria italiana quanto o êxodo da pátria cabocla provocaram as expressões artísticas que, na linha de comicidade, se cristalizariam mais tarde na figura de Jeca-Mazzaropi."[7] Também houve Juó Bananere, Voltolino, Antônio de Alcântara Machado e dezenas de grupos de música e teatro amadores e profissionais.

As classes dominantes, em geral, trabalham na administração das coisas, gentes e idéias. Exercem o poder político, econômico, cultural, militar, religioso, por intermédio dos seus membros

e de interpostos empregados, funcionários, técnicos, assessores, conselheiros, aliados. Mais freqüentemente, trabalham na administração das forças produtivas e relações de produção, isto é, do produto do trabalho das classes subalternas. É claro que umas dependem das outras, acham-se reciprocamente referidas, atreladas. Nem por isso, no entanto, deixam de manifestar-se as singularidades das duas formas diversas de organização social do trabalho. Cabe reiterar, no entanto, que as classes dominantes delegam a profissionais, assalariados, diretamente ou não, boa parte da atividade intelectual, espiritual, cultural que lhe corresponde. A divisão do trabalho intelectual propicia a profissionalização do escritor, pesquisador, cientista social, filósofo. Há ocasiões em que o jurista escreve o discurso do poder. Em outros momentos é o economista que realiza essa tarefa. Mas o sociólogo, o cientista político, o historiador, o filósofo também têm a sua vez. Explicam o inexplicável. "No desenvolvimento de uma classe nacional, ao lado do processo de sua formação no terreno econômico, deve-se levar em conta o desenvolvimento paralelo nos terrenos ideológico, jurídico, religioso, intelectual, filosófico: aliás, deve-se dizer que não existe desenvolvimento no terreno econômico sem estes outros desenvolvimentos paralelos."[8] As várias categorias de intelectuais, que se consideram produtores culturais, ajudam a elaborar, aperfeiçoar ou desenvolver a consciência, cultura e visão do mundo das classes dominantes. Elaboram uma argamassa indispensável à formação do bloco de poder; ajudam a construir a hegemonia das classes dominantes.

No âmbito do povo, a produção cultural é realizada e expressa de modo mais direto pelos membros do grupo social, família, vizinhança, comunidade, associação, movimento social, partido político. No meio do povo, a produção da música, teatro, carnaval, festa, estória, causo, abc, imagem, metáfora, alegoria encontra-se bem mais junto do próprio operário, camponês, empregado e outras categorias de trabalhadores. Os seus intelectuais, artistas, intérpretes muitas vezes são, eles mesmos, membros do mesmo povo. É claro que há sempre algum intercâmbio com a produção cultural das outras classes, compreendendo as dominantes. São muitas as relações entre uns e outros: igreja, escola, rádio, televisão, imprensa, clero, inteléctuais, artistas, cientistas sociais e outros. Mas sempre subsiste uma relação mais direta, imediata, dos membros das classes subalternas com as condições de produção e os produtos da cultura subalterna. Pode-se dizer que os criadores e intérpretes, no âmbito das classes subalternas, encontram-se numa relação mais próxima do "nós" de todos, enquanto modo de ser, fazer, sentir, pensar, dizer, agir.

Mas a cultura popular não se produz senão em meio a muitos obstáculos. É bastante desigual o intercâmbio entre as produções culturais dos diferentes setores, grupos e classes da sociedade. O povo não tem acesso a muita produção que emerge e circula em escala nacional e internacional: filmes, peças de teatro, concertos de música, debates, seminários, conferências, museus, jornais, revistas, livros etc. Ao mesmo tempo, é alcançado, sistematicamente, por muitas produções da indústria cultural, sempre organizada segundo os interesses econômicos e políticos das classes dominantes. Inclusive é continuamente expropriado das suas criações pela mesma indústria, que as devolve manipuladas, estilizadas, pasteurizadas, folclorizadas. A cultura popular passou a ser bombardeada pela cultura de massa organizada pela indústria cultural. Mais que isso, essa indústria invade a vida e as horas disponíveis de que poderia dispor o operário, camponês, empregado e outras categorias de trabalhadores. "O vampirismo é assim duplo e crescente: destrói-se por dentro o 'tempo' próprio da cultura popular e exibe-se, para consumo do telespectador, o que restou desse tempo, no artesanato, nas festas, nos ritos."[9] É isso que ocorre com a "macumba" que se exibe na televisão, com a "escola de samba" que se exibe no carnaval da avenida organizado pela indústria do turismo. O povo propriamente dito pouco ou nada se reconhece no samba da escola monumental e rica que desfila na avenida. A organização do desfile exige que o samba seja criado no ritmo de uma imensa bateria, cujo barulho cria a ilusão da música. Já não se usam mais os instrumentos miúdos, "a chamada cozinha do samba, que é o reco-reco, pandeiro, tamborim, cuíca, chocalho, essas coisas que dão aquele molho gostoso ao samba". Tudo se organiza para o imenso espetáculo que cria a multidão solitária. "Mas o samba não morre, e sabe por quê? Porque o nego pega um violão, vai no quintal do vizinho e junta cerveja. Rola o mesmo samba que sempre rolou. Nego canta samba novo, o samba do passado. O que ele não pode fazer dentro das escolas, ele faz na sua casa."[10]

O que há bastante, na cultura do povo, é sentido de vida. Pode ser que falte alguma coisa. Vida é que não falta. E vida no sentido de trabalho, criação, compaixão, ódio, amor, remorso, resignação, fatalismo, assombro, assombração, feitiço, encantamento, paganismo, companheirismo, movimento, luta, revolta. É assim que a vida se transforma em liberdade. É assim que se movimentam as gentes e as coisas, as idéias e as criações. Transformada em liberdade, a vida funda a cultura, a inventiva, o milagre da criação.

1. Alfredo Bosi, "Cultura brasileira", publicado por Durmeval Trigueiro Mendes (Coordenador), *Filosofia da educação brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1983, pp. 135-194; citação da p. 175.
2. Leonardo Arroyo, *A cultura popular em "Grande Sertão: Veredas"*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1984, pp. 21-22.
3. Leonardo Arroyo, *A cultura popular em "Grande Sertão: Veredas"*, citado, p. 15.
4. Mário de Andrade, Carta a Raimundo Moraes, datada de 20 de setembro de 1931, transcrita em *Macunaíma*, edição crítica preparada por Telê Porto Ancona Lopez. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora, 1978, pp. 321-323.
5. Mário de Andrade, *Entrevistas e depoimentos*, edição organizada por Telê Porto Ancona Lopez, São Paulo, T. A. Queiroz Editor, 1983, p. 105. Citação da entrevista de Mário de Andrade a Francisco de Assis Barbosa, datada de 1944.
6. Alfredo Bosi, "Cultura brasileira", citado, pp. 157-158.
7. Miroel Silveira, "Jeca-Mazzaropi, uma síntese de culturas", *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 de junho de 1981, p. 30.
8. Antonio Gramsci, *Os intelectuais e a organização da cultura*, tradução de Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968, p. 49.
9. Alfredo Bosi, "Cultura brasileira", citado, p. 162.
10. Paulinho da Viola, "Vinte anos de samba", *Voz da Unidade*, São Paulo, 29 de setembro de 1984, pp. 8-9.

LEI SARNEY: DESAFIO À COMPETÊNCIA

Maria Ignez Mantovani Franco

O grande dado inovador advindo da Lei Sarney é a instauração da prática da competência. O clientelismo sempre cultivado pelas instituições culturais brasileiras frente às não menos almejadas verbas públicas, notadamente insuficientes, será agora substituído pelo exercício profissional e o culto da competência. Conceber um projeto cultural, planejá-lo, viabilizá-lo economicamente e executá-lo será certamente mais estimulante e compensador do que cortejar uma função pública. A Lei Sarney pressupõe esta relação, estimula o estabelecimento de uma linguagem direta entre o produtor cultural e o empresário e alimenta novas formas de gerenciamento, produção e circulação no setor cultural.

Em meio a um sem-número de perspectivas, inquietações e indagações surgidas com a Lei Sarney, preocupam mais seriamente as omissões. Na elaboração do instrumento legal houve uma preocupação tangível em garantir aos museus cadastrados pelo MinC uma série de possibilidades de obtenção de auxílios financeiros, técnicos e de ampliação de seus acervos, sem contudo atentar para a necessidade básica e primeira de assegurar a cada museu brasileiro a possibilidade, ou melhor, o direito, que a condição de entidade cultural lhe atribui, de se cadastrar. Procuro discutir aqui as sérias barreiras que as instituições museológicas estaduais vêm enfrentando na tentativa de se cadastrar, uma vez que o Ministério da Cultura não lhes faculta o cadastramento autônomo, mas sim atrelado a órgãos centralizadores da ação cultural, ou seja, as secretarias estaduais ou entidades governamentais congêneres. Surge aí um divórcio imediato entre a intenção e a ação. De nada adianta estimular a interação museu *x* doador ou museu *x* patrocinador, se a operação pretendida tiver que pressupor um repasse orçamentário governamental. Estará aí fraudada a legitimidade da negociação direta, do estabelecimento de políticas culturais próprias e, mais que isso, a garantia de que cada instituição possa assumir a responsabilidade social de gerir os recursos recebidos e ao mesmo tempo preservar o nível técnico e profissional dos programas a serem desenvolvidos. As políticas culturais mais abrangentes partem invariavelmente do respeito às peculiaridades, às características, às diferenças e, acima de tudo, da fidelidade aos princípios de independência jurídico-administrativa, econômica e técnica de cada instituição museológica. De que adianta um dirigente de um museu conceber um projeto, conseguir sensibilizar um patrocinador e dispor de condições técnicas necessárias à implementação da atividade quando a negociação, o pacto, as garantias e obrigações não puderem ser assumidas diretamente de parte a parte? Abre-se aí uma brecha à impossibilidade de cumprimento de cronogramas de trabalho, de condições técnicas e operacionais acordadas e institui-se então, através de fundos de promoção cultural ou outras composições jurídicas assemelhadas, a operação financeira intermediada. Não deixa de ser de certa forma curiosa esta lei que condena *a priori* qualquer intermediação (Artigo 11), mas legitima o recebimento indireto de recursos, desde que, é importante dizer, o intermediário seja um órgão governamental.

Olhando-se por um outro ângulo, vê-se que o recurso proveniente da iniciativa privada com finalidade de injeção na manutenção ou desenvolvimento de atividades culturais de um museu estadual, ao ser canalizado via uma secretaria de Estado, atrela-se imediatamente à trama burocrática governamental e desvia-se da própria concepção da Lei Sarney que acertadamente privilegia o estabelecimento do diálogo espontâneo, rápido e eficiente entre as partes. Teme-se que o impedimento meramente formal que atualmente inviabiliza o cadastramento individual dos museus estaduais venha a impossibilitá-los de receber recursos financeiros privados de forma a torná-los, ao invés de beneficiários, vítimas da Lei Sarney.

Após nove meses da publicação da Lei Sarney pressupõe-se que a sociedade civil, o Estado, o empresariado e os diversos setores da produção cultural já possam apresentar uma avaliação parcial de sua aplicação e de seus efeitos. Do exercício, da prática, das experiências reais podem e devem ser extraídas as correções e sugestões de aperfeiçoamento. Este é o momento de agir com clareza e rapidez, desbloquear certos elos restritivos como o que aqui foi apresentado e permitir o livre entendimento entre os principais setores voltados para o desenvolvimento cultural do país.

Da interação entre o criar e o ousar, do estabelecimento de bases sólidas de negociação entre o empresariado e o setor cultural, da disposição governamental em permanecer na qualidade de elo estimulador, da determinação da sociedade em participar amplamente das discussões e deliberações sobre as questões culturais, poderá surgir o clima de credibilidade e confiança que a Lei Sarney ainda não conquistou.

São Paulo, 15 de abril de 1987.

Maria Ignez Mantovani Franco, museóloga, é diretora da empresa Expomus — Exposições, Museus, Projetos Culturais Ltda. e membro do Conselho Deliberativo do Museu de Arte Sacra de São Paulo.

SPHAN resumo cronológico

1920 Anteprojeto de lei de defesa do patrimônio artístico, em especial dos bens arqueológicos (Alberto Childe, Museu Nacional).
1923 3 de dezembro: Câmara dos Deputados: projeto de lei propõe criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos (Deputado Luís Cedro).
1924 16 de outubro: Câmara dos Deputados: projeto de lei visa proibir a saída do país de "obras de arte tradicional brasileira" (Deputado Augusto de Lima).
1925 10 de julho: apresentação do esboço de anteprojeto de lei federal de proteção do patrimônio artístico (Jair Lins, relator da comissão nomeada pelo Presidente de Minas Gerais para propor medidas de defesa dos monumentos históricos do estado).
1927 6 de dezembro: criação na Bahia da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais.
1928 24 de agosto: criação em Pernambuco da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais.
1930 29 de agosto: Câmara dos Deputados: projeto de lei propõe a criação da Inspetoria de Defesa do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional (Deputado José Wanderley de Araújo Pinho).
1933 12 de julho: o Decreto n.º 22.928 declara a cidade de Ouro Preto Monumento Nacional.
1934 14 de julho: o Decreto n.º 24.735 aprova o novo regulamento do Museu Histórico Nacional e organiza o serviço de "proteção aos monumentos históricos e às obras de arte tradicionais". **16 de julho:** entra em vigor a nova Constituição, cujo artigo 148 dispõe: "Cabe à União, aos Estados e aos Municípios [...] proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país."
1936 24 de março: o escritor Mário de Andrade conclui o anteprojeto do "Serviço do Patrimônio Artístico Nacional", elaborado a pedido de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde Pública. **19 de abril:** o Presidente da República autoriza o funcionamento, em caráter experimental, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; para a direção do órgão é nomeado o jornalista Rodrigo Melo Franco de Andrade. **15 de outubro:** o Presidente da República envia ao Congresso projeto de lei objetivando fixar "os princípios fundamentais da proteção das coisas de valor histórico ou artístico" e traçar "o plano de ação dos poderes públicos" na matéria.
1937 13 de janeiro: promulgação da Lei n.º 378, que dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública e oficializa a criação do SPHAN e do seu Conselho Consultivo. **10 de novembro**: golpe de Estado, dissolvendo o Congresso, interrompe a tramitação do projeto de lei sobre a proteção do patrimônio. **30 de novembro:** expedição do Decreto-lei n.º 25, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
1940 7 de dezembro: passa a viger o novo Código Penal, que prevê pena para os atentados ao patrimônio cultural.
1941 21 de junho: o Decreto-lei n.º 3.365, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, considera casos de utilidade pública a preservação de monumentos históricos e artísticos, a proteção de paisagens e a conservação de arquivos, documentos e outros bens móveis de valor histórico e artístico. **29 de novembro:** o Decreto-lei n.º 3.866 dá ao Presidente da República poderes para cancelar tombamento por interesse público.
1946 2 de janeiro: o Decreto-lei n.º 8.534 transforma o Serviço do PHAN em Diretoria, cria quatro distritos da DPHAN, com sedes em Recife, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo, e subordina à Diretoria o Museu da Inconfidência, o Museu das Missões e o Museu do Ouro.
1961 26 de julho: promulgação da Lei n.º 3.924, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.
1965 19 de novembro: aprovação da Lei n.º 4.845, que proíbe a saída, para o exterior, de obras de artes e ofícios produzidas no país até o fim do período monárquico.
1967 24 de junho: Rodrigo Melo Franco de Andrade deixa a direção da DPHAN ao aposentar-se e é substituído pelo arquiteto Renato Soeiro, funcionário do órgão desde 1938.
1970 27 de junho: o Decreto n.º 66.967 transforma a DPHAN em Instituto (IPHAN).
1973 21 de maio: sob a responsabilidade da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, é criado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (PCH), com dotação de recursos do Fundo de Desenvolvimento de Projetos Integrados, parte dos quais destinada às atividades do IPHAN; o Programa tem como coordenador o economista Henrique Oswaldo de Andrade.
1975 1.º de julho: fruto de convênio firmado pelo Ministério da Indústria e do Comércio com o governo do Distrito Federal, surge o Centro Nacional de Referência Cultural, coordenado pelo Prof. Aloísio Magalhães e tendo como meta principal traçar "um sistema referencial básico a ser empregado na descrição e análise da dinâmica cultural brasileira".
1976 26 de março: a Portaria n.º 230, do Ministro da Educação e Cultura, aprova o Regimento Interno do IPHAN, dando-lhe nova estrutura; entre seus órgãos descentralizados figuram nove Diretorias Regionais e sete grupos de museus e casas históricas.
1977 2 de fevereiro: as atividades do PCH estendem-se aos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.
1979 27 de março: Aloísio Magalhães assume a direção do IPHAN. **13 de novembro:** criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **17 de dezembro:** aprovação da Lei n.º 6.757, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória, entidade incumbida de executar a política da SPHAN; a Fundação absorve o PCH e o CNRC.
1981 10 de abril: criação da Secretaria da Cultura do MEC; a Secretaria do PHAN torna-se Subsecretaria, subordinada ao novo órgão, que tem como titular Aloísio Magalhães.
1982 abril: passa para 10 o número de Diretorias Regionais da SPHAN, agora também Representações Regionais da Pró-Memória. **1.º de julho:** o escritor Marcos Vinícios Vilaça assume a Secretaria da Cultura e a presidência da Pró-Memória, em substituição a Aloísio Magalhães, falecido a 13 de junho na Itália quando participava de reunião de Ministros da Cultura dos Países Latinos; para a Subsecretaria do Patrimônio é nomeado o Prof. Irapoan Cavalcanti de Lyra.
1985 15 de março: criação do Ministério da Cultura e nomeação do seu primeiro titular, Dr. José Aparecido de Oliveira; assume a Subsecretaria do PHAN o jornalista Angelo Oswaldo de Araújo Santos. **29 de maio:** o Prof. Aluísio Pimenta substitui o Dr. José Aparecido de Oliveira no Ministério da Cultura; o Prof. Ricardo Cioglia é nomeado Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória. **18 de julho:** restabelece-se a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tendo como titular o jornalista Angelo Oswaldo de Araújo Santos.
1986 14 de fevereiro: o economista Celso Furtado é nomeado Ministro da Cultura. **21 de março:** o Prof. Joaquim de Arruda Falcão é designado Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória. **8 de agosto:** aprovação do Regimento Interno da Secretaria do PHAN. **28 de novembro:** aprovação do Regimento Interno da Pró-Memória.
1987 24 de julho: criação da 11.ª Diretoria/Representação Regional, com sede em Manaus e jurisdição sobre Amazonas, Acre e Roraima. **2 de outubro:** o Prof. Oswaldo José de Campos Melo é nomeado Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória.

Esta reunião do Conselho Consultivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos convida a refletir sobre o que me parece ser a experiência mais significativa, ocorrida entre nós, no campo da política cultural.

O SPHAN, nome de batismo da atual SPHAN, nasceu com títulos de nobreza. O movimento de 22, ainda que marcado por nossa tradicional visão esteticista da cultura, foi um grito de alerta para a necessidade de afirmação de nossa identidade nacional. O negro real passou a substituir o negro idealizado, o índio real, o silvícola criado pelos indigenistas. O interesse pelos problemas reais da região e do País passa ao primeiro plano das preocupações de intelectuais de prestígio. E se fez mais lúcida a consciência de que havíamos vivido de costas para nossa herança cultural.

Ao SPHAN, surgido 15 anos depois de abertas as comportas da Semana de Arte Moderna, caberia elaborar o "Documento de Identidade da Nação Brasileira", na incisiva expressão de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Houve, inicialmente, o projeto de elaboração de uma "enciclopédia" da cultura brasileira, espécie de retrato do que somos como cultura e civilização, na tradição oitocentista de Diderot. Creio que foi Mário de Andrade quem logo percebeu quão ambicioso era o projeto, como foi o mesmo Mário de Andrade quem, respondendo a consulta do Ministro Gustavo Capanema, definiu o perfil do que viria a ser o SPHAN.

Estabelecer essa identidade estava longe de ser tarefa fácil. Seria mesmo tarefa "trabalhosa" e "espinhosa", como diria mais tarde Rodrigo. Tratava-se de criar um quadro de especialistas que se fizessem presentes por todo o imenso Brasil; tratava-se de defender a integridade de um patrimônio que sequer havia sido identificado. E tudo isso em um País que pouco refletira sobre o seu passado, e marcado por profundo desencontro entre elites e povo.

Acrescente-se que estamos longe de ser um País de identidade fácil de estabelecer. Nossas raízes européias estão marcadas por reconhecidas peculiaridades. Tendo desempenhado papel eminente na formação da Europa moderna, Portugal não conheceu, a rigor, nem o Renascimento nem a Reforma, essas duas grandes rupturas que deram origem à Modernidade. Essa a razão que levou mais de um observador a afirmar que a nossa cultura colonial, inclusive o século dezoito, tem nítidas afinidades com o medievo europeu. Inserimo-nos na modernidade em pleno romantismo do século dezenove, o que explica a quase nenhuma resistência que oferecemos à devastadora influência cultural francesa. E também explica a semi-amnésia que por muito tempo nos obnubilou com respeito ao nosso passado cultural.

Coube ao tenaz esforço do SPHAN, durante os mais de trinta anos que o dirigiu com abnegação e clarividência Rodrigo Melo Franco de Andrade, trazer à consciência do brasileiro o mundo submerso de seu rico passado cultural.

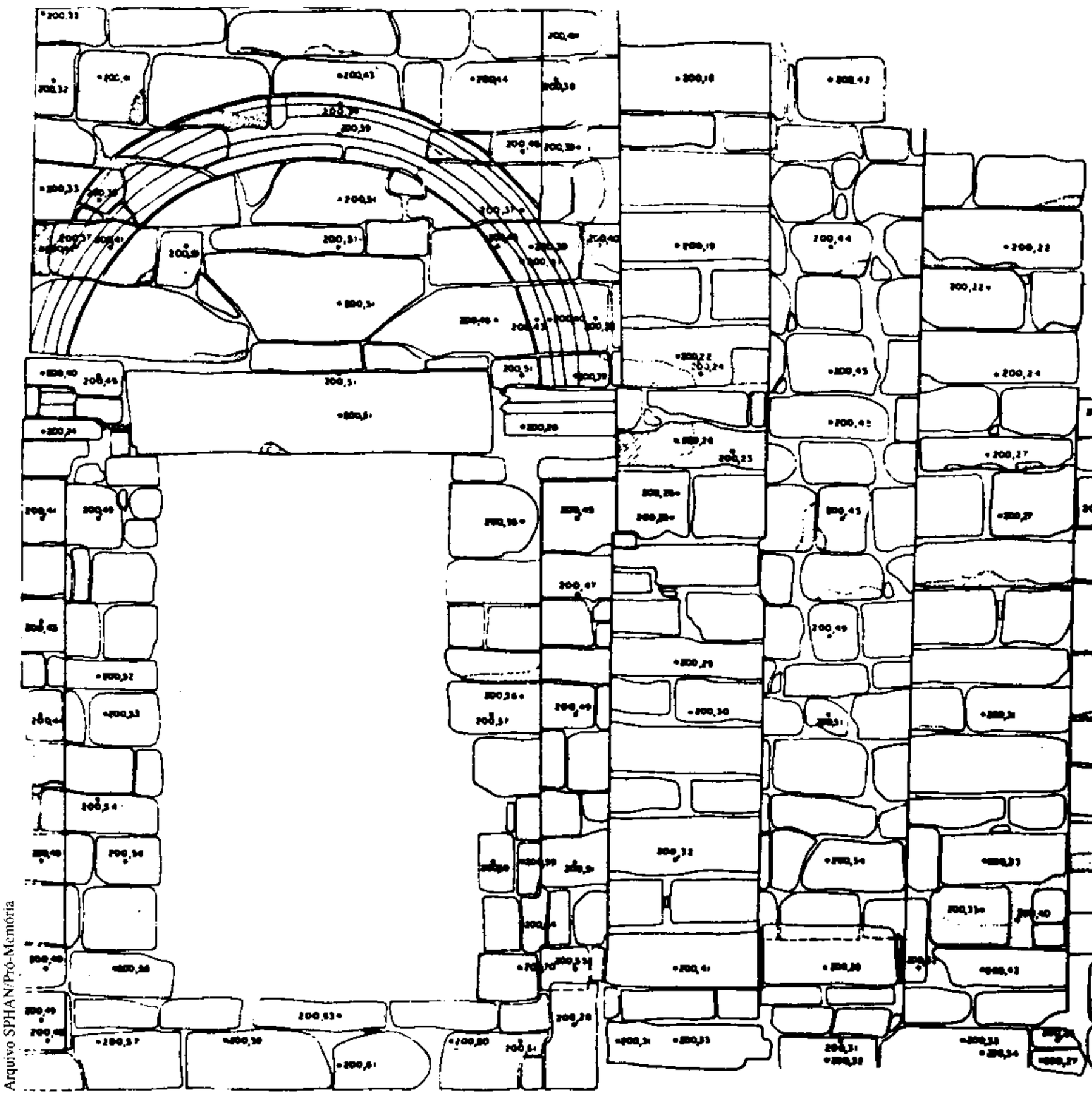
Creio que foi Ortega Y Gasset quem nos advertiu contra o tradicionalismo, que pretende substituir o presente pelo passado. Amar o passado, disse ele, é saber colocá-lo a serviço do presente. Portanto, antes de tudo é preciso conhecê-lo. O trabalho que realizou Rodrigo e foi continuado pela plêiade de discípulos que formou teve em primeiro lugar um caráter arqueológico, de descoberta e revelação de dimensões culturais perdidas, de emersão de valores que permaneceram recalcados no subconsciente coletivo por preconceitos culturais. Foi necessário esse esforço para que chegássemos a ter uma verdadeira identidade nacional, sem o que não alcançaríamos a plena maturidade cultural. O ambicioso objetivo que uniu em torno do Ministro Capanema um grupo de intelectuais há mais de meio século — dar identidade aos brasileiros — foi, portanto, alcançado. Esse é o legado do antigo SPHAN, de que todos podemos nos orgulhar, e que tem em Angelo Oswaldo de Araújo Santos, na direção da atual SPHAN, o continuador imaginativo e destemido de que se teria orgulhado Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Pronunciamento feito durante a 124ª Reunião do Conselho Consultivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizada em 13 de janeiro de 1987.

CELSO FURTADO
MINISTRO DA CULTURA

Preservação

Problemática geral
Tombamento
Patrimônio edificado
Bens móveis
Patrimônio arqueológico
Patrimônio natural



Arquivo SPHAN/Pró-Memória

RESTAURA-SE O PATRIMÔNIO

Angelo Oswaldo de Araújo Santos

A reflexão sobre o patrimônio cultural brasileiro, suscitada pelo cinqüentenário da SPHAN, provoca revisões conceituais, balanços e estudos críticos de caráter acadêmico, institucional ou jornalístico. Abrange, em horizonte maior, o painel polêmico de um entrechoque de posições diferenciadas. Registra-se, nele, o conflito de tendências político-ideológicas sobre o papel do Estado, o interesse público e os direitos da sociedade e do cidadão. Ao longo do ano jubilar, pratica-se a celebração simultaneamente tensa e sutil do embate entre direito de propriedade e preservação dos bens culturais. Questiona-se o destino de bens que devem escapar à autocracia de circunstanciais detentores, à vista do interesse superior que os hipoteca no pecúlio da história, tornando-os patrimônio da Nação, apenas resgatável pela fruição coletiva de seus claros valores culturais.

Investiga-se o dever do Estado, procura-se a sua autoridade, agora destituída do caráter autoritário e fortalecida pelo compromisso democrático reassumido com a Nação.

A ampla discussão travada na Assembléia Nacional Constituinte, e à volta dela, a respeito do elenco de problemas que requerem definições sintéticas e precisas, contribui para efervescer o debate. A consolidação orgânica do Ministério da Cultura, como instrumento de presença moderna do Estado, da sua política específica no Governo e da nova consciência da sociedade e do cidadão, também gera controvérsia, para não referir apenas o desconforto ou o melindre de algumas elites.

A elaboração da Carta desperta ainda mais a sociedade para a questão do patrimônio comum e estimula tanto o ardor preservacionista de grupos ativos na área, quanto a voracidade de contrariados interesses no jogo da especulação. É maior a tensão em centros metropolitanos, impondo a ostensiva defesa de bens literalmente tombados em recônditos projetos de verticalização da paisagem construída ou conservada em sua natureza.

Noções contraditórias ou equivocadas de ''desenvolvimento'', plasmadas em altos e baixos na vida nacional, acalentam a dizimação de bens culturais. Com disfarçado arsenal do arbítrio, manipulam rótulos rotos do ''progresso'', da ''democracia'' e da ''descentralização'', conceitos que o neoconservadorismo solapa, na presunção de atualizar velhas estratégias de controle.

Na perspectiva do Ministério da Cultura, sua progressiva estruturação alcança o ponto nevrálgico do sistema patrimonial, provocando celeumas, finalmente positivas, na medida em que clarificam caminhos e revigoram a defesa de uma política pública de tamanha relevância.

A criação do Ministério, em 1985, decorreu de vibrante mobilização, coordenada pelo Fórum Nacional de Secretários da Cultura, constituído dois anos antes, produzindo compromisso de Governo. Já o regime anterior pressentira o advento da pasta, através da Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura, a SEC do MEC. Mas o desmembramento dependia de momento político propício, que somente se configuraria em ambiente democrático.

A ação do Ministério suplanta, com paciente objetividade, críticas à presença explícita do Poder Público na cultura. Superou o trauma do monitoramento, forjado não só no período autoritário, mas no curso de toda uma história marcada por desconfianças recíprocas entre sociedade e Estado, no bojo de suas alternadas paixões de amor e ódio. Arrefecida a resistência, transparece o processo de aperfeiçoamento de uma organização estatal que se quer eficiente, articulada e antiburocrática, ao largo das formas de tutela, dirigismo e entravamento da atividade social.

O setor de patrimônio cultural constitui, nesse campo, dever precípuo e inalienável do Estado a serviço da sociedade e do cidadão. Mais que apoio, fomento e estímulo, igualmente indispensáveis, a ação do Estado aí caracteriza uma interferência direta, fundamental e imprescindível, porque trata da socialização cultural de bens de interesse público.

O Ministério da Cultura começou por restaurar a SPHAN na condição de Secretaria, órgão central de direção superior, tal como em 1979, no antigo MEC, quando o Patrimônio deixara de ser Instituto (IPHAN), depois de haver sido Diretoria e Serviço. A organização da Secretaria da Cultura do MEC, em 1981, transformou a SPHAN em Subsecretaria, conferindo ao titular da SEC a presidência do seu Conselho Consultivo (o Conselho do PHAN) e ainda a da Fundação Nacional Pró-Memória, que cabia ao titular da SPHAN quando Secretário.

Desmembrada a pasta da Cultura, seria espontânea a volta da Subsecretaria à posição anterior — e com a ênfase de a Secretaria estar agora no Ministério adequado. Mais natural deveria ser a reconstituição do sistema SPHAN/Pró-Memória, compreendida a Fundação como braço executivo da política patrimonial. Ela

Angelo Oswaldo de Araújo Santos foi Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e é o Chefe de Gabinete do Ministro da Cultura.

passara a sê-lo da própria SEC, como um todo, mas o Ministério chegava exatamente para reordenar funções e orientar políticas objetivas. Está-se diante de construções burocráticas para muitos confusas, embora assimiláveis de pronto se os complicadores não começassem pela própria sistemática da administração pública.

O emperramento em que se imobilizara o IPHAN levou Aloísio Magalhães, em 1979, a buscar mais que uma estrutura executiva flexível e apta a atender as exigências do tempo social e de sua própria personalidade, trepidante, inquieta e criadora. Fez com que ele sacudisse a pasmaceira conceitual, desarquivando textos luminosos de Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Atualizou-se a perspectiva de reflexão, revitalizaram-se idéias matriciais.

Como projetar, no âmbito da SPHAN/Pró-Memória, o programa amplo que Aloísio Magalhães veio propor? Como operar SPHAN/Pró-Memória no quadro descentralizador do Ministério da Cultura, aberto à emancipação e ao arejamento das áreas de seu envolvimento? Como, enfim, conjugar a lição de Rodrigo, a lição de Aloísio e a aula magna de Mário, meio século contado?

Aquela revolução no cerne conceitual do Patrimônio permanece no eixo dos programas de hoje. Absorvida, porém, como rotina de trabalho, na amplitude dos objetivos a se atingirem, faltava-lhe o desfecho operacional, que cabe ao Ministério da Cultura implementar, no plano político-administrativo.

À riqueza de conceitos redescoberta por Aloísio Magalhães correspondeu a carência de meios para lançá-la nas realidades do País imenso. A deficiência não era mais de visão. Nem de audição ou de fala, senão de tato. Como tocar esse universo, para além do texto? Como tangenciar o patrimônio intangível? A sociedade exige, o cidadão cobra, os corpos funcionais do Patrimônio estão conscientes. O Estado haverá de ser baliza e parceiro. No discurso das idéias brilhantes, uma política de patrimônio pede instrumentos concretos. Se recursos financeiros são sempre mais necessários, é inadiável o aperfeiçoamento de sua aplicação.

O fato de determinado mecanismo ser presumidamente ágil não significa tenha ele a reclamada destreza. É preciso integrar o instrumental operativo no instrumento formulador, e a ambos no tecido sócio-cultural do País, de maneira a se produzir o resultado almejado mediante respostas rápidas e eficientes. A administração indireta acabou por incorporar as mazelas do velho serviço público, e o seu horror ao DASP fez com que a burocracia se abatesse sobre as fundações com a ironia de uma vingativa caricatura.

A demanda complexa e abrangente que se avoluma sem trégua por todo o território nacional impõe ação que não se limite aos núcleos de alta ressonância ou à produção de exemplos que jamais encontram correspondência.

O programa básico do Ministério da Cultura reside na correção de distorções e desequilíbrios, pelo aprimoramento de um desempenho nacional, descentralizado e dinâmico, visando à parceria conseqüente nas áreas de patrimônio, produção, atividades sócio-culturais, intercâmbio e difusão. Tomado, na definição do Ministro Celso Furtado, como interação permanente de herança e criatividade, o Patrimônio reivindicava a revisão de seu aparelho conceitual, político e executivo, com os ajustes indicados pela realidade.

O que somos, afinal? O debate, internamente desdobrado desde a implantação do Ministério, tornou-se quase sempre rarefeito pela prevalência de estratégias diluidoras que, pontilhadas de "modernidade" e "democracia" na linguagem, armavam o malogro da unidade político-programática do Patrimônio e teciam projetos personalistas.

É elucidativo lembrar que, com a criação da Fundação Pró-Memória, a SPHAN foi imediatamente obrigada a deixar a redoma em que fora recolhida no organograma do MEC para assumir a coordenação de uma complexa estrutura, nascida de fora para dentro e desde logo francamente expansionista. A SEC do MEC descaracterizaria essa imbricação de forma que, quando restabelecida em 1985, havia resíduos de cultura institucional prontos a sugerir à cúpula da Fundação — plenipotenciária, pelos altos índices de centralismo — uma autonomia que terminava por apartá-la de seu próprio eixo, o Ministério, além de levar perplexidade aos corpos técnicos.

Esse confronto decorre do despreparo político de boa parte do estamento tecnocrático no autoritarismo. Recorrente em outras esferas da administração pública brasileira, resulta do fato de a imperativa modernização dos serviços processar-se fora deles, sustentada por frágeis cordões umbilicais, logo vistos como amarras por criaturas biônicas antagonizadas com o criador e ávidas de autonomia. É então que "liberdade" não se exerce enquanto possibilidade de desempenho criativo, mas como disfunção que acaba por aprisionar, na inércia, o sistema em que um ente do Direito Público e um outro do Direito Privado — este resultante de uma necessidade do primeiro — não alcançam coesão e harmonia.

A questão conceitual voltou a aflorar, nesse estágio, porque alçada ao serviço do choque entre as instituições. Não mais se tratava de abrir comportas, conforme o gesto audacioso de Aloísio Magalhães, à época de extremada penúria de idéias, para incorporar às preocupações e aos programas do Patrimônio o que porventura tivesse ficado à margem da larga estrada palmilhada. Alastrou-se, agora, no plano jurídico-formal, na tentativa de desviar problemas do Estado para a sociedade, sob a égide da "democracia" e da "liberdade" — apresentados o Ministério da Cultura e a SPHAN na qualidade de leviatãs burocráticos dispostos a destruir os "únicos" núcleos de ação competente do aparelho estatal — justamente onde, metamorfoseado, o Estado vira suicida, no sonho de uma danosa auto-suficiência de seus membros, verdadeiras ilhas da fantasia.

Neutralizavam-se, a esses olhos, o dever constitucional do Estado na área da cultura, vigente desde a Carta de 1934, e as demandas legitimadoras da sociedade, que dia a dia atestam o nítido e determinado desempenho do Patrimônio Nacional.

O IPHAN dos anos setenta vira-se esvaziado pelo massacre do próprio serviço público direto, ante a emergência de novos modelos, modernos em tese, mas centralizadores, inchados e morosos na prática. O que fazer, agora? É viável a



Max Grossmann/Arquivo SPHAN/Pró-Memória/s/d.

Lavatório na Igreja do Carmo, São Cristóvão, Sergipe.

salvação desses sistemas? O desafio, em verdade, era simples, neste caso. Tanto que, em tal ponto, suficientemente abastecido de dados e alternativas a que dera prazo bastante para maturação, o Ministro de Estado decidiu a solução pertinente.

O Ministério da Cultura restaura o sistema SPHAN/Pró-Memória, a fim de que ambas as instituições, com suas características peculiares, possam completar-se, harmoniosamente, proporcionando coerência e eficácia às ações esperadas, no contexto de uma política nacional de patrimônio que se reconhece vertente da política de cultura do Governo Federal, porque dela emanada.

Unificada a direção, é com naturalidade que se articulam diálogo e definição, conceito e prática, decisão política e ação executiva, de acordo com o que antevira Aloísio Magalhães, na exposição de motivos referente à criação da SPHAN/Pró-Memória. O sistema patrimonial tem, agora, serenidade para enfrentar o programa de descentralização (sem aspas) de suas ações, contemplando a pluralidade temática e todas as regiões do País, bem como para debruçar-se sobre a vocação nacional das entidades a ele vinculadas, tolhida por reiteradas disfunções.

A abertura para uma efetiva política nacional de patrimônio, em sintonia com a ação do Ministério nas demais áreas de que cuida e com os pleitos da sociedade, ensejará o enxugamento da burocracia da Fundação e a tão propalada agilidade, retirada, por fim, do mundo retórico. Este é o compromisso que o Ministério da Cultura, pela ação de seu titular, vem transplantar para a realidade, e os que vivemos o processo sabemos ser tudo isso perfeitamente factível.

É bem verdade que o programa do Patrimônio não se equaciona através do passe de mágica. A unidade de comando e a interação institucional mostraram-se a única saída, e é a nova fase, que através delas se inaugura, o momento de real consolidação dos avanços do Ministério, da SPHAN e da Pró-Memória, enquanto organizações voltadas para uma realidade ainda a se conquistar por inteiro.

A questão patrimonial é vasta em temas conceituais. A sua própria história, enquanto instituição, merece abordagem minuciosa. A contribuição rica e generosa do inesgotável Mário. As lutas e a coragem de Rodrigo. Mesmo antes deles, a ação de intelectuais e políticos que anteviram o Patrimônio, nos instantes precursores das décadas de dez e de vinte, anunciando a presença ordenadora do Estado e a participação dos Governos estaduais e municipais em desafio que, hoje, os jovens são os primeiros a empalmar, à frente de uma sociedade francamente sensibilizada.

Pareceu-me apropriado este depoimento sobre problema que procurei enfrentar, com lucidez, no decorrer de minha gestão na SPHAN, concluída, há pouco, sob a certeza de bons resultados e de que a unificação com a Fundação Nacional Pró-Memória representa o fator decisivo do encaminhamento modernizador, seguro e competente da política de patrimônio cultural.

A discussão democrática que se estabelece agora, com a soma das contribuições mais variadas, haverá de orientar a SPHAN/Pró-Memória, vale dizer o Patrimônio, para a eliminação de carências e o pleno exercício de um dever que o Estado brasileiro assumiu, há cinqüenta anos, como resultado da visão moderna a ele levada, pelos olhos de Gustavo Capanema, a serviço de nossa cultura.

PATRIMÔNIO INTERIOR

Antonio Candido



Kazys Vozylius/Arquivo SPHAN/Pró Memória

Atlante, detalhe de púlpito na Igreja do Carmo, Sabará, Minas Gerais.

Para mim o Patrimônio Histórico foi sobretudo uma questão de amizade, a partir dum grupo de pessoas integradas em certa atmosfera e certo modo de ser, que comecei a descobrir meio de longe ali por 1940, quando, por causa dum curso de Roger Bastide sobre Sociologia Estética, entrei em contato com o restaurado Convento de Embu e o jovem Luís Saia. Através dele tomei conhecimento do pessoal do SPHAN, na sua luta difícil para preservar acervos cujo valor era ignorado ou desprezado, sendo certo que vários bispos e padres mandavam arrancar as madeiras trabalhadas das igrejas, ou jogar fora as imagens barrocas a troco de outras de gesso, enquanto sacristães fundiam castiçais de prata para fazer correntinhas de canivete, com a orelha de couro na ponta.

Depois, percebi que o Patrimônio era antes de mais ninguém Rodrigo Melo Franco de Andrade, que conheci no I Congresso Brasileiro de Escritores em 1945 e de quem fiquei para sempre amigo fervoroso. Era tamanha a importância dele, que em 1943, quando os mineiros lançaram o famoso Manifesto, primeiro choque na ditadura do Estado Novo, não o deixaram assiná-lo, porque sabiam que as represálias viriam (como vieram), e a tarefa desempenhada por ele era de tal monta, que o interesse do país não permitia arriscar a sua permanência no Patrimônio.

Rodrigo era um homem notável sob todos os pontos de vista, desde a inteligência luminosa até a coragem sem limite, passando pela paciência e a capacidade de negociar. A sua dedicação era total, chegando à renúncia das próprias veleidades. Ele procurava inclusive apagar-se atrás da tarefa, desprezando qualquer brilho ou vantagem, como se quisesse dissolver-se no cumprimento do dever, concebido com o mais exigente rigor e apresentado, no entanto, como se fosse mera obrigação corriqueira. Sempre que ia ao Rio eu dava um pulo até o seu amplo escritório no Ministério da Educação, onde encontrava gente como Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Prudente de Moraes, neto. Rodrigo mostrava processos das lutas em

Antonio Candido, escritor, sociólogo, é autor de *Formação da literatura brasileira*, *Os parceiros do Rio Bonito* e *Literatura e sociedade*.

curso, fotografias de santos e prédios, e dava números da preciosa revista, que teve na minha geração um papel iluminador. Em torno dele, da sua energia e do seu raro encanto, gravitava o Patrimônio, empenhado num trabalho sério de gente disposta a fazer as coisas com ânimo salvador e a maior competência.

Em São Paulo convivi com Luís Saia, o tipo do que os franceses chamam (ou chamavam) ''bourru bienfaisant'', isto é, o sujeito de coração de manteiga que finge impaciência e mau humor, a fim de disfarçar a disposição de ajudar sempre, sempre se dedicar, mas parecendo contrariado e adverso. Saia foi meu amigo e me deu como presente de casamento uma das suas telas de amador, feita no entanto com mão de mestre. É um quadrinho lindo, cheio de inspiração no seu toque de surrealismo e mistério, onde figurou em atmosfera tempestuosa três mulheres misturadas a um empinado cavalo branco. Em contexto muito original, parece fusão de poema de Murilo Mendes com perspectiva de De Chirico.

No tempo de que estou falando, a seção paulista do SPHAN funcionava numas salas da Rua Marconi, onde Mário de Andrade tinha a sua mesa e onde fui diversas vezes, inclusive na companhia de Vinicius de Moraes, que em São Paulo (creio eu) fazia lá o seu pião. Certa manhã, sentado na mesa de Mário, Vinicius escreveu para mim, com letra nítida e firme, em papel timbrado do Patrimônio, a ''Balada do Mangue''.

Dois ou três dias depois da morte de Mário, em fevereiro de 1945, cheguei lá e encontrei Luís Saia com os olhos verdes mais arregalados do que nunca no rosto moreno: tinha encontrado sobre a mesa do amigo um envelope grande endereçado a mim com a letra dele. Abrimos num estado de emoção que se pode imaginar: eram poemas datilografados do inédito *Lira Paulistana*, inclusive a vasta ''Meditação do Tietê''. Ainda sob o impacto da morte inesperada, foi como se recebêssemos uma mensagem de além-túmulo.

De 1948 a 1951 passei anualmente temporadas em Belo Horizonte, e lá tive a sorte de ser acolhido de maneira fraterna pelo casal Lúcia e Antônio Joaquim de Almeida, além de manter relações amigas com Sílvio Vasconcelos, chefe



Eric Hess/Arquivo SPHAN/Pró-Memória/c. 1940

Vista de Sabará com a Igreja do Carmo ao fundo.

local do SPHAN. Mais de uma vez fui com Antônio Joaquim a Sabará, onde fica o Museu do Ouro, do qual era Diretor. No velho casarão ele comentava as quatro partes do mundo pintadas no forro, explicava o processo de fatura e timbre das barras, entre arcas reforçadas feitas para contê-las. Na Biblioteca folheávamos publicações encadernadas num pano grosso e áspero, típico do Patrimônio. Bem da escola de Rodrigo, Antônio Joaquim parecia sempre acanhado de saber as coisas, e era como se pedisse desculpas implícitas por estar tão bem informado.

Foi ele quem me iniciou de modo direto no universo da arte mineira antiga, revelando, por exemplo, na Igreja do Carmo, os dois santos tensos que se defrontam na sua carne de madeira pintada, São João da Cruz e São Simão Stock. Ele me explicou a importância dos púlpitos ondulados e dos atlantes, esclareceu o significado pioneiro da Igreja da Conceição, terminando no alto da colina pela miniatura iluminada da igrejinha do Ó. Nas manhãs frias, eu imaginava que o calçamento tosco de Sabará, entrando e saindo das dobras do morro num jogo de esconde-esconde, era o mesmo por onde acabara de passar o piquete dos dragões de Minas, que, no começo d'*O Mestre de Campo*, de Afonso Arinos, já vai a caminho da Vila Nova da Rainha, atual Caeté, cuja sólida Matriz também me foi mostrada por Antônio Joaquim.

Na sua casa de Belo Horizonte, no alto da Rua Tomé de Sousa, ele continuava discretamente a me instruir, com ar de quem vai deixando cair sem querer informações óbvias, que no entanto eram sempre reveladoras. E os olhos marítimos de Lúcia pareciam trazer o espaço que Minas não possui, com o qual sonha, e onde ela situou o mundo mágico das suas histórias. Sem contar que a própria Lúcia contribuiu muito para me instruir, com os seus belos livros sobre Sabará e Diamantina.

Como disse no começo, o Patrimônio para mim foi sobretudo uma questão de amizade e afeto, uma oportunidade de convivência e conhecimento devidos a bons amigos. Mas bem sei que um estudo objetivo mostraria como esses amigos, e todos os funcionários que não conheci nem conheço, realizaram profissionalmente com a inteligência e o coração uma das obras mais notáveis que este país já viu.

O PAÇO OU O POVO

uma visão possível do cinqüentenário

Olympio Serra

A Antônio Vicente Mendes Maciel
e a Rodrigo Melo Franco de Andrade*

Uma constante histórica dos setores dominantes da sociedade brasileira tem sido o esforço em construir um país com feição nacional.

Esse afã se redobra no instante em que a nacionalidade se confunde com os imperativos da modernização, isto é, da industrialização, da urbanização e da criação de critérios de orientação universais. A busca do todo homogêneo e uniforme por essas vias aguça-se a partir dos anos 20 e irá responder pela visão dos grupos sociais subalternos como alienados, heterônomos, detentores de práticas culturais dispersivas de forças e particularizantes. O diagnóstico, enfim, da heterogeneidade cultural, étnica, regional etc., enquanto impedimento a uma comunicação interna real, criadora de um sentido coletivo solidário e coeso. As práticas culturais diferenciadas dos diversos grupos sociais periféricos constituindo, portanto, uma conspiração contra a unidade, a coesão, o poder coletivo e a integração nacional, ou construção da nacionalidade (Stavenhagen, Rodolfo, 1985:30).

Essa sociedade fragmentada, em suma, não seria capaz de gerar transformações históricas. Assim, um fator externo homogeneizador deveria operar as mudanças imprescindíveis ao surgimento de um todo social capaz de movimentação coletiva solidária.

O Estado aparece como essa instância unificadora por onde se dariam tais transformações. Árbitro dos interesses em conflito, no processo de rearticulação desses mesmos interesses ele se tornaria autônomo, agenciando, eqüidistante, o bem comum e, por via de conseqüência, capacitando-se a promover a unidade e a coesão. É a intervenção do Estado que irá possibilitar a transição dos grupos sociais diferenciados para uma totalidade homogênea integrada, criando-se, desse modo, um povo organizado em nação.

O Estado getulista é um momento de exacerbação desse ideário. Do exercício do poder que adquiriu nos importa a sua preocupação com o simbólico. A necessidade de fazer prevalecer a unidade nacional sobre os particularismos de diversas ordens implicava na busca de signos unitários. Criar uma identidade nacional coletiva, uma intercomunicação dos grupos sociais diferenciados, criar uma identidade nacional, portanto, exigia o exame e trato do "conjunto de valores espirituais e materiais acumulados através do tempo" (Ortiz, Renato, 1985:96).

É nesse quadro e com essa moldura que surge o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Vive, desde o berço, algumas contradições óbvias, outras nem tanto, cabendo explicitá-las na medida em que podem levar ao desvelamento dos interesses a que tem servido, ao longo deste cinqüentenário (Ortiz, Renato, 1985:139). Uma forma, talvez, de contribuir para o aprofundamento das reflexões sobre problemas que lhe dizem respeito.

Queremos crer que a primeira contradição experimentada pelo SPHAN na concretude de sua ação tenha sido o perceber que a neutralidade do Estado com o discurso de promotor do bem comum esconde, na verdade, relações de poder, onde o conflito de interesses, em muitas oportunidades, coloca o mesmo SPHAN em confronto com as forças hegemônicas no âmbito do próprio Estado (Paula Faleiros, Vicente de, 1986:27).

São inúmeros os casos em que a intervenção direta do poder central, sem falar do poder segmentado, entra em choque com a agência setorial de preservação do acervo histórico e artístico. Fato que, sobre honrar os homens que sustentaram essa resistência, na verdade denuncia a reprodução das relações de poder no interior das ações culturais, com suporte no Estado.

Outra contradição crucial e curiosa é que o SPHAN, embora tendo como inspiração originária o movimento modernista enquanto busca de uma linguagem nova e própria nas várias formas de expressão — busca que inclui o resgate do passado —, vá de encontro à modernização, aqui já referida como o conjunto de iniciativas no sentido da racionalidade, da industrialização e da urbanização.

A contradição aparente aponta para vários conflitos além da oposição dialética: tradição e modernidade. Dentre esses nos cingiríamos à projeção espacial do processo de estruturação de classes da sociedade capitalista em formação, e que se constituirá no fator mais significativo da destruição de inúmeros sítios urbanos (Chaloub, Sidney, 1986:91 *et passim*).

Dois são os modos pelos quais essa destruição se dará. Primeiro, através das alternâncias de centros de riqueza e poder que geram mobilidade espacial intensa com migrações em número cada vez mais acentuado, implicando, obviamente, no abandono do todo ou parte de muitas das cidades. Depois, a aceleração dos processos de mudança dos equipamentos urbanos, que acabam por sugerir a visão da modernidade no papel de corretora da especulação imobiliária.

De toda forma, interessa aos grupos sociais hegemônicos a busca de preservação do patrimônio histórico e artístico, na medida em que este lhes possibilita

Olympio Serra, antropólogo, é assessor do Secretário de Atividades Sócio-Culturais do Ministério da Cultura.

*Estas reflexões se inspiram nestes insignes brasileiros que se dedicaram com afinco à preservação do nosso patrimônio e, claro, na minha musa, que me restaura.

instituir a sua própria competência enquanto saber universal e positivo sobre a sociedade, legitimado por uma história que espelhe a memória da sua superioridade política e social.

Nem sempre, porém, o desempenho institucional irá corresponder, linearmente, a esse tipo de expectativa. Em muitos casos a ação qualificada dos integrantes do SPHAN contribuirá para a descoberta de gênios do povo, estimulando até figuras populares na pesquisa e produção de conhecimentos sobre tais artistas e seus acervos (Alvim, Clara de Andrade, 1987:2).

De igual modo, os acervos sob proteção do Estado são tidos como de interesse coletivo, e a lealdade a esse ponto de vista cria uma ética dignificante, que se resume na ampliação de obstáculos às pressões do interesse privado.

Por outra parte, essa mesma ação em outro instante do processo e dentro do jogo de contradições, ensejará o atrelamento do órgão patrimonial ao mercado do lazer, submetendo, quiçá complementariamente, a tradição à modernidade. Recicla-se o conjunto arquitetônico de testemunhos históricos para consumo dos grupos sociais dominantes. Mais uma vez os interesses hegemônicos no interior do Estado ditando papéis. Sendo que agora atribuindo à tradição o papel de travesti de agente turístico de qualidade duvidosa. É, ainda, nessas circunstâncias que a ética duramente construída vai ser posta de lado, modificando-se até mesmo as instâncias de defesa do interesse coletivo, tornando-as mais facilmente manipuláveis pelos grupos de poder (MEC, SPHAN/Pró-Memória, 1980:134).

Constate-se, de qualquer maneira, que em nenhum momento o acervo patrimonial deixa de ser encarado, "de forma expressa operacionalmente, em termos de seu uso como elemento dinâmico de uma ativa e presente trajetória histórica" (MEC, SPHAN/Pró-Memória, 1980:43).

Queremos supor que a ruptura no sistema explicativo da dinâmica da sociedade brasileira, formulado pelos grupos hegemônicos dentro do Estado, vá ocorrer no momento em que surge uma presença crescente na cena política das práticas coletivas dos grupos sociais marginalizados: os populares, os habitantes de favelas, periferias e subúrbios, os grupos étnicos minoritários de poder, os migrantes, os trabalhadores, os garimpeiros, os camponeses, enfim os grupos sociais subalternos.

O exercício de apreensão dos modos como esses grupos sociais vivem e percebem suas condições inspira uma nova visão do cotidiano, não apenas como o lugar da reiteração e da redundância mas como o campo fértil de elaboração de estratégias de enfrentamento de classes e de grupos sociais. O lugar em que a dominação é exercida, mas onde se produz a resistência a ela. Vai daí a percepção desse conjunto de pessoas como atores sociais, sujeitos de suas próprias histórias e, portanto, com capacidade de gerar transformações na sociedade (Paula Faleiros, Vicente de, 1986:28).

A luta desses grupos por direitos sociais, econômicos e políticos desemboca, assim, no direito de fazer história e, por via de conseqüência, no direito à memória de sua resistência à dominação, da sua contestação sistemática ao poder. A resistência e contestação, aliás, é que os articula, coere e dá sentido coletivo. Como também lhes acentua a singularidade nas formas organizativas que inventam.

A compreensão, pois, da prática desses atores sociais em movimento poderá permitir a percepção da pluralidade, da diversidade e diferença específica como características positivas da nacionalidade que se está construindo. Creio que a grande contribuição do Centro Nacional de Referência Cultural esteja nas várias tentativas de incorporar à ação patrimonial essa visão da "dinâmica viva do cotidiano" (MEC, SPHAN/Pró-Memória, 1980:46).

Estou certo, no entanto, de que os movimentos sociais, afinal, é que tornaram possível o envolvimento da SPHAN/Pró-Memória com a história dos vencidos. Um envolvimento tímido, comprometido ainda com o ideário dos grupos dominantes, sendo, portanto, uma concessão ao exótico e ao excêntrico. Alimento a esperança, porém, de que o progressivo acirramento das contradições aqui comentadas desvele alguns princípios e os insira na prática concreta do Serviço do Patrimônio.

Tenho para mim que esses princípios são excessivamente óbvios, sendo sua obviedade tão meridiana que exige o auxílio da reflexão para que se os enxergue. Permito-me apontar alguns deles, na pretensão de que os estou percebendo sem os prejuízos do ofuscamento. Por exemplo, o de que o discurso da pluralidade cultural só faz sentido se redunda na aceitação efetiva dos novos campos simbólicos gerados pelos grupos sociais diversificados. O que implica na constatação de que a história se dá a despeito do Estado e se dá tanto nos centros quanto nas periferias.

Por último, quero crer que o óbvio mais incômodo, extraído dessa visão do cotidiano, seja o de que estamos, tudo e todos, no horizonte do efêmero. Agora, como nunca.

É, porém, na dinâmica cultural, que constrói, destrói e reconstrói o mundo, que podemos manifestar de que lado estamos, pelo que mantemos e preservamos.

BIBLIOGRAFIA

ALVIM, Clara de Andrade. *O antigo SPHAN e a nova Pró-Memória* (mimeo.). Brasília, 1987.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro, Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

BOLTSHAUSER, João. *Noções de evolução urbana nas Américas*. Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 1968.

CALASÃS, José. "Antônio Conselheiro, construtor de igrejas e cemitérios", em *Revista brasileira de cultura*, 5(16): 69-81, abr./jun. 1973.

CARVALHO, Airton, org. *A lição de Rodrigo*. Recife, DPHAN, 1969.

CHALOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O quotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da "belle époque"*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

CUNHA, Euclides Rodrigues Pimentel da. *Os sertões: campanha de Canudos*. Introdução de Werneck Sodré. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 27. ed., 1983.

MEC, SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil*. Brasília, Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

PAULA FALEIROS, Vicente de. "Estado e massas na atual conjuntura", em *Sociedade e Estado, Revista semestral do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília*, vol. I: 25-31, jun. 1986.

STAVENHAGEN, Rodolfo. "Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista", em *Anuário Antropológico 1984*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1985, 11-43.

SPHAN: REFRIGÉRIO DA CULTURA OFICIAL

Sergio Miceli

Mesmo críticos renitentes aceitariam que a experiência de preservação do assim chamado "patrimônio histórico e artístico nacional" constitui a política cultural mais bem-sucedida na área pública deste país. E tal concordância poderia ocorrer a despeito do fato de cada um deles manifestar reservas de bom calibre quer quanto aos conteúdos doutrinários cristalizados pela expressão entre aspas quer no tocante à substância factual a que cada um dos termos remete.

Ainda que se possa tirar proveito intelectual de um confronto entre a proposta original formulada por Mário de Andrade e os rumos tomados na prática pelo Serviço do Patrimônio, não me parece que esse exercício possa contribuir efetivamente para lidarmos com os impasses com que hoje se defrontam os responsáveis pela política preservacionista em quaisquer níveis da atividade governamental. Uma reconstrução histórica caprichada dos contextos regionais em que se escoravam Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade decerto matizaria essa colaboração tão fecunda de uma perspectiva institucional, mas isso não tornaria a proposta andradina politicamente viável na época de sua formulação.

A experiência social cosmopolita de um autodidata de gênio, mulato, sem profissão definida entre os homens de sua classe de origem, às voltas com uma sociedade complexa, diversificada, em ritmo alucinante de transformação, marcada pelo trinômio imigração-urbanização-industrialização, contrastava com o projeto de vida acalentado pelos herdeiros das elites mineiras, cindidos entre as lides burocráticas e o renome literário. Tanto isso não vem ao caso que os trunfos se mostraram complementares. Seja como for, a "generosidade etnográfica" da proposta andradina revelou-se descompassada das circunstâncias daquele momento, ao passo que a entronização do barroco firmou-se como a pedra de toque da política preservacionista.

Cumpre frisar esses aspectos na medida em que os conteúdos substantivos dessa política têm muito a ver com a conjuntura de sua criação. Nesse sentido, o SPHAN é um capítulo da história intelectual e institucional da geração modernista, um passo decisivo da intervenção governamental no campo da cultura e o lance acertado de um regime autoritário empenhado em construir uma "identidade nacional" iluminista no trópico dependente.

Essa geração de jovens intelectuais e políticos mineiros converteu sua tomada de consciência do legado barroco em ponto de partida de toda uma política de revalorização daquele repertório que eles mesmos mapearam e definiram como a "memória nacional". E nesse passo, o SPHAN é também um capítulo pouco conhecido mas prestigioso da história contemporânea das elites brasileiras, ou melhor, a amostra refinada e reverenciada das culminâncias de seu universo simbólico e, ao mesmo tempo, o inventário, arrolado à sua imagem e semelhança, dos grandes feitos, obras e personagens do passado.

A política do Patrimônio ostenta essa marca classista em tudo que lhe diz respeito. Basta consultar a lista publicada dos imóveis e monumentos tombados pelo SPHAN para nos darmos conta de que se encontram ali (sobre) representados os espécimes característicos de todas as frações da classe dirigente brasileira em seus ramos público e privado, leigo e eclesiástico, rural e urbano, afluente e decadente. O reverso desse tesouro tão apreciado é a amnésia da experiência dos grupos populares, das populações negras e dos povos indígenas, para citar apenas aqueles referidos pelo projeto andradino. No que concerne aos segmentos da cultura material selecionados, firmou-se uma opção inequívoca pelos bens de "pedra e cal" em detrimento de outras modalidades de acervo, a começar pelos materiais impressos passíveis de serem processados em arquivos e bibliotecas. Essa orientação se associa sem dúvida ao fato de terem sido os arquitetos os principais mentores na fixação de prioridade da política preservacionista.

O encanto pelo monumental, pela ostentação da riqueza metamorfoseada em testemunho de estilos artísticos, o embevecimento pelo ornamental, a crença na existência de soluções ótimas em matéria de organização espacial, e outras tantas posturas mentais condizentes com o projeto de restaurar um mundo de formas cujos laços com a experiência social de seus produtores e usuários vão se esgarçando a tal ponto que passam a justificar critérios autônomos de percepção e juízo.

A modalidade técnica escolhida para o trabalho de restauração enquadra-se nessa mesma lógica de embelezamento do estilo e conseqüente diluição das marcas sociais. Apesar das afirmações em contrário, a tradição preservacionista no Brasil nunca conseguiu superar a orienta-

Sergio Miceli é Livre-Docente em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, autor de *A noite da madrinha, Intelectuais e classe dirigente no Brasil* e *A elite eclesiástica brasileira* (no prelo).

ção doutrinária consagrada por Viollet-le-Duc, defensor da chamada ''reintegração estilística'' que não é outra coisa senão o delírio de ''purificar'' o prédio em vias de restauração de quaisquer acréscimos posteriores à sua construção original. O leitor pouco versado em assuntos de patrimônio poderá comprovar isso visitando algumas das igrejas restauradas nas capitais da região norte-nordeste, o Paço Imperial na Praça XV do Rio de Janeiro ou, então, qualquer trabalho de restauração arquitetônica guiado pela obsessão em recuperar o ambiente original, depurando-o dos vestígios das atividades ali desenvolvidas no correr de séculos. Valendo-se de plantas baixas ou de outra documentação remanescente, os técnicos passam sem mais ao desmonte dos altares da igreja, eliminando imagens e objetos de culto de épocas distintas daquela em que se deu o entalhe, em busca de arremedos de um espaço perdido e em nome de uma doutrina etnocêntrica de ''limpeza visual''. Mais recentemente, como por exemplo na restauração do Paço Imperial, os responsáveis pela obra procuraram sinalizar através de tabuletas os expurgos levados a cabo ao longo do trabalho, dando ao menos alguma informação sobre os usos históricos sucessivos do espaço em questão. No limite, tal postura redunda na construção de uma fantasia perfeccionista bastante dissociada da memória que podem ter os habitantes da vizinhança ou aqueles setores da comunidade cuja própria história de vida tenha alguma ligação com o espaço restaurado. Por outro lado, não se sabe bem por que a restauração de espaços arquitetônicos deva se pautar por critérios estilísticos tão puristas e não por uma orientação mais instrumental a exemplo daquela aplicada na manutenção de outras modalidades de acervo. Afinal, do ponto de vista da sociedade dos vivos, os monumentos podem e devem ser preservados a título estritamente precário, indicativo e documental, não se podendo acreditar na ilusão de estarmos hoje enxergando o Paço tal qual existia nos tempos de D. João VI. ''Se Versalhes falasse'' é uma utopia reacionária e saudosista e não uma façanha para o bico de técnicos em restauração.

A despeito do vezo decididamente elitista pelo qual enveredou o ''serviço do patrimônio'', é forçoso reconhecer que seus mentores fizeram muito bem a política que pretenderam implantar, cercando-se de uma equipe competente de especialistas, organizando um corpo doutrinário de técnicas e procedimentos, obtendo aprovação para uma legislação adequada aos alvos a que se propunham, editando uma revista de categoria internacional (a mesma que hoje nos convida a esse debate franco sobre a experiência institucional que lhe deu origem), e suscitando a afirmação de lideranças da estatura de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães no campo da política cultural.

Tais observações servem apenas para situar os contornos institucionais da experiência brasileira em termos de preservação do patrimônio. Seria possível esmiuçá-la com vistas a compreender as raízes históricas do por que as coisas se passaram dessa maneira. Entre inúmeros outros motivos, estou querendo sugerir que essa redoma elitista resultou de injunções associadas à relativa desimportância política das instituições culturais então criadas no âmbito do recém-implantado Ministério da Educação e Saúde Pública nos anos trinta, o que por sua vez viabilizou a reserva de caça onde atuaram os intelectuais e artistas recrutados durante a gestão Capanema. A mistura de proteção política e reduzido impacto intelectual foi uma das sementes do passadismo culturalista que passou a nortear as políticas preservacionistas. Talvez os resultados tivessem sido completamente diferentes caso a política de preservação tivesse caído em mãos de burocratas ou de folcloristas, mas nem por isso seriam intelectualmente mais instigantes ou institucionalmente melhor equacionados.

Por força do tipo de formação intelectual característica da geração de modernistas recém-incorporados à máquina governamental na década de 30, o SPHAN acabou assumindo a feição de uma agência de política cultural empenhada em salvar do abandono os exemplares arquitetônicos considerados esteticamente significativos para uma história das formas e estilos da classe dirigente brasileira. O acanhamento de recursos, a escassez de pessoal especializado, a baixa visibilidade política, a imensidão do acervo a ser tombado e restaurado, todos esses constrangimentos contribuíram para consolidar a via doutrinária e os partidos técnicos adotados, deixando-se de equacionar a questão do público potencial para as atividades desenvolvidas, ou melhor, a questão do retorno social dos recursos aplicados na preservação do patrimônio. Quase consigo antecipar a reação de mau humor de alguns preservacionistas convictos de velha cepa diante de muitas das questões e temas aqui abordados e que eles consideram externos ao seu ofício e impertinentes à sua política.

Entretanto, a característica mais fundamental prende-se ao teor institucional e doutrinário que passou a permear o funcionamento do SPHAN no contexto das políticas culturais inauguradas pelo Estado Novo. Em primeiro lugar, a própria natureza das atividades a cargo do SPHAN contribuiu para que a agência fosse conquistando crescente autonomia de operação e gestão. A continuidade dessa posição de relativa mas efetiva independência institucional foi lograda às custas de uma definição deliberadamente restrita dos campos de operação que desde então ficaram muito aquém da jurisdição completa que a legislação vigente autorizava. Aliás, essa definição operacional restritiva aos acervos de cultura material das elites deu margem à consolidação de instituições concorrentes e especializadas no trabalho de preservação dos patrimônios preteridos (arquivos públicos e privados, museus da imagem e do som, cinematecas, centros de documentação, centros de memória operária e sindical, entre outros). Tais rumos acabaram prejudicando o Serviço do Patrimônio tanto porque cercearam cada vez mais as possibilidades de renovação institucional como pelo fato de haverem suscitado contenciosos com instituições concorrentes como no caso do Arquivo Nacional. Vistos de outro ângulo, esses desdobramentos se revelaram no entanto bastante favoráveis ao desenvolvimento institucional na área cultural pública.

Tal sedimentação institucional foi convertendo o SPHAN numa espécie de refrigério da cultura oficial, vale dizer,

uma agência reivindicando um *status* estritamente técnico, impermeável ao clientelismo de balcão, cujas atividades e produtos somente poderiam ser avaliados por especialistas. Por conseguinte, afirmou-se como órgão capaz de constituir sua própria demanda no mercado cativo de bens culturais subsidiado pelo Estado, independentemente das preferências dos consumidores ou do público potencialmente usuário dos bens tombados e restaurados. Ainda que o antigo Serviço Nacional de Teatro ou o Instituto Nacional do Livro quisessem operar em condições idênticas, logo enfrentariam as resistências de suas clientelas (entre outras, as companhias de teatro profissional e os editores comerciais). O SPHAN não possuía outros clientes senão os arquitetos e os empreiteiros.

Tudo se passa como se a obra do SPHAN fosse uma documentação museificada cuja fruição estivesse apenas ao alcance de elites sofisticadas. Desde sua fundação até hoje, o Serviço do Patrimônio mostrou-se em geral pouco propenso a divulgar em escala adequada os frutos de sua atividade. E nem mesmo se preocupou com isso sequer como estratégia para garantir um aumento de verbas. O SPHAN conseguiu ser tão bem-sucedido nesse duplo empenho de especialização e isolamento institucional que de certo modo apressou a decisão recente de cindir-se a política cultural do governo federal em duas vertentes, derivando daí as conseqüências boas e más de um tratamento em separado em matéria financeira, administrativa e de pessoal. Essa solução talvez pudesse lograr uma razoável sobrevida não fora a gama diversificada de reivindicações trazidas por diversos setores da comunidade e por outros movimentos sociais. Os novos interlocutores dos responsáveis pelas políticas de preservação tendem quase sempre a equacionar a questão do patrimônio em termos de uma democratização tanto do acervo como das vias de acesso e fruição e dos debates que presidem à constituição do acervo, qualquer que ele seja. Eis o *xis* da questão do patrimônio que se poderá esclarecer melhor através de uma rápida aproximação comparativa com as tendências recentes ocorridas em dois casos limites, a França e os Estados Unidos.

A política do patrimônio constitui a função orçamentária mais importante da política cultural francesa, dando conta de quase 30% do conjunto das despesas públicas com atividades definidas como culturais. Operando como eixo de um complexo sistema institucional, o serviço francês do patrimônio abriga desde os monumentos e sítios históricos, passando pelos museus, bibliotecas e arquivos nacionais, até o trabalho de conservação e difusão dos acervos provenientes das artes e mídias contemporâneas de áudio e vídeo. Quando se sabe que, ao longo da década de 70, as despesas na área cultural pública beiraram 5% do orçamento nacional, o percentual mais elevado do mundo, cumpre deslindar algumas das razões responsáveis pela progressiva ambição doutrinária e institucional da política preservacionista na França, particularmente perceptíveis durante a gestão do ministro socialista Jack Lang.

"Tudo se passa como se a obra do SPHAN fosse uma documentação museificada cuja fruição estivesse apenas ao alcance de elites sofisticadas."

No limite, a política francesa do patrimônio foi dilatando a tal ponto as fronteiras de sua jurisdição que passou a abarcar quaisquer modalidades de expressão cultural, associadas a quaisquer suportes, buscando assim "solucionar" o desafio da seleção dos estoques a serem preservados pela avassaladora "universalidade" da jurisdição institucional que vem se delineando. Ao que tudo indica, essa tendência se firmou a partir do momento em que começou a lidar com os acervos da produção cultural contemporânea nos domínios das artes plásticas e dos mídias eletrônicos. Não demorou muito para que a definição operacional de acervo passasse a incorporar o registro dos experimentos científicos e tecnológicos, os laboratórios das línguas e dialetos vivos e cada vez mais a memória abrangente das experiências dos diversos grupos sociais e categorias profissionais, desde as frações de artistas e intelectuais até as camadas populares mais despossuídas em termos de capital material, escolar e cultural.

O conceito de patrimônio foi se antropologizando em tal proporção que passou a se mostrar sensível a toda e qualquer experiência social, repentinamente tomado pelos arroubos de um radical humanismo burocrático. Se as coisas não ocorrem exatamente assim na prática, como era de se esperar, são esses os conteúdos que a nova política do patrimônio implementada pelo governo socialista pretende nos impingir. Seria praticamente impossível imaginar que uma tal política pudesse tomar corpo numa sociedade que não contasse com um sólido respaldo social e até mesmo eleitoral a esse nível bastante elevado de comprometimento de verbas públicas. Ou então, que a roupagem etnográfica dessa nova política preservacionista pudesse obter audiência em sociedades onde as práticas de consumo cultural não incluíssem o hábito de contingentes expressivos da população de freqüentarem museus e outros espaços de familiarização com civilizações e culturas estrangeiras e radicalmente distintas da sociedade nativa. Por outro lado, não custa lembrar que tamanho empenho em termos de política cultural reflete também o peso relativamente importante da cultura no contexto da política externa francesa, traço que não deriva apenas dos delírios de grandeza de uma ex-potência colonialista. E por último, é preciso levar em consideração que esse montante expressivo de investimentos no campo da preservação do patrimônio assegura um retorno considerável através dos incentivos proporcionados a inúmeros setores da atividade econômica, a começar pela indústria do turismo e pelos diversos ramos do artesanato de luxo.

Ao invés de se guiar por critérios predominantemente estéticos ou estilísticos, a nova política do patrimônio da dupla

socialista Mitterrand-Lang buscou equacionar as questões relativas à constituição do acervo através de critérios de representatividade etnográfica importados das ciências sociais. Além de operar com uma definição onde o popular tem presença garantida, um princípio ativamente assumido dessa nova postura preservacionista tem a ver com a exigência de utilização socialmente produtiva dos bens preservados por parte de seus beneficiários e com os incentivos à instalação de novos espaços de divulgação conducentes à democratização do acesso aos acervos.

Nos Estados Unidos, ocorreu uma divisão entre o campo da conservação e o da preservação, o primeiro cobrindo o trabalho desenvolvido pelos museus, arquivos, bibliotecas e centros de documentação dos mais variados suportes, enquanto o segundo lida, prioritariamente, com o patrimônio arquitetônico e/ou ambiental e por essa via se inscreve entre os objetos centrais das políticas de planejamento urbano. O trabalho de preservação encontra-se quase todo em mãos de associações e empreendimentos particulares, a maioria deles com fins abertamente lucrativos, dispondo-se até o momento de uma legislação protecionista ainda incipiente, se comparada à situação francesa, e no interior da qual torna-se difícil discernir as principais linhas de força em face da variedade de litígios arbitrados pelos poderes municipais e locais. As experiências de preservação de alguns centros históricos servem bem para explicitar os grupos de interesses mobilizados na população e que certamente contribuíram para a deselitização inequívoca em experimentos como Williamsburg.

De qualquer maneira, tanto nos Estados Unidos como na França, as políticas e os responsáveis pelas agências (públicas e privadas) de preservação se tornaram mais permeáveis às demandas formuladas pelos movimentos sociais atingidos pelas conseqüências danosas das políticas preservacionistas em grandes conglomerados urbanos, ou então, mais sensíveis às reivindicações de grupos profissionais, étnicos, lingüísticos e confessionais afetados por decisões de teor preservacionista por eles consideradas prejudiciais.

A ampliação da jurisdição dos acervos considerados "dignos" de preservação significou, no limite, a aceitação tácita de uma ruptura com as hierarquias até agora vigentes de legitimidade estética e cultural, tendência que correu paralela à crescente interferência de critérios etnológicos e/ou sociológicos em detrimento dos parâmetros do gosto burguês de origem européia até bem recentemente utilizados tanto para a montagem dos acervos como para atribuição do *status* (cultural e monetário) dos espécimes e coleções integrantes.

"O conceito de patrimônio foi se antropologizando em tal proporção que passou a se mostrar sensível a toda e qualquer experiência social."

Neste passo, o movimento preservacionista nos países desenvolvidos acabou se tornando caudatário de outros movimentos sociais em luta pela defesa do cenário urbano e do meio ambiente (e contra os projetos de "enobrecimento"/ *gentrification* de bairros decadentes), pela afirmação dos direitos das minorias (étnicas, confessionais etc.) à "diferença", convertendo-se por assim dizer num recurso político nada desprezível e em condições de ser acionado com êxito pelos movimentos sociais e suas lideranças.

Quão distinta é a situação brasileira quer em termos do volume de recursos disponíveis, da jurisdição coberta, quer no tocante ao tamanho dos públicos atingidos ou mobilizáveis como consumidores de bens e eventos produzidos pelas agências executoras da política do patrimônio. Numa sociedade afluente com menores desigualdades econômicas e sociais, o debate em torno dos acervos a serem preservados acaba se resumindo à questão dos procedimentos estilísticos, à modalidade da preservação e não ao objeto mesmo dessa prática de política cultural, ao que merece ser preservado. As coisas assumem tal feição pelo fato de haver um volume suficiente de recursos para atender em alguma medida, por mínima e retórica que seja, às demandas de quaisquer grupos sociais capazes de lograr sua veiculação. O mesmo não ocorre por aqui. Numa sociedade como a nossa, marcada por iniqüidades de todo tipo, até a tendência de reorientar a política do patrimônio na mira dos acervos e experiências dos grupos populares pode redundar numa folclorização sofisticada, ou então numa tentativa conceitualmente problemática e um tanto contraditória de se querer comprovar empiricamente a existência e sobretudo a validade simbólica de acervos irredutíveis à lógica de sentido dos grupos dirigentes.

As reações das próprias agências públicas de preservação a essas tentativas incipientes de reforma parecem adotar uma postura bastante defensiva que acaba redundando numa política preservacionista "ultrajada" e ressentida. Vale dizer, em lugar de incorporar as críticas e sugestões já formuladas, a política preservacionista oficial deixa transpirar indícios preocupantes de que o último grito em matéria de preservação será o trabalho de tombar o próprio SPHAN, buscando justificar a manutenção do *statu quo* fazendo alarde dos méritos do acervo já constituído e do trabalho acumulado. Pois bem, há motivos para comemoração e razões de preocupação.

Os dilemas com que se defronta qualquer política de patrimônio atualmente, inclusive a brasileira, se referem quase todos à questão da democratização. Bem entendido, trata-se de democratizar o acervo, os métodos de exposição do acervo, os meios de acesso ao acervo, os espaços de debate sobre o acervo; trata-se igualmente de assegurar a representatividade dos setores da comunidade e dos movimentos sociais atingidos por decisões preservacionistas. E não adianta tapar o sol com as peneiras do elitismo e/ou do populismo, muitas vezes embaladas em consórcio por especialistas do belo e diletantes do pobre.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS, DOCUMENTOS DE CULTURA

Antonio Augusto Arantes

Uma das peculiaridades talvez mais marcantes do patrimônio cultural de toda a região sul do Brasil é a sua tão mal preservada diversidade. A presença dos imigrantes e de sua herança é tão forte em algumas localidades que freqüentemente não é difícil reconhecer, às avessas, uma vertente luso-brasileira em contextos ítalo, nipo, judaico ou teuto-brasileiros. Apesar disso, em São Paulo, por exemplo, o Casarão do Chá é o único bem associado à imigração reconhecido pelo governo federal como parte do patrimônio cultural nacional. Ele foi construído pelo arquiteto-carpinteiro Kazuo Hanaoka para abrigar uma fábrica de chá, no Município de Mogi das Cruzes, no ano de 1942. Esse edifício, que está detalhadamente descrito em volume publicado pelo Condephaat, está sendo preservado graças à ação perseverante de pesquisadores respaldados por segmentos da comunidade nipo-brasileira que têm se mobilizado para que ele seja, "a um tempo, símbolo de um passado e espaço, hoje, de vivência cultural".[1]

Na bibliografia especializada — assim como na ação dos órgãos oficiais de preservação no Brasil — há relativamente pouca reflexão sobre alguns aspectos da questão preservacionista que se põem em relevo em casos como esse, em que o sentido de se preservar um bem ultrapassa os limites de suas características formais ou valor testemunhal. Nesse caso, tal "transbordamento de sentido" dá-se positivamente: a preservação de um monumento que testemunha a imigração ao mesmo tempo informa a comunidade nacional como um todo e, particularmente, os imigrantes e seus descendentes, motivando-os a procurarem saber mais a respeito de sua própria história e de sua posição nesta sociedade. Além disso, ela é um processo socialmente aglutinador porque propicia a ação do grupo em torno de um núcleo de interesse comum e, ao mesmo tempo, específico (no sentido de ser diferenciado dos demais e, de certo modo, exclusivo).

Na preservação de outros bens, como por exemplo o Instituto de Educação Caetano de Campos e a residência de Gregori Warshavchick, à Rua Santa Cruz, na cidade de São Paulo, reencontra-se o mesmo tipo de mobilização a partir de interesses de comunidades identificadas positivamente com o bem: no primeiro caso ex-alunos, no segundo pessoas residentes no mesmo bairro. Ao lado desses, há diversos casos em que sobressai, em vez disso, o desencontro entre os interesses imediatos dos órgãos preservacionistas e os da comunidade diretamente afetada. Por exemplo, os centros históricos de Iporanga e Santana do Parnaíba, a Serra do Japi, a capela de São Miguel Paulista, são casos em que ou a comunidade é frontalmente contrária à preservação, ou ela exige negociar os termos em que a preservação será feita ou contesta a destinação que se dá ao bem tombado.

Todos esses exemplos indicam que a ação desenvolvida pelos órgãos oficiais se realiza com variados graus de autonomia em relação à vontade política da sociedade. Decorra ela de iniciativa respaldada em princípios estritamente técnicos ou da pressão exercida por movimentos e grupos politicamente organizados; ela não é jamais ação culturalmente neutra que possa ser reabsorvida suave e homogeneamente por toda a sociedade. A "preservação" do patrimônio cultural é, antes, prática social que acrescenta novos bens, valores e processos culturais à experiência da comunidade envolvida. Nesse sentido, ela é sempre uma forma de intervenção.[2]

A partir de um sobrevôo pelo conjunto de bens tombados pela SPHAN no Estado de São Paulo, pretendo formular, ainda que tentativamente, algumas questões com o objetivo de contribuir para um avanço na compreensão da cultura que se cria e dos processos sociais envolvidos na preservação do patrimônio cultural.

I. O Brasil em São Paulo: comentários à ação desenvolvida pela SPHAN

No Estado de São Paulo,[3] a SPHAN tombou até a presente data 50 bens imóveis, sendo 47 edificações individuais e três conjuntos (os remanescentes da vila colonial de São Vicente, a aldeia de Carapicuíba e as casas modernistas de Warshavchick), seis conjuntos de bens imóveis e uma imagem isolada. Os imóveis são, em sua quase totalidade (cf. Quadro I), templos e conventos católicos, sedes de propriedades rurais e residências urbanas, construídos principalmente entre os séculos XVII e XIX (44/50).

Antônio Augusto Arantes, antropólogo, é professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Secretário de Cultura de Campinas. Foi presidente do Condephaat (1982-84) e publicou, além de diversos artigos, os seguintes livros: *O trabalho e a fala* (Kairós, 1982), *O que é cultura popular* (Brasiliense, 1981, 11.ed.) e *Produzindo o passado* (Brasiliense, 1984).

QUADRO I

Tipos de imóveis	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	Total
Remanescentes	1	—	—	1	—	2
Templos católicos/conventos	—	6	8	—	—	14
Sedes de propried. rurais	1	4	3	5	1	14
Residências urbanas	—	1	2	8	1	12
Centros históricos	1	—	—	—	—	1
Ed. milit. adm. judiciárias	1	1	2	2	—	6
Outros usos	—	—	—	1	—	1
Total de bens imóveis	4	12	15	17	2	50

Bens móveis: Coleção do Museu Paulista, do Museu de Arte Contemporânea, do Museu de Arte de São Paulo e do Museu de Arte Sacra, 14 telas de Portinari e uma imagem de Nossa Senhora da Escada

QUADRO II

Localização	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	Total
São Paulo e arredores	1	8	4	—	2	15
Santos e arredores	3	2	3	2	—	10
Vale do Paraíba	—	—	2	7	—	9
São Sebastião e arredores	—	—	2	1	—	3
Itu	—	—	2	1	—	3
Itanhaém	—	—	2	—	—	2
Alta Mogiana	—	—	—	2	—	2
Atibaia	—	—	—	1	—	1
Campinas/Rio Claro	—	—	—	2	—	2
Iperó (Sorocaba)	—	—	—	1	—	1
Total	4	12	15	17	2	50

QUADRO III

Data de tombamento	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	Total
1937/47	3	6	6	1	—	16
1948/57	1	3	4	2	—	10
1958/67	—	3	5	7	—	15
1968/77	—	—	—	7	—	7
1978/87	—	—	—	—	2	2
Total	4	12	15	17	2	50

A maior parte dessas edificações está localizada sobre os eixos São Paulo—Santos, vales do Tietê e do Paraíba, que são áreas significativas fundamentalmente do ponto de vista dos ciclos econômicos que se desenvolveram na Colônia e no Império (cf. Quadro II).

Tomando-se por base as datas em que foram feitos esses tombamentos (Quadro III), nota-se que esta ação desenvolveu-se, grosso modo, em volume decrescente, havendo drástica diminuição dos tombamentos nas duas últimas décadas. Apenas muito recentemente alguns poucos bens construídos neste século foram considerados parte integrante do patrimônio oficialmente reconhecido no âmbito federal.

É certo que esses tombamentos foram apenas uma parte do trabalho de preservação desenvolvido pela SPHAN: embora certamente o mais efetivo. Igualmente importante foi a atitude das pessoas que conduziram esse órgão, como exemplo a ser seguido nos Estados e Municípios, e fundamentais a legislação, a jurisprudência e os precedentes criados por essa ação. Além disso, listas frias interessam pouco, como nos alertou há tempos Walter Benjamin: "It is to cheat oneself to the richest prize to preserve as a record merely the inventory of one's discoveries, and not this dark joy of the place of the finding itself".[4]

Sem prestar atenção exagerada a esses números, entretanto, tira-se deles a impressão de que a ação oficial de preservação partia, em São Paulo, de um universo fechado, que foi mais ou menos identificado na primeira década (período em que a 9ª Região esteve sob os cuidados de Mário de Andrade) e graças à pesquisa tecnicamente exigente de Luís Saia (seu auxiliar e sucessor no órgão). Com o desenvolvimento do trabalho, foi-se esgotando esse universo, tendo-se mantido, grosso modo, o século XIX como "profundidade histórica mínima" para os bens que viriam a constituir a contribuição de São Paulo ao patrimônio histórico e artístico nacional, no que diz respeito a bens imóveis ou "monumentos arquitetônicos". Efetivamente Saia chegou mesmo a sugerir à direção da SPHAN[5] o cancelamento de medidas de preservação de alguns bens por considerá-los não abrangidos pelos critérios de valor teste-

munhal ou antiguidade pré-oitocentista, deixando de lado, por exemplo, a questão do seu eventual valor ambiental. Aliás, é de se notar que cinco das 13 residências urbanas e sedes de propriedades rurais construídas no século XIX foram selecionadas por estarem associadas a personagens ilustres.[6]

O próprio Mário de Andrade, que foi um dos mais entusiastas incentivadores dessa luta, à qual deu efetivamente contribuições inestimáveis,[7] conhecia bem esse ponto de partida e não tinha uma expectativa muito alta sobre o que, de resto, aqui existiria de histórica e artisticamente significativo. O seguinte parágrafo, por exemplo, introduz uma listagem de ''monumentos arquitetônicos de valor histórico ou artístico, dignos de tombamento federal'':

''Cumpre-me ainda lembrar mais uma vez o que já afirmei a V. Ex.ª verbalmente. Não é possível esperar-se de São Paulo grande coisa com valor artístico tradicional. As condições históricas e econômicas deste meu Estado, a contínua evasão de paulistas empreendedores para outras partes do Brasil nos séculos XVII e XVIII, o vertiginoso progresso ocasionado pelo café, são as causas principais da nossa miséria artística tradicional. Ou ruínas de quanto o progresso rastaqüera não cuidou de conservar, ou precariedades duma gente dura e ambiciosa, que menos cuidava de delícias que aventura. Se é sempre certo que sobram aos Paulistas mil meios de se consolar de sua pobreza artística tradicional: consolação não modifica a verdade. E esta é a que V. Ex.ª surpreenderá da enumeração que segue.''[8]

No *Primeiro Relatório*, documento através do qual Mário encaminha à Diretoria da SPHAN em 1937 uma primeira lista de monumentos dignos de tombamento federal, chama a atenção o contraste entre a presença maciça de igrejas, capelas e conventos e as poucas e imprecisas referências à ''arquitetura civil''. Essa tendência de ênfase à arquitetura católica é confirmada no *Segundo Relatório*, onde se encontra um cuidadoso estudo intitulado ''A pintura religiosa na região de Itu''.

A partir dos números apresentados no Quadro I acima, o que se destaca efetivamente no conjunto dos tombamentos fe-



Arquivo SPHAN/Pró-Memória/s/d



Arquivo SPHAN/Pró-Memória/1984



Arquivo SPHAN/Pró-Memória/c. 1900

Dos três conjuntos tombados pela SPHAN em São Paulo, dois destaques e uma vista geral: Capela de São João, aldeia de Carapicuíba; a casa da Rua Itápolis, 961, uma das três casas modernistas de Warshavchick; e a vila colonial de São Vicente no início do século durante a Feira Franca.

derais realizados em São Paulo são bens constitutivos da vertente luso-brasileira de nossa cultura e, no interior desta, o trecho de sua linha de desenvolvimento principal que vai do bandeirismo à cafeicultura no Vale do Paraíba. Certamente por coincidência, mas uma coincidência significativa, uma das construções mais recentes entre as preservadas é justamente a casa onde se realizou, em 1873, a Convenção Republicana de Itu! A não ser por alguns objetos pertencentes ao acervo do Museu Paulista e alguns poucos bens imóveis esparsos,[9] na relação dos bens tombados pelo governo federal em São Paulo nada se encontra que se relacione com as grandes transformações urbanas por que passou a cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século, não há referência às ferrovias, nem aos Guarani e outros grupos indígenas que habitaram esta parte do Brasil e nem mesmo aos imigrantes, exceto o que já mencionei no início deste artigo.

Diversamente do que ocorreu em Pernambuco, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, principalmente após 1967/68, a maior parte do patrimônio cultural localizado em São Paulo ficou para ser preservado a nível estadual, onde tardiamente se criou o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat).[10] Aliás, 1967/70 é um período muito importante para a definição dos rumos dessa questão. Além da saída de Rodrigo da Diretoria da SPHAN, com o que se encerrava, precisamente em 1968, o que ficou consagrado como tendo sido a fase heróica do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foram estabelecidos oficialmente, nos anos seguintes, alguns princípios de trabalho que afastaram ainda mais São Paulo do contexto nacional e, o que é mais grave, vincularam explicitamente o "patrimônio histórico" aos interesses da indústria do turismo, distanciando-o da questão cultural mais ampla. Refiro-me a alguns princípios fixados pelas *Normas de Quito*, pelo *Compromisso de Brasília* e pelo *Compromisso de Salvador*.

No primeiro documento, assinado por diversos países latino-americanos em 1967, dava-se uma solução equivocada a um problema real. Na reunião de Quito estudou-se, nas palavras de Carlos Lemos, "a situação do patrimônio monumental em face do momento americano, onde a crônica falta de meios se mescla à desorganização, comprometendo conjuntos significativos dada uma má 'administração do progresso urbano' ". Afirmam as *Normas de Quito* que, principalmente nos países em desenvolvimento, "não é exagerado afirmar que o potencial de riqueza destruída com estes irresponsáveis atos de vandalismo urbanístico, em numerosas cidades do Continente, excede em muito aos benefícios à economia nacional derivados das instalações e melhorias de infra-estrutura com que pretendem justificar-se".[11] Para fazer frente a esse problema, entretanto, a solução preconizada pelo documento foi o *enhancement* desses bens[12] de modo a que eles pudessem gerar dividendos financeiros através do turismo.

"A ação desenvolvida pelos órgãos oficiais não é jamais ação culturalmente neutra que possa ser reabsorvida homogeneamente por toda a sociedade."

Aliás, em 1969, o mesmo assunto estava sendo debatido nos Estados Unidos, onde a cultura tem sido freqüentemente não tanto *big government* mas, principalmente, *big business*. Naquele país, com repercussão em todo o mundo, disse o presidente do American Export Industries Incorporated, o qual, ao mesmo tempo, era o presidente do Board for the South Street Seaport Museum, em seu discurso ao National Trust for Historic Preservation dos Estados Unidos: "Como homem de negócios, não me foi difícil perceber a atração do Museu do Porto Marítimo de South Street (ele está falando de um investimento de 240 milhões de dólares), com os seus efeitos inevitáveis sobre os valores imobiliários, e, ao mesmo tempo, proporcionando uma área cultural e de recreação de baixa densidade para os residentes e visitantes de Nova York. O que interessa às pessoas", disse ele, "deve no limite interessar aos homens de negócio. Não há escapatória!"[13]

Voltando ao lúcido ceticismo de Lemos, "sinceramente, não acreditamos que os valores propriamente culturais não se desnaturalizem e nem se comprometam ao vincularem-se aos 'interesses turísticos' ", dizia ele, referindo-se aos argumentos tornados oficiais pelas *Normas de Quito*, "se até mesmo um acúmulo de visitantes, num museu improvisado qualquer, que se acotovelam apertados e embasbacados, um ambiente que fora destinado evidentemente a outras práticas alheias à visitação coletiva, já constitui um comprometimento e até mesmo uma violência".[14]

Em 1970, o *Compromisso de Brasília* reconhecia "a inadiável necessidade de ação supletiva dos Estados e dos Municípios à atuação federal"[15] e, em 1972, o *Compromisso de Salvador* o ratificava, acrescentando recomendações no sentido de que se desenvolvesse a indústria do turismo, "com especial atenção para planos que visem à preservação e valorização dos monumentos naturais e de valor cultural especialmente protegidos por lei".[16]

Em 1977, *Portaria Interministerial* assinada pela SEPLAN, MEC e MIC decide destinar os recursos previstos na E.M. nº 24 de 2/2/77 "à restauração progressiva de monumentos e conjuntos de valor histórico e artístico e à preservação de expressões culturais significativas, *com o objetivo de criar infra-estrutura adequada ao desenvolvimento e suporte de atividades turísticas*".[17] Estava definida a filosofia do Programa "Cidades Históricas", cujos relativos benefícios uma vez mais iriam passar a muitos quilômetros de São Paulo.

Chama a atenção nessa trajetória a crescente ênfase dada aos interesses materiais decorrentes da ação preservacionista. Efetivamente, esse é um aspecto crucial pois ela não só tem repercussões complexas sobre a questão jurídica da propriedade privada (em contraposição ao interesse social) como reflexos sobre

o valor comercial dos bens escolhidos e dos que os ambientem (áreas envoltórias). O economista J. Galbraith[18] foi um dos que se interessaram em refletir sobre os benefícios econômicos e sociais que se criam ao se preservar um bem. O que vejo como problemático a esse respeito é que essas medidas vincularam os investimentos governamentais às exigências do consumo massificado e aos interesses empresariais do turismo, o que, por sua vez, reforçou a tendência de se preservarem os suportes físicos de uma história reconstituída de maneira linear e em tom glorificante.[19]

Ao lado dessa tendência, e evidentemente como parte dela, houve uma cristalização do debate e da ação oficial em torno do patrimônio edificado pensado como coleção de bens individuais, conceito que, aos poucos, foi revestindo e confinando a perspectiva conceitualmente ampla e sensível presente no famoso anteprojeto de lei elaborado por Mário de Andrade para a criação da SPHAN e que — é preciso sempre mencionar — inspirou o autor de *Macunaíma*.

Aliás, ao pé dos "monumentos", principalmente nos centros históricos de algumas cidades, criaram-se — também para servir aos turistas — espaços para o comércio em larga escala do artesanato, como que num esforço de repovoar e recriar junto deles um caráter local pitoresco.

Como já disse anteriormente, não estou aqui fazendo comentários à ação da SPHAN *per se*. Acredito que hoje nos conhecemos melhor do que antes. Conhecemos melhor as raízes das nossas culturas, somos mais críticos de símbolos românticos feitos de encomenda como arquétipos de força dos poderosos e da ingenuidade e falta de orientação de um povo concebido em termos abstratos. Conseqüentemente, talvez possamos concordar que a nossa história exige que confrontemos as nossas especificidades, que nos espelhemos nelas e que explicitemos fatos e possibilidades alternativas que por diversas razões foram relegados à obscuridade.

O prazer da descoberta e o entusiasmo de Mário, um dos pais fundadores, não se renovou: tecnificou-se. E se, por um lado, a ação preservacionista ganhou força institucional em decorrência disso, por outro, ela acabou perdendo muito em abrangência, vendo-se forçada a deixar praticamente à sua própria sorte ou a critério dos Estados e Municípios, regiões, situações e bens que se distanciassem e/ou contrastassem com esse núcleo de interesse principal.

Após este longo percurso no concreto, voltemos às preocupações gerais anunciadas na introdução.

II. A "preservação do patrimônio" como processo cultural

> "O passado é lição para se meditar, não para se reproduzir."
> M. de Andrade

A trajetória esboçada acima convida a refletir mais detidamente sobre a ação preservacionista ela mesma. Entre os especialistas, o foco do debate tem estado dividido entre a conceituação básica de "patrimônio histórico e artístico" em suas relações e contraposições com "patrimônio cultural", "patrimônio ambiental", "bem cultural" etc. e questões de arquitetura e planejamento urbano. A experiência acumulada nesses 50 anos de trabalho e o próprio avanço teórico dos estudos sobre cultura, que tem mostrado as limitações das pesquisas que se preocupam mais com os "bens culturais" do que com os processos sociais que os geraram, a um só tempo exigem e permitem que nos debrucemos agora sobre o que vimos fazendo, tornando a nossa atividade, ela mesma, objeto de reflexão.

De tudo o que foi dito na primeira parte deste ensaio, fica claro que seria extrema simplificação interpretar a ação preservacionista apenas como uma atividade técnica de organizaçãao intelectual de resíduos da história, redundando exclusivamente no salvamento e salvaguarda de objetos materiais, significativos por indicarem ou testemunharem eventos que se tenha resolvido eternizar.

Um primeiro conjunto de indagações decorre do fato de, ao que tudo indica, a ação governamental atender em grande parte os vieses de interesse de algumas áreas especializadas do conhecimento, quando não de grupos de especialistas, num processo que talvez seja parte integrante de sua constituição e de sua história enquanto segmentos profissionais diferenciados e organizados institucionalmente. Nesse sentido, o estudo da "preservação" como processo cultural é parte da história da produção artística e intelectual.

A par disso, a exposição apresentada acima, ainda que breve e incompleta, sugere que a "preservação" na verdade não separa e congela bens, queiram as instituições fazer isso ou não. Ela inevitavelmente os transfere para contextos culturais especiais (por exemplo, o do desenvolvimento do turismo ou o dos debates conceituais e teóricos de disciplinas acadêmicas) nos quais eles incorporarão características novas. A esse respeito, acredito haver também ainda muitas perguntas sem respostas definitivas. Antes de mais nada, é necessário compreender melhor todo esse complexo processo chamado "de preservação", que envolve restrições e diretrizes técnico-administrativas específicas, investimentos financeiros que gerarão expectativas de rentabilidade, tipos especiais de intervenção física (obras de conservação e restauro) e a reinterpretação funcional das edificações (a questão da reciclagem).

Nesse complexo contexto de intervenção jurídico-administrativa, econômica e arquitetônica, há que se aprofundar o conhecimento do processo de reelaboração (ou apropriação simbólica) que se dá no plano sociológico. Através de acréscimos de significado e transformações simbólicas, esses bens são como que recriados culturalmente pela "preservação", passando a carregar consigo inclusive as marcas do processo que os transformou em "bens do patrimônio" (separação do cotidiano, maior visibilidade, uma certa aura de importância e sacralidade etc.).

E, finalmente, como a ação preservacionista não termina na decisão oficial de se preservar, mas apenas inclui necessariamente esse fato, cabem perguntas acerca da recepção social dos bens por ela criados, ou seja, do que se passa no "retorno" desses bens transformados



Arquivo SPHAN/Pró-Memória/c. 1910

O Convento de Santo Antônio no Rio de Janeiro na primeira década deste século: os bens tombados, através de acréscimos de significado e transformações simbólicas, são como que recriados culturalmente pela preservação.

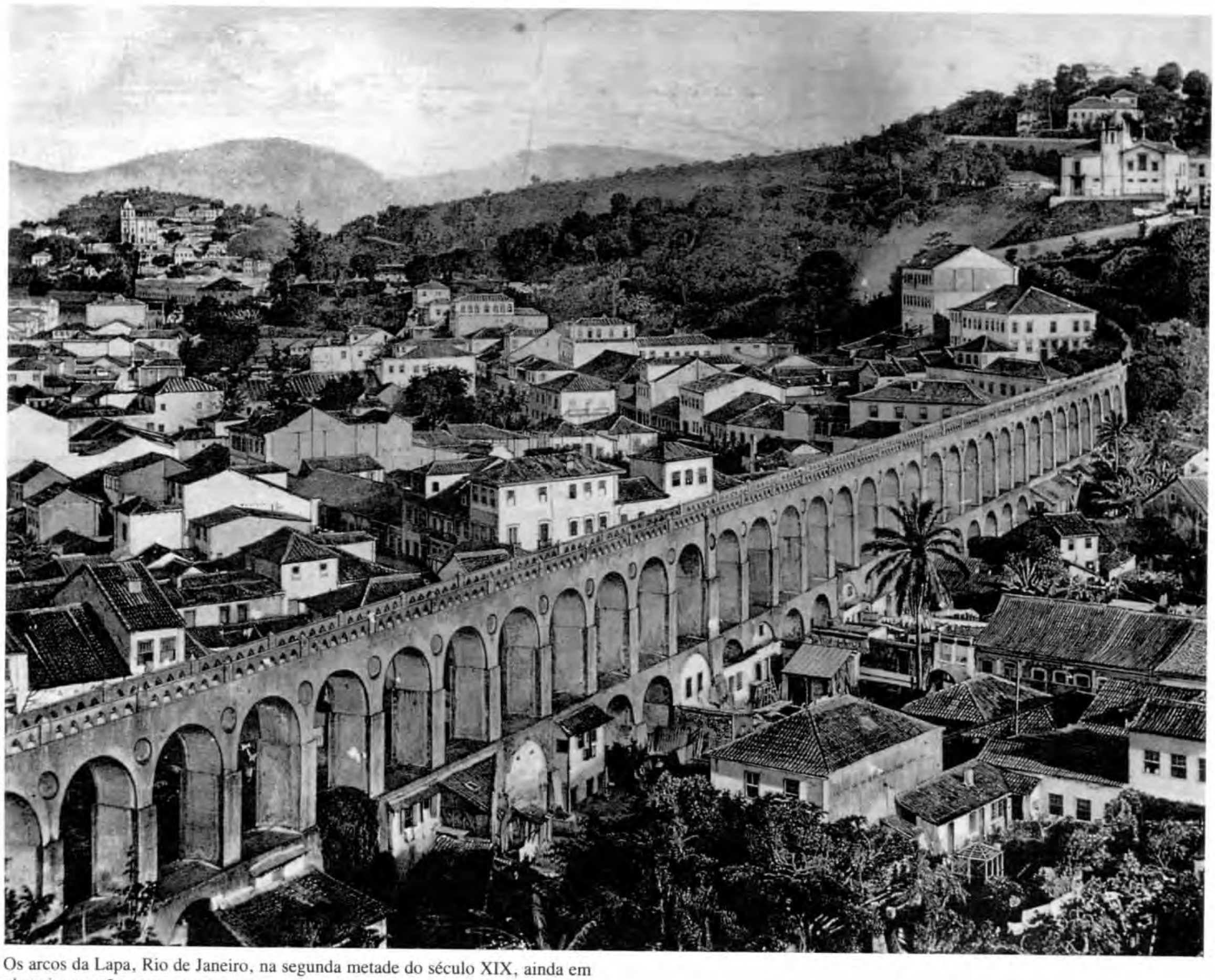
em ''monumentos históricos'' ao cotidiano das comunidades com as quais convivem diretamente.[20]

Por força de todo esse complexo investimento individual e coletivo, através da ação de órgãos de Estado e de segmentos da sociedade, que se apóia em conhecimento especializado e de senso comum, os bens ''preservados'' acabam fazendo parte do presente, sem contudo perderem o seu valor testemunhal de ''coisas do passado''. Quando refletimos sobre a preservação desse ponto de vista, verificamos que outros problemas se colocam.

Seja como objeto de fruição estética e conhecimento especializado, seja como arma na luta política ideológica pelo estabelecimento de hegemonias e em prol de padrões adequados de qualidade de vida, os bens do patrimônio cultural não são apenas signos que constituem discursos do presente sobre o passado.

A meu ver, seja respondendo às exigências e restrições ditadas pelos paradigmas técnico-conceituais adotados pelos especialistas, seja atendendo ou não aos gostos, desejos, necessidades e ambições de proprietários e usuários, a ação preservacionista coloca freqüentemente esses bens em contraste crítico com os seus equivalentes contemporâneos (sobretudo na questão ambiental). E, em conseqüência disso, ainda que pertencendo ambivalentemente ao presente e ao passado, eles devem ser interpretados como signos novos, articulados em linguagem de hoje e constitutivos de práticas sociais atuais.

A ''preservação'' é prática cultural de valor político múltiplo e heterogêneo: não a vejo como sendo necessariamente conservadora ou progressista, pois ela tende a reproduzir no seu interior as mesmas contradições que emergem em outras áreas da vida social. Em passado recente, a prática preservacionista resultava predominantemente de aliança tensa entre cidadãos tradicionalistas e intelectuais progressistas. Hoje, vai ganhando terreno a ação militante dos grupos am-



Victor Frond, em *Brasil Pitoresco*, 1941

Os arcos da Lapa, Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, ainda em plena integração com o seu contexto.

bientalistas, dos movimentos em favor dos direitos das ''minorias'', e a participação destes segmentos na questão do patrimônio introduz no debate novos princípios gerais, outros conceitos e especialistas de áreas não tradicionalmente envolvidas com a questão, tais como a antropologia, a biologia, a geografia etc. Nesta nova configuração, freqüentemente a ação preservacionista é associada à mobilização por melhor qualidade de vida e à defesa de identidades não-dominantes, tais como as indígenas, as imigrantes, a do negro etc.

Portanto, o patrimônio resultante da ação preservacionista é produzido como um tesouro coletivamente acumulado em lutas não de invasores tiranos contra populações pacatas, mas realmente ''civilizadoras'', no sentido de produzirem para os homens — e de legitimarem — a sua história, de fortalecerem os signos e as práticas constitutivos de suas identidades, assim como as suas crenças, os seus valores e o seu bem-estar.

A partir da ótica que estou propondo neste ensaio, pode-se argumentar, em suma, que os registros que se produzem sobre os acontecimentos passados são, também, interpretações culturais desses acontecimentos. Os chamados ''documentos históricos'' são, também, nesse sentido, ''documentos de cultura'' [21] e para que se possa interpretá-los adequadamente, sem simplificações ou reducionismo, passa a ser de extrema relevância colocarmos a nós mesmos e a nossa atividade na condição de objeto e formularmos, com a isenção possível, questões do tipo quem, onde, quando, como, porque e com que conseqüências. Ou seja, passa a ser relevante todo o contexto da prática preservacionista e, mais uma vez, não apenas o seu resultado. [22]

III. Finalizando...

Essa mudança de foco parece-me oportuna numa conjuntura em que estamos preocupados em aprofundar e refinar o trabalho de preservação para melhor

equacionar os problemas advindos do crescimento rápido e muitas vezes mal administrado das cidades brasileiras, bem como o alto grau de destruição e deterioração do patrimônio ambiental e documental. Ao mesmo tempo, necessitamos de fundamentos teóricos e empíricos claros para o estabelecimento do texto de uma nova Constituição, que efetivamente atenda os múltiplos aspectos jurídicos e conceituais da questão preservacionista.

Os problemas aqui abordados colocam-se tanto para a ação a nível federal, quanto estadual e municipal. Mas se coube à SPHAN o papel fundamental de iniciadora e incentivadora dessa prática, são os órgãos municipais que, por várias razões, surgem na atualidade como instâncias cruciais na implementação de políticas governamentais de defesa do patrimônio.

Teoricamente, pelo menos, a ação desenvolvida em cada um desses níveis político-administrativos pode ser interpretada como sendo relativamente independente das demais, já que os critérios para seleção do que preservar não são homogêneos. Os bens de interesse mais localizado, que é o do município, nem sempre estão incluídos nos que são selecionados a partir de um primeiro grau de generalidade que constitui o patamar estadual, o mesmo ocorrendo deste com relação ao nível federal e vice-versa.

Como as razões que orientam as decisões em cada um desses planos nem sempre são conhecidas ou compartilhadas pelos demais, muitas vezes a ação preservacionista oficial é vivida pelas cidades como excesso ou como falta: às vezes não se atribui tanto valor (pelo menos inicialmente) ao que é preservado; às vezes não é preservado o que é percebido como importante para uma dada comunidade.

A existência de legislação municipal resolve alguns desses problemas por permitir a ação complementar que é necessária para tornar a preservação mais abrangente.

Mas isso não é tudo. Há pelo menos mais um ponto a ser destacado. Como vimos anteriormente, os bens protegidos pelo Estado participam de uma dinâmica muito particular que, na prática, ocorre em contextos espacialmente localizados. Os bens do patrimônio não pairam no vazio. Pelo contrário, eles estão plantados nas cidades e zonas rurais de municípios e serão diretamente afetados, valorizados ou desvalorizados, conforme o que se passe em seu contexto imediato. O valor social e imobiliário de um bem pode crescer ou diminuir conforme o tratamento dado a ele e ao seu entorno pelo planejamento. Por essa razão, talvez sobretudo por ela, vejo como sendo da maior importância o vigor dos instrumentos jurídicos próprios do município.

Mas se é de fundamental importância que exista legislação adequada, não bastam leis para atingirmos o grau de eficiência que desejamos na valorização e defesa do patrimônio cultural. As políticas governamentais, particularmente na área da cultura, não devem se alicerçar no temor ou na coerção. Essas são as bases do autoritarismo e o campo onde germinam o arbítrio, a corrupção e o suborno.

Algumas regras do jogo devem ser modificadas e eu espero estar contribuindo para isso com este trabalho, mas é imprescindível — como fica demonstrado pelos 50 anos de ação da SPHAN — que a prática dos administradores culturais se apóie no diálogo aberto com os pesquisadores e com as organizações e movimentos sociais. O fundamental continua sendo tornar os órgãos de Estado mais permeáveis à sociedade.

1. C. Kuniyoshi e W. Pires, *O Casarão do Chá*, São Paulo, Condephaat, Monografias 1, 1984, p.9.
2. Contribuições importantes de diversos autores ao estudo da ação preservacionista encontram-se na coletânea A. A. Arantes (org.), *Produzindo o passado. Estratégias de construção do patrimônio cultural*, São Paulo, Brasiliense/SEC, 1984.
3. Os dados utilizados neste artigo fazem parte do levantamento que está sendo realizado por Silvana Barbosa Rubino, a quem agradeço pela colaboração.
4. W. Benjamin, "A Berlin Chronicle", em *Reflections*, New York, Harcourt, Brace, Jovanovich, 1978, p. 26.
5. Refiro-me aqui, por exemplo, à suposta "Casa de Martim Afonso" que, a seu ver, era "indubitavelmente do século XIX". Diz ele, em correspondência a Rodrigo Mello Franco de Andrade: "A não ser que surjam documentos ainda desconhecidos por esta Chefia, parece exagero patriótico estabelecer a associação pretendida" (entre a edificação e seu proprietário ilustre).
6. São as residências de Oswaldo Cruz em Bananal, de Rodrigues Alves em Guaratinguetá, de Monteiro Lobato em Taubaté, de Portinari em Brodósqui e a barraca onde Euclides da Cunha escreveu *Os sertões*, em São José do Rio Pardo.
7. "Já comecei a trabalhar no SPHAN. Eta entusiasmo por não sei o quê!", em *Mário de Andrade: cartas de trabalho. Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade*, Brasília, SPHAN/Pró-Memória, 1981, p. 66.
8. M. de Andrade, op. cit., p. 80.
9. As exceções são os remanescentes da Real Fábrica de Ipanema (de 1818, em Iperó), o Casarão do Chá (de 1942, em Mogi das Cruzes) e as Casas Modernistas de G. Warchavchick, na capital.
10. Criado pelo Artigo 128 da Constituição do Estado de São Paulo, de 13 de maio de 1967. Para se ter uma visão mais completa do patrimônio preservado por medida governamental em São Paulo, há que se fazer um estudo global da ação desse Conselho.
11. *Apud* C. Lemos, *O que é patrimônio histórico*, São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 87.
12. Do verbo *to enhance*: levantar, crescer, elevar o grau, tornar mais alto, intensificar, fazer parecer maior (cf. *The Shorter Oxford English Dictionary*).
13. *Historic Preservation*, vol. 21, n.º 4, p. 8.
14. C. Lemos, op. cit., p. 89.
15. Em *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*, Brasília, SPHAN/Pró-Memória, 1980, p. 139.
16. Idem, ibidem, p. 145.
17. Idem, ibidem, p. 147.
18. J. R. Galbraith, "The Economic and Social Returns of Preservation", em *Preservation: Toward an Ethic in the 1980s*, Washington, The Preservation Press, 1980.
19. Ver a esse respeito a esclarecedora reflexão de M. Chauí em *Seminários*, São Paulo, Brasiliense, 1983, especialmente o Cap. I.
20. Naira Iracema Monteiro Morgado, *O espaço e a memória: Santana do Parnaíba*, tese de mestrado, Campinas, IFCH, Unicamp, 1987.
21. Interessante estudo com material brasileiro mostrando que os jornais de uma época, mais do que testemunhas, "são partes de um arsenal cultural que se produz nesse complexo processo de constituição de novos agentes sociais e da nação", encontra-se em Lilia K.M. Schwarcz, *Retrato em branco e negro (Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
22. Como contribuição indireta a essa questão, ver os trabalhos extremamente sugestivos de M. Sahlins, *Historical Metaphors and Mythical Realities: Structure in Early History of the Sandwich Islands Kingdom*, Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1981, e *Islands of History*, Chicago, The University of Chicago Press, 1985.

CULTURA NA VEIA, SAUDADE EM LATA

(por uma crítica da economia do espírito)

Luiz Fernando P.N.Franco

> "Aqui os projetos são lembranças ... Nada do que é belo é separável da vida, e a vida é aquilo que morre."
>
> P. Valéry, *Eupalinos*

As formações culturais nascem míopes, às vezes cegas como as coisas. Existem muito antes que os princípios que orientam suas práticas estejam delineados na consciência de seus agentes. Entretanto, mesmo se um sentido tátil parece continuar a informar o traçado mais amplo de suas trajetórias, tudo leva a crer que afirmam-se historicamente apenas as formações que se demonstram capazes de investir parte do próprio trabalho na forma de auto-reflexão. Além dos objetos que lhes são exteriores e sobre os quais aplicam os teores de ordem compatíveis com suas finalidades imediatas, tais formações submetem à consciência suas próprias práticas, como se fossem objetos empíricos surgidos à sombra dos primeiros, buscando o desenvolvimento dos meios necessários à consecução de novas finalidades.

A formação se dá uma teoria que sai da sombra para tornar-se imagem reflexa dos objetos originais, idéia. A teoria então cresce e alimenta a formação enquanto consegue manter coeso o intercâmbio com o objeto refletido, intercâmbio simulado sobre um objeto virtual, análogo ao que continua a informar as práticas finalizadas e cujos resultados conservam a prerrogativa de um juízo sobre a pertinência das idéias. A auto-reflexão determina modificações na consciência, naquilo que a formação é capaz de interpor a seus objetos e na capacidade dos meios de transformá-los de fato. O desvio de trabalho do trato imediato com o objeto, para a reflexão dos meios para transformá-lo e, destes, para a simulação de novas configurações, subentende um princípio econômico. Submetida também à reflexão, essa economia permite um incremento abrupto da probabilidade da formação impor-se ao meio, natural ou cultural. Vêm a criar-se as condições para estreitar a margem entre projeção, idéia, e realidade. O que permanece insatisfatório e simplista nesse itinerário de progresso é que, embora tangível, o progresso permanece virtual. À medida que se aproxima das projeções inicialmente feitas, a realidade produzida se vê tolhida em sua capacidade de gerar novas projeções concatenadas a uma finalidade geral e, como seria de se esperar, cada vez menos dependentes das imposições do meio. A realidade quase idêntica às antigas projeções adquire a feição espectral de um projeto cuja conclusão coincide com o esquecimento de seu sentido e se apresenta, de novo, como contingência. Sentido, lembrava Hegel, era o termo de que dispúnhamos tanto para os órgãos da percepção quanto para significado. Entre perceber o que é e atribuir-lhe um significado como aquilo que podia ser, a reflexão operava mediante o estabelecimento de uma direção, como sucessão de projeções transitórias que se apoiavam em resultados anteriores, à guisa de origem, e que aludiam a um sempre-a-mais que "segue a idéia de alguma coisa que está além da contradição" entre o pensamento e aquilo que lhe está defronte.[1] A identidade entre projeto e realidade, aparente e socialmente imposta, redunda, ao contrário, na circunscrição do significado ao sentido de inércia do que já é. Enquanto a formação segue objetivamente seu curso, seus agentes passam a buscar na origem, subjetivamente, a justificativa da reprodução do ininteligível.

E, no entanto, superar as injunções naturais revelou-se uma jornada relativamente fácil. Cem ou quatrocentas e oitenta gerações, e nada mais subjetivo do que os números quando contam muitas vítimas e poucos algozes. Pareceria um preço módico por tamanho sucesso se tivéssemos conservado um projeto de convívio fundado na liberdade conquistada sobre o que parecia ser a única contingência, a dificuldade de domínio sobre a natureza. O pensamento conservador insistirá que a natureza continua a opor resistência, depois de tê-la transfigurado nas classes subalternas. Os progressistas continuarão a lamentar o fraco desempenho das mesmas no papel que uma suspeita história da redenção lhes atribuía, e dão-se um álibi à incompetência no desempenho do próprio papel, o de revolucionar as forças produtivas. As ciências da alma insistirão que faltou levar em conta nossa própria naturalidade e oferecem algumas saídas para o indivíduo. Mesmo se a meta permanece o indivíduo, sede irreversível do prazer, a lacuna maior continua sendo a de uma saída para o conjunto de formações, eufemismo com que se elude o reconhecimento da espécie. Aquém dessa outra saída, o indivíduo permanece condenado a se defender da espécie, a alma continua impedida de se apresentar como opção, a naturalidade peculiar à espécie, embora ostensiva e socialmente produzida, ergue-se como um baluarte que resiste à refle-

---

Luiz Fernando P.N. Franco, arquiteto, é editor-assistente da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*.

xão. Essa resistência parecia já predisposta na ambivalência do termo *meio*, ao mesmo tempo ambiente, objeto de reflexão e articulação cognitiva do sujeito, instrumento.

A naturalidade toda histórica da cultura objetivada, entretida como se fosse natureza última e imutável: é sob essa aparência que as práticas que têm por objeto o patrimônio se apresentam no sistema atual da cultura. Elas pretenderiam contrariar as condições de progresso anteriormente esboçadas e resgatar o duplo aspecto de um apostolado quanto aos fins e de um artesanato quanto aos meios. Apostolado, porque distinguem entre o que merece sobreviver e o que pode perecer, como uma exigência ou imanente aos vários objetos ou de uma verdade revelada ao sujeito. O fundamento dogmático da distinção isenta a relação de preservação do trabalho de autoconstrução reflexiva que permite a outras formações fundar em critérios a distinção entre o que é falso e o que é verdadeiro. Em compensação, a verdade revelada ao sujeito, pelo objeto ou sabe-se lá por quem, revestida da autoridade de toda idéia já pronta, deve só ser divulgada e realizada. As práticas que deveriam realizá-la assumem a forma de um artesanato enquanto se opõem, também, às operações reflexivas de antecipação e simulação que permitiriam desvincular a experiência de sua execução material.

O objetivo preconizado é o de subtrair os objetos tanto à forma com que o trabalho morto é reciclado nos âmbitos imediatamente produtivos, quanto, tendencialmente, à forma virtual com que o espírito objetivado é manipulado nas formações específicas do conhecimento: o caráter de emergência é a norma, e o salvamento da materialidade dos bens acaba por preterir seu conhecimento. A preservação não tem por objetivos nem a produção de conhecimento, nem a de valores de uso imediato. A ambos recorre como meios, às vezes como pretexto, mas sempre como a uma necessidade externa. Como a arte ou o jogo, a preservação teria então por finalidade a própria prática — a preservação pela preservação — mas, contrariamente a ambos, ela não renuncia a exercer seu domínio sobre a realidade, nem à extensão do mesmo a novos âmbitos.

De certa forma, é como se a preservação se refugiasse no limiar além do qual os processos históricos, materiais e espirituais deram origem às várias formações, inclusive as que dela recebem a distinção de patrimônio. Ela se isenta de uma própria determinação histórica como garantia de objetividade das que atribui. Sem ascendência, priva-se preventivamente dos antecedentes necessários à formação e à aplicação de instrumentos críticos. Antes mesmo de uma formalização reflexiva, estes surgem como causa e efeito necessário às operações de tentativa, erro e retificação que caracterizam a interação entre uma formação cultural e o meio. A dispensa de uma ascendência coincide com a invocação e repetição monocórdia da verdade revelada à guisa de origem e princípio vital da formação.[2]

As práticas de preservação não foram além da eleição de objetos segundo distinções mais ou menos obscuras, em geral celebrativas, e da prescrição de normas de abstinência no modo de tratá-los. Ambos os traços fariam pensar na permanência ou na ressurgência de uma formação arcaica pré-religiosa. Ora, o impulso subjacente a essas formações é ambivalente. Diante do que é irremissível, como na veneração dos mortos, uma hostilidade removida — vem a faltar seu ponto de aplicação —, mas não eliminada — seu registro perdura —, é substituída por uma afeição desmedida.[3] A ambivalência remete àqueles períodos particularmente apegados à tradição, de que fala Marc Bloch, como "aqueles que mais liberdades tomaram com suas exatas heranças. Como se, por uma revanche singular, por uma irresistível necessidade de criação, induzidos a venerar compulsivamente o passado, fossem levados naturalmente a inventá-lo".[4] A afeição desmedida é a presunção de obter a objetividade radical da coisa venerada mediante o auto-anulamento do sujeito. A expulsão retórica permite a readmissão furtiva de um sujeito virtualmente liberado, doravante, de qualquer relação interativa com o objeto: a incontinência torna o afeto predador.

Transformados em preceitos legais, os princípios restritivos da preservação subentendem uma compulsão indiscriminada à destruição. O Estado reconhece implicitamente a natureza predatória do sistema econômico de que descende e de que pretende ser, simultaneamente, o promotor e o moderador. Isto é, reconhece que existe uma contradição entre o destino que se dá a formação histórica que ele representa e a memória de sua origem, sobre a qual pretende exercer a tutela. Não cabe aqui discutir a veracidade da contradição nem a da contrição a que ela obriga o Estado. Valha por enquanto a hipótese sectária de que a contradição existe, mas como contradição de fundo entre o próprio Estado e as condições predispostas pelo sistema econômico. Estas permanecem irrealizadas porque o bem comum, razão que legitima o Estado *a posteriori*, é o mesmo cuja realização o Estado impede ou posterga, ao impor como gerais interesses particulares. Nada garante que a preservação não seja um destes.

A contradição entre origem e destino, suspeitada no uso impróprio do material passado, não é necessária em geral, mas sim determinada historicamente. Outras épocas não exigiram a ingerência oficial no intercâmbio com o passado. A ingerência atual pode revelar razões e resultados contrários aos que aparenta. A distância entre a Bolonha edulcorada de Cervellatti e Disneylândia pode ser menor do que até agora se pensou. A reivindicação do direito de fabricar o passado, que ocasionou a não adesão americana à Carta de Veneza, pode não ser o capricho de uma cultura exótica, mas sim o indício de que, em seu ponto de mais alto desenvolvimento, o sistema econômico estenda ao passado a forma que lhe é própria de produzir e consumir. Desse sistema, o nosso é parte, queiramos ou não. Somos muito menos originais do que a fantasia que tentam nos impingir a oligarquia e seus agregados de plantão para com ela esconder a própria caducidade. De qualquer maneira, aquilo que de específico pode vir a manifestar nossa cultura será a resultante da livre confrontação entre sujeitos, categorias e classes não idênticas, e não uma identidade que esconda sua natureza de artefato sob a aparência de uma origem comum: essa

origem é antagônica, não harmônica.

A liberdade que autoriza aos homens a escolha de versões do próprio ser, como que diante de um repertório desde sempre disponível, tem toda a aparência de uma verdade no vértice do sistema econômico. O americano pode preferir a versão velho-oeste, confederado ou tripulante de baleeira. A única inverdade da aparência é que ela não é expressão de uma liberdade do sujeito, mas está predeterminada pelo sistema econômico, tanto nos mecanismos de opção quanto na configuração das versões ofertadas. No ponto em que realiza suas virtualidades, o sistema econômico dispensa a intervenção do Estado. A necessidade de uma matriz ideal realiza-se materialmente com a redução da multiplicidade de origens à forma comum de mercadoria.

Lá onde subsiste, é lícito supor que a ingerência oficial não seja no sentido de transformar aquela aparência em essência, permitindo a livre apropriação do passado enquanto trabalho social objetivado. É razoável a hipótese contrária, de que a ingerência seja preventiva, não para subtrair o patrimônio ao intercâmbio predatório, mas sim para antecipar os limites de fruição compatíveis com a posição que o patrimônio virá a ocupar na forma geral do sistema produtivo. A hipótese de incongruência entre finalidades declaradas e resultados efetivos tem por desdobramento objetivo a hipótese de compatibilidade entre forma com que se preserva e forma com que se produzem os demais bens. Subjetivamente, ela implica na identificação de uma demanda efetiva de passado — uma "necessidade ontológica", diz Adorno —, e na sua distinção daquilo que de falso, de estranho à demanda, venha porventura embutido na oferta.

É conhecido o papel de legitimação do Estado burguês desempenhado pela história oficializada como disciplina.[5] Na Europa do século passado, tratava-se de antepor à energia centrífuga do proletariado em vias de organização a convergência de um interesse maior no foco de uma origem nacional comum. Em modo análogo, a militância pelo patrimônio, respaldada pelo Estado, esteve desde os primórdios informada pela presunção de ser detentora do bom projeto para o passado, ou, em modo nem sempre dissimulado, de dar a entender que o bom projeto era o passado. É irrelevante, aqui, o deslocamento recente de paradigmas longínquos no tempo para outros tantos ainda mais enevoados, distantes no espaço social. Celebrar a singeleza da arquitetura mineira ou a ingenuidade de um artista popular, apresentar uma ou outra como expressões de modos de vida alternativos aos impostos pelo sistema econômico, não tira qualquer viço das formas de intercâmbio deste último; adapta antes essas formas de expressão aos modos dominantes de produzir e consumir.

Da idéia de Proust, de que "uma arte popular pela forma estaria destinada mais para os membros do Jockey do que para os da Confederação Geral do Trabalho", Joãozinho Trinta fornece o corolário conseqüente.[6] Enquanto nossos *narodniki* continuam a se "interrogar sobre as raízes dos problemas que afligem o povo", e de outras poltronas que não as do Jockey tentam "uma nova síntese capaz de expressar a personalidade cultural brasileira e preservar os espaços de criatividade que sobrevivem na massa popular", as artistas do bilro fazem *lock-out* e dispensam a estética da miséria como o engodo com que se tenta manter em banho-maria o exército de reserva.[7] Elas partem para a periferia das grandes cidades, à espera dos gringos cujas máquinas rutilantes prometem o maior dos luxos: que um dia o bilro possa ser esquecido ou tornado expressão de uma liberdade. A esperança está nas máquinas que venham suprir a inépcia do comando indígena e a escassez com que este tenta se perpetuar contrapondo a arte à máquina.

"A distância entre a Bolonha edulcorada de Cervellatti e Disneylândia pode ser menor do que até agora se pensou."

É que aqui os *narodniki* detêm o poder formal. Do alto dele se arrogam o direito de saber o que é bom para todos. A socialização bastarda do capital está acontecendo sem que tenhamos conhecido sequer um sopro liberal.

Ainda incipiente, a crítica liberal recente contrapõe, à pretensão autoritária do bom projeto para o passado, a aposta na existência de um projeto sensato enucleado no processo de seleção natural, subentendendo a formação geral como uma constelação de subformações conflitantes. Embora prómissor, o ponto de vista tropeça na suficiência da própria modernidade. Ele assinala com ironia condescendente o discurso atrasado da preservação, aceita o disfarce arcaico da formação e se abstém de ir buscar os nexos que dissolveriam o paradoxo de uma formação tão retrógrada sobrevivendo no seio de um Estado moderno; contenta-se, eventualmente, com a hipótese de um atraso deste último em relação à sua base econômica.

O vício é de origem idealista. Pressupondo a idéia soberana, ao vê-la ausente do apostolado e do artesanato, a crítica liberal vaticina a extinção do que é irrefletido. Entretanto, a experiência demonstra o contrário. A causa da preservação não precisa de tombamento, ela ganha adeptos, prestígio e recursos; são cada vez menos numerosos os que ousam contestar-lhe legitimidade e valor social. Em sentido corretivo da imprudência idealista, é sensato pensar que a idéia possa ter migrado para um âmbito diverso da consciência dos agentes da preservação, ponto de vista a que alude Habermas quando afirma que "o quadro institucional da sociedade, que determina a interação de seus membros, é sempre distinto dos sistemas de agir racionais relativos a um escopo".[8]

Que o escopo aqui seja diverso dos declarados pela consciência não autoriza a afirmação de sua inexistência. Na natureza são infinitos os exemplos de sistemas cognitivos que, sem atingir níveis propriamente conscientes, nem por isso demonstram uma menor aptidão à autoregulação, com desempenho às vezes notável de adaptação ao meio e de modificação deste no sentido dos próprios objetivos de conservação, auto-reprodução e extensão de seus limites.

Nada disso infirmaria, então, as práticas de preservação. Pelo contrário, constataríamos que, uma vez verificadas as hipóteses anteriormente lançadas, a preservação se revelaria uma prática perfeitamente compatível com as demais atividades produtivas contemporâneas. Seria um setor que, por razões circunstanciais, continua a depender da cobertura oficial à espera de sua assunção pelo capital privado. O discurso se esgotaria na polêmica franzina sobre a legitimidade da indústria cultural. Restaria, é verdade, o problema da legitimidade de um estado que desvia dinheiro público para a produção de pacotilha e ideologia. E o de saber se a preservação não estaria num meio mais propício no Ministério da Indústria e do Comércio.

O interesse que move a reflexão é outro. A preservação surge com o deslizamento do intercâmbio "natural" da cultura com sua parte objetivada para um novo patamar em que a extração da informação, sua formalização e a reversão da mesma a seus objetos deixam de ser operações orgânicas e passam a constituir um processo, não necessariamente consciente, cuja finalidade é construir representações de formas culturais herdadas. Trata-se então de verificar a possibilidade e o interesse de forçá-la a uma relação com esse objeto semelhante à adotada pelas demais formações geradoras de conhecimento. Isso equivale a entender a preservação como uma estrutura cognitiva, inicialmente independente das finalidades explícitas de seus órgãos, mas capaz de evoluir para estágios superiores, mediante a reflexão crítica dos desvios a que leva a pecualiaridade de seu objeto.

Em *Biologie et connaissance*, Jean Piaget identifica a série de isomorfismos com que se encadeiam as estruturas cognitivas dos seres vivos e que permitem entender a inteligência, em sentido estrito, como ponto de chegada de um processo evolutivo. Diante de uma seara que não é a sua, a prudência de cientista o impede de estender um procedimento análogo ao âmbito histórico das formas "metafísicas, ideológicas etc., porque elas constituem mais um reflexo da vida social do que um prolongamento da adaptação biológica".[9] A prospecção de um campo ainda por conquistar para o conhecimento autoriza, ao contrário, a ousadia do colega de Törless: "se a gente tivesse muito escrúpulo, não haveria matemática".[10]

Com a inteligência, a memória passa da função de mecanismo repetitivo de condições necessárias e suficientes à adaptação ao meio, sob o signo despótico do código genético, à condição de instrumento especializado na aquisição e processamento de informação nova sobre o meio. A evolução é coroada pelo surgimento e fixação de recursos lógico-matemáticos — de geometrização etc. — que acarretam uma interferência substancial no funcionamento dos dispositivos sensoriais. O instinto é promovido a intenção, na medida em que se vê dotado e, ao mesmo tempo, separado dos meios de satisfação. Entre o desejo e sua realização surge uma categoria de mediação que é objeto de construção e é, ela mesma, geradora de novos desejos. À relação com o meio interpõe-se agora uma representação que não tem mais a forma prefigurada geneticamente de uma resposta instintual, mas sim a de resultantes de uma faculdade atribuída a cada indivíduo.

"A socialização bastarda do capital está acontecendo sem que tenhamos conhecido sequer um sopro liberal."

Dessa faculdade decorre uma liberdade inédita na produção de variantes. Ainda que de maneira difusa e só parcialmente consciente, toda relação com o ambiente passa a ser também com o instrumental a ele interposto. A representação simbólica carrega consigo uma parte invariante, sob forma de esquemas predispostos à percepção de objetos (*Gestalt*). Entretanto, essa parte de memória é de natureza diversa do código genético. Ela é, para uma mesma espécie, a base equivalente ao material físico-químico cujas variantes deram origem aos códigos das várias espécies. Pouco importa aqui se mediante acidente ou, numa perspectiva lamarckiana, sob influência do meio, o fato importante é que essa nova base passa a ser elaborada em novas versões que vão enriquecer, por sua vez, o repertório de esquemas predispostos.

A representação simbólica reflete a dupla referência, ao meio e ao repertório interposto, e estabelece, ao mesmo tempo, de maneira irremediável, a exterioridade do sujeito ao ambiente. Herdeira surpreendente das faculdades sensórias e motoras, veículos de transferência de informação do meio para o organismo e vice-versa, faculdade de construir representações antecipa a informação que o contato imediato com o objeto irá verificar. Mesmo quando o sujeito ainda faz de tudo para não sentir-se diferenciado do ambiente, a distinção entre o ambiente e sua representação, reflexo da promoção do instinto a intenção, introduz a noção de trabalho como medida da distância entre sujeito e natureza. A exterioridade reflete a dificuldade de isenção do trabalho.

Apesar da resistência do sujeito à própria condição, os recursos interpostos, associados ao isolamento de quem deles dispõe, revelam uma capacidade extraordinária de configurar aquilo que o circunda segundo sua intenção, inclusive o que lhe sobra de instintualmente referido a seus semelhantes, irremediavelmente tornados, também, objetos. Exterioridade em relação ao ambiente e em relação ao próximo se somam enquanto fatores de resistência à reflexão da memória. Esta irá aparecer, significativamente, nas primeiras manifestações religiosas, cujos resultdos vão revelar a dificuldade, desde então, de distinguir o que é finalidade de domínio orientado sobre a natureza do que reverte ao poder social.

A resistência à distinção entre o que é do sujeito e o que é do objeto tem uma manifestação tangível nas formas primitivas de escritura, ao mesmo tempo fixação indiscutível de instrumentos virtuais e tentativa de manter turva, mediante

ideogramas, a distinção entre significante e significado que obrigaria o sujeito a se assumir como tal. Embora simbólica, a linguagem insiste em dizer que o símbolo é a própria coisa.[11]

Mas a memória, cuja objetivação a escritura passa a permitir, não depende mais, para se transmitir, do contágio direto do emissor ao receptor. Essa autonomia do receptor passa a ser vista como fator de fragilidade da mensagem, deixada agora à mercê da competência e das finalidades do sujeito que recebe.[12] Enquanto a parte de memória destinada à transmissão de fatores de domínio sobre as coisas poderia obedecer à exigência darwniana de univocidade evolutiva, sua parte de cumplicidade com o domínio social vê-se desde cedo ameaçada de regressão.[13] Cultura e natureza encontram-se não só entrelaçadas, como deliberadamente confundidas desde o momento em que os instrumentos de domínio objetivados e acumulados estendem seu império para além das coisas, sobre a ordem social em que dispõem, com a propriedade, os vários sujeitos. A memória cultural é, desde sempre, simulacro social do código genético que aspira à reprodução *ne varietur* da ordem vigente. Os instrumentos, faculdades socialmente adquiridas, travestem-se de natureza invariante e permitem a Braudel referir-se à cultura, simultaneamente, como sustentáculo e como obstáculo do progresso.[14]

Uma história natural da memória findaria com o ciclo em que o sonho (ou o pesadelo) parece se separar da realidade para que a realidade comece a ser submetida à potência do sonho. É o ciclo para o qual Gombrich adota a fórmula de revolução grega. A separação, de pouco anterior, advinda entre imagem e signo e de que dá testemunho a notação fonética da escritura, consolida-se, então, de maneira surpreendente.[15] A admissão explícita da não identidade entre representante e coisa representada, entre linguagem e o que ela denota, parece potenciar a capacidade de construir representações eficazes da natureza.[16] Separando-se da magia como momento de sinceridade que a libera, ainda que só pontualmente, da contingência social, a expressão simbólica garante a comunicação sob a forma de uma liberdade inédita, tanto do sujeito emissor, quanto do sujeito receptor. Ambos podem agora re-produzir, compor e recompor a unidade e a diferença entre a expressão e a essência a que ela se refere. É a própria excelência dos resultados que o espírito potenciado passa a permitir que irá expô-lo, contudo, ao risco de nova confusão entre significado e significante, entre natureza e memória, e parece lícito entender nesse sentido a advertência platônica contra o engano da arte ilusionística.[17] É que, à medida que se separam conhecimento e natureza, separam-se também pensamento e trabalho.[18] Uma vez socialmente isolado, o pensamento reproduz a separação entre imagem e signo — constituindo-se em reflexão artística ou matemático-filosófica — e, ao mesmo tempo, a tendência a confundi-los. Arte e ciência manifestam a mesma tendência a identificar imagens e signos a que recorrem com a essência que pretendiam denotar ou explicar.

Na mesma época em que surgem os antepassados dos museus e das bibliotecas, em que inaugura-se a prática da reprodução em série de modelos famosos, o pensamento matemático-filosófico enverada pelos caminhos do ocultismo. O número e a palavra avulsa, signos por excelência voltam a ser depositários, tanto quanto as imagens, de uma verdade própria e idêntica à parte da natureza que permanece insondável ao sujeito. Em seus extremos, imagens e signos tendem a fechar, por simpatia, a ferida que os separou e que ameaça o sujeito de exterioridade, não mais à natureza, mas à própria espécie socialmente organizada. O espírito recorre ao feitiço, transferindo-o da esfera das relações com a natureza para a social. O escravo, o bárbaro ou simplesmente o forasteiro assumem a feição de natureza pronta a se desencadear e tragar a memória de um saber que inclui o trabalho vivo na natureza a que se contrapõe. A memória reificada percorre, no plano do espírito, a oposição entre trabalho morto e trabalho vivo, "domínio do trabalho passado sobre o trabalho presente".[19] A fecundação da herança pela reflexão constitui, em si, uma ameaça à isenção do trabalho dos dominantes.

Em *A arte da memória*, Frances Yates traça a história da reflexão especializada do conhecimento herdado, cuja inauguração tem lugar em ambiente de necrotério. Simônides reconhece, pela posição anteriormente ocupada, cadáveres irreconhecivelmente mutilados. Entre essa versão atlética, desprovida de um finalismo maior, e a versão oposta, de retenção da verdade nos vestígios mnésicos, apesar da convicção com que a autora atribui valor específico ao atributo genérico do título, fica difícil atribuir às práticas que levaram esse nome uma dignidade artística.[20] Entre a irresponsabilidade do jogo e a regressão da magia faltou-lhes sempre a firmeza para expressar um anseio de redenção, como o pranto de Admeto por Alceste, em que Gombrich vê um sinal da distinção entre imagem e coisa, entre continente e conteúdo.[21]

Aqui interessa a tendência que os procedimentos de conservação invariante da cultura manifestam à polarização na forma de imagem ou na de signo. Ambas as formas permitem a conservação da cultura na memória entendida como reservatório neutro. Mas a terminologia adotada pelos teóricos da arte põe essa neutralidade sob suspeita. Santo Agostinho refere-se ao conteúdo da memória com o termo *thesaurus*, cujo sinônimo latino, arca, nos perveio intacto em sua ambigüidade: grande caixa (sarcófago, em italiano) e, ao mesmo tempo, tesouro de uma sociedade ou instituição. Embora se desenvolvam em duas direções aparentemente contrapostas — memória para as coisas e memória para as palavras —, as técnicas mnemônicas convergem na confusão entre continente e conteúdo. De um lado, sistemas que insistem nas imagens para registrar as coisas, em geral arquiteturas imaginárias cuja ordem coincide com a da lembrança das coisas nelas dispostas. Do outro lado, sistemas que repelem qualquer recurso figurativo, que parecem incorporar o destaque implícito no verbo, e recorrem a signos, como numa estenografia radical, tendencialmente independente de um suporte em que a idéia possa se objetivar. Ambos os sistemas devem permitir a reprodução fiel do conhecimento e impedir que o trabalho atual do espírito fecunde e transforme — corrompa com sua faculdade de representação — o material objetivado. Isso se obtém mediante o isolamento asséptico do material, ou na forma de imagem ou na de signo, formas sob as quais a expressão preservada per-

mânece idêntica a si mesma, tautologia, e, tendencialmente, à coisa exprimida. O caráter de verdade de que se revestem imagens e signos transpira na arquitetura que as abriga. Em pleno Renascimento, o edifício da memória, em sentido figurado para Giordano Bruno e em sentido estrito no teatro da memória de Giulio Camillo, deixa de ser a estrutura que abriga e se adapta a idéias ainda intercambiáveis, e passa a ser oferecido chaves-na-mão, já mobiliado com os objetos, signos ou imagens, que contém a verdade sobre a ordem cósmica e o segredo da origem. Com essa espécie de enciclopédia hermética, a vertente ocultista do Renascimento encarrega-se de levar às extremas conseqüências a idéia de uma harmonia universal preestabelecida e que fora, para sua vertente "iluminista", o recurso pragmático a princípios cuja verdade era relativizada pela referência a convenções de beleza e por uma permanente verificação empírica. Reforma e Contra-Reforma recolhem o que sobra da arte segundo os próprios pendores, a uma agilidade quase algébrica da memória dos signos, a outra a solenidade das imagens. A difusão do livro encarregou-se de empurrar a arte no esquecimento, onde esteve três séculos, só à espera, quem sabe, de novas vestes nos mitos contemporâneos da memória, informática e patrimônio cultural.

O tempo é a medida da dissipação de energia. A vida surgiu como transgressão vistosa do tempo entendido em sentido unívoco, monótono e irreversível e que a própria matéria parece capaz de contrariar.[22] Mesmo em seu projeto inicial, cego porque anterior à consciência, o acidente vital caracterizou-se pela capacidade de reter o tempo mediante a transferência de energia do ambiente e a auto-reprodução.[23] No interior de seu universo a contrapelo do universo físico, a vida conserva, na organização de sua substância, como cicatriz, o mesmo princípio de dissipação que leva a um estado de equilíbrio e de ausência de energia, princípio contraditório com a transgressão que informou seu surgimento. Por isso vê-se tangida para o compromisso de conservação de energia ou, segundo a transposição de que fala Monod, de conservação de informação, concretamente através do código genético.

A consciência, segundo grande acidente, surgiu como faculdade de incrementar o acúmulo de energia mediante a assunção de uma perda. É a da parte em que a vida deve se objetivar para realizar-se. Essa perda torna-se um investimento. Como para a vida, a consciência que se conserva imediata e simplesmente obedece a um impulso na direção da regressão mineral e da dissipação de energia. Também para a consciência, o princípio de conservação manifesta-se sob a forma de recusa avara ao investimento. Por outro lado a consciência já foi resultado da ação do princípio oposto, de investimento. O investimento deu-se, aqui, como trabalho inteligente, despesa deliberada de energia aplicada no universo virtual das percepções meramente instintuais ou estéticas. Estas tornam-se material do qual extrai-se informação susceptível de reorganização, de compor representações.

A noção de investimento permite entender a separação histórica entre imagem e signo como articulação dos processos de conhecimento, agora cindidos em uma experiência estética e uma exigência cognitiva. Transposta para o plano das representações, a experiência estética está para a exigência cognitiva do sujeito numa relação análoga à do objeto natural submetido aos instrumentos sensório-motores. O momento estético gera uma impressão imediata de natureza mimética. Trata-se de um investimento e, enquanto tal, a impressão deve se objetivar. Torna-se então o vestígio que persiste depois do uso efetivo dos sentidos. Quanto ao momento cognitivo, parece lícito supor que não seja senão a repetição, não redundante, da operação inicial mediante a simulação dos sentidos. Objetivado, o vestígio mnésico torna-se material de uma nova operação, semelhante à primeira, cuja finalidade é de extrair informação segundo critérios de identidade e diferença, na comparação entre os resultados da primeira e da segunda operações. O excedente é signo, unidade de energia sob forma de informação. Mas não se trata de mera extração de informação, essa informação deve se objetivar configurando-se formalmente. Objetivada em uma nova representação, a informação extraída dá início, de novo, ao processo e assim por diante. É a razão pela qual todo conhecimento é sempre um processo, não uma coisa, e contém sempre um diferencial expressivo, um projeto de seu objeto, que é o equivalente do espírito ao gesto útil que já aprendera a se adaptar ao objeto.

A seqüência pode ser ou não aleatória, mas pesa sobre ela a pressão seletiva que dá um sentido às que perduram. O espírito existe e foi uma invenção da natureza física, da qual tem tanta saudade quanto mais dela tende a se destacar. Mas o objeto da saudade não é a natureza em geral, cujo massacre lamentam os movimentos de proteção. A distinção entre massacre e transformação legítima, ambos resultantes do intercâmbio entre espécies e entre estas e a natureza física, permanece indeterminada, a menos de um recurso a dogmas éticos. A natureza a que se refere a saudade não está fora da espécie, é a da própria espécie. Esta se deu graus de liberdade no intercâmbio com a natureza em geral que não coincidem com os da liberdade de seus indivíduos socialmente organizados. O conflito entre forma assumida pela cultura e faculdades depositadas efetivamente na espécie não é o conflito entre duas naturezas contrapostas, com direitos iguais e decisão pelo mais forte, como em todo processo natural, mas entre cultura reificada e conhecimento em progresso.

A representação é, ao mesmo tempo, mais e menos do que a coisa representada. Enquanto re-produção é mais do que o reproduzido, porque dele extrai e nele reverte teores de ordem que nele não estavam senão em potência, perdidos na própria contingência. É menos porque, à insuficiência natural da coisa ao projeto de ordem embutido na consciência, corresponde o dispêndio de energia necessária para realizá-lo. A energia dissipada expressa para o sujeito a distância que se lhe apresenta, simultaneamente, com distância que foi preciso vencer e como distância que resta a vencer. Tudo indica que seja ainda impossível, para o sujeito, dissociar a esperança de conciliação com a espécie — projeto — da saudade expressa pela energia dissipada — memória. É provável que nessa relação en-

tre esforço e gratificação — entre ascese e embriaguez, diria Adorno — estivesse depositado, aquém de sua usurpação burguesa como moral do trabalho, e que esteja depositado, além desta, o que deve sobrar de intimidade com o destino biológico: declínio e extinção individual, e superávit de ordem com que a vida, desde que se instalou no caos mineral, contraria a tendência à entropia com a promessa de uma ordem que subverta, cada vez menos naturalmente, aquela tendência.

A cisão entre imagem e signo e seu reflexo subjetivo, a distinção entre momento estético e momento cognitivo, potenciaram o domínio sobre a natureza e a construção do espírito mediante o investimento equivalente à renúncia a um consolo imediato da saudade. Os mesmos recursos predispuseram, entretanto, as condições para subtrair o espírito objetivado — vestígios mnésicos ou projetos pontualmente realizados — ao intercâmbio estético-cognitivo e para submetê-lo a um princípio de conservação, de natureza logística, a título de resíduo do excedente, patrimônio e consolo imediato para a saudade. A operação teria a peculiaridade de tentar impedir, narcisisticamente, que se faça da forma em que ela se objetiva o que ela faz com o material passado: suporte de novas representações. Embora condenado a se objetivar, esse projeto deve parecer contrariar a vocação de matéria-prima e inibir a seqüência do volante do conhecimento. É evidente a tentativa de aplacar a saudade abrindo, em *trompe-l'oeil*, um acesso imediato ao resgate da energia transcorrida. O *trompe-l'oeil* é o passado imediatamente acessível.

Vale talvez a imprudência de tentar um paralelismo entre os mecanismos psíquicos e os da contrafação do passado. Não seria uma disfunção comum a ambos os mecanismos o estabelecimento precoce e arbitrário de uma imagem unívoca que veste mal o sujeito? A fixação dessa imagem não estaria informada pelo princípio narcisista de conservação? Acionada pela remoção do medo de perda, implícito em todo investimento, a conservação não obrigaria o sujeito a um esforço preventivo para eliminar os riscos que comportaria um intercâmbio cognitivo entre o próprio material "natural" e um novo projeto de si tornado repentinamente possível? A não admissão da distância entre o que se é e o que se pensa ser, a identidade pressuposta entre a representação que o sujeito constrói de si mesmo e o que ele é objetivamente, a busca do que se é, limitada cirurgicamente a um âmbito retroativo, tudo isso não impediria a construção de representações que sejam mais do que mera cópia? Não seria essa adaptação forçada o que impede que, pontualmente, com a força do milagre, o sujeito seja igual a si mesmo sob a forma de felicidade? Que o sujeito se negue a essa felicidade toda precária não seria o fruto ressentido daquela recusa a admitir que ele mesmo seja um não-idêntico, um projeto?[24]

"Entre o desejo e a sua realização surge uma categoria de mediação que é objeto de construção e é, ela mesma, geradora de novos desejos."

Realizado, um tal projeto não existe, mas é possível forjá-lo. Uma vez truncado socialmente (e ver-se-á depois em que modo) o ir e vir estético-cognitivo, é possível estabelecer uma cumplicidade entre a resistência do sujeito ao investimento e a aútoconstrução cega da cultura. O sujeito da demanda é induzido a considerar o projeto objetivado, conhecimento acumulado, ou como informação necessária e suficiente a uma simulação técnica, ou como imagem pronta para uma reprodução mimética.[25] Em ambos os casos, o projeto objetivado é apresentado como conciliação realizada. A resistência ao investimento, sob a forma ativa do princípio de conservação, é ainda trabalho e investimento, mas a fundo perdido, trabalho travestido de abandono que o espírito opõe à própria edificação e reverte à construção cega da herança. Só o que é irremissível vale a saudade. A redução da saudade a sua parte reificada, memória, permitiria a esta última autoproclamar-se princípio de realidade e obrigaria o sujeito à obediência cega ao princípio de adaptação. Enquanto que a saudade é uma categoria insubordinada a um juízo ético, ela se subtrai à chantagem do prazer e da dor, do bem e do mal. Nela se deposita uma esperança legítima de eternidade e a parte socialmente razoável de uma demanda de passado.

Raízes, como as do arbusto diante do abismo, como os estilos diante da dissolução industrial dos velhos cânones, pareceriam uma necessidade natural de invariantes. A essa necessidade Adorno atribui o sucesso da ontologia heideggeriana, para mostrar, em seguida, que não se trata de resistência a uma tendência histórica, mas sim do abandono a ela, como se, arrancadas, as raízes acrescentassem a própria gravidade à atração da queda.[26] A tendência, o abismo, não é ao desraizamento, mas ao enraizamento da ordem social sem relação alguma com um determinismo genético da espécie. Tão logo essa ordem social deixa de se apresentar "só como condensação e concentração de interioridades capazes de se reconverter a todo instante em espiritualidade, ela deve adquirir sobre o homem um império cego e universal para poder subsistir". O que porventura tivéssemos realmente em potência nas raízes tem seu desenvolvimento desviado para o exercício cego de adaptação a essa ordem, uma vez que o que dela sabemos chamamos "leis", e "o horror de sua onipotência e de sua universalidade transmuta-se, para a consciência, em (...) eterna e imutável necessidade".[27] Nunca estivemos sujeitos a um determinismo tão férreo e, a qualquer dúvida quanto à invariância das formas atuais, a monotonia da arquitetura de Copacabana dá uma resposta tão convincente quanto a vulgaridade levantina de Brasília.

O rebatimento adorniano, que o pessimismo de Lukacs antecipa, lembra outro, quando Marx vira do avesso a interpretação banal de retorno à natureza de Rousseau, como reação à sofisticação do



Luiz Alberto Franco/1982

século XVIII. O produtor isolado não é a metáfora do homem natural, mas o retrato antecipado do proletário moderno, cujos vínculos sociais vêem-se reduzidos à relação de salário. Isto não quer dizer que os demais vínculos desapareceram; simplesmente mudaram as posições relativas dos termos vinculados, do sujeito assalariado e da ordem social. Vínculos sociais puderam ser entendidos como o sistema geral de convenções que se objetivavam e se modificavam ao veicular as relações interativas do indivíduo com o todo, sistema que permitia, justamente, reconverter a condensação de interioridades em espiritualidade. Em sentido análogo ao dos sistemas lingüísticos, esse sistema dava ao indivíduo a faculdade de articular a própria subjetividade, objetivá-la e confrontá-la com a alteridade, consumir a produção alheia e produzir para o consumo de outrem, ou seja, comunicar. A interação do conjunto de atividades dos sujeitos simultaneamente produtores e consumidores, que realimentava e punha em movimento o próprio sistema de convenções, pôde constituir uma razoável definição de cultura, independentemente da ''composição orgânica'' entre sua parte refletida e irrefletida.

Sob o signo do salário, o mesmo que o da mercadoria, falar de cultura e de comunicação sem adaptar os conceitos às coisas a que passaram a se referir, leva a equívocos que minam a intimidade do espírito com ambas as coisas e reforçam o sistema enquanto sistema de equívocos. Se a mercadoria falasse, brinca Marx na conclusão do primeiro capítulo de *O Capital*, elas diriam que um valor de uso de que podem ser acidentalmente portadoras, ''pode interessar os homens''.[28] A brincadeira tem hoje um ranço de mau gosto. Na ordem econômica atual, o sujeito produtor comunica através de um salário, que é o equivalente de um tempo de trabalho desvinculado de uma ou de outra forma específica do gesto produtor e, conseqüentemente, da forma do produto. A forma que assume a energia que ele reverte ao sistema é refletida, projetada e previamente incorporada na organização da produção e repetida *ne varietur*. Quanto ao sujeito consumidor, ele absorve energia do sistema já configurada na forma das mercadorias, forma avulsa de qualquer exigência expressiva

do sujeito, porque referida a um uso médio de mercado e que se exclui da condição de veículo de comunicação de outra coisa que não seja a troca de valor a que foi destinada.

Importa aqui a subversão advinda nos fluxos de energia e informação. Afora sua parte excedente cada vez maior, a parte de energia necessária à simples reprodução do ciclo é agora carreada em sentido unívoco para o sistema, que a codifica e a reverte aos sujeitos, a quem cabe só decodificar.[29] O *feedback* em que produtores e consumidores realimentavam o sistema e sobre ele exerciam um comando, ainda que parcial — a ordem era resultante de informações antagônicas —, agora tornou-se uma articulação cognitiva do próprio sistema mediante especialização. *Marketing*, *design*, arquitetura e engenharia, ciência aplicada tornada ramo de negócios, surgem como atividades reflexivas, produtoras de um conhecimento *sui generis*.[30] Na ponta do consumo, o *marketing* estuda o consumidor como objeto da conjetura que Marx põe na boca da mercadoria: posso ter um uso. Na ponta da produção, o *design* produz representações de possíveis valores de uso compatíveis com a conservação do organismo produtivo e, sobretudo, de sua expansão mediante a economia de trabalho vivo.

Em termos expressivos, o consumo imediato pressupõe que a mercadoria seja idêntica a si mesma, que se elida a distância entre forma e conteúdo, entre finalidade e meio e que, no ato do consumo, o intercâmbio cognitivo limite-se a um metabolismo cuja verdade, finalidade articulada, permaneça distante, na esfera que informou a determinação das características da mercadoria. A separação entre momento estético e momento cognitivo realiza-se socialmente. Essa é a tendência ao enraizamento subjacente ao projeto da atual ordem econômica, em que todo o excedente reverte à sua autoconstrução. É verdade, o material de que dispõem os produtores de formas continua a existir e a carregar suas determinações históricas e naturais. Mas o rebatimento de finalidades leva a entender o material, as coisas em si e os paradigmas de que dispõe o técnico, como obstáculos à aderência da substância de ambos às características exigidas pela forma de mercadoria. O produto se apresenta à parte de percepção que ainda implica o consumo com as características do objeto tecnologicamente perfeito, no sentido inclusive antropométrico e ergonômico que faltava ao objeto artesanal, e, ao mesmo tempo, segundo uma configuração afetada, como que enfiada de fora para dentro. Ambas as características revertem ainda em vantagem para a reprodução do ciclo, garantem uma afeição imediata e a duração efêmera da mesma.

Poderia ser objetado que, na medida em que a reflexão do sistema passa através da subjetividade de produtores humanamente determinados, fica garantida de antemão a coincidência entre reflexão da espécie e do sistema. Isso implica na admissão de que o destino da espécie era o de desenvolver uma ordem, segundo especialização, que leva naturalmente a divisões de classe. De um lado, o acesso de alguns à condição de sujeitos do espírito e, de outro, a manutenção dos demais na condição de objetos. Num país onde perduram as figuras sociais da doméstica, do despachante e do *boy*, a hipótese seduz. A semelhança com a organização social de insetos não a infirma, constitui antes um precedente natural que a reforça. Satisfazendo um atavismo integralista, oligarcas e agregados teriam reconciliado, geneticamente, o indivíduo à espécie, a expressão tornar-se-ia supérflua porque substituída pela informação distribuída pela cultura, segundo a ordem preestabelecida na espécie.

"A memória cultural é, desde sempre, simulacro social do código genético que aspira à reprodução ne varietur *da ordem vigente."*

A perspectiva dá sinais vistosos de fraude. Além da ameaça de auto-extinção, de que ninguém assume a responsabilidade, a autonomia adquirida pelo sistema sobre e contra a espécie parece encontrar uma confirmação menos banal na referência, cada vez mais freqüente, ao passado e à natureza. São metáforas, indícios de uma exigência expressiva, não contemplada pela reflexão do sistema, que ainda encontra no diferencial entre projeto e realidade razão de sobrevida. Numa passagem batida da Introdução, a ironia marxiana toca superficialmente no problema, decretando a caducidade da imaginação mitológica tão logo as forças da natureza a que se referem as formas expressivas são dominadas de fato. Mas pergunta-se, em seguida, por que a infância histórica da humanidade, no momento de seu pleno desenvolvimento, não exerceria "o fascínio eterno do momento que não voltará mais"?

Se persiste a exigência expressiva, estímulo inconciliado, e, por outro lado, tornou-se irrisória a forma mitológica da imaginação, em que forma poderia, hoje, a expressão se objetivar e comunicar? Tudo leva a crer que a expressão deva repercorrer, segundo a síndrome de Sísifo, o caminho trilhado pelo espírito na confecção de instrumentos de domínio sobre a natureza original, agora voltados para o domínio sobre o sistema social, tornado segunda natureza. Dos ritos propiciatórios dessa nova natureza à ação corrosiva do espírito iluminado sobre a fraude das tentativas de conservação, reabre-se o espectro que Marx cria definitivamente fechado. É nesse espectro de modalidades de reflexão do sistema que é preciso colocar o problema do patrimônio e do modo de tratá-lo.

Entretanto, uma definição parece se delinear por inércia nas práticas de preservação. O sentido dessa inércia não é o expressivo, mediante a distinção entre o que foi e o que poderia se tornar. É o de estender a invariância apressadamente inferida dos fragmentos que o passado legou às variações necessárias à reprodução do sistema, mediante a inserção das práticas de preservação na esfera da produção de bens culturais de consumo. Artesanato e apostolado têm agora nomes contemporâneos. Aquele que

acha a justa forma das coisas chamamos *designer*, mas era já um anacronismo. O demiurgo do passado é hoje o estilista, é quem garante reter o tempo para o sistema tornando ainda mais efêmero o valor (energia) que oferece em troca. Quanto ao apóstolo, como outrora, ele pensa no bem do próximo, bochecha a comunidade e cospe os truques mediante os quais saberá promover matanças coletivas de saudade e que chamará de apropriação: importante é que, a cada matança, a saudade renasça mais imperiosa e mais rapidamente do que nunca. O sociólogo, de *animateur*, de mediador de conflitos de fábrica, lança-se agora no *marketing*. Quanto à tecnologia, não há artesão, por mais empedernido, que não se comova com seus prodígios, promessas que, na maior parte dos casos, aparelhos convincentes explicam por que não se realizaram; ou se realizam, e já se fala na restauração pré-moldada do Pelourinho. O clima é de festa ou não, dependendo de que lado se está, se do lado do estado ou do contribuinte assalariado. Quanto ao empresário, ele vê com admiração que, além da mais-valia, o imposto extorquido ao salário também permite, segundo uma alquimia de que só o estado policial é capaz, o acúmulo do capital necessário para desbravar novos horizontes de negócios.

Não há sinais de que os técnicos que lidaram inicialmente com o patrimônio tenham atribuído a qualidade da produção passada à adoção de procedimentos arcaicos. Parece ser uma tendência recente a que pretende resgatar formas genuínas, contrapostas às dos artefatos industriais, retroagindo em sentido artesanal e restabelecendo a promiscuidade entre sujeito e objeto. O momento mimético, subsistente em todo artesanato, é apregoado com um eufemismo, o da espontaneidade do artesão. A espontaneidade programática denota um esforço de ingenuidade análogo ao olho virgem de Ruskin e evoca, irresistivelmente, a figura hilariante de uma *demi-vierge*. A contradição é menos ingênua do que parece, quando associada a um desdobramento na esfera do consumo, oficialmente enunciado como um programa de devolução e entendido como reapropriação imediata da cultura.

A preocupação com o gosto do freguês lembrava etiqueta e generosidade e se delineava aleatoriamente como ocasião social e contingente para o produtor se objetivar e submeter seu produto ao risco de comunicar ou não. No sistema econômico atual, a preocupação com o gosto do freguês torna-se uma articulação funcional do mesmo que se antecipa às formas de percepção, embutindo-as nas formas produzidas. O resultado é uma economia do tempo de realização do valor de troca equivalente à economia do tempo de trabalho necessário ao sujeito consumidor para o desmembramento e remembramento significativo do valor de uso que justificaria o valor de troca. O uso peculiar do produto cultural era, justamente, o de suporte para a construção de representações. Poupado deste trabalho, o sujeito vê-se condenado a uma assimilação metabólica do que é, em última instância, o filho pródigo do espírito, a cultura na veia.

"A redução da saudade a sua parte reificada, memória, permitiria a esta última autoproclamar-se princípio de realidade."

A generalização da idéia de uma experiência passiva do fruidor estético é mais um mal-entendido cultivado sob o império da mercadoria. O observador esteticamente orientado para o objeto de arte é absolutamente ativo, e em sua atividade, e só nela, sobrevive a essência, não do espírito criador, mas da própria obra. É essa atividade que possibilita a sobrevida da obra e, ao mesmo tempo, estabelece seus limites. Do mesmo modo que a produção artística, o gozo estético parte da articulação daquilo que a produção de mercadorias tenta e força a redução: a inadequação das formas a seus conteúdos. Aos olhos do observador, essa inadequação é o espaço entre o material da obra e a essência que a obra revela e oculta. Revela, enquanto alude a um anseio de conciliação entre forma das coisas e essência do espírito. Oculta, enquanto aconselha o observador a buscar nela mesma uma verdade que está ainda para ser construída, porque o que ela pode oferecer de verdade já feita, história, permanece inerte em suas formas, como potência abafada por um decurso que a desenvolveu e, ao mesmo tempo, impede sua liberação imediata, sob uma forma adequada e definitivamente conciliada com o espírito.

O mesmo acontece com o sujeito diante de um objeto que provenha de lugares remotos do seu, no tempo ou no espaço social: quem sabe, dentre tantos, aquele fragmento não indicava um bom caminho? Em ambos os casos, como na obra de arte, o objeto não é o suporte neutro, mero depositário de história transcorrida. Ele é a história, a história é sua essência, essência que sofre da mesma inadequação à forma que a da forma com que perveio a nossos anseios.

De que história se trata? Ela não está intacta, guardada dentro do invólucro do objeto; este é sobretudo seu freio. O conteúdo está confundido, nada casualmente, com a configuração de seu continente, à espera da aplicação dos instrumentos do conhecimento. Estes devem acordar os signos, a informação, nas imagens em que dormem para, sucessivamente, recompô-los em uma nova imagem, representação histórica do objeto.

A trajetória seguida até aqui pelas práticas de avaliação e conservação do patrimônio parece indicar a direção oposta. Quando se formalizou — o que nem sempre aconteceu — a avaliação que leva ao tombamento oscilou entre a adoção de instrumentos da história da arte e da arquitetura e o recurso à informação factual da historiografia existente. No primeiro caso, a periodização estilística servia como gabarito. Uma vez verificada a obediência do objeto ou de suas partes aos cânones preestabelecidos, ele recebe um atributo estilístico, à guisa de chancela de qualidade. Como

nos sistemas lingüísticos, o conjunto de relações entre série de objetos e séries estilísticas permite a construção de representações significativas, na medida da permeabilidade da sistematização estilística à informação provinda dos objetos que subsume. Entretanto, deixada à própria inércia, a interação entre parâmetros e coisas a que se referem se enrijece, o sistema tende a impedir a realimentação e a insinuar a possibilidade de se substituir a seus objetos e a apresentar-se como conjunto finito de representações unívocas. O resultado é a atribuição de valor só às virtudes de obediência aos cânones e o descarte de tudo o que os transgrida. Ora, dentre as transgressões, há as que garantem, justamente, o sentido evolutivo que faria da representação uma história, uma representação cuja diacronia a tornasse pertinente à coisa representada. Sem esse sentido, os objetos enquadrados nos compartimentos estanques de segmentos estilísticos, mas cujas formas canônicas escondessem transgressões mal censuradas, não podem comunicar sua transcendência à imanência dos segmentos contíguos. Aos olhos do observador, o sistema manifesta a mesma rigidez que impõe a seus objetos, e o intima com um *aut aut*, aceitar a representação tal qual, como forma única adequada a seu conteúdo ou refutá-la. Caso aceite, não lhe resta senão aprendê-la de cor.

Quanto aos instrumentos da história *tout court*, são os menos adequados à avaliação das qualidades dos objetos e ao favorecimento de um gozo estético-cognitivo. Em modo análogo à história dos estilos, a história-crônica tende, ainda mais fortemente, a ser uma história sobre o objeto, sobreposta a ele e dele independente, que acaba por se contrabandear como representação idêntica à coisa. Os acontecimentos que tiveram lugar num determinado invólucro arquitetônico passam, como no conteúdo das relíquias ou do teatro de Giulio Camillo, a ser pensados em modo indistinto das coisas. A evocação, termo invocado em favor desse tipo de determinação de qualidades, pressupõe a liberdade de quem evoca em relação ao objeto que favoreceu a evocação. Só o objeto é reprodutível, não a evocação. A *madeleine* molhada no chá traz a Marcel, e só a Marcel, a memória de um passado. Proust a transforma em objeto literário, que nos permite nossas próprias e livres representações. Paço Imperial, Janela do Fico ou Sala do Trono são expressões que pretendem, através ou apesar da própria vulgaridade, se substituir às coisas arquitetônicas a que se referem, impondo a mesma leitura a que Proust tentaria nos obrigar se, ao invés de escrever o *Tempo Perdido*, tivesse aberto uma padaria e vendido *madeleines*.

Esses procedimentos deixam seqüelas e encontram seus equivalentes na construção física das representações historiográficas, restauração. Aplicados ao projeto de restauração, os critérios estilísticos traduzem, arquitetonicamente, a tendência anteriormente detectada à seleção arbitrária do que obedece ou não a paradigmas preestabelecidos. O princípio de unidade estilística, adotado e praticado com o rigor que autorizava uma idéia de história coerente, embora superada, gerava, inevitavelmente, o estilo contemporâneo inspirado pela mesma idéia de história.

"Raízes, como as do arbusto diante do abismo, como os estilos diante da dissolução industrial dos velhos cânones."

A operação, em si, é possível e permitiu resultados extraordinários, lá onde ficou clara a distinção entre o que é passado e o que é sua representação determinada no tempo presente. Assim foi no uso da herança clássica feito pelos arquitetos da Florença do século XV, assim prometiam as práticas do Patrimônio informadas pelo espírito modernista. Algumas referências às qualidades da arquitetura mineira confirmariam a sinceridade da promessa. Em sentido contrário, pesou decisivamente a componente nacionalista do modernismo, desviando energia reflexiva para a tarefa de legitimação e conservação invariante da cultura. Para isso contribuía a atração irresistível exercida sobre alguns espíritos por uma suposta forma original das coisas, necessariamente mais genuína, e, sobretudo, suscetível de reconstrução objetiva.

É sobre essa tradição consolidada que irá resvalar, sem maiores conseqüências, o preceito enunciado pela Carta de Veneza, contrário às tentativas de obtenção de uma unidade estilística. A própria Carta deixa uma brecha quando sugere inserções harmônicas, sem esclarecer de que harmonia se trata, e autoriza a pretensão a um estilo brasileiro de restauração, pretensão que começa a ser emitida, sem maiores constrangimentos, por técnicos que detêm a responsabilidade dos grandes projetos e da definição de critérios.

As fraudes documentais, sem o respaldo da competência dos pioneiros em matéria estilística, continuam a afirmar a objetividade de suas configurações, agora ao abrigo dos debates que aquela competência naturalmente gerava, e orientam a restauração, cada vez mais, na direção de uma forma envergonhada de ecletismo. A reboque do gosto corrente, a produção de objetos restaurados converge com a produção voltada para a demanda de uma neoburguesia necessitada de cânones que legitimem o sucesso vertiginoso dos últimos trinta e cinco anos e que impeçam, ao mesmo tempo, que o processo que a promoveu a devolva ao anonimato industrial. Mas essa é a componente meramente ideológica e parasitária do deslocamento maior das práticas de preservação em sentido mercadológico.

A insuficiência reflexiva, que nos primeiros decênios do Patrimônio era devida à pobreza de recursos e à exigüidade numérica do ambiente profissional e, em parte, era compensada pela erudição e energia de alguns temperamentos, agora torna-se programática. Ao "medo inconsciente de que o pensamento teórico faça aparecer como supérflua a acomodação à reali-

dade, o que foi conseguido com tanto esforço'', medo que Horkheimer identifica nos dominados, soma-se agora o instinto de conservação da corporação diante do risco de desmascaramento da aparência hermética das várias práticas: ou porque elas se revelariam fraudulentas ou porque o acesso a elas seria democratizado.

A teorização do caráter supérfluo de qualquer teoria encontra-se exemplarmente exposta pelos projetistas mais prestigiados [*RPHAN*, nº 20, p. 139-154], e a própria noção de fraude parece caducar. O auto-anulamento do sujeito, humildade fictícia apresentada como condição de isenção e objetividade científica, radicaliza a recusa a qualquer critério de verdade que não seja o da própria e volúvel subjetividade. O projetista se acautela contra as oscilações do gosto e preconiza intervenções que sejam reversíveis (''Patrimônio na visão da 6ª Regional'', p. 77). Entendida como restabelecimento de um estado primeiro, isto é, reversão, a restauração que reverte é a metáfora cândida da dissipação de energia no trabalho alienado. Fica alguma dúvida se é a aplicação da máquina do tempo ao trabalho objetivado ou do trabalho vivo à máquina do tempo?

Nas restaurações mais recentes, história da coisa e história agregada se desculpam reciprocamente pelo desrespeito a que cada uma obriga a outra, mas a sucessão de equívocos é direcionada em detrimento da primeira. Nas tentativas e retificações que compõem a seqüência de seu processo cognitivo, o restaurador transtorna, cada vez mais, os elementos da história agregada, signos estilísticos ou dados de crônica, em história da coisa. Inversamente, na história concreta da coisa, aquilo que nela autoriza falar em organismo, conexões e rupturas entre partes justapostas, o restaurador identifica como o material imediatamente dado, sujeito portanto ao que os arquitetos amam chamar de razão estética. O momento cognitivo transfere-se todo para a informação sobre a coisa, enquanto que o momento estético toma o material propriamente arquitetônico por natureza surda e opaca a qualquer intercâmbio que não permaneça na esfera da simpatia e do contágio.

A tentativa de isolamento asséptico entre momento estético e momento cognitivo, e a inversão que resulta entre ambos e entre forma e conteúdo, se realizam no Paço, afinal com estatura de paradigma dos antigos procedimentos invariantes da cultura objetivada. Forma deve ser só o invólucro hermético, volume e fachadas que, ao invés de revelar e articular a própria inadequação a uma representação historiográfica do que está confundido com a materialidade do edifício, pretende a redução forçada dessa heterogeneidade numa imagem unívoca que se dê ares de conter, sincronicamente, o decurso vital do organismo. Mediante o recurso a modelos estilísticos cristalizados, como que dispostos nas prateleiras de uma história acadêmica da arquitetura, e através da constituição de um álibi historiográfico, com as vistas antigas, os projetistas garantem a configuração unitária do invólucro, que reverte ao espectador com autoridade pedagógica. Importante não é a obra, mas o sistema estilístico que se dignou acolhê-la. Sob a etiqueta de barroco brasileiro do século XVIII, não cabe mais ao observador senão memorizar aquela outra história e, eventualmente, reproduzir a imagem a que corresponde, como *souvenir*, em miniatura, ou na Barra da Tijuca. O que deveria ser experiência estética, aquisição de nova experiência sensória, não tem tempo de estabelecer a interação cognitiva com os esquemas predispostos à percepção já incorporados no observador: lá estão eles, já prontos, na coisa.

''O demiurgo do passado é hoje o estilista, é quem garante reter o tempo para o sistema tornando ainda mais efêmero o valor que oferece em troca.''

Quanto ao conteúdo, ele deveria ser o sentido em que se move um decurso vital, não o sentido monótono com que o tempo astronômico deixou suas marcas, mas, ao contrário, os nexos e as cesuras das articulações com que o organismo se contrapôs àquele tempo. No Paço, o conteúdo foi entendido em sentido visceral, como tudo aquilo que se encontra pressionado e deve ser contido sob o invólucro. O cafarnaum interior é silencioso. Remete a uma situação hipotética, em que o perito-legista tivesse renunciado não só a entender a dinâmica de um sinistro, mas à própria identificação dos seres vitimados, e se deixasse, piedosa ou morbidamente, fascinar pela pura e singular imanência de órgãos e membros dispersos. Salas e salões, arcos, passagens e cicatrizes de arcos, fragmentos de pisos justapostos, outros tantos signos, antes à espera vã de uma operação cognitiva, agora isolados uns dos outros, arquitetonicamente, reivindicam uma radical autonomia que obriga o sujeito a afeiçoar-se imediatamente, a incorporá-los mediante o metabolismo peculiar, anteriormente associado à forma de mercadoria. À objeção sub-reptícia, de que o Paço não se produz em série, não se consome materialmente e que portanto não se realiza como valor de troca, responderíamos somente que as telenovelas tampouco.

Essa parece ser uma representação razoável do deslocamento das práticas institucionais no sentido da indústria cultural. A denúncia desse deslocamento não é o objetivo da reflexão. Interessa aqui a sucessão de esclarecimentos que façam convergir finalidades declaradas com resultados efetivos. A assunção explícita das finalidades que os resultados atuais revelam redundaria, por um lado, numa reformulação empresarial efetiva — cuja rentabilidade caberia ao contribuinte cobrar —, e a liberação, por outro lado, da tutela obscurantista da corporação sobre setores interessados em dar às práticas de preservação a dignidade de um ramo do conhecimento. Para esses setores, trata-se de verificar de que modo aquelas práticas podem vir a caracterizar uma organização cognitiva que obedeça a princípios crescentes de auto-regulação, de extração de informação do material, de reor-

ganização dessa informação e de reversão de uma nova ordem compatível com um projeto inicial inteligível. A separação entre uma teoria e uma prática, generosamente forçada na identificação anterior de um apostolado e de um artesanato, ou na sucessiva, entre *marketing* e *design*, permitiria a individuação de um campo de conhecimento, em sentido epistemológico, compatível com uma cultura dotada de um ministério autônomo das esferas da propaganda, da indústria e do comércio. Embora não necessariamente, esse conhecimento poderia ter, além de seu material específico, outros termos empíricos de interação cognitiva nos vários âmbitos políticos. Neste caso, o projeto implícito na individuação do novo campo realizar-se-ia segundo as mesmas condições de tentativa e retificação, por sucessivas aproximações permanecendo inteligível. A teoria deixar-se-ia informar pelos resultados de vez em vez obtidos e os projetos seriam a expressão de uma liberdade conquistada pela cultura viva sobre e graças à cultura passada, mediante o potenciamento dos próprios recursos sem que estes prevalecessem sobre a capacidade da formação de auto-regular-se para uma finalidade deliberada. A perspectiva dessa liberdade daria às formas recentes de organização social um sentido, e faria delas um instrumento da história por fazer.

1. T.W. Adorno, *Negative Dialektik*, tradução italiana; Turim, 1970, p. 131.
2. "Mítica é a celebração do insensato como sentido, a repetição ritual de conexões naturais em ações simbólicas singulares como se fossem uma supernatureza." T.W. Adorno, ib. p. 107.
3. S. Freud, *Totem und Tabu* , tradução italiana; Roma, 1970, p. 109.
4. M. Bloch, *Apologie pour l'histoire*; Paris, 1967, p. 44.
5. G. Pereira das Neves, "História: a polissemia de uma palavra", em *Estudos ibero-americanos*, n.º 1, Porto Alegre, 1984.
6. M. Proust, *À la recherche du temps perdu*, vol. XVIII, ed. Folio; Paris, 1978, p. 248.
7. C. Furtado, *Cultura e desenvolvimento em época de crise*; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2. ed., 1984; p. 24-29.
8. J. Habermas, "Technik und Wissenschaft", tradução italiana, em *Teoria e prassi nella società tecnologica*; Bari, 1969, p. 217.
9. J. Piaget, *Biologie et connaissance*; Paris, 1967, p. 309
10. R. Musil, Die Verwirrungen des Zöglings Törless, tradução brasileira; Rio de Janeiro, 1982, p. 39.
11. "A doutrina dos sacerdotes era simbólica no sentido de que imagem e signo nela coincidiam. Como atestam os hieróglifos, a palavra desempenhou originalmente uma função também de imagem." M. Horkheimer, T.W. Adorno; *Dialektik der Aufklärung*, tradução italiana; Turim, 1966, p. 25.
12. "Engenhoso Theut, uns são capazes de criar as artes, outros de julgar em que medida trarão prejuízo ou proveito àqueles que deverão usá-las: é assim que você, pai da escritura, atribui-lhe benevolamente uma eficácia contrária à que ela é capaz; pois ela produzirá o esquecimento nas almas uma vez que as fará negligenciar a memória." Platão, *Fedro* tradução francesa; Paris, 1964, p. 165.
13. "A seleção natural age exclusivamente pela preservação e acumulação de variações que são benéficas sob as condições orgânicas e inorgânicas a que está exposta cada criatura em todos os períodos de vida." C. Darwin, *The origin of Species*; New York, The Modern Library, p. 93.
14. F. Braudel, "La longue durée", tradução brasileira, em *Escritos sobre a história*; São Paulo, 1978, p. 50.
15. "Com a nítida separação de ciência e poesia, a divisão do trabalho (...) se estende à linguagem. Como signo, a palavra passa à ciência; como som, como imagem, (...) ela é repartida entre as várias artes." H.M. Horkheimer, T.W. Adorno, op. cit. p. 26.
16. "Não é fruto do acaso que Quintiliano e Plínio concluam suas histórias com Lísipo, que disse de si que, enquanto os artistas precedentes tinham representado os homens como são, ele os teria representado como aparecem." H.E. Gombrich, *Art and illusion*, tradução italiana; Turim, 1965, p. 177.
17. "Platão tinha contudo razão quando sentia que alguma coisa se perderia na troca: a função sem tempo da imagem (egípcia) dotada de uma potência própria, devia ser abandonada em favor de um momento fugidio da imaginação que facilmente podia induzir o artista ao comum." H.E. Gombrich, op. cit., p. 168.
18. "A separação entre sujeito e objeto, premissa da abstração, funda-se no destaque da coisa, destaque a que o patrão pervem mediante o servidor (...) Domínio e trabalho separam-se." M. Horkheimer, T.W. Adorno; op. cit. p. 21.
19. K. Marx, *Das Kapital*, livro I, cap. VI, inédito, tradução italiana; Florença, 1969, p. 18.
20. F. Yates, *The art of memory*, tradução italiana; Turim, 1972.
21. E. Gombrich, op. cit., p. 155.
22. "O futuro não está incluído no passado. Mesmo na física, como na sociologia, podem ser previstos alguns cenários"; e mais adiante: "A crescente limitação de leis determinísticas significa que vamos de um universo fechado, no qual tudo é dado, para outro, novo, que está aberto a flutuações, à inovação." I. Prigogine, *From being to becoming*, San Francisco, 1980; p. XVII e p. 215.
23. "Sem dúvida, a morte dos seres vivos superiores é natural, por causas internas, mas ela não decorre de nenhuma propriedade original da substância viva e não pode ser considerada uma necessidade absoluta fundada na essência da vida (...) A reprodução, ao contrário, não surge só com a morte, ela é uma propriedade da matéria viva como o crescimento de que deriva; a vida, depois de seu aparecimento, não conheceu solução de continuidade." S. Freud, *Jenseits des Lustprinzips*, tradução francesa; Paris, 1982, p. 92.
24. "No reproche que a coisa não é idêntica a seu conceito vive a esperança de que ela possa tornar-se." H.T.W. Adorno, op. cit., p. 134.
25. "Como signo, a linguagem deve limitar-se a ser cálculo; para conhecer a natureza, deve renunciar a se parecer com ela. Como imagem, deve limitar-se a ser cópia: para ser inteiramente natureza, deve abdicar à pretensão de conhecê-la (...) A ciência, na sua interpretação neopositivista, torna-se estetismo, sistema de signos absolutos, privado de qualquer transcendência (...) Mas a arte da reprodução integral dedica-se, mediante suas próprias técnicas, à ciência positivista. Ela torna-se ainda mundo, duplicação ideológica, dócil reprodução." M. Horkheimer, T.W. Adorno, op. cit., p. 26.
26. A conexão entre busca e ereção de invariantes em verdade ahistórica das coisas e conivência efetiva com a determinação histórica atual é desenvolvida por Adorno nos capítulos "A necessidade ontológica" e "Ser e existência" da *Negative Dialektik*, op. cit.
27. G. Lukacs, *La théorie du roman*, tradução francesa; Berlim, 1963, p. 58.
28. K. Marx, *Das Kapital*, Livro I, cap. I; tradução italiana; Roma, 1965, p. 83.
29. J. Baudrillard, "Requiem pour les media", em *Utopie*, n.º 4, Paris, 1971, p. 47.
30. "A invenção torna-se então um ramo dos negócios, e a aplicação da ciência à produção imediata determina as invenções, ao mesmo tempo que ela as solicita." K. Marx, *Grundrisse*, tradução francesa; Paris, 1968, vol. II, p. 220.

MESA-REDONDA

TOMBAMENTO

Mesa-redonda realizada em 1.º de outubro de 1986, na sede da Fundação Nacional Pró-Memória, Rio de Janeiro, com a participação de Dina Lerner (**DL**), arquiteta, diretora do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) do Estado do Rio de Janeiro; Dora Alcântara (**DA**), arquiteta, responsável pelo setor de tombamento da SPHAN/Pró-Memória; Lúcia Helena Fontes (**LHF**), coordenadora de Estruturação Urbana da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Município do Rio de Janeiro; Maria das Graças Spencer Coelho (**MGSC**), arquiteta, representando a escritora Rachel Jardim, diretora do Departamento Geral de Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura do Município do Rio de Janeiro; e Sônia Rabelo (**SR**), advogada, assessora jurídica da SPHAN/Pró-Memória.

RPHAN: Instituído pelo Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937, com o objetivo de normatizar a ação do Serviço, hoje Secretaria, do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o tombamento tem sido desde então o instrumento básico de proteção dos bens culturais do país. A finalidade deste encontro é tentar uma avaliação do papel histórico desse dispositivo legal e também uma aferição de sua operatividade no quadro atual das iniciativas de preservação. Lamentavelmente não podemos contar com a presença de um dos nossos convidados, Dr. Rafael Carneiro da Rocha, que, na qualidade de assessor jurídico da SPHAN há várias décadas, teria certamente muita coisa a dizer sobre o tema em pauta. Feito este registro, propomos, para começar, que cada participante exponha seu pensamento a respeito do instituto do tombamento. Vamos ouvir, em primeiro lugar, Maria das Graças.

MGSC: O que eu quero dizer é que estamos trabalhando bastante, não propriamente com o tombamento, e sim com áreas especiais de interesse para fins de proteção ambiental. Ao estudar essas áreas a gente não utiliza só o tombamento. Estuda toda a área, geralmente área de bairros, onde os imóveis têm uma importância de ambiência ou de conjunto. Estuda essa área, que a gente chama de APA (Área de Proteção Ambiental), e preserva esses imóveis. Preserva normalmente a fachada e a volumetria deles. Quando um deles tem um valor, por estar mais conservado, mais inteiro por dentro, é proposto um tombamento. E eu acho que isso é uma coisa nova. No fundo tem o mesmo efeito do tombamento, preserva quase da mesma forma talvez. Está dando bons resultados, pega uma área maior, um conjunto de prédios.

DA: Caberia, aqui, não historiar o tombamento, que todos nós conhecemos, mas talvez falar de algumas preocupações que ele nos traz. Por um lado, ele, que tinha sido pensado de uma maneira bastante democrática, encontrou, quando começou a ser aplicado, momentos de um fechamento político muito grande. Então a participação da sociedade na idéia de preservação ficou muito falha. Como não se estabeleceu o diálogo com as diferentes comunidades, tivemos o fenômeno oposto: a idéia do tombamento de cima para baixo, uma coisa considerada como imposta, muito embora muitas vezes solicitada, ou pelos próprios interessados ou por outras pessoas, outras parcelas da comunidade, até atendendo à exigência da nossa própria legislação, que diz que qualquer cidadão pode fazer um pedido de tombamento. E esses pedidos têm-se multiplicado. Mas ficou uma defasagem, me parece, muito grande entre os usuários do objeto tombado, entre a população de modo geral, e aqueles que tratam do tombamento, nós, por exemplo. Então, em vários momentos, fica aquela dúvida: qual a validade de se fazer ainda um tombamento antes que esse diálogo se estabeleça? Por outro lado, a gente vê como conseqüência prática que esse é um processo muito longo, que nós não vamos poder compensar estes anos todos muito rapidamente. Suponho mesmo que seja uma coisa a médio e longo prazos. Em todo o caso, o que a gente tem tentado fazer é suprir a própria deficiência na linguagem adequada de abordagens de contato com as comunidades e pouco a pouco ir absorvendo esse dado que é muito importante. Me parece ser este o maior desafio que nós temos no momento.

LHF: A minha área não é exatamente de preservação; quer dizer, eu trabalho com a parte de desenvolvimento urbano, de planejamento urbano. E o que nós tentamos agora é justamente compatibilizar essa legislação de preservação e de tombamento com a legislação urbana. Antigamente você tinha tombamento por legislação federal, mais o entorno por uma portaria federal. Hoje em dia nós estamos tentando, através do trabalho conjunto, que essa legislação passe a ser uma legislação do município, porque o órgão que fiscaliza a aplicação da legislação é o órgão municipal. Se você tem diversos níveis de legislação, essa coisa atrapalha um pouco a fiscalização. Então nós tentamos atualmente fazer um estudo sempre conjunto com os diversos órgãos de patrimônio; quer dizer, trabalhar o planejamento urbano junto com a preservação. Dora comentou que o tombamento agora parte muito da comunidade. Em todos os estudos que a gente tem feito com essas comunidade parte sempre delas o pedido de preservação de determinados imóveis, de determinadas áreas, até da ambiência, da volumetria das áreas. Então a gente tem tentado trabalhar nesse sentido na área de planejamento, sempre visando compatibilizar o desenvolvimento com

a preservação. Quanto à parte de tombamento, a minha secretaria não trabalha com esse tipo de legislação. Nós só complementamos as áreas de entorno. Essas áreas que a Graça chama de APA são estudos feitos pelas diretorias de patrimônio que depois são absorvidos pelas secretarias de planejamento urbano, que fazem uma legislação para as áreas.

SR: Eu gostaria de acentuar dois aspectos que acho interessantes. O primeiro é o da legislação de patrimônio, o que representou essa legislação nesse período, nesses 50 anos. Sem dúvida a gente não vai discutir a questão do Decreto-Lei 25. Todos nós sabemos que o projeto foi discutido pelo Congresso Nacional e, por uma contingência do momento histórico, passou como decreto-lei. Sem dúvida, é uma lei que vem intervir na propriedade de forma muito significativa. Nesse sentido foi uma lei absolutamente inovadora no Brasil, não obstante a ação do Patrimônio nesses 50 anos aparentemente tenha sido autoritária. Me resta dúvida se foi, se não foi querida socialmente, se não teria legitimidade. Ao contrário de muitas leis que houve no Brasil, leis que, apesar de serem cogentes ou talvez menos cogentes e menos drásticas que o Decreto-Lei 25, não tiveram legitimidade socialmente, não tiveram o amparo social necessário para se efetivarem. Por exemplo, a questão de preservação de margens de lagoas, de mar, e até de preservação de florestas, cujo código florestal, é bem mais recente, não teve, talvez, a mesma abrangência de uso do Decreto-Lei 25. Então, para mim, fica a dúvida. Se, aparentemente, é autoritário, por outro lado alguma legitimidade social ele teve, porque de fato se fez preservação. Não obstante as resistências individuais de que a gente fala, socialmente um fato é comprovado: existe preservação no Brasil, mais ou menos desejável, mas existe.Então acho que só o aspecto histórico dessa lei mostra que é uma lei que pegou, que teve legitimidade, além de ser a primeira lei que veio intervir na propriedade, dando ao uso social da propriedade um cunho prático. Um outro ponto que acho importante salientar é que pegou tanto essa lei que, hoje, no atual momento social, ela está em crise de crescimento. A partir de uns cinco, seis, sete, ou 10 anos atrás esse cometimento político e social de preservação passou a ser assumido também por outras esferas de governo que são tidas por mais frágeis, como estados e municípios. Há um desejo muito grande, muito sentido, em todos os estados e num número maior de municípios, de eles mesmos fazerem suas leis de preservação. Há, portanto, uma conjunção. A questão do planejamento, que sempre foi uma questão municipal, assumiu tal importância que hoje a União Federal vai chamando a si uma série de responsabilidades. Ao contrário da preservação, que começou na área federal por uma circunstância histórica e é hoje sem nenhuma dúvida uma responsabilidade cada vez maior dos estados e municípios. Acho esse fato importantíssimo, que dá o significado do sentido social da lei, do ponto de vista político dela.

LHF: Tem uma coisa que eu preciso citar. Acho que é importante isso que você colocou, da necessidade do município atuar mais na área da preservação. O município do Rio de Janeiro enviou à Câmara dos Vereadores um projeto de lei de desenvolvimento urbano, em novembro do ano passado [1985]. O projeto está em discussão na Câmara. Agora a própria comunidade está pressionando para que seja votada a lei, e um dos capítulos da lei é precisamente este de proteção do meio ambiente, cobrindo esta parte de preservação e de tombamento. Realmente há uma preocupação grande do município de compatibilizar preservação e desenvolvimento.

DA: Essa questão do planejamento e da legislação de preservação dentro do planejamento — e, por outro lado, como se fazer uma ação harmoniosa entre o planejamento, as leis de preservação e as diferentes áreas de preservação — é uma das coisas que nos estão preocupando muito ultimamente também. Nós concordamos com Sônia que o instituto do tombamento teve um sentido social e que, como o seu conteúdo era legítimo, acabou por ser impor. Então, se muitas vezes a necessidade da manutenção de documentos para uma análise das gerações futuras nos leva a justificar o tombamento de uma série de formas, por outro lado nós vemos como o aumento da demanda de preservação se dá de maneira um pouco desordenada. Criam-se Patrimônios estaduais e municipais e, no entanto, não se abandona aquela idéia de que é preciso, além disso, o tombamento federal. Por coincidência, nos últimos trinta dias, dos nove pedidos de tombamento que nos chegaram, seis ou sete já eram de bens tombados ou a nível estadual ou a nível municipal. Então nos fica a preocupação: como deixar bem clara, como passar uma confiabilidade maior nos instrumentos quando eles dizem respeito ao estado e ao município. Talvez a nossa experiência aqui no Rio de Janeiro não seja a melhor para o julgamento desse fato. Não sei se é o fenômeno de termos sido capital federal, e de repente termos passado a ser um estado e sua capital, que fez com que nós tomássemos posse de nossos valores. Mas não é esse obrigatoriamente o caso nos outros estados. A gente sente uma falta de confiança, algumas vezes justificada, porque de fato é quase uma praxe o fato de, se um prefeito prestigia o tombamento, o seguinte fazer questão de levantar a bandeira contrária. A gente vai se debater algum tempo ainda com coisas primárias que levam a essa postura. De nossa parte, quanto à preocupação de definir uma diretriz, uma política, de como encaminhar esses casos, pessoalmente acho que, no caso de um instrumento desses se revelar, na prática, frágil, poderíamos eventualmente, em uma situação muito excepcional, apor uma chancela de valor nacional, embora eu ache que seria ótimo deixar o acautelamento por conta do estado ou município. De qualquer maneira, seria muito bom, apesar de podermos dizer desse valor nacional, pararmos com esse paternalismo de pensar que só a área federal seria eficiente. Mas quando se der o acúmulo, vai haver o oposto, a gente vai ser menos eficiente. De fato, a presença do município é indispensável numa coisa destas, a colaboração do estado também. Seria muito bom, então, que essa distribuição por áreas fosse feita. Quanto à preservação dentro do planejamento municipal, não sei, vendo a experiência de outros países, se a gente chegará até o ponto de poder dispensar um instituto de preservação, seja a nível federal, estadual ou municipal, contando apenas com a legislação urbana para proteção. Agora eu acho indispensável que haja essa legislação urbana, em que as coisas se processem de maneira muito harmoniosa; do contrário, as dificuldades ficam enormes mesmo, até para uma com-

preensão maior. Mas acho até que a gente pode ficar um pouco otimista. Esse trabalho, que foi muito ingrato durante esses 50 anos, acabou dando algum fruto. A gente está mesmo na tal crise de crescimento, precisando se definir melhor, mas o fato de estar em crescimento já é muito positivo.

MGSC: A gente está agora diante de um problema, um problema que tem sido muito discutido. A lei de desenvolvimento urbano propõe que toda legislação municipal seja instituída por leis, ao passo que o tombamento se dá através de decretos. Isso é estranho. O tombamento, que é uma coisa mais forte, sempre achei que é mais forte, ocorre por decreto, enquanto o entorno passa a ser sempre definido e protegido por uma lei.

DL: Enquanto Dora falava, eu estava aqui pensando na questão da credibilidade, da sobreposição de tombamentos com o fim de tornar mais forte o próprio tombamento. E eu fico pensando, Dora, se, de repente, isso na verdade não representa um inconsciente coletivo? Porque esta noção de que o município — e o estado também — é mais frágil do ponto de vista das leis é uma noção que vem sendo imposta pelas próprias leis federais, uma noção que será tida como natural enquanto a própria instituição federal, o próprio governo federal, não respeitar as leis municipais. E essa noção vai além da questão das leis e se aplica à questão do planejamento, em termos de recursos, distribuição de verbas. Na verdade, isso tudo são valores que estão a nível de um inconsciente coletivo mas que representam uma política de muitos anos. Então eu acredito que, à medida que o próprio governo federal — do ponto de vista de um projeto de cultura, do ponto de vista de um projeto de divisão de verbas orçamentárias, pelo menos nesta área — começar a dividir, a descentralizar, a reação vai ser de maior credibilidade para os nossos municípios, os nossos prefeitos, estados e governadores. Quanto ao fato de ser decreto, eu acho que isso faz parte da história legal do tombamento. Não sei se nós já estaríamos maduros para partir para uma modificação a nível mais estrutural. De uma certa forma, o fato de ser decreto fragiliza um pouco. Quer dizer, fica na mão de um prefeito, ou de um governador, a garantia da eficácia do tombamento. Na verdade, isso também existe a nível do governo federal, só que evidentemente os poderes estão mais distantes, e as pressões também. À medida que você passa de uma cultura a nível nacional para outra a nível local, o leque se abre e aí entra a questão da eficácia em relação ao problema da diversidade. Isso implica em mudar; quer dizer, o tombamento também vai ter que mudar em relação ao seu grau de autoritarismo, em relação às suas exigências, como quando você tomba painéis como o município está fazendo no caso do Rio de Janeiro. Eu acho que essa dinâmica vai mostrar à gente como se tornar eficaz, porque, se seu objeto são valores afetivos como num painel de um bar, fica realmente difícil, complicado, você ser autoritário, no bom sentido, como a SPHAN é com um painel de Di Cavalcanti. Na medida em que você se propõe a uma democracia, se propõe a diversificar a cultura, a trazer os marginalizados para dentro, você se vê diante do grande desafio. Agora, a impressão que eu tenho é de que não se pode abrir mão do tombamento por conta de toda essa coloração que ele historicamente adquiriu. Como disse Sônia, o tombamento e outras leis não são eficazes por nada. Ele é eficaz porque tem um conteúdo social muito forte. Então não é o caso de abrir mão desses tombamentos. É certamente o caso de fazer com que outros que são menos eficazes, mais recentes ou menos recentes, passem a existir, porque o que acontece é que de fato o tombamento é valorizado. Há até o caso recente da Serra do Mar. É uma discussão que eu acho realmente complexa. Ora tenho uma posição, ora tenho outra, na questão de tombar uma extensão da Serra do Mar, que vai desde Santa Catarina — acho que é onde começa — até o Espírito Santo, com realidades absolutamente diferentes. O que em verdade se coloca, do ponto de vista da preservação, é uma briga, uma luta, para fortalecer os outros instrumentos, mas sem abrir mão do tombamento, tendo em conta que ele se construiu, do ponto de vista da eficácia, por si só.

RPHAN: Feitas essas primeiras considerações, conviria agora indagar dos fundamentos gerais do instituto do tombamento. Em sua opinião, Sônia, quais são, ou melhor, quais teriam sido esses fundamenntos na época da elaboração do Decreto-Lei 25?

SR: Eles podem ser de duas ordens, muito próximas, aliás: os fundamentos legais, técnicos propriamente ditos, e os sociais. Cabe ao sociólogo dizer, mas acho que o fundamento social deve ter sido o reconhecimento de uma vontade social de preservação. Se assim não fosse, a lei não teria sido possível, não do ponto de vista legal, mas do ponto de vista político dela, político no sentido mais amplo. O fundamento legal normalmente acompanha o fundamento social na medida em que as leis são mutáveis. Então fundamento legal, técnico, seria a viabilidade constitucional de se limitar a propriedade. E essas limitações são impostas e foram impostas no Brasil desde a época colonial, quando as leis eram leis portuguesas, as Ordenações. Nas vilas, por exemplo, as posturas vindas de Portugal exigiam que as construções fossem feitas de determinada maneira. E se a gente comparar isso com a legislação de preservação de hoje, verá que a legislação de planejamento das posturas municipais de então eram muito mais autoritárias e rígidas do que as de agora. Hoje a liberalidade é quase completa. A redução de gabarito, ou a preservação de áreas livres, é um nada em comparação com as legislações portuguesas, que ditavam não só as quantidades mas também o modelo da casa, o padrão, a fachada, os detalhes da casa, por inúmeras razões, até razões de saúde pública, de higiene etc. Por outro lado, o ponto básico é que a limitação da propriedade sempre existiu de uma forma ou de outra, em contradição com a visão liberal que se tinha da propriedade. Quer dizer, embora a nossa primeira Constituição, ainda no Império, tivesse a visão liberal da propriedade, as posturas municipais não eram tão liberais em relação às propriedades, ou pelo menos em relação às construções. O que eu quero dizer é que, havendo o fundamento social, o técnico-jurídico vai se adaptar a ele. Eu não vejo nenhuma dificuldade técnica em legislação. A legislação é um ponto absolutamente superável, não é um obstáculo, porque é uma conseqüência das propostas sociais e políticas. Estas, sim, é que são muitas vezes pouco claras, confusas, obscuras, onde prevalecem interesses das mais diversas ordens. Às vezes os interesses que mais prevalecem são os de grupos que, embora minoritários do ponto de vista quantitativo, exercem uma dominação muito grande no jogo de forças políticas. Esta é a maior dificuldade.

RPHAN: Mas na verdade nunca se fez, e nem sabemos se seria possível fazer, um dimensionamento dessa vontade coletiva.

SR: O que a gente tem efetivamente, e aparece não só em artigos de jornal mas até em processos de tombamento, são manifestações contra o tombamento, manifestações individuais que foram encampadas pela imprensa. A gente não sabe até que ponto a imprensa deixou de encampar as outras manifestações. Nem sabe qual é essa grande maioria silenciosa que de fato viabilizou a legislação. Isso nunca é dito. Nós temos as manifestações em contrário, mas nunca se procurou saber quais são as manifestações a favor.

DA: Na pergunta que foi feita a você, Sônia, havia uma referência ao contexto da época. O fundamento social certamente estaria relacionado com esse contexto. Eu penso que seria bom lembrar que era um momento em que havia um desejo de afirmação nacional muito grande, desejo que está presente nas reivindicações da Semana de Arte Moderna. Era uma tomada de posse, uma busca de valores culturais e, daí, da preservação desses valores. Acho que isso inspirou muito a intelectualidade que participou da Revolução de 30 e que é responsável pela tentativa de afirmação cultural da nação brasileira.

SR: Eu queria só acrescentar uma coisa. No caso do patrimônio nacional a gente vê que são as comunidades com menos recursos que mais conservam seus valores próprios, não porque não tenham recursos para modificá-los mas porque se sentem identificados com aquilo que têm. O que a gente vê muitas vezes é que elas só passam a questionar seus próprios valores quando há interferência de grupos de fora. Embora não sejam dominantes, me parece que nelas existe uma vontade intrínseca, uma vontade interna de identidade.

DL: Ainda com relação ao que eu estava discutindo, na verdade o que a gente tem verificado é que o tombamento virou um diploma. Hoje em dia a comunidade, por conta até do processo de abertura política, se sente forte para pedir para tombar tudo. O tombamento vira uma consagração de um tipo de cultura marginalizada. Então eu tenho a impressão de que essa coisa de tombamento não passa apenas pela questão da eficácia da lei; passa também pelo bar da esquina do lado da catedral. É como a nossa arquitetura eclética. Desvalorizada de início pelos nossos fundadores, está agora em pé de igualdade com a neoclássica. Eu acho que a questão não é só legal. É cultural.

RPHAN: No que se refere a Patrimônio, existe harmonia entre as esferas de administração municipal, estadual e federal? Quer dizer, as três esferas de poder se entendem na área de tombamento?

LHF: Existe uma divisão. Pelo menos eu tenho sentido isso nos trabalhos que a gente tem feito. Mas existe também uma combinação. Quando a gente concluiu a legislação de entorno, havia os bens tombados pela SPHAN, a área de entorno que ela estudava, outras áreas que interessavam à preservação pelo município, já que eram coisas mais ligadas aos bairros. Fez-se então um estudo e, no final, a legislação que saiu foi uma legislação de uso e ocupação do solo, listando os bens tombados, dando a volumetria de que a SPHAN precisava para as áreas de entorno.

RPHAN: A figura do destombamento nasce de um conflito do então SPHAN com o município do Rio de Janeiro. O Prefeito Dodsworth queria construir a Avenida Presidente Vargas e para isso era necessário destruir alguns prédios tombados, o que acabou sendo feito à sombra de um decreto baixado na ocasião e que atribuiu ao Presidente da República o poder de cancelar tombamentos. A harmonia que ocorre agora é algo realmente novo?

SR: Acho que, apesar desse exemplo, o Patrimônio estadual, o municipal e o federal tendem a um entendimento entre eles, porque na verdade são minorias dentro da força de crescimento dos governos e, se não se juntarem, eles se danam. O que não existe é harmonia na relação das outras políticas governamentais com a política de preservação. Nesse nível não existe harmonia nem dentro do governo federal. Muitas vezes as grandes dificuldades do Patrimônio não nascem da relação com os particulares. Nascem do fato de que o governo federal não tem como princípio do desenvolvimento a questão da preservação, e esse padrão se reproduz nos estados e municípios. Quer dizer, a relação conflituosa não se dá entre as áreas de preservação federal, estadual e municipal; se dá entre as outras áreas desses poderes e a área de preservação. Aí o conflito é aberto, eu acho.

DL: Quanto à situação atual dos graus de entendimento das diferentes esferas, o que me vem à cabeça é a questão contrária, a de que isso aqui ou é federal, municipal ou estadual, passando muitas vezes, em termos de leitura, como uma questão de desprestígio. Do meu ponto de vista, a coisa está muito confusa. Assim como os níveis, estão confusas as competências. O que cabe ao governo federal fazer? Para que serve o governo federal, municipal ou estadual?

DA: Eu concordo bem com esse seu ponto de vista, tanto que por várias vezes, entre nós, fiz a proposta de definir o que seria a nossa área de competência e que tipos de bens seriam de nível estadual ou municipal. Agora acho isso prematuro, e se eventualmente isso vai ser um dia definido, o dia não é hoje. No momento o que interessa é haver um trabalho de colaboração grande, ficar bem claro que se trata de tarefas complementares e tentar ver se se acaba com essa coisa do mais importante ou menos secundário.

DL: Você sabe o que tem ocorrido conosco. O município do Rio de Janeiro, do ponto de vista do Patrimônio, cresceu, está com uma força enorme, faz um trabalho magnífico. Então a nossa posição é de observar e seguir o processo de reconhecimento das hierarquias. À medida que o poder local definir a sua competência, os outros poderão definir as suas. Em geral, é o inverso que tem acontecido. Então a nossa preocupação é muito de observar, de não desmerecer, de não entrar numa área onde o município está trabalhando. É o caso, por exemplo, de Conservatória, no município de Valença, um nucleozinho que tem esse clima do Mário de Andrade. Na verdade o que tinha que ser tombado era o sentimento, era a canção, era a seresta, a cachaça. Já há alguns anos eles estão elaborando



Arquivo SPHAN/Pró-Memória/s/d.

Igreja matriz de Valença, Estado do Rio de Janeiro: "um nucleozinho que tem esse clima de Mário de Andrade."

uma lei, que contou com a ajuda de Dora, do Ítalo [Campofiorito]. Nós estivemos recentemente lá para discutir a questão de tombamento. E por conta disso uma das nossas Divisões está fazendo um disco de seresta local. Do nosso ponto de vista não faz sentido tombar agora. A gente tomba depois para dar o diploma que eles estão pedindo.

RPHAN: O papel do Legislativo — da Câmara de Vereadores, da Assembléia Estadual, do Congresso —, vocês acham que vai crescer? Temos, por exemplo, no Rio de Janeiro, o tombamento pela Câmara Municipal do Cassino da Urca. Mas o prefeito disse que a Câmara não pode tombar.

LHF: É coisa complicada. Enquanto a gente, infelizmente, tiver os representantes que tem, é uma faca de dois gumes deixar com uma Câmara, que fica sob pressões duplas, a decisão de tombar ou destombar. Ao mesmo tempo, o correto seria que fosse esse o caminho.

MGSC: Esta é a discussão. A respeito da legislação de desenvolvimento urbano, a comunidade programou um seminário na Câmara de Vereadores, exatamente para mobilizar os vereadores, que estão, há um ano praticamente, com o projeto de lei e não votaram. A Câmara resolveu não ceder o espaço, e o seminário teve de ir para outro lugar na última hora. Então, todo mundo quer que a legislação seja aprovada pela Câmara, e a própria Câmara fecha o espaço para discussão. Apesar disso, eu acho que o processo é este, e a gente tem de ficar mais atenta e eleger pessoas melhores.

DA: É bem um processo cultural. É o grande drama em que a gente sempre fica ao responder em nome de pessoas e tudo o mais. Mas eu acho que tem que ser um pouco assim, e à medida que começar a haver um amadurecimento maior, um questionamento maior, a nossa palavra, no que for imprópria, vai começar a ser cassada e entra-se na justa medida, na medida correta. Por enquanto essas coisas são muito complicadas mesmo.

DL: O caso de Cabo Frio. De repente você tem uma prefeitura que não consegue perceber a importância de um bem como as dunas de Cabo Frio.

SR: O caso do Cassino eu acho que contradiz um pouco o que a gente está dizendo aqui, porque nele, como em outros casos, especificamente aqui no Rio de Janeiro, a possibilidade de tombamento pela Câmara era mais fácil. O executivo, ao que me parece, tinha determinados compromissos anteriores que o impediam de tombar. O processo de tombamento, quando surgiu no SPHAN, era da competência do Conselho Consultivo. Por uma questão estritamente pontual promulgou-se uma lei pela qual o tombamento tem que ter a homologação do Ministro, que é cargo de nomeação e confiança do Presidente da República. Então, de decisão técnica, que nunca é tão técnica assim já que há sempre os envolvimentos políticos, mas, enfim, de decisão de um conselho, o tombamento passou a sofrer também o crivo de uma homologação, que é uma homologação política porque feita por um político. Normalmente, nas legislações dos estados e municípios, este crivo é da competência do governador e do prefeito. Então, a questão da pressão política passa tanto pela Câmara como pelo prefeito, e em determinados momentos é mais difícil você conseguir um tombamento pelo executivo do que pelo legislativo.

RPHAN: Por que o legislativo não pode tombar também?

SR: É uma questão discutível se ele pode ou não tombar. Realmente não existe nenhum estudo dizendo se ele pode ou não pode tombar. Nunca ninguém, que eu conheça, produziu um estudo jurídico nesse sentido. Não obstante existirem pareceres dizendo que o tombamento é um ato do executivo, nunca foi dito que o legislativo está impedido, por Constituição ou lei, de fazer uma lei concreta, um ato concreto. Eu acho que antes de se dizer se pode ou não pode, a gente deve discutir se ele deve ou não deve, porque, se por um lado às vezes é fácil o tombamento

pelo legislativo, por outro lado corre-se o risco de, pelo fato do tombamento ser uma lei que muitas vezes não traz responsabilidade para o legislativo e pelo fato de ser uma lei concreta que traz responsabilidades para o executivo, muitas vezes fica fácil para o legislativo ou para algum membro do legislativo fazer favores políticos a determinados grupos, pouco importando se tecnicamente aquele tombamento é ou não é necessário, se tem respaldo técnico. Basicamente a lei é um ato político, não precisa ter nenhum fundamento técnico. Na verdade um tombamento pelo legislativo não precisa nem explicar se é de grande valor histórico-cultural, porque é um ato político, não é um ato técnico. E o que se pergunta é se se deve transformar o tombamento num ato político. Aí a discussão fica mais difícil, porque, se é um fato de legitimidade social, ele deve ser político e não técnico, e já que a Câmara é representante do povo, pelo menos a nível do discurso teórico, o tombamento deve ser feito pela Câmara.

DA: Repare que, mesmo sendo, a rigor, a cargo do poder executivo, o tombamento não deixa de ser um ato político. Você mesma deu as referências de início. Apenas ele busca um respaldo técnico, e busca porque, se se pretende tombar alguma coisa para que ela venha a ser um documento, então esse conteúdo dela é bastante fundamental e não pode ser apenas uma vaga intenção de um grupo social e tal... Interessantíssimo que haja uma consciência daquele valor por parte dessa sociedade porque, aí sim, mais do que pela lei, a coisa vai estar garantida em termos de conservação, já que o grupo entende que é realmente um valor e vai defendê-lo. Agora, eu vejo com uma certa preocupação a função do patrimônio, de servir como um documento, ou coisa assim, se ao ato político não se acrescenta a análise desse conteúdo documental, desse peso, desse valor historiográfico. Eu acho meio preocupante se o político não passa por aí.

RPHAN: Gostaríamos de saber agora se, na opinião de vocês, o tombamento, considerado o atual estágio da sociedade brasileira, é ainda um instrumento imprescindível à preservação dos bens culturais.

DA: Eu posso dar uma primeira resposta, mas acho que Sônia pode fazer uma boa análise. Acho até que nós já dissemos que o tombamento, especificamente o Decreto-Lei 25, mantém ainda sua validade. O que me parece é que talvez, no momento em que a gente pretende aumentar, ou melhor, diversificar o número de bens tombados ou os tipos de bens tombados, talvez fosse necessário começar a pensar em alguma legislação complementar. Em geral os institutos de preservação são numerosos, não se limitam a uma lei só, e eu tenho muito receio de que, à medida que a gente comece a querer abrigar e proteger, com a mesma lei, bens de natureza muito diversa, comece também a esgarçar o sentido desta lei.

LHF: Eu acho que realmente você colocou bem. O tombamento é necessário em alguns casos. Em outros a gente talvez possa aplicar um outro tipo de legislação.

SR: Eu acho o Decreto-Lei 25 um primor de legislação. Do ponto de vista técnico, até onde eu possa conhecer, é um primor. As pessoas até reclamam porque ele é bom demais. No Brasil a gente não está acostumada a leis que conseguem vigorar por 50 anos dizendo pouco, mas o pouco suficiente para garantir determinados preceitos básicos. O Decreto-Lei 25, até do ponto de vista técnico-jurídico, é um monumento digno de ser tombado porque conseguiu passar esses 50 anos dizendo o essencial mas se mostrando suficientemente aberto para que pudessem caber dentro dele as mudanças sociais que se processavam.

DA: Valeria a pena chamar a atenção para o fato de que recentemente foi preciso fazer um estudo da possibilidade de estender a inscrição de alguns bens, já inscritos em um Livro do Tombo da SPHAN, a outro ou outros livros. O Dr. Luís Fernando Franco, que fez esse estudo, teve a preocupação de comparar cuidadosamente o conteúdo do anteprojeto de Mário de Andrade com o conteúdo da proposta legislativa do Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade. Ele ficou impressionado com esse valor de que Sônia falou, da legislação que saiu daí, com alguns avanços, inclusive em relação à proposta inicial, e sobretudo com a possibilidade de tornar exeqüível uma coisa que era muito abrangente, muito ampla, mas sem precisão suficiente para sua aplicabilidade.

RPHAN: Então o Decreto-Lei 25 não tem lacunas, insuficiências...

SR: Não foi isso que a gente disse. Claro que tem lacunas. Eu acho que tem algumas contradições. Acho até que, do ponto de vista jurídico, pode ter algumas imprecisões e tem algumas dificuldades também. Mas o que eu quis dizer foi que, para a época em que foi feito e da forma como foi feito, foi e é primoroso. Mas, como qualquer coisa humana, tem lacunas e merece um aperfeiçoamento. Como qualquer coisa primorosa, merece muita atenção e cuidado, como qualquer intervenção em obra de arte, e acho que o Decreto-Lei 25 é uma obra de arte em matéria de técnica legislativa, tendo em vista o que ele se propôs. O que não quer dizer que não mereça retoques ao longo do tempo e que deva ser usado para aquilo que ele não se propôs. Quer dizer, para outras espécies de preservação há que se ter outras formas legislativas. Não digo que ele não mereça alguns reparos. Merece, até pela própria evolução das coisas, das teorias, das técnicas. Mas isso não tira, eu acho, a força do conteúdo e o brilhantismo do Decreto-Lei 25.

RPHAN: Quando você, Dina, falou na seresta, tocou numa coisa que é de interesse de outro segmento, já que se refere a traços culturais que, se não são preservados, acabam. A SPHAN tombou já há algum tempo o terreiro da Casa Branca, em Salvador. O que vocês acham disso?

DL: Tem uma história que se passou comigo, uma situação semelhante a essa, relacionada com o Cacique de Ramos, um trabalho que fizemos junto com a Pró-Memória. O Cacique de Ramos é um lugar de samba, é um terreiro também. Há toda uma questão de religiosidade. Além do samba, da música, tem uma árvore sagrada. Então o pessoal que estava fazendo o trabalho veio conversar conosco sobre a oportunidade ou não de tombar

aquela árvore. E de repente, conversando com eles, dissemos: bom, se fosse uma Nossa Senhora, nós sabemos que não poderia ficar de cabeça para baixo, mas e se depois que a gente tombar essa árvore, o ritual exigir que ela seja cortada? Então, o fato da gente não compreender, por uma questão de ideologia, de ter durante não sei quantos anos marginalizado certos segmentos culturais, não significa que a gente não deva usar o instrumento do tombamento. Conforme o que Sônia falou, o tombamento tem uma abrangência muito grande. O problema é das pessoas que vão usá-lo. Eu acho que tombar terreiro é um fato histórico importantíssimo, que é você dar valor a uma coisa que sempre foi desvalorizada. O que vai significar do ponto de vista da lei, as restrições impostas etc., aí vamos conversar, vamos chamar essas pessoas, vamos entender essa manifestação cultural que se canalizou através do negro. O problema é a ignorância da nossa ideologia branca. O fato da gente ser ignorante não significa que o instrumento criado para todos não possa ser usado. Acho que serve, sim. Só que a gente tem que entender como é que vai ser.

DA: Eu discordo um pouco, até começando pela nossa ignorância. Acho que, se a gente ignora, não deve aplicar uma coisa sem uma certeza de que ela seja válida. Em princípio o sentido do tombamento tem um conteúdo de imutabilidade. É claro que tudo é mutável, nada é tão perfeitamente imutável, mas o tombamento tem um razoável sentido de imutabilidade. E um culto como o candomblé se caracteriza por uma mutabilidade muito grande, por uma coisa muito sensível dentro dessa mutabilidade. Em princípio não dá a impressão de que se coadune com a postura de uma lei como a do tombamento. Você veja, a idéia foi de que se poderia tombar uma árvore. Nada mais vivo do que uma árvore. Não adianta você impor uma lei, que pode dar um bicho e acabar com a árvore. Não adianta lei. Você pode até tratar, mas eventualmente ela vai perecer. Ela tem um ciclo de vida próprio. Por acaso eu vi numa legislação municipal, acho que do interior de São Paulo, muito bem feita, que as árvores, para ser preservadas, eram consideradas imunes ao corte. Agora veja, para o caso de uma árvore sagrada, isso não serve. Como você diz, o ritual pode ordenar, e nós não podemos discutir com o orixá se se deve ou não deve cortar a árvore. Eu acho que são linguagens culturais diferentes.

SR: Mas como fica um parecer, por exemplo, se um orixá mandar cortar a árvore e a comunidade do bairro não quiser cortar?

DA: Não, se os orixás mandarem, a comunidade não fará oposição; a comunidade terá o maior apreço pela ordem de cortar. Mas eu digo: como é que fica a nossa situação se concordarmos com isto e não concordarmos com o proprietário que diz os motivos por que deseja reformar sua casa tombada? E então? Você aplica a mesma lei e exige efeito muito diferente? Acho isso muito perigoso. Eu acho que a gente tinha que ter uma forma, sim, de reconhecer esses valores e com o mesmo grau dos bens tombados. Por exemplo, a arqueologia, que tem valores próprios, tem uma legislação especial, exatamente por isso. Veja, a nossa legislação diz que não se pode mutilar nem demolir. Como é que se vai pesquisar uma jazida arqueológica? Então, quando a gente fala em tombamento de uma jazida, a rigor não é tombamento, é proteção por outro tipo de lei que diz coisa diferente, que diz alguma coisa compatível com a natureza daquele bem. Nesse sentido é que acho que a nossa legislação deveria crescer e comportar algumas outras coisas que fossem apropriadas para testemunhar outros valores. Quando Michel Parent passou por aqui a gente esteve conversando com ele sobre as nossas preocupações a respeito do candomblé, especificamente o da Casa Branca. Ele comentou uma série de casos semelhantes em nível internacional e disse uma coisa com que eu concordei: ou bem a gente se revela ignorante do que seja aquela ordem de valores e impõe uma legislação inadequada ou então a gente pode estar sabendo e apenas desrespeitando, botando uma camisa-de-força em alguma coisa. Acho isso muito perigoso, até pelo respeito que a gente deve ter por esses valores e pela consciência da ignorância ou do insuficiente conhecimento desses valores. A gente deve buscar a forma mais adequada de reconhecê-los.

DL: Acho que você está vendo o tombamento só do ponto de vista da lei e não está vendo o tombamento do ponto de vista da comunidade, do ponto de vista cultural. Ele hoje em dia é absorvido como duas coisas, como atribuição de um valor e como instrumento de preservação de mutabilidade, entende? Eu estou atenta ao que você está falando. Na questão de árvore — quem teve essa preocupação foram os antropólogos, eles é que levantaram essa questão e até acabamos não tombando a árvore — era a posse do terreno que era o fundamental para eles e que resultou de uma negociação com a Prefeitura. Isso foi o suficiente para eles terem aquela consagração. Eu fico pensando nos casos que a gente tem encontrado, esses casos de bairros, de casario, da Saúde, de Santo Cristo, painéis, árvores, bares. Não sei se são tão diferentes dessas coisas mutáveis, mesmo a Rua da Carioca, não sei se são tão imutáveis...

DA: Eu acho que se trata de outro processo de mutabilidade, no caso.

SR: Eu queria só discernir duas coisas. Como o Decreto-Lei 25 foi uma coisa absolutamente marcante, normalmente se confunde tombamento com preservação. Tombamento é um instituto jurídico, que tem efeitos determinados e que serve para produzir esses efeitos determinados. Até na questão histórica das duas propostas legislativas, a de Mário de Andrade, que nem foi uma proposta, foi um ensaio, e a proposta de que saiu mesmo o Decreto-Lei 25, a coisa é muito clara. Na realidade, o que Mário de Andrade propunha era uma política de preservação. Mas aquela política de preservação não tinha os instrumentos legais necessários para efetivar uma intervenção na propriedade. Como para determinados bens é preciso, do ponto de vista do sistema legal, amparo legislativo para restringir direitos individuais, foi necessário fazer o Decreto-Lei 25. Mas a política de preservação é muito mais ampla do que a mera restrição de direitos individuais à propriedade, e eu acho que os conselhos de preservação se resumiram a apreciar casos de tombamento. Quer dizer, os conselhos de preservação me parece que hoje deveriam ser muito mais conselhos de política de preservação e de medidas de preservação, que podem ser tomadas através de

tombamento ou através de outras formas, até que nem precisem de instrumentos legislativos específicos. Os conselhos deveriam habilitar-se, por exemplo, para declarar bens de valor cultural. E o bem cultural pode ser eventualmente tombado no chão. Se se tratar de um bem patrimonial ao qual você queira assegurar um mínimo de imutabilidade por estar sujeito a uma agressão muito forte, você então aplica o tombamento. Mas para outras áreas de preservação em que não haja bens patrimoniais que você queira caracterizar como imutáveis, é incabível o tombamento. Então você tem que declarar o valor cultural. O que é interessante é que muitas vezes os municípios e estados pedem a nossa colaboração para elaborar as leis e quando a gente propõe que os conselhos se ampliem um pouco, que assumam uma característica um pouco mais abrangente, eles logo dizem: ''Mas a área federal não tem isso. Será que se a gente fizer, não vai cair numa ilegalidade?'' Então a gente vê que essa questão do padrão federal se repete nos estados e municípios. Ideologicamente eles não se sentem competentes para ter uma proposta nova de preservação, que é uma coisa mais abrangente do que tombamento. Me parece que os órgãos de preservação devem estar hoje voltados mais para a questão política da execução de serviços públicos e de atividades de administração e de orientação das atividades privadas, tendo como princípio a preservação cultural e não propriamente uma ação de tombamento. É que foram muito fortes esses 50 anos de tombamento, permitindo a identificação de política de prevenção com tombamento, o que de fato é um equívoco.

DL: Mas é preciso saber que há outra alternativa.

SR: Há alternativas, sim.

MGSC: Essas áreas especiais de interesse da proteção ambiental cuidariam desse tipo de coisa.

DL: Eu acho que essas áreas estão mais a nível de planajemento.

SR: Mas é preservação.

DL: Eu sei, mas estou falando sobre esses outros casos.

DA: Há coisas bem específicas. O exemplo que você deu tem uma coisa em comum com a Casa Branca, ou com a maioria dos candoblés, que é a falta da propriedade do terreno. Então, o primeiro passo para a preservação, para essas comunidades, é a propriedade do terreno, coisa que o tombamento não dá. Por isso eu acho que deve haver uma outra forma, com ou sem legislação, que dê esse diploma de um valor nacional. Isso fica muito claro no caso da Casa Branca. Não desejavam nem que ela fosse tombada como valor etnográfico, mas como valor histórico, porque achavam que etnográfico era alguma coisa de secundário. É inútil a gente querer negar todo um preconceito que se formou de parte a parte. Existe. Eu acho que, isso sim, a gente tem que corrigir e envidar todos os esforços nasse sentido. Mas não me parece que a forma seja forçar a barra, e sim buscar exatamente a solução adequada.

DL: Eu só acho que se você tomba uma casa de vila, usando do tombamento tradicional, você está consagrando um valor de um determinado grupo social que sempre foi marginalizado. Eu entendo que esse tombamento passa pela atribuição de um valor cultural a uma coisa que sempre foi relegada.

SR: Mas pode não se chamar de tombamento.

DA: Eu até acharia que você deve chamar, desde que a legislação permita. Agora, se é a mesma legislação, não dá para você dizer a um que cumpra a legislação com tais e tais restrições e a outro que faça o que bem entender.

DL: É uma coisa delicada porque isso pode ter uma outra interpretação. Você está tendo a preocupação de uma pessoa absolutamente técnica com a lei, mas o significado social de você ter marginalizado do tombamento uma série de produções culturais é muito forte para você de repente não querer tombar a casa.

DA: Não sei não, mas assim mesmo, com todas as visões do aspecto político, não vejo por que a gente tem que orçar um certo valor, assim, restringindo.

SR: Pode se caracterizar como um antitombamento, porque quando você obriga...

DL: Não deve obrigar.

SR: Mas a lei obriga.

DA: A lei obriga. Você não pode modificar isso.

SR: Se você se vale da força da lei para obrigar, nada justifica que você use essa mesma lei para permitir.

DL: Sônia, eu tenho uma questão. Quando você tomba uma Casa Branca, você tem que justificar o que está tombando.

SR: De fato, nada. Só tem espaço lá.

DL: Então é uma outra história. Eu acho que isso talvez pudesse ser corrigido até que a gente encontrasse esses instrumentos, já que não é questão de áreas de interesse. Talvez fossem de interesse cultural. Mas acho que você poderia resolver intermediariamente esta questão, possibilitando o tombamento em si.

DA: Aí eu acho extremamente sério. A vontade de corrigir uma postura equivocada culturalmente, ou de avançar nesse sentido, não justifica prejudicar todo um trabalho, comprometer todo um trabalho que foi feito. Acho que uma coisa tem que vir como evolução e não como prejuízo. Acho que essa busca de uma forma adequada é indispensável. Impor um padrão rígido é que me parece muito ruim. Então, se por um lado acho importantíssimo dizer do valor político, por outro não me acho no direito de botar em risco todo um trabalho de 50 anos feito no outro sentido. O valor que esta chancela pode dar, o valor político, é extremamente positivo. É um resgate que a gente tem de fazer. Se



Edgar Jacintho/Arquivo SPHAN/Pró-Memória/1985

Vila Modelo, no centro do Rio de Janeiro: "nós fizemos um tombamento de vila, com muita cautela, sem convicção de estarmos fazendo uma coisa correta."

a gente quer ter uma cultura realmente nacional, vai ter que passar por aí. Vai ter que aprender muita coisa e deixar de olhar tudo apenas por uma ótica.

DL: Esse é realmente o caso dos tombamentos federais nesses 50 anos. Mas não é o caso dos tombamentos de nível estadual ou municipal. Eu acho que há outro universo e não acredito que a questão da imutabilidade passe tanto por aí.

SR: Então não é tombamento, é preservação.

DA: É preservação. Não é obrigatoriamente tombamento. Tombamento diz respeito ao Decreto-Lei 25. E aí o negócio é diferente; aí você tem que ter um certo respeito por essa linha. Querem ver um outro problema? Nós fizemos um tombamento de vila, com muita cautela, sem convicção de estarmos fazendo uma coisa correta. Agora vamos começar a fazer um estudo social dessa vila tombada, que a gente pretende rebater para outro tipo de problema, que é do que significa o tombamento para uma população de muito baixa renda. Porque o que a gente nota na prática, como leiga, é que toda vez que uma fábrica indeniza seus operários, pagando com a casa onde eles moram, a primeira providência do novo proprietário é marcar o fato de ser proprietário por uma individualização do aspecto da casa, modificando a fachada, não sei o quê. Então eu me pergunto se, ao exigir que a fachada não seja modificada ou, pelo menos, não seja profundamente modificada, não estou cometendo um ato anticultural em nome da cultura. Isso é que está me preocupando muito. A gente quer examinar de perto o que é essa relação. Existem vários estudos. Juntamos alguns deles quando optamos por esse tombamento. Enfim, era um caso muito particular, em que a população já se obrigava a manter o conjunto como era. Ninguém era proprietário, o conjunto ero do estado, a população continua a ser inquilina, e essa situação interessa a ela porque paga um aluguel meio simbólico. Mas nós vamos tentar, a partir daí, formar uma idéia mais exata, porque se há um programa que diz muitíssimo da nossa história urbana, e que eu acho que como documento deveria ser preservado, é esse. O Rio de Janeiro tem os exemplos mais antigos. São Paulo tem uns preciosos também. É muito interessante ver a nível nacional commo esse programa se apresenta. Tenho o maior interessa por ele, mas me parece, da mesma forma, uma incorreção a gente aplicar o tombamento sem ter um conhecimento maior em relação à preservação.

DL: Ainda sobre a imutabilidade, acho que, dentro da lei federal, a questão se coloca em determinado nível. Já na prática estadual e municipal... Por exemplo, nós tombamos trechos do litoral fluminense com o objetivo de assegurar a preservação de remanescentes de terrenos de pescadores. A idéia não é dizer aos pescadores que eles têm que ficar lá ou não. O que estou dizendo é que a questão da imutabilidade é discutível. Acho que o desafio para a gente é adaptar a lei. A questão da imutabilidade é do dia-a-dia nosso.

RPHAN: Não se pensou ainda, como em alguns países, em adotar para a preservação um dispositivo que fosse automaticamente acionado toda vez que um exemplar do patrimônio edificado atingisse determinada idade?

MGSC: Acho que não.

DL: A gente ainda está na fase de tentar preservação a nível do solo, da qualidade de vida. Muitas vezes o tombamento é adotado como instrumento para resolver apenas qualidade de vida. Isto é uma coisa interessante.

LHF: O que a gente tenta, quando propõe algum imóvel para tombamento ou preservação, é identificar o que seria característico. A nível municipal a gente pensa muito na comunidade, o que é representativo para aquela comunidade, e não faz diferença se é velho, se é novo.

SR: A meu ver, a idéia desses instrumentos europeus, usados na Inglaterra por exemplo, está ultrapassada. Tem que se fazer alguma coisa mais nova. Acho que eles fizeram isso porque as coisas lá permanecem, independentemente das mudanças. Aposto que se se fizer uma lei assim no Brasil, não vai durar.

Então é preciso fazer uma coisa melhor: em princípio, o que é construído não deve ser destruído.

RPHAN: O congelamento?

SR: Não é congelamento. Pelo contrário, é um crescimento. Porque se a população acha, se as pessoas acham que tudo o que é criado, é criado em função do capital de trabalho, tudo é riqueza social, mesmo criado, usado e apropriado por particular. Mas tudo o que é criado com vistas à riqueza social, independentemente da apropriação privada, se torna necessariamente de domínio público na sua apreciação, no seu uso, no seu meio ambiente. Então, por princípio, tudo aquilo que foi criado pela comunidade, apesar de eventualmente e pontualmente com investimento individual, que não é tão individual porque ninguém faz nada sozinho — até para a construção de sua casa o tijolo foi feito por outro e a força de trabalho é a de todos, a conservação é de todos —, implica um investimento social também na preservação. Em princípio, estaria tudo tombado, a casa não deveria nem poderia ser destruída por vontade de um indivíduo. O conselho, então, não devia ser de tombamento; devia ser de destombamento e só se reuniria para, eventualmente, ver o que poderia ser destruído. Esta é que é a idéia. Apesar de aparentemente exagerada, acho que exagerado é o que a gente faz: trabalhar com a preservação como exceção e não como regra. A regra deve ser a preservação porque a preservação é a consagração da força de trabalho, que é social, que é a riqueza social.

DA: Exagerado é a gente ter no Rio de Janeiro uma Avenida Rio Branco com 80 anos de existência e três gerações de prédios.

LHF: Na parte do início da Barra da Tijuca a gente já vê casas sendo destruídas para dar lugar a prédios. E aquilo ali não tem ainda 15 anos.

RPHAN: Cinqüenta por cento das construções do Rio de Janeiro estão à margem de qualquer registro. Como é que se processa o controle? Vocês têm algum instrumento confiável?

DA: Depois dessas estatísticas, não.

LHF: Ultimamente o crescimento da cidade se deu de forma ilegal, através do loteamento irregular das favelas. O crescimento legal, que está nas estatísticas, é muito pouco.

SR: Mas o problema é que a destruição daquilo que foi construído, a destruição da riqueza social, é legal, mas não é obra do pobre, que não vai destruir a Avenida Rio Branco. A destruição é feita com autorização, tem amparo legal, porque prevalece a política de destruição da riqueza social.

LHF: A legislação do município induz a isso. A legislação nossa é muito permissiva. Você pode construir em qualquer ponto da cidade 18 pavimentos. Agora no Leblon, por exemplo, começam a destruir prédios de três, quatro pavimentos para construir outros de 18 pavimentos.

SR: A legislação é contraditória. A legislação tributária quer dar incentivos para a preservação isentando imóveis do pagamento do IPTU, o que eu acho um absurdo. Ao mesmo tempo, se você tem uma casa em Ipanema ou um prédio de três andares, o seu imposto predial é altíssimo em função do valor potencial construtivo do terreno, o que induz à destruição. Porque se você não destruir, vai pagar um imposto altíssimo. Eu acho, então, que a legislação de proteção não deve se preocupar com incentivo da casa que já está tombada. A casa tombada vai pagar imposto referente ao valor dela, alto ou baixo. Já a reforma tributária não deve tributar valores potenciais que levam necessariamente à destruição, porque a pessoa não pode nem pagar o imposto e já está pensando no valor potencial do terreno.

MGSC: Mas essa é a mentalidade das pessoas: a especulação o tempo todo...

SR: Você tem política tributária quando fala em planejamento urbano. Tributar lotes vagos é compreensível, mas a tributação alta em cima de índices baixos de aproveitamento é uma contradição. Quer dizer, dar um incentivozinho para cada casa já tombada cria um problema tributário para o município, porque se ele tiver uma política de preservação vai ter que isentar todo mundo. O que é impossível porque uma das principais rendas dele provém do imposto imobiliário. O que ele deve fazer é outra coisa. É não induzir à destruição por meio de uma política de concentração absurda de volumes construtivos numa área menos densamente povoada.

LHF: O nosso problema todo no município atualmente é este. Uma legislação muito permissiva que não foi baseada em estudo nenhum de densidade de volume construído. Qualquer decreto que se faz para uma área enfrenta sempre a reclamação geral de que a gente está indo contra o desenvolvimento. E isto só acontece porque nós temos uma legislação inadequada.

DA: O que a gente sente quase como regra geral é a pouca seriedade, a pouca profundidade de estudos que marquem qualquer dos nossos atos. Concordo que não devemos ficar fazendo teorias perdidas no espaço. A teorização se faz sobre uma prática. Para nós, que já temos uma experiência acumulada, a teorização é extremamente necessária, assim como a busca de uma fundamentação cada vez mais densa para qualquer coisa que se faça. Essa coisa do improviso acaba dando nesses nós. Chega um momento em que a confusão é tal que a partir daí acertar é quase impossível. Tem sempre alguma coisa solta.

DL: Dentro da pergunta que foi feita eu diria que, apesar das estatísticas, a experiência que a gente está tendo com a prefeitura, mais com a prefeitura do Rio de Janeiro, e com outras também, é de que o tombamento está sendo mais respeitado. Você tem uma prática legitimada de as pessoas fazerem obras e acréscimos nas suas residências de uma forma sempre legal. Até então, normalmente, um trabalho de restauração começava sempre por um embargo. Acredito que seja essa também a experiência do Corredor Cultural. Ao mesmo tempo, dentro das prefei-

turas, você já tem uma consciência maior da importância de remeter os processos envolvendo terrenos tombados aos órgãos que cuidam de bens tombados. No estado a gente tem notado que a remessa aumentou. Existe agora uma colaboração bem grande entre os órgãos.

SR: Quanto a essas questões, acho que, na medida em que o Estado está tentando virar Estado de direito, a instituição de Patrimônio não pode usar de autoritarismo. Antigamente ela não precisava nem ir à justiça porque bastava uma ordem do chefe do executivo, que ninguém contrariava. Hoje em dia a ordem do chefe do executivo vai ser questionada na justiça. Os caminhos têm que ser os caminhos legais, coincidindo com o próprio processo histórico. A SPHAN tem *ene* processos judiciários. De cinco anos para cá o número de processos judiciários aumentou em mil por cento. Isso quer dizer que a instituição está sendo muito mais coercitiva e, mesmo assim, insuficientemente coercitiva. Vejam, quando se começou a falar da proposta de reforma do Código Penal, muita gente dizia que, já que não se consegue botar ninguém na cadeia — o cerceamento é pequeno, a pena é pequena etc. —, a solução seria dobrar a pena. Não adianta dobrar a pena. Há um caso muito interessante. Numa cidade do Estado do Rio nós iniciamos um processo penal por uma infração nitidamente penal. Era uma coisa ínfima. O sujeito tinha mudado as janelas de sua casa, que era tombada, e teimava nessa mudança. A gente ficou muito irritada com o fato e resolveu não só iniciar a ação cível que é a ação mais adequada, de reparação e execução civil, como iniciar uma ação penal. Pela letra da lei, o sujeito tinha que ser condenado. Mas juiz nenhum vai condenar ninguém neste país por ter mudado as janelas de sua casa, apesar de se tratar de uma infringência penal que afeta o Patrimônio. Não condena porque o valor cultural não está intrinsecamente assimilado nesse nível. Num país em que a gente sabe que infrações penais muito mais graves são cometidas e ninguém é posto na cadeia, juiz nenhum vai, em sã consciência, ainda que a lei mande, literalmente, colocar alguém na cadeia porque mudou duas janelas. Então não adianta ter penas exageradas quando essas penas não correspondem a uma realidade social. Num outro caso a gente conseguiu uma condenação penal. Foi numa cidade da Bahia, onde uma pessoa agiu dolosamente, destruindo uma casa tombada a marreta, apesar das advertências do Patrimônio. Aí é diferente, aí havia a intenção, o dolo, a pessoa estava consciente e fez uma coisa muito agressiva. Então tem que haver um equilíbrio entre aceitação da norma, cogência da norma, e infringência da norma para que ela possa ser eficaz. Na hora em que pega o processo, o juiz julga de acordo com a lei, mas vai adaptar, vai interpretar a lei pelos valores dele, como cidadão. Se a lei exigir muito mais do que a legitimidade social permitir, essa lei não vai ser usada, como no caso da infração penal das janelas.

MGSC: Temos uma boa experiência no bairro de Santa Teresa, aqui no Rio. Santa Teresa é uma área de preservação. A associação dos moradores toma conta da área. Se um cara põe um tijolo fora do lugar, eles denunciam. Não sei a força da associação, mas, de qualquer forma, deve haver uma pessoa em cada quadra tomando conta, porque é impressionante o número de denúncias que nós recebemos. No caso, a gente fala com o órgão competente, e ele embarga a obra ou manda lá um fiscal e multa. De modo geral a relação nossa com os moradores é boa. Eu acho que essa coisa de conscientização é muito mais forte agora.

LHF: Depois dos estudos que foram feitos lá, também se vê isso na Saúde.

MGSC: Porque os estudos são feitos com eles. Nós trabalhamos o tempo todo com os moradores.

LHF: Depois de um trabalho em conjunto com a comunidade, ela passa a ter consciência do bairro e do valor das coisas do bairro. Às vezes nem tinha atentado para isso, mas depois passa a ser fiscal.

RPHAN: Alguém quer acrescentar alguma coisa?

DA: Talvez coubesse dizer que o tombamento ainda tem um papel a exercer na qualidade de vida de um modo geral. Sabemos que é muito mais próprio uma legislação municipal garantir essa qualidade de vida no âmbito do município. No entanto, há de fato uma fragilidade muito grande em vários municípios. A gente aqui no Rio tende a esquecer aqueles municípios lá do interior dos estados mais distantes. No momento em que os pedidos de tombamento de núcleos urbanos se multiplicam muito além do que a gente gostaria, do que a gente se sentiria segura para examinar, o que nos cabe é exigir que não se faça o tombamento antes de haver uma legislação municipal com caráter preservacionista. Por outro lado, a gente nota que em muitos casos o município é de tal forma pobre que, sem o tombamento, nunca vai conseguir recursos para implementar a sua legislação municipal. Neste caso o tombamento é que vai permitir isso. Ainda há pouco se falava aqui das pressões políticas a nível municipal, estadual e federal. Acho que o trabalho solidário das três instâncias é muito bom, porque uma pode socorrer a outra. Quando a pressão é muito forte sobre o município, é bom contar com o recurso a uma instância superior de Patrimônio. Por isso acho que nós ainda temos um papel que extrapola um pouco o papel precípuo do tombamento e que é o de suprir certas deficiências que ainda existem em outras instâncias.

SR: Eu queria só acentuar que, não obstante a importância do tombamento, importância até histórica, é preciso não confundir tombamento com preservação. E hoje em dia eu acho que a coisa mais importante é a preservação, que é feita no Brasil todo, nas diversas esferas do governo e nas esferas também políticas. Sem tombamento. Na verdade você está fazendo preservação sem tombamento quando preserva o meio ambiente através das APAs, quando faz preservação florestal, quando promove o zoneamento industrial, estimula a manutenção de tecnologias patrimoniais, efetua a catalogação de informações técnicas e científicas. Tudo isto é feito sem tombamento. O tombamento é um dos itens da política de preservação, que é muito mais abrangente. Eu acho que no cinqüentenário da SPHAN o pulo do gato está aí. Está numa política de preservação cultural.

ALGUMAS DIVAGAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE TOMBAMENTO

Roberto Marinho de Azevedo

Deve-se desconfiar das coincidências. Existem, certamente. Mas, na maior parte das vezes, chamamos de coincidência a associações de idéias ou de acontecimentos que surgem porque já estávamos com eles na cabeça, e não porque tenham se jogado à nossa frente, por acaso. Assim, na mesma tarde em que me convidaram para escrever este artigo, encontrei, em um sebo da cidade, uma tradução brasileira de *O livro de San Michele* de Axel Munthe, que fizera as delícias de minha juventude. De noite, em casa, abrindo o livro, dei, logo de início, com a descrição da primeira vez que o Autor subiu a Anacapri e divisou o lugar onde, mais tarde, iria construir sua *villa*.

"O velho *Mastro Vincenzo* continuava a trabalhar na sua vinha, cavando para as novas cepas sulcos profundos na terra doce e perfumada. De vez em quando apanhava um pedaço de mármore avermelhado e um troço de *stucco* encarnado e atirava-o para o outro lado da muralha dizendo: — *Roba di Timberio*. Senteime numa coluna partida de granito encarnado, ao lado de meu novo amigo. — *É molto duro a rompersi* — disse *Mastro Vincenzo*. A meus pés um franguinho esgaravatava procurando um verme e, olhando o chão, vi uma moeda. Apanheia e reconheci à primeira vista a nobre cabeça de Augusto. "*Divus Augustus Pater*". *Mastro Vincenzo* afirmou que não valia um real. Inda a conservo. Tinha construído, ele só, o jardim, e plantado com suas próprias mãos todas as vides e figueiras. — Duro trabalho, disse *Mastro Vincenzo*, mostrando-me as mãos grandes e calosas, porque toda a terra estava cheia de *Roba di Timberio*, colunas, capitéis, fragmentos de estátuas e cabeças de cristãos e tinha que cavar e tirar todos aqueles restos para poder plantar a vinha. Havia partido as colunas para construir as escadas do jardim e aproveitara muitos mármores na construção da casa; o resto fora lançado ao precipício. Considerava grande sorte ter descoberto inesperadamente uma grande estância subterrânea, precisamente debaixo da casa, tendo as paredes encarnadas pintadas com muitos cristãos completamente nus, *tutti spogliati*, que dançavam como loucos, com as mãos cheias de flores e de cachos de uvas. Tinha levado vários dias a raspar todas as pinturas e a cobrir a parede com cimento, bem pequeno trabalho comparado com o que lhe fora necessário se tivesse que fazer ir o rochedo pelos ares, para construir uma nova cisterna — disse *Mastro Vincenzo* com um sorriso malicioso. Sentia-se velho e quase não podia tratar da vinha, e o filho, que vivia em *Piano di Sorrento*, com três vacas e uma dúzia de filhos, queria que vendesse a casa e fosse viver com ele."[1]

A página, sem que eu entendesse por que, me fascinou. Mas logo reagi. Que poderia ter de fascinante aquela (alegre embora) cena de destruição, na qual um componês ignorante destruía vestígios romanos que englobava sob o termo genérico e depreciativo de "Coisa de Tibério"? Era o contrário do que qualquer preservacionista civilizado gostaria de ver. A muitos, só consolaria o fato do Autor ser, com freqüência, fantasioso. No entanto... No entanto, se pensarmos bem, o que Axel Munthe nos descreve é a preservação de algo mais precioso do que qualquer *Roba di Timberio*: a vida. *Mastro Vincenzo*, sem saber, mantinha algo que, naquela época — lá pelos fins do século passado — era cuidadosa e artificialmente conservado e, ao mesmo tempo, destruído pelos sábios europeus que reinventaram uma Roma pálida de mármore e até de gesso, guardada em museus. Naquela inculta Anacapri de 1875 seria mais fácil compreender Virgílio que em uma academia berlinense.

Assim, podemos perguntar até que ponto tantos tombamentos não terão efeito semelhante ao da destruição. Por certo, conservam a aparência do bem cultural. Mas a conservam como os embalsamadores faziam. Separados da vida e do quotidiano pela gravidade que assumem ao serem declarados intocáveis, os prédios também morrem, embora de morte diferente que a provocada pelas picaretas.

De certa maneira, isto é inevitável. Os prédios sempre morrem quando deixam de ter a finalidade para a qual foram construídos. O Coliseu de Roma está fadado a ser, para sempre, uma imponente ruína. Nem seria razoável, para mantê-lo vivo, restabelecer jogos de circo ou, adaptando-o aos tempos modernos, transformá-lo em um estádio esportivo.

Como o Coliseu, tantos monumentos, que formam parte do acervo cultural da humanidade, só podem ser preservados dentro do que poderíamos chamar de conceito tradicional de tombamento. Este protege as grandes obras arquitetônicas — templos, palácios, monumentos. E está bem que as coisas continuem assim.

Mas, hoje, surge o conceito de que outros bens merecem ser conservados — bens mais "simples", presos à cultura popular. Fazendo um balanço crítico do trabalho do Patrimônio, no Brasil, Ítalo Campofiorito lembra o esforço de preservação feito desde a criação do SPHAN e

Roberto Marinho de Azevedo é jornalista e conselheiro do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro.

acrescenta: ''Vê-se que não basta. Falta o resto. E os outros templos, os lugares sagrados da africanidade? E os heróis dos Quilombos e das revoltas populares? E a apreciação do espaço na expressão coletiva das favelas, no que tem de criação da pobreza e dos quilombos contemporâneos? Não haverá traços, ainda que tênues e combalidos, de nada disso a documentar, a tombar e a conservar? Coisas outras ou outras leituras das mesmas coisas, mas que não demonstrem apenas a 'criança asilada' e conduzida pela empresa colonial?''[2]

Por certo, há. Mas, talvez por serem materialmente mais frágeis — só as grandes obras podem dar boas ruínas —, estes bens só podem ser preservados se os mantivermos vivos. Transformada em museu, ou sapataria, a Confeitaria Colombo deixaria de ter interesse.

Dentro desse raciocínio, a política de preservação passa a se interessar menos por tombamentos e mais pelo quotidiano. Mas fica mais difícil planejá-la, pois cada caso se apresenta de maneira diversa. Assim, no centro do Rio, a solução mais inteligente que apareceu até agora parece ser a do Corredor Cultural, onde uma série de medidas estimulam os moradores a conservarem o ambiente. Não como um museu, mas como coisa útil. Pois, se pensarmos um pouco, um prédio como o da Confeitaria Colombo oferece muito mais vantagens a quem o quiser utilizar como restaurante e confeitaria do que tantos outros que só obedecem aos interesses da especulação imobiliária.

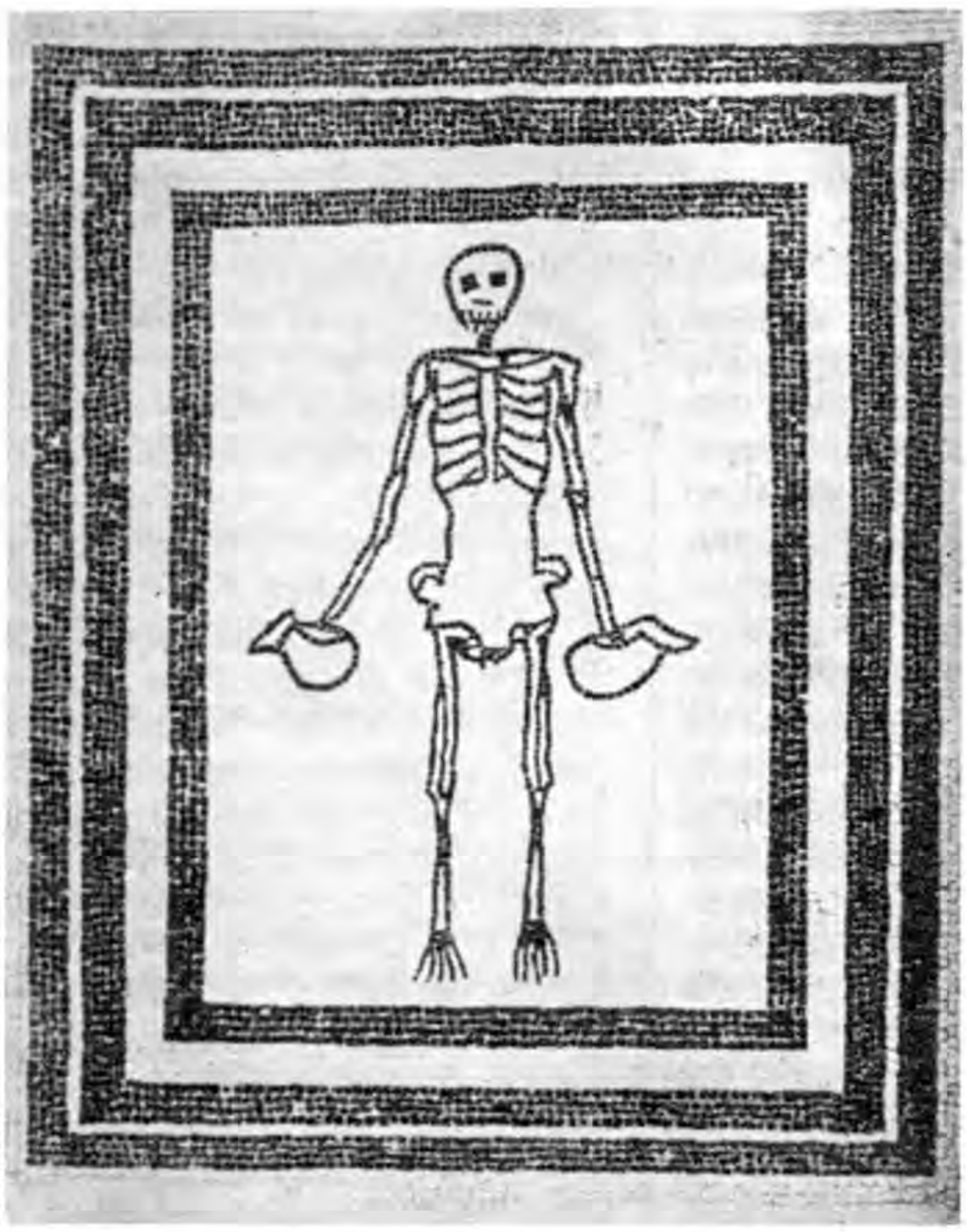
Quanto a esta, não há que culpá-la — como é moda — por tudo. A gana de lucro foi responsável pela construção de muita coisa bonita que nos cerca. Hoje, é verdade, esta gana antes ameaça destruir. E seus alvos mais fáceis — por mais vulneráveis — são aqueles que ainda não foram ''dignificados'' pelo tempo. Assim, a Avenida Central foi, em muito pouco tempo, quase inteiramente destruída. É que, para a geração modernista, dentro da qual nasceu o SPHAN, a arquitetura do começo deste século não tinha grande interesse. Por sorte, o Copacabana Palace, embora ainda mais tardio, parece ter escapado deste destino. Mas, ainda agora, há quem sacuda uma desconsolada cabeça ao ver monumento tão recente e espúrio preservado.

No caso do Rio, foi tão grande a destruição — principalmente no que se refere à Natureza — que uma reação contrária, e nem sempre sensata, aparece. Que interesse pode ter, por exemplo, refazer o volume do antigo Mercado Municipal, se este foi destruído? Ressuscitar mortos é necromancia. Por que não imitar o exemplo dos ingleses que, no lugar de muitos prédios arrasados pelas bombas da Segunda Guerra, limitaram-se a plantar árvores? Uma praça é sempre melhor que uma múmia.

Que conclusão tirar disto? Acho que artigo tão mal alinhavado não pode se permitir mais do que indicar alguns temas de reflexão. O principal me parece ser a importância de preservar não só prédios, mas a vida. A bagunça da Rua da Carioca é uma bela lição de preservacionismo saudável à sombra do Convento de Santo Antônio, tão mais ''importante'' como arquitetura... mas que parece tão esterilizado e mesmo tão teatral, depois de sua ''impecável'' reforma. Visto, então, da triste Avenida Chile!

Ora, quem aceita a vida tem, por força desta, que aceitar a morte. Há bens que só podem ser conservados na memória, em fotos, ou escritos. Lembro de um fogão, mais que centenário, que vi em uma casa de Milho Verde, em Minas. Enquanto o olhava, no quarto ao lado, morria a dona da casa, quase tão velha quanto o fogão. Que sentido teria que ele sobrevivesse à sua dona, em um casebre transformado em museu, habitado (quem pode estabelecer limites à taxidermia dos museólogos?) por manequins?

Não. Mais sensato me parece mantermos, em nós, uma visão criativa do que vale a pena ser conservado. E de como fazê-lo. Só que, para ser criativo, não há receitas.



Col. do autor

Memento mori, mosaico na sala de jantar de San Michele.

1. Axel Munthe. *O livro de San Michele*. Porto Alegre, Livraria do Globo, 3ª ed., 1939, p. 26.
2. Ítalo Campofiorito. ''Muda o mundo do Patrimônio. Notas para um balanço crítico'', em *Revista do Brasil*, Ano 2, nº 4, 1985, p. 41.

POR UM INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

Paulo Ormindo de Azevedo

Quando a sociedade brasileira, através de seus intelectuais e lideranças políticas, iniciou, na década de 20, a luta pela proteção do nosso patrimônio cultural, ameaçado pelas reformas urbanas e por uma idéia simplista de modernização, luta que desembocaria na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, duas reivindicações complementares viriam à tona: inventariar, o que vale dizer, identificar e registrar as manifestações culturais para a história, e conservar os exemplares mais representativos para as gerações futuras. Estas duas idéias, nascidas gêmeas, seguiriam caminhos distintos. Enquanto a conservação teria um grande desenvolvimento, o recenseamento da nossa cultura seria confundido com o tombamento, aplicado apenas aos bens excepcionais, o que reduziria o inventário a uma atividade limitada e dependente. Cresce, porém, o entendimento de que o inventário, a par de sua função precípua, desempenha um papel próprio na preservação do acervo cultural, podendo ser transformado em um instrumento complementar ao tombamento, possibilitando que a vigilância do Estado e da sociedade seja estendida a todo o universo cultural da nação, através da conscientização popular e da adoção de medidas administrativas.

Datam do período colonial as primeiras catalogações do patrimônio cultural brasileiro, como o inventário realizado por Francisco Mesquita, escrivão da Fazenda Real, dos prédios existentes em Recife e Maurícia, após a expulsão dos holandeses, arrolando 290 imóveis e descrevendo suas técnicas construtivas e origem: portuguesa ou holandesa.[1] Mais extenso e minucioso é o trabalho realizado pelo Frei Agostinho de Santa Maria, sob o título de *Santuário Mariano e histórias das imagens milagrosas de Nossa Senhora*, cujos volumes 9 e 10, publicados em Lisboa em 1722, são dedicados à descrição das imagens da Virgem e dos templos em que se encontravam, no arcebispado da Bahia e nos bispados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Estes e outros inventários demonstram o apreço que a sociedade e as autoridades da época dispensavam a estes bens e constituem fontes fundamentais para o estudo da nossa arquitetura e imaginária colonial, ainda que atendessem, de imediato, a outras funções. Em muitos casos, constituem os únicos registros de obras de arte irremediavelmente desaparecidas.

A obrigatoriedade da inventariação dos bens culturais está presente, como dissemos, em todas as tentativas de criação de uma legislação de proteção aos bens culturais do país, anteriores à criação da SPHAN, em 1937, como os anteprojetos de lei dos deputados federais Luís Cedro (1923), Augusto de Lima (1924) e José Wanderley de Araújo Pinho (1930) e da comissão criada para este fim pelo governo do Estado de Minas Gerais (1925). O inventário chegou mesmo a ser iniciado em dois estados brasileiros. Na Bahia, durante o governo do Dr. Francisco Goes Calmon, pela Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais, criada pelas leis n.os 2.031 e 2.032, que, entre outras atividades, era incumbida de organizar o "Inventário Geral dos edifícios, campos históricos, relíquias verdadeiramente notáveis e dignas de perpetuação, que se (achassem) no território do Estado". A iniciativa baiana foi seguida por Pernambuco, no ano seguinte, com a aprovação da Lei n.º 1.918, que autorizava o governador do Estado a criar um serviço com atribuições semelhantes. Por falta, porém, de preceito constitucional, as legislações dos dois estados tornaram-se inócuas e os dois órgãos foram, mais tarde, desativados.[2]

É, porém, com Mário de Andrade que o problema do inventário é colocado em sua verdadeira dimensão. Ao ser encarregado, em 1936, pelo ministro Gustavo Capanema de realizar os estudos sobre a organização do Serviço de Patrimônio Artístico Nacional, o escritor e crítico de arte lança as bases não só legais e administrativas como teóricas da preservação do nosso patrimônio. A concepção de Mário de Andrade de cultura não se restringia às categorias tradicionais de arte, incluindo também manifestações não tangíveis e dinâmicas como cantos, lendas, superstições, medicina popular, culinária, dança etc. Esta foi, aliás, a preocupação que norteou suas "viagens etnográficas" pelo país, em 1927, 1928 e 1929.

Para realizar o "tombamento" — expressão que propõe como alternativa à "classificação", consagrada internacionalmente e nos textos anteriores —, define os requisitos necessários a tal fim, propondo uma atualíssima metodologia de inventariação:

"1 — Fotografia ou várias fotografias;
2 — Explicação dos caracteres gerais da obra, tamanho, condições de conservação etc.;
3 — Quando possível, nome do autor e biografia deste;
4 — Datas;
5 — Justificação de seu valor arqueológico, etnográfico ou histórico no caso de pertencerem a uma destas categorias;
6 — No caso de ser obra folclórica, a sua

Paulo Ormindo de Azevedo é coordenador do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia e consultor da UNESCO para preservação de monumentos e sítios.

reprodução cientificamente exata (quadrinhas, provérbios, receitas culinárias etc.);
7 — No caso de ser obra musical folclórica, acompanhará a proposta uma descrição geral de como é executada, se possível a reprodução da música por meios manuscritos; de descrição das danças e instrumentos que as acompanham, datas em que estas cerimônias se realizam, para a Chefia do Tombamento, de concerto com o Museu Etnográfico e Etnológico, mandar discar ou filmar a obra designada;
8 — No caso de ser arte aplicada popular também deverá propor-se a filmagem científica da sua manufatura (fabricação de rendas, de cuias, de redes etc.)''[3]

Para o órgão proposto cumprir estas atribuições, prevê a criação de uma Repartição Foto-Fono-Cinematográfica ao lado da Repartição de Desenho e Pintura. ''A fonografia como a filmagem sonora fazem parte absoluta do tombamento, pois que são elementos recolhedores. Da mesma forma que a inscrição num dos livros de tombamento de tal escultura, de tal quadro histórico, dum Debret como dum sambaqui, impede a destruição ou dispersão deles, a fonografia gravando uma canção popular cientificamente ou filme sonoro gravando tal versão baiana do Bumba-meu-boi impedem a perda destas criações, que o progresso, o rádio, o cinema estão matando com violenta rapidez.'' ''Feito este trabalho, tombadas as obras folclóricas que dependem de realização no tempo, então poderá se pensar em fotografar os monumentos plásticos, os edifícios, as paisagens, os quadros, os objetos de arte que o tombamento já preservara anteriormente da morte ou da fuga. E então pensar-se também, ou ainda mais tarde, na reprodução por meios gráficos de tudo isso.'' Recomendava ainda: ''os livros do Tombo devem ser publicados. Além de indispensáveis aos estudiosos, têm valor moral de incitamento à cultura e à aquisição de obras de arte.''[4]

Um inventário abrangente, como o de Mário de Andrade, só teria paralelo, quarenta anos mais tarde, nas enquetes etnográficas do chamado Macroinventário canadense,[5] ou na atual política cultural do governo socialista de Mitterrand, que contempla aspectos ''não-materiais'' da cultura francesa e novos produtos culturais, como filmes, discos, vídeo-teipes etc.

Esta proposta, tão avançada para o seu tempo, seria aproveitada, apenas em parte, pelo Decreto-Lei n.º 25, que restringiu a proteção do Estado aos artefatos móveis e imóveis e às paisagens naturais ou humanizadas. Dentro destes limites é iniciada, com a criação da SPHAN, em 1937, a realização do inventário do nosso patrimônio, ressaltado por seu Diretor-Geral, Rodrigo Melo Franco de Andrade, como a mais importante atividade do órgão, em sua primeira fase.[6] Este é orientado, primordialmente, para os monumentos arquitetônicos, ''pois ocorrem dificuldades insuperáveis ao inventário da grande maioria de bens móveis de valor histórico e artístico em poder de proprietários particulares'' e no cumprimento dos artigos 26 a 28 do Decreto-Lei n.º 25, que sujeitam os negociantes de antiguidades e obras de arte a um registro especial.[7]

A tarefa de descobrir monumentos era feita com grande entusiasmo e enormes dificuldades, nos finais de semana, pelos diretores regionais e seus auxiliares, através de estradas poeirentas, ônibus, caminhão ou cavalo, quando não em lanchas e canoas, sob sol e chuva, o que tornou esta fase da SPHAN conhecida como ''heróica''.[8] Colaboraram nesta tarefa notáveis fotógrafos, como: Vosylius, Pinheiro, Benício Dias, Marcel Gautherot, Erich Hess e Hermann Graser, além de pesquisadores e historiadores como Marieta Alves e Carlos Ott, na Bahia; Manuel de Paiva e Cônego Raimundo Trindade, em Ouro Preto; Francisco Marques dos Santos e Dom Clemente Silva Nigra, no Rio de Janeiro, para citar os mais antigos. A documentação recolhida no campo e em arquivos públicos, privados e de irmandades religiosas formou o núcleo do arquivo da SPHAN, consolidado por Carlos Drummond de Andrade e continuado por Édson Maia.

Subordinado ao tombamento, o inventário não teria, porém, o desenvolvimento que seria desejável, na medida em que o ''prazer quase físico do descobrimento'' de novos monumentos, como dizia Mário de Andrade, foi sendo, progressivamente, suplantado pela preocupação de conservar um acervo cada vez maior com recursos indilatáveis, o que restringiria os tombamentos aos casos estritamente necessários. Em 1939, dois anos após a criação da SPHAN, existiam 276 monumentos tombados, sendo 261 edifícios e obras de arte, seis logradouros e nove conjuntos urbanísticos.[9] Trinta e sete anos mais tarde, em 1976, este número não chegou a triplicar: 756, sendo 716 edifícios e obras de arte, 28 logradouros e 12 conjuntos urbanísticos.[10] Hoje, meio século após a criação da SPHAN, o número total de tombamentos é da ordem de mil, cifra modesta se comparada com os 12.000 monumentos atualmente ''classificados'' na França, país com maior tradição cultural, mas com um território 15 vezes menor que o brasileiro.

É o próprio Rodrigo quem conhece as limitações do tombamento: ''Com efeito, nos livros do Tombo não se inscrevem, em rigor, senão as coisas consideradas de valor excepcional. Conseqüentemente, há no país uma vasta quantidade de bens culturais cuja preservação, embora de manifesta convivência pública, escapa à alçada do serviço mantido pela União para cuidar do setor. Massas consideráveis de documentos de interesse histórico existentes em arquivos dos órgãos da administração, nos cartórios judiciais, nos arquivos eclesiásticos, nos das associações civis e em recintos particulares. Remanescentes da pilhagem sistemática operada pelos negociantes do gênero, parcelas apreciáveis do espólio de obras de arte antiga e de artesanato tradicional deixado por nossos antepassados, disperso em muitos lugares. Poupados ainda à especulação imobiliária e aos empreendimentos mal concebidos das municipalidades, sítios urbanos e rurais em que predominam os traços de ancianidade, de pitoresco ou de beleza de paisagem. Disseminados em locais diversos do litoral e do interior em edificações que, conquanto não assumam a importância de monumentos nacionais, são contudo produções genuínas de arquitetura brasileira, popular ou o seu tanto eruditas, merecendo estudo e conservação.''[11]

Hoje, em conseqüência da abertura política, da revisão da história oficial e da tomada de consciência das minorias

étnicas, que lutam pela preservação de sua identidade, é cada vez maior a pressão da sociedade pela preservação de vestígios históricos e categorias culturais menos convencionais e eruditos que os tradicionalmente tombados. A ampliação dos tombamentos implica, porém, no aumento dos encargos da SPHAN e órgãos estaduais de preservação, quando os recursos para a preservação já são insuficientes. Vejamos como outros países resolveram esta questão institucionalizando o inventário como instrumento de proteção.

A dificuldade de implementar um inventário sistemático de toda a cultura de uma nação não é exclusividade brasileira. Com exceção da Alemanha, cujo inventário iniciado em 1860 por Lander teve uma exemplar continuidade, atingindo, hoje, mais de 500 volumes, as demais nações, inclusive a França que foi o primeiro país a perseguir este objetivo no longínquo ano de 1837, só conseguem êxito nesta tarefa depois da II Grande Guerra.

Mesmo sem concluir seus inventários, muitos países o transformam em um instrumento de proteção suplementar ao tombamento. O caso francês é particularmente ilustrado. No final do século passado, devido à insuficiência de meios e à falta de legislação adequada, a Comissão dos Monumentos Históricos daquele país limitou o número de tombamentos em 2.000, numa situação muito semelhante à atualmente existente no Brasil. Mas uma nova legislação, aprovada em 31 de dezembro de 1913 e ainda vigente, juntou à tradicional lista dos monumentos tombados a do inventário suplementar: "Os imóveis ou partes de imóveis públicos ou privados que, sem justificar pedido de tombamento imediato, apresentam interesse histórico ou de arte suficiente para tornar desejável sua preservação poderão, a qualquer época, ser inscritos, por despacho do titular do Ministério de Assuntos Culturais, em um inventário suplementar."

Os dois tipos de bens recebem, naturalmente, tratamentos diferenciados. Os tombados (*classés*) não podem sofrer qualquer modificação, salvo as autorizadas pela autoridade competente. No segundo caso, o proprietário está obrigado a comunicar, com antecedência de quatro meses, as obras pretendidas. Durante este período, a autoridade negocia com o mesmo as condições que satisfaçam às duas partes, podendo oferecer regimes especiais de uso, incentivos fiscais e subsídios até um limite de 20%. A Lei n.º 92, de 25/2/43, ampliou este decreto, permitindo sua aplicação a grandes áreas. Desta forma, superando uma visão estreita de patrimônio cultural, os imóveis supervisionados pelo Estado saltaram de 2.162, em 1900, para mais de 32.000, atualmente, incluindo neste número tanto os tombados quanto os inscritos no inventário suplementar.[12]

Legislação semelhante foi adotada na Inglaterra, em 1944, com o *Town and Country Planning Act*, que implantou o Inventário Oficial de Edifícios e Monumentos de Interesse Histórico ou Arquitetônico, ainda não concluído, e obrigou os proprietários de bens arrolados a comunicarem à autoridade as modificações desejadas com antecedência de dois meses, durante os quais são desenvolvidas negociações com a participação das autoridades locais. Esta legislação foi aperfeiçoada em 1953, permitindo ao Estado subsidiar estes imóveis, sob a condição de serem abertos ao público em horários e períodos limitados, o que favoreceu a ação de organismos não-governamentais, como o *National Trust for Places of Historic Interest or Natural Beauty*, que já gozavam de outros privilégios. Deste modo, os proprietários de edifícios históricos podem doar ao *Trust* seus imóveis, livrando-se dos encargos de manutenção e impostos, mas mantendo o usufruto de uma parte do mesmo, enquanto o restante é aberto ao público.[13]

O sucesso destas políticas provocou um novo interesse pelos inventários culturais, na década de 60, que inaugura uma nova etapa na luta pela preservação do patrimônio cultural em todo o mundo. Em 1962, a UNESCO recomendou aos países membros a realização de inventários nacionais como a base à cooperação internacional na proteção do Patrimônio Mundial. Três anos mais tarde, o Conselho de Cooperação Cultural da Europa promove uma reunião em Palma de Maiorca para definir os critérios e a metodologia do Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural Europeu. O ICOMOS, por sua vez, promove reuniões internacionais em Barcelona (1976) e Varsóvia (1977) na tentativa de compatibilizar os vários inventários nacionais.

Na França, utilizando atribuições que lhe conferiu a lei que aprovou o IV Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, André Malraux, Ministro de Assuntos Culturais, cria em 1964 uma comissão encarregada de implantar o Inventário Geral dos Monumentos e Riquezas Artísticas da França que, utilizando técnicas modernas de levantamento (fotogrametria), guarda (microfilmagem) e acesso aos dados (informática), consegue, em poucos anos, reunir em um banco de dados informações sobre cinco ou seis milhões de bens culturais.[14] A nível latino-americano, a Colômbia é a pioneira nestes trabalhos, ao criar, em 1970, a Divisão de Inventário do Patrimônio Cultural do Instituto Colombiano de Cultura.[15] Seu primeiro diretor, arquiteto Guillermo Trimmiño Arango, além de estruturar o órgão e definir uma estratégia e metodologia, fichou milhares de monumentos e bens móveis, trabalho infelizmente paralisado com seu afastamento do órgão.

Esta nova atitude preservacionista, baseada no inventário, iria ser introduzida no país através dos órgãos de planejamento regional e urbano, o que privilegiaria o acervo arquitetônico e urbanístico. Coube à Bahia realizar, nesta linha, o primeiro catálogo sistemático do patrimônio construído de um estado brasileiro. O Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia — IPAC-BA, iniciado em 1973 e executado pela Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, cadastrou mais de um milhar de edifícios de interesse cultural e quase duas dezenas de centros históricos, reunidos em quatro volumes já publicados e dois em preparação. Partindo da experiência do Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural Europeu, o IPAC-BA desenvolveu uma metodologia de inventariação adaptada às nossas condições que seria seguida, em parte, por outros estados.

Em Minas Gerais, o Centro de Desen-

volvimento Urbano da Fundação João Pinheiro realizou, no final da mesma década, o projeto "Atlas dos monumentos históricos e artísticos de Minas Gerais — Circuito do Diamante", dentro da política de desenvolvimento integrado do alto Jequitinhonha. Um resumo dos trabalhos referentes aos municípios de Conceição do Mato Dentro, Serro, Minas Novas e Diamantina foi publicado pela *Revista JP* entre outubro de 1978 e julho de 1979. Em Pernambuco, a Prefeitura do Recife desenvolveu o inventário dos seus monumentos, ao tempo que adotava medidas de proteção aos mesmos e seus entornos, publicado em 1981 sob o título "Preservação dos Sítios Históricos". Esta experiência foi continuada pela Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior Pernambucano — FIAN, que publicou, em 1982, a primeira parte do "Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Interior — PPSHI". Preocupação semelhante inspirou o convênio entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de São Paulo, que resultou em uma alentada publicação: "Bens Culturais Arquitetônicos no Município e na Região Metropolitana de São Paulo", 1984. Em outros estados estão sendo realizados trabalhos na mesma linha, cobrindo, em alguns casos, o acervo de bens móveis, embora seus resultados ainda não tenham vindo a público.

Estas iniciativas precisam, porém, ser integradas e compatibilizadas, respeitando-se, naturalmente, as diferenças regionais do país, de modo que seus resultados possam ser comparados, como recomendou o documento final do I Encontro sobre Inventários de Proteção do Patrimônio Cultural, realizado em Salvador em agosto de 1980. Cópias microfilmadas de fichas e dossiês destes e de outros inventários poderão ser reunidas em um centro de documentação do patrimônio nacional e sistematizadas com os recursos da informática, com entradas como identidade, localização, histórico, descrição e estado atual, o que permitirá uma exploração extensiva (informações sobre um grande número de bens) ou intensiva (grande número de informações sobre cada bem) para a produção e atualização do inventário e atlas do patrimônio nacional, repertórios, índices, bibliografias e avaliações periódicas do estado de conservação do nosso patrimônio, além da identificação, instantânea, de peças eventualmente apreendidas pela polícia ou alfândega.

Todo este esforço será em vão se não se der aos bens inventariados um *status* especial, uma proteção, ainda que mais flexível que o tombamento. A coisa inventariada não deverá sofrer tantas restrições quanto à tombada, nem implicar para o Estado no ônus da tutela. Já que a maioria dos bens excepcionais, únicos, encontra-se já tombada, a inscrição no inventário seria reservada às manifestações culturais reiterativas e dinâmicas que não se enquadram num sistema rígido de proteção como o tombamento, a exemplo do artesanato, da arte popular, do folclore, da arquitetura vernácula, de modos de fazer e expressões não materiais, como lendas, crenças etc.

Separando o reconhecimento do valor cultural da obrigação da tutela, o inventário seria desenvolvido sem restrições, como um censo. Com esta massa crítica é possível dar um tratamento sistemático às várias tipologias culturais, ao invés do clássico casuísmo dispensado às coisas excepcionais.

A preservação deste patrimônio amplo far-se-ia, basicamente, através da adoção de medidas administrativas, da concessão de incentivos fiscais e da negociação com seus proprietários nos moldes das legislações francesa e inglesa, já expostas. Nestes entendimentos é fundamental a participação dos governos locais, já que o regime de ocupação e uso do solo e eventuais transferências de direitos de construir são atribuições do município. O governo federal conta, por seu lado, com a Lei n.º 7.505 de incentivos à cultura, que deverá ser estendida aos bens inventariados. Se ao fim de um prazo razoável não for possível lograr um acordo, caberá à SPHAN e aos órgãos estaduais de preservação transformar a inscrição no inventário em tombamento. A inscrição funcionaria, portanto, como uma medida cautelar.

Fica, assim, perfeitamente definido o campo de ação dos dois instrumentos legais. O tombamento reservado aos bens de excepcional valor, como estabelece o Decreto-Lei n.º 25, ou sob risco de destruição iminente; a inscrição no inventário aplicada às manifestações reiterativas e vivas com valor de testemunhança da evolução sócio-cultural da nação.

Assim concebido, o inventário poderá ser a base de uma nova política de preservação, que, ao invés de tutelar apenas os bens excepcionais normalmente produzidos pelas elites, buscará administrar o patrimônio amplo e pluralista construído por todos os brasileiros.

1. MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*, 2. ed. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1978, p. 75-7.
2. ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos*. México, Instituto Pan-Americano de Geografia e História, 1952, p. 20-45.
3. Anteprojeto de Criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. Em ANDRADE, Mário de. *Cartas de Trabalho*; Correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade (1936-1945). Brasília, SPHAN/Pró-Memória, 1981, p. 39-54.
4. Idem, ibidem.
5. *Le macro-inventaire*; une banque de données sur les biens culturels du Québec. Québec, Ministère des Affairs Culturels, 1981.
6. Entrevista ao *Correio da Manhã*, de 24/01/1940. Em *Rodrigo e o SPHAN*; Coletânea de textos sobre patrimônio cultural. Rio de Janeiro: SPHAN/Pró-Memória, 1987, p. 36-7.
7. ANDRADE, Rodrigo M.F. op. cit., p. 72-3.
8. Sobre as agruras vividas por estes pioneiros, vide as cartas datadas de 25/VI e 1/XI de 1937 de Mário de Andrade, Diretor da 4ª D.R., ao Diretor-Geral da SPHAN. Em ANDRADE, Mário de. *Cartas de trabalho*, já citado.
9. ANDRADE, Rodrigo M.F. de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro, Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 52.
10. Idem. *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986, p. 33.
11. Idem. *Rodrigo e o SPHAN*, p. 70-3.
12. MICELI, Sergio & GOUVEIA, Maria Alice. *Política Cultural Comparada*. Rio de Janeiro, Funarte, 1985, p. 58.
13. Idem, ibidem, p. 42-4.
14. *L'inventaire général des monuments et des richesses artistiques de la France*. (Paris), Ministère de la Culture et de la Comunication, 1978.
15. *Boletim nº 1*. División de Inventário del Patrimonio Cultural. Bogotá, Colcultura, 1976, p. 26-32.

INVENTÁRIO NACIONAL DOS BENS IMÓVEIS TOMBADOS

instrumento para uma proteção eficaz

Maria Tarcila Guedes

Muito haveria o que dizer sobre a variedade das apreensões da questão do patrimônio cultural e das diversas concepções e ações que ajudaram na sua constituição. Atualmente, o conjunto das investigações realizadas pelas diferentes disciplinas — entre elas a Arqueologia, Arquitetura, Filosofia, História etc. — procura operacionalizar as diferentes abordagens referentes ao bem cultural, objeto de constantes análises.

Do ponto de vista institucional, a absorção dessas diferentes abordagens na produção de saberes específicos pressupõe o arrolamento de informações básicas que permitem a compreensão e o conhecimento do universo tombado ao longo desses cinqüenta anos de atuação, nos diversos âmbitos que englobam a prática da instituição.

Em um levantamento preliminar de documentos do Arquivo da Coordenadoria de Registro e Documentação (CRD), chama a atenção o fato de que a reivindicação de um trabalho de inventário de bens culturais é anterior mesmo à criação da SPHAN, aparecendo no "Anteprojeto de Criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional" de Mário de Andrade em 1936. Outro documento de importante valor qualitativo para a análise dessa problemática foi escrito por Lúcio Costa, em 1947, ao ser encarregado da direção da Divisão de Estudos e Tombamento. O arquiteto interpretou o convite como uma decorrência natural da reestruturação do antigo SPHAN, o que lhe permitiu uma postura radical diante da necessidade de um "inventário completo" dos bens culturais.

"A importância dessa tarefa fundamental é de tal ordem, que não me vexaria de recomendar a *paralisação quase completa das obras em andamento* e o *cancelamento dos novos serviços* — com exceção dos de proteção provisória nos forros pintados com tinta à base de água, contra a ação das goteiras —, a fim de que as *verbas da dotação anual do DPHAN* fossem integralmente aplicadas, durante dois ou três exercícios consecutivos, nessa empresa de colheita e compilação maciça de informações — *fundamento sobre o qual deverão assentar todas as iniciativas da Repartição*".[1]

Ainda dentro desse âmbito vale ressaltar a preocupação de Rodrigo Melo Franco de Andrade (primeiro Diretor do órgão e que se manteve no cargo até 1967) por esta questão, e que foi relatada por Luís Saia em um artigo no qual descreve a denominada "fase heróica", enfatizando os dois principais problemas que o antigo Diretor enfrentava: a) "inventariar o que existia de amostragem mais significativa da formação brasileira"; b) "socorrer urgente, e salvar alguns monumentos que estavam profundamente atingidos pela ruína e ameaçavam o perecimento completo".[2]

Essa preocupação continuou sendo fundamental na SPHAN e a exemplo desse comportamento podemos citar as inúmeras reuniões e seminários que nos últimos anos discutiram os problemas básicos do órgão e de suas representações regionais, onde a questão de inventariar os bens culturais foi debatida com constância. Os últimos Planos de Trabalho (PT) das Diretorias Regionais apresentaram cerca de 15 pedidos de inventários dos bens imóveis tombados.

A análise dos rumos tomados pela instituição, tanto no que se refere aos seus aspectos teórico-metodológicos quanto aos aspectos práticos, se faz fundamental dentro do movimento de repensar as atuações passadas da mesma; isto acontecendo no momento em que a SPHAN/-Pró-Memória fornece condições para o melhor embasamento dos estudos de preservação, a partir do início do trabalho de organização do Arquivo da CRD, assim como do inventário nacional dos bens móveis e imóveis tombados.

Por outro lado, anteriormente a essas mudanças institucionais relativas ao trabalho de inventário, vinham ocorrendo também mutações nas estruturas e necessidades dos grupos sociais inseridos no espaço dos bens culturais preservados.

Neste campo, o crescimento demográfico, industrial e tecnológico, a nível nacional e regional, gerou direta ou indiretamente o desenvolvimento urbano e diversas das suas implicações como, por exemplo, a especulação imobiliária e a pressão para abertura de avenidas e loteamentos em muitas cidades consideradas como patrimônio histórico. As pressões exercidas por estas transformações econômico-sociais influenciaram a ação da SPHAN. Esta influência era exercida principalmente por meio das crescentes solicitações de obras (reformas, obras novas etc.) que eram encaminhadas ao órgão, que não se encontrava suficientemente preparado para intervir no processo de crescimento das cidades tombadas pelo Decreto-Lei nº 25. Vale ressaltar, porém, o papel desempenhado pela instituição, dentro das suas possibilidades, no sentido de preservar o bem tombado.

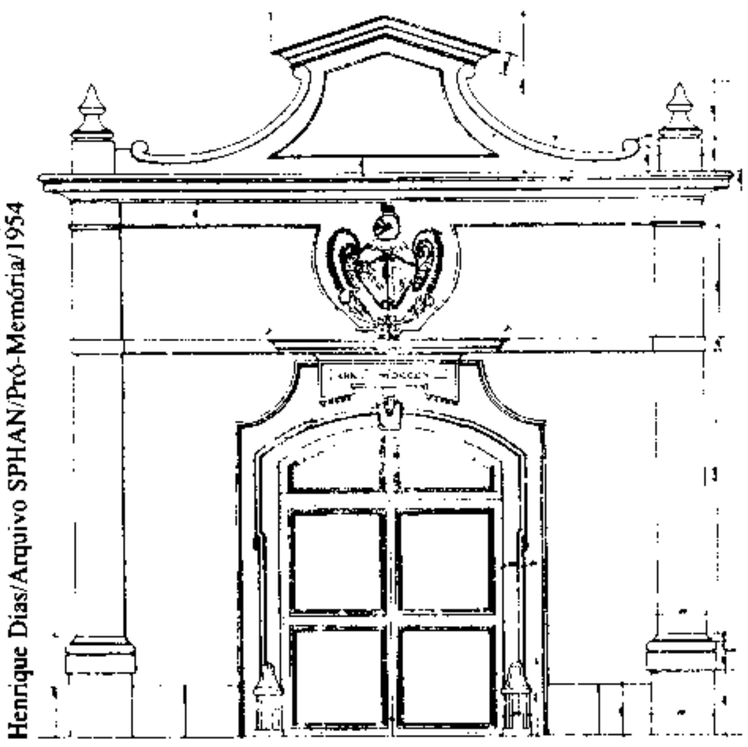
M. Tarcila F. Guedes, historiadora, é do Setor de Inventário de Bens Imóveis da Coordenadoria de Registro e Documentação da SPHAN/Pró-Memória.

No contexto em que esta se inseria, o seu objetivo principal era o de proteger o "caráter e os elementos originais", sem ainda se preocupar com a possível inserção de outros elementos, que pouco a pouco vão demonstrar a sua importância fundamental para o entendimento do bem tombado em sua totalidade. Durante muitos anos, o caráter interventor da instituição esteve baseado em um somatório de conceitos que compreendiam o objeto preservado num plano virtual, dentro de premissas estabelecidas *a priori*. A complexidade e a novidade dos problemas que foram se apresentando para os técnicos e intelectuais da área, responsáveis por estas intervenções, foram se consolidando num processo em que a compreensão dos bens culturais vai pouco a pouco ganhando dimensões diferentes.

A partir da experiência institucional, o entendimento das áreas preservadas e mesmo dos bens isolados, inseridos dentro de um contexto urbano, passa hoje por uma visão crítica na qual são analisados como tendo vida e historicidade próprias. Nestas novas abordagens, o estudo do espaço urbano e social tende, portanto, a ser compreendido em todas as instâncias nas quais se encontra articulado, levando-se em conta as características e peculiaridades inerentes ao bem que se insere dentro de um determinado contexto histórico de nossa sociedade.

Esta problemática que se apresenta no campo da análise urbana está intrinsecamente ligada ao inventário do patrimônio cultural brasileiro. É fundamental a constante reciclagem conceitual e metodológica pela qual deve passar um órgão federal incumbido da preservação de espaços que normalmente abrigam vida. Nessa perspectiva, o inventário deverá reunir um banco de dados sistematizados que contribua para a análise dos Centros Históricos dentro das perspectivas mais atualizadas e condizentes com as transformações pelas quais passa hoje a sociedade. Somente com o "conhecimento real e sistemático" dos bens salvaguardados poderá ser obtido o instrumental necessário para as sucessivas abordagens do campo do conhecimento e o controle legal em todas as suas minúcias, fazendo parte de um todo que visa principalmente à proteção e conservação dos bens culturais.

Inúmeras são as definições dadas para inventário, ressaltando-se, neste campo, a contribuição do arquiteto Guillermo Trimmiño Arango, consultor da UNESCO, o qual esclarece muito esta questão ao arrolar, desde o início do século XVI até o século XX, as diversas definições assumidas pelo conceito de inventário e as transformações pelas quais passou essa denominação. Este mesmo autor o classifica e define em três categorias: 1.º) Inventário de simples conhecimento ou listagem — "consiste em efetuar um simples reconhecimento do Patrimônio a ser listado, tendo em conta sua localização, proprietário, época, autor etc."; 2.º) Inventário Científico — "tem por objetivo recolher, buscar e agrupar todas as informações possíveis para o conhecimento profundo e exaustivo de cada bem cultural"; 3.º) Inventário de Proteção — "reúne os elementos suficientes e necessários que permitam identificar com precisão os bens e valores que devam ser salvaguardados".[3]



Henrique Dias/Arquivo SPHAN/Pró-Memória/1954

Portal da Quinta das Laranjeiras, São Luís, Maranhão.

No estudo desta questão observa-se que as definições de inventário de outros autores geralmente abarcam uma das três categorias listadas, sendo redimensionadas para os objetivos específicos de cada projeto. Apresentam, contudo, na realização dessas atividades, diferenças bastante demarcadas pela opção teórico-metodológica necessária na execução de atividades desse porte.

A realização de um Inventário Nacional dos Bens Imóveis Tombados é uma conquista, se avaliarmos os cinqüenta anos de atuação do órgão, durante os quais trabalhos como estes foram relegados a um segundo plano, na expectativa de que, mais tarde, pudessem ser encontradas as condições para sua efetiva concretização. Nesta perspectiva, a opção de primeiramente inventariar os bens imóveis tombados está contida dentro de uma estratégia global, que inclua também o inventário dos bens que ainda não se encontram protegidos, mas que precisam ser arrolados numa primeira iniciativa de conhecimento, como definiu Paulo Ormindo de Azevedo em seu texto "Inventário de edifícios e sítios de interesse cultural".

Ao ser dimensionado o levantamento dos imóveis tombados na esfera de proteção, a função administrativa não será encarada como limitação e sim como instrumento necessário à elaboração de material de base a ser desenvolvido pelos diversos parâmetros científicos. No caso do Inventário Nacional dos Bens Imóveis Tombados, trata-se de um instrumento de conhecimento a ser realizado por meio de levantamento sistemático das informações necessárias aos trabalhos de preservação em toda sua complexidade, dando continuidade ao trabalho iniciado pelo tombamento, tendo sempre a preocupação de divulgá-lo ao público em geral.

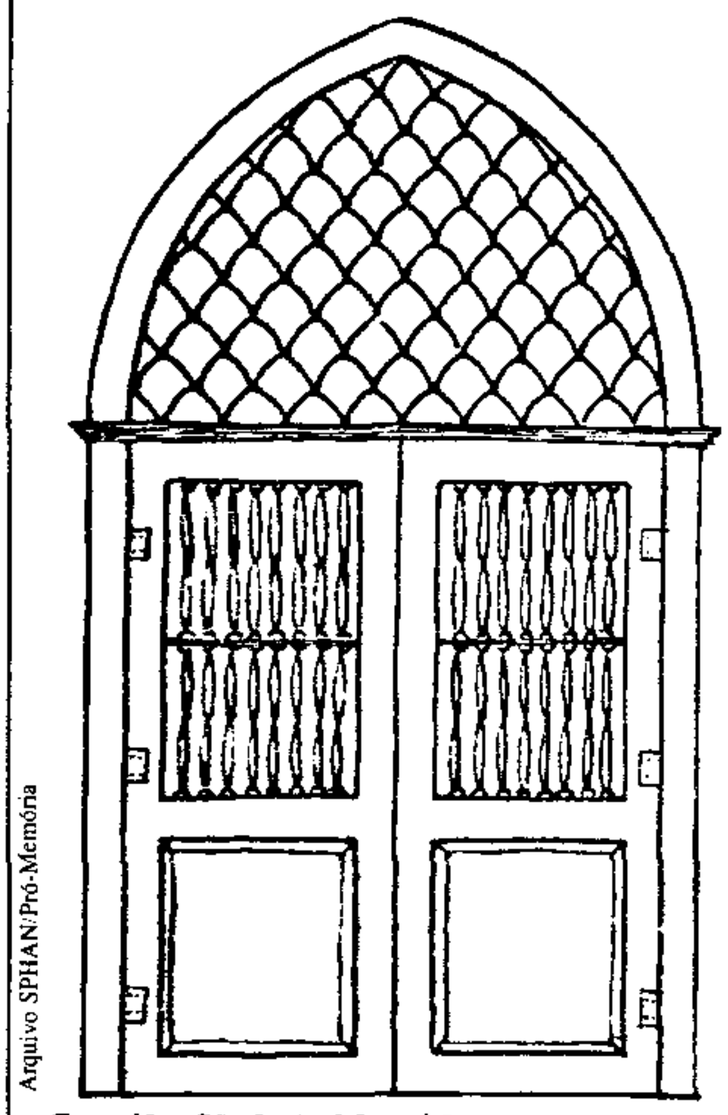
Justifica-se a opção de inventariar em uma primeira etapa os Centros Históricos pela maior complexidade e quantidade de problemas apresentados nos últimos anos. Entre as dificuldades encontradas destaca-se principalmente a comum imprecisão das demarcações espaciais, facilitando, em muitos casos, a inserção de um contingente substancial de obras novas e alterações nas fachadas e nos volumes, o que prejudica o conjunto dos bens que os constituem. Torna-se, assim, difícil para a instituição responder de forma criteriosa e homogênea ao conjunto de solicitações de obras e reformas que chegam cotidianamente a suas Diretorias Regionais ou Coordenadorias. Com isso aumenta-se, também, a dificuldade para a intervenção institucional na ocorrência de algum problema grave em que a precisão e a atualização das informações são fundamentais para a defesa legal do bem ameaçado. Para que a intervenção seja coerente e precisa, faz-se necessário o conhecimento do bem e das próprias in-

terferências que sofreu, ou seja, o conhecimento do passado das atuações da instituição no local, fornecendo o instrumental básico para o conhecimento do estado atual do bem. O estudo do universo físico da área com os parâmetros do inventário vai permitir a complementação e atualização dos dados já existentes, possibilitando o cruzamento com outras informações de áreas de conhecimento até então pouco valorizadas. Sem falar na possibilidade de fornecer os dados necessários à implantação de um trabalho interinstitucional referente a levantamentos sistematizados, possibilitando o maior intercâmbio nas atuações dos diferentes órgãos. Somente com estas informações pode-se subsidiar a instituição para implementação de uma política de preservação atualizada com as necessidades da sociedade, que está sujeita a constantes mutações.

É também tarefa institucional dar ao conjunto da sociedade acesso às informações básicas que compõem a sua história, pois a compreensão e a valorização dos imóveis tombados passam tanto pela conservação quanto pela divulgação do bem cultural, de sua história e do que ele representa. Fornecer um banco de dados informatizado e atualizado para a divulgação ao público, tanto interno quanto externo, que permita orientar a grande quantidade de ações e estudos é, portanto, um dos objetivos principais a serem alcançados.

Dada a especificidade do problema, muitos dos inventários realizados em áreas tombadas não inserem em suas premissas o conjunto de objetivos abordados pelo Inventário Nacional dos Bens Imóveis Tombados, ou empregam métodos diferentes que necessitam ser redimensionados pelo constante avanço das discussões que o assunto vem suscitando nos últimos anos, enriquecidas pelo debate interdisciplinar. Obviamente a articulação com as Diretorias Regionais abrange, entre outras intenções, a troca de idéias e objetivos que cada Regional tenha dentro de suas especificidades, respeitando-se, portanto, as diferenças regionais de cada Centro Histórico estudado.

Durante boa parte de sua história, a SPHAN optou por uma vertente teórico-metodológica na qual não se previa o debate com outras disciplinas, mantendo-se afastada da efervescente discussão que acontecia fora de suas fronteiras. Discussão esta que foi fundamental para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos limites e correlações das disciplinas envolvidas. Ampliada a capacidade de examinar as diversas correntes que cada matéria contém, a aferição do objeto da preservação alcançou níveis bastante complexos quanto ao seu tratamento.



Arquivo SPHAN/Pró-Memória

Cancelão, São Luís, Maranhão.

O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional norteou, portanto, suas análises sobre os Centros Históricos baseado em conhecimentos formulados por seu próprio corpo técnico, eventualmente acompanhado por organismos internacionais, mas ele representava praticamente o único espaço que produzia conhecimentos referentes à preservação do patrimônio cultural em âmbito nacional. Pois se levarmos em conta o longo tempo de existência da SPHAN, pode-se dizer que, nesse mesmo período, produziram-se, fora de suas fronteiras, poucos trabalhos que abordassem essa problemática.

Nos últimos anos a perspectiva de um intercâmbio entre as diversas instituições universitárias vem trazendo em seu bojo mudanças fundamentais para a prática de um órgão armazenador de experiências e de produção de um saber específico sobre patrimônio cultural que ocorria paralelamente à das instituições nas quais se desenvolveram, no decorrer desses anos, discussões importantes do ponto de vista de um instrumental teórico interdisciplinar. Portanto, quando se fala de um projeto de Inventário Nacional dos Bens Tombados, pode vir a se tornar importante, ou mesmo fundamental, a necessidade de um intercâmbio sólido entre a SPHAN/Pró-Memória e esses organismos, se possível na forma de convênios financiados pelos órgãos responsáveis (FINEP, CNPq, CAPES etc.).

As intervenções nos monumentos são, cada vez mais, acompanhadas pelo conjunto da sociedade interessada em preservá-los, denotando a mudança de comportamento dos diversos grupos e da própria instituição. Considera-se o próprio Inventário como resultado de uma das reivindicações do público em geral, interessado em obter o conhecimento organizado e acessível dos bens culturais tombados, com toda a gama de informações necessárias para a compreensão do universo artístico, arquitetônico, histórico etc.

Em relação ao método a ser utilizado, convém colocar algumas das referências iniciais que norteiam a elaboração do trabalho. Neste sentido, faz-se necessária a utilização de um arcabouço teórico e metodológico homogêneo para os diversos Centros Históricos, universo teórico que deve estar preparado para abarcar as diferenças regionais.

Lia Motta, em seu relatório "Inventário dos Bens Imóveis", apresenta as primeiras preocupações nesse sentido:

"A primeira etapa consiste em levantamento, leitura e seleção dos documentos e tem como objetivo principal fornecer as informações preliminares para uma visão do conjunto. Esta etapa deverá ser desenvolvida tendo como fonte os documentos existentes nos arquivos das DRs e da CRD,... na Biblioteca Nacional e nos Arquivos Públicos estaduais, estes dois últimos por reconhecidamente reunirem informações da maior importância. Deverão ser levantadas também as informações cadastrais gráficas existentes em órgãos de planejamento estaduais e na prefeitura municipal.

Esta pesquisa preliminar, além de

proporcionar o conhecimento das áreas, fornecerá informações para facilitar as tarefas de campo. Existe uma quantidade muito grande de informações que poderão ser organizadas previamente para dimensionar e agilizar o trabalho de campo. Com base no levantamento aerofotogramétrico ou cadastral é possível extrair informações prévias sobre o conjunto como um todo, suas relações com o território e seu parcelamento, chegando até o lote e a edificação a ser detalhada para sua montagem final do conjunto.

O trabalho de campo complementará estas informações efetuando o levantamento da situação fundiária, fotográfico e planialtimétrico, de forma completa mas não precisa, de cada edificação que compõe o conjunto. A altimetria será registrada mas não graficamente. Os dados clássicos, internacionalmente considerados num inventário de proteção, serão contemplados em cada unidade, tais como: utilização, ocupantes, proprietário, estado de conservação etc. Deverão ser assinaladas as funções atuais de cada espaço, mesmo das edículas e dos quintais, buscando uma informação que possibilite um entendimento sociológico da reapropriação cultural dos espaços e fundamentalmente das relações que se estabelecem entre estes e as áreas externas. O levantamento fundiário deverá ser complementado através de pesquisa nos cartórios. Este material deverá ser graficamente representado em conjunto, desenhando-se as plantas por pavimento no conjunto e mapeando as demais informações que forem julgadas necessárias... A montagem final do material e as informações gerais resultantes dos estudos serão produzidas para o Setor de Inventário dos Bens Imóveis (SIBI)/CRD, que o manterá atualizado através de um trabalho conjunto com as DRs e o adequará a um sistema de informações sob a orientação da Coordenadoria de Informática do MinC.[4]

Com a divulgação do projeto de Inventário dos Bens Imóveis pretende-se ultrapassar os limites da própria instituição, pois, se considerarmos os cinqüenta anos de atuação, poucos trabalhos foram produzidos ou divulgados em relação às questões de preservação e conservação das edificações tombadas. Dentro dessa perspectiva, o texto procurou abordar o conjunto das questões debatidas, durante a fase inicial do projeto, esboçando de maneira geral os parâmetros metodológicos pelos quais passam nossas discussões dentro do SIBI e da CRD junto às Diretorias Regionais de Salvador e São Luís.[5]

1. COSTA, Lúcio. *Plano de Trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamento da DPHAN*, Rio de Janeiro, 1947, datilografado. (Arquivo da Coordenadoria de Registro e Documentação; Pastas de personalidades: Lúcio Costa — II). Grifos nossos.
2. SAIA, Luís. "Até os 55 anos — A Fase Heróica." *Casa e Jardim Arquitetura*, Rio de Janeiro, F.C. Editora, p. 17.
3. ARANGO, Guillermo Trimmiño. *La Importancia de Los Bienes Culturales y el Inventário del Patrimonio Cultural*. s.l., março de 1978, datilografado. (Coordenadoria de Registro e Documentação, Inventário de Bens Móveis Integrados.)
4. MOTTA, Lia. *Relatório sobre Inventário de Bens Imóveis*. Rio de Janeiro, maio de 1987, datilografado. (Coordenadoria de Registro e Documentação, Setor de Inventário de Bens Imóveis.)
5. Isso implica, também, na discussão junto às outras Diretorias Regionais ao longo da execução do projeto de Inventário dos Bens Imóveis.

Projeto para reforma de prédio na praça João Lisboa, São Luís, Maranhão.

Arquivo SPHAN/Pró-Memória

MESA-REDONDA

PATRIMÔNIO EDIFICADO I

conservação/restauração

Mesa-redonda realizada em 30 de outubro de 1986 na sede da Fundação Nacional Pró-Memória, no Rio de Janeiro, com a participação de Antônio Pedro de Alcântara (**PA**), arquiteto, da 6.ª Diretoria Regional da SPHAN/Pró-Memória; Augusto da Silva Telles (**ST**), arquiteto, diretor da Diretoria de Tombamento e Conservação da SPHAN; Carlos Alberto Reis Campos (**CA**), professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia; Lia Motta (**LM**), arquiteta, da SPHAN/Pró-Memória; Rodrigo Andrade (**RA**), urbanista, presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA).

RPHAN: Uma vez que o que se faz ou se deixa de fazer em benefício dos bens culturais imóveis não escapa ao conjunto das reflexões e ações relacionadas com a cultura, como se pode situar a questão do patrimônio edificado na problemática geral da cultura contemporânea? Em outras palavras, por que é preciso preservar esse patrimônio?

RA: Não sei se eu seria a melhor pessoa para fazer uma abordagem do tema, do porquê preservar o patrimônio, embora esteja profundamente convencido da necessidade de fazê-lo. Queria, antes de tudo, render uma pequena homenagem a esses heróis que sempre são citados nessas ocasiões. Não estaríamos aqui comemorando esses 50 anos da SPHAN se não tivesse a SPHAN sido carregada nas costas por um bando de homens visionários, maravilhosamente visionários, que sustentaram essa bandeira durante tanto tempo. É importante lembrar que essa consciência veio crescendo a duras penas na cultura brasileira. Hoje é mais ou menos fácil falar sobre isso. Eu me absteria de tecer considerações muito demoradas em virtude de que já existe toda uma literatura a esse respeito. Também gostaria de deixar registrada a minha preocupação com o fato de que o conceito que nós acumulamos de patrimônio, na medida em que o assunto se torna de domínio público e de maior interesse para a comunidade, é um conceito que fica cada vez mais amplo. Nós passamos do famoso conceito de patrimônio histórico para o de patrimônio cultural, o que lhe dá uma ampliação bastante significativa. Mas, recentemente, já falamos de patrimônio cultural com significado para pequenas comunidades, comunidades locais, para o estado e para a nação, e, talvez, até, num sentido mais amplo do que a própria cultura brasileira. Com isto nós estamos diante de um conceito que me parece mutante, cada vez mais ampliado, felizmente, mas, por isso mesmo, mais difícil de ser trabalhado em termos de defesa. Acho importante registrar também que nós somos muito poucos e dispomos de instrumentos muito precários para essa tarefa que me parece gigantesca. Ainda bem. Estamos cumprindo os primeiros 50 anos, mas me parece que o caminho para que a gente chegue a cumprir outros 50, e outros 50, é certamente o caminho da conscientização da comunidade com um todo, no sentido de fazer com que cada setor da comunidade local, o estado, o estado federal, os empresários, as organizações comunitárias saibam, cada um, assumir a parcela que lhe corresponde na conservação desse patrimônio.

ST: Vocês perguntam por que preservar. O governo teria alguma resposta no momento em que essa idéia começou a surgir mais agudamente, no momento em que surgiu a noção de perda mais intensa. Quer dizer, coincidiria com a Revolução Industrial no resto do mundo. Os países que participaram da Revolução Industrial — Alemanha, França, Inglaterra, Itália — começaram a fazer as primeiras preservações em meados do século XIX. No Brasil foi um pouco tardio, nós só vamos começar a fazer na terceira década deste século. E não é à toa que Rodrigo, Capanema e Mário de Andrade estavam morando em locais que começavam a desenvolver problemas de verticalização urbana. Em São Paulo, Mário, no Rio, Rodrigo e Capanema. E não é à toa que os primeiros núcleos a serem preservados estavam em Minas, exatamente numa área que havia se esvaziado naquela época. Evidentemente havia logo a idéia, talvez um pouco utópica, de que era possível preservar aquilo *in natura*, quer dizer, estagnar o núcleo urbano. Hoje a gente vê que é inviável, mas isso é outra coisa. Acho que esse problema da preservação está ligado a essa perda. Onde está pipocando mais intensamente essa idéia de preservação? Você verifica hoje que é exatamente nos grandes núcleos, nas comunidades do Rio e de São Paulo, de Belo Horizonte, Recife, Salvador, Porto Alegre, Curitiba. Quando essas cidades começam a perder suas fisionomias, suas escalas, suas personalidades, essa coisa entra em um processo doentio — no sentido de agressivo — de querer preservar tudo o que ainda resta da memória daquelas cidades. Vê-se claramente que as comunidades estão gritando — muito bem, corretíssimo — para salvar o que é sua memória, o que restou da sua memória. Em São Paulo você vê uma pequena casa que vai ser demolida na Avenida Paulista, e logo aquela enorme grita da comunidade contra a destruição. Exatamente porque já perderam muito, estão querendo a bóia de salvação.

CA: Eu também gostaria de começar relembrando alguns nomes que nós consideramos pioneiros na preservação do patrimô-

nio baiano. Relembrar alguns nomes que, na verdade, poderiam ser incluídos entre os pioneiros da defesa do patrimônio nacional: Godofredo Filho, Américo Simões Filho, Jorge Rebouças, Carlos Eduardo da Rocha, Fernando Luiz Vasconcellos e uma infinidade de outros que também batalharam e foram dos que lutaram para que o patrimônio nacional pudesse ser preservado, defendido daquela escala crescente de degradação que acontecia e continua acontecendo. Como o professor Silva Telles, também considero que o por que preservar está muito ligado ao fator de perda. Duas situações que, parece-me, são gerais, me ocorrem no caso da Bahia. Sente-se perfeitamente que há uma perda relativa em alguns núcleos urbanos, de pequena dimensão, mas que tiveram por base econômica uma posição muito forte no estado. Perderam essa situação de regiões que produziam riqueza. Se ainda conseguiam manter seu aspecto, sua ambiência, dentro de certa integridade, com a perda da posição econômica começavam a perder também, gradativamente, o caráter. A outra situação é a da cidade grande, do núcleo histórico de grande dimensão, como o das capitais. É o caso de Salvador, onde há uma agressividade muito grande do poder econômico agindo e influindo sobre toda a malha patrimonial. Isso levou muitas consciências a se situarem em relação ao significado da destruição sistemática do patrimônio, seja pela ação do tempo, seja pelo descaso com que é tratado. Na medida em que aumentam as vozes em favor da preservação, em volume e em número, aclaram-se novas consciências que vão permitir que se parta para uma tomada de iniciativa.

PA: Vou tentar responder de acordo com a pergunta, mas deixando alguns ganchos de coisas importantes a serem ditas. Afinal, se não estou enganado, esta não é uma reunião formal onde se pretenda deixar registradas frases de conveniência ou coisas elegantes. Acho que a melhor resposta à pergunta está em dois documentos de que faço questão de ler alguns trechos, porque foram esquecidos muito rapidamente, embora o que neles esteja gravado seja, no meu entender, histórico. Histórico na medida em que registra uma mudança de comportamento na política de governo com relação à cultura. Diria que registram uma tentativa de atualização da ação governamental no sentido de conseguir ser mais eficiente e completa na defesa dos valores culturais. Além de responder muito bem à pergunta de vocês, levantam problemas importantes. Um desses documentos é a Exposição de Motivos, de outubro de 79, que encaminha o decreto criando, na estrutura do Ministério da Educação e Cultura, no lugar do Instituto, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Diz ela: "É hoje matéria de consenso nacional, reiteradamente expressa por diferentes níveis da comunidade brasileira, a importância da preservação de nossa memória cultural. De fato, a própria expressão 'memória nacional', largamente divulgada e aceita, busca sintetizar a necessidade de uma ação viva e permanente que assegure não somente a preservação dos valores mais significativos do nosso passado histórico mas também a justificação dos indicadores que desse passado possam ser identificados no processo de desenvolvimento acelerado que adotamos face aos complexos problemas que enfrentamos como nação emergente. Esse sentimento intuitivo e forte que aflora cada vez mais nitidamente na consciência nacional não deve ser ignorado, sob pena de incorrermos no erro histórico de aceitar modelos e adotar soluções incompatíveis com nossa vocação, inadequadas à nossa realidade e à nossa responsabilidade de maior nação latina do Novo Mundo. Assim, nosso desenvolvimento só será verdadeiramente harmonioso na medida em que o conhecimento dos valores reiterados pelo processo histórico passe a informar o conjunto de decisões tomadas com vistas à solução de nossos problemas de hoje. A continuidade da trajetória de uma cultura em processo ininterrupto de transformação como a nossa não pode prescindir do constante aferimento dos valores da anterioridade a fim de identificar os caminhos do tempo projetivo." Acho isso lapidar, e essa é também a minha visão. Mas o documento toca em outros pontos fundamentais que os dois colegas aqui levantaram, como a referência aos que enfrentaram a fase mais dura. Aquele grupo que Rodrigo disse ser um grupo isolado de vanguarda e sujeito a todo tipo de pressão. Quem viveu esse período sabe o que significou dedicar seu talento, o que significou isso na carne de todo mundo. Aloísio Magalhães, quando depôs, em 81, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a situação do patrimônio histórico e artístico nacional e avaliar a política do governo federal para sua defesa e conservação, reforça e aprofunda a visão de nossa reverência por aqueles companheiros: "Quando falo em trajetória e nas oscilações do tempo da trajetória, eu me refiro não só a quando ela melhora mas também a quando ela piora, quando ela decai. Não há dúvida alguma de que o Patrimônio Histórico criado por Rodrigo Mello Franco de Andrade sofreu um processo de esvaziamento extremamente perigoso, a ponto de ficar no vermelho, já começar a ser um desgaste, em que a nação, surpresa e atônita, gastava os valores morais acumulados pela ação de Rodrigo, como um dinheiro supérfluo, na direção de continuar a acreditar na instituição. E esse esvaziamento é realmente a conseqüência do problema da trajetória. Podemos perfeitamente ver quando o IPHAN começa a ser cerceado, inibido, prisioneiro, sujeito às estruturas do DASP, tendo de dispensar equipes de artesãos e de mestres que foram criadas ao longo do seu processo histórico, num aprendizado penoso, metodologicamente importantíssimo. Foram dispensados do quadro porque não podiam fazer concurso para o DASP, que não abrigava no seu quadro referencial de serviço público brasileiro o indivíduo mestre, de competência absolutamente poderosa, mas que não tinha o curso primário. Foram dispensados. Eu vi morrer à míngua, em Olinda, um desses artesãos. Acontece também que, quando ele foi expulso do IPHAN, ou dispensado, já não se integrou mais num *métier* e numa profissão normal. Sua especificidade, o seu tempo de trabalho, o cuidado com que abordava a talha e a madeira já não correspondiam mais à aceleração, à facilidade, à fragilidade do objeto de consumo do móvel brasileiro. E morre porque não é possível mais refazer a sua trajetória de vida pessoal. Curiosamente, [...] esse processo de degradação e de perda era paralelo a um processo de crescimento de complexidade da realidade brasileira. Em outras palavras, é uma coisa absolutamente absurda e parado-

xal: ao invés de acompanhar o crescimento da nação na sua complexidade, na sua densidade, nas suas necessidades, a instituição perde, e perde cada vez mais.'' Leio este texto e lembro do comentário de um colega arquiteto: ''Pedro, eu já estou numa idade em que não posso procurar emprego num escritório de arquitetura econômica.'' Ele estava numa crise existencial séria. Silva Telles talvez tenha conhecimento de outros colegas assim, em crises devidas a fenômenos que estão exatamente abordados aqui por Aloísio. A Exposição de Motivos 397 toca em outro problema que é minha preocupação atual: ''No curso desses anos buscou o IPHAN consolidar seu aprendizado e desenvolver metodologia própria, que hoje corporificam um saber adquirido e testado nos trabalhos executados nas áreas de preservação e restauro de bens móveis e imóveis. Contudo'' — e aí entra na ordem de minhas preocupações —, ''a partir dos anos 60 fenômenos decorrentes da aceleração do crescimento econômico — entre os quais ressaltam a urbanização desenfreada, a especulação imobiliária nas cidades de grande e médio porte, a abertura de novas vias de comunicação e o conseqüente incremento do turismo — representaram tremendo desafio à capacidade de ação do IPHAN e ao mesmo tempo revelaram a inadequação do órgão para enfrentar essa realidade nova. Acresce que esses fenômenos não se fizeram acompanhar de um posicionamento favorável à preservação do patrimônio cultural. Na verdade, a própria estagnação econômica de certas regiões facilitara até então a tarefa de preservação, já que concorrera para manter intactos conjuntos históricos e paisagísticos de valor inestimável. Assim, o contexto sócio-econômico que se veio formando dos anos 60 para cá, e caracterizado por um índice de complexificação crescente, apontava para a necessidade de apoiar de modo mais decisivo o esforço solitário do IPHAN.'' Considero essa peça histórica, honra quem a fez e quem a encaminhou. Ela é de 79, tem sete anos, e define uma política cuja execução supõe-se que venha a acontecer mediante a modificação do IPHAN e a criação da Pró-Memória. Não se pode dizer que essa política tenha oscilado no tempo; ela vem antes se intensificando, crescendo como que à procura de consistência. Entretanto, o que me preocupa é que essa política, definida e confirmada por mais de um Ministro, inclusive pelo Ministro Celso Furtado, não deveria ter sua abrangência entendida com vagueza a ponto de depender, no nível funcional, daquilo que cada um nela achasse de mais significativo. Ela veio seguida de diretrizes para operacionalizá-la. Essas diretrizes operacionais foram definidas em documentos oficiais, foram discutidas e elaboradas nos últimos seis anos, foram modificadas em alguns detalhes mas mantidas no essencial. O que preocupa é verificar como essa política é levada à prática de forma lenta, para não dizer que não é, de fato, levada à prática. Quanto às diretrizes operacionais, gostaria de lembrar as dificuldades que se observam na chamada leitura dos bens patrimoniais, ou seja, o caráter prospectivo que orientaria essas diretrizes no sentido de recuperação e identificação. Acho que na dificuldade de leitura está embutido o que eu chamaria de um preconceito cultural e que alienou correntes ponderáveis da produção cultural do país e facilitou a destruição de seu acervo. Refiro-me especificamente ao eclетismo. A segunda dificuldade que observo na prática concerne à devolução dessa informação à comunidade, o relacionamento entre a ação governamental e os organismos comunitários. Ainda estamos dando os primeiros passos nesse campo movediço e que exige uma visão muito clara de quem operacionaliza essa diretriz. O que tenho visto na prática é um campo de manobra para os mais maliciosos. Considero as associações comunitárias o fator novo do panorama cultural brasileiro. Minha visão de arquiteto tem de reconhecer que o Patrimônio, por razões históricas, se ressentiu do peso específico dessa categoria profissional nos seus órgãos de direção. Vejo, preocupado, a dificuldade que estamos tendo de abrir mão, na prática, ainda que não no discurso, de nossa visão do objeto arquitetônico isolado e de substituí-la pela do objeto na sua paisagem, visão de um fenômeno de relação. A dificuldade decorre da prática universal e resistente de conceber o objeto arquitetônico como objeto visual e esquecê-lo enquanto abrigo de atividades, atividades humanas, econômicas, sociais, políticas e culturais. Eu observo na nossa prática um total alheamento a essa conceituação do objeto arquitetônico — ou dos conjuntos arquitetônicos — como abrigo de atividades. Ou, quando a aplicamos, o fazemos sobre objetos isolados e concluímos que ele funciona. Essa restrição da análise funcional ao objeto arquitetônico isolado acarreta erros grosseiros. Não conhecemos casos de objetos arquitetônicos cuja introdução ou retirada da paisagem não tenha repercussão. É comum que uma funcionalidade arquitetônica esteja associada a uma disfuncionalidade urbana. Nos casos de entorno é freqüente que o objeto seja entendido em sentido visual e que ninguém pense nele como pólo gerador de disfunções, de tráfego por exemplo — quanto maior o número de andares, maior o raio de ação da disfunção. Já estão claros para os técnicos que operam no Rio os problemas e as razões de uma cidade morta em determinados dias e em determinadas horas. A cidade só funciona durante uma parte de seu tempo útil, com esbanjamento dos investimentos nela feitos. Hoje, um técnico pode mostrar a um tecnocrata, em termos mensuráveis, a ociosidade determinada pela política por ele defendida no aparelho econômico brasileiro. Nas situações de entorno, nos centros históricos, fogem das preocupações de nossos pareceres problemas como congestionamento, sobrecarga, superlotação, poluição, fadiga, neurose, estafa ou violência. E, no entanto, são problemas reais. Se leio alguns pareceres, identifico o despreparo na persistência dessas coisas ou, como diz a Exposição de Motivos, ''a inadequação do órgão para enfrentar essa nova realidade''.

LM: Achei uma maldade essa pergunta. É como me perguntar por que eu fiz psicanálise. Enquanto Pedro falava — e acho ótimo o que falou — e antes de concordar em vir aqui, fiquei me perguntando: por que eu? E a única razão que encontrei é a geração a que pertenço dentro do Patrimônio. Acho que sou das primeiras pessoas que entraram depois de um longo período em que ninguém entrou para a institnição. Essas pessoas se consideraram novas, embora já tenham, como eu, nove anos de casa. Uma das coisas que angustiam, talvez, esse grupo todo é o por que preservar, o por que, principalmente, da necessidade de

existir um órgão federal para preservar. Por que isso? Intuitivamente, quase que por instinto, a gente acharia que preservar é uma coisa natural. Por isso eu a associei a esta outra pergunta: por que fazer psicanálise? Para assegurar a manutenção de seus valores, do que você é afinal de contas, entender as relações desde a infância até o momento presente e, do mesmo modo, entender o que nos fez como somos. Então por que um órgão federal, por que órgãos? Tentando justificar nosso trabalho e nossa presença nisso, a gente chega à conclusão de que tudo isso devesse talvez ser mais espontâneo, de que as pessoas devessem preservar de forma espontânea. Nosso trabalho só se justifica então na medida em que há um conflito. Existem interesses na demolição de valores, então é preciso haver interesse em manter esses valores. Acho que a ação do Estado vem nesse sentido. Mas a razão pela qual acho importante minha participação enquanto pessoa mais nova é a seguinte: houve uma leva de pessoas, pessoas mais antigas como Lúcio Costa, que se situaram a partir de um movimento, de uma coisa legítima que foi o movimento modernista, justificaram a preservação no país e fundaram esta instituição. De certa forma o fizeram de modo autoritário, embora eu concorde com o autoritarismo nesse caso, na medida em que autoritárias são as iniciativas que destroem, que acabam com o que se poderia preservar. Essas pessoas, ao formar a instituição, empenharam-se na preservação com todo um discurso. Quando falo que as pessoas mais novas estão preocupadas com o próprio papel na instituição, é porque esse discurso talvez não tenha o mesmo sentido hoje. É a história do nacionalismo, de manter a memória de uma forma quase gratuita para se contrapor ao que estava sendo importado. Uma vez que se quer trocar esse discurso por outro, qual é esse outro? Esse é o problema. Pedro leu uma série de coisas que falam da memória nacional e a gente se pergunta se isso deve permanecer tão sem embasamento e se a gente deve se engajar nisso. Como disse Rodrigo, recebemos 50 anos de herança e ainda são poucos, mas o tema foi muito ampliado e não temos tido a base para uma discussão mais conseqüente do que seriam os novos conceitos e as normas que iriam orientar a preservação. Uma vez que você não está mais na fase do grupo pequeno de um movimento que teve que fazer uma instituição federal para levar a cabo suas idéias, se este é um momento novo de participação popular, de participação da comunidade, eu me pergunto se não deveria rever toda a idéia de uma instituição de preservação, seja ela federal, estadual ou municipal. Houve um branco entre a fase que se chama heróica e o tempo novo de estado, município, associação de moradores, amigos de Tiradentes etc., e não se redimensionou a prática dos poderes públicos com essas coisas todas funcionando. Acho que é uma questão que deve entrar em jogo: como dimensionar esse poder público? O grande papel dos 50 anos, e das pessoas que ainda estão nessa história, seria o de conseguir digerir a memória da instituição, a memória do que foi esse trabalho. Não o sonho de começo difícil, de poucas pessoas comungando uma mesma idéia, mas o repasse dessas idéias para quem estiver mais próximo do objeto de trabalho, e conseguir, assim, uma forma de dividir essa memória. Quando a pergunta é "por que preservar?", a resposta estaria mais próxima de cada pessoa, de cada município, de cada coisa. Acho que é uma pergunta a que o Patrimônio talvez não respondesse com tanta propriedade, a não ser no sentido nacional. Mas ele teria uma experiência para dividir, para que cada um respondesse de um jeito mais próximo de seu problema.

ST: Tanto a intervenção de Pedro quanto a de Lia estão dentro de uma mesma colocação. Acho extremamente válida essa colocação. Apenas não vejo, no momento, a possibilidade de os municípios brasileiros arcarem com o ônus da preservação. Quando se lêem documentos europeus, vemos que falam de poder local, e Aloísio falava muito em tornar guardiães dos bens seus usuários. Sei que na Europa está funcionando. Vários países estão descentralizando a área de preservação e centralizando outras. A Alemanha sempre foi descentralizada, a Itália sempre foi descentralizada. Mas o poder local nesses países é um poder que tem capacidade econômica, uma capacidade política e cultural muito grandes. No Brasil, a não ser nos municípios das grandes cidades, que têm corpos técnicos, que têm possibilidades, a grande maioria de nosssos municípios não têm realmente nenhuma capacidade, nem econômica, nem cultural, nem técnica para poder arcar sozinhos com essa responsabilidade. O meu ponto de vista é de que esse é realmente o objetivo. Quando o Patrimônio, na década de 70, fez aquelas reuniões de governadores e propôs a criação de órgãos estaduais, a partir daí começaram a ser representados também os órgãos municipais. O exemplo mais brilhante, mais consciente e mais antigo nesse sentido é o da preservação de Olinda. Eu acho que é esse o caminho. Apenas parece que não é ainda o momento no Brasil, estamos muito longe desse ideal. As rendas municipais são o primo pobre de todo o governo quanto à receita, quanto à participação na receita. Além disso, há o problema do grupo técnico que eles não têm. As prefeituras brasileiras têm, no máximo, um engenheiro que ao mesmo tempo que fiscaliza obra, fiscaliza tudo. Nas cidades maiores como Rio, São Paulo, Belo Horizonte, acho que caberia ao município e ao estado essa ação. Quando Pedro fala no problema da ligação do bem cultural com o tráfego, com o dimensionamento de vias públicas, fica evidente que essa é uma capacidade municipal. Só quem pode definir, por motivos demográficos, por motivos de trânsito, os gabaritos locais é o poder municipal, são as leis municipais. Agora o que se faz nas cidades brasileiras é mudar: onde tinha cinco pavimentos, agora tem quinze. E ninguém verificou se o logradouro suportava quinze pavimentos ou não. Acho que o órgão federal não pode ter essa incumbência. A preservação dos bens deveria ser de competência municipal. As cidades que têm corpo técnico suficientemente adulto, robusto e consciente deveriam arcar com o ônus da preservação. Fazer crítica depois é muito fácil. Quando o Patrimônio foi criado, em 37, era o único órgão especializado e, a duras penas, foi agindo, preservando o que era possível preservar, o que era possível preservar dentro da escala que tinha. Daí uma atitude já de exigir a contrapartida do estado ou do município para a preservação, de levar ao estado e ao município a noção de que essa preservação não é um presente que se dá para criança, é uma co-participação. Essas experiências foram sempre benéficas. Sempre se conseguiu, por exemplo, que a própria paróquia colaborasse com uma porcentagem da obra. O trato de monumento, nesse caso, é muito melhor do que quando o governo federal restaura tudo, deixa tudo

bonitinho e entrega e pergunta o que fazer com aquilo. Outra coisa que queria abordar é o problema, dito de passagem, do ecletismo. Só se entende que o Patrimônio não tenha agido com vistas a preservar o ecletismo, no momento em que isso era ainda possível, quando a gente analisa a formação dos que criaram o Patrimônio. Era aquela formação de Le Corbusier, na qual aquela é a arquitetura da mentira, a mentira do arquiteto e a verdade do dinheiro. Então a idéia de preservar o ecletismo não podia caber naquelas cabeças. Há pouco, numa conversa com Lúcio Costa, ele comentou comigo sobre o tombamento do Clube Naval, no Rio, e disse que era apenas um alpendre, um volume que não tem o menor valor arquitetônico. Acho que se devia analisar as atuações do homem no seu contexto. Hoje não entendemos, por exemplo, como se perdeu completamente a Avenida Rio Branco. Naquela época seria inviável enfiar na cabeça de Lúcio Costa, de Alcides Rocha Miranda, ou de qualquer um daqueles homens, a idéia de preservar a Avenida Rio Branco.

RA: A razão da preservação é tributária da noção de perda. Só se preserva aquilo que se corre o risco de perder. Mas acho que há outro conceito que explica muita coisa, que é o conceito de valor. Conceito de valor na opção sociológica do termo, ou seja, só tem valor o que é aceito por toda uma cultura, por toda uma sociedade. Uma coisa que tenha valor só para mim, num conceito de valor individual ou valor de uso, isso não interessa ao patrimônio. Acho que esse conceito social de valor é que é importante. Parece-me que ele nos ajuda a clarear por exemplo a questão do que preservar, que foi lembrada a propósito do ecletismo e que me impressionou muito. Mas me impressionam também a arquitetura moderna, *art-deco* etc. Por muito tempo estivemos presos demais, pelas razões a que se referiu Augusto, ao século XVII, ao século XVIII. Ao refletir um pouco mais sobre a questão de valor, começa-se a entender que tem valor não só aquilo que é representativo de uma fase de nossa cultura arquitetônica, mas também edificações e manifestações locais têm outros tipos de valor na medida em que a comunidade é quem os atribui. Para mim é o melhor juízo. O conceito fica evidentemente expandido e inclui a arquitetura moderna, o ecletismo, as feiras, as manifestações etc. Isso facilita a inclusão de outras coisas muito mais difíceis, como a questão relativa ao entorno e à polarização que determinado tipo de monumento causa na vida urbana. O que é que consideramos legítimo incluir no entorno? Quais os limites do entorno? Qual a intervenção legítima dos órgãos de defesa do patrimônio sobre as construções que vão ser feitas no que consideramos entorno? Acho que entorno é o que a comunidade considera que seja de valor para preservação. Se uma construção nas proximidades de um prédio tombado vai causar toda uma transformação do tecido urbano, das necessidades e da demanda de serviços e equipamentos, a comunidade pode estar a centenas de quilômetros que ela passa a estar no entorno. Cite-se o exemplo da famosa estrada, que sempre se questionou, entre Ouro Preto e Ouro Branco. Em Ouro Branco está sendo construída a Açominas, um negócio gigantesco, e todo mundo quer ligar a cidade de Ouro Branco a Ouro Preto. Ora, Ouro Preto já padece da condição de centro que fornece equipamento, serviços e facilidades urbanas a toda uma população que mora no entorno e que nada tem a ver com a população do próprio monumento. Com a abertura dessa estrada, uma quantidade muito grande de pessoas vai querer morar lá, vai querer comprar lá. Para aquela estrutura pequena e precária, são pressões às vezes insuportáveis. Nesses termos, Ouro Branco pode ser considerada entorno de Ouro Preto, mas a questão volta a passar pela consideração dos valores que se quer preservar, que aquela comunidade quer preservar. Isso abre espaço para a gente considerar a casinha humilde, onde nasceu o fundador da cidade, que não tem o menor valor para o estado do Rio, Ceará ou Minas, e muito menos para o Brasil, mas tem um significado importante para a comunidade e, nesse sentido, tem valor para ser preservada. Nenhum dos níveis da administração pública, nenhum dos níveis da sociedade pode ser liberado da responsabilidade sobre o patrimônio . Há bens privados: o meu bem particular, cabe a mim preservar, mas a minha comunidade consigna valores que não interessam à União e assim por diante. Nós, técnicos com formação de elite, queiramos ou não, formamos uma visão da coisa a ser preservada, muitas vezes menosprezando, por distorção de formação, certos aspectos de coisas que têm obrigatoriamente de ser preservadas com base na opinião e valoração de um determinado conjunto de população, seja uma esquina tal como está, seja uma árvore. Este é o momento de questionar essas coisas, é o momento de rever a questão de preservar, a questão do entorno etc.

LM: Rodrigo associou o "o que" ao "por que" e até ao "como" preservar e de fato pensei a pergunta associada ao "por que" e ao "como". Silva Telles foi quase direto ao "como", atribuindo à instituição federal essa tarefa de incentivar, apoiar e até de fazer o que não fazem estados e municípios, uma vez que o país tem nessas áreas carências institucionais, geográficas, políticas e assim por diante. As pessoas que detêm essa herança da instituição têm muito essa noção de dever ajudar, e isso acarreta, a meu ver, uma série de deformações no "que" e no "como". Critica-se muito o Patrimônio por ter agido através de critérios elitistas. Diz-se que estabeleceu o que devia ser preservado no século XVIII, nos palácios, nas representações do poder. Acho na verdade que se estabeleceu o que era possível estabelecer num período em que o Patrimônio tinha uma ideologia, tinha se implantado em função de certos objetivos, tinha uma teoria bastante embasada, e o resto era o resto. Chega-se então a um ponto em que se começa a entrar em outras áreas sem reflexão. Hoje tombam-se coisas, não como conseqüência necessária de uma revisão de valores mas porque tal município não pode, porque vai sofrer muitas pressões e vai ter que abrir mão; tomba-se, então, pelo prefeito fulano. Acho que era tempo de abrir mão dessas coisas, de dizer o que pode e o que não pode. Nossa cultura é essa nesse momento, e se o tal prefeito não pode assumir a preservação de seu município através de seus instrumentos, paciência, que não se preserve. O que acontece é que está havendo uma confusão muito grande na contribuição do órgão federal e do estadual: estadual também, porque tem características muito semelhantes ao federal em termos de ingerência.

RA: Tudo bem, desde que não esteja em jogo um valor de natureza excepcional para a cultura brasileira ou para a cultura uni-

versal. O prefeito de Congonhas não pode destruir os Aleijadinhos que estão lá.

LM: No momento preserva-se mais em função da política, do apoio aqui ou ali, do que de uma reflexão sobre o que se deve preservar. Essa reflexão não está havendo. O discurso da memória nacional, você disse muito bem Rodrigo, ampliou o conceito de patrimônio de histórico para cultural, mas continua muito sem conteúdo, sem bagagem maior. As pessoas novas que estão trabalhando nisso conhecem a história dos primeiros tempos, mas nossa história nova ainda está no vazio, é preciso enxertar conteúdo. Então acontece que se começa a trabalhar na base do todo-poderoso, que faz caridade a um município ou outro. São coisas que deviam ser levadas adiante em termos de uma reflexão e, particularmente, acho que é hora de se abrir mão de uma postura que é muito clara em Silva Telles, a de que se os municípios não podem, fazemos por eles. Se não podem, não podem. Acho até que podem, cada um à sua maneira, e o resto é política. Em termos de trabalho técnico e teórico, sempre podem. Então o papel do Patrimônio poderia ser o de dar subsídios, de dar uma memória de si, de dar uma história que aliás está sendo levantada. Esses 50 anos estão ainda por ser digeridos e formalizados numa contribuição para que as outras pessoas possam reinterpretar.

CA: Parece-me que o que não podemos fazer de imediato seria — quando o poder municipal não tem condições, não pode preservar, não pode assumir esse ônus — a gente simplesmente se omitir, não fazer nada, e aceitar essa recusa. Porque, quanto à recusa, uma série de fatores podem levar a ela. Pode ser uma questão de formação, pode ser do pessoal que no momento está ocupando a prefeitura. O fato é que a própria comunidade deveria também se manifestar. Por conveniência política, o chefe do poder local pode estar voltado para outro tipo de atuação, de modo que eu não poderia aceitar de imediato uma recusa sem que a comunidade estivesse associada a isso. Concordo com o ponto de vista de que o poder municipal deve ser o responsável. Não podemos imaginar o governo federal ou o governo estadual assumindo a vida inteira a responsabilidade de preservar. Conhecemos exemplos, lá no meu estado, das dificuldades que se enfrenta exatamente por falta dessa política, de uma vontade política do estado. Temos alguns exemplos de tentativas de criar, em alguns núcleos urbanos, escritórios técnicos de apoio. Por dificuldades exatamente de ordem local, esses escritórios não frutificaram e acabaram sendo desativados. Eu aceitaria a recusa do poder municipal, desde que ele fosse responsável por toda manifestação da comunidade e dizendo quais os valores que não interessa preservar, ou que não havia condições para preservar.

PA: Fala-se aqui de política como de uma coisa meio fora, uma manipulação, e nós vivemos realmente uma realidade manipuladora. Mas a política tem, evidentemente, outras conotações, e uma coisa que me parece que faltou é uma visão mais dinâmica dentro do processo. Nós vivemos o processo, somos parte de uma instituição que não é privada, não somos donos dela, ela faz parte do poder. Fala-se aqui de município e já existe, há sete anos, uma diretriz clara de interinstitucionalidade, de descentralização, uma coisa que o governo federal assumiu, determinando às suas agências, aos seus agentes, que adotassem essa política. Outra coisa é a interdisciplinaridade, que é uma coisa mais interna, é o trabalho das tais leituras. Essas coisas cabem no papel, mas é preciso começar a pensar por que essas coisas ficam no papel, por que elas não se transformam em ação. Vivemos numa estrutura social altamente centralizadora e os últimos 20 anos não fizeram senão dramatizar a centralização. Esvazia-se o corpo social, o corpo econômico, e depois vêm as boas intenções. Há uma carga de grande cinismo em esvaziar a instituição e depois querer trabalhar com ela. É normal que os agentes individuais fiquem perplexos e caiam nas oscilações entre tudo ou nada, entre o ponto de vista de Silva Telles e o de Lia. Deixar que sejam destruídas as coisas porque a comunidade aplaude é imitar a figura de Pilatos. Os meios de comunicação de massa convencem comunidades inteiras a jogar fora seus valores, porque é de interesse da política de centralização e de dominação destruir exatamente o valor íntegro dessa comunidade. Estamos em marcha para uma centralização, para um crescente autoritarismo, para uma ditadura, ou em marcha para uma abertura extremamente complexa? Dentro dessa abertura cabe uma série de ações que seriam impossíveis cinco anos antes, e o fator novo são as ações comunitárias. Qualquer técnico sabe, e não tem ilusão em contrário, que o resultado final será sempre o encontro entre o poder estatal e a empresa privada. O Estado representando o sistema econômico como um todo e a empresa os interesses específicos de determinados grupos. O perfil urbano do Brasil, esse caos que está aí, sem nenhuma lógica ou ordem, é a materialização desse jogo de forças. O que há de novo pesando, entrando como uma terceira força nesse jogo, chama-se comunidade. Qual é a política que se tem agora? É a de evitar que as comunidades assumam sua verdadeira dimensão, inclusive a de suas lideranças. Já que as lideranças têm formas de acelerar ou neutralizar o processo numa ação comunitária, procura-se então agir no sentido de corrompê-las. Mas é um problema acidental. Estivemos discutindo na Diretoria Regional o que fazer para resolver um problema na prática: é preciso desapropriar mas o governo não tem dinheiro, não tem condições de desapropriar. Há vinte e três anos, em 1963, reuniu-se um seminário sobre reforma urbana, realizado pelo IPASE com o Instituto dos Arquitetos; com uma participação enorme. O seminário estudou o problema urbano em profundidade no período que desembocou no golpe de 64 e acabou identificando nele próprio o palco de luta entre os que falavam bonito do que, na prática, era irrealizável, e quem indagava como é que o poder público podia desapropriar. Para uns, em dinheiro corrente, para outros, em títulos da dívida pública. Com a instalação da Constituinte, este órgão deve lutar para que a nova Constituição assuma, registre, formas diferentes de desapropriar por interesse social. Outro tema importante é o da ambiência. Vivemos embutindo no conceito de tombamento, sem nenhum respaldo legal, mas de modo tipicamente autoritário, um conceito de ambiência que alarga enormemente o conceito de visibilidade, que é o único que está legalmente consagrado. Então as forças sociais que querem alargar o sentido do tombamento, como instrumento inclusive de interferência na dinâmica urbana, estão

usando isso. Aí vêm as conveniências e os choques sociais. Nos pareceres do Patrimônio as coisas são assim. Num determina-se a aplicação do conceito de ambiência em toda a sua acepção, em toda a sua abrangência. Noutro o órgão se restringe à sua estrita competência. Ambas as versões encontram-se misturadas no tempo. Se o inimigo é forte, a gente baixa a cabeça, sai com a estrita competência e cede. Quando o inimigo não é muito forte, a gente entra com o conceito em toda sua acepção. Num processo democrático, para que escamotear? Esse conceito de ambiência é um conceito abrangente, rico, sofisticado; não é um conceito rígido com parâmetros fixos. Nesse sentido é um crime de lesa-cultura o que se comete com o prédio do MEC no Rio de Janeiro. No entanto, tudo o que está lá é defensável do ponto de vista estrito de visualidade, embora tenhamos empobrecido terrivelmente a leitura desse prédio ao permitir que no entorno dele se fizesse aquela barbaridade que está lá. E outras mais estão sendo feitas. Estou com um processo em que se toma como referência um daqueles prédios construídos na marra, no período da ditadura. Invoca-se um precedente que dá direito ao mesmo tratamento. E você não tem saída, porque o conceito de visibilidade não defende; o de ambiência, sim. O grande problema dos técnicos do Patrimônio e da geração mais jovem é terem sido formados numa época em que fazer política era vergonha, era corrupção, era subversão. Não se podia pensar, não se podia questionar. Não estou dizendo por ouvir falar. A frase que tenho ouvido mais ultimamente é: ''manda quem pode, obedece quem tem juízo''. Surpreende ver jovens num momento de abertura democrática chegar a essa triste realidade, e tenho ouvido demais essa frase. Nunca encaram a coisa dialeticamente, dinamicamente, não sentem a possibilidade de usar isso como instrumento de ação, de participação política. Porque, há dez anos atrás, esse negócio de ambiência era subversivo. Acho que às dificuldades técnicas se somam as dificuldades de formação, mais do que de informação.

LM: Você começou me envolvendo no tudo ou nada. Acho que não disse isso. Posso não ter sido clara, mas não sou favorável à posição de não fazer nada. O que acho é que não se deveria ser paternalista em relação aos municípios. O que é preciso é definir o papel do poder federal. Quando falo do vazio estou me referindo ao fato de não se saber o que fazer; por isso acaba-se fazendo conchavo. Chamei conchavo de política, foi errado o termo que usei. Política é coisa séria; o que existe é manipulação. Existe um vazio na base teórica, conceitual, de definição de papéis, de quem é o que, do que, do por que e do como preservar. Nós mais jovens estamos padecendo para reformular isso. Estamos levantando a história com consciência da importância das várias fases do Patrimônio, mas estamos precisando reestruturar isso. Não concordo com a ação, freqüente, de fazer para atender ao prefeito fulano de tal, de fazer porque é melhor do que não fazer nada. Quanto à Constituinte, concordo quando você fala da falta de participação. Mas acho que também faz parte desse vazio. Acho que o papel da instituição seria o de preencher esse vazio. É um vazio de conhecimento que ela, como órgão federal, talvez pudesse preencher usando seu contingente para uma reflexão sobre essas coisas, cujos resultados seriam levados para discussão num nível federal.



Arquivo SPHAN/Pró-Memória/s/d.

O prédio do, então, Ministério de Educação e Saúde em três momentos e ângulos diferentes: no início da construção, aparecendo na foto os fundos do Ministério do Trabalho; durante a construção, em 1941; e com as obras já concluídas.



Arquivo SPHAN/Pró-Memória/1941

ST: Acho que nossa posição é a de passar para o município essa competência. Mas não podemos passar o que está tombado por nós. Terminou o período ditatorial e agora os municípios que foram esvaziados durante 20 anos de todo poder econômico vão arrostar com a manutenção de tudo isso que tombamos federalmente. O que estou dizendo é que isso é inviável. O que devemos tentar, e andou-se trabalhando nesse sentido, é conseguir uma contrapartida, porque representaria a assunção de responsabilidade por parte dos parceiros, sejam eles dioceses, estados ou municípios.

RPHAN: Até onde vai a margem de liberdade dos técnicos de restauração e conservação no trato dos monumentos?

LM: Temos que ver primeiro que técnicos são esses. De maneira geral sempre houve no Patrimônio um esforço para não discriminar os técnicos, de olhar os projetos que pretendiam o trato da coisa tombada com bastante honestidade. Tanto isso é verdade que você tem projetos feitos por técnicos da instituição e projetos feitos por gente de fora. Você teve uma fase inicial do Patrimônio, fase a que anteriormente me referi, em que tínhamos conceitos bastante bem elaborados, concordando ou não com eles, fase em que tínhamos chefes ou lideranças que davam a palavra de ordem. Nessa fase eu acho que não havia liberdade, havia algumas verdades e essas verdades tinham que ser aplicadas. Isso veio até os anos 60, pelo menos. Havia uma intenção clara de privilegiar o que era mais antigo no conteúdo do monumento, de privilegiar um único estilo, de se buscar a volta a es-



Arquivo SPHAN/Pró-Memória/s/d.

ses valores em negação a outros valores trazidos na trajetória dos séculos XIX e XX. Não vou dizer que esse tipo de ação foi se modificando; acho que, na verdade, foi se descaracterizando. As lideranças foram se afastando, ou talvez foram aparecendo outras lideranças que se desentendiam. Com o tempo, isso foi caindo numa seqüência de dúvidas e buscas de novas verdades, de novas formas de atuar que viessem a dirigir essa liberdade no trato do monumento. Você usa o termo monumento no sentido de coisa institucionalmente valorizada pelo tombamento. Nessa área houve, durante a transição, uma tentativa cujo marco foi a Carta de Veneza, que é de 1964 e introduziu novos valores. Através da obediência a essa carta, você passaria a olhar o objeto tombado de forma diferente. Até então, é notória a ação — por exemplo, no cinema de Ouro Preto ou, se não me engano, em Nossa Senhora de Nazaré, no cabo de Santo Agostinho — no sentido de volta quase arqueológica, de busca do que seria mais antigo mediante a retirada de tudo aquilo que era considerado agressão do tempo, do viver do monumento. A Carta tenta apresentar uma nova visão das coisas todas que iam se introduzindo com a vida, com a trajetória do monumento no tempo. Além de formular a noção de entorno a que Pedro se referiu. Talvez de uma forma não tão agressiva quanto na literatura mais recente, a Carta dá ainda uma visão das ações capazes de introduzir novos valores necessários para que aquele objeto continue vivo, o que é o grande drama. Se fosse um quadro, uma escultura, um móvel, seria mais fácil, mas, na arquitetura, acho que essa liberdade é controlada, cerceada dentro desses parâmetros.

PA: Acho que há mais liberdade em função da margem de liberdade que o país tem. Essa margem para intervir está condicionada pela liberdade que é dada ao povo. Acho que está muito dependente, portanto, do processo de democratização, de reconstrução democrática. Vou citar um caso concreto que eu considero modelar, que eu considero fonte das mais ricas de ensinamento e de reflexão e que responde, *en passant*, à pergunta: até onde vai a liberdade de um técnico em preservar? Vivi o caso de Parati desde o início. Era um caso de tombamento local. Os técnicos do Patrimônio se entusiasmaram e se deixaram seduzir pelo que era Parati na década de 50. Foi quando, se não me engano, Edgar Jacinto começou a ir para lá. O que ele pôde detectar obtém-se do exame dos processos. Nessa fase inicial, a cidade estava caindo, estava marginalizada. A gente vê que todos os pedidos são para segurar telhados, fazer obras de contenção e não sei o que mais. É um panorama muito claro. Vem a década de 60, o golpe. Nessa época Parati passa por uma transformação que está inteiramente ligada ao modelo econômico e social que estava se implantando. Por isso não consigo dissociar política cultural dessa política maior. Em linhas gerais: um arquiteto vai, encanta-se por Parati, faz uma série de propostas, começa um movimento, sabe-se que teve acesso direto ao Castelo Branco em uma festa social, deve ter usado toda a sua persuasão para convencê-lo. O fato concreto é que o governo federal resolve tombar, não só a sede municipal, mas todo o município, como exemplo pioneiro. O que está confesso — basta ler o decreto de tombamento — é que, ao tombar, o governo se compromete a investir na área através de todas as suas agências; e reserva ao MEC a incumbência específica de fazer uma concorrência para um plano diretor de desenvolvimento do município. O que não está dito no decreto é que não havia só a perspectiva de valorização mediante intervenção e recursos de todos os ministérios; havia também o início da abertura da Rio – Santos. Quem examina a problemática da região percebe o que significa para Parati estar a meio caminho de uma estrada asfaltada entre Rio e Santos. Não era mais a expectativa de uma promessa, era um contrato feito, e as *patrols* já estavam em campo. Houve a tal concorrência e fui contratado pela firma vencedora, onde fui testemunha do processo. Treze, quatorze anos depois, no ano passado, fui incumbido pela DR de fazer uma avaliação sobre Parati e tive a chance de ver o que ocorreu e o tipo de liber-

dade que os técnicos do Patrimônio tiveram, exatamente, para preservar ou restaurar Parati, de ver o que lhes foi dado como parâmetros de intervenção. Se vocês observarem o plano de Parati, verão que existe nele uma advertência sobre as possibilidades de ligação de Parati com Rio e São Paulo, sobre o que poderia ocorrer com o problema social, problema dos mais sérios. Mais sérios porque a estrutura sócio-econômica da área ia sofrer evidentemente um impacto terrível, facilmente detectável e detectado no plano. Devido ao tombamento, a cidade não poderia, por exemplo, subir verticalmente, mas sabia-se claramente que ela podia crescer, se adensar horizontalmente, e que isso iria desfigurá-la completamente. Já no plano inicial, detectando à ação dessas forças, procurou-se não enfrentá-las, mas desviá-las, oferecendo a elas um manjar mais rico para se apropriarem. Na filosofia da época, isso não foi aceito. Toda a proposta de desvio da pressão sobre a estrutura do núcleo urbano foi pura e simplesmente ignorada. E, então, uma cidade colonial, como a que teria sido parâmetro, perdeu todas as suas características, seja a nível da forma física da relação entre massa construída e massa não edificada, seja a nível de implantação, seja a nível de densidade. Na realidade, o que sobrou de Parati foi uma melancólica cenografia urbana altamente questionável, na medida em que um estudo mais aprofundado verificaria que muita coisa na cenografia, que se supõe original, foi construída há vinte anos, há dez anos, há oito anos. O técnico não teve a menor liberdade para evitar que as forças que comandaram o processo de valorização se apropriassem do valor embutido nessas terras. O que acontece é que o aparelho do Estado é usado como instrumento de valorização que permite a socialização dos custos e a privatização dos lucros. Dentro dessa lógica, que é a lógica do sistema em que a gente vive, a ação do técnico do Patrimônio não tem vez, cede ao jogo e diz: levem o anel mas deixem



Edgar Jacintho/Arquivo SPHAN/Pró-Memória/1977

Parati, na vista do bairro de Boa Vista, Ilha das Cobras: ''a estrutura sócio-econômica da área ia sofrer um impacto terrível'', e nos seus telhados: ''um arquiteto vai, encanta-se por Parati.''

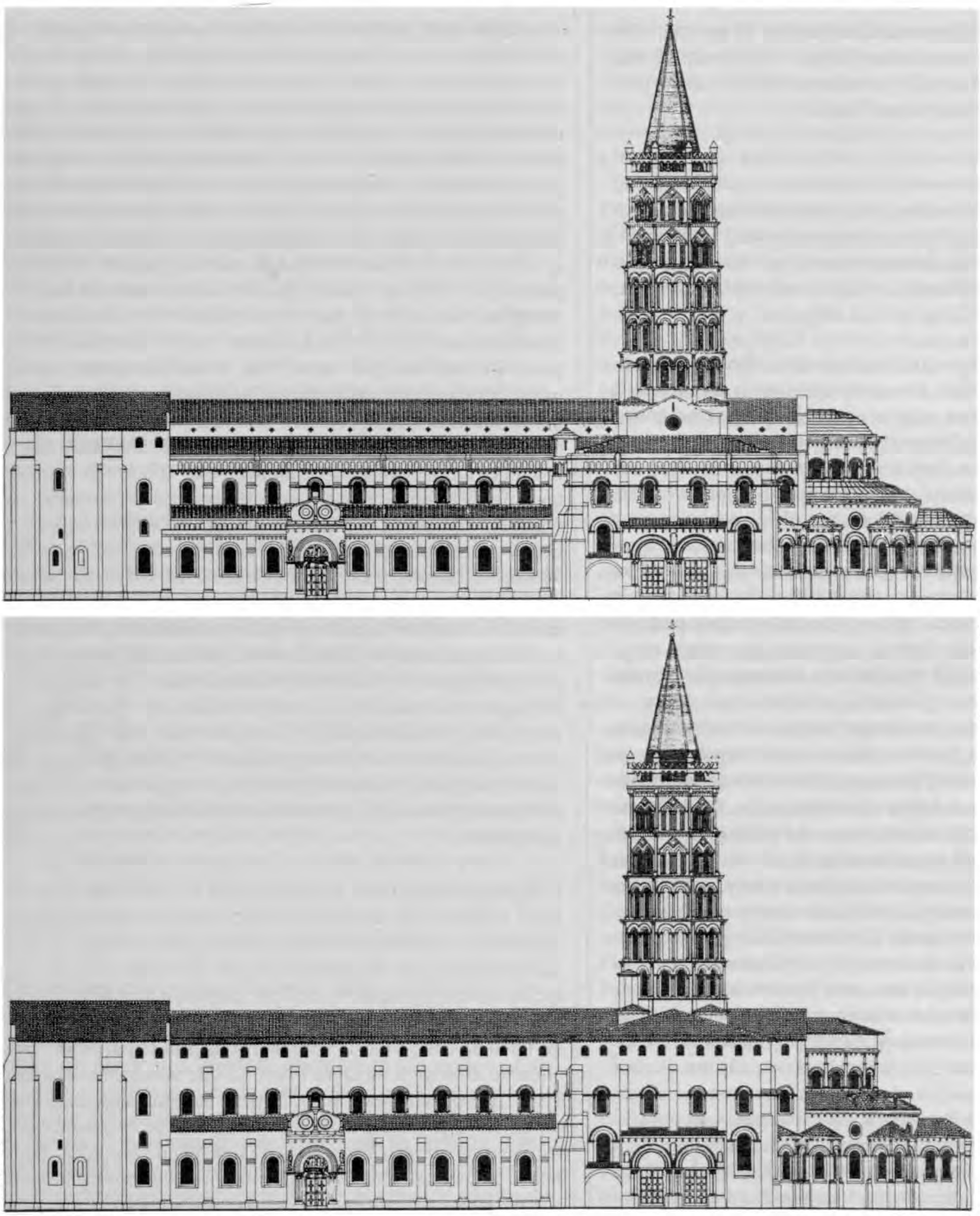


Edgar Jacintho/Arquivo SPHAN/Pró-Memória/1960



Arquivo SPHAN/Pró-Memória/s/d.

Parati, 1960: ''Vem a década de 60, o golpe. Nessa época, Parati passa por uma transformação que está inteiramente ligada ao modelo econômico e social que estava se implantando.''



Yves Boiret/ICOMOS/1980

Abadia de Saint-Sernin, Toulouse, França: acima, o aspecto atual, resultado da restauração feita por Viollet-le-Duc; abaixo, o projeto para a restauração da restauração: ''havia uma mentalidade de retorno a algumas formas que eram privilegiadas.''

os dedos. O que não percebemos é que talvez tenhamos servido de biombo para legitimar uma gigantesca operação imobiliária. Para não ficarmos idealizando as coisas, começamos, em 1985, um levantamento dos fatos: levantamentos de campo, história oral generalizada a todos os segmentos interessados, do Patrimônio ou não, séries históricas de testemunhos através do exame de processos. Pois bem, quando estávamos nesse processo, tentando verificar os tipos de intervenção para refletir sobre eles, fomos atropelados com pedidos de soluções já e agora. O levantamento foi interrompido para atender a essa demanda, para que se elaborassem regras extremamente pragmáticas: como fazer os muros, como fazer isso ou aquilo. Levadas à prática, essas regras foram motivo de novas perplexidades dos técnicos. Por que estaríamos aplicando regras elaboradas em conseqüência de acertos de contas, numa mesa como esta, em que estavam interessados de um lado e técnicos do Patrimônio do outro? Você vê a margem de liberdade que se tem quando se pegam regras, que não são nem posturas, e começa-se a desenhar o que isso representa para Parati. Chegamos a algumas conclusões. Estaríamos aprovando, construindo em Parati esses

bangalozinhos de periferia urbana, em centro de terreno, com jardinzinho na frente e com murinho baixo. Como visualmente a coisa fluiu, eles viram a coisa e se assustaram. Um ano depois estamos de novo refletindo sobre Parati.

CA: Pela sua formação, o técnico encontra uma série de parâmetros e indicadores que poderiam estabelecer alguns limites no trato do monumento. Mas acho que o limite que se poderia estabelecer é a própria consciência, inclusive no sentido individual, de você se insurgir contra determinada situação que colide com sua formação, moral e técnica, iniciando realmente uma briga, uma guerra.

ST: Acho que é correto o que Lia respondeu. Havia uma mentalidade, não só no Brasil mas no mundo inteiro, de retorno a algumas formas que eram privilegiadas. Na Europa era o gótico e o românico. Portugal destruiu toda a história barroca das igrejas românicas e góticas para restabelecer uma forma anterior pseudogótica ou pseudo-românica. Na França a mesma coisa: Viollet-Le-Duc construiu castelos. Nós chegamos um pouco atrasados. Quando foi criado o Patrimônio, havia essa colocação porque foi o momento em que se implantava uma estrutura contemporânea e se ressentiu desse problema do desprezo pela arquitetura contemporânea. Mas isso se deu em toda parte do mundo. O Renascimento destruiu o que veio logo antes, restabelecendo o românico. Os neoclássicos chamaram de barroco — confuso — o barroco, o classicismo chamou de gótico — godo, antigo — o gótico. Isso sempre aconteceu e nós sofremos esse problema. Quando foi assinada, a Carta de Veneza colocou para o mundo uma mentalidade que já vinha prevalecendo, notadamente na Itália mas também em outros países, dando ênfase ao monumento como objeto histórico e não como objeto de determinada fase. Quanto à segunda análise que Pedro fez, eu também presenciei isso. Mas a gente não pode colocar o problema fora da história e do contexto social. Nós somos um país capitalista, e capitalista selvagem. Estávamos num período ditatorial quando da decisão de fazer a Rio—Santos. A primeira colocação que fizeram foi de que seria uma estrada vicinal, de interesse turístico, com uma velocidade máxima permitida de 45 a 60km/h. A estrada tornou-se estratégica quando descobriram que o eixo Rio—São Paulo só era ligado pela Dutra. Para os militares, em caso de guerra, uma bomba interromperia a ligação Rio—São Paulo. A Rio—Santos passou então a ser uma estrada de alta velocidade, eis a razão da grande destruição: rampas mínimas, raios de curvatura de 200 ou 500m. Parati foi tragada por essa decisão, decisão que não guardou a mínima proporção porque foi tomada e implantada às pressas. Na estrutura capitalista não há como conter a compra e venda. Uma família de pescadores, paupérrima, é proprietária de um sobrado em ruínas; essa casa vai ser vendida à primeira pessoa que vier com dinheiro. É o que aconteceu em Alcântara. Acho que a liberdade de nossos técnicos é produto de uma estrutura, a estrutura de nosso país.

RA: Para mim é claro que a margem de liberdade é estritamente dependente do tipo de valor que se está pretendendo defender. Se se trata de valor histórico, dizem que o objeto tem de ser conservado o mais próximo possível de como estava quando o evento ali ocorreu. Mas quando existem valores artísticos predominando sobre valores históricos, o tipo de liberdade que se dá é outro. Sou francamente favorável a marcar a época. E queria lembrar que é importante fazer referência à existência também de valores sociais. Às vezes um monumento é valorizado pela comunidade mais pelo tipo de uso e de apropriação do que pelos valores propriamente históricos, artísticos ou plásticos. O processo sócio-cultural é mutante no tempo, como são mutantes os valores na dimensão histórica de que fala Augusto. É importante ter na cabeça que a falta total de respeito diante de um monumento é indesejável, mas a sacralização do monumento é igualmente indesejável. Em Jerusalém, cidade que qualquer um pensa que tem cinco mil anos, o que lá está construído, aquela massa edificada de grandes curvas, segundo um arquiteto judeu pernambucano que lá conheci, não tem mais de 400 ou 500 anos. Quando acham monumentos de 700, 800 anos, eles isolam e fazem o trabalho de arqueologia. O que acho importante no caso urbano é que foram preservadas as estruturas, as relações, na medida em que o monumento pode se modificar com a própria sociedade, como a própria cultura se modifica. Mantida a relação das estruturas, ele se mantém vivo, da mesma forma que o corpo, cujas células se modificam ao longo da vida mas ele se mantém igual a si próprio, marcando os sinais da história. Hoje a situação urbana se coloca com muita força para nós. Que tipo de valores deverá ser preservado? Que margem de liberdade têm os arquitetos que estão cuidando de Ouro Preto? A gente sabe, pela analogia que fiz, que o pior para Ouro Preto seria o processo total de congelamento. As modificações que cada monumento, cada objeto de preservação, sofre são também partes da história, devem ser incorporadas e delas se deve tirar partido.

LM: Enquanto eu estou vendo as coisas de uma mesa de escritório, o Pedro está vendo via satélite. Concordo que a margem de liberdade do técnico está diretamente relacionada com uma margem mais geral de atuação. Mas há um outro lado, no que toca aos técnicos enquanto técnicos, enquanto pessoas que estão sentadas trabalhando, em que existe uma grande lacuna. Rodrigo falou de Ouro Preto, Pedro de Parati. Em Parati existe uma situação análoga à de Ouro Preto. O que aconteceu em Ouro Preto, que eu acho desastroso, é que se fez uma falsa Ouro Preto. Existiu o problema da industrialização, o problema de o Patrimônio ser atropelado, coisas que tinham que acontecer. Mas houve um branco, uma falha, uma incapacidade dos técnicos de acompanhar esse processo, revendo critérios e conceitos para propor novas formas de atuar. Acho ótimo ver a coisa via satélite, mas acho que a gente tem que ver também o lado da falta de uma reflexão, por parte dos técnicos, para propor coisas novas.

RPHAN: Como compatibilizar a restauração com os valores artísticos e os valores documentais do monumento? Com a preocupação de ordem exclusivamente estética, estilística, não se poderia negligenciar e até eliminar as qualidades históricas do objeto?

ST: Preservar a ambiência, através do congelamento da casa em

que viveu um cidadão, decorre de um sentido mais antigo de valor histórico. No mundo inteiro observa-se essa tendência muito do gosto dos americanos, que chegam a povoar esses espaços de reminiscências e bonecos de cera. Na Europa, em França, Inglaterra ou Alemanha, você tem isso nos castelos que o turista americano gosta de ver. É a idéia de manter e até recriar a casa histórica ligada a uma personalidade. Agora, o monumento hoje chamado bem cultural, mesmo quando preservado não por seu valor histórico mas por seu valor artístico, tem vida. não é um objeto congelado, tem também valor histórico. Já o problema de como mexer nele dá margem a muita discussão, como a que se levantou acerca do Paço Imperial, do prédio da Cândido Mendes (Convento do Carmo) no Rio, da Sé de Olinda, da igreja da Graça, também de Olinda, da igreja do Espírito Santo do Recife. Em alguns casos houve uma intervenção maior porque se verificou que se estava diante de espécimes únicos, de determinadas fases, no Brasil. É o caso da Sé de Olinda, que é das primeiras matrizes construídas no Brasil no século XVI. Daí a preocupação, um pouco excessiva a meu ver, de voltar à forma primitiva e de eliminar o neobarroco, do qual o Brasil inteiro está cheio. O mesmo se pode dizer da igreja da Graça. De todas as igrejas do século XVI era a única que subsistia, na forma, com a decoração medíocre por cima. Mas ninguém está pensando em desmanchar aquela fachada, desmontar o telhado, o forro, para descer o nível do telhado e refazer a igreja que existiu até 1910-1915, quando os frades alemães levantaram aquela fachada neobarroca, sobrelevando o telhado, para fazer o forro azul-celeste. Não é uma estrutura tão excepcional que justifique uma intervenção desse tipo. Mesmo porque não sabemos como era o interior, embora exista documentação abundante sobre o exterior. O monumento viveu, chegou até 1910, quando vieram algumas pessoas e impuseram aquele gosto, e ele ali continua, marcado por aquele gosto, que é o de um momento por ele vivido. É muito difícil ter uma regra geral estabelecendo o condicionante para que se possa fazer retornar o edifício a uma fase anterior. No caso concreto, cada um terá uma opinião diferente, e, por isso mesmo, a Carta de Veneza diz que a restauração não deve ser obra de um único arquiteto, mas resultar de um consenso.

CA: Qualquer técnico, diante de um determinado monumento a restaurar, tem que se valer de toda a informação que possa colher sobre esse monumento, identificando toda a estratificação sobreposta ao monumento, toda documentação histórica, topográfica. Unindo, resumindo toda essa informação é que ele pode agir com certa liberdade e segurança. Mas estou de acordo em que uma decisão com relação a como intervir não pode ser da responsabilidade do técnico que está trabalhando naquele momento sobre o monumento; tem que ser a resposta de todo o grupo que está discutindo todos esses aspectos. Temos alguns exemplos em que se pode observar as diversas fases históricas de crescimento, e em que foram adicionadas algumas áreas. Alguns monumentos, cuja primeira fase é quinhentista ou seiscentista, foram recebendo uma série de adendos que levaram ao seu aspecto final, deixando bem caracterizadas as diversas fases por que passaram. Além de um valor artístico, intrínseco ao monumento, além da qualidade estilística, haveria também sua validade histórica. Vejo como perfeitamente possível a compatibilização desses valores históricos que foram levantados e abordados a respeito daquele monumento. Poderiam ter a conotação de fatos históricos acontecidos ali, que na verdade servem como elementos de apoio e de respaldo para o trabalho de conservação e restauração.

PA: Eu não sou tão liberal. Acho que há intervenção e intervenção. Há intervenções que minimizam, há intervenções que neutralizam, há intervenções que acrescentam, há intervenções que desfiguram ou destroem. Há uma escala muito clara de manipulação de valor. Acho que há uma lei básica em qualquer critério de intervenção: se você acrescenta valor, ótimo. Se você tira valor, modifica certos valores — todo monumento tem vários valores, o valor não é único —, você tem que fazer um ponto de encontro para ver se o saldo é positivo ou negativo. Agora, há intervenções destruidoras, desfiguradoras. Eu acho que a resposta à pergunta de vocês está na Carta de Veneza, no primeiro parágrafo. Depois de lê-la várias vezes, fiz uma leitura diferente, ultimamente, na medida em que ficou clara uma intenção de corrigir certos desvios internacionais. Minha leitura atual é quase a de uma correção das interpretações, mais ou menos livres, que se fez da Carta de Atenas, que recomenda a demolição ou transferência dos prédios que não tenham utilidade. No pós-guerra isso foi comum, e Varsóvia é um exemplo típico. Você demole, deteriora socialmente, destrói o verde, tudo isso era o que norteava a ação internacional, e a Carta de Veneza deu um basta. Se acho estranho que nossas diretrizes de operação não sejam obedecidas, e elas têm sete anos, acho muito mais estranho que as de Veneza, que têm 22 anos, não sejam seguidas. O problema da geração que tem ação decisiva no Patrimônio é que ela faz uma leitura puramente visual dos monumentos. Isso é compreensível. Historicamente essas pessoas pegaram o ecletismo e o problema da visualidade, do conteúdo formal. Acompanhando os textos das pessoas que produzem, que escrevem, como Lúcio Costa e Oscar Niemeyer — sobretudo Lúcio Costa —, segue-se todo o drama desde a intervenção inicial na Escola de Belas-Artes. Todos eles tinham, no início do movimento, um sentido de que arquitetura e sociedade estavam de tal maneira solidárias que a preocupação com o social era secundária, na medida em que fazer arquitetura moderna era contribuir para o progresso do país. Na medida em que o social estava embutido na proposta formal, ninguém discutia os problemas da sociedade. Todo arquiteto era tido como progressista, ou, sob outro ângulo, socialista ou comunista; ele estava participando e, como diz o próprio Lúcio, "no nosso campo assumimos a responsabilidade, vocês não sabem o que tem de sofrimento e de agonia" em quem faz o projeto, processo vivo de participação. O que fica claro é a visão a-histórica, uma visão que se estratificou em torno desses homens e que não percebeu que houve uma modificação histórica e que a chamada arquitetura moderna passou a abrigar outras coisas que não o progresso, que não o futuro, que não o país autêntico. O arquiteto moderno do Patrimônio, hoje em dia, baseia sua análise de entorno na pura e simples visualidade. Restringindo-se aos problemas de visualidade e de visibilidade, embora obedecendo à lei, a leitura do monumento é extremamente empobrecida, porque se concebe o monumento

como uma coisa em si. Não se percebe, como diz a Carta de Veneza, que o monumento, ao ser colocado num ambiente, começa a dialogar. O MEC é um prédio com um conteúdo ideológico marcadíssimo, apresenta-se como contraste e discussão. Os elementos de discussão e contraste são, exatamente, os prédios em torno. O do projeto do MEC não é só um problema de volume, é o de um indivíduo arquitetônico a exigir uma nova estrutura urbana. A leitura do monumento é incompleta se não se capta essa discussão. Pois bem, partindo do mesmo conceito de visibilidade, os mesmos técnicos que diziam uma coisa, dez anos depois diziam o oposto, certamente sob pressão. O problema não era só econômico, era o desfalecimento de quem não acredita mais naqueles valores, de tão consagrados que pareciam os novos valores dominantes, os do desenvolvimentismo a partir de Juscelino e de Brasília. Considero essa visão que a Carta de Veneza condena perigosíssima. Se você adotar o critério de visibilidade no centro do Rio de Janeiro, você dá a cobertura mais necessária à sua exploração imobiliária, o que muita gente não está percebendo. Quando se pensa no objeto porque é bonito e harmônico, mas não se pensa no que ele tem, no que ele abriga, nos processos que ele desencadeia, faz-se o que a especulação quer. Toda vez que a especulação quer dar um jeitinho, ela chama um grande arquiteto e os argumentos falam de cicloramas, falam de torres que equilibram o conjunto, falam da necessidade de *status*, da massa horizontal que precisa de uma vertical para criar uma certa valorização de contraste, enfim, uma masturbação formalística total. Nas últimas investidas, como no caso da Academia Brasileira de Letras, a especulação se associa a coisas com algum valor social; ela não entra como valor próprio, ela se associa a um órgão público, paraestatal ou fundação. No caso da Academia Brasileira de Letras, ela constrói o prédio de graça e, em troca, explora o prédio por dez anos. Curioso é o argumento relativo àquele monumentozinho que é a antiga Academia. Com o prédio novo, cria-se, dizem, um cicloramа, um painel neutro atrás, propõe-se espelhos, paredes de vidro que refletem e marcam melhor o perfil do bem. Esse argumento foi usado para aquele anexo do Teatro Municipal, no Rio, com que se pretende esconder o caos urbano... É o caso do Copacabana Palace, foi o do Clube da Aeronáutica, que devia espelhar todo o Rio de Janeiro, espelhava até o céu. Só não espelhava ele mesmo, ele não constava da paisagem. Há um jogo cínico de discurso, que é o que a turma quer. Que isso seja feito para obter a autorização do Patrimônio, tudo bem, se assumem que estão na deles, estão recebendo para isso, a profissão deles é essa, não são palmatória do mundo, eles produzem o que o cliente exige. Mas que a mesma ótica, ou uma variante, seja importada e adotada pelo Patrimônio, eu acho terrível.



Eduardo Mello/Arquivo SPHAN/Pró-Memória/1987

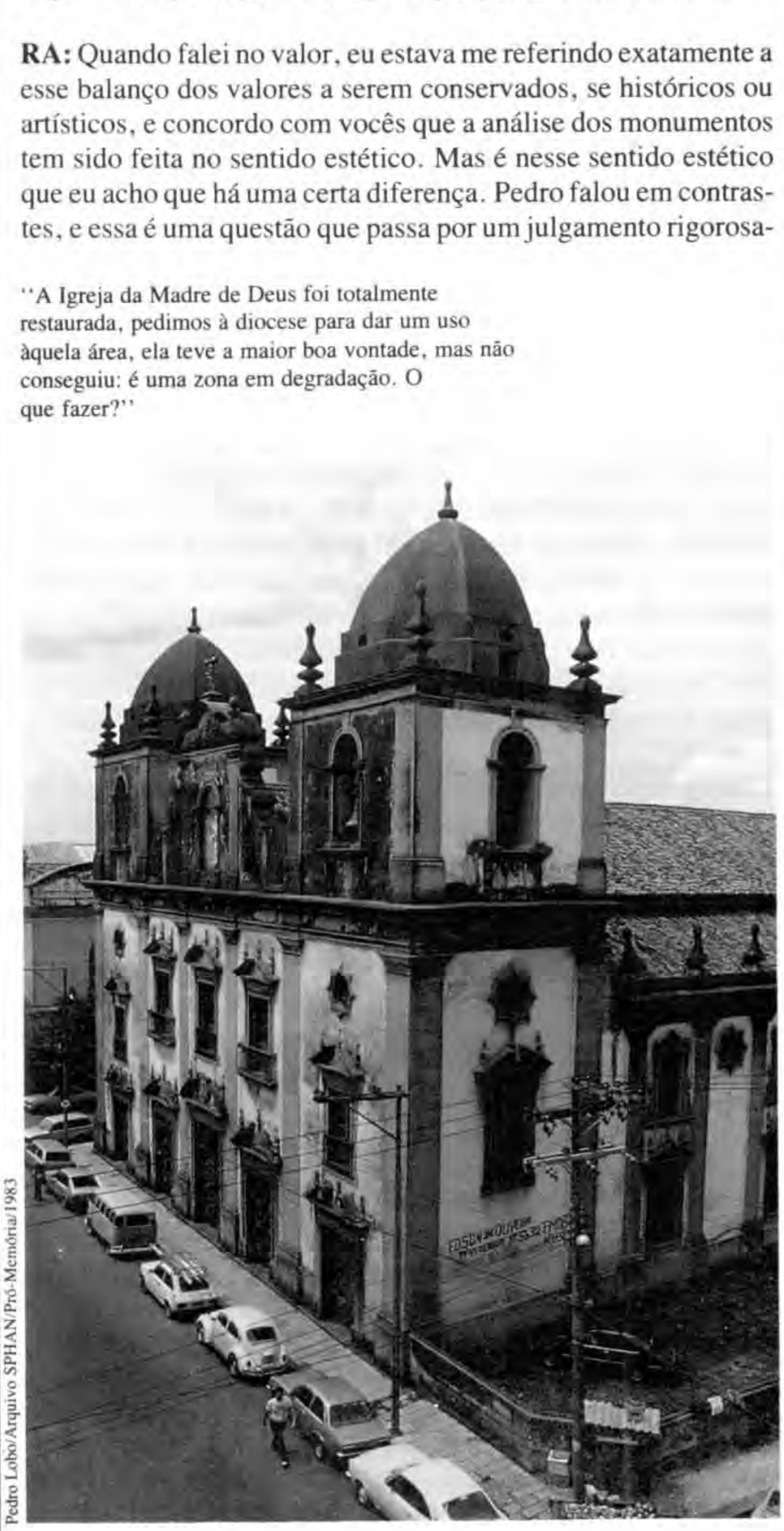
"Nas últimas investidas, como no caso da Academia Brasileira de Letras, a especulação se associa a coisas com algum valor social."

LM: Acho que os valores artísticos e histórico-documentais são compatíveis, mas acho também que houve uma valorização do aspecto artístico que prejudicou o aspecto histórico-documental. Silva Telles citou a Sé de Olinda, o Paço Imperial, a igreja da Graça de Olinda. São exemplos clássicos, que têm uma lógica justificando o que se retirou, a versão a que se voltou, por que se privilegiou um certo aspecto formal em detrimento de coisas que foram acrescidas nas transformações do monumento. Quando falei na tendência do Patrimônio à volta a um estilo, a uma determinada época, dei como exemplos Nazaré, no cabo Santo Agostinho, e o cinema de Ouro Preto. São exemplos menores, poderia citar uma relação deles que tenho na minha mesa de trabalho, em que não se justifica aquele discurso, embora mostrem que o que se fez na Sé de Olinda vem ocorrendo, compulsivamente, desde o início do Patrimônio, ou seja, não está havendo exatamente a preocupação de compatibilizar, mas a de fazer de uma forma que permaneceu. Pedro falou em visualidade e, no início, eu tinha entendido como aquilo que poderia proporcionar um prazer visual, isto é, o artístico, não necessariamente como na Sé de Olinda, onde você pode dizer que se encaixa num estilo, num momento. Acho que o problema é o da forma de atuar, e os estados e municípios estão atuando no mau exemplo do Patrimônio. Há um vício de trabalho que privilegia a ação do arquiteto. Os outros profissionais, quando entram — se entram —, é para fornecer dados para o arquiteto manipular a seu bel-prazer. Por acaso, somos dos mais privilegiados, podemos contar, por exemplo, com um historiador, embora não ache que este deva ser o único outro profissional envolvido. Mas, se o historiador participa enquanto fornece dados, no momento da

discussão é, em geral, esquecido. São esses profissionais que trazem novos dados, novos conteúdos históricos, sociológicos etc., mas os arquitetos vão sempre se ater ao problema artístico, arquitetônico, funcional. Essa deformação vem se repetindo nos estados e municípios, onde a grande maioria é de arquitetos. Basta ver quem está aqui para falar do assunto. Como ressalva, quero dizer que houve uma tentativa do grupo técnico que estava na Diretoria de Tombamento e Conservação de que a análise e o parecer sobre um projeto arquitetônico fossem feitos por uma historiadora, Tarcila Guedes. Foi muito interessante, justamente, por olhar o monumento enquanto documento histórico e por verificar de que modo um novo valor iria afetar a coisa que se pretende que fique no tempo e que por isso foi tombada.

RA: Quando falei no valor, eu estava me referindo exatamente a esse balanço dos valores a serem conservados, se históricos ou artísticos, e concordo com vocês que a análise dos monumentos tem sido feita no sentido estético. Mas é nesse sentido estético que eu acho que há uma certa diferença. Pedro falou em contrastes, e essa é uma questão que passa por um julgamento rigorosamente subjetivo. A grande maioria dos arquitetos diz que o ciclorama é contraste. Acho que é preferível esse contraste ao contraste com a massa que ficava meio anárquica, mas admito que seja uma questão subjetiva e que se teria sempre argumento para provar o contrário. Nunca sairíamos para uma constatação objetiva, na medida em que fugimos exatamente do que é valor, ou seja, do que é aceito por todos, para aquilo que é estritamente subjetivo. Quanto à questão do que a especulação deseja sempre mascarar atrás de um grande projeto, acredito que essa é a dinâmica da sociedade contra a qual a gente tem que lutar. É aí que a gente está historicizando a nossa análise.

"A Igreja da Madre de Deus foi totalmente restaurada, pedimos à diocese para dar um uso àquela área, ela teve a maior boa vontade, mas não conseguiu: é uma zona em degradação. O que fazer?"



Pedro Lobo/Arquivo SPHAN/Pró-Memória/1983

RPHAN: Que critério deve ditar os usos possíveis dos monumentos conservados e restaurados?

RA: Minha concepção é que o bom uso é que determina a persistência da preservação. Tão nefasto quanto o desuso é o superuso, essa mania de transformar sempre o edifício em espaço cultural. Em alguns casos, isso tem que ser questionado, porque determinados tipos de uso são maléficos ao monumento, sobretudo aqueles que supõem a utilização por grandes massas. Seria desejável que a determinação de uso fosse feita no momento em que se estivesse estudando a possibilidade da restauração, para que fossem incorporadas algumas modificações e que essas modificações ficassem sujeitas ao tipo de ponderações que a gente está fazendo. Mas nem sempre as condições ideais se dão. Pelo contrário, a gente está sempre correndo na frente de um trator que tenta nos atropelar. Um arquiteto italiano que esteve aí declarou que era um absurdo fazer um projeto de restauração sem ter noção de como aquilo ia ser utilizado. Eu diria o contrário. Embora mantendo a proposta de que seria desejável saber que uso pode ser dado, os espaços mais vivos do ponto de vista social, que eu conheço, quase sempre são apropriações inteiramente espontâneas de espaços que não foram destinados para aquele tipo de uso. A comunidade transa mal essa determinação muito maniqueísta de que isto aqui é para isso aqui. A comunidade gosta de descobrir os espaços, gosta de transformar o oco de um edifício num espaço de festas, ou no espaço de outras atividades.

ST: Que se deva dar um uso ao monumento, é óbvio. O monumento em desuso cai em degradação naturalmente. Ninguém conserva, ninguém restaura. Mas o uso mal aplicado pode até destruir o edifício, como aconteceu com aquela casinha de balcão em São Cristóvão. Resolveram fazer dela uma boate. Uma noite desabou a casa inteirinha e tiveram que refazer a restauração. É claro, a casa não resistia a um samba de roda no sobrado. Por outro lado, quando não se sabe o que fazer com um bem, faz-se um museu ou um centro cultural. Na verdade, o que acontece é que grande parte dos bens que temos restaurado não têm uso. A igreja da Madre de Deus foi totalmente restaurada e é usada uma vez por semana para rezar missa. Pedimos à diocese para dar um uso àquela área. Ela teve a maior boa vontade mas não conseguiu, pois é uma zona em degradação. O que fazer? O ideal é ter uma definição do uso, inclusive para saber o nível de restauração que vai se fazer.

CA: Tanto quanto possível, deve haver uma posição já definida do uso que se pretende, inclusive porque isso servirá como base para a definição do próprio projeto de restauração do monumento. Mas o fato importante é você salvar o monumento, é você trabalhar o monumento dando continuidade de vida. Conhecemos uma infinidade de casos em que foi necessário salvar o monumento e, posteriormente, depois dele já pronto e sua recuperação terminada, é que foi-se estabelecendo o uso.

PA: Fazer um projeto de restauração sem saber o uso que você vai dar é como fazer um projeto de arquitetura sem saber qual é o programa. É um absurdo, e eu ia entender a posição do tal italiano. O outro lado da moeda é você começar uma restauração sabendo o que quer de uma maneira rígida. Então você destrói o monumento. Tanto é inconveniente entrar numa caixinha de surpresas e dizer "eu restauro", para depois descobrir qual era a vocação do prédio, quanto acho também indefensável, do ponto de vista do restauro, entrar com a idéia rígida. Acontece que a boa prática nunca coloca o personagem diante desse tipo de drama profissional. Isso é típico de quem tem um cliente que quer satisfazer o seu desejo pessoal. Quando você enfrenta um problema na realidade, você tem um monumento, esse monumento tem uma área de influência maior ou menor, nessa área de influência vive gente que tem problemas. É impossível que essa comunidade diretamente atingida por esse monumento não tenha problemas em que você não possa identificar os níveis de carência. Se você não sabe o que fazer com o monumento, na listagem de carências você acha duas ou três que são perfeitamente adaptáveis àquele prédio. Na medida em que você tem uma ação interinstitucional, ou seja, que leve à prática a tal diretriz que existe há tanto tempo, ou siga a Carta de Veneza, esses problemas se minimizam. Não acho que seja um problema técnico, acho que é problema na medida em que você tem determinados clientes, autoridades, que dizem: "eu quero pra isso", e aí arrebentam o monumento. Numa intervenção sem projeto, quer você saiba ou não o que fazer com o monumento, o que acontece é que a questão fica dimensionada dentro de critérios de prazo e preço. É desastroso aplicar a essas obras de valor cultural os critérios normais da construção civil. Mas o maior drama não é dos arquitetos, é dos arqueólogos e seria o dos historiádores, na medida em que desenvolvessem projetos também. Não existe um contrato específico institucionalizado para esse tipo de obra. O empreiteiro dá preço para um determinado volume de trabalho e para entregar num prazo. Ele quer respostas imediatas, eu não tenho condições de ter um diagnóstico do universo que está se revelando, as leituras não são conclusivas. Optando por qualquer uma das três soluções, só pode dar no que está dando, no não cumprimento das diretrizes. Se fossem cumpridas, o relacionamento com as comunidades e a interdisciplinaridade resolveriam os problemas.

LM: As experiências têm tido melhores resultados na medida em que se associaram às comunidades, aos municípios, aos usuários locais, sendo norteadas por um tipo de uso atual. Falei das transformações da maneira de agir depois da Carta de Veneza e, mais recentemente, segundo critérios mais flexíveis e liberais, e acho que seria realmente a forma mais correta de atuar e de fazer com que o prédio seja trazido até hoje. Com uma arquitetura que é usada, você teria a possibilidade de acrescentar novos valores para atualizá-lo, e acho que este seria o elemento básico para pensar em critérios de uso numa intervenção. Quanto ao outro aspecto, eu acho que é admissível que se faça uma obra de conservação, para que a coisa não desapareça, como é o caso da igreja do Espírito Santo em Recife, creio, cujo teto desabou depois de um casamento e acabaria de ruir se você deixasse. Agora, o que não é admissível é que se faça um investimento, num país pobre, com recursos públicos, sem um uso predeterminado. Aí poderíamos ser radicais e fazer o mínimo necessário, deixar a coisa meio congelada, já que ninguém está usando, e gastar em outras áreas.

RA: Eu não sou tão contrário à intervenção sem projeto. Tenho estado diante de situações práticas que me compeliram e à equipe a começar a intervenção sem projeto. Acho que tínhamos que estudar um outro tipo de abordagem do objeto arquitetônico diferente dos procedimentos convencionais da arquitetura: ter uma programação para o uso, fazer o projeto e depois entrar em obra. Acho que o projeto de restauração e a prospecção são duas coisas concomitantes, têm que começar juntas, começar a desbastar, tirar certos adendos, forros de gesso, todas essas coisas que você sabe que vão sair mesmo, e montar, de preferência, como vocês fizeram no Paço, o escritório da obra. Acho que é um processo mais rico. Quando cheguei no Patrimônio, eu via cotações intermináveis. O sujeito pegava uma igreja absolutamente consolidada, com base de pedra, e tirava seis mil cópias cruzadas, ficava um emaranhado de desenhos. A igreja estava sofrendo deformações? Nenhuma, tem duzentos anos que ela não sofre deformações. Então para quê? Você vai modificar alguma coisa? Para constatar, tiram-se as fotos principais, muito bem, mas não existe razão, a não ser a de um procedimento um pouco bitolado do método de projeto, que leve a fazer isso.

LM: Quando você fala das coisas que vão ser naturalmente retiradas, você está embutindo na sua ação toda a história de um preconceito. É por isso mesmo que um projeto, uma reflexão, uma base teórica ou, pelo menos, um memorial descritivo deve anteceder qualquer mexida no monumento. Quando entra uma equipe de arquitetos — e se senta na prancheta dentro do monumento — pode estar certo de que são eles que vão dar o tom da obra. Os outros, das outras áreas, se puderem, vão correr atrás para, depois, fazer um livrinho que vai contar a história daquilo, da última intervenção que seus colegas arquitetos estavam fazendo lá, com uma série de fotos do que foi destruído e que não necessariamente precisava ser.

PA: A Carta de Veneza, nesse aspecto, me parece conclusiva. Quem vai intervir em uma coisa, tem que respeitar a substância da coisa, não tem essa liberdade de estar tirando e fazendo igualzinho, o que é mais fácil. A restauração é uma coisa séria; há uma diferença total entre restauração e conservação. Começar a conservação sem projeto, tudo bem. Mas a restauração sem projeto, isso eu não concebo. Quem tem prática sabe que as etapas do projeto normal de arquitetura são invertidas no projeto de restauração. Você está na fase de prospecção e já está com acaba-

mento da obra. Você tira um troço, revela a coisa, está aí como vai ficar no final. Essas duas fases, final e inicial, estão misturadas.

RA: O que eu questiono é esse procedimento escolar demais, com o qual a gente deve romper. Grande parte de nossos arquitetos é gente entusiasmada e de formação muito recente e que tem um procedimento muito escolar diante da restauração. Acho que cada objeto de restauração bota um problema diferente. Diante de um prédio da passagem do século, como o da secretaria em Belo Horizonte, você começa a restauração e encontra, na sala que era do secretário, uma porta cuja bandeira está cortada pelo meio por um forro de gesso, desses mais safados. Eu não tenho dúvida de que o forro tem que descer, tirado, é óbvio, com o maior cuidado.

LM: Você está falando de uma experiência sua em Minas, onde os arquitetos são da geração do Programa dos Centros Históricos. Para conseguir a verba federal, você, que era do estado, era obrigado a ter um projeto pronto com todas as cotas e diagonais, mesmo se aquele projeto não correspondesse à realidade, porque a verba para a prospecção não era liberada com antecedência. Não existe mais o PCH, e parece que a forma de atuar na liberação de verbas é muito diferente. Mas o que acontece na maioria dos casos e que aconteceu ao longo da história do Patrimônio, e de mil patrimônios, é exatamente o inverso. Isso vem sendo feito até hoje. Não existem projetos, existem alguns croquis rabiscados no papel, um projeto ou outro com duas ou três cotas. O Patrimônio nunca trabalhou com projetos, trabalhou nas obras. Em talvez 90% dos casos as intervenções foram feitas sem projetos, inclusive no caso do Paço, em que só depois da obra pronta e inaugurada, o Diretor Regional mandou o projeto para aprovação, uma vez que, na época, os projetos eram aprovados na sede.

RA: Desses 90% de obras que estão executadas sem projetos, se tivessem sido feitos projetos, teriam sido executados 45%.

ST: A não ser em alguns lugares muito específicos, como em Minas e Pernambuco, o Patrimônio não tinha levantamento de prédio algum em que atuava, isto é, não tinha um cadastramento dos conhecimentos, dos estudos etc. Com o PCH, houve então a idéia de fazer esse cadastramento. Já que se ia financiar o estado ou o município, determinava-se que eles fizessem os levantamentos. A maior parte dos projetos era executada pelo levantamento, e não pelo projeto. Graças a isso, conseguiu-se um número considerável de levantamentos de prédios.

RPHAN: O que fazer quando as condições ambientais passam a agredir o monumento, levando-se em conta que o monumento, pela Carta de Veneza, é irremovível?

RA: É irremovível em termos. Assuã foi removida, mas é uma solução bastante atípica. Eu não receitaria a mesma coisa para os profetas do Aleijadinho de Congonhas. Lá, o que está acontecendo é poluição atmosférica. Acho que o trabalho que temos é o de uma constante fiscalização. A gente está fazendo as prospecções, e acho que mais cedo ou mais tarde hão de ser descobertos filmes e poliuretanos absolutamente removíveis e incontestavelmente protetores. Isso sem nenhuma interferência. Agora, o que acho fundamental são as medidas de legislação e planejamento urbanos. Não se faz preservação de patrimônio sonhando com a obra isolada, restauro isolado, tombamento isolado de um conjunto. É a medida que citei na primeira intervenção com o exemplo de Ouro Preto e Ouro Branco. É uma medida que possa evitar que certos bairros se transformem de bairros pacatamente residenciais em bairros de grandes volumes. Essas são as agressões a que a pergunta se refere quando o meio ambiente passa a agredir o monumento: é o CO_2 dos escapamentos, a vibração do tráfego, a poluição etc. Isso tudo é o que temos que começar a enxergar. A questão da preservação tem que passar da mesa do arquiteto restaurador da SPHAN, do IEPHA, do IPAC, para a mesa do planejador. A preservação tem que passar a ser uma variável importante na questão do planejamento urbano e regional. Não se planeja exclusivamente para o desenvolvimento econômico ou sócio-econômico, a menos que no social estejam inseridos os valores que têm que ser preservados, os valores da memória.

ST: A tendência à desorganização das cidades é clara. Elas estão se desorganizando por mudanças de escala, por tráfego, pela abertura de avenidas. Haussmann fez isso em Paris em 1870. Rasgou Paris inteirinha com aquelas belíssimas avenidas. Foi o primeiro grande cirurgião urbano, fez escola e chegou até Passos no Rio, Prestes Maia em São Paulo e por aí afora. Agora, depois que a coisa foi feita, eu acho que a única solução é o casamento da preservação com o desenvolvimento.

CA: Concordo com as conclusões de Rodrigo e Silva Telles e não tenho nada a acrescentar.

PA: Como técnicos do Patrimônio, acho que temos a obrigação funcional de preservar valores, de participar de uma briga, de abrir um processo, um processo político, conflitante. As agressões e desfigurações acontecem por desconhecimento e ignorância. Na medida em que as pessoas se conscientizem dos perigos, você talvez possa oferecer soluções alternativas e contribuir para a luta. É a marcha da humanidade. Cultura, como diz Celso Furtado, é qualidade de vida. Distribuição de renda e cultura são conceitos interdependentes.

LM: Embora o planejamento urbano tenha virado ultimamente uma coisa megalomaníaca, que não deu muito resultado, acho que é pelo lado do planejamento que as coisas devem ser vistas. Concordo também com o Pedro, quanto à luta. Acho que é isso aí.

CARTA DE VENEZA

carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios

Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais dos povos perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade.

É, portanto, essencial que os princípios que devem presidir à conservação e à restauração dos monumentos sejam elaborados em comum e formulados num plano internacional, ainda que caiba a cada país aplicá-los no contexto de sua própria cultura e de suas tradições.

Ao dar uma primeira forma a estes princípios fundamentais, a Carta de Atenas de 1931 contribuiu para a propagação de um amplo movimento internacional que se traduziu principalmente em documentos nacionais, na atividade do ICOM[1] e da UNESCO e na criação, por esta última, do Centro Internacional de Estudos sobre Conservação e Restauração dos Bens Culturais. A sensibilidade e o espírito crítico se aguçam ao contato de problemas que se tornam cada vez mais complexos e diversificados. Agora é chegado o momento de reexaminar os princípios da Carta com o fim de os aprofundar e de lhes estender o alcance em um novo documento.

Conseqüentemente, o Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, reunido em Veneza de 25 a 31 de maio de 1964, aprovou o texto seguinte:

Definições

Art. 1.º A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas que adquirem com o tempo uma significação cultural.

Art. 2.º A conservação e a restauração dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e todas as técnicas que podem concorrer para o estudo e a proteção do patrimônio monumental.

Art. 3.º A conservação e a restauração dos monumentos têm por finalidade preservá-los ao mesmo tempo como obras de arte e testemunho histórico.

Conservação

Art. 4.º A conservação dos monumentos exige antes de tudo manutenção permanente.

Art. 5.º A conservação dos monumentos é sempre favorecida pela destinação deles a funções úteis à sociedade; tal destinação é portanto desejável mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração[2] dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes.[3]

Art. 6.º A conservação de um monumento implica a preservação de uma ambiência em sua escala. Quando subsistir, a ambiência tradicional será conservada, e toda construção nova, toda destruição e toda modificação que possam alterar as relações de volume e de cor serão proibidas.

Art. 7.º O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa. Por conseguinte, o deslocamento de todo o monumento ou de parte dele não pode ser tolerado salvo quando a preservação do monumento o exigir ou quando o justificarem razões de grande interesse nacional ou internacional.

Art. 8.º Os elementos de escultura, pintura ou decoração que são parte integrante do monumento não podem ser retirados dele a não ser que essa medida seja a única suscetível de lhes assegurar a conservação.

Restauração

Art. 9.º A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito pelo material original e pelos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; daí por diante todo trabalho de complementação reconhecido como indispensável deverá destacar-se da composição arquitetônica e ostentar a marca de sua época. A restauração será sempre precedida e acompanhada por um estudo arqueológico e histórico do monumento.[4]

Art. 10. Quando as técnicas tradicionais se revelarem inadequadas, a consolidação do monumento pode ser asse-

---

Tradução dos editores da *RPHAN*. Fonte: ICOMOS, 1966, I (publicação da Carta em inglês, espanhol, francês e russo).
Acreditam os editores que a publicação desta tradução se justifica por duas razões: a primeira, de ordem geral, é a aparente inexistência de uma versão brasileira acessível a um público mais amplo; a segunda é a referência à Carta de Veneza que fazem vários textos presentes neste número.

gurada pelo emprego de todas as técnicas modernas de conservação e construção cuja eficácia tenha sido demonstrada por dados científicos e comprovada pela experiência.

Art. 11. As contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é objetivo a alcançar no curso de uma restauração. Quando um edifício comporta várias etapas de construção superpostas, a exibição de uma etapa subjacente só se justifica em circunstâncias excepcionais e quando o que se elimina é de pouco interesse e o material que é revelado é de grande valor histórico, arqueológico ou estético, e seu estado de conservação é considerado satisfatório. O julgamento do valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ser eliminado não podem depender somente do autor do projeto.

Art. 12. Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmonicamente ao conjunto, distinguindo-se todavia das partes originais, a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história.

Art. 13. Os acréscimos só poderão ser tolerados na medida em que respeitarem todas as partes interessantes do edifício, sua ambiência tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio circundante.

Sítios monumentais

Art. 14. Os sítios monumentais devem ser objeto de cuidados especiais que visem preservar sua integridade e assegurar seu saneamento, sua manutenção e sua valorização. Os trabalhos de conservação e restauração que neles se efetuarem deverão inspirar-se nos princípios enunciados nos artigos precedentes.

Escavações

Art. 15. Os trabalhos de escavação devem ser executados de conformidade com padrões científicos e com a "Recomendação definindo os princípios internacionais a serem aplicados em matéria de escavações arqueológicas", adotada pela UNESCO em 1956.

Devem ser asseguradas a manutenção das ruínas e as medidas necessárias à conservação e proteção permanente dos elementos arquitetônicos e dos objetos descobertos. Além disso, devem ser tomadas todas as iniciativas para facilitar a compreensão do monumento trazido à luz sem jamais deturpar seu significado.

Todo trabalho de reconstrução, porém, deve ser excluído *a priori*, admitindo-se apenas a anastilose, ou seja, a recomposição de partes existentes mas desmembradas. Os elementos de integração deverão ser sempre reconhecíveis e reduzir-se ao mínimo necessário para assegurar as condições de conservação do monumento e restabelecer a continuidade de suas formas.

Documentação e publicação

Art. 16. Os trabalhos de conservação, de restauração e de escavação serão sempre acompanhados pela organização de uma documentação precisa sob a forma de relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias. Todas as fases dos trabalhos de desobstrução, consolidação, recomposição e integração, bem como os elementos técnicos e formais identificados ao longo dos trabalho serão ali consignados. Esta documentação será depositada nos arquivos de um órgão público e posta à disposição dos pesquisadores; recomenda-se sua publicação.

Participaram da comissão de redação da Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos:

Piero Gazzola (Itália), Presidente
Raymond Lemaire (Bélgica), Relator
J. Bassegoda Nonell (Espanha)
Luís Benavente (Portugal)
Djurdje Boskovic (Iugoslávia)
Hiroshi Daifuku (UNESCO)
P. L. De Vrieze (Holanda)
Harald Langberg (Dinamarca)
Mario Matteucci (Itália)
Jean Merlet (França)
Carlos Flores Marini (México)
Roberto Pane (Itália)
S. C. J. Pavel (Tchecoslováquia)
Paul Philippot (Centro Internacional de Estudos sobre Conservação e Restauração de Bens Culturais)
Victor Pimentel (Peru)
Harold Plenderleith (Centro Internacional de Estudos sobre Conservação e Restauração de Bens Culturais)
Deoclécio Redig de Campos (Cidade do Vaticano)
Jean Sonnier (França)
François Sorlin (França)
Eustathios Stikas (Grécia)
Gertrud Tripp (Áustria)
Jan Zachwatovicz (Polônia)
Mustafa S. Zbiss (Tunísia)

1. International Council of Museums.
2. Cf. inglês: "the lay-out or decoration"; espanhol: "la disposition o el decoro"; francês: "l'ordonnance ou le décor".
3. Cf. inglês: "modifications demanded by a change of function"; espanhol: "arreglos exigidos por la evolución de los usos y las costumbres"; francês: "aménagements exigés par l'évolution des usages et des coutumes".
4. Cf. a redação do Art. 9.º em inglês, espanhol e francês:

"Article 9. The process of restoration is a highly specialised operation. Its aim is to preserve and reveal the aesthetic and historic value of the monument and is based on respect for original material and authentic documents. It must stop at the point where conjecture begins, and in this case moreover any extra work which is indispensable must be distinct from the architectural composition and must bear a contemporary stamp. The restoration in any case must be preceded and followed by an archaeological and historical study of the monument."

"Art. 9. La restauración es una operación que debe tener un carácter excepcional. Tiene como fin conservar y revelar los valores estéticos e históricos de un monumento y se fundamenta en el respecto hacia los elementos antiguos y las partes auténticas. Se detiene en el momento en que comienza la hipótesis; más allá todo complemento reconocido como indispensable, se destacará de la composición arquitectónica y llevará el sello de nuestro tiempo. La restauración estará siempre precedida y acompañada por uno estudio arqueológico e histórico del monumento."

"Art. 9. La restauration est une opération qui doit garder un caractère exceptionnel. Elle a pour but de conserver et de révéler les valeurs esthétiques et historiques du monument et se fonde sur le respect de la substance ancienne et de documents authentiques. Elle s'arrête lá où commence l'Hypothèse: sur le plan des reconstitutions conjecturales, tout travail de complément reconnu indispensable pour raisons esthétiques ou techniques relève de la composition architecturale et portera la marque de notre temps. La restauration sera toujours précédée et accompagnée d'une étude archéologique et historique du monument."

A SPHAN EM OURO PRETO

uma história de conceitos e critérios

Lia Motta

O Patrimônio teve sua criação ligada aos desdobramentos do Movimento Modernista, que foi um momento de grande reflexão, revisão de conceitos de cultura e tomada de posição frente aos problemas culturais do país. Esta circunstância marcou profundamente a atuação do Patrimônio sobre os centros históricos, determinando conceitos e critérios de preservação. A relação entre aquelas idéias e a prática não foi ainda explicitada em vários aspectos, principalmente quando vista ao longo do tempo e em face das mudanças mais gerais ocorridas nos 50 anos de existência da SPHAN. Envolvida num trabalho de emergência, de salvaguarda de alguns valores culturais, e posteriormente atônita diante de uma rotina consolidada de métodos inquestionados, só recentemente a instituição iniciou trabalhos de auto-reflexão e crítica visando conhecer e analisar seu próprio passado, buscando a atualização das ações presentes e a atribuição do devido valor à experiência herdada no cumprimento do papel pioneiro que desempenha frente à criação de inúmeros órgãos regionais de preservação e ao crescente interesse pelo assunto por parte de uma parcela cada vez maior da população brasileira.

Considerando a importância da preservação urbana, que lida com uma expressão sintética da produção social, e os problemas de sua viabilização num país subdesenvolvido e em crescimento, buscou-se identificar inicialmente a atuação da instituição nos centros históricos. Não obstante a historicidade pertinente a todo espaço transformado pelo homem, entendem-se aqui por centros históricos (por conta de uma necessária classificação de exceção) as áreas institucionalmente protegidas contra situações ou interesses passageiros que possam colocá-las em risco de desaparecer ou de sofrer a descaracterização de elementos essenciais para a compreensão da sociedade que as produziu.

Existem hoje 29 centros históricos tombados, sob a tutela do Patrimônio, contendo um acervo de aproximadamente 20.000 edificações, a que tendem a se somar novos tombamentos continuamente solicitados à instituição. Isto envolve, para cumprimento do Decreto-Lei 25, que rege o tombamento, nacional, um controle direto, pela SPHAN, de todo e qualquer tipo de intervenção nessas áreas, incluindo planos, obras novas, reformas, restaurações e mesmo o parcelamento da terra.

Tomando Ouro Preto como exemplo, foram inventariados no Arquivo central da SPHAN os processos de aprovação de arquitetura nova, acréscimos e reformas que pudessem influir na configuração urbana daquela cidade, assim como os documentos necessários para entender as opções da instituição no contexto mais geral de seu desenvolvimento e para resgatar o papel desempenhado por seus técnicos como sujeitos inseridos numa determinada historicidade. Embora esta segunda parte não esteja ainda concluída, é oportuno, dada a importância incontestável do estudo da atuação da instituição, apresentar um relato crítico dos processos levantados, de modo a esclarecer, através de uma compreensão do conjunto das ações e de uma visão atual de centro histórico, o caráter da preservação adotada.

As primeiras ações do Patrimônio nos centros tombados tratavam a cidade como expressão estética, entendida segundo critérios estilísticos, de valores que não levavam em consideração sua característica documental, sua trajetória e seus diversos componentes como expressão cultural e parte de um todo socialmente construído. Esta abordagem resultou numa prática de conservação orientada para a manutenção dos conjuntos tombados como objetos idealizados, distanciando-se das contingências reais na preservação daquele tipo de bem. Com o passar do tempo, mesmo diante das reformulações do conceito de centro histórico e das evidências de fracasso dos critérios adotados, assim como das mudanças ocorridas nos conjuntos tombados, o Patrimônio continuou empregando basicamente os mesmos critérios de intervenção. Isso se torna mais notável quando são analisadas as determinações para as obras novas naquelas áreas.

Na documentação inventariada merece destaque a carta pessoal do arquiteto Lúcio Costa ao diretor do então SPHAN, Dr. Rodrigo M.F. de Andrade, a propó-

Lia Motta, arquiteta, é coordenadora do Setor de Inventário de Bens Imóveis da Coordenadoria de Registro e Documentação da SPHAN/Pró-Memória.

Este texto se baseou em pesquisa coordenada pela autora, em 1985, na então Diretoria de Tombamento e Conservação da SPHAN/Pró-Memória, dirigida na ocasião pelo arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles, tendo como fonte o Arquivo e a Biblioteca da Coordenadoria de Registro e Documentação da SPHAN/Pró-Memória no Rio de Janeiro e o Setor de Iconografia da Biblioteca Nacional. Participaram da equipe a historiadora Maria Tarcila Guedes, o estagiário de história Paulo André Parente e os estagiários de arquitetura José Carlos da Silva e Marco Aurélio Cunha, e foram consultores o arquiteto da SPHAN/Pró-Memória Luiz Fernando P. N. Franco e a historiadora Maria Manoela Silva, professora da Faculdade de História da UFRJ.

sito da construção do Grande Hotel de Ouro Preto, pois aborda, sob o pretexto de recomendar a aprovação do projeto de Oscar Niemeyer, o problema da arquitetura nova nos centros antigos segundo um ponto de vista modernista e dogmático que visava à manutenção da cidade como objeto idealizado. Foi escrita pouco depois da criação do Patrimônio e do tombamento daquela cidade, correspondendo à primeira grande ação num centro histórico. Situa o pensamento inicial da instituição, indicando os conceitos, as concessões e a ingenuidade no trato do conjunto tombado, o que, sendo possível naquele contexto, iria revelar-se deformante e falsificador com a passagem do tempo.

A importância do arquiteto autor da carta como conselheiro do diretor, independentemente dos cargos que ocupou na instituição e de seu desempenho na vanguarda da arquitetura modernista do país, confere ao documento especial interesse, justificando sua transcrição na íntegra:[1]

"Rodrigo,
Na qualidade de arquiteto incumbido pelos CIAM[2] de organizar o grupo do Rio e na de técnico especialista encarregado pelo SPHAN de estudar a nossa arquitetura antiga, devo informar a você, com referência à construção em Ouro Preto do hotel projetado pelo O.N.S. [Oscar Niemeyer Soares], o seguinte:

Sei, por experiência própria, que a reprodução do estilo das casas de Ouro Preto só é possível, hoje em dia, à custa de muito artifício. Admitindo-se que o caso especial dessa cidade justificasse, excepcionalmente, a adoção de tais processos, teríamos, depois de concluída a obra, ou uma imitação perfeita, e o turista desprevenido correria o risco de, à primeira vista, tomar por um dos principais monumentos da cidade uma contrafação, ou então, fracassada a tentativa, teríamos um arremedo 'neocolonial' sem nada de comum com o verdadeiro espírito das velhas construções.

Ora, o projeto do O.N.S. tem pelo menos duas coisas de comum com elas: beleza e verdade. Composto de maneira clara, direta, sem compromissos, resolve com uma técnica atualíssima e da melhor forma possível, um problema atual, como os construtores de Ouro Preto resolveram da melhor maneira então possível, os seus próprios problemas. De excepcional pureza de linhas, e de muito equilíbrio plástico, é, na verdade, uma obra de arte e, como tal, não deverá estranhar a vizinhança de outras obras de arte, embora diferentes, porque a boa arquitetura de um determinado período vai sempre bem com a de qualquer período anterior — o que não combina com coisa nenhuma é a falta de arquitetura.


Arquivo SPHAN/Pró-Memória 1



Biblioteca Nacional 2


Arquivo SPHAN/Pró-Memória 3

1. Planta da cidade de Ouro Preto datada entre 1783 e 1785, reproduzida na Carta Geográfica do Império do Brasil, de C.J. Niemeyer.
2. Planta de 1888. Biblioteca Nacional.
3. A planta elaborada por Sílvio de Vasconcelos em 1949 revela poucas alterações se confrontada com os registros anteriores.

Da mesma forma que um bom ventilador e o telefone sobre uma mesa seiscentista ou do século XVIII não podem constituir motivo de constrangimento para os que gostam verdadeiramente de coisas antigas — só o novo-rico procura esconde-los ou fabricá-los especialmente no mesmo estilo para não destoarem do ambiente; da mesma forma que o automóvel de último modelo trafega pelas ladeiras da cidade monumento sem causar dano visual a ninguém, concorrendo mesmo, talvez, para tornar a sensação de 'passado' ainda mais viva, assim, também, a construção de um hotel moderno, de *boa arquitetura*,[3] em nada prejudicará Ouro Preto, nem mesmo sob o aspecto turístico-sentimental, porque, ao lado de uma estrutura como essa tão leve e nítida, tão moça, se é que posso dizer assim, os telhados velhos se despencando uns sobre os outros, os rendilhados belíssimos das portadas de S. Francisco e do Carmo, a casa dos Contos, pesadona, com cunhais de pedra do Itacolomi, tudo isto que faz parte desse pequeno passado para nós já tão espesso, como você falou, parecerá muito mais distante, ganhará mais um século, pelo menos, em vetustez. E as duas grandes sombras, cuja presença o Manuel sentiu tão bem, avultarão — lendárias, quase irreais.

E não constituírá um precedente perigoso — possível de ser imitado depois com má arquitetura — porquanto Ouro Preto é uma cidade já pronta e as construções novas que, uma ou outra vez, lá se fizerem, serão obrigatoriamente controladas pelo SPHAN que terá mesmo de qualquer forma, mais cedo ou mais tarde, de proibir em Ouro Preto os fingimentos 'coloniais'.

Quanto aos inúmeros exemplos de fora, Inglaterra e USA — principalmente USA, em que se tem adotado critério oposto, isto é, o de reproduzir em estilo 'apropriado' tudo, até mesmo os interruptores de luz elétrica —, eles significam para mim bem pouca coisa. Conheço os 'grandes artistas' que orientam essas importantes organizações culturais patrocinadas por senhoras da melhor sociedade, muito ricas e extremamente sensíveis às belezas artísticas da Itália e da Espanha de outros tempos. Lá também as pessoas melhor informadas já não querem mais saber disso.

Agora, na qualidade não só de arquiteto filiado aos CIAM e de técnico especialista do SPHAN, mas, ainda, de seu amigo, sinto-me na obrigação de dizer também o seguinte:

Diante da reação 'instantânea' — ao meu ver um tanto precipitada — daqueles justamente de quem fora lícito, por todos os títulos, esperar-se uma atitude mais acolhedora e compreensiva — pelo menos depois do exame refletido da questão — e o apoio moral à iniciativa, e por avaliar perfeitamente as conseqüências possíveis, senão mesmo prováveis, desse 'caso' em que, por falta de amparo, você poderá se ver na contingência de ter de sacrificar todo esse esforço de mais de dois anos de que sou tetemunha, comprometendo-se, então, irremediavelmente o seu programa de realizações no Serviço e não se fazendo, assim, nem uma nem outra coisa, me pergunto se o objetivo em vista justifica os riscos da experiência e corresponde verdadeiramente — para outros que não para nós, arquitetos — à importância do que está em jogo. E já que você, ontem, me comunicou haver solicitado do O.N.S. o estudo de uma variante que procurasse atender mais de perto às características locais ouro-pretanas — solicitação esta feita por você espontaneamente, sem, nem de leve, qualquer sugestão ou interferência minha —, me pergunto também, e ainda aqui sem perder de vista nem os CIAM nem o SPHAN, se, em casos assim tão especiais, e dadas as semelhanças tantas vezes observadas entre a técnica moderna — metálica ou de concreto armado — e a tradicional do 'pau-a-pique', não seria possível de se encontrar uma solução que, conservando integralmente o partido adotado e respeitando a verdade construtiva atual e os princípios da boa arquitetura, se ajustasse melhor ao quadro e, sem pretender de forma nenhuma reproduzir as velhas construções nem se confundir com elas, acentuasse menos ao vivo o contraste entre passado e presente, procurando, apesar do tamanho, aparecer o menos possível, não contar, melhor ainda, não dizer nada (assim como certas pessoas grandes e gordas mas de cuja presença a gente acaba esquecendo), para que Ouro Preto continue à vontade, sozinho lá no seu canto, a reviver a própria história. L.''

Lúcio Costa abordou a cidade da mesma forma que abordou o projeto de Oscar Niemeyer — como duas obras de arte. Justificava-se, na ocasião, por se tratar de um arquiteto em luta pela implantação e sobrevivência da recém-nascida arquitetura modernista no Brasil, assim como pela estagnação quase total de Ouro Preto por mais de um século. Esvaziada economicamente, a cidade foi usada como matéria-prima para um laboratório de nacionalidade de inspiração modernista, deixando as populações que lá moravam subordinadas a esta visão idealizada, não sendo elas sequer motivo de referência.

Despida de sua componente social, a cidade obra de arte como monumento tombado era preservada pelo Patrimônio através de ações de conservação e restauração. As supostamente poucas edificações novas no conjunto eram encaradas como um retoque, devendo ser executadas de forma a diluir-se no contexto antigo ou ser contemporâneas (modernistas), desde que de *boa arquitetura*. Neste caso estavam, de preferência, as obras de caráter excepcional, como o próprio Grande Hotel, ou a Igreja Metodista projetada pelo arquiteto José de Souza Reis, como alternativa para a proposta neocolonial dos proprietários.

Dentro desse critério restaurador eram previstas ainda ações corretivas, com a exigência, na aprovação de projetos de reformas, da retirada de frontões e platibandas características da tímida evolução de Ouro Preto posterior ao século XVIII. Este tipo de ação era justificado pelos técnicos da instituição com a necessidade de restabelecer a marcante linha dos beirais da cidade ou, de forma mais radical, para eliminar o aspecto *bastardo* daquelas edificações. No último caso foi este o argumento usado para a reforma do prédio do Cine Vila Rica, em parecer de 1957, também do arquiteto Lúcio Costa. Coerente com a justificativa, não era fundamental a reforma total das fachadas à moda colonial, mas, se eventualmente fosse este o desejo do proprietário, era prontamente autorizado.

O hotel de Oscar Niemeyer, antes da fórmula conciliatória sugerida por Lúcio Costa, era um bom exemplo do critério inicialmente proposto. Formalmente o



Arquivo SPHAN/Pró-Memória. Fotomontagem: Eric Hess

1



Arquivo SPHAN/Pró-Memória. Fotomontagem: Eric Hess

2



Arquivo SPHAN/Pró-Memória Marcel Gautherot

3

1. Prédio do antigo Liceu de Artes e Ofícios. 2. Desenho de Lúcio Costa ilustrando seu parecer sobre as condições necessárias para que o prédio passasse a abrigar o Cine Vila Rica. 3. O prédio hoje.

projeto realmente não demonstrava compromisso com nada além do programa de utilização, com bom uso da tecnologia industrial e das linhas simples da arquitetura modernista. Representaria, assim, a associação de uma expressão autenticamente nova, considerada de boa qualidade, com o acervo tombado. Os dois objetos — um pronto, acabado, o outro por fazer — se relacionariam através da qualidade, sem imitação e sem integração, como dois volumes bem distintos e distantes (emocional e temporalmente), definitivamente pousados e acomodados na paisagem. Eternizariam desta forma, como um santuário, o ideal de atualização e nacionalidade modernista.

Se não fosse promovida e controlada pelo Patrimônio, esta seria realmente uma forma ideal para a preservação dos centros históricos. Daria margem a um processo natural de continuidade da produção arquitetônica de boa qualidade e ao atendimento das novas necessidades, resguardando a produção preexistente. Mas, certamente, não foi esta uma forma realista nem aplicável com o passar do tempo. Num primeiro momento não resistiu a uma tendência mais conservadora de intervenção nos centros históricos e, posteriormente, não teria resistido ao próprio desenvolvimento urbano e a uma produção social do espaço arquitetônico de expressão não necessariamente correspondente ao gosto da intelectualidade que conduzia o Patrimônio.

Da busca da ''tipologia''/''harmonia'' às primeiras imitações

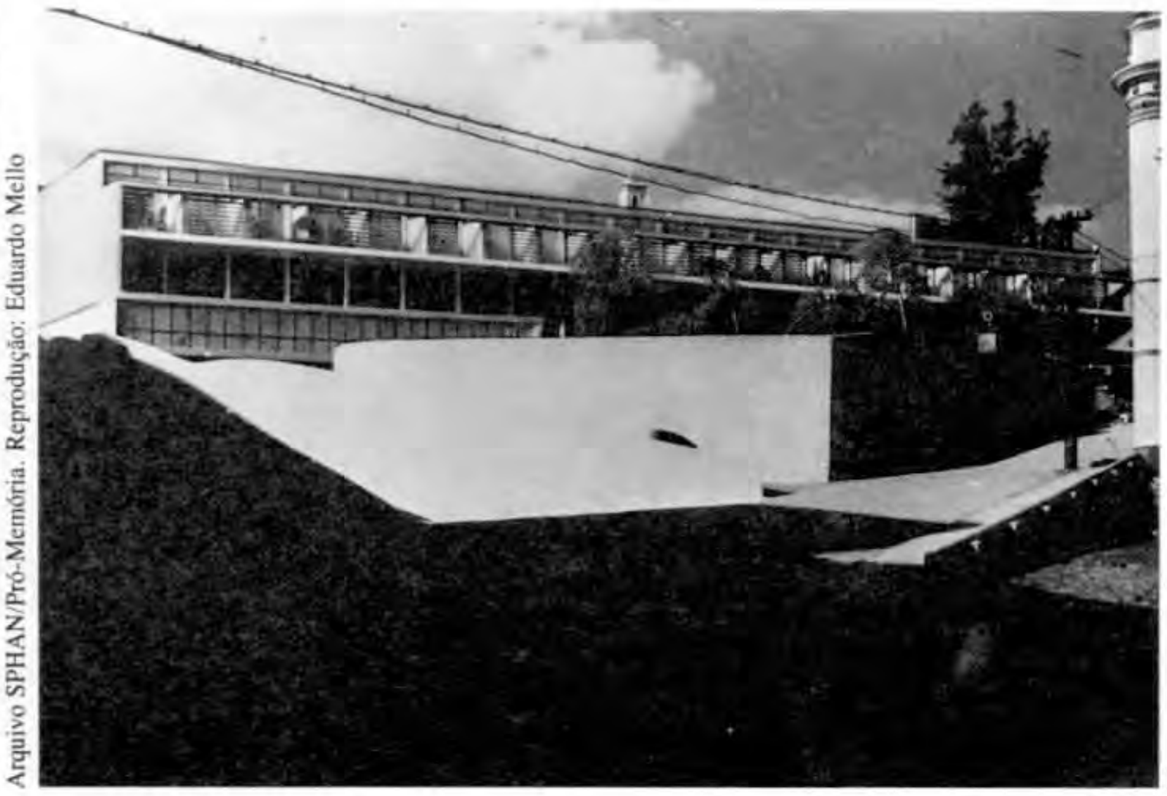
Na impossibilidade de levar adiante aquela solução, Lúcio Costa fez uma concessão no que diz respeito à liberdade total de aplicação dos dogmas modernistas, mas manteve-lhe o caráter, buscando apenas aproximar a expressão formal, por semelhança, à arquitetura tradicional. No entanto, do ponto de vista da cidade setecentista idealizada, não foi feita concessão. O arquiteto procurou naquele período os elementos de semelhança, estabelecendo desta forma, para continuidade da cidade, o padrão estético de uma fase de Ouro Preto.

Para ajustar melhor a arquitetura nova ao quadro antigo, diminuindo o contraste entre o passado e o presente sem reproduzir as velhas construções, como o projeto de gosto neocolonial do arquiteto Carlos Leão para o mesmo hotel, foi indicada a inspiração na marcação dos esteios do pau-a-pique colonial. Desta forma iniciava-se — embora não considerasse as características de volume e implantação — a indicação do uso de elementos tipológicos para ''harmonia com o meio de inserção'' e ''boa convivência entre o novo e o preexistente'', segundo os termos utilizados em estudos no Brasil desde a década de 70 sob forte influência européia, ignorando as formas e conseqüências de sua aplicação em nível nacional.



Arquivo SPHAN/Pró-Memória. Eric Hess/1939

1



Arquivo SPHAN/Pró-Memória. Reprodução: Eduardo Mello

2



Arquivo SPHAN/Pró-Memória. Pedro Lobo/1985

3

1. Maquete do projeto do arquiteto Carlos Leão para o Grande Hotel de Ouro Preto.
2. Maquete do projeto inicial do arquiteto Oscar Niemeyer.
3. O Grande Hotel de Ouro Preto cuja execução obedeceu ao projeto definitivo em que Oscar Niemeyer incorporou as alterações do projeto original recomendadas por Lúcio Costa.

Foi neste espírito também, do uso de linhas ou elementos típicos da arquitetura tradicional, que começaram a ser resolvidos os casos mais corriqueiros de arquitetura popular no interior do centro histórico. Quando eram apresentados nos projetos vergas curvas e outros elementos que pudessem caracterizar uma intenção de imitação da arquitetura colonial, eram eles substituídos, em projetos alternativos de arquitetos do Patrimônio, por vergas retas buscando as proporções e linhas principais de um colonial simplificado.

Como eram poucos os projetos apresentados inicialmente, o controle era casuístico, pedindo-se inclusive fotografias da vizinhança, buscando-se uma integração nas peculiaridades de cada trecho da cidade. Muitas vezes, o respeito a vizinhanças levava à imitação da arquitetura tradicional, embora se devesse evitar os ''fingimentos''. Mas, afinal, esses casos eram de menor importância, uma vez que eram de arquitetura menor e que, acreditava-se, a cidade não iria mais crescer.

Dois projetos aprovados pelo Dr. Alcides da Rocha Miranda em 1942 e 45, respectivamente, na Rua Alvarenga, propriedade do Sr. João do Nascimento Meneleu, e na Praça Antônio Dias, 26, propriedade do Sr. Ascendino Lobo Leite, demonstram bem essas ações para o controle da arquitetura corriqueira. Foram pedidas fotos das edificações vizinhas e a aprovação foi dada somente após a comprovação do respeito às ''linhas principais'' — no dizer do próprio Alcides da Rocha Miranda — dos prédios vizinhos.[4]

Com o tempo e o aumento dos pedidos de aprovação de projetos na cidade, começou-se a evidenciar a impossibilidade de controle particular de cada caso, e surgiram as primeiras normas. Passou-se então a exigir a utilização dos elementos estruturais da fachada em madeira, como: ''beirais de cachorro, vãos em caixões externos e folhas em rótulas, calhas, ou guilhotinas''.

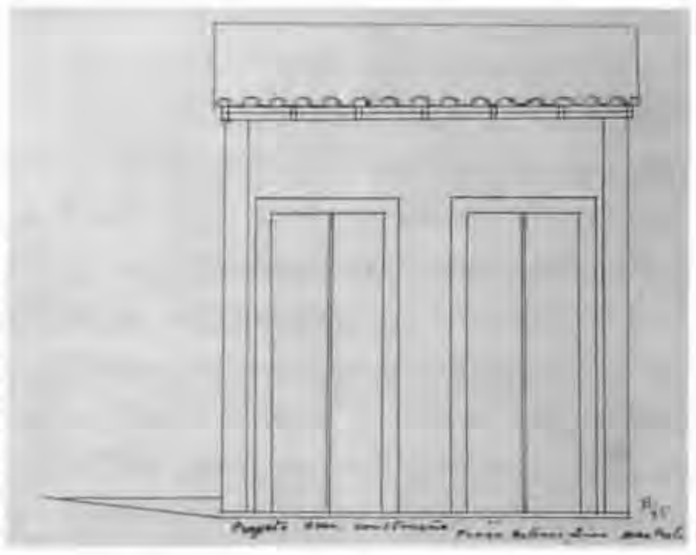
Estas normas passaram a ser empregadas mesmo nas áreas novas que iam se formando nas periferias. Com o tempo, a grande maioria dos projetos passou a ser apresentada para aprovação já de acordo com as exigências — conseqüência natural da repercussão, na Ouro Preto da época, da recusa pelo órgão federal dos primeiros projetos apresentados. Desta forma, com as normas incorporadas à rotina de construção do ouro-pretano, aos poucos foi se formando uma nova imagem urbana caracterizada pela intenção estética da instituição.

A responsabilidade do Patrimônio como promotor dessa imagem tradicional foi apurada também em outras fontes, uma vez que é reconhecido existir uma continuidade espontânea das características das construções em cidades do interior do Brasil e na arquitetura popular rural. No seu relatório de 1949, relativo à definição de prioridades de aplicação de verbas em Ouro Preto, Sílvio de Vasconcelos descreveu a arquitetura nova da periferia da cidade, que independeu da aprovação do Patrimônio, como sendo semelhante à arquitetura tradicional. A tendência mais geral, no entanto, não era esta. No mesmo relatório, Sílvio de Vasconcelos acrescenta que as casas "no centro adotam inovações". Foram identificadas como novas, na ocasião, 75 casas, computando-se "tanto aquelas de construção recente, como também as reformas, de aspectos arquitetônicos, não condizentes com o conjunto da cidade".

Uma tendência à modernização aparece ainda no texto de introdução do Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana,[5] que registra um momento muito especial da vida da cidade: "Digno de referência é o contrato entre a intendência municipal e José Alexandre de Moura Costa e José Barreiros, em 12 de setembro de 1891. Por ele cogita-se a abertura e calçamento de ruas, construção de casas e de um teatro, em função de ter sido anunciada a mudança da capital pelo fato de que a cidade não apresenta condições. Os interessados trataram de melhorar tudo, a fim de conservar a sede do governo."

Dentro desse mesmo espírito podemos entender a referência feita por José de Souza Reis, em depoimento dado à pesquisadora Teresinha Marinho,[6] ao "clima antipatrimônio" vigente em Ouro Preto por ocasião de sua visita em 1938. É possível, portanto, afirmar que havia uma tendência para a renovação e atualização da cidade. Isto por um lado valoriza a medida do tombamento, pela força que teve de preservar o acervo antigo, mas, por outro, torna evidente a participação do próprio Patrimônio como promotor do que hoje é, justamente, chamado de "estilo Patrimônio" pelos moradores locais.

Toda a atenção da instituição se voltava para as fachadas, o que era natural, pois, acreditando que a cidade não iria mais crescer, tornava-se irrelevante a preocupação com outros aspectos, tais como dimensão dos lotes, implantação da casa no lote e seu volume. Na maioria das vezes os desenhos submetidos à aprovação do Patrimônio se limitavam à fachada principal e a uma planta com a disposição dos cômodos, talvez por ser esta última uma exigência da Prefeitura. Geralmente as edificações tinham um único pavimento com dimensões reduzidas, e as poucas referências ao aspecto volumétrico encontradas nas aprovações foram a redução de 3,50m para 3,00m do pé-direito de uma casa, a redução do nível de uma cota de soleira e o alinhamento de dois telhados, com a cobertura geral das edificações eliminando o desnível do telhado.

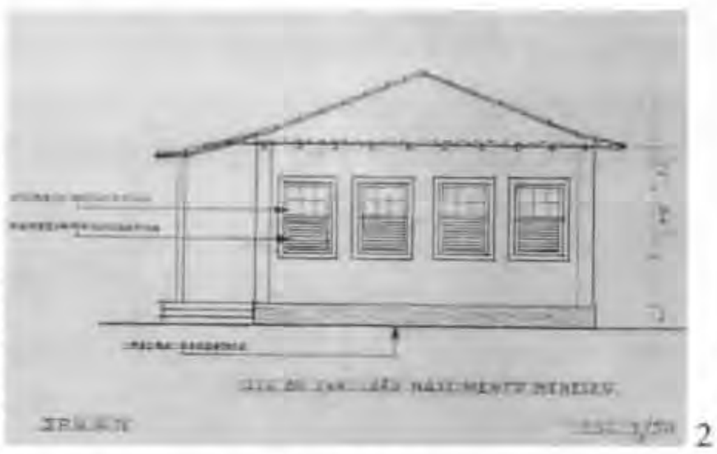

Arquivo SPHAN/Pró-Memória 1


Arquivo SPHAN/Pró-Memória/s/d. 2


Arquivo SPHAN/Pró-Memória 3

Praça Antônio Dias: 1. Projeto submetido à aprovação. 2. Foto exigida pelo Patrimônio para verificação do respeito às características locais. 3. Ilustração da semelhança com a edificação vizinha necessária à aprovação.


Arquivo SPHAN/Pró-Memória 1


Arquivo SPHAN/Pró-Memória 2

Rua Alvarenga: 1. Tipo obtido no contexto em que é pedida a autorização para uma nova edificação. 2. Desenho do Patrimônio inferido do contexto.

Intensifica-se o crescimento e detalham-se as normas fachadistas

Com o tempo, em conseqüência da industrialização de Ouro Preto, as condições para a conservação idealizada por Lúcio Costa se agravaram. A cidade, já não mais obra de arte, retomou seu processo de crescimento, as fronteiras se romperam, a periferia foi ocupada e os espaços do centro histórico se valorizaram também economicamente para ocupação. Não eram pedidas mais apenas uma ou outra construção e sim sucessivas residências, para atender a uma nova demanda social.

Ainda durante a década de 40 a po-

pulação economicamente ativa na indústria cresceu 70%, segundo dados do IBGE. Iniciava-se o que é reconhecido por alguns como o ''ciclo do alumínio''. Na década seguinte o crescimento da mesma população foi de 19%, intensificando-se na década de 60 com um recorde de 131%. Foi nesse último período que as conseqüências se fizeram sentir na área urbana. O Arquivo central da SPHAN no Rio de Janeiro tem, registrados na década de 40, 15 pedidos para obras novas na cidade. Na década de 50 passam para 124, e na de 60 para 495. Em 1955 surge o primeiro pedido de aprovação de loteamento. Na década seguinte constam no mesmo Arquivo 10 referências a parcelamento da terra.[7]

Ficou caracterizada, portanto, mais especificamente na década de 60, a nova forma de morar, que correspondia a um novo lote, uma nova implantação das casas no lote, uma nova disposição dos cômodos e uma nova relação com a rua, induzindo a uma arquitetura bastante diferente da tradicional.

Dos 11 processos de parcelamento da terra, das décadas de 50 e 60, oito continham informações completas, passíveis de análise, possibilitando constatar que apenas em um deles o Patrimônio fez exigências relativas a logradouros, tamanho dos lotes, gabaritos e taxa de ocupação, justamente no primeiro, de 1955. Entre os demais, em quatro se indica apenas a necessidade de arborização.

Os novos lotes, resultantes dos parcelamentos, ou mesmo os que iam surgindo espontaneamente na cidade ou em sua periferia imediata, se assemelhavam aos que então se formavam em todas as cidades. Nos loteamentos os terrenos eram aproveitados com o máximo de subdivisões, resultando num traçado xadrez, com quadras regulares e lotes na maioria dos casos de 10 x 30m. De maneira geral, dos lotes apresentados junto com os projetos para aprovação, fora de loteamentos previamente apresentados à instituição, apenas 7% se assemelharam ao tipo característico existente na malha urbana antiga, variando entre quatro e dez metros de testada, e profundidade, quando definida, acima de 30m. Os demais, 93%, eram atípicos.

O parcelamento da terra foi feito, em alguns casos, em áreas onde antes existiram construções, sendo possível, portanto, identificar até os lotes antigos, ruínas ou vestígios arqueológicos. É o caso, por exemplo, do loteamento apresentado pela Santa Casa de Misericórdia em 1965, na Rua Alvarenga. A aprovação do Patrimônio, mesmo assim, exigiu apenas que as casas fossem afastadas do alinhamento da rua antiga, criando uma via paralela a esta, e preservando assim a rua e não o conjunto urbano, uma vez que estava admitindo o restante do loteamento sem restrições. Suas características densas e de lotes atípicos resultariam, se estes fossem construídos, em massa edificada compacta ao lado da malha antiga alongada, outrora margeada de vegetação.

Dos projetos apresentados, que situavam a casa no lote, 78% pediam afastamento de pelo menos uma divisa. Esta situação era inédita, considerado o referencial setecentista do Patrimônio, pois teve origem no Brasil no século XIX, e em Ouro Preto somente se configurou em maior escala nessa fase, em razão da retomada de seu crescimento. Da mesma forma era atípica a dimensão das casas em planta. Dos projetos inventariados, 59% tinham dimensão tendendo para o quadrado, 11% para um retângulo com a frente maior, sobrando apenas 30% com profundidade maior, mais à semelhança do casario colonial. A profundidade do modelo predominante era, em média, de 7,50m, o que resultava num volume de telhado muito distinto do tradicional.

Afora a restrição a alguns poucos volumes e a decisão contrária ao afastamento frontal sempre que era pedido, as normas anteriores empregadas pelo Patrimônio foram sendo particularizadas para o aperfeiçoamento dos detalhes coloniais nas fachadas. Aquilo que na primeira fase pretendia apenas conseguir a repetição de linhas tradicionais, passando depois à definição de utilização de alguns elementos tradicionais anteriormente descritos, nesta fase se consolidou em exigências específicas e rígidas para o detalhamento do casario novo. E, desta



Arquivo SPHAN/Pró-Memória

1



2



3



4

1. Foto do terreno de propriedade da Santa Casa de Misericórdia.
2. Planta do terreno.
3. Projeto de loteamento submetido a aprovação.
4. Projeto modificado pelo Patrimônio.

maneira, os pareceres de aprovação dos projetos se repetiam durante anos, como um carimbo ou cartilha, variando muito pouco. Eram exigidos telhados em duas águas, com telha canal, galbo no contrafeito e beiral encachorrado, janelas em guilhotina com caixilhos, medindo 1,00 × 1,50m, e cerdura de 0,10m ou 0,12m, pintura em cor branca nas alvenarias e cor escura nas madeiras. Até mesmo na cor houve um enrijecimento, pois na década de 40 ainda era permitida cor clara nas alvenarias, não necessariamente o branco. Com o tempo foram sendo incorporados outros detalhes, como por exemplo os basculantes dos banheiros, que na década de 70 passaram a ter material e dimensão fixados, sendo em madeira e medindo 0,80 × 0,80m.

O Patrimônio fixou, desta forma, seu critério conservador estético-estilístico às fachadas, por serem estas uma expressão passível de deformação e assimilação pelos ouro-pretanos de hoje, mesmo porque não seria possível exigir a volta às relações sociais que outrora determinaram o que havia de fundamental na expressão da cidade e das habitações coloniais. Afinal não seria fácil no século XX viver em alcovas nem achar mocinhas recatadas por trás das gelosias.

Descaracterização, falsificação e hibridismo

As conseqüências dessa atuação são percebidas em três escalas: na descaracterização urbanística e paisagística, na falsificação do conjunto e na produção de uma arquitetura híbrida. O primeiro caso está diretamente ligado ao problema do uso do solo e, portanto, do regime de propriedade, não podendo o Patrimônio ser responsabilizado sozinho pelas conseqüências. É quase mitológico e intocável na sociedade brasileira o sistema de propriedade da terra, sendo desde sempre ligado ao sistema de poder político, assim como à pobreza e à necessidade de morar nos centros urbanos. O Patrimônio, mesmo tendo o Decreto-Lei 25 lhe atribuído poder e competência para decidir sobre o parcelamento das terras, dado fundamental para a preservação dos centros urbanos, não teve, diante da demanda de moradia em torno dos serviços de Ouro Preto, força e organização suficientes para exercer esse tipo de controle. Sabe-se que, além dos projetos de parcelamento da terra que constam do Arquivo central da SPHAN, houve outros planejados e ilegais, ou espontâneos. Mesmo dentro dos arquivados, dois já estavam implantados quando seus projetos foram apresentados.[8] A parcela de responsabilidade do Patrimônio está na insistência no controle de cada caso, sem um dimensionamento global do problema que derivasse do conhecimento fundiário e de seu potencial de uso. Com base nesse conhecimento poderiam ser estabelecidas normas e prioridades sobre onde despender maiores esforços, evitando ao menos as ocupações desfavoráveis em áreas de maior importância. A ação pontual era ainda a continuação da negação da possibilidade de crescimento da cidade.

A falsificação se deu em razão da per-

1





sistência no controle das fachadas para manutenção do estilo e da estética colonial, mesmo diante do crescimento acelerado e das transformações mais gerais ocorridas nas edificações e suas relações com o espaço externo, já referidas. Apesar de tudo, o cenário colonial no arruamento foi mantido, enganando o espectador menos familiarizado com arquitetura tradicional e, muitas vezes, até o especialista. A isto somaram-se ainda as mutilações promovidas nos estilos posteriores ao século XVIII e a aplicação daquele critério em toda a cidade de Ouro Preto e nas áreas de expansão, independentemente de sua situação na malha ou nos caminhos antigos, morros ou baixadas, descaracterizando o bem tombado exatamente em seu conjunto. É possível estimar que a SPHAN havia aprovado 3.000 edificações novas nestas condições até 1985, quadruplicando o conjunto oficial da cidade, que no instante do tombamento tinha aproximadamente 1.000 edificações.

Desse tipo de controle das edificações, associado ao novo tipo de lote, à implantação e ao volume novo, surgiu a arquitetura híbrida. Os telhados não se completavam mais com os dos vizinhos nem terminavam em suas empenas da forma tradicional. Pelas laterais, ou mesmo pelas vistas aéreas do conjunto, percebem-se as águas curtas dos telhados das novas residências e meias-águas parciais, em conseqüência das plantas tendendo para o quadrado e recortadas. Como era comum os projetos serem aprovados apenas com o desenho da fachada principal, nas laterais edificadas é que apareciam os elementos de uma edificação que era o reflexo dos novos tempos: vãos rasgados, esquadrias e grades de ferro, varandas etc. Assim, a arquitetura nova submetida à SPHAN era apenas falsa em relação ao passado e ao presente, sem ter personalidade nem marca cultural. Revelava uma expressão imposta pelo Estado, já fruto da deformação de um critério inicial e da desatualização conceitual diante da realidade.

É importante ressalvar que foram levantados alguns poucos casos em que a restrição à edificação foi total, buscando-se até a alternativa de permuta de terreno. Interessa aqui, no entanto, analisar a predominância das medidas que, mais fre-



Arquivo SPHAN/Pró-Memória. Pedro Lobo

O revestimento formal imposto pelo Patrimônio às arquiteturas novas dificulta a identificação da verdadeira natureza do documento histórico.



Arquivo SPHAN/Pró-Memória. Pedro Lobo



Arquivo SPHAN/Pró-Memória. Pedro Lobo



Arquivo SPHAN/Pró-Memória. Pedro Lobo



Arquivo SPHAN/Pró-Memória. Pedro Lobo

A aplicação das normas formais do Patrimônio, restrita às fachadas principais, acaba por dar origem a uma arquitetura híbrida.



Arquivo SPHAN/Pró-Memória. Pedro Lobo



Arquivo SPHAN/Pró-Memória. Pedro Lobo



Arquivo SPHAN/Pró-Memória. Pedro Lobo

qüentemente, contribuíram para a nova fisionomia de Ouro Preto enquanto conjunto tombado.

E surge um novo conceito

Somente no final da década de 60 um novo conceito de centro histórico começou a figurar no discurso oficial do Patrimônio. O termo empregado não era mais *cidade* ou *cidade monumento*, como na carta de Lúcio Costa, que pressupunha a conservação da cidade como um todo. Passou a ser utilizado o termo *sítio urbano*, podendo referir-se assim a um trecho da cidade, admitindo seu crescimento.

O termo *sítio urbano* foi utilizado por Rodrigo M.F. de Andrade no seu texto, ''The Conservation of Urban Sites'' publicado em 1968, na revista da UNESCO, *Museums and Monuments*, n.º XI,[9] sobre a conservação de conjuntos urbanos, tomando como exemplo Ouro Preto. Para o autor, o que justifica o tombamento é o fato de o sítio urbano ser ''a criação notável e representativa da vida e da organização social de um povo, em determinada fase de sua evolução''. Esta visão abrange um novo conjunto de valores mais amplos que os definidos no Decreto n.º 22.928, de 12 de julho de 1933, que declarou Ouro Preto monumento nacional e que foi posteriormente utilizado para instruir o processo de tombamento instaurado pela então DPHAN: ''teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras de arte.'' A nova definição de tombamento pressupõe o desenvolvimento social, uma vez que se refere a ''uma fase'' e não caracteriza o ''sítio'' como ''despovoado definitivamente'', forma que classifica outro tipo de cidade monumento no mesmo texto.

Esta nova visão vem acompanhada de uma tendência à atualização, seguindo a revisão internacional das ações de conservação, englobando conceitos de entorno e ambiência e referindo-se à utilização social dos monumentos, claramente preconizada na *Carta de Veneza*, documento que registra as recomendações do Congresso Internacional de Ar-

quitetos e Técnicos em Monumentos Históricos, realizado em 1964. O texto aponta ainda a importância do planejamento urbano e da associação da preservação ao progresso dos sítios históricos, sem esquecer o atendimento das "conveniências e aspirações naturais de conforto e progresso de sua população".

Apesar disso, quando Rodrigo M.F. de Andrade aborda o problema da arquitetura nova, sua conclusão é semelhante à de Lúcio Costa. Sua reflexão merece também ser reproduzida na íntegra:

"As construções novas devem reproduzir artificiosamente as formas antigas, ou ostentar claramente a sua condição de obras atuais?

Em outras palavras: deve prevalecer o purismo radical a que repugna toda contrafação, ou academismo fácil de reprodução, tanto quanto possível fiel, da coisa antiga?

Quando a natureza dos materiais e a tecnologia é completamente diferente, como no caso dos grandes envidraçamentos, é preferível o contraste franco. Quando, porém, a interferência visa apenas preencher determinada falha ou lacuna do conjunto urbano, deve prevalecer o critério da correta reprodução. Tanto num caso como noutro o bom êxito dependerá da qualidade profissional e da sensibilidade do arquiteto responsável.

De um modo geral, a falsa ambientação cenográfica é contra-indicada e, em qualquer circunstância, importa levar em conta a equivalência, harmônica no que respeita à cor, a escala e a comodulação."

O reconhecimento da componente social da cidade não levou à compreensão de sua continuidade histórica formada por novas expressões sociais livres de fórmulas estéticas por semelhanças ou da genialidade de algum arquiteto. Ao contrário, reforçou o critério anteriormente empregado, ignorando as já evidentes deformações e a falsificação que ia resultando da nova composição social associada à estética desejada.

Na época dos planos

Na década de 70 o processo de crescimento de Ouro Preto tem continuidade, tornando-se alarmante e inegável para os responsáveis por sua preservação, o que, somado à apologia do planejamento, estimulou o Patrimônio a dar os primeiros passos visando à formulação de planos para os centros históricos.

O primeiro plano para Ouro Preto teve início ainda em 1968 com a visita do arquiteto português Viana de Lima em missão da UNESCO. Em 1970 estava pronta uma proposta que se resumia basicamente no zoneamento da cidade e dos arredores com a intenção de criar uma área de expansão separada do núcleo histórico, protegido dela por um cinturão verde. O plano pretendia também manter a população da cidade antiga e suas funções mediante o estabelecimento de um equilíbrio na distribuição de equipamentos culturais e de lazer entre as duas áreas, a adaptação e recuperação das habitações existentes e a revisão do equipamento urbano e do arruamento.[10]

Caracterizava-se, através desta divisão física entre o novo e o velho, a grande diretriz do plano e a visão que tinha da cidade histórica como objeto idealizado, independente das evidências da realidade que demonstravam um crescimento interno. O plano definia, para a área histórica, ora referida como "núcleo", ora como "cidade" ou "aglomerado", uma ação de conservação e restauração tendo em vista o seu "tão rico potencial histórico e artístico no país".

Na descrição mais detalhada do plano surgem aspectos contraditórios, tanto com sua idéia geral como entre si. Merecem destaque por demonstrarem que se vivia um momento de transição em que, mesmo estando o plano de acordo com a ótica inicial do Patrimônio, se buscavam novas alternativas e se manifestava uma compreensão dos problemas a partir do conjunto urbano, e também por evidenciarem as dificuldades de coerência das ações que decorrem daquela visão da cidade histórica.

No entorno dos principais monumentos o arquiteto propunha, pintando de amarelo as fotos que ilustram o documento,[11] a retirada de frontões e platibandas e até a demolição de edificações que considerava, à maneira do Patrimônio, de arquitetura "sem qualidade", e defendia o preenchimento de áreas vagas como forma de obter "um melhor enquadramento na composição urhana", visando nos dois casos a uma ação corretiva, de restauração restitutiva, do conjunto setecentista. Conceitualmente, esta forma de ação muito se distingue do que é proposto para o outro lado do centro histórico, na região denominada Cabeças. Ali Viana de Lima propunha um loteamento pouco denso, cujas edificações se integrassem no espaço verde existente. Isto revestiria as áreas vazias de um caráter histórico, denotando uma visão de conjunto, o que se diferenciava do procedimento institucional habitual, que através do somatório de aprovações de edificações não antevia nem controlava seu resultado como nova mancha urbana. A isto acrescentava-se ainda um terceiro aspecto surpreendente, diante da proposta mais geral de conservação: propunha-se, para a arquitetura que iria preencher as falhas no alinhamento da rua — a arquitetura destinada a produzir "um melhor enquadramento na composição urbana" —, um controle apenas através dos gabaritos, dos materiais de construção e das cores, sem o estabelecimento de qualquer controle estético-estilístico detalhista.

Uma segunda tentativa de planejamento foi o "Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana", elaborado pela Fundação João Pinheiro de 1973 a 75. Esse plano fazia referência à conservação do "patrimônio cultural" numa perspectiva que ia além do seu acervo físico e indicava a preservação como "forma de melhoria das condições de vida" das populações locais. Considerando que o crescimento ameaçava as características peculiares de Ouro Preto, propunha distinguir com clareza as áreas de preservação e de desenvolvimento, situando esta última fora do raio de visão do conjunto antigo. A expansão principal se daria na localidade denominada Passagem de Mariana, e outra, secundária, seria vizinha a Ouro Preto, no Buraco Quente. Estas medidas viriam associadas a uma distribuição de funções que valorizariam os respectivos aspectos peculiares.

Com tais medidas o plano pretendia desestimular o crescimento da atividade residencial na área histórica, sendo mais radical que o de Viana de Lima, pois "qualquer nova edificação não [era] desejável". Evitava desta forma o esforço

de buscar soluções para as novas ocupações.

Já para a área de expansão na vizinhança de Ouro Preto, interligada por arruamento e próximo ao centro histórico, separada deste apenas por um morro, o plano propunha que um tipo de ocupação não significasse "uma ruptura com a linguagem formal predominante", devendo ser evitados "longos trechos retilíneos de rua ou qualquer outro tipo de ocupação regular". Lamentava ainda que não se pudesse repetir rigorosamente o tipo de espaço histórico característico, que liberaria áreas verdes nos fundos. As normas estabelecidas para as edificações nesta área buscavam mais uma vez a harmonia com o preexistente, através da repetição de alguns elementos da arquitetura tradicional: "edificações no alinhamento da rua, limitação em dois pavimentos, telhados com telhas cerâmicas, vão com dimensões verticais predominantes e pintura em cores claras, em contraposição com as cores escuras em portas e janelas."

Esses critérios de ocupação eram menos detalhistas e procuravam resolver a questão das áreas novas a partir do traçado urbano. Isto, no entanto, não significou um avanço nos procedimentos de preservação. Ao contrário; além dos pedidos de ocupação no interior do centro histórico continuarem a ser negados, o critério de "semelhança para harmonia com o preexistente" passou a ser sugerido formalmente também para as áreas periféricas, mesmo que situadas por trás de morros, como no caso do Buraco Quente, o que reforçava e dava continuidade à rotina estético-estilística e de indução ao hibridismo nas aprovações do Patrimônio.

Teria a instituição criado escola? Ou seria essa forma menos detalhista fruto já da influência européia, que, ao propor estudos tipológicos para orientar a "boa arquitetura nova, harmoniosa nos centros antigos", se pretendia nova, ignorando a própria história?

Seja de um jeito ou de outro, e independentemente da aplicação dos planos, este tipo de norma para aprovação de obras novas nos moldes do critério inicial de Lúcio Costa e Alcides da Rocha Miranda voltou a ser experimentado nos últimos anos, seja quando se exigiu um volume à semelhança do tradicional, implantação no alinhamento de rua, telhado em duas águas, vãos predominantemente verticais e cores buscando os claros e escuros já referidos, seja quando se procurou, como em propostas mais recentes, apenas a repetição da proporção dos cheios e vazios coloniais. Mas tudo isso demonstrou que a simples aplicação desse tipo de critério, associado ao tipo de profissional que atua na grande maioria dos centros tombados, não conduz necessariamente a uma interpretação contemporânea dessas informações, resultando na maioria das vezes em arquitetura híbrida ou de imitação. Em Ouro Preto, dos 515 projetos de arquitetura nova apenas 35 foram assinados por arquitetos; 99 foram assinados por engenheiros, 153 por desenhistas, e os restantes 223 pelos proprietários ou indefinidos.

Os dois planos descritos jamais foram aprovados pelo Município; não foram detalhados e muito menos implantados. Sofreram críticas por seu distanciamento da cidade, desenvolvidos que foram sem a participação dos representantes das comunidades locais e do poder municipal, como era usual na época. Essas críticas são válidas na medida em que se verifica que na década de 70 já havia informações suficientes sobre o tipo de crescimento local para orientação dos trabalhos, e tais informações não foram consideradas. De qualquer modo o Patrimônio as aproveitou como argumentação ao estudar algumas propostas de loteamento e, outras vezes, como fontes, ainda que incompletas, de subsídios úteis para o trabalho do dia-a-dia na aprovação de projetos. E Ouro Preto continuou crescendo internamente, no centro histórico, e nas periferias, atingindo mesmo as áreas previstas para expansão.

De obra de arte a bem cultural

Com o processo de abertura política, no final da década de 70, a população intensifica a reivindicação de ser ouvida na execução dos trabalhos técnicos e um maior contato com os responsáveis por esses trabalhos. Nota-se um clima próPatrimônio, reconhecendo-se a importância do tombamento contra a especulação imobiliária que vinha dos primeiros anos da década. A questão da preservação passa a interessar a maiores parcelas da população e ganha espaço nos meios de comunicação.

Em 1970, uma reunião de governadores em Salvador marcara o início de uma série de medidas oficiais que ampliaram as parcerias para as tarefas de preservação. Isto e mais alguns trabalhos que surgiram na época voltados para os usuários dos conjuntos ou que valorizavam bens culturais de naturezas diversas prepararam as bases para o discurso de Aloísio Magalhães. E é Aloísio Magalhães que entra em cena em 79 como elemento catalisador, explicitando os novos conceitos e rearrumando de forma institucional as já dispersas iniciativas oficiais de conservação empreendidas em 1970.

Os centros históricos, como os demais monumentos de "pedra e cal", passaram a compor um quadro de "bens culturais" capazes de referenciar a "identidade cultural do Brasil" e manter a memória nacional. Nesse contexto os centros históricos ganham dimensão mais real como objetos de uso social e começam a ser encarados como registro de uma trajetória histórica ainda viva, devendo ser compreendidos pelos significados que lhes são atribuídos pelas comunidades locais.

Sobre Ouro Preto Aloísio Magalhães declarou em entrevista concedida a Zuenir Ventura para a revista *Isto é*: "Você não pode em um país em desenvolvimento fugir à idéia de que as coisas vão acontecer. Ao lado da Catedral de Chartres não acontecerá mais nada. Nenhuma fábrica vai ser construída. Em Chartres está tudo feito. Mas em Ouro Preto como você vai proibir? Você tem é que lutar para fazer proteções, coisas com que não a atinjam. E lhe digo mais: foi o ciclo do ouro, o ciclo econômico, que construiu Ouro Preto no século XVIII. O vil metal, de certo modo, dentro do sistema de vida, é que é o responsável por estas coisas. Quem pode dizer que o ciclo do aço não vai retomar certas coisas na região de Ouro Preto? Será necessariamente para estragar ou é possível você fazer com que o ciclo do aço seja benéfico? Coloco ape-

nas a questão. *A priori* você não pode dizer que é certamente negativo.''[12] Nestas palavras estavam presentes uma visão realista e um novo conceito de centro histórico, visto como elemento de uma trajetória ainda viva e socialmente determinada.

A primeira grande ação de Aloísio Magalhães como diretor do Patrimônio foi a realização de um seminário em Ouro Preto envolvendo o poder municipal, órgãos de cultura e educação e as diversas representações comunitárias, visando intensificar o diálogo com a população da cidade e entrar num acordo sobre as diretrizes básicas para o prosseguimento dos trabalhos de preservação. Esse encontro resultou num documento final, do qual algumas medidas foram implantadas, como, por exemplo, a carta geotécnica e a tentativa de levar adiante o trabalho com a população na busca de compreensão da produção cultural atual, sua relação com a produção passada, e o reforço da representação local do Patrimônio. Como conseqüência foi implantado em Ouro Preto um grande escritório técnico, que, além do arquiteto ou engenheiro tradicional, incluía um grupo especializado na área de ciências humanas para incrementar o trabalho local.

Mas as rotinas anteriores de controle e aprovação das obras se mantiveram ao largo dessas novidades. Os mesmos critérios do início da atuação da instituição continuaram a ser empregados, a mesma forma de trabalho sobreviveu. Os técnicos arquitetos continuaram o exame de cada caso, verificando se estaria garantido o aspecto colonial. No afã de controlar a possível criatividade dos novos arquitetos que chegavam à instituição com o estabelecimento da Fundação Nacional Pró-Memória e conseqüente ampliação dos quadros, foram retomadas as normas mais rígidas, já sob a forma de cartilha, listando os detalhes que deveriam ser empregados na construção.

Há dois anos os arquitetos da Diretoria Regional da SPHAN em Minas, fortalecidos pelos debates sobre arquitetura nova realizados em seminário promovido pela SPHAN em Belo Horizonte, vêm adotando na aprovação de projetos a postura de aceitação e incentivo à forma menos detalhista para o interior do centro histórico e têm sido mais liberais nas periferias. Essa atitude, no entanto, não chega a significar um avanço com relação à tradicional; não corresponde a uma mudança explícita do conceito de centro histórico nem a estudos sobre os conjuntos urbanos que pudessem referenciar uma ação coerente de aplicação de novos critérios.

Não por acaso foi repetidamente mencionado o profissional arquiteto neste texto. É este profissional um dos grandes responsáveis pela insistência nos critérios que se orientaram pelo sentido estético dos conjuntos, tratando-os como obra arquitetônica para arquiteto ver. Foi notória na ocasião, e está bem registrada na carta que já transcrevemos, a influência de um desses arquitetos, cuja sugestão prevaleceu na aprovação do Grande Hotel de Ouro Preto. Com o tempo, e o estabelecimento da rotina de trabalho, um número cada vez maior de arquitetos se ligou à instituição, ocupando via de regra os cargos de confiança e dando impulso sempre maior às normas estéticas e de estilo e às obras — estas sempre justificadas pela urgência em razão do precário estado de conservação dos imóveis. Os estudos, necessariamente multi e interdisciplinares, para explicitação dos valores preservados, seu sentido e seus objetivos, e aplicáveis nas ações de preservação, eram sempre preteridos, ou apenas desenvolvidos sob o aspecto tecnológico, perpetuando-se assim um processo compulsivo de conservação de um objeto irreal e idealizado.

Mas a vida continua e preservar é preciso

Se se examina o aspecto predador de grande parcela da sociedade contemporânea, das grandes concentrações conseqüentes ao processo de industrialização, e da concentração de capital em torno da indústria da construção nas últimas décadas no Brasil, deve-se reconhecer a importância do papel desempenhado pelo Patrimônio ao preservar parte significativa do acervo edificado de Ouro Preto. Fato que dá sentido à reflexão sobre as intervenções passadas, possibilitando continuar a ação da instituição, valorizando até o seu passado como parte oficial da história local, incluindo erros e acertos.

Hoje, acumulados os 50 anos de uma ação quase única e contínua, é difícil imaginar o que ficou incorporado aos hábitos dos cidadãos, transformando-se de forma imposta em espontânea, o que torna duvidosa a oportunidade e eficiência da aplicação de critérios distintos de preservação. É preciso, no entanto, avançar e mesmo propor correções segundo novos pontos de vista e conceitos mais atuais. Neste sentido é possível adotar uma visão nova que não conflite com a idéia de ''bem cultural'' e demarque apropriadamente o ''bem'' centro histórico com suas diversas peculiaridades.

Com referência a essas peculiaridades pode-se citar o documento do arquiteto Luiz Fernando P.N. Franco sobre a transcrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico de centros históricos inicialmente inscritos apenas nos Livros do Tombo Histórico e de Belas-Artes. Nos termos desse documento,[13] o ''patrimônio [foi] entendido como matéria-prima para toda a produção cultural'', constituindo-se especialmente em fonte de apoio para as ciências humanas. Esta noção confere ao bem tombado um conteúdo de documento e de interesse público, cabendo ao Estado garantir sua integridade, registro, exploração e reprodução.

Os conjuntos urbanos, além desse conteúdo, têm um componente de vida, pois se originam de um processo histórico e social que ultrapassa o ato institucional do tombamento e tem continuidade no próprio bem tombado. O supostamente estático — matéria-prima, documento — ganha, dessa forma, vida própria que obedece a uma trajetória socialmente determinada. São eles, portanto, bens muito especiais, caracterizando-se por expressar um acúmulo de valores e um compromisso possível do passado com o presente. São também qualidades fundamentais dos centros históricos a possibilidade da vivência sensível dos espaços e a análise de seus diversos elementos constitutivos.

Esta maneira de apreender os centros históricos fica bem exemplificada quando Marc Bloch, em sua *Introdução à história*, se refere à paisagem rural como à



Reprodução Marcel Gautherot

1. Ouro Preto vista por João Emanuel Pohl em 1851.
2. A cidade em 1985, já acrescida das expansões recentes.



Arquivo SPHAN/Pró-Memória. Pedro Lobo

única forma de "propiciar as perspectivas de conjunto de que era necessário partir"[14] para chegar a um determinado tipo de análise histórica. E o arquiteto Luiz Fernando P.N. Franco, indo além, no texto acima citado, dos aspectos aparentes das paisagens, mencionados pelo historiador, vê na ocupação do território uma importante fonte primária. E mais: alude às marcas que não estão registradas nos projetos ou na simples cartografia e propõe uma leitura do "conjunto dos vestígios" de todo o processo de ocupação dos espaços.

Abandona-se, com esta visão, qualquer forma de controle estético, estilístico e principalmente fachadista. Tal controle é substituído pela documentação e pelo registro não só dos vários elementos integrantes do conjunto histórico mas do seu todo, garantindo-se a leitura de seu processo de formação e de sua trajetória, assim como o conhecimento dos elementos que no futuro vão inevitavelmente se perder. Permite também o desenvolvimento de estudos para a delimitação da competência da instituição, o tipo de controle que ela pretende estabelecer, a definição das áreas de intervenção e a abertura de um diálogo franco com as populações. Abandona-se também o "cada caso é um caso" e passa-se ao uso de instrumentos modernos de controle urbano com uma visão integrada, possibilitando ao Patrimônio um planejamento capaz de implementar a preservação do ponto de vista urbanístico, dando margem ao aparecimento das expressões novas que deverão conviver, por força da natureza do objeto tombado, com o acervo preexistente. O parcelamento do solo é, nessa tarefa, o condicionador principal e deveria necessariamente possibilitar a leitura histórica do urbano. Controlados os volumes, a feição arquitetônica ficaria a critério de cada um, de suas vontades ou possibilidades objetivas.

Por esta abordagem seriam incluídas na produção contemporânea não somente as soluções que buscam a "harmonia sem imitação", empregando elementos do tipo tradicional local, pois são autênticas como expressão de uma elite, mas também as soluções populares, mesmo quando escapam às expectativas estéticas dos que exercem o controle na preservação. Adotar-se-ia um tipo de preservação que admitisse o crescimento segundo as peculiaridades locais, independentemente de modelos internacionalmente difundidos.

1. Na transcrição procedeu-se à atualização da ortografia.
2. O primeiro CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) ocorreu na Suíça, em La Sarraz e o 10º, e último, em 1956 na cidade de Dubrovnik, na Iugoslávia. Em 1929, no segundo Congresso, em Frankfurt, foram aprovados estatutos criando três órgãos no CIAM, com representações de diversos países.
3. O grifo é do original.
4. Essas informações estão nos processos, referentes a aprovação de projetos, existentes no Arquivo da Coordenadoria de Registro e Documentação (CRD), da SPHAN/Pró-Memória, com entrada por endereço e nome do proprietário.
5. O Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana foi elaborado pela Fundação João Pinheiro de 1973 a 1975 num convênio entre o então IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais) e as prefeituras de Ouro Preto e Mariana.
6. Depoimento colhido em 7 de dezembro de 1982 para a série SPHAN-Memória Oral.
7. Arquivo da CRD/SPHAN/Pró-Memória: processos de aprovação ou legalização de loteamentos, ou de legalização.
8. Vila São José e Loteamento Brito Filho.
9. Utilizamos aqui o original de Rodrigo M. F. de Andrade em português. Arquivo da CRD/SPHAN/Pró-Memória, Pastas de Personalidades.
10. LIMA, Viana de, *Rénovation et mise-en-valeur d'Ouro Preto*, Paris, UNESCO, 1972. Arquivo da CRD/SPHAN/Pró-Memória.
11. Detalhamento inédito do plano de Viana de Lima e originais coloridos dos mapas. Arquivo da CRD/SPHAN/Pró-Memória.
12. MAGALHÃES, Aloísio, *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Fundação Nacional Pró-Memória, 1985, p. 189.
13. Informação nº 135/86, Diretoria de Tombamento e Conservação da SPHAN: "Transcrição de Centros Históricos inscritos nos Livros do Tombo Histórico e Paisagístico e de Belas-Artes para o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico", 18 de setembro de 1986.
14. BLOCH, Marc, *Introdução à História*, Coleção Saber, Publicações Europa América, 4ª edição.

MESA-REDONDA

PATRIMÔNIO EDIFICADO II

sítios históricos/núcleos urbanos/entorno

Mesa-redonda realizada no dia 7 de outubro de 1986 na sede da Fundação Nacional Pró-Memória, Rio de Janeiro, tendo como participantes: Augusto Ivan de Freitas Pinheiro (**AL**), arquiteto, do Corredor Cultural da Prefeitura do Rio de Janeiro; Carlos Nelson Ferreira dos Santos (**CN**), arquiteto, do Instituto Brasileiro de Administração Municipal; Fernanda Colagrossi (**FC**), presidente da Associação de Amigos de Petrópolis para a Preservação do Patrimônio e a Defesa da Ecologia (APPANDE) e do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos); Jurema Kopke Eis Arnaut (**JA**), arquiteta, da SPHAN/Pró-Memória; Luiz Fernando P. N. Franco (**LF**), arquiteto, da SPHAN/Pró-Memória; e Vera Bosi (**VB**), arquiteta, da SPHAN/Pró-Memória.

RPHAN: Já se pode falar de uma política para a preservação de conjuntos históricos e a delimitação de seus entornos?

CN: Política definida não existe ainda. Acho que ela tem aparecido por força de iniciativas isoladas de pessoas que são especialmente esclarecidas. É um risco enorme, porque foram os mesmos tipos de pessoas esclarecidas que impuseram ao país uma mentalidade, que me parece necessária mas elitista, do que é patrimônio a preservar. A gente pode estar repetindo esse processo com 50 anos de diferença. Mas, por outro lado, eu vejo a coisa com esperança porque as políticas de preservação de áreas vão ter que ser inseridas numa consciência maior do urbano, o que é verdadeiramente a política. Política é isso, é um assunto de *polis*. Dentro de um contexto geral de consciência da urbanização, e do direito à urbanização, vai surgir, eu acho e espero, uma coisa que é lógica e perfeitamente viável, que é a expressão declarada do amor, da paixão pelo seu lugar. É impressionante, aqui no Rio de Janeiro mesmo, que, nos tempos da pior opressão, quando todo mundo que está agora se dizendo favorável a isso ou aquilo estava bem caladinho, tenham sido grupos populares que tiveram a coragem inacreditável de desafiar o poder, de dizer não e desafiar a violência. Quer dizer, resistir a ser removido a força, resistir a ver seu bairro todo destroçado. De certa forma perderam, mas ganharam, dado o desequilíbrio brutal de forças. O que conseguiram foi extraordinário. Então eu vejo que essa tendência existe, ela é simples, é essa mesma paixão, é você gostar do que é seu, é fazer a geografia afetiva dos seus espaços. Se crescer dentro de um contexto geral de politização do urbano, isso vai se conformar em política e vai se transformar em pressão sobre o poder e virar programa regular. Eu faço a distinção, o que não impede em absoluto que um certo número de pessoas esclarecidas já tenham a visão disso preelaborada e tenham bastante cuidado de articular isso com as pressões que vão vir de baixo para cima: para não acontecer exatamente aquele esnobismo de que sabemos. Outro dia, fui a uma reunião da Presidência da República em Brasília a respeito de um programa de educação em favelas. Havia um especialista do Rio Grande do Norte que falava, o tempo inteiro, da sociedade que nós queremos, do futuro que nós vamos fazer para o Brasil. Não agüentei e, lá pelas tantas, perguntei: nós quem? você e quem mais? Era o próprio "cara-pálida". Ele tinha a certeza do modelo de país que queria e respondeu-me uma coisa fantástica: vai ser a substituição da ditadura da minoria pela ditadura da maioria. Ai, meu Deus! Os pretos, os judeus, os homossexuais, os trabalhadores com carteira assinada, porque tudo isso é minoria nesse país, vão ser esmagados pela ditadura da maioria.

VB: O que o Carlos Nelson colocou é o que existe de real. Existem ações soltas, tentativas, e eu acho que nós que estamos trabalhando dentro da SPHAN-Pró-Memória, deveríamos estar estruturando uma política de preservação. Na medida em que essa entidade usa uma legislação forte e tolhedora, ela tem uma ação sobre os núcleos que não acompanha, que não responde às necessidades do viver do núcleo. O núcleo se compõe principalmente de seres humanos, e esses ocupantes desenvolvem atividades, usam as áreas, os edifícios, os equipamentos. Todos esses equipamentos são úteis para a vida do núcleo, para os moradores, e o tratamento que se tem feito até agora de tudo isso é pontual. São os edifícios com características especiais que têm sido apontados. Mas a área é tombada na sua totalidade e, sobre todos os ocupantes, sobre toda a comunidade, recai o ônus do tombamento. A política do Estado deveria atender aos ocupantes das áreas cobertas por aquele manto. Nela eles não encontram respostas porque nada está sendo atualmente pensado em termos de se atender ao núcleo urbano dentro de suas características globais. Tenho colocado de forma bastante enfática o mesmo medo de que fala Carlos Nelson, de que nós estejamos pregando alguma coisa que, mais para a frente, possa nos transformar na elite que hoje prega a preservação com aquelas características. Embora nossa responsabilidade seja restrita em termos de recursos, a preservação é nossa competência. Nosso compromisso, enquanto entidade de preservação, é de viabilizar ações, deixar e contribuir para que as ações ocorram nos diversos órgãos, nas diversas entidades, no interesse de se preservar aquilo que merece e deve ser preservado. Não é aquilo que achamos que deve ser preservado, mas sim aquilo que os moradores e usuários acham que deve ser preservado. Isso é o que importa, e essa política ainda não vi acontecer.

FC: Minha participação aqui só será válida como testemunho de uma luta por uma comunidade. Minha presença na presidência do ICOMOS, de que a APPANDE é membro desde 1980, deve-se a razões estatutárias, mas o intuito de nossa chapa era de representar essa luta por Petrópolis. Em Petrópolis teve início um processo novo que constituiu uma virada nos parâmetros e critérios de tombamento da SPHAN e de que temos vaidade e orgulho. Foi tombada uma bacia hidrográfica, dentro do plano Köeler, que representa praticamente a cidade de Petrópolis. É o 1.º distrito inteiro, uma vez que as áreas de entorno foram delimitadas, segundo os eixos dos rios, em 100m a partir de cada margem. As margens dos três rios e de seus afluentes incluem o casario representativo. Pela primeira vez no Brasil, parece, foram tombadas duas fábricas têxteis do começo do século e quatro vilas operárias. Todo um critério elitista, de que se falou antes de mim, na escolha dos bens a serem tombados pela SPHAN, mudou a partir de Petrópolis. Quanto aos entornos, em Petrópolis precisamos de um repensamento. Embora estejam delimitados desde 1980, os critérios de aplicação seguem normas de um zoneamento. Foi abandonada a prática usual de se permitir a derrubada de construções ao lado de bens tombados, desde que se reconstruísse o mesmo volume. Em Petrópolis se permitem alturas de até 10m, na prática três andares. É um incentivo à derrubada das casas que normalmente têm dois andares, embora os pés-direitos sejam mais altos. Acho que é uma coisa que deve ser revista. Na reunião do dia 12 de agosto de 86, no Museu Imperial, uma das coisas que a comunidade pediu ao Conselho Consultivo da SPHAN foi justamente a revisão do conceito de entorno. Falou-se em paixão geográfica pelo que é seu. Acho que foi extremamente bem colocado. É assim que nos sentimos e é a razão de nossa luta. Essa paixão passa a não ter barreiras políticas, vai-se estendendo para outros municípios, como um amor derramado. Foi assim que entramos por Caxias e Magé, não em termos de tombamento mas de paisagem natural. Foi a primeira área de proteção ambiental, delimitada em 82 em nível federal. Achamos que não podíamos parar nas barreiras de Petrópolis. Outras coisas pinçadas que talvez não se liguem muito entre si penso que podia ser interessante debatê-las. Pensamos no tombamento da tecnologia da cerveja Bohemia. Mas era um tombamento que só teria razão de ser no nível municipal e levamos ao prefeito assim que ele criou o Conselho de Preservação e Tombamento de Petrópolis. Não sou bebedora de cerveja, mas parece que a qualidade caiu muito. É uma pena porque era uma coisa característica de Petrópolis. Quanto à política para os bens tombados, acho que seria muito importante uma política de reciclagem dos bens, acho que é uma coisa que devia ser colocada nesta mesa.

LF: O que vou dizer é certamente preconceituoso. Vem de uma sensação de inquietude, desde que comecei a mexer com a área de preservação, diante da unanimidade. Uma unanimidade praticamente absoluta, mesmo que ela seja falsificada, que os não unânimes não se declarem. Ninguém tem coragem de dizer que é contra a preservação. Nem mesmo os especuladores imobiliários assumem isso abertamente. Quando se fala em unanimidade numa sociedade não só de classe mas dilacerada em classes como a nossa, a gente fica com a pulga atrás da orelha. Tem



Arquivo SPHAN/Pró-Memória/1952

Casa da Baronesa de São Joaquim, Petrópolis, Rio de Janeiro.

alguma coisa de errado que todos concordem com o mesmo princípio. Esse princípio deixa de ser ou de ter a possibilidade de ser uma política, passa a ser um apostolado e uma missão. Uma das razões principais dessa confusão, da impossibilidade da preservação se dar uma política, ou de se dar políticas, é justamente essa unanimidade que faz com que tudo fique num plano meramente ideológico. Para que houvesse esse salto da ideologia vã para algumas políticas, acho que o primeiro passo seria acabar com a promiscuidade excessiva entre a esfera de produção de conhecimento sobre o assunto que se quer preservar e a



Marc Ferrez/Col. Gilberto Ferrez/1908

A esquina da Rua da Carioca com Uruguaiana, no Rio de Janeiro, em dois momentos: as mudanças provocadas por seguidas posturas municipais do início do século até nossos dias.



Eduardo Mello/Arquivo SPHAN/Pró-Memória/1987

esfera de tomada de decisão. Isso está faltando e estou convencido que só a produção de conhecimento com algum rigor promete oferecer opções à esfera política. Acho uma lástima que essa área tenha passado tantos anos quase como monopólio, não só de uma instituição, mas de uma categoria profissional, a dos arquitetos. Os arquitetos têm o hábito de usar noções que exorbitam de sua competência só para se dar ares, quer dizer, sem levá-las às últimas conseqüências. Lembraria uma delas que diz respeito, justamente, aos núcleos históricos. Fica claro, desde os primeiros tombamentos feitos pela SPHAN, que houve a intuição de que estavam sendo tombados não somas aritméticas de bens notáveis, mas sim organismos. Os arquitetos adoram essa palavra. Qualquer estudante, desde o primeiro ano, se habitua a usá-la, mas ela não o leva nem às extremas conseqüências, nem à primeira, que seria, por exemplo, procurar no dicionário o verbete. É engraçado, no Aurélio, *organismo* está como conjunto de órgãos que constituem um ser vivo. Depois vai-se procurar *órgão* e descobre-se que a perplexidade não é só nossa. Órgão, diz o Aurélio, é uma parte dos organismos vivos. Então a tautologia está perfeita e as conseqüências disso se fazem sentir no modo como a coisa é desenvolvida depois nas práticas de preservação. Tombam-se organismos urbanos, mas continua-se a praticar a preservação como se fosse a da soma aritmética de bens notáveis. O instrumento adotado nesse processo é o da história dos estilos. A contradição atinge aí seu auge, porque o organismo urbano pressupõe uma hierarquia entre suas partes, uma relação entre cada parte e o todo, que é diferente de uma estrutura estilisticamente notável: ela compreende a arquitetura de um tecido menor no qual emergem coisas notáveis. Se se aplicam os critérios de natureza estilística às coisas menores, o paradoxo é total, e os resultados já os conhecemos todos. Estou convencido de que, para que amanhã se possam oferecer opções políticas que venham a se confrontar com algum fundamento social, isto é, para que as várias categorias se batam cada uma com a sua visão do que deve se tornar esse organismo, isso passa, também, pela produção de conhecimento da natureza desse organismo e das relações entre as partes e o todo. Por enquanto, estamos longe disto.

AI: No sentido de um documento formulando a política de um governo, essa política não existe. Não existe um documento que diga qual a política municipal, estadual ou federal para a preservação. A tendência, como disse Carlos Nelson, esta é clara: existe uma tendência de preservação. Em nossa experiência no Rio, ela foi mais social e se refletiu na ação política do governo. Estou entendendo política não como formulação de um documento mas como um encontro de forças que partem para uma decisão. Aqui no Rio, essa tendência social de querer preservar o seu habitat a gente identifica, por exemplo, na área do Catumbi que estava para ser demolida. Os moradores se reuniram e batalham há vinte anos pela preservação de seu bairro. Eles têm até uma legislação de preservação, que foi conseguida junto à Prefeitura em 1979/80. Há o pessoal da Rua da Carioca, que se organizou numa associação que batalha, provavelmente há mais de dez anos, pelo tombamento da rua. A gente vê essas coisas um pouco esparsas, mas é porque a paixão de que fala Carlos Nelson está meio embutida nas pessoas da cidade, de algumas cidades especialmente expressivas, como o Rio de Janeiro, Petrópolis. Talvez até de todas, mas algumas mais do que em outras, é essa paixão despertada. Aí eu vejo essa paixão vinda não só dos moradores e da comunidade, mas também de certos grupos dentro de órgãos de governo que se interessam pelo assunto como moradores da cidade, como observadores do fenômeno urbano e com pessoas que também têm uma participação. Acho que essa paixão perpassa tudo, não é exclusiva do morador, é também, muitas vezes, do técnico que pensa que não tem poder, mas tem. Ele pode atuar em um determinado momento em que a paixão está muito forte lá fora para que ela exista no governo, inclusive como uma forma de se identificar mais com a população. Acho que nosso projeto do Corredor Cultural entra nessa sintonia da paixão pela cidade. No nível municipal eu identifico aqui no Rio uma tendência muito forte, provavelmente começada com a legislação do Catumbi e aprofundada no Corredor Cultural, com uma legislação mais elaborada. Não sei se por causa do Corredor ou se pelo desejo conjunto de toda ou de grande parte da sociedade, recriou-se aqui uma Diretoria de Patrimônio, que tinha sido extinta na época do Prefeito Tamoyo, e um Conselho de Patrimônio. Esse Conselho seguiu essa tendência e os morros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo foram preservados. Santa Teresa foi preservada. Hoje existem vários exemplos de tentativas de segurar a identidade dos lugares. Está se estudando o Méier e a Penha. São Cristóvão foi objeto de uma legislação nova que privilegia esse aspecto. Então há uma série de coisas que permite ver uma política no sentido mais amplo possível. Não é a política que está escrita, mas a política que se faz, a política que vai no lugar, que discute com o morador, é a questão da *polis* mesmo, política de verdade. Acho que ter um documento muito geral congela e cria uma camisa-de-força para a questão. A gente pode cair no mesmo vício do zoneamento, formular uma política por escrito. Acho que a política está existindo no Rio, e vejo que essa coisa também passa pelo sentimento do país. Já fui a vários lugares falar sobre esse projeto e vi que esse sentimento existe. Manaus, Florianópolis, Brasília e Petrópolis, que é um caso mais antigo, são todos exemplos nos quais a população está presente de alguma forma. Então, vejo que a coisa está espalhada a nível nacional. Há nove anos atrás o que prevalecia era que preservar era uma nota dissonante dentro da cidade. Agora eu vejo que não é dissonante, que está em sintonia, em harmonia com a música geral da cidade. Aqui no centro do Rio em vez de você verticalizar para manter a música, você preservou, está saindo uma nova melodia. Mas essa nova melodia me parece que cria uma nova harmonia. Nós vamos ter problemas com ela em seguida. Já estamos tendo, com as dissonâncias que ela apresenta e com as quais não sabemos lidar. Nisso podemos cair naquilo que o Carlos Nelson falou, de pessoas que dessintonizaram num determinado momento, criaram uma nova harmonia e que não querem que nada rompa essa harmonia que decidimos ser a melhor. Então vamos ter que deixar que esses projetos sejam mais democráticos, o mais aberto possível, aceitando e entendendo as dissonâncias e até cantando uma nova música. Isso é muito complicado para o arquiteto, a gente tem na cabeça a organização do espaço. Acho que isso vai trazer um problema a nível federal, porque o órgão federal, como todo órgão federal, é guloso. Ele viu essa questão começando a sair do

tombamento das cidades realmente históricas, como Parati, Ouro Preto, Olinda, para os grandes, médios e pequenos centros urbanos. O órgão federal pode querer entrar nessa música. Isso porque nós estamos tocando uma música e o instrumento é nosso, é o zoneamento, que não é do órgão federal. Acho que o órgão federal deve estar com um olho enorme em cima das prefeituras para entrar nessa dança. Eu acho legal dançar junto, agora o instrumento é nosso nós vamos tocar a música. Acho que a parte que o órgão federal pode dançar nessa música é a parte de articular coisas que nós precisamos e não temos possibilidade de resolver. Aqui no Rio tem o problema da Lapa, moradores pobres, morando em áreas preservadas, e que não têm dinheiro para conservar. Acho que o BNH poderia entrar nesse compasso específico. Precisamos enterrar os fios da Telerj, porque atrapalham, são dissonantes. Acho então que o órgão federal pode articular isso para a gente. Há inúmeros equipamentos públicos, prédios de propriedade federal, que estão parados, ociosos, que não trazem nenhuma contribuição para essas áreas. Acho que o órgão federal teria, no caso, não o papel de dizer o que é bom ou o que é ruim, nem o de pegar nossas experiências e tentar expandi-las pelo Brasil — elas valem para cada lugar, com seus problemas específicos, e ele pode tentar homogeneizar —, mas sim o papel de articular o compasso a ser dançado e definido pelas prefeituras. Vejo a questão dessa tendência não como a de formular uma política, mas como a de tentar entrar, em cada caso, em sintonia com o que se está fazendo.

JA: Eu responderia com uma outra pergunta: é necessário que haja um órgão federal de preservação? A gente pensou logo em política no nível geral. É uma discussão que temos há tempos e passa por uma porção de observações. O órgão existe, tem trabalhado em cima de coisas mal resolvidas, mas acho que o grande problema que tem impossibilitado a definição de uma política é a dissociação de todos os órgãos, dos órgãos que manipulam a cidade e também entre os miniórgãos de preservação. Cada um está querendo enveredar por um caminho e encontrar o que é melhor para essa ou aquela área. É por aí que está a minha pergunta se é necessário um órgão que defina a política federal de preservação. Augusto Ivan perguntou quem deveria decidir sobre os bens a preservar. Parece-me que quem deveria definir as regras seriam os representantes de todas as áreas, e aí estão incluídos os técnicos, as câmaras, os órgãos que trabalham em cada pedaço da cidade. Pegando pontualmente as coisas, eu acho que não existe uma regra. Não creio que exista hoje uma vontade de preservar, acho que existe uma febre de preservar, como já houve uma febre de renovar. Augusto falava que há nove anos atrás quem falasse em preservação apanhava. É verdade, porque o discurso de qualidade de vida era um discurso pela renovação, era o de transformar a cidade numa coisa mais imediata, mas destruindo. O que existe agora é uma tentativa de recuperar alguma coisa da qualidade de vida que se perdeu. Fala-se em preservação nesse sentido e as populações estão brigando por isso, para preservar para si, para resguardar para si alguma coisa de bom que elas tinham. Acho que a gente podia ver primeiro o que está movendo as diversas populações para atuarem, para reivindicarem a preservação e, depois, que tipo de órgão ou de organismo deveria,interferir e trabalhar em conjunto. A gente poderia então começar a desenrolar esse grande novelo que é hoje a preservação.

FC: Acho que a política da SPHAN, como outras políticas, depende de pressões populares. O órgão é um órgão registrador da vontade popular. Como disse Augusto Ivan, o técnico também tem paixão e aproveita essa vontade popular para fazer a sua vontade, dar margem a seu interesse num trabalho maior em prol de uma comunidade ou de várias. Eu acho que foi feita a troca, que o "elitismo" dos critérios da SPHAN com tombamentos passou para o tombamento de expressões populares por causa de um começo de abertura que havia no país. Jurema falou de uma febre maior que uma vontade, e eu acho que a febre é um sintoma dessa vontade embutida. Evidentemente, num país com raízes tão curtas, em muitas áreas desenvolvimento e preservação são tomados como expressões de vontades excludentes. Pode haver um maniqueísmo que não é desejável. Acho que há essas duas vontades nas pessoas, a vontade de crescer e progredir, com todo o consumismo que esse progresso traz, como existe a vontade de preservar, de poder retroagir. Então, eu não acho que sejam febres, acho que são vontades e acho que o órgão federal deve existir, sim, embora me pareça que o regulamento de zoneamento nas leis de uso do solo sejam a expressão mais importante para a comunidade. Uma lei de uso do solo com enfoque preservacionista é uma luta diária, é uma sucessão de vontades de preservação de uma comunidade, mas é frágil por ser uma postura municipal. Eu acho que à SPHAN, aos órgãos regulamentadores do Rio de Janeiro, caberia despertar a vontade nas comunidades e intervir aqui e ali quando essa vontade detectada, clara, verdadeira é prejudicada por pressões econômicas.

RPHAN: Sítio, núcleos ou centros históricos, conjuntos arquitetônicos ou urbanísticos, entornos — essas expressões usuais hoje no vocabulário dos técnicos de preservação têm certamente alguma coisa em comum, mas não seria interessante começarmos por estabelecer as distinções necessárias entre elas?

JA: Nós resolvemos fazer um trabalho na SPHAN de definição desses termos. Encontramos as diversas definições nos diversos países e tentamos, a partir da sua leitura, fazer nossa própria leitura, mas até hoje não chegamos a nada. Nós não temos um dicionário definitivo, existe uma grande confusão. Agora, existe nitidamente uma distinção entre um sítio, um núcleo, uma cidade ou lá o que você queira dizer para caracterizar conjuntos urbanos e entornos. Pelo menos na SPHAN, a gente usa *entorno* como um conjunto que protege um outro conjunto, um outro objeto. É alguma coisa a mais do que a vizinhança.

LF: Em relação à terminologia, a coisa se agrava mais ainda, quando a palavra chave de todo o trabalho do pessoal da área, cuja prática é, por excelência, a de restauração, é restauração. E restauração é, literalmente, restabelecimento de um estado primeiro. Isso continua a ser levado ao pé da letra na atuação do Patrimônio. Seus artesãos restauradores continuam a entender restauração nesse sentido estrito. Eu queria lembrar que, em ou-

tros países, a palavra permaneceu, mas evoluiu essa prática específica para uma noção que não tem mais nada a ver com restabelecimento de um estado primeiro. Isso é um dado importante e tem a ver com uma noção menos rasteira do que é a parte historiográfica do trabalho de restauração.

AI: Eu só queria acrescentar como é que nós vimos o problema dos conjuntos aqui no Rio. Não foi uma coisa formulada assim, teoricamente, mas, com o passar do tempo, depois de sete anos de trabalho, a gente vê intuitivamente que foi com essa noção que a gente trabalhou. Conjunto para nós, aqui no Rio, foi o seguinte: prédios, ou seja, arquitetura mais atividade. A gente não dissociou o prédio do que acontecia dentro. Hoje, quando a gente analisa qualquer projeto de reforma, de recuperação de um prédio, a gente tem a preocupação com o que está acontecendo, com a linguagem que aquele prédio está falando para aquela área. Então, não exigimos, hoje, que nos térreos dos prédios da área mais densamente comercial do SAARA sejam refeitas suas colunas, porque não é mais a língua daquele comércio. Essa noção deu-nos uma espécie de parâmetro até para analisar projetos subseqüentes que vieram recuperando esses prédios, aceitando as exigências deles. O bom comércio popular é uma grande boca aberta que invade a rua e que não cria limites nem fronteiras entre o que é rua, o que é loja, o que é comércio. Eles próprios dizem isso, claramente a loja vem para fora, a rua entra na loja. Então, esse tipo de noção mais geral a gente tem incorporado na noção anterior. A gente vê que caminhou mais ou menos no sentido certo da noção de conjunto.

VB: Ultimamente a expressão *núcleo histórico* foi muito identificada com o programa do BNH. Quando nós começamos, a discussão era sobre carrear recursos do BNH para a preservação do patrimônio histórico, do patrimônio habitacional. Discutíamos o conjunto habitacional, as características da política do BNH etc. Quando chegamos a discutir o BNH em relação à preservação do patrimônio passamos a ver, então, que não era nem o patrimônio habitacional nem o patrimônio arquitetônico, era o patrimônio cultural. Um patrimônio cultural dentro de uma cidade que podia ser histórica ou não. Poderia até ser apenas um núcleo. Como iríamos delimitá-lo, como iríamos aplicar recursos do BNH, com aquelas resoluções todas, com aquelas linhas de financiamento, com aquelas características todas, dentro de uma área tombada? Não podíamos nos ater somente às áreas tombadas porque nem sempre constituem o conjunto urbano. Quando conseguimos realizar o projeto-piloto, ficou claro o que era realmente Olinda [ver *Revista do Patrimônio*, n.º 21, p. 134]. Era uma cidade que continha o núcleo histórico, a cidade nova e os conjuntos habitacionais. Você tinha uma cidade que apresentava um núcleo histórico com todas as características do urbano, tinha uma parte intermediária e um conjunto habitacional que eram também, pelas funções, núcleos urbanos. O núcleo histórico continha não só o patrimônio habitacional mas todas as funções características de um viver urbano. Continha as funções de habitação, saúde, sistema viário, tinha os problemas de saneamento e tinha o viver, a prática cultural que o identificava. Passamos então a tratar o núcleo histórico independentemente de ele ser ou não tombado. Era o núcleo de formação da cidade, significava a história da cidade, poderia ser a cidade inteira ou só parte dela. Tracunhaém, em Pernambuco, é a cidade como um todo. A gente fixou o núcleo histórico como um conteúdo da cidade. Você tem, naquele núcleo, todos os componentes urbanos e o patrimônio cultural, quer dizer, tem o edificado, o praticado, o viver dentro desse núcleo. Hoje, nas discussões com o Ministério do Desenvolvimento, com o BNH, não se fala mais

SAARA, Rio de Janeiro: "O bom comércio popular é uma boca aberta que invade a rua e que não cria limites nem fronteiras entre o que é rua, o que é loja, o que é comércio."



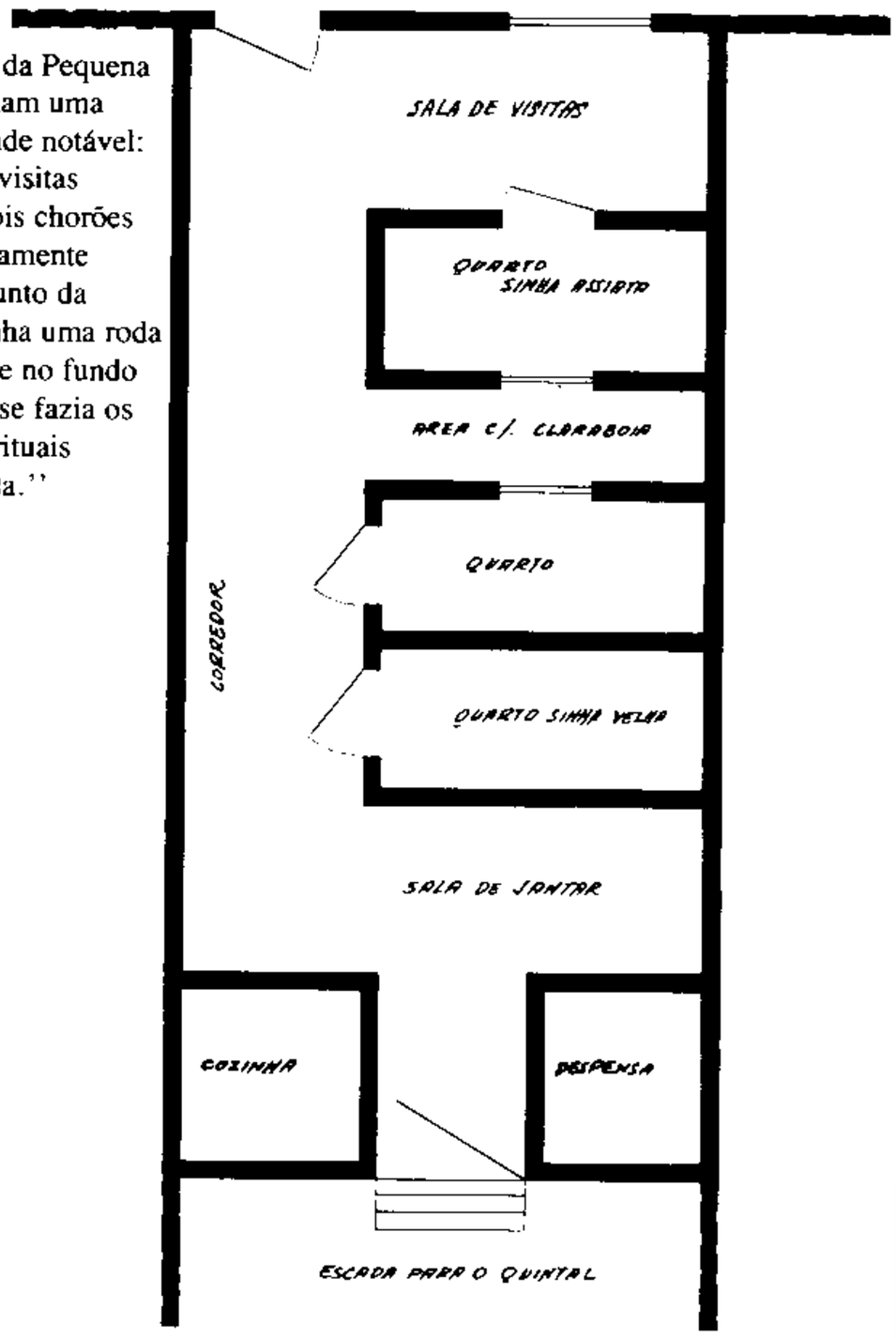
Eduardo Mello/Arquivo SPHAN/Pró-Memória/1987

em núcleo tombado, fala-se em área histórica dentro da cidade que não tem mais aquele limite. Senão, como iríamos atender a um morador que ficasse do lado de lá da linha de tombamento? Na verdade, quando trabalhamos com o BNH dentro da área de preservação, a gente passa a direcionar sua ação não só para a preservação, mas para aquilo que está construído, deixando o novo para uma segunda instância. Ainda em relação ao que foi colocado sobre a área federal, acho que ela tem que trabalhar buscando formas de viabilizar as ações de quem está trabalhando no nível municipal, tem que deixar de querer botar a mão na massa. Por que devemos ter gente que vai mexer no tijolinho do prédio lá na cidade de Catolé do Rocha, na Paraíba, se está em Brasília decidindo sobre recursos? De repente, o sujeito sai de Brasília, deixa tudo, e vai lá ver se o tijolinho está bem colocado, se a telha está na cor certa ou não. É preciso que a gente se coloque realmente nas funções e nos níveis de trabalho. Se uma prefeitura tem uma equipe montada, trabalhando com consenso, respondendo aos anseios da coletividade, então o que nós temos que fazer no nível federal é trabalhar com diretrizes básicas que dêem força, estimulem e carreiem recursos. O arquiteto, o historiador, o sociólogo ou qualquer outro profissional que for trabalhar na área federal, tem que saber que não vai botar a mão na massa. Ele tem que achar formas de viabilização do trabalho local, porque é quem trabalha na localidade, com a comunidade, quem está vivenciando os problemas, quem tem as melhores condições de atender às solicitações. O outro lado é o que Luiz Fernando colocou: o de se trabalhar no nível de laboratório, de se aperfeiçoar o nível técnico, de tal forma que se possa assessorar e providenciar o suporte necessário que muitas vezes não se encontra no nível local.

RPHAN: O trato dos entornos e dos núcleos históricos se exerce sempre em áreas marginais, geralmente tombadas ou preservadas pela SPHAN e, às vezes, também pelos órgãos estaduais de proteção. Como se dá a relação das três instâncias de poder nessas intervenções?

CN: As relações são muito ruins porque no Brasil, como em qualquer parte do mundo, não há exercício de poder de baixo para cima. As imposições vêm então em cascata. Há municípios que estão conscientes do problema. São minoria. O problema da preservação de áreas de interesses peculiares, históricos, culturais etc. deve estar englobado numa perspectiva mais ampla de luta do município que quer, antes de mais nada, ser dono de uma legislação referente ao uso do solo. Por outro lado, nós todos sabemos das limitações gravíssimas que isto tem, na medida em que toda legislação de uso do solo bate de cara com o problema da propriedade. Várias das coisas que foram ditas aqui, até agora, rodam em torno de ter ou não a propriedade, se é social, se é individual, se é irrestrita, qual é o papel do Estado nisso etc... Complicadíssimo falar nessas coisas porque a gente vai esbarrar, muitas vezes, com contradições que estão além do capitalismo. A gente fala muito em capitalismo, mas lembro que ouvi um técnico de Praga falando de preservação. O que aconteceu depois do governo comunista? Eles nunca socializaram Praga porque, quando chegavam em determinadas casas, o sujeito dizia: "há setecentos anos minha família vive aqui, de quem você acha que isso é?" Experiência contrária houve em Cuba, onde eles socializaram totalmente a propriedade do solo. Acho isso perfeitamente necessário e urgente, em qualquer lugar do mundo, especialmente nas cidades que não são mais o que eram há duzentos anos, lugares de absoluto privilégio de uma minoria. As cidades passaram a ser da massa. Porém, depois de fazerem isso, eles construíram as casas com recursos e material do governo. Basicamente, a força de trabalho era da população beneficiada. Mas as casas passaram também a ser propriedade do governo. O que aconteceu no final de três ou quatro anos? Essas casas estavam horrorosamente depredadas e o governo voltou atrás, resolveu dar algum estatuto de permanência, de posse, quer dizer, da relação entre o indivíduo e o lugar em que mora. Acho que essa relação é fundamental. Como é que isso pode ser equilibrado, é o problema sério que fica frente a nós. As prefeituras vão ter que enfrentá-lo, e só poderão enfrentá-lo se tiverem uma base popular. Para mim, o governo local é o único historicamente legítimo. O Estado nacional é uma coisa que me angustia muito, porque existe boiando em cima de algum lugar onde eu estou, e o que me interessa é este lugar onde estou e que relação faço com o mundo a partir daí. Também, mais importante que o Estado é a sociedade. Porém, aí a gente tem de pensar e muito bem pensado. A sociedade brasileira deu um salto fantástico no final do século XIX. Acho uma bandeira o Patrimônio ter, durante trinta, quarenta, cinqüenta anos, ignorado o século XIX. É claro, foi o século mais importante deste país. Foi quando este país se revirou pelo avesso para ser outra coisa. Nós vivemos numa cidade do século XIX que é o maior barato. O que o Brasil tem de igual ao Rio de Janeiro? Nada. É claro, foi a capital do Império, foi a capital da República. E a gente ignora isso, porque o legal no Brasil é Ouro Preto, a Bahia. No século XIX acontecem transformações em cima de transformações, coroadas, no final do século, por uma lambada nessa sociedade louca, com a libertação dos escravos e, logo em seguida, a República. O país tinha em 400 anos se habituado a ser ou não ser, e passou a se misturar. Trabalhar era a maldição, a expulsão do paraíso. Aqui no Brasil quem trabalhava era escravo. Gilberto Freyre à parte, o tempo de vida útil de um escravo produtivo, de um escravo do eito que fez a economia deste país, era de quatro anos. Não valia nada um escravo, porque no final de quatro anos ou estava morto ou estava estrompado. Tem aquelas mucamas bundudas, que falavam ioió, iaiá, era bonito aquilo, mas era uma minoria, eram escolhidas as melhores para isso. As mais hábeis, as mais bonitas, as mais trabalhadeiras, as que mais ressaltavam o traseiro... Este país sofre essa clivagem nesse momento. Ele teve que se rearrumar violentamente e essa rearrumação está completando um ciclo de um século agora. A gente veio aqui refletir sobre isso. Acho que isso era assunto para a Pró-Memória pensar e esmiuçar, refletir sobre os emblemas dessa mudança. Porque toda mudança social precisa de emblema e no Brasil a mudança significa emblematizar o futuro, porque descobrimos que nosso passado era morno e pouco estusiasmante. Então o Brasil inventou o mito da história do futuro que significa: até hoje ninguém viu nada, mas quando nós fizermos, verão. Todos acreditamos nisso. É uma impulsão de nossas vidas, curamos nossas frustrações de colonizados com isto. Agora, se nós queríamos o futuro,

"As casas da Pequena África tinham uma peculiaridade notável: na sala de visitas ficavam dois chorões comportadamente vestidos; junto da cozinha tinha uma roda de samba; e no fundo do quintal se fazia os primeiros rituais de umbanda."



Planta da Casa da Tia Ciata, em *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*, Funarte, 1983

tínhamos que ter um modelo do futuro e esse modelo foi o progresso. Tão emblematizado que foi parar na nossa bandeira. Nós apostamos que o futuro era o progresso, e o que era o progresso? Era a Europa que se industrializava em cidades. E nós apostamos em cidades e, da mesma forma que a bandeira, nós começamos a dar bandeira nas cidades. Há coisas fenomenais. O que aconteceu aqui na pequena África, nesse período, no Rio, a gente tem que aprender com humildade. Os negros saíram das plantações de café do Rio de Janeiro e das de cana-de-açúcar do Nordeste decadente, porque não precisavam mais trabalhar, agora eram livres. Qual o lugar onde não se trabalha, onde se vive como se não se trabalhasse? É a cidade, e eles vieram para o Rio para não trabalhar. Viveram um período glorioso, trabalhando pouquíssimo e produzindo o tempo todo boas relações sociais, que até hoje são as melhores que existem na cidade. Por isso nós comemos feijoada de feijão-preto, a gente adora escola de samba, se delicia e chora quando ouve um chorinho bem tocado. Tudo foi feito nesse período em que se preferiu produzir no esquema da identidade social fora do esquema da economia. A pequena África foi destruída a golpes de renovação urbana, exatamente porque era um escândalo, era insalubre e a insalubridade era o seguinte: excesso de horas de trabalho livre, não dedicado à mais-valia. Trabalhavam duas, três horas por dia.

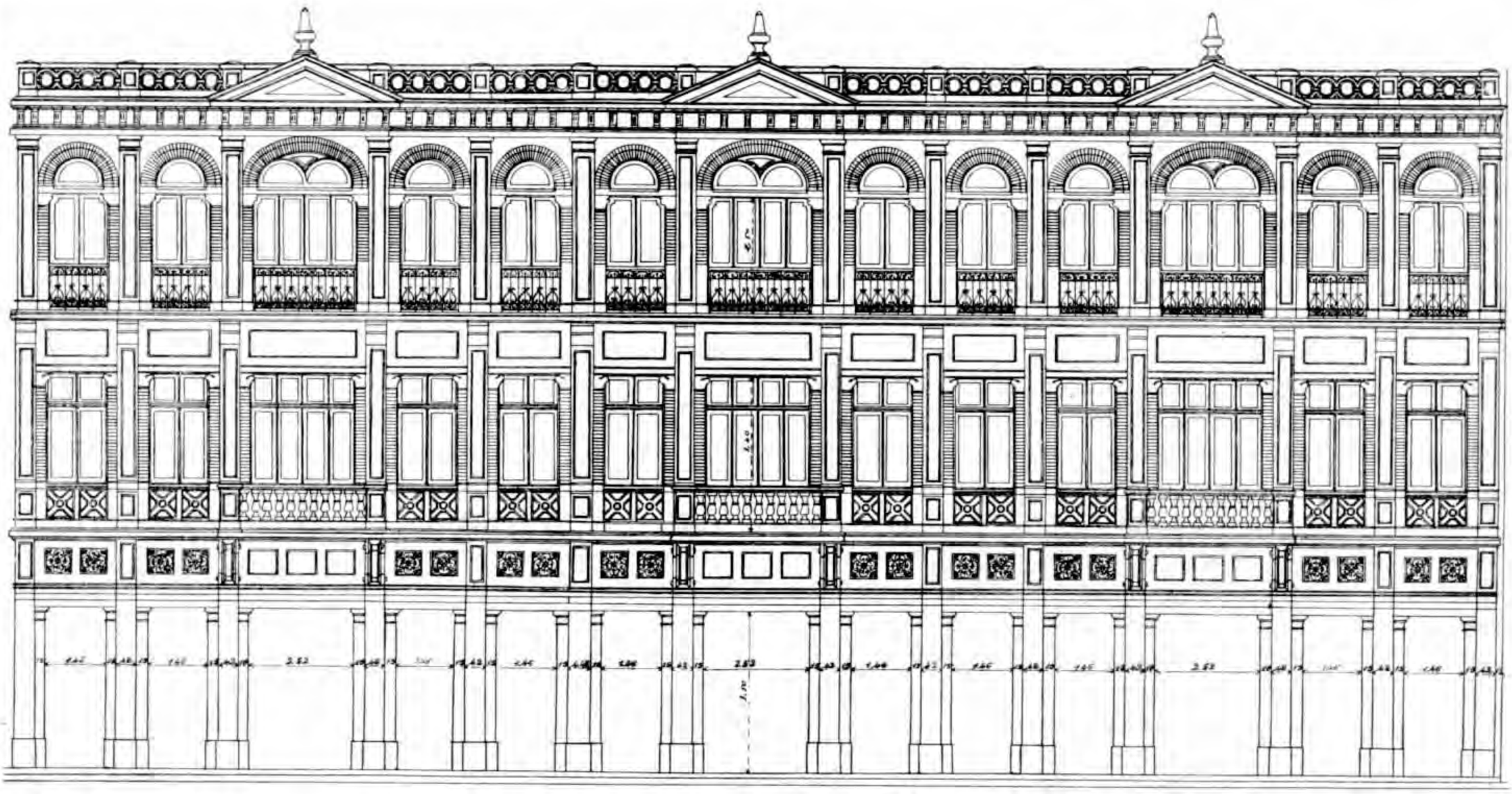
RPHAN: A pequena África era localizada onde no Rio?

CN: Era onde é atualmente a Central do Brasil e cercanias. Era um lugar tão importante já na época, como nó de circulação, que ali se concentrou uma enorme população que precisava de emprego fácil. Era um lugar articulado com o cais do porto, com a estação da estrada de ferro que já existia, com os grandes eixos de penetração que iam na direção norte — justo num lugar que estava decadente e que as famílias aristocráticas, os novos burgueses, estavam abandonando pela zona sul. Foi invadido pelos pretos, pelas Tias Ciatas, pelas tias baianas. Durante uns 20 anos o que aconteceu ali foi a glória. E uma boa renovação urbana acabou com tudo. Era o lugar da capoeira, das escolas de samba, do quintal com umbanda que é a religião do Rio de Janeiro. Tudo de que hoje nos orgulhamos como cultura desta cidade foi elaborado ali, naquele período. As casas da pequena África tinham uma peculiaridade notável. Na sala de visitas — é bem sociedade e natureza — ficavam dois chorões comportadamente vestidos com roupas adequadas, tocando sua música. Pixinguinha tinha horror de samba, a dele nunca foi samba. Junto da cozinha se fazia a feijoada e tinha uma roda de samba. No fundo do quintal, onde está a natureza mesmo, onde estão as plantas, o culto etc., se faziam os primeiros rituais de umbanda, se incorporavam os exus, as pombas-giras, os caboclos, os pretos-velhos, que também são evidência clara de emblema de uma sociedade que está começando a ser livre, ideal, fraterna. Entram essas figuras na religião que antes não existiam. Pretos-velhos e caboclos, os Peris, as Iracemas, os Ubirajaras que são caboclos de José de Alencar. Isso tudo é elaborado nesse período. Essas cidades que estão sofrendo transformações passam, no Brasil, a ser objeto de especial mimo e interesse, antes de mais nada, do Estado. O capital gosta delas, porque vê a ocasião de realizar seus grandes negócios. Nessa época é o capital estrangeiro nas grandes expansões urbanísticas, e o povo adora, porque o que ele mais quer é vir para a cidade nova para encontrar o futuro. Olhem só que lista impressionante: Rio de Pereira Passos e Paulo de Frontin, Belo Horizonte de Aarão Reis, Volta Redonda de Atílio Correia Lima, logo em seguida Goiânia, do mesmo Atílio. As cidades do norte do Paraná, que são cidades de companhias de colonização inglesas. Brasília e os conjuntos do BNH que são uma especial perversão da mesma idéia. As cidades novas do centro-oeste continuam sendo feitas e na Amazônia também. Este país tem cem anos de cidades emblemáticas. Isso não quer dizer que não existam as outras, que continuavam como Deus era servido. O emblema era claro, era a cidade onde o futuro chega. Brasília é exatamente essa idéia. Como o futuro não chega em lugar nenhum, porque o tempo presente é sempre tempo passado também, é o tempo do futuro, o povo brasileiro que se urbanizou no momento tem que enfrentar seu dilema: tradição e modernidade. Porém a tradição se impõe o tempo inteiro porque, dentro da modernidade, a tradição puxa para o presente. Esse dilema, eu acho que é a vida, porque uma anda empoleirada no ombro da outra. Mas se há um dilema, há uma possibilidade de morte também. É bom chamar a atenção aqui para isso: onde há paixão há o risco. Risco é uma possibilidade de morte. Vamos tirar a paixão do meio: onde há vida há morte. A população não anda fascinada por preservar tudo o que

tem em volta. Pedindo às crianças para fazerem desenhos sobre a cidade — temos um trabalho muito bonito sobre isso —, elas mostram esse dilema perfeitamente. Ao mesmo tempo que elas dizem "eu gosto de minha casa, minha casa é assim" — e a casa aparece com uma árvore e um balancinho, uma casa já meio mítica —, aparecem, junto, edifícios altos, *shopping-centers*, muito carro. As crianças são fascinadas por eles, só que elas tentam harmonizar essas coisas. Exatamente porque os camaradas tinham poucos recursos, no Catumbi eles reformavam e revitalizavam ruas inteiras, tendo o cuidado de manter um certo padrão de modenatura, como diria Dr. Lúcio, um padrão de fenestrações corretas, por mera sensibilidade diante daquilo que formava um conjunto. Há uma rua que tem edifícios desde o início do século XIX, passando por coisas do meio do século e do fim do século. Há edifícios *art-déco*, *art-nouveau*, edifícios modernos. O pacote é amarrado, você pega essas seqüências de fotografias — a gente fez muito isso no nosso livrinho *Quando a rua vira casa* —, nada ali choca. O Patrimônio nunca conseguiu, nunca entrou com elementos de vida nas coisas. Ele sempre teve uma paixão congelada. Vou aproveitar e dar uma mensagem, à primeira vista contraditória: os mentores da introdução das idéias do patrimônio histórico, da preservação, da boa arquitetura histórica no Brasil são, sintomaticamente, os mesmos que introduzem os valores racionais do modernismo. São pessoas que fazem um par, são as pessoas que, num sentido mais amplo, introduzem o modernismo no Brasil, como uma atitude de vida que é muito ligada à urbanização. Essas pessoas, num caso como no outro, no futurismo progressista, como no passadismo conservador, são congelantes. Elas estariam perfeitamente na moda hoje em dia. Elas acham que o que está feito perfeito, não deve ser mudado. Isso jamais foi a posição das pessoas normais. As pessoas normais acham que as coisas devem ser mudadas, renovadas sem parar e que não há nada na idéia de resíduos no presente. Para qualquer antropólogo, a noção de cultura exclui a noção de resíduo. Se está sendo usada hoje em dia, está viva. Para o museólogo o papo pode ser diferente, para o antropólogo não. Isso se aplica inclusive à economia. Na economia não há nada residual. No Japão de hoje em dia, as tradições de dez séculos estão vivas na economia que é a grande esperança do capitalismo.

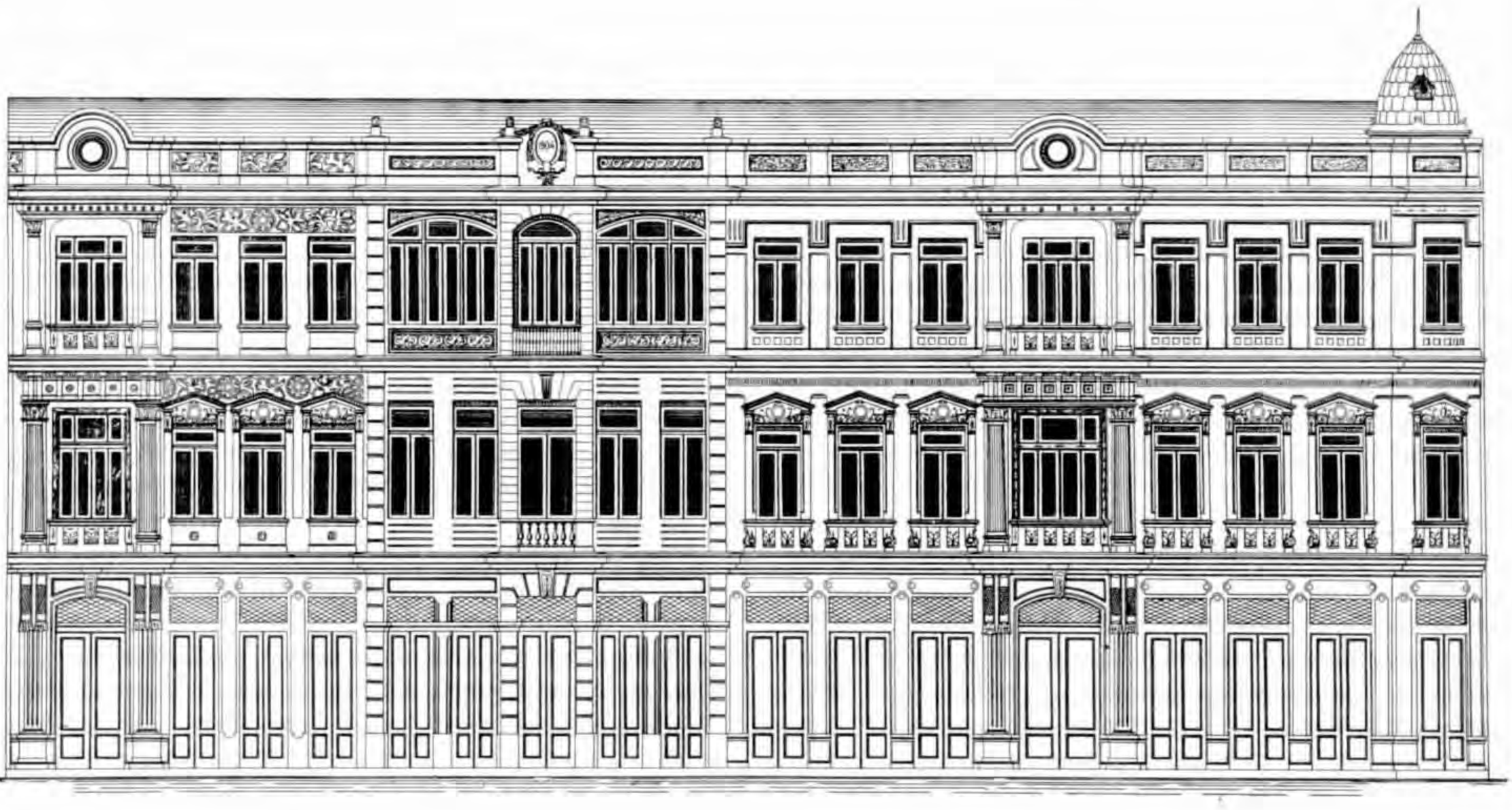
RPHAN: Tem sido um lugar-comum no discurso preservacionista brasileiro a afirmação de que a estagnação econômica impediu a destruição, ou descaracterização, de alguns dos sítios históricos que se mantêm relativamente íntegros até hoje. Como as propostas de valorização e/ou revitalização destes núcleos podem infundir-lhes vida nova e ao mesmo tempo não atingir sua integridade?

AI: Acho que no Rio de Janeiro, de alguma forma, sim. Em plena crise econômica não se estava construindo muito. A indústria de construção esteve mais ou menos paralisada de 1979 até agora. Mas a estagnação econômica é um dos fatores, e isso só não explica o problema. Nós temos, depois dessa retomada, de 1984 para cá, percebido muito isso no Rio. Como lá no Corredor Cultural somos obrigados a analisar todos os processos da obra, temos cerca de 100 imóveis que entraram em obra na área do centro da cidade. Se de alguma forma a crise econômica ajudou a preservar um pouco, essa coisa agora do cruzado está ajudando a recuperação. O vínculo econômico existe, mas não é



Zincographia E. Bevilácqua & C., em *Marc Ferrez, o Álbum da Avenida Central*/Ex Libris/1983

determinante; há outras coisas que junto com a questão econômica contribuíram também para a preservação. Vejo, principalmente, um valor simbólico que as áreas têm. O capital, o grande capital imobiliário, sempre privilegiou o mesmo lugar. Desde que Pereira Passos delimitou com a Avenida Central que aquela área era a área boa do centro, que o resto não tinha a menor importância, que o capital se instalou ali. A Avenida Rio Branco está hoje na quarta geração de prédios, e a 50m de distância não houve praticamente renovação. Isso dá um indício de que essa determinação puramente econômica não é muito verdadeira. Eu acho que esses lugares são simbólicos. Se a Lapa não se desenvolveu muito do ponto de vista da especulação, da chamada especulação imobiliária, não foi por causa do capital, mas porque a Lapa foi incluída como lugar simbólico da pobreza, da prostituição, um lugar ruim. O capital não foi para lá. Quem foi à Lapa foi o governo com uma fração do capital, representada pelos empreiteiros, para destruí-la. A Lapa foi destruída para criar aquele espaço e nisso contou com o apoio de pessoas que diziam o que era bom e o que era ruim. Houve uma clara interferência do órgão federal quando dizia que os Arcos tinham de ser preservados, que era preciso abrir a vista para eles. Isto está claro no plano de alinhamento feito em conjunto com a SPHAN e o município para a Lapa. O SAARA (Sociedade de Amigos e Arredores da Rua da Alfândega) está preservado, entre outras coisas, porque ali se encontra o comércio da cidade, o comércio popular. É o lugar onde os árabes chegaram, em criança, no Rio de Janeiro. Iam para lá sozinhos e carregados de bagagem, e lá encontravam a família. Então, além do simbólico, tem outro vínculo: o afetivo. Este permitiu que esta área permanecesse daquele jeito. Eu acho que há inúmeros fatores. Imputar à especulação imobiliária, ou a sua estagnação, a preservação da cidade ou não, é limitado. Essa coisa do simbólico está espalhada pela cidade inteira, e ela é muito forte, é mais forte do que a gente imagina. Há uma outra dimensão que a gente está percebendo agora. Tem o caso de um prédio na Rua Uruguaiana que é um bom exemplo. Era possível fazer um prédio de 15 andares naquele lugar, o projeto foi aprovado, mas o dono nos procurou dizendo que não queria fazer mais o prédio, que queria preservar os três sobrados que havia comprado das Lojas Americanas. Eu perguntei então a ele por que do seu desejo de preservar quando poderia construir um prédio de 15 andares — que está numa mítica de certos planejadores que acreditam em que a cidade, para se desenvolver, precisa crescer verticalmente. Ele me respondeu o seguinte: que a Rua Uruguaiana não é lugar de prédio alto; ali estão as lojas de eletrodomésticos que precisam de pavimentos térreos. Com prédios de 15 andares você precisa de escadas, elevadores, grandes instalações para lixo, gás, luz etc., perdendo o térreo de enorme valor, que na verdade é equivalente a nove andares em termos de valor econômico, e matando a galinha dos ovos de ouro. Isto é uma coisa também muito intrincada. Existe um lugar para cada coisa, e isto está perfeitamente integrado no mercado. A gente não entende direito o que é o mercado e fica achando que tudo é especulação imobiliária, que ela vai sufocar, que ela quer prédios altos, mas nem sempre isso é verdadeiro. Há segmentos aí que precisam desses térreos. O grande comércio do Rio de Janeiro faz falar desses prédios, o grande e o pequeno comércio. É ali que ele quer ficar, não está ali à toa, não. Se os armazéns estão ali e não viraram supermercados, não foi porque o cara não tem dinheiro para destruir aquele armazém e transformar em supermercado, mas porque



Zincographia E. Bevilácqua & C., em *Marc Ferrez, o Album da Avenida Central*/Ex Libris/1983

aquele armazém tem o seu lugar. Os armazéns que estão provavelmente sendo preservados em Petrópolis o estão num sentido econômico, não só por um sentido simbólico, ou pelo seu valor arquitetônico. Não. Aquela coisa tem uma função num sentido social.

CN: Todos os armazéns e botequins de esquina no Brasil são verdadeiros clubes de homens.

AI: Exatamente, lugares de encontro. Portanto não se pode reduzir a questão à estagnação. Eu acho que aqui no Rio essa paralisação ajudou, mas acho também que existe esse lugar do desejo da instalação da coisa certa no lugar certo.

VB: Uma das condições básicas da preservação é o uso. Penso que para a preservação é importante que haja um equilíbrio, não uma estagnação econômica.

RPHAN: A questão é se a estagnação coincidiu com a preservação de núcleos como Goiás, Ouro Preto, Parati etc., cidades que ficaram expressamente isoladas do contexto desenvolvimentista.

VB: Mas aí se coloca exatamente isso. Quer dizer, não houve exatamente uma estagnação econômica em Goiás; houve uma mudança na qual foram retiradas determinadas funções da cidade. Com isso, ela ficou relativamente esvaziada. Mas não economicamente estagnada. Conservou algumas funções e tem ainda realmente ações que justificam a sua existência como cidade. Então, não é uma estagnação, é uma retirada de funções. O caso de Salvador é outro exemplo. Ali foram retiradas certas funções, mas o grande capital ainda está em Salvador. Como Carlos Nelson colocou, há os proprietários, os donos daquelas áreas, que se tivessem condições de usar, se houvesse realmente uma provocação para a mudança do uso, da utilização da feição daqueles edifícios, eles voltariam para lá. O que existe é mesmo uma necessidade de equilíbrio. Os núcleos históricos que ficaram abandonados perderam o uso, se acabaram, e o que ficou foram ruínas. De repente, quando se briga por Alcântara, não se leva em conta que para os moradores a base aérea é uma coisa maravilhosa que vai acontecer. É preciso saber como é que essas coisas vão se cruzar; em caso contrário o último proprietário vai acabar se mudando e ficarão aqueles que vivem de favor, sem qualquer condição conômica. Eu acho que a gente tem de ver de que forma o Patrimônio pode acompanhar, se é que tem essa intenção, esse processo em que o crescimento e o desenvolvimento sejam coisas assimiladas, percebidas e produtivas.

JA: Eu acho também que a estagnação nunca ajudou a preservar nada, ela representa para mim a destruição. Quando a capital se mudou de Ouro Preto, a cidade praticamente parou. A função da cidade mudou e caíram quase 50% das casas que existiam. Isto serviu para que o Patrimônio interpretasse a preservação da cidade sobre coisas que não mais existiam, provocando até uma interpretação errada acompanhada de uma intervenção também errada. O que efetivamente destrói é a mudança de função como é feita freqüentemente em algumas áreas.

CN: É óbvio que o que preserva alguma coisa é a vida, e nada mais. O Pelourinho está lá como está porque gente muito pobre, mas muito aderida com a vida, o continua mantendo. Lembro que a primeira vez que fui a Parati não tinha luz e só se podia chegar lá, nessa cidade pobre e caipira, de barco — exceto por aquela estrada de São Paulo. Não digo miserável, porque não era não, tinha até uma prosperidade nos seus próprios termos. Mas era uma cidade mantida pelas pessoas com seu próprio corpo. Como elas não iam embora, não esvaziaram Parati que continuou existindo e virou um presente para nós. É engraçado o que aconteceu em Parati. A cidade pode ser discutida porque foi mudada de um lugar para outro. O núcleo histórico virou um museuzinho paulista e o povo mora em volta. Agora, aqui no Rio, Augusto Ivan citou o caso da Avenida Rio Branco. É fascinante. Pereira Passos e Paulo de Frontin entenderam o que estavam fazendo, criaram uma avenida signo do que o Rio queria para si, acertaram tão bem que elà foi mantida até hoje. A gente está nela neste momento e ela é realmente a rua do Rio de Janeiro. Quando penso no Rio, penso na Rio Branco. E mui sabiamente a lógica total da cidade soube equilibrar a Rio Branco com lugares como o SAARA, como as imediações da Praça Quinze, ou a Lapa. Isso tem uma importância vital. Nesses lugares ficavam atividades que complementavam e sustentavam as áreas mais densas com outro tipo de perfil econômico. À medida que os espaços são destruídos estupidamente, como o foram na Lapa, na Cidade Nova, no Catumbi etc., cria-se um empobrecimento, que numa análise cuidadosa das cidades americanas se revela já pronto. Nos Estados Unidos, uma série de cidades que destruíram a área central para que o centro se expandisse provocaram a morte do centro. Os centros das cidades não são que nem plantas que, roçando em volta, se expandem magnificamente. E o grande criador da decadência, no caso brasileiro e, também, no caso americano — já andei lendo disso um pouquinho — é o governo. Ele cria a decadência. A primeira coisa que faz é declarar essas áreas renováveis e faz planos para lá. Ao fazer isso, já acabou, já drenou o sangue. Não pode fazer nada, não pode mexer, e pronto.

VB: Estava pensando naquilo que o Luiz Fernando falou há pouco, na exclusividade do arquiteto, na intenção do arquiteto de trabalhar só, de não discutir e ser o manejador de várias ferramentas. Ele vai assimilando e, através da sua síntese, vai então produzir a resposta para todos os males ou bens. Quando se discute preservação, o que eu vejo é o arquiteto discutindo preservação. Não dá para se avançar sem levar em conta uma interdisciplinaridade dessa discussão. Não vejo como dissociar, separar o trabalho ou a intenção de preservar da necessidade de se agregar, de se trazer os elementos definidores do viver dentro do espaço preservado, ou que se deseja preservar. A economia, por exemplo, é fator preponderante dentro da tarefa de preservação e a problemática social aparece junto com ela. Daí, normalmente, se ligar estagnação econômica com preservação. Mas existe um outro componente aí: a mudança do uso. A área preservada, ou passível de preservação, corre o risco de ser transformada num gueto, e é isso que normalmente ocorre na maioria delas — a gente citou exemplos aqui. Isso porque o uso não é mudado, o uso não é modernizado. Aqueles que usam, os que

têm recursos, aspiram por mudanças, pela modernização de seus imóveis. Aquilo vai ficando, então, para quem tem menos aspiração. De repente, começa-se a fazer essa síntese de patrimônio com pobreza. Quando se decide trabalhar com a preservação do núcleo histórico, a gente esbarra logo de cara com a problemática social. Nós temos de conhecer a nossa realidade e o que ela está solicitando de nós. De que forma vamos trabalhar para preservar o nosso patrimônio cultural, nossa identidade, com o povo dentro dessa nossa realidade de 70% de pobres.

RPHAN: Invoca-se hoje com muita freqüência a melhoria da qualidade de vida como uma das metas principais da preservação de áreas urbanas. Trata-se de um pensamento desiderativo dos que trabalham na área de preservação, ou esta tem realmente uma contribuição a dar neste sentido?

FC: Eu acho que a qualidade de vida poderia ser uma conseqüência da preservação. Desde o momento em que há mais espaço físico para as pessoas, há também incentivo à preservação. Ocorrendo descentralização e uma trava ao adensamento, a qualidade de vida é propiciada.

LF: Duas coisas me deixam bastante perplexo: identidade do povo e qualidade de vida. Quando Vera fala em identidade do povo, acho que vale a pena lembrar que tem tudo a ver com o início de uma política cultural, com a vontade de uma política cultural no Brasil. As coisas de Mário de Andrade pululam desse tipo de coisa. Eu me pergunto, justamente, se a maioria miserável desse país está muito interessada em conservar uma identidade miserável. Eu acho que vale a pena fazer sempre um paralelo com o plano psíquico individual: se alguém está muito preocupado em identificar a própria identidade, pode-se suspeitar que seja um daqueles casos em que existe um problema muito sério de crise de identidade, e não há de ser procurando por ela à força que ela um dia vai se manifestar. Seria importante, acho eu, pensarmos que o critério de identidade devia ficar sempre para a posteridade de verificar ou não, ou para os outros, os estrangeiros. Mas isso não deveria ser um problema que nos interessasse imediatamente, algo que, sobretudo, não se transformasse em critério. O negócio de qualidade de vida também é complicado. Como e por que quantificar isso? Moro no Vidigal, um bairro aqui no Rio que não tem uma densidade muito alta, mas tem a favela em volta. Uma favela privilegiada, tem vista para o mar, um certo sossego e assim por diante. Considero aquilo qualidade de vida, mas, paradoxalmente, se eu tivesse que escolher um outro bairro para morar no Rio, escolheria provavelmente Copacabana e, possivelmente, a Avenida Nossa Senhora de Copacabana. Portanto, torna-se uma coisa difícil dizer o que é exatamente qualidade de vida, sobretudo se a gente se arrisca a dizer qual é o critério de avaliação dessa qualidade para os outros; aí a porca torce o rabo.

AI: Vou dizer uma coisa parecida com a de Luiz. Concordo plenamente com ele. Acho que essa coisa de preservação associada à qualidade de vida está muito ligada à escolha pessoal de morar naquele determinado lugar para um determinado tipo de condição que aquele lugar oferece. Você tem sempre o medo, o terror, de que no mínimo vão construir um prédio enorme na casa ao lado, ou vai passar um viaduto por ali. Esse é o grande perigo da preservação porque vai trazer um perigo para os técnicos de preservação. Isso pode levar à febre de preservação que Jurema colocou. Todo mundo passou a identificar o instrumento de preservação com a manutenção do tipo de vida que gosta, mas existem outros instrumentos para isso. Eu acho que não é a preservação que vai resolver esse problema. Existe a tentativa das prefeituras de entender as estruturas locais e resolver, com outros mecanismos que não puramente a preservação. Essa febre de que Jurema fala é verdadeira neste sentido: a preservação está se tornando um instrumento perigoso para nós, que trabalhamos com esse instrumento, porque passou a ser vista como um remédio para a solução de vários outros problemas, o que não é verdade. Ela tem seu papel e tem que se limitar a ele, e não resolver todos os problemas.

CN: Gostaria de falar a respeito da lei que ultrapassa, que prevê todas as possibilidades e com isso criaria a felicidade imutável. As leis têm que abrir um espaço para negociação, como em Zurique, Londres, em que as leis urbanas são mínimas. Ali você tem direito em cima daquilo a negociar, às vezes, com seus vizinhos de quadra, não é nem de rua, é de quadra com quadra. Algum dia temos que chegar a isso no Brasil. A lei onisciente é infernal: não resolve nada e sempre penaliza os mais fracos. Há duas grandes vítimas das leis de desenvolvimento urbano aqui no Rio: os pobres, que têm de se virar para construir por conta própria, e os arquitetos, que não podem construir porque a lei não é feita para eles. Sobre a pergunta específica, existe uma outra coisa que precisa ser reafirmada: para mim, a qualidade maior da vida é o conflito. Enquanto a vida tiver conflitos, ela está viva.

RPHAN: Com a recuperação de áreas fisicamente degradadas, outrora ditas nobres, seus moradores atuais não seriam expulsos pela valorização econômica dos imóveis? Será necessária a construção de novas habitações fora do perímetro histórico para aqueles que forem desalojados?

VB: Esta é a pergunta que nós estamos tentando responder. Porque na verdade são situações que se cruzam. O Patrimônio tentando preservar os edifícios e os moradores tentando permanecer nas suas moradias, procurando continuar vivendo ali e, na maioria das vezes, eles não são os proprietários. Nós temos primeiro que preparar todo um instrumental para atingir os objetivos sociais e econômicos, para depois chegarmos finalmente aos objetivos da preservação. Temos que viabilizar formas de resolver esse problema. No caso do Projeto Piloto de Olinda conseguimos subsídios, recursos a fundo perdido, para poder atender determinadas situações onde se restaurou, se recuperou a casa e o morador pagou um valor simbólico do custo. Como eu estava dizendo, o custo de uma restauração, de uma recuperação, é alto. A restauração de um prédio em Salvador, que propiciaria a produção de 10, 11 unidades habitacionais, vai custar muito caro para os cofres de quem se habilitar a fazê-la. Se o proprietário não tem interesse, o imóvel vai ter de ser adquirido por alguém que esteja a fim de restaurar e de vender as unidades,

de transferir as unidades. E se o morador não tiver uma relação de posse, uma afinidade com o imóvel, você vai investir e não vai ter resultado. Por outro lado, se você investir e produzir imóveis de um alto padrão, existe a perspectiva de expulsão, de troca do morador. Felizmente se está discutindo isso de uma forma bem ampliada e nós estamos recolhendo essas informações. O que podemos fazer é discutir de um lado com o BNH, detentor dos recursos, de outro com o Ministério do Desenvolvimento Urbano, que lida com as leis, as normas, e somar isso às nossas normas e ao nosso pouco dinheiro. Para trabalhar com o centro histórico, uma área urbana que se pretende preservar, sobrevém, inclusive, mais um dado: tem-se que ter uma variedade de intervenção que pressuponha o uso diferenciado de recursos para moradores de renda baixíssima, para os de renda dentre a média e a baixa e para os de renda média. Há uma gama imensa que sugere formas de atuação, projetos e propostas que não podem ser delimitados dentro de uma legislação. O trabalho não é só de preservação, ou de recuperação de um núcleo histórico. Ele extrapola tudo que se vem teorizando até agora e vai produzir mais e mais sugestões. A gente tem de ir a reboque disso, estimulando, sensibilizando e providenciando para que essa coisa aconteça. Mas, de repente, se você tem condições de conseguir recursos para manter um morador, daqui a oito, 10 anos, quem é que voltará lá para ver se ele continua morando ali? Fiquei hospedada no Rio no Lins, onde existem muitos exemplares de casas de dois pavimentos. Fiquei numa casa bastante grande, onde moram duas pessoas e pensei bastante nisso, nesta lei de uso, uma lei espontânea de uso. As pessoas não têm mais condições de manter uma casa dessas dimensões, com dois pavimentos e cinco ou seis dormitórios. Quando essa coisa passa para os herdeiros, muda o seu conteúdo social. Ora, ou nós mudamos realmente a classe de renda que vai ocupar aquela área, ou vamos ter de usar de artifícios que não dependem só de nós.

LF: Volta e meia tenho topado no trabalho com esse tipo de problema de como conservar não só o invólucro espacial arquitetônico, mas também a vida que ali se desenrolava. Confesso um certo ceticismo, mas tem uma coisa curiosa. Nós vivemos num país que se diz capitalista e onde o Estado é sempre filantropo. Vivi dois anos num país que se dizia socialista, a Argélia, e fui contratado para, através do plano diretor da cidade de Annaba, expulsar os proletários das boas casas que tinham ocupado com a saída dos franceses. Tinha sido uma saída precipitada e os *fellagahs* ocuparam esses apartamentos burgueses com seus 12 filhos e seus 30 carneiros. Onde já se viu num socialismo entre aspas um belo apartamento em estilo *niçois* ocupado dessa maneira, enquanto o pobre do alto funcionário morava num apartamento indigente na periferia? Era preciso botar ordem nesse proletariado morando num bairro chique. Isso porque quando se fala em preservação do bem em si, da materialidade dele, dá mais ou menos para ordenar as idéias no sentido, não de congelamento, como o Patrimônio trabalhou durante muitos anos, mas de uma reserva técnica de matéria-prima para uma nova produção cultural. Quando a gente começa a entrar na esfera de preservar o conteúdo vivo e social, imagino como destino final uma cerca em volta com os passantes jogando amendoim para essa espécie de cristal social que conseguiu ser preservado para o nosso gáudio. Eu acho então que entre nós há um duplo problema: não houve o automatismo que em países mais ricos levou à expulsão gradual dessas pessoas, com o interesse burguês pelas coisas antigas; nem ocorreu, como em Salvador, onde o burguês baiano não quer nem ouvir falar em morar no Pelourinho, um interesse burguês em ocupar boas casas.

AI: A problemática no Corredor Cultural é totalmente diferente. Lá a gente lida com comerciantes razoavelmente bem de vida, cujas posses permitem alugar ou comprar um imóvel. No particular, a gente teria a Lapa, um lugar que ficou como de moradia, o último que restava perto do centro do Rio. A problemática ali é provavelmente semelhante à do Pelourinho em Salvador, ou à de Olinda, onde as pessoas que ocupam aqueles imóveis não têm nenhuma possibilidade de restaurá-los ou recuperá-los e muito menos de mantê-los. Isso até que o governo se dispusesse a arrumar aquilo tudo, a deixar tudo prontinho e dizer: agora vocês que conservem. Depois disso o governo teria de ir lá de três em três anos verificar o encanamento, enfim, administrar o imóvel — uma administradora de imóveis com pobre morando. Mas eu acho que a situação complicada realmente não é esta. O problema é que o social invadiu a nossa esfera de trabalho de alguma forma. Antes, a gente não via muito esse problema, os órgãos de preservação não estavam interessados nessas questões. A minha perspectiva nesse sentido não é muito otimista, não. Há pouco tempo estive em New Orleans. Lá existe um processo chamado de *gentrification* que é exatamente isso. Imagine, se os Estados Unidos têm esse problema e não conseguem resolvê-lo direito, como é que um país pobre poderá lidar com essa invasão do pessoal de posse nessas áreas? O Corredor Cultural deu *status*, e estamos organizando uma pesquisa com o pessoal da UERJ para ver até que ponto ele emprestou a essas áreas um novo valor. Quando passou a dizer que aquela área era boa, uma área histórica, o que aconteceu? Já existem um ou dois casos terríveis nesse sentido. Teve um proprietário que tirou a escada de um prédio que servia de casa de cômodos para expulsar as 40 pessoas que moravam ali. Segundo ele, sem a escada quem estava embaixo não subia e quem estava em cima tinha de descer para nunca mais subir. Hoje o prédio está desocupado, e esse proprietário vai transformá-lo em escritórios. Talvez os burgueses não queiram morar no Pelourinho, mas existe um outro tipo de interesse, uma outra atividade que talvez possa se interessar por aquela área: hotéis, essas coisas de turismo etc. Portanto eu estou preocupadíssimo com a Lapa. Acho que os moradores dali vão ter de se organizar de alguma forma para resistir, porque nós não temos como responder a esse tipo de questão. Não há como impedir que um homem tire a escada de um prédio que é dele. O município tentou desalojar os travestis, aqueles velhos travestis em final de carreira, do cabaré Casanova. Mas aquela gente está ali há muito mais tempo talvez do que a prefeitura, e ajudaram a manter aquela casinha. O Casanova a gente pode preservar, os travestis estão lá, a Secretaria de Educação endossou o nosso pedido. Mas quando o prédio não é nosso não temos a menor condição de intervir e vamos ter que ficar olhando o proprietário tirar os pobres do lugar.

''Houve uma febre de construção de centros administrativos, a única capital que escapou foi São Luís.''



Arquivo SPHAN/Pró-Memória/1974



Arquivo SPHAN/Pró-Memória/1974

FC: Eu me pergunto, e pergunto a vocês, se a mudança brusca e muito completa do centro administrativo e de governo para fora da área antiga de Salvador não teria provocado essa deterioração. Nós estamos muito preocupados em Petrópolis com isso. A cidade não comporta mais gente e o prefeito fala em uma nova Petrópolis, que já provocou, inclusive, uma especulação imobiliária no local desta futura cidade. Os municípios do interior vivem muito em função da prefeitura. Lá, à sua volta, é onde as pessoas querem viver, perto da concentração do poder municipal. Então, essa mudança de repente pode levar a conseqüências muito sérias. Até que ponto a deterioração do centro histórico de Salvador não foi uma conseqüência da mudança do complexo de governo para outras áreas?

VB: Houve uma preocupação, em determinada época, de dotar a estrutura estadual de administração com edifícios, equipamentos necessários, pessoal, enfim condições de trabalho. Nas áreas tombadas a legislação impedia determinadas ações, e essas áreas não suportavam a expansão necessária para o governo estadual funcionar. Houve também uma febre de construção de centros administrativos, e a única capital que escapou foi São Luís. Isso porque não deu tempo, veio a crise econômica — não se trata aqui de estagnação — e acabou o dinheiro. Salvador, hoje, tem um projeto maravilhoso para a instalação da administração municipal no centro histórico. Uma das características desse projeto, que já está pronto e vai custar horrores, é exatamente revitalizar a área ao trazer todo o serviço público administrativo da municipalidade para o centro histórico. Um outro fator que concorreu para o esvaziamento do centro histórico foi a retirada do transporte urbano coletivo, tornando o local de difícil acesso. Por outro lado, é de interesse de quem trabalha com preservação que os centros históricos sejam preservados da circulação de veículos de maior porte, evitando o atravancamento e a trepidação nas vias de pequena abertura.

RPHAN: Como se deve ocupar os lotes vagos nos centros históricos? Que critérios deverão ser levados em conta?

AI: Esse problema aqui no Rio de Janeiro não é muito grande. A prática comum aqui no Rio, desde o século XIX, tem sido a dos mestres-de-obra que copiavam plantas e estilos já feitos pelos arquitetos. Até hoje, quando se faz uma obra no SAARA são os mestres-de-obra que fazem a edificação. É verdade que a prefeitura continua exigindo que haja um responsável técnico inscrito no CREA, o canetinha-de-ouro, o arquiteto que assina e não faz nada. Nossa idéia tem sido a do conjunto, desse conjunto que tem um ritmo muito claro no Rio. As ruas têm seu ritmo. Eu cito muito o SAARA porque é onde pintam mais obras. Ali existe uma linguagem, uma modinatura como Lúcio Costa chama. Aquelas coisas todas têm três portas e três janelas, tudo igual, variando só, e muito pouco, na decoração, quase como se fossem construções feitas em série. A gente acha que as novas coisas devem se inserir nessa linha, o que nos traz inúmeros problemas. Os pés-direitos hoje são mais baixos, uma fachada de dois pavimentos passa a ter três, ficam faltando os adornos, enfim problemas de todo o gênero. O que nós estamos pensando agora é em discutir mais essa questão, refletir mais sobre isso. Enquanto são os mestres-de-obra, a gente tem mais liberdade de

sugerir um desenho para a fachada. Como não tem arquiteto, a gente vai lá e desenha um esquema dentro da nossa tendência que tem sido a da neutralidade, de não fazer uma coisa acintosa. Quando pintam os arquitetos, aparecem normalmente projetos horrorosos. Os estudantes também fazem projetos assim, mas, diferentemente, não são audaciosos. Em geral os estudantes de arquitetura ou os recém-formados interpretam como colonial essa área, que no fundo é uma área eclética, com janelas de arcos abatidos, cheias de caixilhos de madeira, que apavora ao fugir do tal ritmo. Ao mesmo tempo, o Corredor Cultural aceitou a regra do jogo de que a cidade muda; ele absorveu construções de todos os estilos, desde o pó-de-pedra *art déco* até chegar perto do estilo colonial, em casos raros, passando pelo ecletismo. Fico pensando se não estamos fechando a idéia inicial do projeto, que era de abrir. Chamamos os arquitetos, djscutimos com eles e eles voltam com novas interpretações. Será que não seria melhor deixar esse tipo de produção aparecer, até mesmo como uma leitura desses arquitetos? Ou será que a gente intervém e diz: ''Nós sabemos o que é melhor para o Corredor Cultural''?

CN: Eu acho que a dificuldade em lidar com os arquitetos é uma dificuldade relativa. Se o cara tem impresso na cabeça dele um verdadeiro motivo de estilo colonial, ele poderia também ter outros. É um problema mais ligado ao repertório do arquiteto. O lago de Brasília está cheio de um montão de casas coloniais. Isso é fantástico. Naquela cidade que foi feita para ser moderna e virou um paraíso neocolonial, este passa a ser então a preferência nacional e não é por falta de modelo. É a tal história de saber quem foi o culpado disso. Quem é que afinal afirmou que os únicos períodos dignos da história da arquitetura são os séculos XVII e XVIII? De onde foi que saiu isso?

LF: Pessoalmente acho que seria importante lembrar a ambivalência da noção de cultura. Cultura também é a fila da carne, também são culturais os hábitos que levaram à extinção os dinossauros. Volto um pouquinho no que havia dito antes. A gente continua tratando tombamento enquanto organismos e continua intervindo enquanto soma de arquitetura. Isso comportaria, evidentemente, um risco muito grande, e na mesma hora você tem vontade de propor projetos de reestruturação orgânica, isto é, partir do patamar da quadra. Talvez fosse possível chegar a bons resultados por aí se conseguíssemos desenvolver uma quantidade suficiente de conhecimentos sobre a organização espacial desses organismos que se quer revitalizar. Muito antes de se chegar a um projeto, deveria ser possível formalizar o conhecimento desses organismos de modo que num momento seguinte se pudesse usar da livre concorrência para o projeto. Quer dizer, deveria ser possível transformar esse conhecimento, não em normas ou cartilhas, segundo velho hábito do Patrimônio, mas em algo que permita dar vida nova àquela série de características que fazem a coerência da partida inicial do organismo. Isso evidentemente pressuporia dar vida nova, propor ao mercado de trabalho — aos arquitetos e, porque não?, até a outras categorias profissionais — condições de partida para que fossem inventadas opções de como transformar e revitalizar esses espaços. É óbvio que isso implicaria na demolição do monopólio daqueles poucos que controlam a produção arquitetônica.



Eduardo Mello/Arquivo SPHAN/Pró-Memória/1974

Cabaré Casanova, Rio de Janeiro:
''O Casanova a gente pode preservar, os travestis estão lá, a Secretaria de Educação endossou o nosso pedido.''

neste país. Também seria necessário desenvolver, estimular os concursos abertos que serviriam para isso. A competência nesta área, até agora, inexiste em geral no mercado. Mas para romper com o monopólio dos que se dizem entendedores da coisa, dos artesãos da restauração, dos especialistas em preservação, é preciso, paralelamente a esse estímulo, algum tipo de iniciativa na formação de uma competência também a nível universitário. A própria noção de projeto nas escolas de arquitetura, onde impera um individualismo desenfreado, inspirado nos grandes heróis da nossa arquitetura moderna, é um grande mal-entendido. O estudante não tem, hoje, a menor consciência da improbabilidade estatística dele amanhã se tornar um Oscar Niemeyer. Esse estudante está convencido de que amanhã, um dia, vai ser o gênio que com um traço no quadro-negro vai construir uma nova capital. Ao lado desse tipo de formação maciça, tem também de se contentar com uma, duas cadeiras, geralmente chamadas de história da arte, ou história da arquitetura, uma coisa absolutamente avulsa. Nunca lhe é ensinado a historicização de um projeto, a assunção da precariedade, da transitoriedade da invenção arquitetônica. Seria importante criar condições para que ocorra essa historicização, a prática do projeto como alguma coisa que preencha, uma etapa de um processo.

VB: Existe a necessidade de avançar numa discussão técnica dentro da SPHAN. Nós temos uma atribuição, um encargo, e acabamos confundindo as nossas funções. Deveríamos, sim, estar lá na frente discutindo, vendo a possibilidade de avançar e

dar condições para quem está executando trabalhos. E nós estamos também executando obras, botando o tijolinho lá, sem buscar o instrumental e a estratégia necessária.

JA: O grande nó da SPHAN, passados 50 anos, é que estamos sempre metendo a mão na área errada, fazendo o que não se deve fazer. Nosso papel está muito mais próximo do que o Luiz colocou: de começar a trabalhar em cima de conceitos gerais, de tentar, na medida do possível, a experimentação e produzir um conhecimento para que os órgãos competentes — que são os do município — possam efetivamente atuar nessas áreas. Até hoje, depois de 50 anos, a SPHAN não sabe bem o que poderia ser tombado a nível nacional, regional ou local. E se tem uma legislação que não fala sequer em núcleo histórico. Que papel efetivo pode a SPHAN desempenhar? Primeiro seria preciso que houvesse um retorno reflexivo para dentro de si, para dentro da instituição, com uma reavaliação de tudo isso que aconteceu nesses 50 anos. Como a tal descentralização que nunca existiu no fundo, que é uma coisa falsa, sem pé nem cabeça, mas que acabou por deixar a coisa mais confusa ainda e desorganizar mais ainda a instituição. Tem-se hoje minirrepubliquetas dentro dos estados e das cidades onde são tomadas decisões. O próprio arquiteto desenha nesses lugares, como Augusto Ivan colocou, as linhas com arcos abatidos. Se você refletir sobre um bairro do subúrbio, verá que este sofreu um dano muito menor porque não ocorreu ali a mão de ferro que determinou qual a linha estética que deveria ser impressa nesta ou naquela casa. A coisa deve se dar por uma análise e por uma vivência de uma série de conceitos de formas de viver e de usufruir o espaço que são seculares, que estão ali desde que o homem começou a morar. O que a SPHAN fez até agora, a meu ver, foi destruir mais do que preservar. Toda a vez que a gente mete a mão sem nenhuma competência, a gente acaba destruindo em vez de preservar.

VB: De repente aparece uma série de projetos para serem analisados por uma equipe qualquer de uma diretoria regional da SPHAN, sobre uma cidade histórica qualquer. Essa equipe se debruça em cima do projeto e coloca exigências tamanhas que impedem a efetivação da obra pelo proprietário. Aí, de duas uma: ou a obra se faz de qualquer maneira, porque não temos o instrumental necessário para impedir, ou o prédio é abandonado pelo proprietário. Então, é como Jurema disse, as diretorias regionais da SPHAN passam a ser republiquetas dentro dessas cidades, mas sem nenhuma autoridade. Outro dia um colega me disse que para que a SPHAN possa atuar seria preciso comprar metralhadoras etc.

FC: Como representante da comunidade, eu acho que a SPHAN deveria ser um agente provocador de situações. Qual deveria ser a atitude da SPHAN em termos de um diálogo permanente com os municípios detentores de áreas de interesse a serem preservados? No meu entender, essas áreas deveriam ser cadastradas em agrupamentos com características semelhantes. A SPHAN deveria possuir uma política nacional de preservação, com diretrizes e metodologia próprias, e não apagar um incêndio aqui e ali quando pressionada pela comunidade.

CN: Eu estava me lembrando ainda do assunto sobre a terra arrasada, de como é que se substitui toda uma área que foi destruída. Estive em Amsterdã para ver um dos quarteirões da cidade que tinha sido destruído para fazer o metrô — a população se opôs a ele e acabaram não fazendo — e que posteriormente foi modernizado. Ao recuperar o tecido urbano, fizeram neste quarteirão uma versão Beaubourg. Cheguei lá, vi aqueles ferros, com aquelas tripas para fora, pintados de verde, amarelo e azul, e a única coisa que me ocorreu foi rir muito. Eu tive de explicar ao sujeito que estava me acompanhando — que ficou meio ofendido — de que estava rindo dessa versão verde-amarela de Amsterdã. Disse também a ele que não gostava e ele me respondeu, com toda razão, que eu estava errado, que Amsterdã não poderia ser toda velha. Não sei se gosto, em Brasília, daquele lago com todo o neocolonial, ou de uma superquadra. Acho que gosto do lago, mas o que eu gosto mesmo é das cidades-satélites. Se me dessem um terreno vazio, na verdade faria um projeto procurando a solução mais irreverente possível, a mais irônica. Quando Marcos Tamoio fez o parque da Catacumba com os restos da favela, com as escadas que não dão em nada, com as caixas-d'água vazias, com os embasamentos de concreto, fiquei contra e ao mesmo tempo a favor dele. Porque ele deixou tudo lá, afogado dentro da vegetação e servindo como parte do parque de esculturas que ele criou. E ficou para sempre ali o grito da Catacumba removida.

PARTICIPAÇÃO E PESQUISA NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Vera Bosi

"Não estamos formados para trabalhar com a participação, porque saímos de uma família autoritária, todos devemos nos colocar diante da perspectiva de aprendizado da participação, que é fundamentalmente uma postura de considerar os saberes, as experiências para transformá-los. É ser democrático. O técnico detém o saber acadêmico, administrativo. Seu papel é intercambiá-lo com os saberes populares, ajudando a esclarecer e a viabilizar estes interesses."

Ivandro da Costa Sales[1]

Introdução

Um período de seis anos de trabalho desempenhado entre 1981 e 1986, como técnico da Fundação Nacional Pró-Memória, à frente de um projeto que inicialmente visava direcionar recursos financeiros do Banco Nacional da Habitação para a preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,[2] credencia-me a comparecer com este texto, no número comemorativo dos 50 anos de existência da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — SPHAN —, hoje no Ministério da Cultura.

Durante essa fase de trabalho, quando se tornaram viáveis experiências de toda ordem — desde a estruturação de um programa federal e interministerial até a execução de obras locais, como no caso de Olinda[3] —, se efetivou, realmente, uma interação entre teoria e prática e entre planejamento e execução, principalmente no sentido de se adotar a participação como metodologia na tarefa de planejar a preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro.

Dos trabalhos desenvolvidos durante esse período, aparentemente curto e insuficiente para a concessão de créditos de ordem administrativa e burocrática, resultaram importantes subsídios técnicos que não só embasam e confirmam as proposições iniciais como estimulam e respaldam o aprofundamento e a ampliação das ações futuras, podendo, inclusive, contribuir para uma avaliação, reformulação e ajustamento das políticas cultural e de desenvolvimento urbano, caso essas decisões venham a ser tomadas.

É extremamente importante frisar que, nesse período, me foi dada a chance de vivenciar uma das fases mais ricas de experiência prática, em termos de trabalho profissional, na medida em que, partindo de uma proposta teórica, desencadeada na área federal, se conseguiu realizar um trabalho conjunto em que as equipes técnicas de diversos níveis e setores e as comunidades puderam participar, de forma concreta e definitiva, proporcionando subsídios não só para avaliações técnicas como para o desdobramento e fundamentação de processos e atividades semelhantes.

As ações que se desencadeavam neste quadro eram portadoras de uma incrível dinamicidade, exigindo respostas tão ágeis quanto profundas, que acabaram por suscitar a criação de um Programa especial porque, nas condições vigentes, não seriam respondidas adequadamente as questões que se apresentavam.

Assim, a criação do Programa de Recuperação e Re-vitalização de Núcleos Históricos[4] formalizou, através de um Acordo entre o Ministério da Educação e Cultura e o Ministério do Interior — Minter/MEC —, um processo provisório de trabalho que poderia proporcionar profundas mudanças na prática de preservação. Para a viabilização e o acompanhamento dos trabalhos, constituiu-se um grupo de trabalho interministerial que deveria também definir e alocar recursos.

Desses trabalhos iniciais chegou-se à ação experimental de Olinda, cujos resultados abriram espaços de crédito para a continuidade das ações, tornando possível a constituição de grupos de técnicos locais, em três regiões diferentes — Pernambuco, Bahia e Minas Gerais —, que produziram material de consistência e valor diferenciados com vistas a pleitear recursos para suas atividades futuras.[5] Uma comissão interministerial constituída pelos novos Ministérios da Cultura e Desenvolvimento Urbano — MinC/MDU — se ocupou da continuidade e da ampliação dos trabalhos que objetivavam a concretização do Programa e, talvez, a sua absorção pelas Políticas de Preservação Cultural e Desenvolvimento Urbano, respectivamente.

A análise dos documentos, ao final de quatro meses de trabalho intensivo, de reuniões e de troca de experiências, proporcionou, além de outros dados, um quadro real da situação em que se desenvolviam as ações, quanto à absorção do processo participativo como prática de trabalho e quanto ao compromisso efetivo das instituições signatárias do Acordo.

Enquanto no nível local foram abertos espaços para ampliação da participação das comunidades — diversificada e dinamizada com a contribuição de técnicos e entidades —, no nível federal as decisões não se orientaram por princípios tão democráticos. As respostas da área federal

Vera Bosi, arquiteta urbanista da Fundação Nacional Pró-Memória, é Coordenadora de Estudos e Pesquisas do Instituto de Promoção Cultural do Ministério da Cultura.

não se traduziram em apoio ou encorajamento para continuidade dos trabalhos, frustrando então a expectativa de uma considerável parcela de diferentes colaboradores, sem contar os desgastes e as despesas que foram efetivadas para resultados que ainda estão por vir.[6]

A criação do Ministério da Cultura trouxe a oportunidade da estruturação e do fortalecimento da Política Cultural e, por conseguinte, a preservação do patrimônio cultural passou a ser vista em conjunto com o estímulo à criatividade artística da população, a defesa da identidade cultural e a própria vida social do país.[7] Nestas circunstâncias, o Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos teria todas as condições para deixar de ser um Programa especial, se transformar na prática usual do MinC e ser garantido a partir da Política Cultural.

A mesma prática que propiciou condições para a concretização de inúmeras idéias e o surgimento de questionamentos no plano político da preservação do patrimônio cultural testou e adotou algumas regras de planejamento participativo.[8] Sem o necessário respaldo político e financeiro, num quadro transitório de mudanças, principalmente na burocracia estatal, se tornou difícil a ampliação e a consolidação do processo.

No entanto, ao abrir espaço para a tomada de decisões conjuntas com técnicos e populações locais, proporcionou-se oportunidade para se testar uma prática que, além de se adequar melhor a um país com as características do Brasil, está em sintonia com as mais recentes proposições internacionais para a preservação das cidades e conjuntos históricos.[9]

A questão que se levanta hoje, quando são abertos espaços para a participação e para a prática de ações descentralizadas, é quanto à efetiva determinação das equipes técnicas e dos dirigentes de realmente orientarem sua prática para trabalhos conjuntos e para condutas democráticas.

Nas atividades da preservação do patrimônio cultural a questão se torna mais complexa quando se constata que seu exercício tradicional, calcado em princípios autoritários e coercitivos, não está preparado e nem está se instrumentalizando para exercer um novo papel. Serão necessárias diretrizes políticas, vontade explícita e recursos técnicos e financeiros para que uma nova prática seja adotada.

A proposição de novos caminhos é um convite ao exercício do espírito crítico, à capacidade de reflexão e criatividade que, antes de pretender destruir ou minimizar os trabalhos e as práticas já realizadas, pressupõe, num caráter de continuidade, a abertura de espaços de liberdade, de questionamento e de transformação, buscando concretizar os anseios de um novo tempo.

Já é chegado o momento de os inúmeros discursos se transformarem em prática. A sociedade brasileira está apta para exercer o papel de guardiã de seu próprio patrimônio cultural; basta que lhe sejam proporcionadas as condições necessárias.



Projeto Piloto de Olinda

"A criação do Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos formalizou um processo provisório de trabalho que poderia proporcionar profundas mudanças na prática de preservação."

Política cultural e participação

A perspectiva que se coloca para um profissional que, lotado numa equipe técnica no nível federal, se predispõe a adotar para sua prática a participação como processo metodológico, se afigura, no mínimo, com características de desafio.

A distância que separa o planejamento e a execução das ações, cujo objeto e agente estão a milhares de quilômetros de distância e convivendo com realidades extremamente diferenciadas, principalmente no que se refere ao seu perfil sócio-cultural, exige a definição do campo de trabalho e a respectiva identificação do instrumental, das escalas e dos agentes da operacionalização. Para campo de trabalho pode-se definir três áreas principais: a da política, a do planejamento e a da execução e, para cada uma delas, se pressupõe a adoção de uma estratégia operacional específica.

No setor cultural, na área de preservação do patrimônio cultural em especial, a adoção desse processo metodológico assume características próprias porque corresponde a uma adequação entre propostas e aspirações que, além de subverter uma estrutura centralizada e exclusiva, exige o estabelecimento de critérios e o ajustamento de normas que contribuam

para compromissos mútuos de respeito e responsabilidade.

A questão que se coloca, inicialmente, se refere à forma pela qual se pode adotar o processo participativo na definição das Políticas Públicas, principalmente a Política Cultural.

Teoricamente, à política cultural, interpretada e projetada segundo os princípios que regem a política brasileira, devem ser conferidas condições de abrangência e representatividade da cidadania, condizentes com a identidade cultural brasileira, considerando a complexidade e heterogeneidade das suas diversas etnias, religiões, classes sociais e peculiaridades regionais. Esta parece ser a forma de se abrir um espaço compatível com a participação do homem brasileiro na cultura e nos demais setores que compõem o quadro político cultural, devendo, pois, não só reconhecer a prática artística enquanto trabalho produtivo, como valorizar o bem cultural enquanto produto das práticas que são inerentes à existência social e histórica do homem.

Ao se fazer a leitura dos textos que descrevem e dão sustentação às políticas nacional e setoriais, pressupõe-se que, a partir da alocação de recursos financeiros, humanos e administrativos, distribuídos através das instituições, das metas, dos programas e projetos, serão materializadas e consubstanciadas as idéias e aspirações da sociedade.

Se de imediato se pode afirmar que a maioria das propostas não tem retratado as aspirações e solicitações das populações atingidas, será que os resultados realmente correspondem às metas previstas?

São palpáveis os indicadores que, na maioria das vezes, vinculados a constatações numéricas e quantitativas, se sobrepõem aos parâmetros qualitativos que identificam um processo e seus desdobramentos, considerando a definição dos objetivos, o montante de recursos e a efetivação dos trabalhos. São freqüentes na contabilidade das ações públicas as informações quanto a metas previstas e valores financeiros aplicados, metros cúbicos de água e quilowatts de energia elétrica produzida, metros quadrados de área construída e unidades habitacionais oferecidas, quilômetros de estradas e veículos fabricados ou, ainda, a identificação nominal de obras notáveis e rotuladas como de importância oficial.

No âmbito da Política Cultural, da parte da Política de Preservação, as avaliações também se baseiam em número de monumentos tombados e restaurados ou técnicas arquitetônicas ou de engenharia empregadas. Quais os mecanismos usados para se definir por essas ou outras intervenções e como são encarados pelas populações os efeitos dessas ações?

A prática participativa pode certamente alterar os números e sugerir outros quadros de forma a orientar as metas e prioridades que normalmente são decididas de forma aleatória e centralizada. Para que esta situação se modifique é necessário que a decisão de se adotar a participação como metodologia seja acompanhada e sustentada a partir da destinação dos recursos orçamentários.

A participação no planejamento e na execução

A partir da existência dos recursos financeiros, a preparação dos técnicos e a adoção de outras sistemáticas e modelos de intervenção deverão ser testadas, a fim de que o planejamento atenda às necessidades de previsão de custos, definição de prazos e prestação de contas.

A utilização do processo participativo para o desempenho das ações, quer seja no planejamento como na elaboração de projetos da área cultural, se caracteriza como a metodologia compatível para se trabalhar com cultura, entendida como produto da participação de todos, em diferentes épocas e escalas sociais. Esse trabalho conjunto deve se constituir através da conjugação de esforços, considerando os interesses da União, das regiões sócio-econômicas, dos estados, dos territórios, das regiões metropolitanas, dos municípios e das populações envolvidas, tendo nestas o ponto de partida para os processos.

Entretanto, é no âmbito da execução que os técnicos comprometidos com a burocracia estatal, principalmente no plano da política e do planejamento, vão encontrar respaldo e justificativa para suas atividades.

É na área da execução, onde se localizam as atividades de ação direta e mais próximas do objeto de trabalho, que se tem a identificação dos parceiros e a adoção da técnica a ser praticada, dependendo das características, dos objetivos e dos segmentos atingidos pelas intervenções propostas.

Neste ponto a questão que se coloca é quanto ao processo participativo, às formas de participação e aos parceiros do trabalho conjunto. Depende do nível e das características da ação a ser empreendida: discussão entre técnicos de áreas diversas ou setores diferentes para questões específicas; trabalho conjunto com segmentos populacionais, interessados pelo assunto ou alvo das proposições. Estas são as situações mais comuns na área da execução.

Os subsídios de Olinda

Ao enfocar o Projeto Piloto de Olinda como ponto de referência experimental e prático para embasamento das reflexões aqui explicitadas far-se-á destaque apenas para duas das muitas questões que foram levantadas no decorrer dos trabalhos: quanto ao processo metodológico da participação, adotado pelas equipes técnicas; quanto à análise e absorção dos resultados que a experiência produziu.

Os trabalhos realizados em Olinda foram decorrentes de um processo que teve início quatro anos antes, quando se iniciaram as tentativas que visavam sensibilizar o Banco Nacional da Habitação e outras entidades vinculadas ao trato da problemática urbana para as questões de preservação do patrimônio cultural.

O processo de discussão e interação que precedeu a efetivação do Projeto de Olinda trouxe resultados tão positivos e teve tais desdobramentos que nem mesmo a falta de recursos financeiros para a continuidade e ampliação dos trabalhos conseguiu impedir.[10]

No decorrer desse período se desenvolveram ações interdisciplinares e intersetoriais que repercutiram de forma singular e positiva para a sensibilização e abertura de espaço ao estudo e tratamento das questões relacionadas principalmente à preservação do patrimônio cultural das cidades históricas.

Tendo surgido a partir de uma pro-

posta teórica, na área federal, como instrumento de captação de recursos para solucionar o problema habitacional das cidades históricas, que embora protegidas pela legislação do tombamento não tinham sua conservação e preservação garantidas pelo setor público, abriu espaço para que houvesse maior número de participantes nos trabalhos.

A discussão e o detalhamento, de forma dinâmica e co-participativa, das propostas iniciais proporcionaram a coleta de subsídios importantíssimos que iam corrigindo e aperfeiçoando as condições de negociação. Nesse trabalho se envolveram técnicos da área federal — Ministério da Educação e Cultura, Ministério do Interior, Banco Nacional da Habitação, Conselho Nacional do Desenvolvimento Urbano, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, Empresa Brasileira de Transportes Urbanos etc. —, da área estadual — secretarias e fundações do Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Alagoas etc. —, da municipal — prefeituras, fundações, sindicatos e associações de Olinda, São Luís, Recife, Salvador, Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, Sabará etc. — e ainda das áreas macrorregionais e metropolitanas.

Os resultados desses trabalhos, além de proporcionar os subsídios para as negociações com o BNH, apresentavam também muitas contribuições para a prática das entidades comprometidas com os problemas urbanos e culturais, principalmente na área de preservação do patrimônio cultural e do desenvolvimento urbano. Nesse âmbito se apresentavam questões de cunho legal, normativo, técnico e político, que dependiam, fundamentalmente, do governo federal.[11]

Em conseqüência dos trabalhos que antecederam as ações em Olinda, foi proposto e mais tarde oficializado, o Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos,[12] que deveria ampliar e aperfeiçoar os trabalhos de Olinda, atingindo outros estados como Bahia e Minas Gerais.

A opção por desenvolver o primeiro Projeto Piloto de Olinda decorreu principalmente da coincidência entre os objetivos do Programa e os da Prefeitura Municipal de Olinda que, além de estar preparada administrativamente para a execução dos trabalhos, investiu recursos técnicos e financeiros para pleitear o apoio do BNH, que só veio após a apresentação do projeto com o máximo de detalhes que a metodologia permitiu. A etapa seguinte seria a avaliação dos resultados e a consolidação do Programa pelos dois principais setores envolvidos.

Tendo a Prefeitura como entidade executora, e a população de Olinda participando da discussão de questões específicas e respectivas prioridades, garantiram-se, logo de início, as condições satisfatórias para o desempenho e o cumprimento de uma das diretrizes, aquela que buscava o desenvolvimento da comunidade, tendo como metodologia a prática participativa.

Num quadro intermediário, onde entidades estaduais e regionais se juntavam para prestar colaboração técnica aos trabalhos da Prefeitura, foi criado um clima de interesse e cooperação que marcou e reforçou os trabalhos municipais. Foram superadas divergências políticas e criados novos canais de comunicação para a troca de experiências. Nesse mesmo quadro interagiram também entidades federais como o Banco Nacional da Habitação, a SPHAN e a Fundação Nacional Pró-Memória, através de suas agências e representações regionais instaladas no Recife.

No quadro federal, as atividades se distribuíam em campos e oportunidades diferentes. Tanto da parte do Ministério da Cultura como de parte do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente — MDU — os compromissos técnicos de coordenação e acompanhamento dos trabalhos se desenvolveram de forma compatível com as necessidades locais. Os recursos financeiros concedidos pelo BNH cobriram as despesas previstas e contribuíram definitivamente para o desempenho dos trabalhos da fase experimental.

No quadro local, a comunidade começou a participar movida pelas suas necessidades mais prementes, vendo no espaço aberto pelos técnicos da Prefeitura a oportunidade de defender seus interesses individuais num ambiente de trabalho coletivo, onde os conhecimentos técnicos e popular eram intercambiados.

Essa prática, embora tenha apresentado resultados excepcionais para o desempenho dos trabalhos, demandava mais tempo do que o previsto e exigiu mudanças substanciais no cronograma apresentado para a definição e o repasse dos recursos financeiros. A definição de prazos e a programação de etapas num projeto com estas características exigem flexibilidade e capacidade de reformulação imediata e desburocratizada.

Constatou-se que as duas principais entidades federais envolvidas com o projeto apresentavam situação idêntica de descrédito perante a comunidade, e isto já custou de imediato uma reformulação dos planos preliminares. De correção em correção, respaldadas por ações concretas, se conseguiu ajustar os rumos das propostas e conciliar os interesses.

As prioridades dos moradores coincidiam com os objetivos do projeto, porém os recursos financeiros para a fase experimental cobriam apenas as despesas relativas à recuperação de algumas unidades residenciais, devendo as outras constatações serem consolidadas num segundo projeto, já com características de planejamento municipal, num esquema multiorganizacional, inserindo o núcleo histórico no contexto da administração municipal.

Todavia, a elaboração de projetos executivos, a execução das obras e o cumprimento de tarefas administrativas fizeram com que a equipe técnica local fosse, aos poucos, reformulando as estratégias e, com isso, adotando o processo de trabalho de cadastramento de moradores e o atendimento de solicitações individuais, reduzindo, em conseqüência, a discusão das questões coletivas, inviabilizando momentaneamente a inclusão dos demais setores da administração municipal.

Desta forma os interesses individuais despertados e estimulados pelos atendimentos já realizados passaram a exigir uma resposta quanto ao suporte financeiro que deveria estar sendo previsto pelos setores do planejamento orçamentário das instituições envolvidas. As equipes locais, além de insuficientes para o volume de trabalho, não tiveram a resposta necessária para respaldar a continuidade e ampliação da intervenção, embora a Prefeitura tivesse mantido seu compromisso inicial, preparando novo projeto

para a ampliação e consolidação da experiência inicial.

Constata-se então que as perspectivas de avaliação e de garantia de continuidade das intervenções são comprometidas pela dissociação existente entre as esferas do planejamento e da execução que se situam em planos bem distantes e diferenciados quando à realidade. As etapas consecutivas de previsão e programação de recursos não correspondem à demanda de intervenções técnicas, em fase de concretização, ou seja, quando se planejam os investimentos futuros, a efetivação dos projetos está no período em curso e os resultados, que deveriam influir nessas decisões futuras, não chegam em tempo hábil.

Essa defasagem entre o tempo da execução e o tempo do planejamento das atividades que deveriam ser definidas no nível local faz com que sejam criadas situações complicadas, e até mesmo constrangedoras, para as equipes das administrações municipais que optem por trabalhos que envolvam a participação da comunidade, porque as respostas orçamentárias do amanhã nem sempre correspondem aos planos e projetos que estão sendo elaborados hoje.

Considerando especificamente o caso de Olinda, quando a fase experimental se encerrou, os orçamentos do ano em curso (1985), elaborados em meados de 1984, além de não preverem recursos para a continuidade dos trabalhos, ficaram à mercê de decisões técnicas não comprometidas com aqueles trabalhos e sob a dependência da mutabilidade e hierarquização políticas, decorrentes da nova legislatura.

Cabe ainda acrescentar que tanto o BNH como a SPHAN, entidades responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do projeto, não fizeram uma avaliação dos trabalhos e não se pronunciaram, até o presente momento, sobre quaisquer dos subsídios que se buscava levantar. O planejamento estratégico dessas instituições não considerou a intervenção para ações futuras, e o Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos está à espera das condições que permitam sua viabilização.

De um lado o BNH, através de seu Departamento de Pesquisas Aplicadas — DEPEA —, investiu no projeto Olinda mas não o avaliou e não o considerou como subsídio para a criação de condições para o investimento de recursos financeiros em áreas de patrimônio cultural. De outro, a SPHAN, que não contando com um setor formalmente aparelhado para o fomento e acompanhamento de pesquisas, não tem exercido a prática de uma avaliação orientada de suas próprias atividades como ponto de referência para checagem e ajustamento de sua política.

Conclusão

O uso do exemplo de Olinda, não só pela importância de sua efetivação como pelo processo que o antecedeu e o viabilizou, respalda a indicação e enumeração dos agentes, além de justificar as práticas que, com certeza, poderão proporcionar resultados mais positivos e de maior amplitude para uma política de preservação do patrimônio cultural, considerando a participação como processo metodológico e a pesquisa como abertura de espaço para transformações e aperfeiçoamento. Os trabalhos em Olinda tiveram início em período anterior à criação do Ministério da Cultura e as ações que agora são propostas poderão cobrir muitas das deficiências sentidas por ocasião da intervenção inicial.

Para trabalhar com patrimônio cultural, o Ministério da Cultura chega ao nível local através das Diretorias Regionais da SPHAN, que são também Representações da Fundação Nacional Pró-Memória, as quais, para promover uma real descentralização da administração da cultura, além de ser um posto avançado da proteção do patrimônio cultural, deverão atuar descentralizadamente em relação aos agentes e às questões locais.

Como respaldo para estes procedimentos, o Ministério da Cultura, órgão central e maior responsável pela política cultural, com o maior número de recursos financeiros, humanos e administrativos, deverá promover o desencadeamento de ações que tenham como mecanismo de operacionalização a prática participativa. E esta decisão terá que se consolidar a partir de dois momentos: na definição dos recursos orçamentários, no planejamento de suas metas; na definição das ações a serem planejadas e posteriormente executadas.

Como conseqüência, as ações da preservação do patrimônio cultural devem se caracterizar, enquanto resultado da política do Ministério da Cultura, como resposta aos interesses refletidos pelo somatório das diversas áreas de sua estrutura básica com as entidades culturais dos estados, dos municípios e das populações locais.

No que se refere às instituições principais da área federal comprometidas com a preservação do patrimônio cultural — Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional Pró-Memória —, cujas competências e área de ação estão definidas e explicitadas institucionalmente, há que se assumir, ao nível da prática, o papel compatível com a demanda que as condições atuais requerem.

Quanto à SPHAN, no que se refere ao seu encargo político, normativo e técnico, cabe desenvolver sua prática numa perspectiva de abertura para a avaliação e a reformulação, considerando as contribuições que as pesquisas oferecem, tendo como fórum para sua consolidação a ampliação das discussões, com o efetivo compromisso de rebatimento das conclusões para as diretrizes políticas e para o planejamento estratégico.

Assim, o papel da SPHAN, que tem Diretorias instaladas em todas as regiões brasileiras, deve ser, ao mesmo tempo, propagador de idéias e orientações técnicas e receptor de sugestões e solicitações que sejam respaldadas pelo apoio das comunidades. Ao mesmo tempo em que desempenha o papel de polícia que lhe é outorgado legalmente, a SPHAN deve acompanhar, cadastrar e analisar os trabalhos locais para fomento de novas idéias e ajustamento da política.

A Fundação Nacional Pró-Memória, entidade vinculada ao Ministério da Cultura e cuja competência principal é a execução das atividades decorrentes da política da SPHAN, é a ligação mais próxima entre o MinC e as comunidades. Com seu quadro de técnicos e especialistas, através de suas representações regionais, a FNPM tem um papel fundamental no desenvolvimento das pesquisas e no aparelhamento dos quadros técnicos locais, de forma a capacitá-los para o desempenho



Projeto Piloto de Olinda

A assinatura do primeiro contrato de recuperação de moradia por Dona Maria das Dores Barros Lima resultou de reuniões com a comunidade. Na foto de baixo, a primeira casa a ser restaurada pelo Projeto Piloto de Olinda, Rua do Amparo, 347, que é a primeira casa térrea que se segue às de dois pavimentos.



Projeto Piloto de Olinda



Projeto Piloto de Olinda

das tarefas de execução e, com isto, incrementar, principalmente, as sistemáticas de trabalho participativo.

Considerando o núcleo ou qualquer área histórica como um lugar produtivo, de intercâmbio e de reprodução do espaço econômico, onde se integram diferentes agentes sociais que, pela acumulação histórica, proporcionam à comunidade sua identidade cultural, cabe à FNPM fazer chegar, tanto ao nível local das ações, como à SPHAN, através de uma linguagem interdisciplinar, as demandas e os produtos da política de preservação do patrimônio cultural.

Neste sentido é que se identifica e se configura o papel da FNPM como um instrumento de articulação e aglutinação para as contribuições provenientes de diferentes áreas profissionais e científicas ou da participação das comunidades ou de equipes técnicas dotadas de representatividade.

Neste quadro, as Diretorias Regionais ou Representações Regionais são uma extensão do papel da SPHAN e da FNPM, podendo ou não representar a comunidade, dependendo da forma como atuam. A descentralização das ações da política de preservação cultural assume seu significado efetivo a partir da transferência de muitas dessas atividades para as equipes locais e da abertura de espaço para a participação da sociedade ou de seus verdadeiros representantes.

Ao mencionar equipes locais, deve ser a administração municipal o principal agente e responsável pela execução das atividades de preservação do patrimônio cultural. Há que se orientar para que os governos estaduais também atribuam às prefeituras os mesmos encargos.

O fortalecimento das prefeituras, pela sua competência legal sobre as ações no âmbito do município, está vinculado, principalmente, à representatividade conferida eleitoralmente aos prefeitos e vereadores. Entretanto, os resultados eleitorais não conferem direito para que as equipes técnicas municipais dispensem a participação da comunidade, principalmente em projetos culturais. É deste trabalho, entre as comunidades e as equipes técnicas das prefeituras, que deverão surgir os subsídios para as atividades que deverão ser promovidas pelo MinC. Para ele deverão ser direcionados os recursos financeiros e o apoio técnico-científico.

Na área da cultura, a maioria dos exemplos de ações conjuntas e de caráter participativo tem sido sempre vinculada a atividades eventuais e de duração limitada, como seminários ou empreendimentos esporádicos. É indispensável que a participação seja apreendida e assumida como um processo com perspectiva de longa duração e de ampliação, com garantia de continuidade e de rebatimento para o planejamento e reformulação das práticas das instituições compro-

metidas com a preservação cultural, desde a política e a definição de recursos até a execução e concretização das idéias.

A partir da organização e distribuição do trabalho técnico, segundo as competências institucionais e a inclusão das comunidades nos encargos da preservação do patrimônio cultural, certamente será facilitada a tarefa de fiscalização e proteção dos bens culturais, exercitada pela SPHAN com resultados desgastantes e nem sempre bem sucedidos. Na medida em que a sociedade seja incorporada ao processo, recebendo orientação e sendo sensibilizada para as questões técnicas e normativas, poderá exercer a supervisão com maior naturalidade e perseverança.

Por outro lado, da parte da FNPM, no que se refere a atividades em nível local, que se enquadram num terceiro nível, o mais direto da ação de executar, há que se reformular sua prática, visando aproveitar seus técnicos como apoio e consultoria para as equipes locais, ao mesmo tempo que a SPHAN se ocupe de ações no nível da política e desenvolva seu espaço normativo, no sentido da reformulação, divulgação e popularização de seus princípios e normas.

Concluindo, cabe aqui voltar ao papel que a SPHAN deve desempenhar hoje no Ministério da Cultura. É uma ação diferente daquela praticada nos últimos 50 anos, quando a um mesmo técnico cabia a tarefa de planejar, projetar, acompanhar e até mesmo executar obras. A função política e planejadora da SPHAN deve aparecer como balizamento e respaldo para as ações dos mais diversos agentes da preservação, especialmente a Fundação Nacional Pró-Memória.

Para isto, excetuando algumas decisões que dependem da vontade e do desprendimento de alguns dirigentes, três processos devem ser iniciados e assumidos com firmeza e continuidade:

Levantamento, análise e avaliação das atividades, principalmente das pesquisas, até então efetivadas com a finalidade de: aproveitamento dos resultados para a política/prática das instituições; continuidade, interrupção ou reorientação dos estudos para o interesse das instituições; estímulo e direcionamento de novas pesquisas para o aprofundamento de questões específicas.

Adoção da metodologia da participação para o desempenho das atividades de todos os agentes da preservação, considerando: características das propostas quanto à origem, abrangência e interesse da sociedade; conhecimento, seleção e divulgação de textos e experiências específicas; discussão e ajustamento da metodologia, segundo as fases e as exigências do trabalho nos diversos níveis.

Levantamento e redistribuição do pessoal técnico, considerando SPHAN e FNPM, segundo seu potencial e interesse, numa perspectiva de ajustamento entre seu perfil profissional e as características do trabalho a exercer.

Entretanto, estas ações serão exeqüíveis somente se forem assumidas atitudes de reformulação e de explicitação de novas posturas resultantes de decisões conjuntas, formuladas a partir de um processo participativo dos diferentes agentes da preservação.

---

1. *SPHAN/Pró-Memória 35*. Rio de Janeiro, março/abril, 1985, p. 11.
2. BOSI, Vera, e GARCIA, Tânia, *Compatibilização entre demanda e oferta de recursos*. Brasília, SPHAN/FNPM/BNH, 1982.
3. BOSI, Vera, e BRAGA, Pedro, "Núcleos históricos: recuperação e revitalização; a experiência de Olinda", em *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 21. Rio de Janeiro, 1986, pp. 134-135.
4. MDU/MinC, *Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos*. Brasília, maio, 1986.
5. MDU/MinC, *Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos. Relatório*. Brasília, setembro, 1986.
6. Acordo Minter/MEC de fevereiro de 1983; Acordo MinC/MDU de janeiro de 1986; Exposição de Motivos nº 38/85, de novembro de 1985.
7. MinC, Exposição de Motivos, de 21 de março de 1986. *MinC nº 01/86*.
8. CORNELY, Seno A., "Subsídios sobre planejamento participativo", em *Revista brasileira de planejamento*, nº 7, abril, 1978, pp. 21-26.
9. Comitê Internacional de Eger para as Cidades Históricas, "Projeto de Carta Internacional para a proteção das cidades e conjuntos históricos", concluído em janeiro de 1985, em Verona, para ser objeto de análise e discussão na 8ª Assembléia Geral do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), entre os dias 7 e 15 de outubro de 1987, em Washington.
10. Como resultado da fase de estudos, iniciada durante a implantação do Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos em Salvador, está sendo viabilizado o Projeto Salvador, pesquisa interdisciplinar visando à elaboração de um plano global para subsidiar a política de preservação do Centro Histórico de Salvador. É um trabalho conjunto que está sendo conduzido por uma equipe interinstitucional coordenada localmente pela 5ª Diretoria Regional da SPHAN/Pró-Memória.
11. Questões levantadas no decorrer dos trabalhos que culminaram na criação do Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos: *a*) participação como princípio metodológico: instituições de preservação; instituições de planejamento urbano; *b*) envolvimento e participação dos moradores: comprometimento irreversível (expectativa)/compromisso de continuidade; *c*) descentralização administrativa *x* definição de encargos em cada nível de intervenção; *d*) análise, avaliação e absorção dos resultados que a experiência produziu; *e*) preponderância do morador em relação à população em geral e ao turista; *f*) análise e aprovação de projetos: objetividade e descentralização, junto aos autores e dos interessados; *g*) como deve agir o setor patrimônio num programa deste tipo? parcela de compromisso e responsabilidade com uma intervenção conjunta; *h*) para que e para quem se preserva?; *i*) importância dos estudos e das propostas municipais; promoção das prefeituras; *j*) importância do conteúdo coletivo e ambiental do conjunto urbano *x* valor do monumento isolado; *l*) valor de uso do patrimônio em relação ao valor de deleite; *m*) valorização de componentes urbanos em relação aos detalhes arquitetônicos isolados; *n*) legislação da SPHAN como parte ou em conjunto com a legislação urbana; *o*) excepcionalidade arquitetônica *x* expressões de cultura popular/arquitetura vernácula; *p*) níveis de recuperação (melhorias); restauros diferenciados, adequação dos imóveis a novas necessidades de uso; *q*) discussão e definição de formas de reposição/reocupação de áreas ou imóveis vazios; demolições; *r*) necessidade de aprofundamento sobre inadimplência, legalização de imóveis, compra, venda, aluguel e outras questões relacionadas aos núcleos urbanos.
12. Ver nota 6.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRAGA, Pedro, *Análise crítica do Programa de Planejamento Municipal, Política Tecnológica e Revitalização Cultural. Uma abordagem holística*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano. Brasília, Universidade de Brasília, dezembro de 1986.

FALCÃO, Joaquim Arruda, "A política de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional e a democracia no Brasil", em *Ci & Trop*. Recife, julho/dezembro de 1984, pp. 211-214.

MICELI, Sergio, *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Difel, maio, 1984.

SEC/PRÓ-MEMÓRIA, *Planejamento municipal e preservação do patrimônio cultural*. Brasília, 1982.

O projeto-piloto de Olinda se efetivou em 1985 — janeiro a outubro —, quando foram criados os novos ministérios que se responsabilizaram pela criação do Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos, submetendo-o à aprovação do Presidente da República em dezembro de 1985, através da Exposição de Motivos nº 38.

A DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL MÓVEL

Lygia Martins Costa

Patrimônio cultural móvel

1. Abrangência e significado

O conceito de bem cultural móvel, em contraponto ao imóvel formado do acervo arquitetônico, urbanístico e natural de especial interesse, é relativamente recente sob essa designação. Isso não significa que os bens que o constituem não tenham séculos afora sido preservados. Sob denominações diversas como de arte erudita, semi-erudita, aplicada, popular; equipamento doméstico, profissional e rural; implementos de culto, cerimônias, lazer e do quotidiano; as manifestações das ocupações, preocupações, devaneios, habilidades ou sensibilidades humanas não sofreram em sua defesa solução de continuidade na Europa tradicionalista e parcimoniosa nos gastos. As pequenas cidades conservam até hoje seu acervo cultural com um respeito que o Novo Mundo inovador e perdulário não conheceu. Mantêm-se não apenas nos museus, mas nas famílias, que transmitem esses bens como legado pessoal que não admite destruição. Amostragem dessas normas verifica-se em nosso país justamente nos núcleos de emigração do norte da Europa.

A abrangência do que se considera hoje como bem cultural móvel é enorme. Tudo que registrou um estágio social, do conceber ao fazer do homem, manufaturado, semi-industrializado ou já industrializado, peça ou documento de qualquer espécie, manuscrito ou impresso, é um testemunho de época, que viveu uma realidade e acerca dela é um depoimento vivo. O conjunto desses bens, em geral mais sensíveis às mutações sociais, econômicas e do gosto que a arquitetura, é que forma o patrimônio cultural móvel de um país ou uma região. Identifica-o, em confronto com o dos vizinhos, porque fruto de uma conjuntura particular que o gerou. Portanto de um significado profundo para o povo que o produziu.

Entre nós a valorização desses bens é fenômeno já deste século. No que diz respeito à documentação escrita — livros antigos, jornais, publicações de toda espécie, manuscritos, documentação oficial etc. — o descaso, o fogo e os insetos consumiram volume considerável. No que se relaciona com o equipamento de trabalho, lazer, arquitetônico e urbano, fomos sempre marcados pelo desrespeito ao que saía de uso e era substituído por implemento mais moderno. No de culto, graças à menor volubilidade da Igreja, o acervo conservado foi bem grande; todavia parte dele foi destruída e refeita para estar em dia com a época. Já o de culto de origem africana sofreu sérios reveses em virtude de perseguições, tendo pouca coisa de real significação artística sido salva no Nordeste.

No diversificado patrimônio que compõe o "recheio" da arquitetura civil, sobretudo de utilização doméstica, se considerarmos o requinte da sociedade imperial do século XIX — certamente geradora de nossas mais antigas coleções —, veremos que, menosprezando a arte e artesania nacional da melhor qualidade, buscou na produção européia, e por tabela na do Extremo Oriente, as alfaias para uso, a cobrir desde os ricos salões de visitas e finamente equipadas salas de jantar aos objetos mais singelos do diário. Essa característica do viver da faixa favorecida de nossa comunidade oitocentista deve ter influído no desapreço da família brasileira de classe média pelas coisas herdadas dos avós — justamente nosso patrimônio cultural genuíno mais expressivo, trazido de Portugal ou já executado aqui.

Senhores de engenho, fazendeiros de posse e homens ricos das Minas não admitiam transferir para suas casas na Corte ou nas capitais os móveis e demais pertences de manufatura local. Conheciam a Europa em sua maioria, e só o adquirido lá ou de lá provindo, mesmo fruto da indústria nascente, era digno de ser visto pelos amigos citadinos. É o que explica ter o interior do país conservado por muito tempo as alfaias domésticas já inexistentes nos grandes centros, e também o fato de peças de mobiliário da melhor fatura terem sido mais tarde encontradas nas copas e cozinhas, em função subalterna.

Tudo faz crer que, nesse item, com ligeiras diferenças, o mesmo teria ocorrido em todos os países da América. Os norte-americanos foram os primeiros a tomar consciência do erro em que incorriam, embora mais que quaisquer outros houvessem destruído os marcos de sua história. À medida, porém, que se ilustravam através das universidades cedo organizadas, que freqüentavam com assiduidade os grandes centros culturais europeus e, acima de tudo, iam tendo espaço sempre maior na economia mundial, passaram a compreender o significado dos bens que haviam perdido ou por tanto tempo renegado. Para compensar a perda buscaram refazer seu patrimônio cultural móvel à custa de exemplares semelhantes adquiridos da Europa ou Ásia, constituindo importantes coleções públicas e particulares. Que sob orientação de grandes especialistas estrangeiros em

---

Lygia Martins Costa, historiadora da arte e museóloga, é consultora técnica da SPHAN/Pró-Memória.

O texto ora publicado é o de conferência pronunciada em Porto Alegre em julho de 1980, a convite do Conselho Municipal de Educação e Cultura.

pouco dilatavam seu campo de interesse e competiam com vantagem no mercado internacional.

Esse justo orgulho de nação nova e rica foi o grito de alerta para o resto da América, que, entretanto, só com vagar o entendeu.

Iniciado o século, aos poucos mudaria a situação entre nós. Conjugação de circunstâncias diversas. Entre elas a Grande Guerra, que democratizara a Europa, em certo grau impulsionara nossa economia e exportara para o Brasil também o comerciante de antiguidades estrangeiro; um despertar nacionalista no povo, com os preparativos e as comemorações do Centenário da Independência, iniciado em 1922 pelos intelectuais da Semana de Arte Moderna de São Paulo, aí desenvolvido por algum tempo, e de repercussão mais geral com a Revolução de 1930, quando a capital do país conduz o processo; as grandes coleções particulares, impelidas por aqueles antiquários elevados à nova categoria de homens de negócios e que levariam à eventual entrada do brasileiro no mercado europeu em busca do que se relacionava com seu passado; finalmente, a organização gradual de museus, tímida a princípio, mas fomentada pela ação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no sentido de proteção desses bens. Conscientização lenta, de vez que restrita aos maiores centros.

Hoje, em níveis diferentes, já é fenômeno internacional. Com conseqüências definidas, por vezes curiosas.

É que diante da sofreguidão com que os norte-americanos foram adquirindo tudo que exprimia patrimônio cultural, afim ao seu ou não, e da reação demonstrada pelos povos civilizados em presença das vendas ilícitas de seus bens, que não conseguiam segurar face às altas ofertas, a UNESCO foi chamada a intervir. Estudou o assunto, propôs soluções, democraticamente alertou e ofereceu seus préstimos aos países ainda inconscientes. E apresentou recomendações que visam garantir a cada povo o direito de deliberar o que, de seu legado cultural, permite que saia do país. Para isso insiste em dois pontos que lhe parecem capitais: *o inventário sistemático dos bens móveis* para conhecimento do que realmente importa preservar, e *a formação de museus*, para assegurar à parte significativa dos bens selecionados conservação, estudo e acessibilidade a todos.

É sobre esses dois pontos, ainda da maior importância para nós, que concentramos nossa palestra. Antes, porém, dado o papel que nesse campo o PHAN representou, não há como não consigná-lo.

2. Ação do PHAN

2.1 Estudo, pesquisa, restauração e modelagem

O PHAN tem sido desde sua criação, em 1937, sob os nomes sucessivos de Serviço, Diretoria, Instituto, Subsecretaria e agora Secretaria, o defensor pertinaz e esclarecido de nosso patrimônio cultural. Sua atuação deve-se fundamentalmente a Rodrigo M.F. de Andrade, que com segurança definiu-lhe o campo de ação, delineou-lhe os rumos, estabeleceu prioridades, contatou-se com quase todo o território nacional e escolheu equipe notável de colaboradores. Percebendo a dificuldade da consecução de seus planos se não contasse com a compreensão do clero e dos poderes públicos — um, o detentor dos acervos mais preciosos, e os outros, aqueles que determinam, legislam e julgam —, procurou fazê-los entender a significação da tarefa a que se entregava, a eles se dirigindo com serena perseverança tantas vezes quantas necessário fosse. E não foi empresa fácil.

Órgão pioneiro em termos governamentais, sem qualquer experiência próxima em que pudesse se apoiar e com recursos extremamente modestos, pela seriedade de seu trabalho, dedicação, inteligência e competência logo manifestadas, em poucos anos fez jus ao respeito nacional e internacional. Tudo ou quase tudo que foi defendido de norte a sul lhe é devido. Se mais não fez, foi porque o que fez representou luta demorada e geralmente penosa contra interesses de autoridades públicas e eclesiásticas, irmandades religiosas, associações privadas ou mistas, negociantes, colecionadores, proprietários e inquilinos. Salvo raríssimas exceções, sob o descaso total da população de qualquer nível de cultura; para objetivos tão novos quase que só encontrava incompreensão. Dessas lutas, em que muitas se decidiram na Justiça e mais particularmente no Supremo Tribunal Federal, resultou jurisprudência hoje consagrada. E a conscientização muito lenta acerca desses valores.

Sem ter tido meios de se estabelecer com sede em todos os estados, teve que escolher os que apresentavam os bens mais expressivos e em maior volume para, de quatro centros regionais e mais a sede, irradiar sua ação no país. Representantes do orgão foram colocados em centros menores para fiscalização e execução de umas tantas obras. Hoje, fora as representações, conta com nove Diretorias Regionais,[1] e dia virá, talvez, que para melhor atendimento admita ainda subdivisões.[2]

Falar em PHAN, para alguns, lembra órgão de defesa de acervo arquitetônico — comprovam com isso não acompanhar nossa vida cultural. Porque a ação do PHAN tem uma amplitude que nenhuma outra instituição de cultura jamais teve.

Não entraremos em detalhes acerca do que, dentro de suas possibilidades, foi e continua a ser feito na área do patrimônio móvel: arrolamento, inventário, documentação gráfica e fotográfica, pesquisa correlata, conservação, recuperação, estudo, tombamento, divulgação, estímulo aos especialistas e, finalmente, articulação com outros órgãos públicos, empresas estatais e de economia mista para assuntos de integridade física de conjuntos urbanos; no que tem merecido inclusive cooperação internacional.

Interessa-nos, neste capítulo, o que diz respeito aos *bens móveis* e, por extensão, aos *bens integrados*, que assim chamamos pelo fato de, por origem, integrarem-se ao corpo de uma arquitetura de tal forma que seu deslocamento provoca extração, violentação contra essa ligação íntima (pinturas de forro ou murais, retábulos ou fragmentos de talha, nichos embutidos, lavabos, painéis de azulejos etc.).

Quase todos os serviços discriminados acima foram também prestados a esse patrimônio, em diminuta escala porém, o que é compreensível por ter sido estabelecida como prioritária a proteção dos bens imóveis e faltarem pos-

teriormente condições para enfrentar outros setores.

Posto que de início a equipe se formasse com predominância de arquitetos, isso não obstou a que alguns incursionassem no *estudo* de áreas complementares de arquitetura interior, e com mestria. Tem-se Lúcio Costa, na análise formal da evolução do mobiliário luso-brasileiro, dos retábulos e composição pictórica dos forros de nossas igrejas, em trabalhos que se tornaram clássicos. Entre outros profissionais destaque-se D. Clemente da Silva Nigra, OSB, o historiador do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, com estudos sobre a prataria seiscentista da Ordem e os imaginários barristas Frei Agostinho da Piedade e Frei Agostinho de Jesus, praticamente descobertos por ele; J. Wasth Rodrigues, colaborador do PHAN, o analista minucioso de nosso mobiliário e dos elementos de remate construtivo dos séculos passados; Afonso Arinos de Mello Franco, do Conselho Consultivo da entidade, com estudo exemplar sobre o Desenvolvimento Material do Brasil; e Francisco Marques dos Santos, igualmente desse Conselho, o antiquário de grande vivência com toda sorte de bens móveis e que fez de sua loja um centro de informação sobre esse patrimônio; pesquisador assíduo da Biblioteca Nacional e investigador apaixonado do Brasil Reino e Império, o futuro Diretor do Museu Imperial teve uma familiaridade com nossa iconografia antiga só hoje ultrapassada por Gilberto Ferrez, outro Conselheiro do órgão.

Na *Revista* e em alguns títulos das Publicações do PHAN deparamos com artigos e monografias de *pesquisa histórica*, impulsionada por Rodrigo M.F. de Andrade em Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e, em menor intensidade, em Pernambuco e na Amazônia, que revelam enfoque e conclusões originais e divulgam velhos documentos inéditos em nossa historiografia. A pesquisa teve sua fase áurea nos vinte primeiros anos. A partir daí a diminuição constante dos recursos financeiros sacrificaram as atividades do setor, hoje com trabalhos desenvolvidos apenas quando o estudo dos assuntos os reclama. Para compensar, vêm-se editando pesquisas anteriores sob sistematização de Judith Martins, relativas a Minas, já publicadas, e à Bahia, em vias de publicação.

No que tange à *restauração* de bens móveis e integrados, o Atelier de Restauro do PHAN teve época de grande movimento. Trabalhos de excepcional importância foram executados sob a responsabilidade de Edson Motta nas igrejas sobretudo mineiras, em que retábulos, talhas de revestimento parietal, pinturas de cavalete, de muro e de forro, portas, arcazes, livros de registros de irmandades, documentos, tudo passou por seus cuidados. Afora bens tombados, prestou assistência a instituições e particulares quando a qualidade do bem recomendava proteção sua.

No Nordeste, a equipe de Airton de Carvalho desenvolveu serviço valioso nos mesmos setores, com descoberta de obras inteiramente ignoradas, conjuntos escultóricos de pedra, grandes revestimentos de azulejos, pinturas de forros de porta, que receberam restauro adequado sob a orientação de José Ferrão.

Há de se referir ainda a decisão do PHAN de providenciar *moldagens* de bens de singular interesse, dentre os quais avultaram exemplares do Aleijadinho. Visava proporcionar não só o necessário registro em caso de perda efetiva, mas também meios de recuperação em caso de acidente parcial e o estudo mais penetrante da linguagem plástica do extraordinário artista mineiro. Trabalho executado por Eduardo Tecles, deveria ser todo reunido num Museu de Moldagens, que se cogitava organizar em sentido amplo, e que chegou a ter projeto de Alcides da Rocha Miranda. Mas não foi realizável.

2.2 Inventário e Defesa

São os campos que nos interessam especialmente nesta abordagem. No do *inventário*, procedeu-se no começo apenas ao levantamento fotográfico das coleções particulares do Rio e do que havia de mais valor em igrejas e conventos do país. Há uns poucos anos, por iniciativa de Luís Saia, o saudoso Chefe do 4.º Distrito, em convênio com a Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e o Conselho Federal de Cultura, que financiaram o trabalho, conseguiu-se inventariar mais de 6.000 peças das coleções paulistanas. Empenhado em obstruir a exportação ilícita de obras de arte e artesanato produzidas no Brasil até o fim do período monárquico, proibida pela Lei n.º 4.845 de 19 de novembro de 1965 mas de difícil controle nas condições do órgão, imaginou ele pôr em prática duas medidas para facilitar a fiscalização conjugada do PHAN e da Alfândega: a primeira, o inventário sistemático desses bens, a que dera princípio em São Paulo; a segunda, a inscrição voluntária ou compulsória desse patrimônio, sem ônus, num prazo de um ano, e a obrigatoriedade de se apresentar o certificado de inscrição em qualquer venda ou transmissão de propriedade efetuada no país, mesmo herança ou legado. A proposta, aprovada no Encontro na cidade de Salvador,[3] em 1971, lamentavelmente não recebeu ainda exame mais concreto para sua efetivação. Mas é problema que preocupava e continua a preocupar o órgão, visto que os esforços no sentido de enfrentá-lo não têm logrado o êxito necessário.

Na esperança de fazer algo no setor enquanto aguarda recursos, há uns tantos anos o PHAN instituiu a norma de, ao estudar a proteção de um imóvel, proceder ao levantamento individuado de seus bens móveis, arrolando-os no processo de tombamento e fotografando-os quando as condições financeiras o permitissem. Isso significa que, gradativamente, parcela expressiva deles torna-se acessível a qualquer estudioso e de certa forma resguardada, já que identificada por fotografia, materiais componentes e dimensões, que de fato são os elementos essenciais para seu reconhecimento em caso de extravio. Porém em termos de inventário absolutamente não basta, por ser de ocorrência assistemática e informações incompletas.

Algo deve ser dito, finalmente, quanto à presença do PHAN no campo da *defesa* dos bens móveis e integrados, subtraídos de seu local primitivo. E que se vincula de modo íntimo à existência de *museus*.

Compreendendo, desde cedo, que essas instituições pelos serviços de colecionamento, estudo, conservação e divulgação se constituem em órgãos primordiais de proteção, seu trabalho tem se manifestado de três tipos: a) criando museus próprios; b) criando museus em convênio

com outras entidades; c) dando assistência técnica aos museus que a solicitam.

A criação de museus se incluía na idéia original do órgão desde o anteprojeto de Mário de Andrade, de 1936, mas não com o sentido que o PHAN lhes daria e que se impôs como uma necessidade desde o primeiro momento. Em relatório de viagem à região das Missões Jesuíticas no Rio Grande em 1937, Lúcio Costa, impressionado com a quantidade de fragmentos arquitetônicos lavrados, imaginária e outras peças espalhadas pelo mato nas vizinhanças das reduções, sobretudo na de S. Miguel, onde além das ruínas da imponente igreja afloravam fundações do primitivo povoado, recomendou que se reunisse na própria área todos os elementos num conjunto evocativo. Com percepção do significado desse patrimônio, intuição museológica e sensibilidade compositiva sugeriu, em desenho, a apresentação do acervo e das informações necessárias numa das unidades da própria redução, a ser reconstituída pelo levantamento das colunas e paredes de suas fundações. Aceito o alvitre por Rodrigo M. F. de Andrade, gente do local foi incumbida da recolha dos remanescentes nos vários povos, enquanto se procedia à consolidação das ruínas e construção da unidade-museu sob a responsabilidade de Lucas Mayerhofer, elaborando-se na sede do PHAN as legendas históricas. Finda a obra, o *display* e a instalação ficaram a cargo de Marcel Gautherot e do arquiteto Leônidas Cheferrino. Foi a primeira experiência do órgão no campo da museologia, válida até hoje, posto que o acréscimo sucessivo de peças tivesse de certo modo perturbado a beleza primitiva.

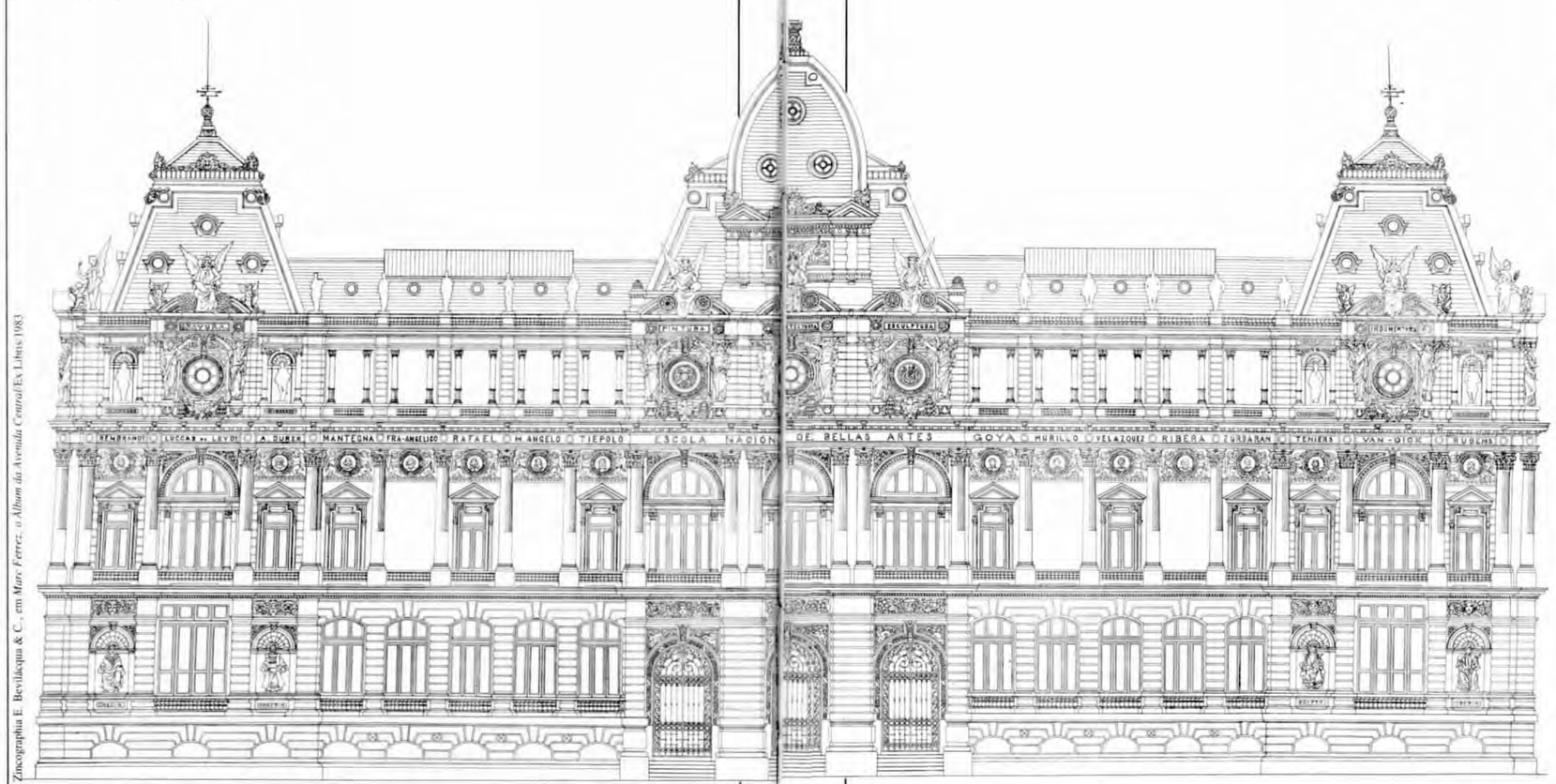
Outros museus se seguiram no intuito de se defender um monumento tombado, restaurado e sem utilização determinada ou apropriada e, concomitantemente, bens culturais móveis desprotegidos. No Museu do Ouro, em Sabará, buscou-se dar a uma edificação erigida para Casa de Fundição do Ouro das Minas na primeira metade do Setecentos, e que se arruinava pelo abandono, uma destinação condizente com sua utilização no passado, recolhendo-se na região os bens que se integravam ao programa. Com Antônio Joaquim de Almeida à frente, e colaboração do corpo técnico do PHAN, concentrou-se no térreo o que se relacionava com a Casa da Fundição: bateias, balanças para diferentes fins, prensas, cofres-fortes de transporte do mineral, prensas, barras de ouro com os respectivos registros, jóias e outros, além de, sob a orientação e desenho de Miran Latif, maquetes-reproduções dos processos de mineração então usados. No quintal, moinho de Eschewege, peça original de excepcional valor histórico, consigna a segunda fase nos trabalhos de mineração. No andar nobre, assinalou-se aspectos da história social da região no século XVIII. Biblioteca especializada sobre o ciclo do ouro, formada ao correr dos anos, deu ao museu caráter monográfico exemplar.

O Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, organizado na mais grandiosa Casa de Câmara e Cadeia do país, com adaptação de Renato Soeiro e apresentação de Georges Simoni, é conhecido não só pela arquitetura muito bem implantada e de caráter único entre nós, mas também pela qualidade e variedade do acervo. Nele se destacam os dois maiores vultos das Minas: o Tiradentes, que se apresenta com elementos dos mais sugestivos de sua vida, como os autos de seu processo condenatório e parte expressiva da forca em que morreu, e o Aleijadinho, com esculturas, retábulo e, o que é mais comovente e raro, desenhos originais e recibos do próprio punho. É de se salientar também no Museu o Panteão dos Inconfidentes, agenciamento severo e digno concebido por José de Souza Reis, e a bela coleção de arte sacra doada pelo Arcebispo de Mariana, D Helvécio de Oliveira. No resto o acervo representa o patrimônio cultural da região, da arte erudita à popular, do artesanato fino a objetos de uso os mais simples, do documentário da vida urbana requintada às instalações mais primárias, em contrastes do maior interesse. Tudo comprovando não ser recente no órgão o conceito lato de patrimônio cultural.

Não nos deteremos nos outros mais. Enumeraremos apenas o Museu do Diamente, que nunca foi alvo de estudo museológico; o Regional de S. João del-Rei, com esplêndida coleção de mobiliário, agenciado por Maurício Dias; e o de Arte Popular do Caeté, mais recente, concebido por Antônio Joaquim de Almeida; todos nas cidades que lhes deram o nome, em Minas Gerais. O de Arqueologia e Artes Populares, em Paranaguá, PN, em antiga residência jesuítica e com acervo interessantíssimo pré-industrial, graças à coleta paciente e bem-informada do saudoso Prof. José Fernandes Loureiro. O Museu das Bandeiras, na Casa de Câmara e Cadeia setecentista da velha cidade de Goiás, com remanescentes das capelas já desaparecidas dos arredores da antiga capital goiana, recolhidos por Edgar Jacintho e apresentados por José Zanine. A Casa de Victor Meirelles, na casa natal do pintor em Florianópolis, criada por colaboração do Museu Nacional de Belas-Artes que cedeu coleção de desenhos e pinturas das diversas fases do artista. E vários outros museus, organizados e em vias de organização.

Basta salientar que cada um, estabelecido à custa de muito sacrifício devido à falta de recursos do PHAN, constitui mensagem específica e se liga intimamente à região em que se acha. Sua organização foi uma inovação, como o foi também o interesse de reunir o artesanato regional, seiva do povo e por isso mesmo de grande riqueza expressiva; o equipamento singelo doméstico e rural; fragmentos arquitetônicos de alguma singularidade e tudo o mais que patenteasse a vida nas comunidades antigas. Dado o valor que esses bens vieram a ter depois de considerados dignos de recolha, tornou-se quase impossível à instituição reunir acervo para novos museus. Sua ação exerceu-se então principalmente na assistência técnica dada, no que se distinguiu o saudoso museólogo Alfredo T. Rusins.

Museu Nacional de Belas Artes



Zincographia E. Bevilácqua & C., em *Marc Ferrez: o Álbum da Avenida Central*/Ex Libris/1983

Defasagem da proteção dos bens móveis

1. Situação

Não obstante o trabalho efetuado pelo PHAN e mais recentemente por alguns outros órgãos, a defasagem entre a proteção dos bens móveis e imóveis é grande no Brasil. Verificou-se desde o primeiro momento, como se viu, dada a necessidade de concentrar dotações pequenas na salvaguarda do acervo arquitetônico, certamente mais importante. Nele se encontravam inseridos os demais bens culturais — talha, imaginária, pintura, mobiliário, alfaias, documentos diversificados —, fazendo crer que sua defesa resultaria na dos outros simultaneamente.

Acresce que, face aos investimentos de capitalistas foragidos da Europa às vésperas e durante a Segunda Grande Guerra — justamente na época em que o PHAN iniciava sua atuação —, as próprias construções achavam-se ameaçadas tanto nas cidades quanto no interior. Nas cidades, pela introdução no mercado imobiliário do edifício de apartamentos, de êxito financeiro total, o maior responsável pela derrubada dos prédios antigos e rápida transformação de nossa fisionomia urbana. No interior, pela destruição

ou descaracterização de conjuntos arquitetônicos para instalações industriais, em aproveitamento de terra e mão-de-obra barata. Essas iniciativas, pelo que representavam para a economia do município, encontravam apoio irrestrito das autoridades locais em detrimento dos objetivos de preservação pretendidos pelo PHAN, forçado então a cerrar esforços na defesa do que se impunha como prioritário.

Ocorre que o patrimônio móvel não passou despercebido aos olhos experientes desses imigrantes, sobretudo as alfaias, que se revelavam emprego seguro de capital. De ouro, prata dourada ou mesmo prata branca, muitas vezes incrustadas de pedraria e sempre do melhor lavor, já constituíam no Rio de Janeiro, desde a década de 20, campo de especulação de antiquários estrangeiros, como Berlein, Esslinger e outros. As décadas de 30 e 40 só fizeram ampliar e multiplicar a exploração na área, o mobiliário e a imaginária entrando firmes. O que resultou na criação de uma clientela certa para nossa arte colonial erudita e semi-erudita; um perigo à integridade dos acervos das igrejas, agora expostos a toda espécie de cerco. Clientela nacional e internacional; esta última, danosa, por atingir irremediavelmente o patrimônio particular de um povo indefeso ainda.

Acontece que, embora tombados com os monumentos, englobados sob a simples menção de "acervo" ou "recheio", pelo fato de não terem sido inventariados e fotografados individualmente, esses bens ficaram desamparados. Sob o consentimento de parte do clero persuadido de seu direito de dispor das obras, deram-se dilapidações seguidas, algumas que se constituíram em perdas irreparáveis. É de se ressaltar o desgaste então da Direção do PHAN, sem corpo técnico voltado exclusivamente para o patrimônio móvel e pessoal suficiente para controle e esclarecimento desses vigários, do papel que lhes cabia junto aos bens. Aliás, como já esclarecemos noutro trabalho,[4] essa falta de informações do clero foi comum a toda a América Hispânica.

As recomendações do Concílio Vaticano II, que demonstravam ser o mal mais lato, alterariam a posição da Igreja internacional quanto à defesa de seus próprios. Inclusive no Brasil. Na segunda Reunião dos Governadores para a Defesa do Patrimônio Cultural, em Salvador, lá estava ela representada e participante, com um relatório detalhado de sua ação no inventário de bens móveis e na criação de museus diocesanos, museus esses que têm merecido o maior apoio do PHAN por considerá-los o meio mais seguro de preservação de tais valores.

Chegou-se, assim, a situação relativamente satisfatória com os vigários, que começa a se estender à comunidade. Mas não satisfaria de fato, porquanto os *roubos* vieram, nas igrejas, a substituir as vendas. E nem elas nem o PHAN dispõem de recursos para esse controle.

Se nosso patrimônio histórico-artístico-religioso é predominante, não quer dizer que seja o único válido. No Sul, excetuando a região das missões e porção pequena do Paraná, a arte sacra não apresenta índice tão alto. Colonizado sobretudo no século XIX, quando o espírito religioso decrescia, dentro de condições diferenciadas do resto do país, sua herança reflete a história — numerosos conjuntos de armas, e tradições populares legadas por diferentes colonizadores.

O equipamento doméstico foi rico em quase todo o Brasil. No entanto as coleções particulares do Rio e de S. Paulo absorveram grande parte desse acervo. Constituindo-se de peças oriundas do século XVIII e principalmente do século XIX, procederam das residências urbanas e em particular dos engenhos e fazendas, sendo hoje raro encontrar em uma delas recheio correlacionado à época de seu apogeu. No que tange ao equipamento de cozinha, banheiro e de simples utilidade, mais difícil ainda de ser encontradiço. É que não tendo merecido nas primeiras décadas do século interesse de compra da parte do comércio especializado, por não corresponder então ao gosto do colecionador, quase tudo se perdeu com a modernização dos interiores.

2. Sugestões

A defasagem entre a proteção do patrimônio móvel e imóvel deverá aos poucos ser eliminada, por já haver consciência dessa realidade. Só será conseguida, no entanto, com o aumento sensível de gente especializada a trabalhar na área, de vez que *só do conhecimento advém a verdadeira proteção*. Um confronto entre o número de profissionais que atuam num e noutro campo demonstra esse desequilíbrio. Acentuado pela consciência dos arquitetos como classe já acordada para o problema e pela atenção ultimamente dada à formação técnica respectiva. Tudo isso evidencia que algo terá que ser feito em prol dos bens culturais móveis, desassistidos em extensas regiões do país.

Ao confirmar a presença natural dos arquitetos nos órgãos de proteção — o que, a despeito de tanta força contrária, assegura a preservação do patrimônio mais valioso —, registra-se contudo *a falta de corpo técnico para o atendimento específico dos bens móveis*.[5]

Após análise chega-se a algumas observações que explicam a situação, tais como: 1º, o interesse pela arquitetura em todo o Brasil, resultando na criação da Faculdade correspondente em quase todas as Universidades; 2º, existência nas Faculdades de Arquitetura da disciplina de Arquitetura no Brasil, geralmente dada por arquiteto que trabalha no PHAN ou nos Patrimônios Estaduais, portanto capaz de despertar o interesse dos alunos pela intimidade que tem com esses valores e com os problemas de sua defesa; 3º, a multiplicação verificada nos últimos anos do número de órgãos interessados na questão; 4º, atividade que em torno da preservação dos monumentos vêm desenvolvendo técnicos e órgãos responsáveis, seja com a colaboração de outras entidades públicas e organismos internacionais, através de colóquios e seminários dirigidos sobretudo a um círculo limitado mas de potencial na área, seja através dos meios de comunicação de massa, para despertar na consciência pública o apreço por essas obras; 5º, existência de bibliografia cada vez maior sobre o assunto; 6º, a existência de curso de pós-graduação para o preparo especializado do arquiteto-restaurador, curso esse que se realizando cada ano sob a égide de uma Universidade diferente, de modo a responder às necessidades das diversas regiões do país, oferece ao jovem mercado de trabalho novo e de bom nível salarial e simultaneamente aumenta o corpo de especialistas.[6]

Enquanto isso o patrimônio móvel,

tão mais complexo por seu número e extrema variedade, e *tão mais exposto* pela facilidade de transporte, cobiça de interessados ou até indiferença por sua conservação, não encontrou ainda respaldo suficiente para assegurar-lhe o inventário sistemático, estudo, proteção contra desfigurações, deterioração, fuga do país e até destruição, intencional ou não.

É que as ações de defesa dependem de uma atenção especial das autoridades públicas, tais como:

1.º — reformulação dos raros cursos universitários específicos existentes, dando-se-lhes, além de sólido embasamento cultural, uma flexibilidade de opções de modo a atenderem à multiplicidade dos bens móveis;

2.º — aumento *razoável* e gradativo de número de escolas de formação de profissionais que respondam pelas necessidades de diferentes regiões do país, e que atentem não só ao conhecimento do acervo móvel nacional e regional como à sua conservação;

3.º — aproveitamento dos especialistas nos diversos campos que abarcam nosso patrimônio cultural, no sentido de que transmitam ao jovem o conhecimento que seu interesse particular armazenou no correr dos anos;

4.º — organização de centros de documentação e bibliografia especializadas;

5.º — convocação de especialistas estrangeiros sempre que preciso;

6.º — programação de curso de pós-graduação a ser feito nos moldes do de arquiteto-restaurador, por convênio PHAN/Universidade/UNESCO;

7.º — criação de estímulo a quantos se dedicarem ao estudo do patrimônio cultural móvel e integrado, bem como a sua divulgação.

Enfim, um elenco de sugestões, visando a garantir a implantação de uma infra-estrutura capaz de defender esses valores.

Problemática do inventário

A recomendação da UNESCO de que os países cadastrem seus bens, para conhecimento e proteção do que consideram digno do resguardo, reforçou nossos propósitos de insistir no trabalho sistemático de inventário de nosso patrimônio cultural móvel e integrado. Poucas instituições, e assim mesmo desentrosadas, estão a trabalhar na área, apesar da importância e urgência da empresa, das dimensões do país e da amplitude dos bens a serem considerados. E embora poucas, há sobreposições a reclamarem articulações entre si.

Cobrindo todo o território nacional, o PHAN o vem fazendo na medida do possível — o que infelizmente é bem pouco —, tendo atuado com maior regularidade nas duas primeiras décadas de existência; o extinto CNRC, agora integrado à Fundação Nacional Pró-Memória,[7] participa da tarefa com penetração mais acentuada na tecnologia primitiva e incursões no campo da etnografia, onde depara com as atividades da Campanha Nacional do Folclore.[8] Minas, através do IEPHA/MG, vem desenvolvendo o arrolamento de seus valores sob idêntico critério do PHAN. Apenas no Vale do Jequitinhonha esses dois órgãos, com o Condevale, deram início a trabalho conjunto visando ao levantamento do patrimônio local, ameaçado pela implantação iminente de grandes complexos industriais. Na Bahia o Arcebispado, prevenindo-se contra roubos sucessivos de obras sacras, decidiu cadastrar os bens móveis da Arquidiocesę, de certa forma complementando no setor, com o auxílio de verbas federais, o serviço que na área dos monumentos arquitetônicos o Governo Estadual vem cumprindo com grande eficiência, graças ao comando seguro do arquiteto Paulo Ormindo de Azevedo.

Todavia, por falta de um programa nacional específico, o que está sendo efetuado por órgãos federais, estaduais ou municipais parece trazer o estigma de "a título precário", do "incompleto". Quando, em verdade, *o inventário deve ser o esqueleto de nosso legado cultural*, a estrutura inalterável em sua essência, sobre a qual se vão inserir estudos genéricos ou particularizados, sem com isto invalidar a trama fundamental estabelecida.

O PHAN estudou dois tipos de fichas para o serviço: uma, de mero levantamento, com fotografia e dados básicos, a ser feita no local por mão-de-obra auxiliar naturalmente orientada, estudantes talvez; outra, de inventário propriamente dito, como que o registro civil da peça, e que só pode ser preenchida sob responsabilidade técnica de equipes qualificadas. Compostas pela Divisão de Estudos, Pesquisas e Tombamento, reúnem os principais informes da obra e exigem fotografias da melhor qualidade. Ambas vêm sendo usadas segundo os fins que se tem em vista — o segundo tipo, bastante completo, sendo utilizado em alguns de nossos museus e divulgado entre instituições interessadas.

Está em preparo, além disso, uma classificação geral temática, para enquadramento dos bens móveis e integrados dentro de futuro sistema de computação. Atendendo a pedido de redução a um mínimo de divisões, para barateamento da operação, chegou-se a um total de dezesseis itens, em que o último, sob o título de "Vários", deve englobar os elementos que não se encaixem nos grupos alvitrados. É mais uma proposição a ser julgada, dentro e fora do órgão, e acrescida ou reformulada tanto pelos estudiosos de nosso patrimônio quanto pelos técnicos em informática, que farão a transposição de dados para o computador.

Parece já ser tempo, assim, de constituir-se um grupo de trabalho polivalente que se entregue *exclusivamente* ao estudo de propostas de fichas, a fim de, com certa urgência, *chegar-se ao consenso de uma ou mais de caráter nacional*. O trabalho admitiria talvez mais uma última discussão, já que a normalização de informações é recomendada pela Reunião de Especialistas sobre Métodos Modernos de Inventário de Bens Móveis, realizada pela UNESCO em Barcelona em outubro de 1976.

Articulações em outro nível precisariam ser feitas visando a *programação e instalação efetiva dos serviços de inventário*, que deveriam integrar, além dos órgãos específicos de proteção, a Igreja, as Universidades, as Secretarias de Educação e Cultura dos Estados e, quiçá, as de Ciência e Tecnologia, de modo a que todos venham a sentir-se coresponsáveis pela iniciativa. É que, dada sua extensão e complexidade, uma única instituição não teria condições de, sozinha, responder pela incumbência.

Alvo de interesse nacional e regional, os serviços de inventário deverão fomen-

tar em cada etapa debates e possíveis reformulações na definição do caminho acertado. Mas para isso terá que haver um órgão forte de coordenação geral do trabalho. Ao PHAN caberia certamente essa atribuição, embora a outros órgãos se conferisse a gestão das atividades vinculadas às respectivas áreas de conhecimento.[9]

Um *banco de dados* sobre nosso patrimônio cultural — informações, fotografias e possivelmente documentos — será o resultado palpável do serviço, que levará o país a melhor conhecer a si próprio e assim ter condições de melhor defender seus bens. E os estados interessados, naturalmente co-participantes do encargo, a terem cópia de tudo que lhes diga respeito.

O museu no trato desses bens

1. Caráter e Funções

O museu é o órgão específico de defesa do patrimônio cultural móvel de uma nação, uma região ou uma cidade. Outros órgãos poderão cumprir essa tarefa em caráter eventual ou de maneira complementar — como inventariá-lo, estudá-lo, restaurá-lo ou fiscalizá-lo com alguma regularidade. Mas só o museu o fará integral e permanentemente, porque essa é a razão de ser de sua existência. E para isso conta, ou deve contar, com especialistas adequados às coleções e aos serviços vários que uma entidade dessa natureza requer.

Tem que marcá-lo a consciência do que dele exige a museologia, ciência recente que dá ao museu um lugar à parte na área cultural, por sua natureza de detentor de peças-testamento do mundo e dos povos e por sua responsabilidade de conservação, estudo, informação, entretenimento, estímulo e deleite. É a museologia que codifica deveres e obrigações que seus profissionais têm para com o acervo, a comunidade e o mundo científico; informa acerca dos caminhos a seguir para seu devido cumprimento; ensina a avaliar o mérito dos trabalhos executados; e sugere, através da museografia, os meios de comunicação visual que valorizam suas iniciativas, seja no trato das peças, seja no dos textos. Corpo de exigências que dignifica a instituição por elevá-la à categoria de bem de *efetiva utilidade pública*, que não tinha no passado, gera em sua equipe de especialistas a compreensão de que o trabalho científico da Casa, elaborado a partir do acervo, deve ser reelaborado em linguagem accessível ao leigo. E não só accessível mas incitante de sua inteligência e sensibilidade, em desafio à inventiva dos profissionais.

Atrair, ensinar e agradar, eis o lema do museu de hoje para com o público. Tornar o patrimônio cultural ou natural que reuniu, e que deverá continuar a reunir com critérios cada vez mais aguçados, em veículo de maior conhecimento da Natureza e do homem, de seu relacionamento harmonioso ou hostil e do esforço humano na procura de transformar o habitat a sua conveniência. Transmitir o entendimento de que o passado foi o presente de ontem como o presente será o passado de amanhã. E fazer compreender que em geral a evolução se dá em transformações sucessivas, face aos novos aportes e anseios da vida contemporânea, mas que há também rupturas que provocam comoções profundas que se constituem nas forças propulsoras dos avanços de maior significação. É ao Museu que cabe explicar esses fenômenos, justificar para cada época e cada lugar sua fisionomia e seu padrão próprio de cultura.

Na salvaguarda de bens móveis e integrados, importa se defender, com o maior empenho, o que viveu feitos significativos de cada geração, peças e documentos, cumpre também assegurar a existência daquilo que representou o gosto mediano, os fazeres ou aspectos não-heróicos das diferentes classes sociais; tal qual na proteção do ambiente urbano, construções de menor valor arquitetônico são preservadas para garantirem trama e ambiência em que se inserem monumentos expressivos.

Ignorá-los seria desconhecer a realidade, ou falseá-la, postura que não se coaduna com os propósitos de uma instituição cultural. Excetuam-se as exposições permanentes dos museus de arte erudita ou popular, elitistas por natureza. Nas suas salas de estudo e de reserva, sempre abertas ao interessado, detentoras de outras faixas de obras chamadas a figurar toda vez que o caráter de depoimento histórico, ou intenção de confronto, seja o fundamento de uma programação da Casa.

Não entraremos em detalhes acerca do que é da competência do museu realizar para constituir e ampliar suas coleções; zelar pelas condições físicas de seu acervo; estudá-lo, pois seu conhecimento é fator primordial para qualquer trabalho sério da instituição; estruturá-lo com o de outras entidades e colecionadores, a fim de aprofundar seu conhecimento e ser capaz de compô-lo em seu verdadeiro contexto; apresentá-lo adequadamente, não só para informar o público como excitar seu interesse; abordá-lo sob diferentes enfoques, evidenciando as diversas facetas com que pode ser apreciado. Nem que lhe cabe ainda divulgar, através de publicações, os conhecimentos adquiridos a seu respeito, utilizando meios de acordo com os propósitos, segundo se dirige ao mundo científico ou determinada faixa cultural da comunidade; programar cursos, palestras, visitas guiadas; criar setor de informações culturais, serviço educativo e outros, sempre com a visão contemporânea de que o museu deve *servir à comunidade permanentemente*. Nosso objetivo aqui é apenas demonstrar que um museu é instituição profundamente comprometida com a sociedade.

2. Caminho Novo

A decisão da UNESCO de realizar uma Mesa-Redonda para Adaptação dos Museus da América Latina ao Mundo Contemporâneo, reunindo exclusivamente autoridades e técnicos regionais para debates, revela que no consenso internacional a grande maioria das instituições latino-americanas estão desatualizadas e necessitadas de reformulação. Considefando sobretudo o papel que os museus podem representar entre os povos em vias de desenvolvimento, tanto no campo da cultura como na da informação e educação, determinou, para a Reunião organizada em Santiago do Chile em 1972, um programa de quatro itens correlatos, que convém lembrar:

1 — os Museus e o desenvolvimento no meio rural;

2 — os Museus e o desenvolvimento científico e tecnológico;
3 — os Museus e os problemas sociais e culturais do meio;
4 — os Museus e a educação permanente.

A apresentação dos temas foi entregue à responsabilidade não de museólogos, mas de especialistas nos respectivos setores, eles também latino-americanos. Essa colocação visava instigar os museólogos presentes a considerarem o pouco partido tirado pelo museu face a *questões vitais* do mundo de hoje.

Finda a Mesa-Redonda, novos caminhos eram apontados como necessários ao museu atual da América Latina. As recomendações abaixo, *dirigidas a essas instituições*, traduzem o que foi objeto de consideração maior:

1.ª — que atualizem seus sistemas museográficos a fim de melhor se comunicarem com o público, desenvolvendo a museografia de material pobre, até hoje pouco explorada;

2.ª — que como centro supletivo único e em muitos pontos substitutivo do ensino regular, por contar com acervo que abrange todos os campos do conhecimento, efetive a criação de seu Serviço Educativo e descentralize suas reservas, caso as tenha, para formarem novas unidades nos bairros marginalizados ou localidades desprovidas de museus;

3.ª — que ampliem e intensifiquem sua ação na sociedade sobretudo junto às populações marginalizadas urbanas e rurais, não se limitando à função de educação e cultura paraescolar, mas, com a assessoria técnica dos órgãos responsáveis do país, partam para o enfoque e a divulgação dos problemas de interesse social e econômico de cada região;

4.ª — que colaborem com a Universidade e órgãos especializados no sentido de informar a coletividade acerca das descobertas científicas e tecnológicas de proveito imediato, buscando captar o interesse dos jovens para as ciências e a tecnologia através de sua participação nos trabalhos;

5.ª — que programem cursos para professores e professorandos dos níveis elementar e médio, a fim de alertá-los para as possibilidades de aproveitamento, no ensino, das coleções do museu.

E no sentido de obter o apoio indispensável, das *autoridades públicas*, as recomendações seguintes *a elas dirigidas*:

1.ª — que os Ministérios da Educação e Cultura cuidem da formação profissional dos museólogos, adequando-a às novas atribuições que se dá aos museus, e equipem essas instituições com os tipos de profissionais necessários a sua adaptação à dinâmica da sociedade atual;

2.ª — que dentro da política educativa nacional se incluam os serviços que devam ser regularmente oferecidos pelos museus a todos os níveis de ensino;

3.ª — que nas agendas de reunião do Ministro da Educação e Cultura com os Ministros da Saúde e da Agricultura, e ainda organismos responsáveis pelo desenvolvimento científico e tecnológico do país, sejam os museus considerados como órgãos — meio de difusão dos avanços a que, em benefício de coletividade, tenham chegado a ciência e a tecnologia contemporâneas.

A enumeração dessas recomendações não é gratuita; aspira a interessar também estados e municípios a cooperarem na causa. Tal como salientaram os Encontros de Brasília e Salvador de 1970 e 1971, torna-se necessário que as autoridades estaduais e municipais, chamando a si igualmente a responsabilidade de defesa dos bens móveis, promovam nas respectivas áreas de atuação o que foi proposto aos escalões federais da América Latina. E dêem aos museus o que estão a exigir.

Esse elenco de sugestões certamente será de valia.

Conclusão

Com uma mensagem que tem sido há 40 anos o cerne de minha vida profissional, estarei compensada se conseguir motivar autoridades e público para superarem o descompasso existente entre o *significado* do patrimônio cultural móvel e a *atenção que tem merecido*. E, conseqüentemente, para a importância e urgência de seu inventário e para o papel singular que o museu desempenha em sua proteção.

Tomo a liberdade de fazer um apelo: que não se abandone trilha apenas começada, mas, pelo contrário, a despeito do muito a fazer e dos tropeços que advirão, leve-se avante o trabalho. Articulem-se estados e municípios com a Diretoria Regional da SPHAN para o levantamento e a salvaguarda dos bens locais. E solicitem a participação das Universidades, que devem colaborar com as pesquisas históricas e sociais correlatas. E na falta de museólogos, eventualmente cuidar do assunto, pois já se justifica a criação de uns poucos Cursos de Museologia para atender às várias regiões do país.

Um núcleo expressivo de bens a serem protegidos já demandará a organização de um museu. Se reunidos num museu histórico, complementado por audiovisual, poderão focalizar a individualidade, as ocupações e os problemas de uma área geográfica; amarrar o contexto local à cultura regional e, mais longe, à panorâmica sócio-econômica do país. Preservação consciente, a única sem recuos.

Outros museus, outros programas; e novas oportunidades de agrupamentos e destaques desses remanescentes. Sempre sob critério predefinido, porém.

Portanto é hora de agir. Espero que, à semelhança da década de 70 no campo dos bens imóveis, a década de 80 se assinale, entre nós, como a da concretização da defesa do patrimônio móvel, já duramente atingido. E assim *se enfrente o inventário* e *se dê aos museus as condições que reclamam*, para que possam cumprir as funções que na área, sem qualquer dúvida, lhes é cobrada hoje.

---

1. Hoje já são onze.
2. O que se deu a partir de 1981.
3. Dois Encontros para a defesa do patrimônio cultural, realizados em Brasília (1970) e Salvador (1971), convocando autoridades públicas estaduais para cooperarem com o PHAN nessa tarefa.
4. "Museus e Turismo", trabalho por nós apresentado no I Ciclo das Cidades Históricas, realizado em Ouro Preto pela Hidrominas, Embratur e a então DPHAN.
5. Com a criação recente do serviço de inventário desses bens a situação começa a ser atendida.
6. Hoje já alterado. A Universidade da Bahia assumiu sua organização em caráter permanente.
7. Data de 1979 sua criação.
8. Hoje Instituto Nacional do Folclore.
9. Hoje, a meu ver, competiria à Pró-Memória, cabendo ao PHAN a gestão em sua área específica.

RESTAURAÇÃO DE BENS MÓVEIS E INTEGRADOS: 40 ANOS

Orlando Ramos Filho

No início do ano de 1947 o pintor Edson Motta retorna ao Brasil, depois de se especializar em restauração nos Estados Unidos. A sua missão era a de implantar, para o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, um sistema para a Preservação dos chamados bens móveis em nosso país. Hoje, exatos quarenta anos depois, fomos convidados a tentar contar e analisar o que ocorreu durante todos estes anos, tarefa dificultada pela inexistência de registros escritos que documentem as diversas idéias e posturas político-administrativas para o setor. Assim, pensamos em traçar um perfil cronológico da evolução do processo de restauração de bens móveis e integrados, permeado por avaliações críticas dos seus resultados, concluindo com o quadro atual e com proposições de posturas para a implantação de uma política nacional de conservação e restauração de bens móveis e elementos integrados aos monumentos.

Torna-se premissa fundamental para o desenvolvimento desta avaliação discutirmos a questão da terminologia ideal para a definição do universo de ação do restaurador. Este é composto de várias especialidades, desde pinturas até papéis, passando por tecidos, esculturas, metais, etc..., não existindo até o momento uma titulação aceita, senão por todos, pela maioria dos restauradores. Internacionalmente é acatada a clássica divisão de bens imóveis para os monumentos e bens móveis para os demais elementos; mas efetivamente não podemos classificar como bem móvel a decoração fixa de um monumento. O professor Jair Afonso Inácio costumava classificar-nos como restauradores de obras de arte, definição que excluía a arquitetura da categoria da arte e incluía nela os documentos históricos, sendo portanto imprecisa. Nos anos 70 cunhamos juntamente com a arquiteta baiana Adriana Castro o termo "bens móveis e elementos aplicados aos monumentos", que, embora longo, definia claramente o nosso universo de trabalho, ressalvando-se possíveis confusões com as chamadas artes aplicadas de ourivesaria. Recentemente, dentro do Programa de Inventário do nosso acervo, promovido pela SPHAN/Pró-Memória, utilizou-se a titulação "Bens móveis e integrados", que aqui adotamos, por ser pertinente e por estar oficialmente aceita pelo órgão federal.

Retornemos então a 1947, observando que o professor Edson Motta percebeu logo os dois caminhos em que se dividia a sua área de ação: o dos bens móveis e o dos integrados aos monumentos. Para atender aos dois planos, pensou-se na criação de ateliês para os bens móveis ligados aos diversos museus da SPHAN, e ateliês móveis para os integrados, funcionando dentro dos monumentos em restauração, sendo que todo o sistema se subordinava ao ateliê central da SPHAN no Rio de Janeiro. A postura era realmente a mais adequada e inicialmente funcionou como planejado, na conjuntura da chamada "fase heróica" da SPHAN, com uma logística precária, em que o professor Edson Motta coordenava sozinho e diretamente todos os trabalhos em andamento no país e em que as dificuldades no abastecimento de equipamentos e materiais eram proporcionais ao tamanho do Brasil e às suas carências de transporte e produção. Dentro desta realidade é óbvio que em um certo momento tenha surgido a necessidade de descentralização, que esbarra na inexistência de uma formação sistemática de profissionais. No ano de 1964 é chamado ao Brasil o professor Paul Coremans, então Diretor do Instituto Real do Patrimônio Histórico e Artístico da Bélgica, que produz um projeto de uma política de restauração de bens móveis e integrados para o Brasil. Este projeto previa a ampliação do ateliê central da SPHAN, transformando-o em laboratório físico-químico. Mantinha a existência de um centro responsável diretamente por todos os trabalhos, que funcionava em países pequenos, mas era inviável em um grande país, como o Brasil. Assim, a SPHAN preferiu a colocação de um restaurador em cada Regional, onde se montaria um ateliê e se constituiria uma equipe. A questão da formação seria resolvida através de bolsas para especialização na Bélgica, para onde seguiram Jair Inácio em 1960 e Fernando Barreto em 1964. Estabeleceu-se então uma nova organização na política de bens móveis e integrados, descentralizando o processo com Jair Inácio em Minas, João José Rescala na Bahia, Barreto em Pernambuco e Ado Malagoli no Rio Grande do Sul (este não chegou a assumir a Regional). Os restauradores que possuíam curso universitário de Belas-Artes (Edson Motta, Rescala, Barreto e Malagoli) tornaram-se professores de cadeiras de restauração nas universidades dos estados em que trabalham, buscando resolver por este lado a questão da formação profissional. Diversas circunstâncias se interpõem aos planos da SPHAN, evitando que Barreto permaneça em Recife e que Malagoli assuma um posto na Regional do Rio Grande do Sul, e não permitindo que os ateliês das Regionais sejam devidamente equipados. Chegamos a

Orlando Ramos Filho, ex-chefe do setor de bens móveis e integrados do IPAC-Bahia e IEPHA-Minas Gerais, é professor da Fundação de Arte de Ouro Preto e restaurador autônomo.

meados da década de 1960 com um certo marasmo na área de bens móveis e integrados, agravado pela saída do Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade da Diretoria da SPHAN. De todos os diretores da SPHAN até hoje, Dr. Rodrigo foi o único que teve projetos de trabalho para os bens móveis e integrados, inicialmente através do chamamento a Edson Motta para deslanchar o processo e posteriormente com o convite a Paul Coremans e a tentativa de implantação do seu projeto. Após o seu afastamento, em nenhum outro momento a SPHAN teve aplicado um projeto global ou uma política voltada para esta área, embora Aloísio Magalhães tenha encomendado um projeto ao restaurador Edson Motta Júnior, como veremos adiante.

A década de 1970 começa com a criação do primeiro curso regular de formação de restauradores, na Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP), ministrado por Jair Inácio. Este curso, sem exigências de alguma formação anterior, funcionava na época em regime de ateliê prático, durante um ou mais anos, até que o aluno fosse dado como pronto pelo professor. Também nesta década começam a ser criados os órgãos estaduais de patrimônio, sendo que alguns destes tomam a dianteira do processo, com a sistematização de uma política para os bens móveis e integrados, enquanto que a SPHAN ainda se encontrava totalmente paralisada com relação ao setor, sem política de atuação definida, limitando-se quase que somente ao repasse de recursos financeiros. Dentro dos órgãos estaduais a sistematização do processo se dá pela setorização, ou seja, a criação de setores específicos para os bens móveis e integrados, dirigidos por restauradores. Acontecia, nesta época, que o restaurador havia se tornado um operário especializado, sendo chamado para executar suas tarefas artesanais, sem participação na definição de posturas. Este processo era totalmente desarticulado, desprezando qualquer metodologia, não havendo projetos, e portanto um estudo mais profundo das causas e conseqüências dos processos de deterioração, nem um registro metódico dos trabalhos. Daí, foi natural que o restaurador estivesse sendo encarado como um artista, como alguém que possuísse um dom mágico em suas mãos, sendo que, só com a criação de setores específicos, as atividades do restaurador passam a ser organizadas de forma ordenada. Estes setores foram criados inicialmente no Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, em 1976; na Empresa Sergipana de Turismo, em 1978, e no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, em 1979. O da Emsetur dirigido por Eliane Carvalho, e os do IPAC-BA e do IEPHA-MG pelo autor deste artigo. A partir de então, executam-se regularmente projetos com diagnósticos aprofundados, prazos definidos, custos especificados e intervenções claramente delineadas; surgem programas de pesquisas e são feitos relatórios completos dos trabalhos executados, com toda a memória do seu encaminhamento. O restaurador deixa de ser o artista, de ter o dom, e passa a ser o técnico, a possuir o conhecimento, transformação fundamental na sua postura profissional.

É importante frisar que a organização destes setores de restauração de bens móveis e integrados retoma a linha adotada inicialmente pela SPHAN: o ateliê central para os bens móveis, acoplado a um laboratório técnico para apoio aos trabalhos e ateliês móveis localizados nos monumentos em restauração. As condições de trabalho melhoram sensivelmente no que se refere à logística, posto que o espaço físico de atendimento fica restrito aos limites geográficos de cada estado e as condições de transporte e de produção de equipamentos e material já são razoáveis, permitindo que os ateliês móveis já sejam equipados de maneira conveniente. Como vimos há uma retomada da postura inicial, de se ir gradativamente penetrando o país, sendo que, em vez das Regionais da SPHAN, são os órgãos estaduais que assumem o papel de implantadores dos projetos.

No momento em que houve a setorização modificou-se substancialmente a relação do restaurador com o arquiteto, que se torna mais entrosada. Ao ter os seus espaços definidos, os profissionais passaram a conhecer os limites do seu campo de ação e também os dos outros, criando um relacionamento mais respeitoso nos momentos de entrelaçamento dos trabalhos, tão freqüentes e antes geradores de desentendimentos e ressentimentos, exatamente pela indefinição das atribuições. É claro que não houve uma transformação suave, tranqüila. Aconteceu nos órgãos estaduais um aprofundamento dos conflitos, com tensas tomadas de posição e conseqüente posicionamento comum com relação aos espaços de cada profissional.

No final da década de 1970 a SPHAN tenta retomar as rédeas do processo, passando a vigorar a idéia de grandes centros regionais de restauração de bens móveis e integrados, que se responsabilizariam pelos trabalhos na sua esfera de ação, juntando todos os órgãos e profissionais. Esta política, formulada sem a participação de restauradores, revelou como, naquele momento, a SPHAN se encontrava dissociada da realidade do país no setor, criando um projeto que se contrapunha à real necessidade do imenso acervo brasileiro, que é a da multiplicação dos agentes de preservação, tendência emcampada, na época, pela ação dos órgãos estaduais e, posteriormente, pelos municipais (Olinda, Sabará e Ouro Preto) e atualmente até por entidades eclesiásticas (Paróquia do Pilar em Ouro Preto e idéia de um ateliê da Arquidiocese da Bahia). Posteriormente o restaurador Edson Motta Júnior, em projeto, não implementado, para a SPHAN/Pró-Memória no início da década de 1980, retoma a ideía dos centros regionais, enquadrando-os dentro das Diretorias Regionais, como no projeto original do órgão, e delimitando-lhes a função, retirando-lhes a excessiva centralização e tornando-os parceiros dos órgãos estaduais, sem a, inicialmente prevista, fusão em um só centro. A proposta de Edson Motta Júnior é ampla, realista e prevê uma coordenação nacional para o setor, englobando um centro de pesquisa, um arquivo geral e um almoxarifado central, deixando a função técnica para as Regionais. Em 1978 são criados o Cerba (Centro de Restauração da Bahia) e o Cecor (Centro de Conservação e Restauração da UFMG). O Cerba pretendia juntar em uma só estrutura as equipes da Regional local da SPHAN, do IPAC e do Museu

de Arte Sacra da UFBA, sendo que a equipe da SPHAN não chegou a se engajar no projeto, e a união do IPAC e do MAS foi breve, retornando cada qual ao seu universo de trabalho. Assim, podemos afirmar que o Cerba não chegou a funcionar como projetado, frustrando uma política que contava com o incentivo da UNESCO mas se chocava com a realidade profissional e geográfica do Brasil. Quanto ao Cecor, sua criadora, Beatriz Coelho, pensou em um Centro de formação e pesquisa, dentro do papel que cabe à universidade, mas na SPHAN surgiu a idéia de que poderia ser o braço da Regional na área, quando lhe seria repassada a tarefa de coordenar toda a política de bens móveis e integrados para Minas Gerais. Esta idéia não chegou a ser posta em prática e o Cecor prosseguiu atuando dentro de sua proposta inicial, transformando o processo de formação profissional no Brasil, de uma situação artesanal e esporádica, em uma formação sistemática e técnico-científica. Enquanto as universidades do Rio de Janeiro e da Bahia mantinham suas cadeiras optativas de restauração de pinturas e a FAOP mantinha o seu curso regular desaparelhado e sem currículo definido, o Cecor criou um curso de formação e especialização, que exigia conhecimentos básicos anteriores, tinha currículo estruturado, trazia professores do exterior e possuía carga horária intensa, além de um laboratório técnico bem aparelhado. Recebendo restauradores de todo o Brasil, o Cecor conseguiu aumentar consideravelmente os profissionais disponíveis na área, contribuindo para a expansão dos meios de preservação dos bens móveis e integrados.

Atualmente, vivemos no Brasil um momento singular, em que os restauradores reunidos na Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores (Abracor) e em Seminários anuais, buscam retomar o controle do processo, formulando as linhas básicas de uma política de preservação de bens móveis e integrados. A expansão dos meios de preservação e a penetração geográfica são uma realidade, marcada no grande número de ateliês ligados à SPHAN, aos governos estaduais e municipais, às entidades eclesiásticas, às universidades e museus, ressalvadas as enormes disparidades de recursos materiais e mesmo da capacitação técnica entre todos eles. A formação profissional ganhou novas perspectivas com o sucesso do Cecor, havendo projetos para centros de formação na sua linha, dentro da UFBA e UFRJ, e se somos adeptos da criação de cursos de graduação em restauração, sabemos que a realidade do momento, inclusive das próprias universidades, impõe que a fórmula de especialização e pós-graduação seja aquela de funcionamento possível. Além disso, temos os cursos de especialização para restauradores com experiência, montados por entidades, como o curso de especialização em restauração de forros decorados sobre madeira, promovido pelo IEPHA-MG e o constante envio de profissionais para especialização no exterior. Em seminário recente, a Abracor conseguiu estabelecer um painel da formação profissional no Brasil, propondo à SPHAN/Pró-Memória a elaboração conjunta de parâmetros para a sua normatização, devendo retomar proximamente as gestões no sentido da implantação do projeto, que buscará definir currículos básicos, carga horária etc., para cada especialidade da área de bens móveis e integrados.

Aliás, a especialização é um dos caminhos que se abrem ao restaurador brasileiro, que vai gradativamente deixando de ser um faz-tudo e se dedicando a um ramo exclusivo de sua profissão, a exemplo de outros países, processo iniciado pelos restauradores de papel e demarcado pela criação do ateliê da Casa de Rui Barbosa na década de 1970. Neste quadro é importante registrar a existência de uma característica especialização para o restaurador brasileiro, que é a da restauração dos bens integrados aos monumentos, que se destaca pela sua proporção física e pelas inter-relações que cria com diversos outros profissionais (arquitetos, engenheiros, historiadores, marceneiros, pedreiros etc.), e pela necessidade de aglutinação de diversos especialistas (madeira, telas, murais, estuques, pedras etc.), em um grupo de trabalho ordenado, necessitando-se de uma postura conciliadora, metódica e noções técnicas ampliadas.

Dentro da evolução havida na década de 1980 registra-se como fato marcante a aliança dos restauradores com a comunidade científica, não só pela presença de químicos nos laboratórios técnicos, mas principalmente por convênios com instituições de pesquisas científicas, como o que o IEPHA/MG está fazendo com a Usiminas, para uso do seu laboratório químico e do seu Departamento de Microscopia Eletrônica, em diagnósticos e pesquisas. Neste aspecto registramos as participações do Centro Tecnológico de Minas Gerais, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo e do Departamento de Tecnologia da Madeira da UFBA em diversos projetos de restauração de bens móveis e integrados. Com a participação destas entidades, o Brasil vai gradativamente aproximando o seu trabalho no setor da realidade dos países desenvolvidos, onde é normal que todos os trabalhos sejam precedidos e acompanhados de análises precisas, possibilitando a maior compreensão do processo de deterioração e conseqüentemente uma maior margem de acerto na adoção do tratamento.

Há, no momento, um certo consenso entre os restauradores de quais devam ser as posturas da SPHAN/Pró-Memória para o setor, baseados na constatação de que não existe uma política nacional de bens móveis e integrados. Em quatro seminários realizados nos anos de 1985 e 1986, os restauradores brasileiros promoveram uma série de sugestões, das quais é possível se delinear uma política a ser seguida. É claro, por exemplo, que o órgão federal retome a coordenação do processo e que o faça sem confrontar-se com a realidade do país, e sim aproveitando as tendências que naturalmente estão se delineando, incluindo aí a retomada do projeto ainda realista de Edson Motta Júnior, montando, neste momento de descentralização e fortalecimento das Diretorias Regionais, os seus ateliês e laboratórios técnicos, dividindo entre seus restauradores a tarefa de coordenação política setorial e a criação de uma coordenação geral com as chamadas funções nacionais (centro de pesquisa, arquivo geral e almoxarifado central). É fundamental, hoje, que a SPHAN/Pró-Memó-

ria crie uma política realista, atualizada e dinâmica, para o setor, nos seus três aspectos: formação profissional, execução de trabalhos e pesquisas.

No que se refere à formação profissional, que é a base do tripé, sobre a qual deve se assentar qualquer projeto para o setor, sabemos ser urgente a sua organização e normatização, haja vista que a ausência de uma formação ordenada tem gerado desníveis técnicos, altamente prejudiciais ao nosso acervo, além de manter o mercado com carência de profissionais. O caminho natural é acatar as gestões da Abracor no sentido de um estudo profundo da questão e do desenvolvimento de um projeto a ser implantado assim que concluído. Por outro lado, a SPHAN/Pró-Memória deve participar e/ou estimular a criação dos centros de formação profissional da UFBA e da UFRJ, no sentido de dar seguimento à política do Cecor, ampliando a nossa capacidade técnica em termos qualitativo e quantitativo. Este trabalho se complementaria com a formação da mão-de-obra auxiliar, juntamente com os diversos órgãos de preservação do patrimônio, envolvendo entidades de formação técnica como o Senai e artística como a FAOP, cujo curso, já existente, terá que ser remodelado. A SPHAN/Pró-Memória deveria, também, promover a maior especialização do restaurador brasileiro, estimulando, juntamente com museus e órgãos estaduais de Patrimônio, os cursos de especialização em áreas determinadas; além da manutenção do necessário intercâmbio internacional na concessão de bolsas no exterior a restauradores do Brasil, o que tem acontecido regularmente, e da vinda mais constante de especialistas estrangeiros para ministrar cursos de especialização aos nossos profissionais.

Com relação à execução de trabalhos, o passo inicial seria a criação, pela SPHAN/Pró-Memória, de um arquivo com a memória da restauração de bens móveis e integrados no Brasil, registrando-se toda a sua trajetória técnico-conceitual desde 1947, possibilitando uma revisão crítica que permita o surgimento de parâmetros nacionais para o setor. Com a montagem dos ateliês das Diretorias Regionais, a SPHAN/Pró-Memória deverá exercer a sua função de coordenação técnica e conceitual através de seus restauradores e também utilizar-se daqueles não pertencentes a seus quadros, mas com experiência em determinados campos de trabalho, na assessoria a projetos em sua especialidade. Cabe também ao órgão federal o investimento no aparelhamento dos diversos ateliês existentes no país, criando projetos básicos para cada especialidade, que serão adaptados a cada caso, para o reaparelhamento e mesmo implantações. Com o intercâmbio técnico e o aparelhamento dos ateliês, se possibilitará, a todas as instituições, condições semelhantes e adequadas de trabalho, contribuindo efetivamente para a melhoria do padrão técnico de tratamento do acervo brasileiro de bens móveis e integrados. Neste aspecto é também fundamental um programa de publicações de relatórios de trabalhos, possibilitando o conhecimento e a análise crítica das diversas experiências.

Este programa de publicações deveria incluir os trabalhos de pesquisas no setor, realizadas nos laboratórios técnicos das instituições e nas entidades de pesquisa científica. Com estas a SPHAN/Pró-Memória deve estabelecer convênios, visando ao aproveitamento de seu manancial nos diagnósticos e nas pesquisas dos materiais de execução das obras, como também sobre o comportamento daqueles utilizados na restauração. A aliança com a comunidade científica é fundamental para se dar um salto na qualidade dos trabalhos de restauro, que é proporcional ao conhecimento preciso dos processos de degradação dos elementos e do comportamento dos materiais freqüentemente usados. Este trabalho conjunto seria o embrião do centro de pesquisas, voltado exclusivamente para o setor e incorporado à estrutura da SPHAN/Pró-Memória.

Finalizando, queremos ressaltar que o inventário de bens móveis e integrados, ora promovido pela SPHAN/Pró-Memória e por algumas entidades estaduais e municipais, é um passo importante para a realização de uma política nacional no setor, posto que o conhecimento do acervo a ser tratado possibilita um melhor direcionamento das estratégias.

TEATRO DA MEMÓRIA

Maria de Lourdes Parreiras Horta

> "Os museus recebem perigosamente uma aceitação automática ... o pessoal dos museus raramente encoraja a dissensão... 'Não balance o barco', dizem eles, esquecendo que uma das características de um barco em movimento é que ele balança, ocasionalmente."
>
> Richard Grove[1]

Um reino singular

Drama de ficção histórico-tolkieniana, em cartaz no Teatro da Memória Brasileira

Libreto: Relato pitoresco de um viajante extraterrestre ao Brasil, em abril de 2500, após o grande incêndio que destruiu todos os livros e documentos existentes nos arquivos e bibliotecas daquela terra, salvando-se apenas as "coisas" nos depósitos que na época eram chamados de "museus".

"Parece ter existido aqui um reino singular e misterioso, governado por um rei, dois imperadores e três presidentes, um marechal, um duque e alguns generais. A corte era formada por uma meia centena de barões, um marquês e uma marquesa, um principezinho que gostava de tocar tambor e uma boníssima princesa que libertou um único escravo, vítima passiva de inúmeros troncos, gargalheiras e grilhões. (Relatos de espiões estrangeiros indicam que havia mais de um deles, excelentes modelos para aquarelas e litografias artísticas, cuja rotina diária era despejar barris de fezes ao mar, passar o dia na lavoura de café ou de cana e à noite dançar lundu ou capoeira. Nos dias santos ou de missa podiam eventualmente organizar algazarras nas ruas, hábito que posteriormente ficou arraigado na população sob a forma de ... Mas tudo isso são considerações que podem ser tomadas como mitos ou lendas, pois não há evidência que comprove estas e outras atividades.)

Os barões e príncipes viviam muito bem em magníficos palácios e edifícios, comiam em finas louças da China e da Inglaterra, em mesas e cadeiras entalhadas e de madeiras raras, recobertas de pratas e cristais. Do que comiam pouco se sabe, nem como era preparada a refeição, pois não há vestígios de panelas, fogões ou quaisquer outros utensílios de cozinha, nem muito menos de quem preparava esses alimentos ... Será que as baronesas iam para as filas dos supermercados, se é que havia supermercados?

Nesse reino encantado passavam a vida sem necessidades, como tudo leva a crer, inclusive pela falta de objetos e instalações de uso sanitário, com exceção do imperador, que, por ser excepcional, necessitava de uma *chaise percée*.

Estes e outros indícios reforçam a lenda dos gnomos invisíveis que também habitavam esse país e que, ao que se diz, num passe de mágica providenciavam para que tudo acontecesse, inclusive que o café quente e as frutas aparecessem na mesa após as refeições que eram muitas, a julgar pelo número de aparelhos de louça, talheres e paliteiros encontrados.

A maioria desses nobres e damas da corte andava nua — o que se pode concluir pelo escasso número de indumentárias encontrado nos 'depósitos'; casacas e cartolas, parece que só havia uma de cada, pertencentes ao imperador. Compensava-se entretanto a nudez cobrindo-se os cavalheiros de condecorações e *châtelaines* com relógios 'cebola', as damas com leques, jóias fantásticas e alguns pentes de tartaruga. Meia dúzia de echarpes de seda foram provavelmente disputadas pelas damas para uso nos bailes diários, a julgar pelo estado em que se encontram. E não faziam outra coisa senão bailar, estas senhoras, ou posar para uns poucos retratistas, que devem ter amealhado uma fortuna com essa intensa atividade. (As investigações nos levam também a concluir que esses ditos artistas faziam parte de uma confraria secreta que destruía metodicamente seus instrumentos de trabalho após a obra concluída — seria um ritual? —, pois não há vestígios de palhetas, pincéis, tintas ou pigmentos, que possam ter usado na confecção de suas obras. Por um descuido, uma máquina estranha sobrou da destruição e foi encontrada em um desses depósitos, comprovando o fato de que após um certo período alguns desses indivíduos desenvolveram suas técnicas de reprodução das imagens.)

Duas ou três damas sabiam bordar, uma delas a imperatriz, pois encontramos algumas caixas de costura — sem agulhas ou fios —, presumindo-se que desmanchavam de noite o que faziam de dia, ou ainda que possam ter costurado a roupa nova do rei, já que esta permaneceu invisível. O fato nos leva a concluir que o resto ficava por conta dos gnomos, que por sua vez também andavam nus e descalços. Não foi possível encontrar um só chinelo ou casaco desses misteriosos indivíduos.

No silêncio sepulcral desse país singular — já que os gnomos não tinham voz e as mulheres também não falavam, só tomavam chá e pariam, silenciosamente — não se escutava nem o vento soprando nas palmeiras (diz a lenda que

Maria de Lourdes Parreiras Horta é Coordenadora-Geral de Acervos Museológicos da Fundação Nacional Pró-Memória.

nesse reino tropical havia palmeiras onde cantavam sabiás). Os homens fumavam obsessivamente (como se comprova pelo excessivo número de tabaqueiras encontrado nos depósitos) e colecionavam moedas, não só as que usavam na compra de seus inúmeros palácios e extensas propriedades de terra, como também exemplares de todas as épocas e civilizações precedentes (só num depósito foram encontradas 60.000 moedas), o que comprova a lenda de que eram riquíssimos — às custas de não fazer nada ou às custas dos gnomos, nunca se saberá ao certo...

Nada é um certo exagero, visto que denotavam pendor artístico, a julgar pelo grande número de pinturas adquiridas no exterior e muitas vezes na terra, produzidas por gnomos que adotaram nomes fictícios para se fazer valer — e conseguiram. Quando não estavam assim embevecidos na contemplação de paisagens e ruínas, ou de si mesmos, fardados e agaloados, entontecidos pelo tabaco, os homens dessa terra deviam passar o tempo planejando batalhas, ou executando-as contra inimigos tão míticos quanto o povo dos gnomos. Ao que se pode constatar, houve três guerras, quatro batalhas, uma insurreição e algumas revoluções. Diz a evidência que o duque, o marquês e alguns generais ganharam todas, sozinhos. O exército fantasma dos gnomos deve ter ajudado, sem dúvida, pois como seria possível manobrar tantos canhões, escopetas e fuzis, sabres e baionetas (só num depósito há um pátio cheio) e segurar tantas bandeiras sem ter cada um mais de duas mãos? (E havia ainda as rédeas dos cavalos, como se vê nas pinturas, ou o volante de veículos primitivos de combate, como se supõe, dos quais, porém, não há vestígios, nem pintura, nos depósitos.) Guerras fantásticas, pois não se derramou uma gota de sangue, o que não é tão fantástico assim, quando se verifica que os inimigos também foram fantasmas (não se encontrou nenhum 'corpo de delito'). A única mancha de sangue encontrada nos depósitos foi num lençol, na cama de um presidente. (Não conseguimos apurar se as manchas na única bata do único escravo eram de sangue ou de ferrugem.)

Dois troncos carcomidos de antigas árvores (fósseis histórico-vegetais) referem-se a um movimento lendário dos possíveis gnomos — uma 'inconfidência', que no dicionário da língua oficial pode ser traduzido como 'indiscrição'. Parece que os invisíveis habitantes eram useiros e vezeiros em espalhar boatarias subliminares que chegavam aos ouvidos del-rei. Supõe-se que, no caso, alguém exagerou e dedurou o caminho das minas de ouro onde se escondiam os anõezinhos, retirando fortunas da terra e cantando 'eu vou, eu vou'. Não se sabe onde possa ter ido parar essa fartura ou os anões, mas a melodia virou folclore em todo o continente... A vítima maior desse Judas tropical foi enforcada e virou profeta que, segundo a lenda, tenta ressuscitar algumas vezes, mas a bandeira com que enxugou o rosto — com uma pirâmide esotérica e palavras cabalísticas — parece não ter os poderes bioenergéticos que lhe foram atribuídos pela crença gnômica, assim como os pedaços da sua cruz, guardados como 'relíquias'.

Intensificando as nossas investigações, preocupados em não veicular lendas e mitos sobre a história desta terra curiosa sem a comprovação científica da evidência concreta e sermos acusados de um excesso de imaginação, conseguimos identificar em alguns depósitos secundários e terciários vestígios que comprovam a existência de outras 'raças' de indivíduos, bem mais primitivos naturalmente, das quais o 'único escravo' pode vir a ser o 'elo perdido'. Objetos plumários, trançados e instrumentos musicais, pequenas figurinhas de barro representando os gnomos em plena atividade, máscaras e roupagens curiosas, armas rudimentares e brinquedos, instrumentos de uma indústria primitiva e objetos simbólicos de ritos funerários indicam-nos, para nossa surpresa e alívio, e para transformação da lenda em teoria científica, que nesse reino singular os gnomos eram de carne e osso, que não andavam nus e que foram crianças, que gostavam de cantar e dançar, que eram criativos e inteligentes, que produziram e desenvolveram o seu universo próprio e simbólico, para nele poder celebrar a vida e a morte nas batalhas... e que, por serem mágicos, sugerem-nos a hipótese de que, na verdade, possam ter sobrevivido àquele reino. Não se pode saber entretanto o que aconteceu com os barões e os príncipes e principalmente com os mágicos gnomos, nos últimos 500 anos de sua história. Não se encontraram quaisquer vestígios, além de garrafas e copos de plástico, no entorno dos grandes depósitos que eram chamados de 'museus'.'' *(Cai o pano)*

O relato do extraterreno viajante, que para alguns pode parecer um ''samba do crioulo doido'' museificado, através da construção de um modelo extremamente simplificado e até mesmo infantilizado da história do Brasil, como ela pode ser ''lida'' nas coleções museológicas oficiais preservadas para a posteridade, não ficará muito longe da leitura que delas poderá fazer um extraterreno da cultura em nosso país ''real'', qualquer um dos nossos milhões de ''alfabetizados funcionais'' ou ''pré-alfabetizados culturais'', entre os quais se incluem os jovens e as crianças.

Daí termos usado o artifício da fábula — uma metáfora da realidade — como uma metalinguagem que se refere objetivamente à linguagem e ao discurso dos nossos museus — fábricas de fábulas e mitos e mais do que nunca fábricas de interrogações, antes que de respostas. Entre as muitas questões que poderiam ser provocadas pela ''estorinha'' acima, algumas nos remetem à procura das muitas morais da fábula e das origens de alguns mitos:

1. A discussão do papel dos museus brasileiros, como dos demais em todo o mundo, no sistema das ''instâncias de consagração'' e de ''legitimação'' que possuem a atribuição específica de cumprir uma função de consagração e que ''cumprem tal função assegurando a conservação e a transmissão seletiva dos bens culturais'' (aliados às academias, às sociedades eruditas e ao sistema de ensino), ''capazes de consagrar por suas sanções simbólicas e, em especial, pela cooptação (princípio de todas as manifestações de reconhecimento), um gênero de obras e um tipo de homem cultivado''.[2] *Qual o ''discurso'' dos museus oficiais no Brasil?*
2. A discussão do conceito largamente aceito pela museologia contemporânea de que os museus são ''espelhos'' da sociedade e de que, conseqüentemente, cada sociedade tem ''o museu que merece''. *Seriam os nossos museus espelhos*

precisos ou distorcidos da nossa sociedade, que os criou e mantém?
3. A discussão do papel e função dos museus e dos objetos da cultura material na construção da sociedade, no presente e no futuro. *Se não existissem museus no Brasil, teríamos que inventá-los?*

Uma última pergunta que nos remete às três primeiras: É possível haver um discurso inocente e uma leitura ''pura''? Uma única linguagem, acessível a todos? *Podem os museus servir como instrumento de uma ''alfabetização cultural'', ou de uma educação para a cultura?*

Releitura do diário do ET

1º Ato: *O enigma da Ex-finge*

A leitura feita pelo nosso extraterreno da narrativa contada pelos fragmentos da cultura material preservada nos museus oficiais (como ''modelos'' ou ''protótipos'' do conjunto de bens que compõem o patrimônio móvel e imóvel consagrado no país) pode eventualmente ser considerada uma ''decodificação aberrante''[3] da mensagem neles contida. Por ser um extraterreno, faltou-lhe o contexto de referências histórico-artísticas acadêmicas necessárias para o seu ''entendimento adequado''. (Referências igualmente ausentes do quadro mental de qualquer cidadão ''extracultura'' a que nos referimos anteriormente.) Faltaram-lhe também as demais peças (inexistentes) de um enorme quebra-cabeça, que lhe permitiriam recompor o quadro exato do panorama social e histórico do ''reino''. Peças que continuarão ''faltando'' no espetáculo museológico e até mesmo no Banco ''extramuseológico'' de Dados do Passado.

Não lhe faltou, porém, capacidade intelectual para operações abstratas de raciocínio lógico, associações e interpretações, de um ''pensar com coisas'', na falta de qualquer informação sobre elas. Capacidade que também não falta ao extracultura, e que é posta em prática inevitavelmente na exploração do conteúdo de um museu, já que é a base constante do relacionamento de qualquer ser humano com a realidade concreta do quotidiano. Refletindo melhor sobre o fato, será que o ET errou tanto assim?

Se os objetos não falam por si mesmos, eles também não mentem e são, portanto, uma *verdade* — ou ao menos parcelas de uma grande ''verdade'' maior, se é que ela existe!

Muitos objetos juntos, entretanto, podem falar e, por conseguinte, podem mentir. Porque podemos mentir ao organizá-los em conjuntos — como objetos-palavras — de certa maneira, para dizer o que queremos. A seleção obedece a critérios de valores, numa dicotomia de inclusão/exclusão carregada de significado, na qual a falta diz às vezes mais do que a presença. A voz do silêncio legitima o discurso, nas entrelinhas, reforça-lhe o perfil. Não teria assim o ET definido o exato perfil das coisas nessa terra, do que está sendo dito, visível e invisivelmente?

No Teatro da nossa Memória, apresentado nos museus, os entreatos de ''esquecimento'' são maiores do que os atos de ''memorização''. Por quê? Por que certas coisas foram ''esquecidas'' (rejeitadas) e outras ''consagradas'' (escolhidas)?

Poderíamos remontar ao histórico das coleções, de como elas foram formadas e por quem, em que sucessivas épocas, assim como à origem dos museus e dos mitos — linguagens roubadas de significados primeiros, que constroem ''sistemas semióticos de segunda ordem''[4], construídos pela história oficial e refletidos nos museus. Se o ET decodificou alguma coisa ''aberrantemente'', não teria sido essa ''segunda linguagem'' ou metalinguagem mitológica? Parece entretanto que o nosso inteligente amigo decodificou na verdade essa ''dupla linguagem'' em toda a sua ambigüidade e ''naturalidade'', que às vezes o faz parecer um tanto ou quanto ingênuo. Desconheceria ele por acaso a ''autoridade'' e o respeito devido a esse discurso? Sem dúvida nenhuma, não lhe foi dada a ''chave'' do código oficial.

Entre as várias categorias de coleções, de acordo com suas origens, podemos indentificar as que foram formadas por presas de guerra, tesouros que reforçavam a glória nacional sobre os vencidos, aquelas que indicavam o prestígio social, o *status* de seus possuidores, outras que funcionavam como expressões da lealdade de grupo — de cidadãos, vassalos, confrades ou grupos de família e religião —, outras ainda que tinham funções mágicas como os ex-votos, amuletos e peças rituais: algumas serviam como estímulo à curiosidade e à pesquisa, e outras visavam unicamente ao estímulo da experiência emocional e estética[5].

As coleções brasileiras podem representar, nas suas origens, todas essas categorias, o que explicaria em parte a sua fragmentação. Entretanto, é significativo lembrar que foram ''institucionalizadas'' nos grandes ''museus nacionais'' durante a década de 30, época de perfil político-nacionalista exacerbado e que coincide com a criação do SPHAN. O que passaram, entretanto, essas coleções a significar ''hoje'', cinqüenta anos após consagradas nos museus?

Se por acaso acharmos que o ET e, por extensão, os ECs estão ''decodificando'' erradamente, é porque temos que admitir que não há na verdade um sentido ou significado em nenhuma delas, e que os museus ''não pretendem contar nenhuma história em particular'' e que ''as histórias fragmentadas que eles contam são tão incompletas e assistematicamente organizadas que passam a ser ininteligíveis''.[6] Teríamos assim os museus perfeitos, como os definiu Salvador Dali e como procurou concretizar no seu Teatro-Museo em Figueras, na província de Gerona. ''O museu'', diz ele, ''deveria ser visto como um imenso objeto surrealista, contendo uma linguagem secreta que descreve todo tipo de enigmas, e ainda assim com uma lógica própria. As coisas que vemos não são para serem encontradas no mundo exterior, mas em nossas próprias almas.''[7]

Intervalo (visita aos camarins): *Alice e o holograma*

Se os objetos da cultura material recolhidos aos museus constituem um espelho da sociedade que os produziu, que os utilizou e conservou para o futuro, de que maneira a sociedade brasileira se reconhece nesse espelho? Ou melhor, qual ''sociedade''?

Pode-se dizer que inúmeras e sucessivas vezes os espelhos passaram de mãos

— dos produtores aos usuários ou compradores, e destes aos conservadores (particulares ou públicos) que por sua vez também se miraram neles, narcisisticamente, satisfeitos de serem os donos da "verdade" (cf. 1.º Ato), ou melhor, dos "espelhos". Os camarins estão cheios e os artistas refazem a maquilagem, por vezes desgastada, mas a platéia continua vazia, à exceção dos fãs habituais. A platéia em geral compra os *tickets* mas, desencantada, não volta uma segunda vez. Curiosa por ver os "caleidoscópios" tão anunciados, descobre que o jogo dos espelhos tem a face voltada para os atores. Frustração, engodo. Mesmo quando se dispõe a ler o "libreto" oficial não entende a linguagem e os códigos e se retira solenemente.

Apenas o ET, com seu olhar de holograma, consegue talvez enxergar, no ângulo certo e facilmente escorregadio, o plano tangível e a tridimensionalidade intangível desse espelho da realidade. Para os ECs, hologramas ainda são um *gadget* curioso, para cuja materialidade olham com espanto, sem conseguir "ver". E se por acaso o "mistério" começar a ser descoberto e desmistificado por alguns, há sempre o recurso fácil de se apagar a luz.

O que leva então a platéia de farofeiros a comprar ingressos e fazer fila na porta de alguns desses Teatros de Mistério que são os museus? Votos deveriam ser pesados e não contados, como disse alguém. Não podemos falar de um aumento do número de visitantes nos museus e exposições se não dispomos de quadros comparativos do crescimento demográfico da região, do aumento de renda *per capita* e do nível de educação da população. Não há dúvida de que a busca da própria identidade é uma necessidade humana primordial, apesar de que macacos também gostam de se olhar no espelho. A definição da identidade só é possível por contraste, por diferenciação. Se a massa de ECs não se vê refletida nas nossas coleções e exposições, não há dúvida de que delas saem ao menos com uma certeza: a de que "aquilo" eles *não são*!

A penetração no espelho pode também ter um caráter lewiscarrolliano, tal como Alice que a fez para encontrar uma corte de reis, damas e valetes de baralho, e um gato hábil em metamorfoses, que a fazem desmaiar sob uma chuva de ases de ouro. Tudo, eventualmente, pode não passar de um sonho!

2.º Ato: *Encontros imediatos de primeiro grau*

Os espelhinhos catados na areia das praias daquele reino do Brasil — por mera curiosidade talvez ou porque eram lembranças dos invasores, porque davam *status* talvez ou porque viraram moda, porque conquistavam os favores dos santos (estes o ET nem registrou quando de sua viagem, pois achou que eram "peças de decoração"), ou porque afinal eram mesmo "lindíssimos" e valiam "uma grana" ou porque eram de um tipo "raríssimo" ou até porque não se sabia ao certo por que, e os poucos que por acaso sabiam também não diziam a ninguém e simplesmente os enfiavam em suas gavetas e cofres... por obra e graça do Espírito Santo (natural daquela terra) — foram parar nos museus. Deram-se ali tão bem (quase todos) que hoje em dia parece que sempre estiveram ali, que nasceram ali, misteriosamente ou naturalmente, por algum tipo de inseminação cultural. Nunca estiveram em outro lugar, senão nas vitrines e gavetas dos museus. Satisfeitos com seus pais adotivos, nunca quiseram saber dos seus pais verdadeiros, que os produziram, reproduziram, utilizaram, prática e simbolicamente, coletaram, veneraram e guardaram. Esqueceram-se até dos seus irmãos de espécie, vivendo lá fora uma outra vida. Na verdade mumificaram-se!

"O que significa um tigre empalhado dentro de um museu?", pergunta um museólogo americano. "Nada mais que um tigre empalhado dentro de um museu", responde. E um outro comenta, pelos idos de 1897: "Um museu efetivamente educacional pode ser descrito como uma coleção de etiquetas instrutivas, cada uma ilustrada por um espécime muito bem selecionado",[8] o máximo a que conseguiria chegar, no caso, o dito tigre.

A "casualidade" e a "naturalidade" das coleções museológicas começaram a ser contestadas no período entre as duas guerras mundiais, apesar de já denunciadas por alguns pioneiros da museologia no século passado. Ante a ameaça de perda e a necessidade de extraordinários esforços para a sua proteção e salvamento, as *musealia* passaram a ser pesadas e avaliadas no seu significado mais profundo, na sua função social. "A necessidade de derrubar as convenções para preencher o espaço entre o que os museus estavam fazendo e o que o mundo esperava deles"[9] passou a ser reclamada. Alma Wittlin, uma das mais renomadas museólogas americanas do nosso tempo, reformula a questão, propondo saber "o que o mundo contemporâneo *deveria* esperar deles".

A resposta a esta última questão só começou a ser dada a partir dos últimos vinte anos, em que, paralelamente ao desenvolvimento da museologia enquanto ciência (e não apenas "técnica" de organizar, conservar e expor os objetos museológicos, terreno da museografia), assistiu-se ao surgimento de uma nova escola de historiografia, a chamada "nova história", aliada aos avanços da antropologia e das ciências sociais.

Uma nova museologia surge assim (antecipando-se a uma novíssima museologia que se apóia nos princípios da ecologia) como uma disciplina específica dentro do vasto campo dos estudos da cultura material. Embasando-se nessa área de investigação, a ciência museológica procura investigar a natureza e a especificidade do *environment* museológico, que propicia ao indivíduo esses "imediatos encontros com a autenticidade". Desta natureza, especificidade e função decorrem as premissas para o trabalho museológico em todos os seus aspectos. A necessidade inerente no homem de tocar a realidade, do passado e do presente (tão mistificada e rarefeita pela Revolução da Informação e pela indústria do descartável), de ver e conhecer a "coisa real" (*the real thing*, capitalizada com sucesso pela Coca-Cola) pode ser satisfeita, por vezes de maneira única, pelos museus.

A "nova história" propõe o estudo dos artefatos da cultura material como "fontes de idéias" ou como "fontes primárias" de estudo, fontes que na maioria dos casos passaram ao largo dos historiadores tradicionais sujeitos às abstrações e distorções das fontes de origem verbal. Os objetos dos museus podem ser assim

não só uma ''lembrança'' daquilo que a história esqueceu de registrar (ou de convencionalizar) como ainda os tijolos concretos e não distorcidos para a construção dessa ''nova história''. Pois o que pode ser distorcido é a nossa percepção deles. Naturalmente sempre haverá diferentes ângulos (como no caso dos hologramas) para se enfocar um objeto — o econômico, o social, o tecnológico, o artístico, o ângulo do cientista, do usuário e o da criança —, mas a tridimensionalidade concreta do testemunho está ali, aberta à exploração. Tão inocentemente aberta que pode ser, eventualmente, roubada por um Mito. Tão perigosamente inocente que pode até mesmo servir para acabar com o Mito. É nesta perigosa ''batalha de significados'' que a museologia estende o seu campo de investigação e se faz ciência.

Como laboratórios da nova história, os museus passam a ser também laboratórios de ''interrogação''. Pois nesta construção da narrativa histórica, que é feita *hoje*, e não pode ser feita no passado, o importante é se fazer a *pergunta certa*, qualquer que seja a história que queremos construir. Nesse ponto atingem os museus a sua *virtualidade educativa*, não no sentido informacional puramente (como a velha história ou a velha escola poderiam propor), mas no sentido dinamicamente comunicacional, através do qual se estabelece o diálogo — interrogação-resposta-interrogação — e se desenvolve a capacidade crítica e interpretativa do indivíduo.

Talvez, como diz Dillon Ripley, secretário da Smithsonian Institution, ''as universidades do futuro teriam que se programar para ser um pouco mais como museus, um teatro de interrogação, baseado numa subestrutura de relevância, as raízes nuas e expostas à vista''.[10]

Ato final: *''A menos que o construtor também cresça...''*[11]

Se não é possível haver um discurso inocente e uma leitura pura, que não haja discursos ou leituras definitivas, mas sim o estabelecimento de um diálogo democrático e coerente. ''A maioria das grandes organizações'', comenta um crítico americano, ''desenvolveram uma cegueira funcional com relação a seus próprios defeitos. Elas sofrem não porque não podem *solucionar* seus problemas, mas porque não conseguem *ver* seus problemas.''[12]

''Há épocas de clímax em que os desenvolvimentos da sociedade esgotam a capacidade das instituições para lidar com eles. Esses tempos requerem uma avaliação qualitativa, uma transformação para novos conceitos, um *uso audacioso da imaginação social* para se empreender uma mudança radical nas instituições e para articular novos objetivos.''[13]

O que é preciso, comenta Alma Wittlin, é que os museus percebam a necessidade de mudança, de uma ênfase no *hardware*, para uma ênfase no *software*: ''que peçam uma moratória na expansão de seus edifícios e na aquisição de novos *gadgets* tecnológicos, até que possamos saber mais sobre os benefícios que o público recebe daquilo que está acontecendo nos museus, daquilo que poderia e deveria estar acontecendo neles''.[14]

Enquanto os museus estiverem mais preocupados com múmias do que com mentes não conseguirão descobrir a contribuição intrínseca e específica que podem trazer ao bem-estar da humanidade.

---

1. GROVE, Richard. ''Some Problems in Museum Education'', em LARRABEE, Eric, ed., *Museums and Education*. Washington, D.C., The Smithsonian Press, 1968.
2. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1982, pp. 118, 119.
3. ECO, Umberto. ''Towards a Semiotic Inquiry into the Television Message'', em CORNER & HAWTHORN, ed., *Communication Studies, an Introductory Reader*.
4. BARTHES, Roland. ''Myth Today'', em *Mithologies*. London, Granada Publ., Paladin Books, 1973, p. 114.
5. WITTLIN, Alma. *Museums. In Search of a Usable Future*. Cambridge, Mass./London, The MIT Press, 1970.
6. *Report on Museums. Proceedings of the Society of Antiquaries of Scotland*. 1888, p. 721.
7. DALI, Salvador. Entrevista a Meryle Secrest, em *Smithsonian*, Oct. 1986.
8. G. Browne Goode, primeiro museólogo do Smithsonian, 1897, citado por A. Wittlin, op. cit.
9. F. P. Keppel, presidente da Carnegie Corporation em 1937, citado por A. Wittlin, op. cit.
10. Dillon Ripley, secretário da Smithsonian Institution, em Prefácio a A. Wittlin, op. cit.
11. ''Unless the Builder also grows...'' *A.A.U.W. Journal*, Washington, D. C., Jan. 1968, p. 52.
12. GARDNER, John, citado por A. Wittlin, op. cit., p. 216.
13. TOMPKINS, Pauline, citada por A. Wittlin, op. cit., p. 216.
14. WITTLIN, Alma, op. cit., p. 216.

PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO E A PROBLEMÁTICA DAS BIBLIOTECAS NACIONAIS

JANNICE MONTE-MÓR

1. Papel das bibliotecas nacionais na era da informação

1.1 Era da informação

Segundo o renomado sociólogo e professor norte-americano, Daniel Bell,[1] a sociedade industrial define a estrutura social da sociedade ocidental moderna. A estrutura social, tal como define Bell, distingue-se analiticamente das duas outras dimensões da sociedade: a forma de governo e a cultura. Em seu primoroso livro *The Coming of Post-Industrial Society — copyright* de 1973 — defende a tese de que nos próximos trinta anos presenciaremos o aparecimento do que designou "sociedade pós-industrial". Ainda segundo suas convicções, a tecnologia na sociedade pré-industrial era baseada na matéria-prima; na sociedade industrial, na energia; e na sociedade pós-industrial será baseada na informação. De fato, a sociedade pós-industrial — presente nos países ditos desenvolvidos — organiza-se em torno do conhecimento, a fim de exercer o controle social e a direção das inovações e mudanças. Segundo a tese, embora o conhecimento tenha sido necessário ao funcionamento de qualquer sociedade, há uma diferença marcante na sociedade pós-industrial: a mudança de caráter do conhecimento em si mesmo. Tornou-se vital para as tomadas de decisão a primazia da teoria sobre o empirismo; a necessidade de planejar e de prefigurar a sociedade. As sociedades industriais avançadas são, sem dúvida, o resultado da união da ciência, da tecnologia e da economia. O progresso vai dependendo, de forma crescente, da primazia do trabalho teórico, que codifica o já conhecido e aponta o caminho para a confirmação empírica. E as universidades, as organizações de pesquisa e as demais instituições intelectuais, de nível acadêmico — em que o conhecimento teórico é enriquecido — transformam-se em estruturas axiais da sociedade emergente.

Os países desenvolvidos estão convictos de que a informação é recurso e que, como tal, pode ser administrada e, desta maneira, sua produtividade incrementada. A informação passou a ser formalizada, racionalizada, portanto, valorizada e negociada. Informação é poder.

Criaram-se grandes redes nacionais e até internacionais que veiculam as informações processadas automaticamente e armazenadas em grandes bases de dados, por sua vez compatibilizadas e articuladas por grandes firmas comerciais: os *vendors* da informação.

Como decorrência, valorizam-se as bibliotecas, os arquivos, os centros de documentação, organizações detentoras de acervos, mananciais cuja utilização permite todas as combinações possíveis das informações armazenadas, gerando novos conhecimentos.

As bibliotecas nacionais, com objetivo primordial de registro e guarda da produção bibliográfica de cada país, desempenham, portanto, o papel de órgão por excelência da memória do conhecimento.

Com a aplicação das novas tecnologias às bibliotecas, tanto em relação à guarda do acervo — através de microformas, discos óticos etc. — como em relação ao processamento técnico das peças das coleções — por meio dos computadores —, as bibliotecas nacionais vêem ampliar sobremaneira sua capacidade de preservação e memória, assim como sua capacidade de servir aos usuários.

1.2 Histórico

A organização das bibliotecas nacionais remonta ao século XVIII, quando, em 1795, a Convenção Nacional Francesa declarou de propriedade nacional a então Biblioteca Real e garantiu-lhe o depósito de exemplares de todas as publicações impressas na França. Ficava estabelecida a prerrogativa do "depósito legal" — característica comum às atuais bibliotecas nacionais.

No entanto, deve-se a Arundell Esdaile, do Museu Britânico, a preocupação com a biblioteca nacional como categoria diferenciada de biblioteca, que o levou a publicar tradicional estudo sobre as bibliotecas nacionais do mundo,[2] comparando suas realizações e tendências em diferentes países.

A partir de então, a necessidade de definir as bibliotecas nacionais (acervo a ser reunido, atividades a serem desempenhadas) passou a ser objeto de inúmeros artigos em revistas técnicas[3] e de estudo em reuniões, bem como preocupação de instituições internacionais. É exemplo a Federação Internacional de Instituições e Associações Bibliotecárias (FIAB), que em 1952 criara sua Seção de Bibliotecas Nacionais e Científicas.

Data de 1950 o debate internacional sobre os problemas e o papel das bibliotecas nacionais no campo da informação. Isto ocorreu pela primeira vez durante a

Jannice Monte-Mór, ex-diretora da Biblioteca Nacional, é assessora do Superintendente-Geral da Fundação Getúlio Vargas.

Conferência Internacional sobre a Melhoria dos Serviços Bibliográficos, promovida pela UNESCO, em Paris, e origem da recomendação de que fosse criado, em cada país, um Centro de Informação Bibliográfica Nacional.

Para o Brasil, tal recomendação redundou em conseqüência histórica: a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), em 1954.* Entretanto, em muitos países, as próprias bibliotecas nacionais desempenham o papel de centros de informação bibliográfica em nível nacional, como planejara o ilustre Diretor Manoel Cícero.

Os participantes do III Congresso Internacional de Bibliotecas, realizado em Bruxelas em 1955, insistiram na necessidade de responsabilizar, em cada país, uma biblioteca central, geralmente a biblioteca nacional, pela conservação, para a posteridade, da totalidade da produção de cada país e pela uniformização do trabalho bibliográfico. Visava este procedimento ao interesse nacional e à participação numa rede internacional de relações culturais.

Em decorrência dessa conscientização, foi organizado em 1958, pela UNESCO, em Viena, o famoso Colóquio das Bibliotecas Nacionais da Europa.[4]

Desde então, as recomendações procedentes do renomado ''Colóquio de Viena'', como costuma ser referenciado, vêm norteando o desempenho das bibliotecas nacionais. A seguir, e de forma resumida, as principais recomendações:

· Uma instalação central, da biblioteca nacional, é a única solução aceitável; anexos — fora do centro — constituem geralmente uma necessidade, mas oferecem vantagens e desvantagens;

· Convém que o ''status'' profissional dos bibliotecários seja revalorizado, entre as carreiras universitárias;

· Deve ser permitida flexibilidade máxima na administração do seu orçamento. A biblioteca nacional deve poder dispor de recursos extraordinários para adquirir peças importantes para o patrimônio nacional;

· A biblioteca nacional tem a responsabilidade de adquirir e conservar: a totalidade da produção nacional impressa; as publicações impressas sobre seu país; e as publicações estrangeiras necessárias ao país. A microfilmagem, especialmente dos jornais, não deve autorizar a destruição dos originais;

· A biblioteca nacional deve favorecer a adoção, em seu país, de regras comuns de catalogação, levando em consideração as recomendações da FIAB;

· Incumbe às bibliotecas nacionais a produção das bibliografias nacionais correntes e, eventualmente, retrospectivas. Todas as teses devem ser incluídas nas bibliografias nacionais;

· A biblioteca nacional tem o dever de colocar à disposição dos outros bibliotecários sua experiência quanto aos meios e técnicas de conservação e restauração material de livros;

· As bibliotecas nacionais são convidadas a publicar através da UNESCO (*Revista de la UNESCO de Ciência de la Información, Bibliotecas y Archivos — RUCIBA*) as medidas adotadas em seus países para microfilmar os livros raros com o objetivo de constituir arquivos de segurança;

· A biblioteca nacional tem a responsabilidade de manter atualizados os elementos de um inventário central de coleções de manuscritos;

· É recomendada a ratificação: a) do Acordo para importação de objetos de caráter educativo, científico ou cultural da UNESCO; b) da Convenção da União Postal Universal, relativa à redução de tarifas aplicáveis aos livros e aos periódicos; c) das convenções relativas à permuta internacional de publicações.

Na realidade, embora norteados pelas recomendações do ''Colóquio de Viena'', ainda se pode dizer que ''biblioteca nacional'' abrange um grande elenco de bibliotecas que diferem entre si: pelos problemas que apresentam; pela natureza das funções que exercem; e até pela estrutura organizacional que as preside. Conseqüentemente, variam, de igual sorte, os usuários a que servem. Isso se explica por razões de tradição histórica e natureza sócio-política.

No século XIX já havia bibliotecas nacionais em 20 países. Durante o século XX, tem-se notícia da criação de mais 30, número que tende a crescer com o processo da descolonização e o estabelecimento de novos regimes democráticos em muitos países, depois da Segunda Guerra Mundial.

Alguns países, ou por razões históricas, ou pela eficiência de certas bibliotecas que atingiram o ''status'', possuem mais de uma biblioteca nacional. Este é o caso, por exemplo, da Itália, da Inglaterra, ou dos Estados Unidos da América.

Segundo a *Encyclopedia of Library & Information Science*[5] sete bibliotecas nacionais do mundo podem ser consideradas as maiores: Estados Unidos, Rússia, França, República Federal da Alemanha, Grã-Bretanha, Romênia e Hungria. Num segundo grupo, podem ser classificadas as bibliotecas nacionais de vinte e sete nações: quatro na Ásia, três na América (Argentina, Brasil e Cuba), duas na Oceania e as demais na Europa.

No entanto, em recente publicação da UNESCO,[6] a Biblioteca Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro, é expressamente citada em 8º lugar, em volume de acervo, entre as grandes bibliotecas nacionais do mundo.

1.3 Mutações

Tradicionalmente, as bibliotecas nacionais ocupavam uma posição de excepcional liderança e prestígio, em seus países. No entanto, nas últimas décadas, a situação mudou muito drasticamente. O espantoso aumento do volume de publicações editadas em todo o mundo afetou as atividades das bibliotecas nacionais. A aquisição se tornou complicada: difícil, tanto o cumprimento do ''depósito legal'' das publicações nacionais quanto a seleção e compra do material estrangeiro necessário. O rápido crescimento das coleções levou à conseqüente falta de espaço físico nos edifícios, muitas das vezes, seculares. O processamento técnico das coleções adquiridas tornou-se extremamente complexo e caro. O atendimento aos usuários resultou numa grande perda de qualidade.

Além dessas dificuldades, organizaram-se bibliotecas especializadas, que conquistaram progressiva eficiência, aten-

* Interessante fazer notar que do ''Projecto de Regulamento para a Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro'', em 1902, de autoria de seu Diretor Manoel Cícero Peregrino da Silva, já constava em seu Art. 115: É creado e funcionará annexo à Bibliotheca Nacional o Instituto Bibliographico Brasileiro, cujos fins são... cf. MssI, 33, 25.1 Manoel Cicero: Projecto de Regulamento para a BN, 1902.

dendo mais direta e rapidamente a seus usuários; desenvolveram-se os chamados centros de documentação, ou de informação, principalmente nos campos da ciência, tecnologia e economia. Estabeleceu-se, entre essas instituições, intensa cooperação, deixando à margem as bibliotecas nacionais, consideradas, então, organismos estagnados.

Note-se que esse fenômeno ocorreu de forma generalizada em todo o mundo, e o Brasil não foi exceção. Tal verdade não escapou à preocupação da Professora Lydia de Queiroz Sambaquy, em artigo publicado em 1961, que adverte para a missão das bibliotecas nacionais e sugere soluções para o Brasil.[7]

A partir do "Colóquio de Viena", anteriormente referido, o conceito de biblioteca nacional vem sendo modernizado.

Considera-se, hoje, a biblioteca nacional parte integrante do sistema nacional de bibliotecas do país (normalmente o seu ponto focal). Igualmente é, ela própria, um sistema completo, em suas atribuições de coleta, tratamento, guarda e recuperação da informação. É ainda, em sua interação com outras bibliotecas nacionais da região e do mundo, um elemento do emergente sistema internacional.

Em 1970, a UNESCO, em suas *Recqmendações relativas à normalização internacional de estatísticas de bibliotecas*, adotadas pela Conferência Geral, em sua 16ª Sessão, voltou a se ocupar do caráter dessa categoria de bibliotecas e ofereceu a seguinte definição de biblioteca nacional:

Bibliotecas Nacionais: bibliotecas que, independente de seus títulos, são responsáveis pela aquisição e conservação de exemplares de todas as publicações significativas editadas no país e funcionam como uma *biblioteca depositária*, seja ou não por determinação legal. Normalmente exercem algumas das seguintes funções: produzem uma bibliografia nacional; reúnem e mantêm atualizada uma grande coleção representativa da literatura estrangeira, incluindo livros sobre o país; atuam como um centro nacional de informação bibliográfica; compilam catálogos coletivos; publicam a bibliografia retrospectiva nacional. As bibliotecas, embora denominadas "nacionais", cujas funções não correspondem às definições acima, não deveriam ser classificadas na categoria de "bibliotecas nacionais".

Em 1974, a Conferência Intergovernamental da UNESCO sobre o Planejamento das Infra-estruturas Nacionais de Documentação, Bibliotecas e Arquivos preconizou a organização dos Sistemas Nacionais de Informação — NATIS.[8]

O NATIS abarca todos os organismos, recursos, procedimentos e atividades relativas à transmissão da informação no país e, logicamente, o documento do NATIS reserva papel de destaque às bibliotecas nacionais: prestação dos serviços centrais, essenciais, de bibliotecas; liderança entre as bibliotecas que participam do Sistema Nacional; participação ativa no planejamento e organização do próprio Sistema Nacional (NATIS).

Como um programa nacional de informação, o NATIS foi precursor de programa mais ambicioso, de cooperação internacional, estabelecido em 1976, por ocasião da Reunião de Diretores de Bibliotecas Nacionais, realizada em Lausanne, Suíça.[9]

Esse objetivo, o de um Sistema Internacional de Informação, é a essência de todo o conjunto de esforços dos programas internacionais no campo da informação, tais como o conceito de UNISIST — Sistema Mundial de Informação Científica, da UNESCO; o Sistema Internacional de Informação Nuclear — INIS, das Nações Unidas, entre outros; o Controle Bibliográfico Universal, da FIAB; de iniciativas da Federação Internacional de Documentação — FID e de instituições políticas internacionais, como a Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE).

As instituições mundiais de informação, seus recursos, operações e atividades constituem um Sistema Internacional de Informação, evidentemente, sem vínculo de subordinação a qualquer organismo internacional. Com o caráter de rede, a filiação a este ou aquele grupo condiciona-se à natureza do problema ou do interesse do país participante, que exerce soberano poder decisório quanto ao nível organizacional em que se efetuará esta participação. Um sistema assim estruturado permite ao país, por exemplo, participar, simultaneamente, do sistema mundial de empréstimo de publicações e do programa do Controle Bibliográfico Universal etc.

Duas são as razões que aconselham colocar os diversos Sistemas Nacionais em cooperação internacional:

a) nenhum Sistema Nacional é auto-suficiente no panorama atual de informação;
b) os países pequenos dependem, em grande parte, da informação criada ou publicada fora de suas fronteiras.

Segundo esta filosofia, a referida Reunião de Lausanne estabeleceu os princípios que devem nortear as bibliotecas nacionais, com o objetivo de participarem, efetivamente, do Sistema Internacional de Informação:

a) aperfeiçoamento dos dispositivos mundiais de registro e de intercâmbio de dados relativos aos documentos;
b) aperfeiçoamento dos dispositivos mundiais de difusão dos documentos da biblioteca, mediante empréstimo ou fotocópia;
c) aperfeiçoamento dos dispositivos mundiais de recuperação da informação dos documentos da biblioteca, compreendendo: a indexação, a redação de resumos analíticos, a classificação por assuntos, a tradução;
d) investigação e desenvolvimento de atividades e normas com o objetivo de promover dispositivos mais eficazes nos campos descritos anteriormente;
e) planejamento, ensino e formação em matéria de documentação, bibliotecas e arquivos;
f) planificação do NATIS;
g) participação nos programas do UNISIST e em outros programas internacionais no campo da informação.

Fica evidenciado, desta maneira, o grau de responsabilidade e importância das bibliotecas nacionais, tanto em âmbito nacional quanto em âmbito regional e internacional, principalmente em relação ao Sistema Internacional de Informação, emergente.

2. A Biblioteca Nacional do Brasil (BN)

2.1 Um pouco de história e muito de lutas

Assim como a primeira biblioteca nacional de que se tem notícia, a de Paris, a nossa Biblioteca Nacional teve origem na coleção real — a Real Biblioteca —

transportada para o Brasil em 1807/08, pela Família Real Portuguesa, e aqui franqueada ao público em 1814.

Sua história, embora constantemente aludida em publicações diversas, notadamente nos próprios *Anais da Biblioteca Nacional*, está ainda por ser escrita, encerrada em grande parte nos documentos primários em poder da própria Biblioteca e vinculada à própria história cultural do País.

Entre as contribuições originais a seu respeito, merecem destaque aquelas divulgadas em várias oportunidades por Lygia Fonseca Fernandes da Cunha, distinguida bibliotecária e Chefe da Divisão de Referência Especializada da BN. Em recente coletânea que constitui volume da série Coleção Rodolfo Garcia, divulgou interessante estudo sobre a história do acervo da Biblioteca Nacional.[10] O documento reconstitui, cronologicamente, as principais coleções acrescidas ao núcleo inicial de 60.000 volumes, de 1770 a 1910 — ano de inauguração do atual edifício que, note-se, fora planejado para abrigar 400.000 volumes e hoje reúne cerca de 5.000.000 de peças.

Retornando a família real à Europa, em 1821, aqui ficou a Real Biblioteca, que passou a ser propriedade do Império do Brasil pela Convenção Adicional ao Tratado de Paz e Amizade, celebrado entre o Brasil e Portugal, a 29 de agosto de 1825.

No século XIX, houve sucessivas administrações, entre as quais, indubitavelmente, se destacou a de Benjamin Franklin Ramiz Galvão, de 1870 a 1882, bem como a de José Alexandre Teixeira de Melo, seu ilustre colaborador e diretor no período de 1895 a 1900, significativamente o primeiro Diretor a evidenciar a necessidade de um novo edifício para a Biblioteca.

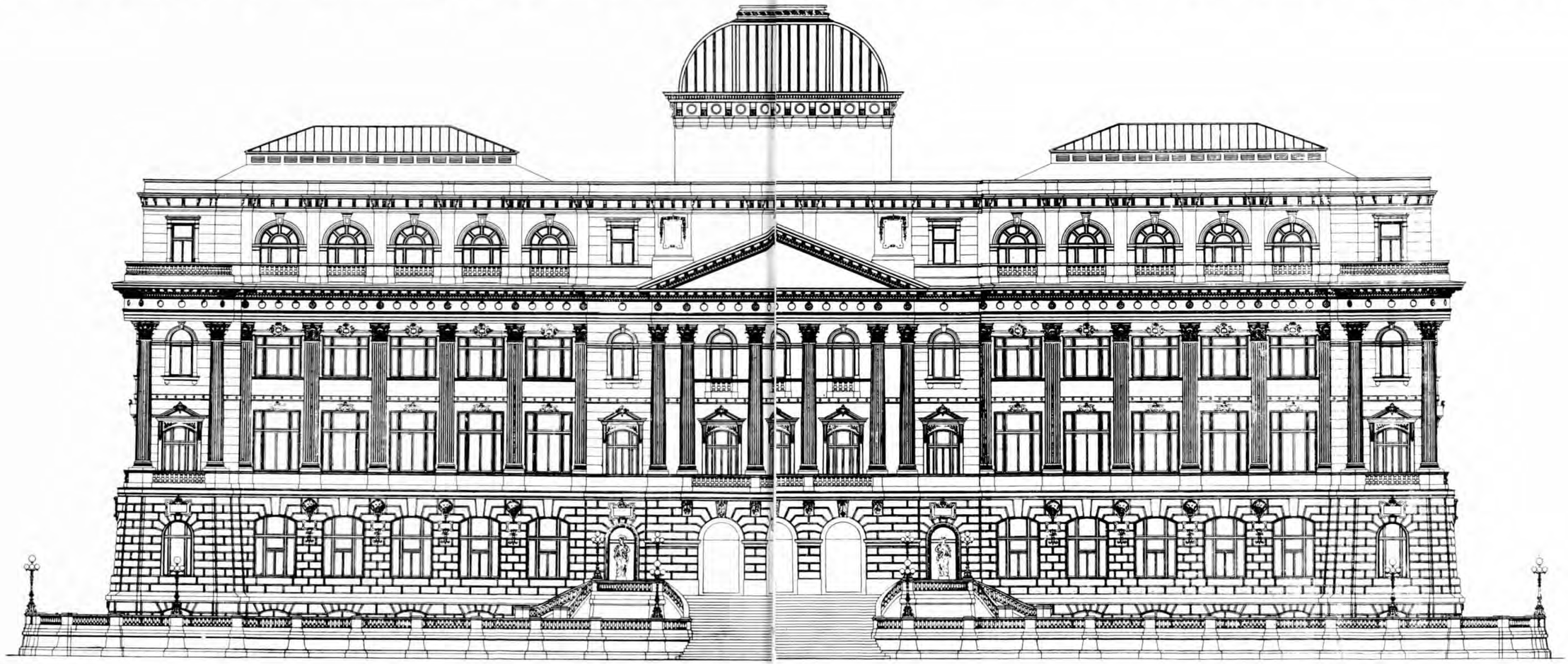
Chega-se ao século XX com a Biblioteca Nacional sediada em edifício inadequado, na Rua do Passeio, época em que já a própria população ansiava e reclamava por uma solução condigna.

Atendendo às insistentes representações do Dr. Manoel Cícero Peregrino da Silva, notável Diretor da Biblioteca Nacional de 1900 a 1924 (com interrupções), o atual edifício da Biblioteca Nacional foi encomendado, pelo então Ministro do Interior — ao qual se subordinava — J.J. Seabra, ao Coronel Francisco Marcelino de Souza Aguiar, eminente Engenheiro Militar, responsável por inúmeras edificações públicas na cidade do Rio de Janeiro. Através das plantas existentes na Biblioteca Nacional, verifica-se que foram desenhadas em Paris. A construção do prédio, o maior quarteirão edificado na Avenida Central, recentemente construída, ficara a cargo dos engenheiros Napoleão Moniz Freire e Alberto de Faria.

Segundo a crônica da época, "fez-se a mudança do prédio, em 29 de outubro de 1910, com toda ordem, segundo o plano que o Dr. Manoel Cícero estabeleceu". Uma tabela de correspondência com a indicação do lugar que o livro ocupava na antiga Biblioteca, e passaria a ter no edifício novo, valeu de que se soubesse sempre onde ele estava, e assim não houve confusão e impedimento de consulta, mesmo durante a mudança.[11]

De acordo com Feijó Bittencourt, o dedicado biógrafo de Manoel Cícero, este, em seu discurso de posse, já dizia: "era capital o problema do edifício"... "conseguida esta grande vitória, resta à Biblioteca o problema da constituição do pessoal..." "Este terá que trazer o interesse e entusiasmo... sem o qual nada valerão a solidez e a magnificência desta construção!" Era a administração clarividente do ilustre diretor, que mais uma vez manifestava a exata compreensão da importância e do alcance da entidade sob sua guarda. Já em seu primeiro relatório, apresentado a Epitácio Pessoa quando Ministro da Justiça e Negócios Interiores, clamava pela *autonomia econômica e administrativa*: "Constituir um patrimônio em favor da Biblioteca, não só com o produto da venda de *Anais* e outras publicações suas... mas também com os donativos em dinheiro que porventura se lhe façam."

A Biblioteca logrou período áureo no decorrer da administração do Dr. Manoel Cícero, autor do precioso Regulamento que lhe dera nova dinâmica, beneficiando-a inclusive com um Curso de Biblioteconomia — o primeiro da América Latina e o terceiro do mundo (Decreto n.º 8.835, de 11 de junho de 1911). Também no plano internacional iniciou atividade cooperativa com a participação da nossa Biblioteca Nacional no Repertório Bibli-



Zincografia E. Bevilacqua & C., em *Marc Ferrez, o Álbum da Avenida Central*/Ex Libris/1983.

Biblioteca Nacional.

ográfico Universal que Paul Otlet e H. La Fontaine, os renomados pioneiros belgas da Documentação, haviam organizado em Bruxelas — origem do programa recomendado, na atualidade, pela FIAB e pela UNESCO: o Controle Bibliográfico Universal.

No entanto, obedecendo a fenômeno generalizado que atingiu as bibliotecas nacionais, gradual e progressivamente a BN perdeu prestígio, eficiência; entravada pela burocracia, desatualizaram-se suas coleções e técnicas, adquirindo uma lamentável imagem de organismo esclerosado.

Em março de 1945, o então diretor da Divisão de Preparação da Biblioteca Nacional apresentou Relatório Reservado ao Ministro da Educação e Saúde, Dr. Gustavo Capanema, verdadeiro diagnóstico da Biblioteca Nacional.[12] Assim dizia Rubens Borba de Moraes, futuro diretor que (de 21 de dezembro de 1945 a 15 de dezembro de 1947) realizou a terceira grande reforma da Biblioteca, essa, de inspiração nitidamente norte-americana. São frases pinçadas do referido texto: "Não há exagero em se afirmar que um livro em bom estado ou sem necessidade de limpeza é exceção na Biblioteca." "A Biblioteca Real está praticamente perdida." "Pouca gente sabe que a Biblioteca Nacional possui uma excelente coleção de incunábulos (cerca de 150). A existência dessa coleção é tão ignorada que o 'Gesamtkatalog für Viegendruck', na relação das bibliotecas do mundo que possuem mais de 100 incunábulos, não a menciona."** "Afirmo e provo que o que se desviou da Nacional nestes últimos anos é assustador." "As coleções de periódicos são uma verdadeira lástima; raras são as coleções completas." "Hoje o que entra na Nacional, como contribuição legal, é ridículo." "Chove por toda parte." "Quanto à estrutura, à planta, ao funcionamento do prédio, não poderiam ser mais inadequados." "Poderão servir para ilustrar como se pode misturar arquitetura militar do século XVII francês com estilo *art nouveau* e greco-romano, mas nunca para nele se instalar uma biblioteca." "É esse, grosso modo, o estado em que chegou a Biblioteca Nacional." "Não adianta insistir." "O pouco que aqui se disse (e haveria muito mais, é sabido de todos) serve para demonstrar que não é possível continuarmos nessa situação." "Um povo incapaz de zelar pelo seu patrimônio cultural não pode aspirar a um assento entre as nações cultas." "Não adianta construirmos escolas, universidades, institutos, se não tivermos bibliotecas." "É necessário restaurá-la e enriquecê-la dentro da linha de uma biblioteca nacional, concomitantemente organizar uma segunda linha de bibliotecas de leitura e de bibliotecas universitárias, científicas etc." "Esses fatos, senhor Ministro, provam que não exagero dizendo que, na Biblioteca Nacional, o que se passa é, na realidade, um escândalo internacional." "Quem estuda a história da administração da Biblioteca Nacional verifica que, em cento e trinta e cinco anos de existência, a grande falha de sua organização foi sempre a falta de *autonomia* (grifo nosso), ou melhor, de métodos de administração peculiares ao tipo de serviço que deve prestar." "Todos os seus diretores são unânimes em se queixar desse mal congênito, desde frei Camilo, de gloriosa memória, até Manoel Cícero que há trinta e três anos atrás escrevia: 'Biblioteca e serviço oficial são coisas difíceis de conciliar.' "

Num manifesto intitulado *Ser ou não ser bibliotecário*, o Professor Edson Nery da Fonseca afirmou, em 1966, que ela era "uma vergonha nacional". "O ano da afirmação é importante", diz o Professor Edson Nery, "porque, na verdade, a Biblioteca Nacional tem sido, ao longo de seus cento e sessenta e oito anos, ao mesmo tempo vergonha e orgulho nacionais."[13] É precisamente contra essa instabilidade a que se refere Edson Nery da Fonseca e amplamente documentada através dos relatórios das diversas administrações da Biblioteca, como anteriormente tentamos demonstrar, que nos insurgimos. É inadmissível, para um órgão deste porte e que desenvolve programas permanentes, de compromisso nacional e internacional, atrelar-se à inconstância de ações de natureza política — em que o critério de escolha de dirigentes nem sempre é o da competência — e depender da benévola e instável compreensão das hierarquias superiores.

Fomos responsáveis pela Direção da BN de maio de 1971 a maio de 1979. Durante aquele período, foram publicados nos *Anais* os relatórios das atividades da Biblioteca, restabelecendo, dessa forma, procedimento tradicional, cumprido até 1943 por todos os diretores da casa e interrompido, acarretando grave lacuna na série documental da história da Biblioteca.

Alguns trechos significativos do relatório referente ao exercício de 1971 demonstram a regressão da Biblioteca ao mesmo estado de abandono, inoperância e descumprimento de seus objetivos descrito em relatórios de administrações anteriores.

No referido relatório de 1971 lê-se, sob o item *Análise da situação encontrada em 1971*: "Percebemos, desde logo, a necessidade de rever a natureza da instituição, para atender, de maneira mais pronta, às soluções de seus problemas, uma vez que encontramos a Biblioteca Nacional sem autonomia administrativa e financeira, subordinada ao Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura... Atraso de seis anos no tratamento técnico da documentação até ser entregue ao usuário... O *Boletim Bibliográfico*, planejado para constituir a bibliografia nacional brasileira corrente, tivera seu último número editado em 1965... Encontramos na BN cerca de 500.000 volumes em depósito desde os primórdios da instituição, que não haviam recebido ainda qualquer processamento técnico... Parte do acervo foi encontrada em verdadeiro estado de calamidade... Problemas de funcionalidade e estruturação administrativa... O sistema de pessoal é quantitativamente insuficiente e, qualitativamente, inadequado... O sistema orçamentário não corresponde às necessidades reais e a rigidez processual de sua utilização dificulta as providências cabíveis e necessárias... O espaço para abrigar convenientemente as instalações dos serviços, equipamento e acervo torna-se, cada vez mais, questão crucial e angustiante."[14]

Para direcionar a inadiável reforma, foi realizado um Diagnóstico Preliminar

** Na administração Celso Cunha (de 1956 a 1960), publicou-se: RIO DE JANEIRO. Biblioteca Nacional. *Catálogo dos incunábulos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, executado... pela bibliotecária Rosemarie Erika Horch... Lisboa, Império, 1956. 377p. il. (fez-se uma tiragem em 1956 e outra em 1957).

em 1971[15] e, no decorrer de 1972, desenvolveram-se cinco projetos específicos — prismas, ou facetas, através dos quais era enfocada a Biblioteca: Organização administrativa, Sistema de pessoal, Espaço físico, Racionalização do trabalho e Sistema de planejamento[16].

A reforma administrativa da BN foi executada pela Fundação Getúlio Vargas, FGV, como conseqüência de convênio triangular entre o Ministério da Educação e Cultura, o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e a FGV.

Paralelamente, procurava-se integrar a Biblioteca Nacional ao Plano Setorial da Educação e Cultura, preconizado pelo MEC, bem como ao contexto cultural do país, através de promoção de exposições, cursos, conferências, edição de publicações e participação em congressos. Igualmente trabalhou-se por honrar os programas de compromisso internacional, perante os quais a BN deveria assumir sua parcela de responsabilidade para com o patrimônio cultural da humanidade. Foi durante esse período que a diretora da BN integrou o Comitê Internacional de Diretores de Bibliotecas Nacionais, com responsabilidade de representar as Bibliotecas Nacionais da América Latina.[17]

A aplicação e o desenvolvimento das tecnologias modernas não foram descurados. São expressão cabal desse procedimento a criação do Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros,[18] assim como os estudos de desenvolvimento do Formato CALCO (Catalogação Legível por Computador) e sua aplicação à BN, como metodologia a ser adotada em nível nacional, visando à compatibilidade de normas para a troca de informações em nível internacional.[19]

O edifício fora tombado pelo então IPHAN, durante o ano de 1974. Obras significativas e inadiáveis de remodelação física foram realizadas ao longo dos oito anos de administração, embora sempre presente a convicção de que o edifício era inadequado e insuficiente. Comissão encarregada de elaborar o Programa do Edifício Anexo (Portaria MEC n.º 528, de 17.10.75) concluíra pela necessidade urgente de mais 30.000 m² de área útil. Vários arquitetos solidários ao problema da BN ofereceram sua contribuição, sugerindo soluções variadas: Lúcio Costa, José Reis, Renato Soeiro, Jorge Moreira, Sérgio Porto, entre eles. No entanto, o terreno ao lado, ocupado pelo antigo prédio do Supremo Tribunal Federal, viabilizaria a melhor solução para o pretendido Anexo. Erguido o Anexo ao lado do próprio da BN, a integração funcional seria assegurada pela prevista ligação subterrânea. Mantiveram-se entendimentos com a Justiça Federal, responsável pelo próprio, objetivando o aproveitamento conjunto do terreno. Finalmente, pela Exposição de Motivos n.º 0252, de 3 de agosto de 1978, assinada conjuntamente pelos ministros da Justiça e da Educação e Cultura, o assunto foi submetido ao Presidente da República, devidamente acompanhado de pareceres favoráveis do Patrimônio da União, do IPHAN e da Caixa Econômica Federal, que garantia o financiamento do novo edifício. A matéria, no entanto, não foi considerada prioridade do Governo.

A mesma luta inglória igual destino teve a persistente busca de concessão de autonomia administrativa e financeira à Biblioteca Nacional. Órgão que, pelas características especiais de atuação e de perfil organizacional, apresenta plenas condições para exercer esta autonomia sob supervisão ministerial, a Biblioteca poderia assim cumprir com maior eficácia seu papel no panorama cultural brasileiro e internacional.

O problema de pessoal recebe o tratamento burocrático e distanciado das necessidades reais, equiparado ao de qualquer repartição pública da Administração Direta. Proíbem-se as nomeações, as contratações e até mesmo as substituições de servidores que em grande número se afastam por aposentadoria. A Biblioteca chega a constatar 150 vagas em seu quadro de pessoal!

No entanto, contrastando com esta realidade, aumentam sobremaneira as responsabilidades nacionais no consenso internacional. O Programa Geral de Informação da UNESCO, em 1979, publica as normas para nortear os trabalhos da Agência Bibliográfica Nacional (a BN, no caso do Brasil) e a Bibliografia Nacional (publicação de responsabilidade tradicional, da BN).

Em suma, a luta por um edifício anexo, a batalha pela autonomia administrativa e as repetidas iniciativas com o objetivo de dotar a BN de quadro de pessoal constituíram-se em reivindicações permanentes e obstinadas daquela administração.

Em 1979, cria-se a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por transformação do IPHAN. Sob a idealista administração de Aloísio Magalhães, vive-se um período de grandes esperanças e realizações. Cria-se a Fundação Pró-Memória, à qual se vinculou a BN. Durante os anos de 1982 e 83, restaura-se o edifício da Biblioteca Nacional, que volta a ser considerado o "Palácio da Avenida", como a ele se refere o jornalismo de 1910; introduz-se, efetivamente, a automação bibliográfica através de trabalho cooperativo com a Fundação Getúlio Vargas — Sistema BIBLIODATA/CALCO — marcos da reforma empreendida pela fecunda administração da bibliotecária Dr.ª Célia Zaher. Desenvolve-se a microfilmagem com a afirmação do Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros e cria-se o Plano Nacional de Obras Raras — PLANOR —, ambos sob a competente e continuada direção da Dr.ª Esther Caldas Bertoletti.

A atual administração, da escritora e bibliotecária Maria Alice Barroso, recoloca a Biblioteca no contexto cultural do País, através de sua dinâmica e bem-sucedida programação de conferências, cursos, exposições e publicações. Institui-se a "Medalha Biblioteca Nacional." A *Bibliografia Brasileira*,[20] por processos automatizados, como preconizam os organismos internacionais, visando ao Controle Bibliográfico Universal, e meta de tantas administrações, vê finalmente assegurada sua publicação periódica corrente. Desenvolvem-se os programas de preservação e restauração de documentos e resgatam-se milhares de obras antigas mantidas ao longo de quase um século sob o anonimato. Não menos importante do que as realizações, louve-se a permanente luta em prol da autonomia e do anexo da BN.

3. Conclusões e proposta

Depreende-se deste conjunto todo um esforço para que a Biblioteca Nacional pudesse manter o "status" de liderança -

condigna, dinâmica e responsável; assegurar sua classificação na categoria de origem; desempenhar as atribuições do perfil que lhe foi traçado internacionalmente.

Entretanto, permanecem suas dificuldades crônicas — falta de autonomia, falta de espaço físico, falta de solução adequada para o problema de recursos humanos — a desafiar a pertinácia e a criatividade das direções. Criatividade que a atual direção da Nacional exemplifica ao criar a Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, aos dezessete de dezembro de 1985.

Uma sociedade deste porte e natureza, no entanto, tem limitações e exerce função complementar. Não é solução para problemas estruturais de um órgão abalado em seu perfil organizacional.

É exemplo cabal a dificuldade para o recrutamento e seleção dos recursos humanos adequados. Uma biblioteca nacional exige pessoal especialmente qualificado, com sensibilidade e competência para gerir patrimônio do conhecimento desta natureza. A transferência — absolutamente necessária segundo as exigências de espaço da BN — do Curso de Biblioteconomia para a FEFIERJ (Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro, atual UNIRIO) provocou, possivelmente pelo distanciamento físico, igual e progressivo distanciamento conceitual de "BIBLIOTECA NACIONAL" para os estudantes de Biblioteconomia. Qual é o seu significado? Pergunta raramente respondida com acerto. Em decorrência, formam-se profissionais distanciados informativa e afetivamente do real valor deste patrimônio.

Supomos de grande valia a tentativa de reaproximar os dois universos em foco, integrando-os pela instituição de treinamentos em serviço, convênios BN/Faculdades de Biblioteconomia e iniciativas congêneres.

Mais importante do que o edifício da Biblioteca Nacional é o seu precioso acervo — hoje enormemente prejudicado e parcialmente instalado no Palácio da Cultura — primorosamente concebido, porém com outra destinação e não oferecendo condições de guarda adequadas.

Em toda a América Latina, a BN possui o maior acervo bibliográfico e o mais importante patrimônio do conhecimento. É indispensável preservá-lo, para não sermos obrigados a restaurá-lo, utilizando técnicas modernas sofisticadas e caras, ainda incipientes em nossa realidade.

À SPHAN, cremos, incumbe duplamente essa responsabilidade. Primeiro em relação ao edifício que é um bem tombado; segundo, em relação ao acervo, que lhe cumpre preservar, em virtude do Art. 2 do Decreto 84.198, de 13 de novembro de 1979:

"A SPHAN tem por finalidade inventariar, classificar, tombar, conservar e restaurar monumentos, obras, documentos e demais bens de valor histórico, artístico e arqueológico existentes no País, bem como tombar e proteger o acervo paisagístico do País."

À semelhança da iniciativa das bibliotecas nacionais da Europa Central, em 1958 — e que acaba de se repetir em Lisboa —, seria desejável realizar-se uma Conferência Latino-Americana de bibliotecas nacionais, polarizando esforço conjunto para definição do perfil da biblioteca nacional dos países latino-americanos. As bibliotecas nacionais dos Estados Unidos e do Canadá participariam do conclave como convidadas especiais em tributo ao reconhecimento do nível de excelência que lograram alcançar. Em decorrência, muito teriam a nos estimular e ensinar com seus exemplos.

Não temos dúvida em concluir da alta significância — como perspectiva para o Ministério da Cultura — de integrar às comemorações dos 50 anos do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional esta programação: dotar a Biblioteca Nacional de autonomia, construir o seu edifício anexo em moldes ideais e, paralelamente, promover a Conferência sobre preservação dos acervos bibliográficos que constituem as bibliotecas nacionais latino-americanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial*; uma tentativa de previsão social. Trad. de H. de Lima Dantas. S. Paulo, Cultrix, 1977. 540 p.
2. ESDAILE, Arundell. *National libraries of the world*. Their history, administration and public services. Londres, 1934 (2.ed. rev. by F.J. Hill. Londres, 1957).
3. MEARNS, David C. Current trends in national libraries. *Library trends*, 4(1) jul. 1955.
4. COLLOQUE DES BIBLIOTHÈQUES NATIONALES D'EUROPE, Viena, 1958. *Tâches et problèmes des Bibliothèques Nationales*. Paris, UNESCO, 1960. 125 p.
5. ENCYCLOPEDIA OF LIBRARY & INFORMATION SCIENCE. N. York, M. Dekker, 1968, 32v.
6. CORREIO DA UNESCO. Rio de Janeiro, 13(4): 37, abr., 1985.
7. SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. *A missão das bibliotecas nacionais*. Rio de Janeiro, DASP, 1962. 20p. (Separata da *Revista do Serviço Público*, abr./jun., 1961).
8. NATIS; *Systemes nationaux d'information*: objectifs d'une action nationale et internationale. Paris, UNESCO, 1975. 38p. (COM-74/NATIS/3 Rev.)
9. LA FUNCIÓN de las bibliotecas nacionales en los sistemas nacionales e internacionales de información: um enunciado de princípios aprobado por los directores de bibliotecas nacionales reunidos en Lausana los días 20-21 de agosto de 1976. *Bol. UNESCO Bibl.*, 31(1): 8-29, jan./fev. 1977.
10. CUNHA, Lygia F.F. da. *O acervo da Biblioteca Nacional*. In: BRASIL: 1900-1910. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v.2, p. 143-167, il.
11. BITTENCOURT, Feijó. *Vida de Manuel Cícero Peregrino da Silva*. Rio de Janeiro, MEC, 1967. 332p.
12. MORAES, Rubens Borba de. *Relatório reservado*. Rio de Janeiro, 1945. 20p. dat. 15 fot.
——·—— *R. Bibliotecon. Brasília*, 2(1): 91-106, jan./jun. 1974.
13. FONSECA, Edson Nery da. *A biblioteconomia brasileira no contexto mundial*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Brasília, INL, 1979. 112 p. (Premio MEC de Biblioteconomia e Documentação em 1978).
14. MONTE-MÓR, Jannice. A Biblioteca Nacional em 1971. Rio de Janeiro, *Anais da Biblioteca Nacional*. 91:359-373, 1972.
15. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, Rio de Janeiro. EBAP. CATRA. *Programa MEC/DAC/Biblioteca Nacional: diagnóstico preliminar*. Rio de Janeiro, 1971. 130 f. dat.
16. ——· *Organização administrativa/estrutura (Projeto 1); Organização do sistema de pessoal (Projeto 2); Espaço Físico (Projeto 3); Racionalização do trabalho (Projeto 4); Instituição do sistema de planejamento (Projeto 5)*. Rio de Janeiro; 1972. 6v.
17. RIO DE JANEIRO. Biblioteca Nacional. *The role of national libraries in national and international information system; Latin American supplement*. Working paper for the Meeting of National Libraries, Oslo. August 12-13, 1975. Rio de Janeiro, National Library, 1975. 6f. mimeogr.
18. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Portaria nº 31, de 11 de dezembro de 1978 (Estabelece o Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros).
19. BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Formato CALCO: *monografias e publicações seriadas*. Brasília, Convênio MEC/CNPq, 1977. 1v.
20. ——· *Bibliografia brasileira*. v.1, n. 1/2 (jan./jun. 1983) Rio de Janeiro, 1984 (Continuação do *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional*. Processado pelo Sistema BIBLIODATA/CALCO).

MESA-REDONDA

ACERVOS ARQUIVÍSTICOS

Mesa-redonda realizada em 27 de outubro de 1986, na sede da Fundação Nacional Pró-Memória no Rio de Janeiro, tendo como participantes René Armand Dreifuss (**RAD**), cientista político, pesquisador, autor dos livros *1964: a conquista do Estado* e *A Internacional capitalista*; José Maria Jardim (**JMJ**), historiador e coordenador do Sistema Nacional de Arquivos e dos Arquivos Intermediários do Arquivo Nacional; Gilson Antunes (**GA**), coordenador geral da área de Acervos Bibliográficos e Arquivísticos da Pró-Memória; e Jaelson Bitran Trindade (**JBT**), historiador e pesquisador da 9.ª Diretoria Regional da SPHAN/Pró-Memória.

RPHAN: Infelizmente não teremos nesta mesa-redonda a historiadora Célia Camargo, do Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo, que foi por nós convidada e não pôde comparecer. Seguramente a experiência de Célia Camargo nos ajudaria a colocar os problemas relacionados com a gestão dos acervos arquivísticos brasileiros, tanto públicos quanto privados, tema desta reunião. Vamos conversar inicialmente sobre a situação atual desses acervos, passando a palavra ao Professor José Maria Jardim.

JMJ: Posso me ater aqui à especificidadé do acervo arquivístico produzido e acumulado pela administração pública, mais particularmente a administração pública federal. Durante dois anos e meio, o Arquivo Nacional fez um levantamento da situação do acervo arquivístico federal na cidade do Rio de Janeiro. Detectamos então cerca de 170 km de documentos depositados nos diversos ministérios aqui no Rio de Janeiro, acumulados desde o século XVIII. São documentos dos mais diversos formatos e suportes, desde o documento convencional até a fita magnética de computador. Em Brasília, iniciamos um trabalho semelhante e estimamos a existência de alguma coisa em torno de 130 km, o que significa, no eixo Rio—Brasília, aproximadamente 300 km de documentos. No Arquivo Nacional só temos hoje 18 km de documentos considerados de valor permanente. Por aí dá para perceber a defasagem entre o que é conservado como de valor permanente dentro da instituição e o que existe fora dela, provavelmente já uma quantidade significativa de documentos de valor permanente. Isso na área federal. Na área estadual levantamentos semelhantes estão sendo feitos segundo os parâmetros metodológicos que o Arquivo Nacional elaborou em diversas regiões. Pernambuco, Brasília e São Paulo estão fazendo um trabalho semelhante. E dos contatos que temos tido pode-se perceber que o que existe hoje, em termos de guarda permanente dentro das instituições arquivísticas, representa no máximo dez por cento do patrimônio documental arquivístico. Provavelmente, cerca de 90% dos documentos de valor permanente, que deveriam estar guardados em condições mínimas de conservação, em condições de acesso ao público, se encontram dispersos pelos diversos órgãos da administração pública.

RPHAN: No seu artigo "Instituições arquivísticas", publicado no n.º 21 da *Revista do Patrimônio*, você fala em "desordem documental". Em que consiste essa desordem?

JMJ: É a noção de duas variáveis que se expressam basicamente nas condições de acesso a esse acervo. Eu coloco aí duas formas de acesso, o físico e o intelectual. De uma forma ou de outra, em boa parte esses 170 km são acessíveis por conta de informações de proveniências as mais diversas. Mas se trata de um acesso físico. Não há nenhum instrumento de pesquisa que intermedeie a minha relação com esse acervo. Na verdade, a questão da desordem documental se expressa exatamente pela impossibilidade de uso desse acervo. Além do problema do acesso, há outros aspectos a considerar, como, por exemplo, o desconhecimento primeiro do que é material de arquivo, do que é material de biblioteca, a situação hierárquica dos arquivos dentro da máquina administrativa — em geral uma seção de um departamento administrativo cuja possibilidade de desenvolver um trabalho de coordenação a anível de ministério é extremamente cheia de obstáculos. As bibliotecas têm normalmente uma situação um pouco melhor, sobretudo a partir dos anos 70, quando se cria o censo de documentação. Hoje o que a gente encontra dentro dos arquivos dos ministérios é mais ou menos o seguinte: 75% dos documentos são resultantes das atividades-meio, 25% são das áreas-meio e das áreas-fim dos ministérios e só cinco por cento especificamente da área- fim. O que a gente percebe por detrás disso é um descrédito muito grande em relação à possibilidade de esses arquivos preservarem a produção documental resultante da área-fim, os relatórios técnicos, enfim, a produção científica do Estado, o que explica uma presença maciça de documentos de orçamento, pessoal, finanças em geral, dentro dos arquivos gerais. Percebe-se também que na quase totalidade esses documentos de arquivo, resultantes das atividades de todos os ministérios, se encontram dentro do censo de documentação e bibliotecas, não considerados como material de arquivo, não sob uma perspectiva preservacionista. A gente pode prever que a dificuldade de recolher esse material para acesso ao público no Arquivo Nacional será muito grande. De antemão posso adiantar que essa situação é muito semelhante nas administrações públicas estaduais. Isso mais ou menos dá conta da questão da desordem documental. Há ainda o problema da avaliação dos documentos. Dizem que há uma Comissão de Avaliação e Seleção de Documentos para estabelecer

critérios de eliminação ou de recolhimento. Em geral, tendenciosamente, essas comissões já se chamam "comissões de eliminação de documentos", quando na verdade esta é uma das formas de destinação, que pode ser a eliminação ou não. Estranhamente, desses poucos órgãos que têm essas comissões de avaliação, poucos produzem as tabelas de temporalidade, que são os instrumentos que explicitam essas formas de destinação. Você vê muitas vezes a comissão de avaliação sendo utilizada como forma de se dar um respaldo legal, mas tecnicamente indevido, à questão da destruição. Então a situação que a gente tem, de maneira geral, é esta: ou se elimina tudo sem critério ou se guarda tudo sem critério, quando a UNESCO recomenda uma guarda de documentos de valor permanente em torno de 12 a 15%.

GA: A situação dos arquivos privados, no tocante a acesso, investigação, arranjo e produção de instrumentos de pesquisa, é semelhante à dos arquivos públicos federais. Totalmente dispersos, os arquivos privados não mantêm seu valor secundário, porque são desorganizados, não havendo possibilidade de acesso intelectual a eles, e muito menos seu valor primário, que poderia apoiar técnica e administrativamente as instituições civis. Em face desse quadro é que surgiu o Pró-Documento, com o propósito de criar as relações entre os acervos de terceira idade e a questão do acesso intelectual e do aperfeiçoamento, inclusive das próprias instituições civis, fazendo com que essa massa documental passe a subsidiar as atividades cotidianas em termos de administração e técnica. Estamos realizando um censo de arquivos privados no Rio de Janeiro, que começou com documentação sindical e de associações profissionais, com cerca de 1.500 instituições. Em todos eles encontramos uma total ausência dos princípios da arquivística moderna. Não temos as idades documentais, o arquivo corrente, o intermediário e o permanente implantados nessas instituições. Elas denominam arquivos mortos os seus acervos que não são mais de uso corrente. São arquivos de fato mortos, na medida em que não têm nenhum instrumento de pesquisa, os documentos não estão identificados nem arranjados de forma adequada. Há uma verdadeira desordem, na concepção mencionada de desordem documental. E é fundamental essa documentação porque complementa a documentação pública em todos os âmbitos, fornecendo grupos documentais, como os arquivos eclesiásticos. A situação é muito precária nos arquivos empresariais também, nos corporativos, nos educacionais e em outros arquivos. Você só tem os prazos de guarda definidos pela legislação tributária, pela legislação previdenciária, que são instrumentos legais precários em termos de preservação da massa documental. A mesma inadequação se observa na questão de linha de acervo. Estão misturadas a documentação de biblioteca e a documentação de arquivo propriamente dita, e não se tem tabela de temporalidade. Uma ou outra empresa adota tabela de temporalidade com base nessa legislação de que acabo de falar, e mesmo assim de forma precária, não atendendo à guarda da documentação que tem valor de prova e valor informativo no sentido orgânico, no sentido de provar a história da existência daquela instituição. A tabela é feita, quando é feita, de maneira aleatória, porque tem por base uma legislação precária. No mais das vezes o que encontramos é um amontoado de papéis, sem organização, sem identificação e sem instrumentos de pesquisa.

RAD: A minha tentativa de pensar um pouco em cima do que está sendo colocado aqui é como usuário. Realmente muitas das coisas que foram colocadas aqui em termos de apreciação ou de análise ou até de informação estatística, que desconhecia, são coisas vividas. A questão de *erfahren* e *erleben*, como dizem. Sinto alguns problemas, na questão do acesso físico, e intelectual, certamente. Mas, como usuário, o que sinto é mais dramático ainda, e é basicamente em cima de duas questões: uma que eu chamaria de o problema da inexistência dos arquivos, e a outra seria quanto às chaves de irradiação das pesquisas. Quanto à primeira, vamos dizer que eu queira pesquisar Juscelino Kubitschek. Onde estão os documentos da Presidência Kubitschek? Uma questão que, para o usuário, sempre aparece. Aquilo que foi assinado, aquela notinha, aquele papelzinho, aquela carta que ele mandou, que ele recebeu, e assim por diante, são dele? Ou são da nação? O papel que leva um logotipo ou um carimbo, que tem uma assinatura embaixo, do ocupante de cargo público, passa a ser um documento nacional. Na hora em que o ocupante do cargo, presidente, ministro, chefe, coordenador, etc., faz a limpeza das gavetas, porque passa o cargo ou porque foi expelido do cargo... até onde pode ir uma limpeza? Quer dizer, além de levar a caneta com o nome dele e as cartas pessoais que mandou para os amigos, o resto, e esse resto é o grande, fica onde? Qual o direito dessa pessoa de levá-lo consigo, de destruí-lo, de enviá-lo a um arquivo desconhecido para mim enquanto pesquisador? Aquilo que tem a ver com a coisa pública, da nação, da sociedade, tem que ser canalizado, e tem que existir uma legislação extremamente severa, rígida, nesse sentido, para permitir que essa documentação chegue a um lugar acessível, acessível nos vários sentidos abordados por vocês. Os documentos do DOPS, os documentos do Governo Médici, os documentos da NUCLEBRÁS, os documentos da Companhia dos Portos, os documentos do Ministério da Agricultura, e assim por diante, para onde vão? Onde você cria centros de consultas para facilitar o acesso nacionalmente, para que os pesquisadores possam fazer os seus trabalhos num país de dimensões continentais? Centros de consulta capazes de estocar material e com um sistema de comunicação com os diversos arquivos integrados. E aqui chego à segunda questão, que eu chamo de chave de irradiação da pesquisa. Por exemplo, eu comecei uma pesquisa. E daí? Para onde eu vou? Quer dizer, eu de repente consegui até chegar a um pedacinho de informação de que num arquivo público tal, ou no arquivo privado tal, existe uma documentação. Aí eu começo a trabalhar. Depois de passar algumas semanas mexendo com esse papei, com fotografias, nomes, anotações, rabiscos, coisas oficiais, extra-oficiais, oficiosas, eu digo: puxa vida, daqui pra frente falta alguma coisa, aqui tem fio de pesquisa, mas onde vou encontrar o que preciso? Nesse sentido deveria haver, nos diversos arquivos, uma organização de acesso para que você pudesse encontrar as chaves para se dirigir a um determinado arquivo. Por exemplo, o trabalho do momento é com o grupo de implantação da indústria automobilística. Nós nos fixamos no período Kubitschek. De repente você sabe que encontrou uma coisa que certamente tem documentação para comple-

mentá-la e continuar a pesquisa. Mas onde está isso? Na FIESP? Na Associação Comercial do Rio? Ou num ministério? Então, se há essa documentação, se ela está disponível, se existe de fato, se foi reconhecida, mapeada, onde está localizada? Esse é um elemento importante para você começar a saber por onde pode caminhar nesse labirinto. Uma terceira questão, enquanto usuário, é em relação às condições de trabalho. Que é que me adianta saber que a documentação está em fita magnética se nos lugares de consulta não tem nem como operar fita magnética? Ou que é que me adianta saber que é um documento original em papiro, se não há condições de manipulação? Então como você faz o trabalho de reprodução e de acesso, portanto de instalação nos lugares de consulta? Para isso, você tem que pensar que conta com pouquíssimos recursos e precisa organizar racionalmente esse material em grandes centros urbanos, áreas, pólos de integração. Aquela bendita história de você chegar ao ponto onde é só indicar numa lista os números, passar e, três semanas depois, duas semanas depois, ou um dia depois, dependendo do que for, receber o xerox para consulta. Uma outra questão, como usuário, é saber como se incorpora material inédito. É uma coisa que sempre me chamou a atenção. Ao longo dos anos de pesquisa deparei com situações incríveis. Um dia, em Minas, me procuraram e disseram que queriam falar comigo uma coisa. Dois jovens. Que é que era? É que o avô de uma dessas pessoas estava já numa idade de não conseguir mais lidar com o material dele, com a biblioteca, com os arquivos dele, e eles estavam preocupados com o destino daquilo. Essa figura era um militante do movimento integralista. Eu cheguei a ir à casa dele uma vez e vi a quantidade de material que havia lá. Fotografias, cartas, revistas, jornais, livros etc. Que fazer com aquilo? Quem é que tem condições de incorporar isso? A bibliotequinha da esquina não tem. Nem tem sentido levá-la pra lá. A escola do bairro também não. Nem se interessa. Tem algum arquivo especializado para isso? Ou vai para um arquivo genérico? Como os outros arquivos do país passam a saber da existência desse material quando ele vai para um arquivo regional? Geralmente não há nem comunicação disso. No fim de contas, quem se encarrega de dizer que esse material tem que ser transportado, limpado, tratado para ser preservado, classificado? Quem vai fazer esse trabalho? Quem se encarrega de chegar lá na casa, botar isso numa caminhonete e levar? O resultado é que, como nunca se conseguiu saber direitinho como isto funciona, os papéis ficaram por lá e talvez hoje nem existam mais. E de repente você tem um buraco no trabalho de um historiador.

JBT: Bom, eu vejo a questão tanto do ponto de vista administrativo, do ponto de vista preservacionista, já que faço parte de uma instituição voltada para a preservação do patrimônio, como também do ponto de vista do usuário. O meu trabalho na SPHAN e na Pró-Memória sempre me levou a ter essa preocupação também enquanto usuário e reconhecer esse uso do ponto de vista de um trabalho coletivo, de um trabalho público em relação com os demais usuários, as universidades, os pesquisadores, os institutos de pesquisa, os pesquisadores individuais. E também com a própria consciência de preservação de documentos existente nos diversos grupos, segmentos e classes da sociedade. Quer dizer, eu tive essa preocupação em todos esses níveis e dimensões. De vinte, trinta anos para cá começam essas grandes reivindicações a respeito da preservação dos arquivos brasileiros com formulações as mais diversas, com avaliações as mais diversas, mais ou menos limitadas. De qualquer forma, essa preservação, do ponto de vista das políticas institucionais, políticas estatais, públicas, não tem avançado. Falta uma legislação, falta uma direção mais precisa e eficaz. Falta a definição do que é esse patrimônio documental, ao mesmo tempo que é possível descrever continuamente e assustadoramente a situação desses arquivos, do ponto de vista inclusive estatístico. O René apresentou algumas dificuldades entre esse mundo do arquivo e o do conhecimento. A minha relação com os arquivos públicos é também de extrema preocupação. As tentativas de formular, ou de pensar, uma política que eu era obrigado a discutir no interesse da minha região acabaram resultando num esforço de cada vez mais pensar o problema em conjunto, embora não abandonasse as iniciativas pontuais em relação a alguns arquivos. Mas a política de preservação do arquivo público em geral, no que concerne sobretudo à Pró-Memória, não avançou enquanto identificação do problema, pelo menos não avançou até agora. Agora ela inicia um trabalho, na medida em que forma uma coordenadoria cujos propósitos já vêm sendo manifestados e elaborados de dois, três anos para cá. De qualquer forma essa identificação da situação dos arquivos existe. Há uma consciência política, uma consciência social do problema. E eu falo aqui da minha região, com acervos arquivísticos que vêm do início do século XVII ou até mesmo de meados do século XVI, embora esse arquivo reconhecidamente de meados do século XVI, identificado como tal, não exista mais. É um acervo tombado, um dos raros casos de acervos tombados, como medida de urgência de salvaguarda dos arquivos dos carmelitanos do convento de Santos, no Estado de São Paulo. Primeiro ele foi transferido, por falta de condições de conservação, para o arquivo central da ordem aqui no Rio de Janeiro e depois foi doado ao Arquivo Nacional. Está em cacarecos; quer dizer, perderam-se muitas peças. Tenho a impressão que foi doado depois do incêndio que sofreu o arquivo geral da província carmelita, aqui no Rio de Janeiro, no convento da Lapa. Quanto à situação dos arquivos nacionais, eles continuam carecendo de políticas não só do ponto de vista da organização, do ponto de vista administrativo do próprio Estado, mas também do ponto de vista, vamos dizer, de uma prática arquivística. Vêm carecendo ainda, nesses anos todos, de uma política mais clara, explícita, direta, do organismo de preservação de nível federal com vistas a uma relação com os órgãos do escalão estadual ou municipal direta ou indiretamente ligados à questão de documentos, como outros serviços de patrimônio histórico e as universidades. É preciso também envolver esses trabalhos nas tarefas gerais de preservação de bens móveis e imóveis. Embora conste dos objetivos da SPHAN e dos objetivos, por exemplo, da Curadoria do Patrimônio do Paraná ou do Conselho do Patrimônio Histórico do Estado de São Paulo, a problemática do documento não era, até recentemente, sequer discutida. Em geral, é abafada, ficando por conta da ação individual de um determinado trabalhador, um indivíduo qualquer que faz aquela ação isolada dentro da sua área de pesquisa, do seu nucleozinho de trabalho. A gente tem em São Paulo arquivos de toda ordem, e

nenhuma política existe, embora eles sejam bem localizados, do ponto de vista até de arrolamento. Os arquivos judiciários seriam, vamos dizer, uma presa fácil de uma política. Mas, ao contrário, no Governo Médici houve até incentivo para queimar documentos. Isso já foi revogado. A situação ainda é de penúria. Os diversos grupos que se interessam por patrimônio não discutem a questão. Alguns tentam, sim, em algumas cidades, salvar arquivos, até cartoriais, ou recolher arquivos administrativos, arquivos municipais, mas falta mesmo uma atitude salvacionista. E muitas vezes criam-se até condições para que certos fundos, certos acervos sejam eliminados. Uma coisa para a qual eu queria chamar a atenção é que até mesmo os arquivos ligados a certos elementos arquitetônicos que expressam uma instituição pública ou privada, como uma fábrica, uma igreja, uma prefeitura, cuja formulação espacial está sendo preservada, e que evoluiu e se desenvolveu ao longo de uma vida institucional que está documentada, materializada em documentos, não são simultaneamente alvo de preservação. Então tomba-se uma fábrica, mas a documentação é toda rasgada nos anos subseqüentes ao tombamento. O mesmo acontece com uma igreja em que os arquivos, estando na mesma igreja, são sistematicamente destruídos, porque não estão embutidos não só na figura do tombamento mas também nas preocupações da instituição.

GA: O quadro que o Jaelson descreve é real. Agora, ao lado desse processo, que é um processo com raízes profundas, onde os arquivos sofreram ao longo do tempo pela ausência de uma legislação mais eficaz, existe um movimento hoje na sociedade — e em São Paulo há evidência disso, através da Associação dos Arquivos Privados, que agrega várias instituições — no sentido da preservação dessas massas documentais. No Rio de Janeiro existe um conjunto de iniciativas nesse sentido também. A questão do acesso é discutida pelas associações profissionais, como a ANPUH — Associação Nacional dos Professores Universitários de História, e a ANPOCS — Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Essas iniciativas que partem da sociedade indicam que a coisa não fica, não deve ficar, restrita somente ao aperfeiçoamento legal. Acho que as políticas públicas têm que atentar para esse movimento da sociedade. Agora acreditamos que, com a inclusão na própria lei de incentivo fiscal, Lei Sarney, de mecanismo que possibilita tratar o arquivo como uma questão de natureza cultural e científica, várias outras iniciativas vão surgir. É evidência disso o movimento de instituições buscando seu vínculo no cadastro geral de instituições culturais para fazerem uso da Lei Sarney. Então nós temos que ver isso dentro de uma perspectiva histórica e procurar detectar as tendências desse movimento na sociedade para definir uma política de estímulo e incentivo à ação da própria sociedade no sentido da preservação.

JBT: Concordando com o Gilson, quero lembrar o artigo do Marco Aurélio Garcia no nº 21 da *Revista do Patrimônio*, em que ele recorda a afirmação do José Sebastião Witter, superintendente do Arquivo do Estado de São Paulo, de que a cada dia é destruído um arquivo neste país. Mas o Marco Aurélio lembra também que a cada dia está em germe uma nova associação, um novo agrupamento, buscando soluções e iniciativas de preserva-



Eduardo Mello/Pró-Documento/1987

A organização do arquivo-geral da Irmandade da Santa Cruz dos Militares começou em dezembro de 1986 e terminou em 5/12/87. Foram processados ao todo 100 mil documentos datando de até 1648. No armário acima estavam anteriormente guardados mapas e plantas. Abaixo, o aspecto atual do arquivo.



Eduardo Mello/Pró-Documento/1986

ção. Em São Paulo as iniciativas estão de tal forma já desenvolvidas que estão culminando mesmo com uma associação.

RPHAN: Diante da afirmação do Professor Marco Aurélio Garcia cabe perguntar se os nossos cursos de especialização estão aptos a fornecer quadros para atender a essa demanda.

JMJ: Se vocês me permitem, antes de chegar especificamente a esta questão, eu queria me remeter a alguns pontos que o René colocou e o Jaelson também. Sem dúvida, em que pese todo esse quadro que a gente diagnostica hoje, eu acredito que de 80 para cá houve realmente alterações significativas que se expressam, por exemplo, através de iniciativas que você pode perceber hoje, não só da sociedade civil como do próprio Estado. O trabalho iniciado pelo Arquivo Nacional, que se tem irradiado por diversos arquivos públicos estaduais, e o trabalho do Pró-Documento são iniciativas bem palpáveis. A gente percebe uma alteração clara aí. No caso dos arquivos estaduais, que têm sido nossa área de atuação maior nesses últimos três anos, há dois anos não havia nenhuma forma de interação entre essas instituições e seus técnicos. Eles nem se conheciam. E o Arquivo Nacional, recém-iniciado o seu processo de modernização e tendo que criar uma série de metodologias, começou a receber numerosas demandas por parte desses arquivos estaduais e também dos municipais. Muito timidamente começamos a buscar a interação entre essas instituições, de forma a socializar essas demandas. Já fizemos três seminários nacionais de arquivos estaduais, que têm resultado num processo muito grande de interação entre as instituições e os técnicos dessas instituições, levando a pensar a questão de conservação e acesso na área dos arquivos públicos. Este ano, em Recife, no dia 2 de outubro, por ocasião do terceiro seminário, foi criado, dentro dessa reflexão sobre as perspectivas de associação, um Fórum Nacional de Diretores de Arquivos Estaduais, o que pessoalmente acho da maior importância na medida em que significa, acredito, a médio e longo prazos, a possibilidade de essas instituições assumirem determinadas iniciativas na área dos acervos arquivísticos públicos. Imagino que nas iniciativas que o Arquivo Nacional se vê levado a produzir hoje, como esses seminários nacionais de arquivos estaduais e estágios nacionais de arquivos, já entra a questão de formação de pessoal. Talvez isso venha a ser promovido exatamente por esse Fórum. Ao longo desses três anos, aos poucos os arquivos municipais foram tendo uma presença cada vez mais significativa nesses seminários, até que ficou evidente que não havia mais como adiar a discussão da especificidade dos arquivos municipais. Bom, em relação à questão que o Dreifuss colocou, eu acho que passa, sim, por um dado, que é a questão legal, passa pela questão do direito à informação. Acho que vai além de uma lei de arquivos, que já está tramitando no Congresso e foi aprovada na Câmara com muitos equívocos, sobretudo na área pública, dentro da visão de um Sistema Nacional de Arquivos a meu ver completamente equivocado. Acho que isso tem que ser repensado. Mas passa pela questão do direito à informação e dos direitos do cidadão de acesso às informações produzidas a seu respeito pelo Estado e produzidas pelo Estado no decorrer das suas atividades. Esse é um dado que não se encontra presente no projeto de Constitui-



Eduardo Mello/Pró-Documento/1987

Detalhe, revelando as caixas usadas anteriormente, confeccionadas em metal no formato de livro. Abaixo, a documentação está atualmente acondicionada em caixas-protótipo do Pró-Documento.



Eduardo Mello/PróDocumento/1986

ção de Afonso Arinos e que foi alvo de recomendação do Terceiro Seminário Nacional de Arquivos Estaduais, isto é, que a Constituinte preveja o direito de acesso à informação, não apenas àquela informação que o Estado produz a respeito do cidadão, mas às informações no seu total, que o Estado produz em função de suas atividades. São aspectos exeqüíveis e que a gente percebe em outros modelos arquivísticos internacionais. O acesso à informação num país de dimensões continentais remete a gente ao caso americano, cujo arquivo nacional na verdade é uma rede de arquivos nacionais; são 14 arquivos permanentes e intermediários espalhados por todo o país. Isso, de uma forma ou de outra, nos remete necessariamente a modelo semelhante, no caso brasileiro, a partir da seguinte questão: descentralização de acervo e centralização da informação para sua descentralização. E aí eu me remeto, muito mais do que a um sistema nacional de arquivos como se coloca hoje, ao sistema nacional de informações arquivísticas. No momento existe, no Arquivo Nacional, um projeto — que eu espero que a instituição seja capaz de desenvolver — que é o Centro Nacional de Referência Arquivística, voltado de uma forma inicial muito modesta, por um lado, mas ambiciosa, por outro, para a reunião dos instrumentos de pesquisa existentes em todo o país, no sentido de tratar essa informação e colocá-la à disposição dos usuários de todas as instituições, como as universidades e os centros de pesquisa públicos e privados. Uma das recomendações do Terceiro Seminário foi que se produzisse um indicador, um guia nacional de arquivos públicos, não um guia de fontes, mas um guia das instituições, porque nem isso sequer existe. Nesse sentido o Arquivo Nacional está trabalhando informalmente, junto com o Ministério da Cultura, no inventário de bens culturais, no que diz respeito ao mapeamento das instituições arquivísticas. Trata-se de produzir informações mínimas que o usuário pode ter em qualquer instituição arquivística, tais como localização, horário de funcionamento, fundos principais, instrumentos de pesquisa existentes, condições preliminares de acesso etc., de determinado arquivo. A questão das condições de trabalho passa também pelo problema físico dos arquivos. Não se pode falar em capacidade de recolher, tratar e dar acesso sem tocar nessa questão. O problema de instalações físicas é um dado comum por todo o país. Quer dizer, que alternativa, enquanto país do Terceiro Mundo, a gente tem que procurar em relação aos modelos internacionais? Esta é outra questão importante. Percebemos que nos últimos cinco anos se começa a produzir conhecimento brasileiro nessa área. Em muitas questões não temos hoje como nos calcar nos modelos europeus, ou no norte-americano ou canadense. Os contatos são extremamente importantes, essas referências internacionais nós buscamos avidamente, mas a escala de problemas dentro das nossas instituições não me permite pegar o *Manuel d'archivistique* da França e aplicá-lo dentro das condições que eu tenho. Costumo dizer que a arquivologia é a mesma em Bora-Bora, em Java, em Niterói, mas a execução dos princípios arquivísticos se dá dentro de parâmetros muito determinados. E aí chego na questão da formação de pessoal, que é gravíssima. No momento estou ocupado com um curso de pós-graduação em arquivologia da UNI-Rio. Sou professor nesse curso e tenho discutido muito isso dentro da universidade, porque passa pela questão da produção de conhecimento. As grandes escolas de formação, na Europa e nos Estados Unidos, têm se implantado ou formalmente dentro das instituições arquivísticas ou informalmente na formação cotidiana de profissionais egressos das áreas de história, ciências sociais, ou de administração no caso de gestão de documentos. E hoje no Brasil, apesar de tudo, os arquivos públicos e algumas instituições privadas produzem conhecimento, mas há uma distância muito grande entre a universidade e essas iniciativas. Ou seja, não há elos de interação que permitam que no futuro possamos recrutar nas universidades os profissionais para essas diversas iniciativas. Hoje, por exemplo, a equipe que existe no Arquivo Nacional foi formada dentro dele em função das demandas do seu processo de modernização. E eu tenho visto isso em arquivos estaduais. É o caso de São Paulo, de Pernambuco, do Rio Grande do Sul, e esse dado nos remete aos currículos disponíveis na Universidade de Santa Maria, na UNI-Rio e na Universidade Federal Fluminense. Fundamentalmente, eu acho que cabe a ambas as partes, instituições arquivísticas e universidades, estabelecer elos bem profundos no que diz respeito a essa interação entre produção e difusão do conhecimento arquivístico. Por outro lado, a questão da difusão vai além da universidade. Um outro problema é o de que nós não temos hoje, por razões de ordem sobretudo financeira, condições de acesso à produção arquivística internacional. Existe um colégio invisível que produz esse conhecimento e que define o padrão arquivístico internacional, tradicionalmente na Europa e a partir da Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos. Acabamos tendo acesso a essa literatura quando vamos trabalhar lá fora e cada um toma a iniciativa de trazer periódicos e publicações. Na área pública, pelo menos é o caso do Arquivo Nacional, a aquisição de periódicos internacionais é extremamente complicada. Esse é um dado que vale a pena frisar, e por outro lado são poucas as publicações que temos nas nossas instituições arquivísticas. Aí é uma questão de discussão de linha editorial de uma instituição arquivística que trate, por exemplo, de difundir traduções de artigos importantes que falem de metodologias que estão sendo criadas. Os seminários e encontros, por mais saudáveis que sejam, não dão conta disso.

RAD: Eu queria, antes de mais nada, prestar um esclarecimento ao Jardim. Eu me rotulei, no início, de usuário, e como tal pertenço a um tipo muito especial de movimento não organizado, queremista, um movimento queremista muito singular, aquele do "quero mais". É uma situação esdrúxula porque, reconhecendo as mudanças importantes que houve nos últimos anos, você vê a emergência de foros nos quais a questão é debatida. Mas o problema é que a gente é meio egoísta nessa jogada. Como usuário a gente esquece qual o caminhar e se defronta com a situação e realmente quer mais. Depois, em algum lugar, senta, analisa friamente e diz: puxa, a gente caminhou um monte. Mas na hora de estar lá no batente, a gente chia. É que quem não chora não mama. O problema é que aqui precisa muito mais do que chorar para conseguir as coisas. E nesse sentido acho que estamos enfrentando vários problemas. Concordo praticamente com tudo o que você colocou aí e só queria acrescentar alguns elementos que acho importantes, não sei se vocês concordam, e saber como se pode encaminhar isso. A integra-

ção arquivo-universidade é um dado importante, mas eu queria colocar isso dentro de um problema mais amplo, que é o de como vivificar a memória. São dois os movimentos: um é o esforço que está começando agora, ou já começou há alguns anos, que é a desarteriosclerosação da memória, isto é, encontrar o material, abrir os canais, permitir o fluxo de informações e assim por diante. O segundo é como é que você alimenta a memória, como é que entra fósforo na história. Eu acho que por aí há vários problemas. No caso da integração universidade-arquivo, poderia ser pensado também um esquema no sentido da própria formação das equipes de pesquisa dos pesquisadores. Isto teria uma dupla função, quer dizer, para o arquivo em termos amplos e para a atividade imediata, acadêmica, do pesquisador. Certamente existe um problema de aquisição de conhecimento de acervo. Há muitos anos, quase 13 anos, eu por acaso estava no Uruguai, fazendo pesquisa. Era um período muito pesado no Uruguai. Depois de uma série de peripécias, chegamos a um lugar, que não sei nem onde é, onde entrou o carro. Era uma casa, com um gigantesco porão e dependências para trás. Uma casa enorme, com uma gigantesca biblioteca. Era de um grupo de livreiros preocupados com a memória universal, não só uruguaia, universal. Eles tinham guardado lá revistas, livros, documentos, coleções que tinham comprado e escondido, porque tinham medo de que fossem feitas as limpezas das suas livrarias, como eram feitas realmente. Era uma coisa de arrepiar. Lá tinha um acervo de 40 mil peças sobre o Brasil, entre livros, revistas, jornais e documentos, que pelas mesmas razões tinham sido levados do Brasil para o Uruguai, quando o Uruguai ainda era um lugar tranqüilo, que deixou de ser. Eu tentei, inclusive, negociar a compra desse material pela universidade onde eu estava, na Grã-Bretanha. Foi muito difícil. Depois soube que os japoneses compraram — uma universidade japonesa comprou — o estoque completo, a coleção. Se para os japoneses era importante, por que não era para nós? Quer dizer, como se chega a estabelecer uma política de aquisição desse tipo, que promova viagens pelo interior do Brasil, e também no exterior, para recolher o que for possível, comprar livros, coleções e assim por diante? Como você chega aos arquivos das universidades, aos vários arquivos que existem? Para isso, realmente precisa uma integração universidade-sistema nacional de arquivos. E nesse sentido essa história do sistema é interessante. SNI — Sistema Nacional de Informações — A de arquivo, SNIA. Eu estava pensando: puxa vida, como é que funciona o Serviço Nacional de Informações? Não é sistema nacional de informações. Ele tem uma presença cativa por enquanto, através das assessorias nos diversos ministérios, autarquias etc., até nas universidades. Dentro da política da Nova República, uma das coisas que podiam ser pensadas é que esses órgãos não têm mais função; são disfuncionais para uma nova República. Devem ser substituídos por assessorias especiais do Sistema Nacional de Memória, o que significa ter uma equipe do sistema dentro do Ministério da Agricultura, por exemplo, que se ocupa justamente de quê? De preservar a documentação que é produzida pelo Ministério da Agricultura ou que chega ao Ministério da Agricultura. É uma espécie de cão de guarda da memória nacional, em relação ao que existe, e exige o seu arquivamento ordenado, com todos os sigilos e salvaguardas necessários em função de uma legislação que estipule abertamente como é que a coisa vai ser levada à frente. Tudo bem, você não vai jogar pro ar uma série de documentos que precisam ser guardados em sigilo por causa de medidas políticas que estão sendo tomadas. Compreende-se, mas dentro de um arcabouço transparente e cristalino. E assim no Ministério da Indústria e do Comércio, das Relações Exteriores... Em todas as autarquias você cria embriões desse sistema nacional que se reportam diretamente a esse grande sistema. Então você pode ir acompanhando já desde a raiz dos documentos, e daí pra frente você sabe que a coisa não é mais o caos anterior. Já organizou, agora o que resta é a incorporação disso, a operacionalização do acesso etc. Você tem ainda toda a tarefa do período anterior, mas daqui pra frente já cortou o mal pela raiz. Outra coisa que me chamou a atenção é como você entra na área dos arquivos privados. A Bolsa de Valores de Londres, Stock Exchange, tem uma bruta biblioteca. Quer dizer, não é dela, é uma biblioteca dentro do complexo do sistema arquivístico britânico. Mas é a Bolsa que a mantém; quer dizer, o acionista da Bolsa paga uma contribuição que vai para dentro de um grande fundo de manutenção. Lá estão todos os registros das cotações, pra cima e pra baixo, dessa bendita Bolsa e todas as operações internacionais, país por país, que as diversas companhias, nas diversas *commodities*, mantiveram ao longo dos últimos séculos. E está tudo guardadinho, empilhadinho, arrumadinho etc. Agora, certamente não é por uma questão de orgulho ou de prestígio dos diversos especuladores, ou industriais ou comerciantes ou banqueiros individuais. Pode até ser; tudo bem, não faz mal nenhum. O interessante é que há uma memória, uma genealogia das próprias operações com uma visão de mundo, porque é parte desse império britânico. Então você tem como acompanhar até o processo pelo qual você investiu, retornos, medidas políticas, econômicas que foram tomadas, quadros sociais da época etc. Você tem como administrar os grandes interesses. Como é que você trabalha isso em termos de sistema nacional de arquivos, considerando área privada aqui, área estatal, e pensando nesse sentido em termos de genealogia, coisa que os japoneses também estão fazendo? É uma forma de você ser consciente de você mesmo, não somente enquanto unidade nacional, enquanto memória, enquanto identidade, mas enquanto espaço que você tem pela frente, dentro e fora. E nesse sentido acho interessante pensar novamente na questão de vivificar a memória. Como é que você liga o que pode parecer, como foi dito aqui no início, o arquivo morto — não é morto coisa nenhuma, e, se é morto, os mortos governam as mentes e os corações dos vivos desde que o homem é homem, seja em idéia, seja em imagem —, como é que você liga isso a atividades da nação, dos ministérios, das autarquias, dos grupos empresariais, das universidades, das associações de bairros, dos diversos grupos, subgrupos, segmentos, parcelas dessa sociedade? Quer dizer, que eles vejam utilidade no que está conservado e preservado. Quando você está pensando inclusive em termos de tecnologia e quer desenvolver produtos, você tem essa memória, que é ao mesmo tempo órgão pensante para o futuro; não é somente aquela história de arquivo morto.

JBT: Partindo das colocações do Jardim quanto ao acesso físico e ao acesso intelectual, eu queria apelidar só, encontrar um

nome para o acesso que o Dreifuss questionou também, que é o acesso social, o acesso institucional, que não existe ou é dificultoso e tem toda uma série de embaraços e teias e tal. Este seria um outro, um terceiro, embora uma coisa tenha a ver com a outra. Têm que ser pensados exatamente na relação entre esses três termos, digamos. Agora uma observação sobre o que disse o Dreifuss com relação ao arquivo da Bolsa de Valores de Londres. Você disse que tem a questão de orgulho, de uma consciência do nacional, de nação, de império, a questão do poder, a questão da acumulação. Quer dizer, quem tem uma visão, vamos dizer, uma consciência de mundo dessa abrangência, só pode tratar o seu material com esse sentido de grandeza. Sempre se aponta que determinados sindicatos, ou militâncias políticas ou grupamentos políticos tiveram que queimar seus documentos. É evidente que, por uma série de razões de consciência, esses arquivos seriam mantidos, difundidos, relidos dentro de projetos dessas militâncias. Agora eu queria lembrar, do ponto de vista da formação, um curso que está sendo realizado pela Universidade Federal de São Carlos. Esse curso procurou atender a prefeitos da região de São Carlos, interior de São Paulo, e houve resposta favorável de diversas prefeituras, que mandaram seus responsáveis por arquivos, seus técnicos. Acho importantes os trabalhos nesse nível de regiões, de microrregiões, em que os serviços públicos municipais são um fator preponderante até mesmo para salvaguarda de acervos privados. Um arquivo municipal, quando tem uma boa política, pode fazer convênios com certas associações. Ainda nesse problema de formação, há iniciativas por aí, algumas com mais recursos, dentro da universidade, e às vezes de pequenos empreendedores locais. Por exemplo, um grupo de pesquisadores de Guaratinguetá, no Estado de São Paulo, interessados na história local e da região, criou uma associação vale-paraibana e um arquivo também, que funcionam conjuntamente. Eles vêm reunindo um acervo, publicando folhetos sobre a memória local, difundindo informações. Acumularam um acervo grande de fotografias, não só na sede em Guaratinguetá mas até em algumas cidades menores. Coletaram uns 30 ou 40 mil documentos fotográficos, em vidro e celulose. Essas iniciativas vão acontecendo, e é nelas que você tem de jogar do ponto de vista de uma política de órgãos envolvidos na questão da preservação, como o Arquivo Nacional, a Pró-Memória. É para essa realidade que você tem de estar atento. Mas como vamos atender às solicitações feitas por essas entidades? Na medida em que talvez não saibamos formular mesmo uma política bastante ousada em termos de suprimento de pessoal para as nossas próprias instituições, não temos condições de atender às solicitações de fora. Mas por que não preparar pelo menos uma equipe de ponta, dessas de penetração, dez elementos que sejam, sempre circulando dentro de um ministério ou dentro de uma instituição civil?

GA: Eu quero tocar num ponto, pensando na relação entre o chamado arquivo corrente, o arquivo intermediário e o arquivo permanente, dentro daquela idéia que você levantou, Dreifuss, sobre transformar, não sei se foi isso, as assessorias de informação em elementos de um sistema que normalizasse, padronizasse a produção documental e chegasse até a destinação permanente, no Arquivo Nacional. A legislação proposta, ainda no



Denise Pamplona/Pró-Documento/1987



Denise Pamplona/Pró-Documento/1987

Acima, livros de conta, pastas e cadernos do acervo da Light no estado em que foram encontrados. À esquerda, parte do material seca ao sol antes de ser manipulada pelos técnicos do Pró-Documento e, abaixo, aspecto geral da garagem que servia de depósito de documentação da Light em Pitangueiras, Ilha do Governador.



Denise Pamplona/Pró-Documento/1987



Vista externa de uma das garagens que serviam de depósito de documentos da Light em Pitangueiras, onde estavam armazenados 10% dos 20 km de documentos da instituição.

Denise Pamplona/Pró-Documento/1987

José Roberto Pujol-Luz, biólogo do Pró-Documento, protegido com máscara e luvas contra fungos e bactérias, faz uma coleta de organismos nos documentos da Light depositados em Pitangueiras; além de insetos foram encontrados até caranguejos.



Denise Pamplona/Pró-Documento/1987

Governo Figueiredo, previa essas três idades, a corrente, a intermediária e a permanente. Mas a meu ver ela era precária do ponto de vista da institucionalização dessas relações. Você tinha o arquivo permanente, ligado ao Ministério da Justiça, e a produção documental na administração pública federal ligadas à SEMOR, que hoje está na Secretaria de Administração. Nós temos que ter uma legislação que dê conta dessas relações e uma reforma administrativa que dê o suporte adicional a essas relações. Se você pensa na dimensão do produzido e na dimensão do que está em depósito, cerca de 300 km no eixo Rio—Brasília, se você pensa na Receita Federal em todo o Brasil e em outros órgãos que têm extensão nacional, você vê que essa massa vai se avolumar enormemente e que você não vai ter condição de ter um órgão dando conta dessa política. Acho que uma política tem que passar por toda a racionalização administrativa do Estado, inclusive criando essas relações. Este é um ponto central para pensar uma política e até para redefinir essa lei que está em tramitação no Congresso Nacional e que virou uma colcha de retalhos depois das emendas. A outra questão é a do acesso. Acho que uma lei de arquivo tem que ficar subordinada, a exemplo da legislação americana de 1966, a uma lei de acesso geral à informação. E você não tem só um arquivo nacional. No Brasil você tem vários arquivos nacionais, e ainda tem hoje incipiente a proposta de criação dos arquivos presidenciais, ao lado dos arquivos nacionais. Na Presidência da República você tem o Gabinete Civil e o Gabinete Militar, que são documentação oficial de fato, e o gabinete pessoal. Na experiência americana, essa documentação pessoal é recolhida, tratada etc., e se trans-

forma numa biblioteca, num memorial, num arquivo nacional entre outros arquivos nacionais integrados de forma sistêmica em termos de informação, guias etc. No caso brasileiro, graças a iniciativas como a do CPDOC, você tem a preservação dessa documentação do gabinete pessoal do presidente. No Governo Sarney há a iniciativa, ainda incipiente, de tentar criar esse estilo de preservar a coisa de caráter pessoal no exercício da função presidencial como documentação de caráter público. Acho que se tem que pensar numa legislação de arquivo subordinada a uma lei de acesso muito mais geral, inclusive na própria fase corrente. No caso de uma empresa que está produzindo documentos, como Angra I por exemplo, a população tem que saber qual é o destino daquilo. São questões de informação que são fundamentais na consolidação do processo democrático, na formação da cidadania. Concordo com o Jardim em que temos que pensar na criação de um sistema nacional de guias, num sistema nacional de informações sobre arquivos tanto de natureza pública quanto de natureza privada, com a participação de vários órgãos. Não podemos pensar numa política de arquivo centralizando o planejamento e a execução num único órgão. A outra questão é essa relação entre pesquisa e arquivo. Temos que pensar na revitalização dos arquivos, pensando também no fomento à atividade investigatória da comunidade acadêmica. Alguns laços, nexos concretos, efetivos têm que ser criados. Tanto o Arquivo Nacional como o Pró-Documento estão procurando criar esses nexos concretos. No Rio de Janeiro, por iniciativa do Pró-Documento, o Ministério da Cultura e o IBGE promovem o cadastramento de instituições culturais, entre elas os arquivos estaduais, municipais e os vários arquivos federais, e também alguns arquivos expressivos no âmbito privado. Então é necessário, além de cadastrar, fomentar, pensar numa política de desenvolvimento científico para essas áreas, numa política que financie investigação a respeito de nossa história. Essa política ainda é precária, embora nesta década tenha havido algo nesse sentido por parte do CNPq e da FINEP. A FINEP criou agora um departamento de ciências sociais com o fim de estabelecer linhas de fomento às pesquisas históricas. Quanto à formação de pessoal, as iniciativas já mencionadas são importantes, mas, a meu ver, ainda estamos engatinhando nessa questão. O chamado arquivo morto é uma questão-chave em termos de política pública, principalmente considerando o fortalecimento da sociedade civil. Não é à toa que a Bolsa de Valores de Londres preserva a sua documentação. E preserva não só pelo valor histórico, pelo valor secundário dessas informações, mas pelo próprio valor primário. Ela precisa dessas informações a nível técnico e administrativo para definir políticas, como qualquer empresa de grande porte na Europa mantém os seus arquivos organizados e tratados. Economizam-se recursos, muitos recursos, tendo-se essa documentação identificada, arranjada, com os instrumentos de acesso, para informar tecnicamente e administrativamente as decisões. Esta é uma questão que, a meu ver, começa hoje no Brasil, embora as empresas se preocupem só com o valor probatório de sua documentação, guardada para sua defesa, ou com o valor excepcional do documento, como por exemplo o que traz uma assinatura de Rui Barbosa. Mas esse quadro começa a se modificar. Algumas empresas já se preocupam com a documentação seriada da sua própria atividade. Você tem uma prova disso na Eletropaulo em São Paulo, na Light e na CEG do Rio de Janeiro, na Alpargatas e em várias outras empresas que vêm tomando a iniciativa de preservar sua documentação, procurando criar de fato uma relação concreta entre o seu processo decisório administrativo e técnico, cotidiano, e a massa documental do seu passado. A CEG, por exemplo, com a crise do petróleo, está procurando resgatar a documentação de caráter técnico da produção do gás através do carvão. Além do processo de consolidação da cidadania, há uma série de situações que estão levando essas instituições e pensar na preservação de sua memória. No caso específico dos sindicatos, você tem hoje em São Paulo uma associação que é o Centro de Memória Sindical preocupado em estender o seu trabalho aos arquivos, visando numa fase inicial recolher depoimentos de sindicalistas como forma de preservar suas experiências de lutas e reivindicações que marcam a história do sindicalismo no Brasil. Nesse sentido procura gerar valores de auto-referência para a liderança sindical. Acredito que a partir dessas iniciativas vão surgir questões políticas. Não está em jogo apenas o aspecto legal. Eu acho que uma política tem que ser pensada como um processo civilizatório e estar atenta ao movimento da sociedade, preocupada com o uso social, com a produção do conhecimento, a consolidação da cidadania e da sociedade democrática, o aperfeiçoamento das instituições civis e do próprio Estado no sentido democrático.

RAD: Só um esclarecimento sobre a questão do Serviço Nacional de Informações. Justamente nesse movimento de consolidação de cidadania e de sociedade civil é que eu vejo a substituição desses órgãos espúrios, que são canalizadores de informação e de memória para dentro. Acho que o espaço dele é que deve ser ocupado por outras pessoas, criando-se então divisões de informação e de memória, vamos dizer, da cidadania. É nesse sentido; não é trazer os mesmos caras com as mesmas práticas.

RPHAN: Será que ainda perduram hoje os entraves criados pela doutrina de segurança nacional que dificultam o acesso dos pesquisadores aos arquivos institucionais do país? Que leis regulam o acesso às informações contidas nos arquivos públicos? Há critérios especiais de acesso aos arquivos militares, diplomáticos e dos órgãos de segurança?

RAD: Eu chamaria a atenção para o seguinte. Acho que há uma série de entraves que perduram e que a gente não pode remeter unicamente à questão da doutrina de segurança nacional. Acho que são entraves que antecedem à própria existência da doutrina. São entraves que têm a ver com um sociedade oligárquica, ciosa dos seus segredos, da sua diferenciação interna, de quem está dentro e de quem está fora, da coisa em família, de elites que acham que esses são seus assuntos privados. Até o público é o privado delas etc. Então, de alguma forma, esses entraves existem por todos os lados. Certamente que algumas questões foram reforçadas, consolidadas, colocadas en camisas-de-força explícitas a partir de uma legislação. Há áreas em que não é possível nenhuma penetração. Arquivos totalmente fechados, há muito tempo, acessos extremamente discriminados, muito difíceis, certo tipo de documentação que só pode ser consultada

após lapsos de tempo impressionantes. A área das relações exteriores é um exemplo flagrante. Na Grã-Bretanha, por exemplo, só agora estão começando a liberar coisas que têm a ver com a Primeira Guerra Mundial. Mas esse fechamento britânico está sendo questionado no mundo acadêmico, e não somente no mundo acadêmico mas também por sociedades de direitos civis, e de forma muito séria, contundente mesmo. Os entraves são de vários outros tipos. Certo tipo de informação não existe formalmente — esse é um dos piores tipos de entraves. Você nem sabe que tal tipo de informação existe, você suspeita que deve existir, por **x**, **n** razões, mas ele não existe, não está localizado em canto nenhum. Como você consegue disputar o direito de abrir se formalmente você nem sabe que ele existe e não há nenhuma instância que corrobore que ele existe? A documentação que foi apropriada em determinadas circunstâncias dramáticas da história do país e que passou para a casa de veraneio em Petrópolis, para um fundo de baú enterrado no jardim, ou que foi levada para um sítio no interior de Minas Gerais e assim por diante. De repente, o acervo público está espalhado dessa forma. Há uma propriedade privada do conhecimento público, da memória. E há uma usurpação, nesse sentido, da memória social. Um outro tipo de entrave é aquele que se refere à caracterização de quem vai pesquisar. Quer dizer, nome, grau, títulos etc. Você faz pouco de uma figura que está começando e que é um promissor pesquisador, mas abre quando se trata de um senhor já com todos os seus títulos e assim por diante. Ainda dentro desse sistema de casa-grande e senzala da documentação nacional, você quando consegue finalmente chegar à casa-grande, a questão é saber se vai chegar na porta da frente, na porta de trás, se vai sentar na varanda ou não, se vai receber o suco de caju ou não. Há áreas que estão totalmente fechadas por determinação. Como você quebra essas determinações? Aí voltamos à questão da legislação abrangente. Só que é preciso criar, inclusive, os mecanismos que dêem aos órgãos encarregados de levar à frente essa legislação os dentes para morder, para que ela não seja simplesmente um cachorrinho latindo para a rua sem capacidade efetiva de ação.

JMJ: Antes de chegar especificamente na questão proposta, eu queria abordar o aspecto da informação na administração pública. Nessa perspectiva, começamos a desenvolver alguns projetos dentro da administração pública brasileira. E isso foi muito interessante porque primeiro você se dá conta daquela clássica observação de quem trabalha em arquivo, de que a administração pública não produz documentos para serem arquivados. E quando você coloca a questão da memória, da necessidade de preservar aqueles documentos em função de decisões que devem ser tomadas a curto e médio prazos, ou de decisões que deverão ser tomadas a longo prazo, você não tem resposta. A administração pública brasileira, e, pelo que temos conversado com colegas latino-americanos, também a latino-americana, não consegue aquilatar a relação custo-benefício no que diz respeito ao processo político-decisório ou à importância das informações dentro do processo político-decisório. E eu não estou falando nem na questão geral, global dessas informações como fontes de reconhecimento de uma dita identidade nacional, nem na questão patrimonial propriamente dita. Sobre isso eu tenho uma hipótese: a de que provavelmente um cidadão brasileiro paga mais caro pela informação que o seu governo produz do que o cidadão americano. Em compensação, tem muito menos acesso a essa informação do que aquele cidadão americano. É claro que isso carece de comprovação, mas se apresenta, por exemplo, na carência de determinados recursos de infra-estrutura no que diz respeito à gestão de documentos. A rede de arquivos intermediários norte-americanos, por exemplo, significa para a administração pública federal americana uma economia de cem milhões de dólares por ano. Então a questão do custo público da informação tem que ser pensada e provavelmente representa uma parcela significativa dentro da questão do déficit público, na medida em que eu não consigo operacionalizar aquele princípio básico de que você necessita de uma informação na hora certa, no lugar certo, com a pessoa certa, para tomar determinadas decisões. E para que a máquina administrativa ande, depende de todas as demandas que ela recebe do Estado e da sociedade. Na Comissão de Preservação do Acervo Documental reuniram-se profissionais de arquivo, biblioteca e museu, discutindo essas questões e fazendo um diagnóstico de cada uma das três áreas. De imediato houve o reconhecimento de que jamais se estabeleceu uma política arquivística ou uma política bibliográfica ou museológica dentro da administração federal, para daí se chegar à conclusão de que jamais houve uma política de informação dentro da administração federal. Uma das grandes recomendações da Comissão foi a de que se fizesse um estudo da infra-estrutura existente hoje para que se pudesse compatibilizar esses recursos. Você tem, por exemplo, uma quantidade imensa de laboratórios de microfilmagem ociosos, você tem recursos de informática sendo extremamente mal utilizados. Está havendo hoje, nos anos 80, em termos de recursos informáticos, uma coisa muito parecida com o que aconteceu nos anos 70, que foi o *boom* da microfilmagem. A informática é evidentemente um instrumento fantástico. Se um pouquinho mais bem planejado, um pouquinho mais bem utilizado, o benefício desse tipo de investimento, na área inclusive de preservação de acervo, pode ser imenso, e não é. Então, a grande proposta, em termos de estrutura organizacional, foi a de se criar uma unidade administrativa junto aos gabinetes dos secretários gerais, um órgão numa posição hierárquica elevada, capaz de dar conta da operacionalização das diversas políticas de informação dentro dos ministérios, com vistas a fazer face a todas estas questões. E o que nós hoje colocamos como fundamental, e aí tangencia o que o Gílson colocou sobre o problema da integração entre as idades, é exatamente a implantação de programas de gestão de documentos dentro da administração pública. Se, por um lado, hoje eu tenho um programa muito objetivo de como recolher de dentro do Ministério da Agricultura aqueles documentos do século XVIII que estão lá no INCRA, tenho, por outro lado, o problema da produção documental contemporânea. Isso torna o problema arquivístico no Brasil hoje extremamente complicado, porque quando você levanta o problema da preservação do acervo, você levanta o problema da quantidade e da qualidade dos documentos que são produzidos hoje. Enfim, você tem que, se por um lado fazer um corte para impedir a reprodução *ad aeternum* dessa situação, ter também, por outro lado, um equilíbrio muito grande em termos de iniciativas para



Eduardo Mello/Pró-Documento/1987

Sindicato dos Guardadores Autônomos do Município do Rio de Janeiro: aspecto do arquivo do sindicato numa primeira visita do Pró-Documento

prover a preservação do que está acumulado e do que está sendo produzido hoje. E entra aí uma questão da teoria da gestão de documentos, que se volta para tudo o que se refere a produção, uso e tramitação de documentos na sua fase corrente e intermediária. Quer dizer, você não tem gestão de documentos se não tiver gestão de pessoal, gestão dos prédios públicos etc. Assim, a questão tem que ser colocada dentro desse compromisso de uma reforma administrativa global. E no Brasil as iniciativas, no que diz respeito à gestão de documentos, se dão num processo completamente inverso ao que aconteceu nas administrações ao norte do equador. Somos nós das instituições arquivísticas que levamos à administração pública a questão objetiva do custo público da informação. Isso envolve necessariamente uma nova relação entre o arquivo público e as administrações públicas. O que a gente está tentando hoje é romper com o modelo centralizador e pensar um pouco à luz das experiências norte-americana e canadense depois da Segunda Guerra, redefinindo isso, evidentemente, à luz dos nossos próprios parâmetros. E encontra muita resistência porque se está tocando numa questão absolutamente sagrada, intocável, que é a questão da informação. E aqui, respondendo à pergunta que foi feita, o fato é que todos os instrumentos legais que dizem respeito à definição de documentos sigilosos, secretos, ultra-secretos continuam em vigor até que uma nova legislação coloque a questão em outros parâmetros. Em termos de iniciativas, há uma confusão na medida em que o próprio Sistema Nacional de Arquivos surge com um calcanhar-de-aquiles muito claro, que é o fato de que o Arquivo Nacional se torna a cabeça de um sistema de arquivos intermediários e permanentes da administração federal, enquanto os arquivos correntes ficam sob a égide de um outro sistema, que é o Sistema de Serviços Gerais, onde está toda a parte de almoxarifado, administração de material, hoje no Ministério da Administração. Tudo isso carece de alteração e uma das recomendações, dentro da reforma administrativa, é que o fluxo das três idades do documento seja administrado dentro de um único sistema. Numa perspectiva sistêmica, trata-se não de homogeneizar diferenças, mas sim de compatibilizar diferenças. Quanto à inclusão dos arquivos estaduais e municipais nesse sistema, isso na verdade é um equívoco, exatamente porque o sistema nem é nacional; ele tem um objetivo claramente federal e nem consegue contemplar a questão arquivística como um todo nos termos atuais. Quero deixar aqui bem clara a minha concordância com o Gilson nessa perspectiva de relação entre as iniciativas. Quer dizer, o que me parece bastante salutar é que essas iniciativas estão pipocando nas áreas federal, estadual e municipal, e o que eu acho fundamental é que sejam de uma forma ou de outra compatibilizadas em termos de interação mínima. Sem dúvida, a gente vive um momento de transição. Talvez hoje você não consiga ainda ter um resultado muito imediato na sua relação como usuário com esses acervos, mas as condições de acesso melhoraram um pouco, acredito. Isso começa a aparecer em diversos níveis. E aí eu acho que tem um dado importante, que é o

papel da comunidade científica na avaliação desses quilômetros e quilômetros de documentos. O pesquisador brasileiro de arquivos se encontra, na maior parte das vezes, completamente despreparado para esse trabalho. Ele nao conhece, por exemplo, os documentos contemporâneos, não sabe lidar com os instrumentos de pesquisa, não sabe quais são as diferenças entre um guia e um inventário, um sumário, um inventário analítico. Em geral, a pós-graduação possibilita uma melhora nisso. Em relação aos tais 300 km de documentos, é minha intenção convidar profissionais da área de história, ciências sociais, para discutir o que deve ser efetivamente conservado, o que tem valor permanente. Mas ainda que se adotem alguns cortes cronológicos para recolhimento imediato ao Arquivo Nacional, o problema é que sobram algumas dezenas de quilômetros para os quais nós vamos ter que definir uma destinação, que é recolher ou eliminar. Só que com a trajetória que nós temos de perda de documentos, assumir a eliminação neste momento é quase um tabu, é uma experiência meio dramática.

JBT: Na linha do diálogo com a comunidade científica quero lembrar que recentemente, em São Paulo, no encontro sobre energia e história, solicitou-se de público a presença dessa comunidade para auxiliar nas deliberações em que são tomadas decisões de risco.

JMJ: Só para terminar, uma outra questão. Nós vamos ter que romper uma tradição nas instituições arquivísticas brasileiras, tradição que é muito francesa, de tratar documentos peça a peça. Eu não posso abordar esses 300 km, e outros tantos, de outra forma que não seja uma discussão genérica que me dê condições de acesso preliminar a esse acervo. O que eu acho importante, para discutir os rumos da pesquisa, é que se coloque esse desafio da avaliação com a possibilidade de se ter uma quantidade imensa de novas fontes à disposição dos usuários. O usuário tem que ter em vista o fato de que o acesso intelectual dele a essa massa documental ainda vai continuar, durante muitos anos, um pouco aquém do que pode encontrar um pesquisador no arquivo nacional dos Estados Unidos, da Inglaterra ou da França. Isso é um dado fundamental que infelizmente a comunidade científica ainda não começou a discutir devidamente mas que define as possibilidades de pesquisa no país, junto às instituições arquivísticas, nos próximos 40 anos.

GA: A respeito de como as coisas públicas são pensadas num país de tradições autoritárias, quero lembrar uma observação de Marc Bloch, que diz que os fundos de arquivos não são preservados por mero acaso. Eles têm uma razão de existência que é intrínseca à própria sociedade onde se encontram. Num país de tradição autoritária e que tem também uma forte tradição patrimonial, a coisa pública é tratada como coisa privada. Além disso, há um permanente cerceamento, em termos de informação, em relação ao próprio passado da sociedade. A documentação pública é destruída muitas vezes por descaso e às vezes por determinação. A documentação do DOPS do Rio Grande do Sul, por exemplo, disseram que foi queimada e parece que não foi; foi transferida; nesse sentido você tem uma constante sonegação de informações à sociedade. Isso nos ajuda a compreender o aparecimento de teorias da moderna arquivística, como a teoria das três idades, que foi sistematizada na França e tem sua origem nos Estados Unidos. Antes de ser absorvida pela administração pública norte-americana, essa experiência já estava no seio da própria sociedade americana, cujo processo societário é muito forte e onde o Estado geralmente vai a reboque de iniciativas surgidas dentro dela. No caso brasileiro se dá o inverso. Por exemplo, a comissão do Ministério da Administração, encarregada de pensar a questão da temporalidade da documentação pública, é criada com quatro pessoas, sem estimular um processo de discussão num fórum de arquivos estaduais e municipais, numa ANPUH, numa ANPOCS, num fórum de arquivos privados. Isto porque não se pensa a questão da preservação como uma questão social, de interesse do cidadão. A forma de desencadear o processo é muito autoritária, como a própria produção da lei de arquivos no Brasil. Acho que essa lei tem de passar pela Constituinte porque tem inconstitucionalidades em relação à questão federativa, inconstitucionalidades em relação à questão da autonomia dos poderes. Embora traga contribuições enormes do ponto de vista conceitual, essa lei contém algumas improcedências, vamos dizer assim, em relação à leitura do movimento da sociedade, que é hoje a questão de fortalecimento do federativismo, de fortalecimento da autonomia parlamentar, da autonomia do Judiciário, de fortalecimento dos municípios. Toda essa questão de arquivos está no bojo de um movimento de forças sociais em mudança para uma sociedade democrática. Num estado autoritário a questão da informação e a da preservação não vão ter solução.

RPHAN: Até onde vai a responsabilidade do poder público pela preservação dos arquivos privados? Nos casos de risco de deterioração, destruição ou exportação desses acervos, deveria o poder público lançar mão do tombamento para garantir a integridade do patrimônio arquivístico?

GA: Quando se fala em patrimônio arquivístico nacional, você está envolvendo tanto a documentação de caráter público quanto a documentação privada classificada como de interesse público. Os instrumentos existem, embora ainda muito dentro de uma perspectiva da historiografia oficial da década de 30, quando se tinha a definição do documento, e não do arquivo, enquanto documentos chamados de valor excepcional. Torna-se necessário introduzir uma nova noção, que é a da própria lei de arquivos, de que não se trata do documento isolado de valor excepcional, mas de documentos integrados, indivisíveis quanto a sua organicidade e constituição. O documento de arquivo expressa informações e provas a respeito das atividades e funções de um indivíduo ou de um órgão. Acho que faltam termos mais precisos na legislação de tombamento para preservar a documentação de valor privado de interesse público, quando essa documentação passa a ser patrimônio da nação. A documentação da mina de Ouro Preto, por exemplo, que vem desde 1724, embora a empresa continue existindo, essa documentação tem valor permanente para a nação. Nesse sentido a legislação existente, o Decreto-Lei 25, pode ser utilizada, mas continuo achando que deve ser aperfeiçoada. Essa é uma discussão sobre a questão do arquivo que levaria ao conflito normativo entre a legislação do

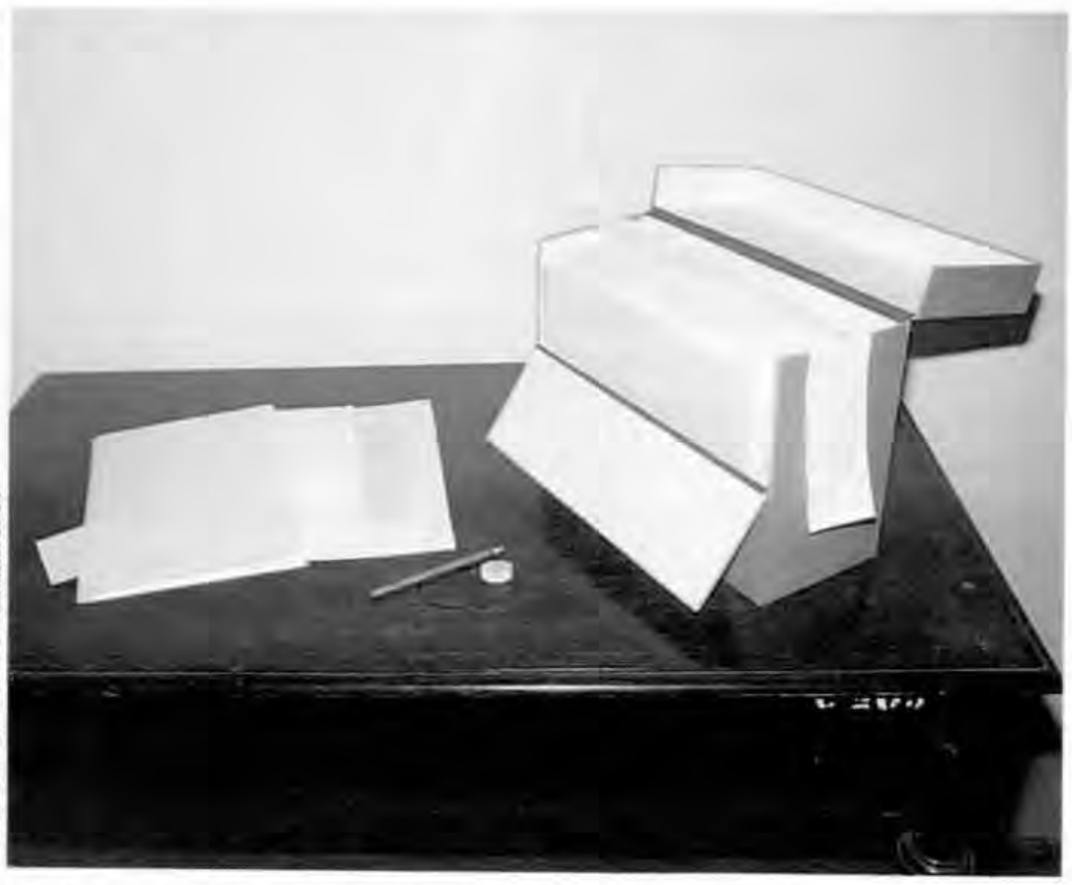
Arquivo Nacional e a da SPHAN/Pró-Memória que, ao meu ver, não é o grande entrave à preservação da documentação. Essas instituições podem, inclusive, trabalhar em conjunto: de um lado, aperfeiçoando a legislação do Patrimônio e, de outro, aproveitando a experiência do próprio Patrimônio com a questão privada, completar a atividade em termos de política e execução do Arquivo Nacional. As precariedades que existem estão mais em cima do controle da documentação. A documentação da mina de Morro Velho, se não me engano, foi toda exportada como vários outros fundos documentais brasileiros que foram parar na Bolsa de Valores da Inglaterra.

RAD: O que é documentação privada e pública neste caso? Eu estava imaginando três empresas de porte com operações internacionais: Engesa, Mendes Júnior e Odebrecht, empresas que nas suas operações incidem, tanto para o lado econômico como para o lado político, em questões que têm a ver com posições políticas do Estado brasileiro, questões candentes nas relações internacionais, no plano econômico e assim por diante. Onde começa e acaba o público e o privado neste contexto? Se você está estudando alguma questão que tem a ver com a política brasileira para a África, por exemplo, sabe que certas medidas públicas têm a ver com certas atividades privadas que vão escorar, induzir, ou entram no bojo das aberturas que a política estatal desenvolve. Você precisa dessa informação, inclusive quando procura analisar quais são as opções possíveis de que dispõe. Essa informação é parte do quadro, que ficará incompleto sem isso e terá, certamente, lacunas importantíssimas. Se você está pensando numa pesquisa neste sentido, terá em algum momento de saber como, quando, em que condições essas empresas atuaram, e elas poderão dizer que não, porque "isso aqui é meu, levo para casa" etc. E você deveria poder dizer: "Nada disso, isso pertence à nação brasileira."

Jaqueline Assis, restauradora do Pró-Documento, limpa com borracha ralada mapas e plantas.



Eduardo Mello/Pró-Documento/1987



Eduardo Mello/Pró-Documento/1987

Caixa-protótipo elaborada pela equipe do Pró-Documento. Revestida de papel vergê, é apropriada para o acondicionamento de pastas, também revestidas de papel com ph neutro, onde estão os documentos.

JMJ: Hoje, dentro dessa fronteira do que é público e privado, o parâmetro que nós temos é de definir como público o que é produzido por um órgão de direito público e como privado o que é produzido por uma instituição de direito privado ou por pessoa física. Pessoalmente, acho absolutamente insuficiente. E me reporto aqui à legislação francesa que define como documento público o que é produzido por uma entidade governamental, mesmo que seja de direito privado, no exercício de uma função pública delegada pelo Estado. O que me parece mais compatível com a visão do interesse público não é a questão da classificação do arquivo privado como interesse público, mas ir um pouco além da definição que se tem hoje do público e do privado. Todas as empresas públicas da área federal, estadual e municipal têm seus documentos considerados como privados. Mas também não penso nisso em termos de necessariamente recolher essa documentação ao Arquivo Nacional. O que acho importante é que nos diversos arquivos públicos do país você encontre as referências necessárias ao lugar onde se encontra esse material e tenha acesso a ele através de microfilme. Mas como é que se conduz o poder público em termos de política arquivística em relação a isso? Ao estabelecer uma política de recolhimento no Arquivo Nacional nos defrontamos com ausência de qualquer parâmetro legal. Ao proceder ao recolhimento da documentação do Ministério da Agricultura, isso se dá em função tão-só e exclusivamente da disponibilidade deste órgão. Nenhum parâmetro legal autoriza o Arquivo Nacional a requisitar esta documentação. Portanto, é um processo não só tecnicamente mas, também, politicamente complicado. Porque recolher significa que cessou de existir a propriedade sobre o documento, que passou a ser um documento público de acesso. Agora nós temos a questão do acesso, que é completamente arbitrário. É preciso fazer uma diferença entre lei de arquivos, que o país precisa ter, e lei de acesso à informação. Arquivisticamente você define um preceito básico — como nos países mais desenvolvidos, onde um

documento não pode deixar de ser acessível passados 25 anos, esse é o limite máximo podendo até ser acessível antes, sem nunca ultrapassar esse prazo —, mas não se pode definir a questão do acesso com uma legislação arquivística; a lei de acesso à informação ultrapassa a questão arquivística. Atualmente, no Canadá, o cidadão tem o direito de acesso a determinados documentos, não a todos evidentemente — existem sempre categorias de documentos cujo acesso, em nome de questões como a defesa nacional, não é permitido. Esse direito ao acesso significa que, se o Estado não me atender num espaço de tempo, tenho o direito de processá-lo. O que significa que os arquivos correntes da administração pública canadense têm que ser extremamente bem organizados. Um outro aspecto da lei de acesso à informação canadense é que o Arquivo Nacional do Canadá tem um arquivo intermediário só com documentos pessoais e você pode requisitar um documento que o Estado produziu a seu respeito e se discordar, puder provar, pode alterar essas informações, tudo isso colocado em nome dos direitos do cidadão. E só para complementar essa questão do público e do privado: no caso americano as bibliotecas presidenciais surgem para fazer face a esse problema da documentação privada do presidente da República, já que essa documentação não era considerada pública. Aliás, só a partir de Reagan é que passou a sê-lo e a partir de então não surgirão mais bibliotecas presidenciais que no caso americano são geridas pelo Arquivo Nacional. Enquanto no Canadá a imensa área composta pelos arquivos dos primeiros-ministros ainda é considerada como privada. Então, essa fronteira entre o público e o privado é muito difícil de ser definida, sobretudo nesses casos de exercícios de função pública.

JBT: Pelo regimento de 1979 da SPHAN, um dos objetivos, uma das tarefas da intituição é a preservação dos documentos de valor histórico. Mas essa definição de valor histórico é muito genérica. Mesmo assim era possível fazer alguma coisa. Há uma lei complementar de 1965 que dispõe sobre a transferência de bens culturais para fora do país, mas não toca na questão do documento. Isso é muito sério. Nós conseguimos segurar um fundo documental de um comerciante carioca do século XIX (1820-40) que estava saindo para os Estados Unidos, onde seria fatiado e vendido em Chicago pelo Rei da Estampa, pelo carimbo. Cada folhinha do acervo tinha um pré-filatélico, e colocamos este carimbo como arte gráfica, já que tinha um peixinho nele e a legislação fala em trabalho de artes gráficas. Mas isso poderia ter sido contestado.

GA: Voltando à questão que o Dreifuss colocou, com relação aos arquivos privados, você pode definir dois modelos de postura a ser adotada pelo Estado. O modelo do Estado tutelar em relação ao privado, seguido pelos países socialistas, e o modelo de classificação da documentação de natureza privada, seguido pelos franceses e pelos italianos. Na década de 60 você tinha oito arquivos privados considerados de interesse público, o da Renault, os das ferrovias e de algumas famílias. Nesses dois países é proibida a exportação desses arquivos. E você tem ainda o modelo anglo-americano, onde é a iniciativa das instituições civis que dá conta da preservação. As universidades, com caráter bem regional, são peças importantes entre essas instituições. Mas acho que escolher um modelo desses para o Brasil, onde a definição de uma política se dá sem grande participação da sociedade civil, além de ser uma atitude autoritária, será mais uma lei que não vai pegar.

JMJ: Eu concordo inteiramente no que diz respeito à interação do Estado com os arquivos privados. Já com relação aos modelos, creio que se poderia fazer um paralelo da relação entre o Estado e os arquivos privados com a sua relação *vis-à-vis* à produção cultural: deve sempre ocorrer uma atitude de estímulo, como, por exemplo, a substituição dos impostos sobre herança pela doação de arquivos privados, caso espanhol e inglês. Concordo também com o Gilson que nenhuma legislação por si só dá conta da questão se não houver um debate amplo na sociedade. Mas há um determinado momento em que a questão tem de ser operacionalizada por órgãos da sociedade voltados para esta questão, a OAB, os arquivos estaduais, a ANPUH etc. Mas, ultrapassada a fase de aprimoramento dos instrumentos legais, deve-se pensar até que ponto o Estado está devidamente capacitado para atender ao compromisso com o interesse público, quer dizer, qual é efetivamente a sua capacidade técnica, administrativa, e assim por diante, para fazer face à interação com o universo dos arquivos privados.

GA: É bom lembrar que cada vez mais se acentua por parte da FINEP o financiamento para a organização, identificação e produção de instrumentos de pesquisa dos arquivos. Vários arquivos, inclusive o Arquivo Nacional, contam com uma parcela significativa desses financiamentos. É verdade que, dada a dimensão da tarefa a executar, esses financiamentos ainda são muito baixos.

RPHAN: O financiamento está condicionado necessariamente ao acesso?

GA: Nessa questão de financiamento e acesso, a Fundação Nacional Pró-Memória, nos casos de financiamento de ações relativas à preservação da documentação privada, adota o princípio de que a documentação classificada como permanente deve ser de acesso público. Esse princípio norteou o financiamento da transferência do arquivo da Cúria do Rio de Janeiro e os convênios com a Irmandade da Santa Cruz dos Militares, a Ordem dos Mínimos de São Francisco de Paula, entre outros. Nesses casos a Pró-Memória condiciona a concessão de recursos ao acesso público à documentação de terceira idade.

JMJ: O Arquivo Nacional tem recebido ao longo destes últimos anos recursos da FINEP e do CNPq para levar aos estados uma série de iniciativas: os Seminários Nacionais de Arquivos Estaduais, o Estágio Nacional de Arquivos, a implantação de laboratórios e tudo o mais. Internacionalmente, quando o Arquivo Nacional foi considerado como projeto-piloto para a modernização de arquivos históricos de tipo tradicional, recebeu apoio da UNESCO. Recentemente também recebeu recursos do PNUD para o desenvolvimento de um curso de especialização de profissionais de arquivos públicos do Brasil, do restante da América Latina e da África de língua portuguesa.

PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

tutela ou cooperação?

SYDNEY SERGIO FERNANDES SOLIS E VIVIEN ISHAQ

I. Introdução

A proteção dos acervos arquivísticos e bibliográficos de interesse histórico-cultural foi objeto da atenção do legislador do patrimônio cultural desde a promulgação do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. A letra do artigo 1º deste decreto-lei define como patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis de interesse público, "quer por sua vinculação com fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu *excepcional valor* arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico".[1]

Ainda não existiam, àquela época, diferenças conceituais incorporadas à prática que diferenciassem os tratamentos dos acervos bibliográficos e documentais de valor histórico e cultural. Ao contrário, os acervos documentais reconhecidos como historicamente dignos de cuidados eram, não raro, identificados com aqueles existentes nas *seções de manuscritos* das bibliotecas públicas e privadas. Deste modo, ao referir-se aos "acervos bibliográficos", o legislador do patrimônio pensava também nos documentos de valor histórico e cultural, como aliás ficou demonstrado pela evolução posterior da legislação.

Desta forma, os acervos bibliográficos e, por extensão, os arquivísticos incluem-se no conjunto de bens móveis e imóveis de interesse cultural passíveis da proteção e da tutela do Estado. Esta proteção está condicionada, contudo, a dois elementos básicos: a) ao caráter de *excepcionalidade* do valor dos acervos bibliográficos e arquivísticos; b) à aplicação do instituto do *tombamento*.

Com efeito, o *parágrafo primeiro do artigo 1º* do Decreto-lei 25 define explicitamente que "os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo de que trata o artigo 4º desta lei".[2]

Quanto à excepcionalidade de valor, esta encontra-se explicitada como condição de pertinência ao patrimônio histórico e artístico nacional no próprio *caput* do artigo em questão.

A partir desta definição de condições para a proteção e a tutela do Estado, impõem-se algumas observações pertinentes que apontam para problemas no tocante à preservação documental.

O conceito de excepcionalidade do valor só se aplica aos acervos documentais de forma extremamente relativa. Costumava-se falar em documentação de valor excepcional a partir de um referencial historiográfico tradicional, no qual o processo da história reduzia-se a uma sucessão de "fatos memoráveis" e "excepcionais". Nesta concepção, a história era tratada como narrativa dos grandes fatos e da biografia dos "grandes vultos". Desta forma, o valor específico dos acervos documentais, como bens culturais, estava dado na medida direta de sua relação com esses fatos ou vultos e não em razão da relação que possuíam com o processo real que produzia aqueles fatos ou tornava proeminentes os (grandes) personagens.

Na moderna concepção de história e de cultura importa o testemunho dos processos sociais e culturais que engendram a história de um povo. Neste sentido, a excepcionalidade do valor dos acervos documentais só se aplica se a entendermos como excepcionalidade pelo caráter *exemplar* da documentação a ser protegida. Na perspectiva da história sócio-cultural, a *documentação exemplar* é aquela que testemunha os processos históricos reais e nos informa sobre eles. Falamos aqui de *séries documentais*, registros destes processos, ao invés de documentos esparsos relacionados a fatos memoráveis ou a grandes personagens históricos.

A concepção tradicional da história descontextualiza o documento em relação ao seu conjunto significativo e ao processo que o gerou e lhe dá sentido. Desse modo, o documento deixa de ser testemunha do processo real para ser "comprovante" simbólico de um discurso — da "versão" —, em geral aquele mais compromissado com o poder.

A moderna concepção da história social recupera o papel do documento em seu contexto — as séries documentais produzidas pela lógica do viver corrente —, abrindo espaço para discursos alternativos e dando voz aos silenciados pelo processo histórico-político. Por isso,

Sydney Sérgio Fernandes Solis é cientista político, professor universitário e Coordenador de Registro e Documentação da SPHAN/Pró-Memória. Vivien Ishaq é historiadora, pesquisadora e Chefe do Setor de Inventários do Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica (Pró-Documento), da Fundação Nacional Pró-Memória.

Os autores agradecem aos colegas professores Gilson Antunes da Silva, Marcus Venício T. Ribeiro, Paulo Ernani Gadelha Vieira, Paulo César Ribeiro e Joaquim Alcides T. Ribeiro, aos quais atribuem alguns dos conceitos aqui emitidos. Agradecimento especial a Ana Luíza Bretas da Fonseca pela pesquisa da legislação realizada.

pouco importa aqui o documento que comprova o ''grande fato'', ou o ''grande vulto'' — em geral feito de autoproclamação —, mas a documentação em seu conjunto, enquanto rastro deixado pelo viver das relações sociais e pelo exercício político da cidadania. É certo que, deste último ponto de vista, a documentação de interesse cultural perde o seu lado ''aristocrático'', mas recupera integralmente o seu valor histórico, com H maiúsculo. As considerações que se seguem referem-se aos acervos documentais entendidos deste último ponto de vista.

Excetuando-se a documentação organicamente vinculada ao Estado — Administração Pública, Judiciário e Legislativo —, os demais acervos documentais pertencem ao plano da sociedade civil, caracterizando-se como *documentação privada*. Constituindo-se de registros do cotidiano privado das instituições civis e dos indivíduos, a *documentação privada* é justamente aquela sobre a qual a ação tutelar do Estado deve revestir-se de maior cautela e onde ela é menos recomendável. A tutela do Estado sobre os acervos documentais em geral, especialmente sobre arquivos e bibliotecas privadas, pode equivaler — se for descuidada ou autoritária — a um virtual controle sobre as informações neles contidas. Ela só tem sentido se houver ameaças à preservação, à difusão e à integridade da informação. Só neste último caso justifica-se a aplicação do instituto do tombamento, e, mesmo aqui, ele é insuficiente enquanto política de proteção documental.

O tombamento só é recomendável quando está em risco a integridade dos acervos documentais. Ele não é, por si só, garantia de preservação e difusão das informações contidas nos acervos tombados. Basear-se a ação tutelar do Estado *apenas* no instituto do tombamento equivale a supor a existência de um *Estado policial*, capaz de interferir e fiscalizar a privacidade do cidadão, o que todos repudiamos. Inexistindo fiscalização, o tombamento — se usado indiscriminadamente — apenas elevaria o valor venal dos acervos documentais, incentivando sua alienação e perda. O mesmo se aplica a qualquer outro mecanismo de controle burocrático que substitua ou se superponha ao tombamento.

Algumas iniciativas atuais vão nessa direção sem se aperceberem de que as deficiências apontadas no tombamento não são inerentes a ele, mas, ao contrário, refletem a ineficiência relativa da aplicação generalizada de medidas burocráticas, tutelares e centralizadoras quando se trata de proteção documental. Cabe-nos, portanto, tentar resgatar o espírito que presidiu a feitura do Decreto-lei 25, adaptando-o à matéria constitucional e à legislação ordinária que favoreça — e não dificulte — a proteção dos acervos bibliográficos e arquivísticos.

Os princípios básicos que deverão reger a ação do Estado, desta perspectiva, baseiam-se no apoio do Poder Público à sociedade civil, na cooperação mútua e na devolução do bem cultural preservado e protegido ao uso social.

II. Legislação: o avanço para além do tombamento

O legislador do patrimônio previu com sabedoria, já por ocasião da elaboração do Decreto-lei 25, que a proteção do patrimônio cultural seria inviável — especialmente no tocante ao patrimônio privado — sem a cooperação dos agentes e das instituições civis. No seu artigo 25, o Decreto-lei 25 preconizava: ''O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais e jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional.'' Tratava-se ainda de uma cooperação passiva, uma adesão subordinada aos critérios e à tutela do Estado. Aos poucos, porém, o conceito de cooperação foi alargado, no sentido de abrigar também os critérios e as prioridades das instituições civis, democratizando-se a relação entre Estado e sociedade no campo da preservação do patrimônio cultural brasileiro. Por outro lado, a experiência adquirida na ação fez com que a proteção do patrimônio cultural fosse obrigada a ampliar seus instrumentos protecionistas. Assim, quando em 2 de janeiro de 1946 o Decreto-lei nº 8.534 transformou o antigo Serviço em Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, afirmou complementarmente em seu artigo 2º que a finalidade daquela instituição era: ''inventariar, classificar, tombar e conservar monumentos, obras, documentos e objetos de valor histórico e artístico existentes no país''.[3] E o Regimento Interno da então Divisão de Estudos e Tombamento previa para a Seção de História (artigo 9º) o ''inventário continuado de textos manuscritos ou impressos, de valor histórico ou artístico'', assim como a sua ''catalogação sistemática''.[4]

Percebia-se, já àquela época, que a especificidade dos acervos documentais, enquanto bens culturais, demandava a produção de instrumentos próprios além do tombamento. É verdade que essa atividade de inventariar e catalogar continuada e sistematicamente acervos documentais objetivava informar especialmente a ação tutelar do Estado, especificamente os processos de tombamento. Sua existência, porém, informaria a própria sociedade civil sobre a sua memória arquivística e bibliográfica, possibilitando a cooperação mútua almejada pelo legislador quando da elaboração do Decreto-lei 25.

Infelizmente essa ação foi realizada muito timidamente e, em geral, vinculada a acervos integrados a bens imóveis tombados, ou a museus, sempre informada pela visão restrita da história tradicional que comentamos antes.

Ainda que basicamente restrita ao plano das intenções, a preocupação com o inventário sistemático de documentos reaparece em 1979 quando da criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na estrutura do MEC. O Decreto nº 84.198, de 13 de novembro de 1979, reafirmava: ''A SPHAN tem por finalidade inventariar, classificar, tombar, conservar e restaurar monumentos, obras, documentos e demais bens de valor histórico, artístico e arqueológico existentes no País, bem como tombar e proteger o acervo paisagístico do País.'' (Artigo 2º)

No mesmo período, a Lei nº 6.757, de 17 de dezembro de 1979, que criou a

Fundação Nacional Pró-Memória, expressava a mesma diretriz referente a uma política mais ampla de proteção documental, que, além de incorporar o inventário e a catalogação, chamava a atenção para a necessidade de *revitalização* dos bens culturais. A Fundação Nacional Pró-Memória está "destinada a contribuir para o inventário, a classificação, a conservação, a proteção, a restauração e a revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no País".[5]

Toda essa trajetória legal expressa, a nosso ver, a crescente percepção dos profissionais da área de cultura quanto à necessidade de: 1. ampliar-se as formas de proteção de bens culturais — especialmente aos acervos documentais — complementarmente ao instituto do tombamento; 2. ampliar-se a participação, a parceria e a cooperação da sociedade civil na preservação e no uso social (revitalização) dos bens culturais.

Isto está consagrado no Decreto-lei nº 42.429, de 24 de março de 1986, que define a atual estrutura do MinC e, nela, as finalidades da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No parágrafo único do artigo 1º deste decreto-lei está claramente afirmado: "O Patrimônio Cultural é entendido como um todo orgânico, cuja unidade expressa a identidade do País e cuja significação é tanto maior quanto mais incorporado se encontra ao viver corrente da cidadania."

De fato, a *devolução social* dos bens culturais ao *viver corrente* reaparece na ampliação das finalidades da SPHAN, em relação com sua antecessora vinculada ao MEC: "Art. 16 — A Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tem por finalidade promover e preservar a herança cultural do país, considerando suas raízes regionais, as relações com o ecossistema e os efeitos da estratificação social; estimular a criatividade, tendo em conta a pluralidade cultural e a ação contestadora; inventariar, classificar, tombar, conservar e restaurar monumentos, obras, documentos e demais bens de valor histórico, artístico e arqueológico existentes no país; tombar e proteger o acervo paisagístico do país; fiscalizar o comércio de obras de arte."

A formação de uma consciência cultural contestadora, a cooperação na *conservação* ao invés da ênfase na restauração supõem a adesão da sociedade civil a uma política preservacionista elaborada e desenvolvida em comum e com um explícito objetivo de reversão dos bens protegidos a seus legítimos donos: os cidadãos. Avançou-se, pois, de uma concepção inicial que supunha a tutela do Estado, condição suficiente para a proteção dos bens culturais até uma outra, mais atual, segundo a qual ao Estado, enquanto representação do Poder Público, cabe apoiar e representar a sociedade civil na preservação da sua memória e identidade sócio-cultural.

III. O Estado e a proteção documental

Só muito recentemente aflorou entre nós a concepção protecionista que expressamos acima. Ainda hoje, iniciativas pretendem substituir a participação da sociedade por controles burocráticos que, além de ineficazes, repetem mecanismos e experiências repensadas e revistas pelo Patrimônio Histórico.

Há duas formas de se conduzir uma política de preservação documental, no que diz respeito às relações entre o Estado e as instituições da sociedade: ou o Estado amplia o seu controle por meio de legislação específica e de uma política de estímulo à doação ou ao depósito; ou se reconhece às instituições civis o direito e o dever de conservar seus arquivos permanentes, com o apoio do Estado, garantindo-se, em contrapartida, o acesso público para a consulta.

A adoção de leis e políticas que ampliem o controle sobre os arquivos privados poderá gerar incompreensão e conflito entre as instituições civis e o Estado. A ação do Estado correria o risco de se revestir de um caráter excessivamente coercitivo, resultando em reações que a tornariam sem efeito e, por conseqüência, ineficaz. Por outro lado, ao ampliar sua postura tutelar, o Estado estaria acarretando a inibição das iniciativas preservacionistas assumidas pela sociedade civil, cuja importância não pode ser subestimada.

São conhecidas também as dificuldades dos arquivos públicos em tratar a imensa quantidade de documentos de origem estatal já recolhidos ou a sê-lo. Desenvolver, pois, uma política de amplo inventivo à doação ou ao depósito da documentação privada nos arquivos públicos agravaria a sua situação. A maioria deles dificilmente iria assegurar uma recuperação documental ágil, além de correr o risco de ver inviabilizado até mesmo o tratamento da documentação proveniente da Administração Pública.

Mesmo em alguns países onde se ampliou o controle estatal sobre os arquivos privados, isto está sendo repensado. As enormes demandas pela administração do Estado de informações sobre a documentação de origem pública vêm prejudicando o tratamento arquivístico dos documentos particulares e o acesso às informações neles contidas. A excessiva tendência à centralização das diretrizes, que quase sempre acompanha este modelo, tem dificultado a regionalização e a especificidade das políticas e das ações, quando se sabe que a documentação proveniente das instituições civis possui marcadas características regionais, acompanhando a particularidade dos processos e estruturas sociais de cada região. Este fato tem contribuído para a revisão das fórmulas centralizadoras em prol de políticas descentralizadoras na ação, embora harmonizadas em seus procedimentos técnicos.

No caso do Brasil, dados alguns fatores como suas dimensões continentais, as profundas diversidades regionais e a escassez de recursos, a adoção de uma via centralizadora seria particularmente problemática. A aplicação de tais medidas reverteria antes no reforço institucional de burocracias centralizadas que na efetivação de políticas eficazes de preservação documental. Contribuiriam, portanto, para a constituição de um espaço de poder abstrato ao invés de constituir meios políticos reais nesse campo.

Deve-se acrescentar a estes fatores a atualidade das novas demandas provenientes da sociedade civil brasileira. Na área cultural e científica amplia-se a cada dia o desejo de participação ativa das instituições e dos profissionais nas promoções e decisões de seu interesse. Essas demandas, dadas a legitimidade e o po-

tencial criativo de que se revestem, não podem ser ignoradas.

Assim, pois, ajusta-se melhor à realidade brasileira uma ação do Estado cujo sentido principal seja o de coordenar os esforços das instituições públicas e privadas e estimular e apoiar as múltiplas e crescentes iniciativas da sociedade civil.

Face ao que foi exposto, consideramos ser politicamente conveniente a opção por uma *filosofia* de ação que consagre a cooperação entre o Estado e a sociedade na preservação de nosso patrimônio cultural. Essa opção — da qual é *exemplar* a ação de *inventários* dos acervos documentais privados e de *assessoria técnica* às instituições civis, levada a cabo pelo Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica (Pró-Documento), da Fundação Nacional Pró-Memória — é tanto mais relevante quanto se conhece o horizonte filosófico-ideológico que é cenário desta questão, colocando de um lado a tutela burocrática, centralizadora e autoritária, e, do outro, o apoio e a cooperação descentralizadores e democráticos. A SPHAN e a Pró-Memória optaram na prática e há muito vêm exercitando a via democrática.

IV. Ensinamentos de uma experiência

Além das considerações teóricas, a experiência prática da preservação documental nos reafirma a validade do que propusemos antes.

O Pró-Documento tem desenvolvido o *inventário* dos acervos documentais privados de interesse histórico-cultural. Esta tarefa envolve o *cadastro* das instituições civis detentoras de arquivos e, posteriormente, a feitura de guias de arquivos e inventários da documentação existente ali.

A correção desta proposta pode ser avaliada a partir da análise da experiência do Pró-Documento no cadastro das instituições corporativas — sindicatos, federações e confederações — do Rio de Janeiro. O cadastramento dos arquivos de sindicatos e federações teve como principal objetivo avaliar o estado de organização e conservação dos documentos e suas possibilidades como fonte de informação.

Este programa de cadastramento é mais amplo, atuando prioritariamente sobre os seguintes grupos documentais: documentação corporativa, eclesiástica, empresarial, científica, educacional e sanitária.

Iniciamos o cadastramento pelas instituições corporativas em razão principalmente da ausência de informações sistematizadas sobre estes acervos e por considerarmos que esta documentação é de todas a menos passível de proteção e tutela do Estado. Está sujeita, em alguns casos, à eliminação sem critérios pela instituição que detém sua guarda, ou mesmo a eventuais intervenções e recolhimento por ação policial. Trata-se, além do mais, de um importante repositório de informações sobre a vida associativa do país, tais como a forma de organização dos trabalhadores brasileiros, seus movimentos reivindicatórios, sua participação política etc.

As lideranças sindicais são historicamente refratárias à ação do Estado, seja ela qual for. Os novos sindicalistas vêem com desconfiança a presença do Estado em seus sindicatos, uma vez que este mesmo Estado foi protagonista de intervenções, batidas policiais, prisões e ainda hoje detém a tutela sobre o movimento sindical. Velhas diretorias sindicais, viciadas por anos de arbítrio e impunidade, recusam também qualquer fiscalização do Estado em seus documentos, via de regra temerosas de que sejam levantadas irregularidades em suas administrações. Num e noutro caso jamais seria aceita — nem teria eficácia — uma ação tutelar do Estado (mais uma!) sobre seus arquivos privados. Por esta razão pareceu-nos mais conveniente uma ação que visasse ao *cadastro* e ao *conhecimento* do universo documental corporativo e que, em seu desdobramento, apontasse para uma ação preservacionista cooperativa.

Foram cadastradas 290 instituições do grupo documental corporativo — sindicatos e federações — num universo de 310. *A exclusão de 20 delas deveu-se a recusas formais e virtuais por parte das suas diretorias.*

a. Metodologia

Para localização e identificação das instituições-alvo utilizamos como referência a listagem fornecida pelo Departamento de Assistência Sindical (DAS) do Ministério do Trabalho, complementada pelo Cadastro Brasileiro das Entidades Sindicais (CABES).

Para o treinamento da equipe foram organizados grupos de estudos que tiveram acesso à bibliografia específica sobre conceitos básicos de arquivologia e história das instituições. O treinamento foi necessário para homogeneizar os conceitos e equalizar os procedimentos visando à aplicação do questionário técnico nas instituições a serem visitadas. Os itens deste questionário têm a preocupação de informar sobre a história da instituição a que se vinculam os arquivos, bem como sobre a sua constituição, organização, natureza, quantificação, datas-limite, armazenamento e estado de conservação física.

Em sua primeira parte, o questionário visa à identificação (nome) e localização (endereço e telefone) das instituições, além da elaboração de um breve histórico institucional. A segunda parte do questionário reporta-se aos dados do arquivo propriamente dito. Os primeiros itens registram a sua localização, subordinação hierárquica, condições de acesso à consulta, horário e as datas-limite do acervo. Seguem-se os itens que revelam os critérios e normas adotadas para a microfilmagem e o descarte de documentos. Uma terceira parte consiste na descrição do acervo, local de depósito e discriminação do mobiliário.

Este questionário técnico não se esgota em si mesmo, constituindo-se num instrumento de trabalho destinado a orientar a obtenção dos dados para a realização do cadastro. Os itens do questionário aqui descrito estão em sua última forma. O modelo original proposto sofreu, no decorrer de sua aplicação, algumas alterações, acréscimos e cortes, com o fim

de adequá-lo melhor à realidade encontrada nos arquivos visitados.

O contato com as instituições sindicais foi significativo quanto às dificuldades de aproximação entre nós — agentes do Estado — e essas entidades civis. Foram necessárias, em média, cinco ou seis tentativas para se obter a autorização para a visita e, é óbvio, muita persuasão. Uma vez quebrada a resistência, a aceitação do cadastro foi das melhores, demonstrando o acerto da estratégia empregada.

Os integrantes da equipe apresentaram-se às instituições devidamente credenciados a fim de facilitar a sua atuação. Convém ressaltar que as visitas aos sindicatos e federações, com raríssimas exceções, transcorreram de maneira bastante satisfatória, tendo havido uma excelente receptividade ao programa.

b. Avaliação

De um modo geral os arquivos cadastrados estão sem organização e em precárias condições físicas. Em alguns casos a documentação encontra-se depositada em locais inadequados tanto para a sua conservação como para a recuperação de informações.

Há uma prática de arranjo de documentos seguida intuitivamente por grande parte das instituições, decorrência quase que natural da forma de acondicionamento em livros encadernados cronologicamente segundo a tipologia documental. Constatou-se também que a guarda da documentação obedece a um caráter muito mais afetivo do que propriamente técnico, ficando responsáveis pelos arquivos os antigos funcionários das instituições.

Em grande parte das instituições cadastradas a possibilidade de acesso à consulta é restrita. Há grande resistência por parte dos detentores dos acervos em permitir o acesso aos mesmos. Sem contar as instituições que não autorizaram a visita de nossa equipe, alegando o caráter sigiloso de sua documentação.

De um modo geral há uma conscientização e, conseqüentemente, valorização dos acervos enquanto fontes de informação tanto para tarefas administrativas da própria instituição quanto para a pesquisa em geral. Outro aspecto, também bastante comum, é a alienação da documentação sem nenhum critério técnico que estabeleça o seu descarte. Não raro, também, instituições que desfazem-se da documentação por não existir espaço físico para a mesma.

O contato com o Programa e o entendimento de seus objetivos tendem a reverter esse quadro. Livres das desconfianças e do medo da intervenção em seus arquivos, os sindicalistas mostram-se sensíveis a uma ação partilhada de preservação. Experiências como o Centro de Memória Sindical de São Paulo despertam interesse tão logo são conhecidas através da visita dos pesquisadores do Programa.

Por outro lado, o cadastro permitiu o conhecimento de acervos de caráter *exemplar* merecedores de proteção especial por parte do Estado. Neste caso, porém, a proteção é *desejada* e *requerida* pelas próprias instituições, o que garante a sua eficácia. Este é o resultado de um processo de conhecimento e não de uma imposição.

V. Conclusão

Entendemos que, mediante a elaboração de cadastros e de outros instrumentos de pesquisa — inventários, guias de fontes etc. — e garantindo a inserção desses arquivos no circuito científico cultural através de uma ampla divulgação dos mesmos e de seu conteúdo, obteremos sua valorização e uso social, condições básicas de preservação. O valor dessa documentação, portanto, só se manifesta quando ela recebe o tratamento devido que a torna disponível para os diversos usos sociais.

O instituto do tombamento e outras medidas legais permanecem como instrumentos válidos para casos extremos, onde haja risco iminente, ou para acervos notavelmente exemplares.

A proteção documental, contudo, só será viável se formos capazes de envolver a sociedade civil nesta tarefa, o que, por sua vez, dependerá de uma ação continuada e sistemática do Estado, através do sistema SPHAN/Pró-Memória, no inventariamento dos acervos documentais e no apoio à sua preservação como contrapartida à permissão do acesso público a essas fontes.

Rio de Janeiro, junho de 1987

1. Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, artigo 1.º. Grifos nossos.
2. Decreto-Lei n.º 25, artigo 1.º, parágrafo 1.º.
3. Brasil, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Legislação brasileira de proteção aos bens culturais*, s.1., 1967, p. 36-7.
4. *Id., ibid.*, p.39-43.
5. Lei n.º 6.757, de 17 de dezembro de 1979.

O DESAFIO DA INDEXAÇÃO NOS ARQUIVOS PERMANENTES TEXTUAIS

Helena Dodd Ferrez, Jerusa Gonçalves de Araújo e Rosely Curi Rondinelli

Sem dúvida, a maior característica deste trabalho é o seu empirismo. Quando decidimos apresentar este tema no VI Congresso Brasileiro de Arquivologia, motivou-nos o ineditismo do assunto e as reflexões advindas única e exclusivamente da experiência profissional. Daí a não apresentação de uma bibliografia ao final do texto.

Incentivadas por Maria Amélia Porto Migueis, arriscamos, pois, este texto que, se tem alguma pretensão, é a de estimular todo o tipo de discussão sobre o assunto.

O tema indexação tem sido, por tradição, reservado quase com exclusividade aos bibliotecários. Isto pode ser explicado pela própria diferença existente no trabalho de arquivo e de biblioteca.

Os arquivos trabalham conjuntos documentais, de origem comum e com uma relação orgânica entre si. As bibliotecas lidam com peças isoladas, de origem diversa, que se esgotam em si mesmas.

As bibliotecas podem ou não existir. Os arquivos surgem espontaneamente, como conseqüência da vida de uma instituição ou pessoa, que ficará refletida na organização dos seus papéis. Daí o princípio básico do respeito aos fundos, a característica da relação orgânica e a necessidade de se trabalhar conjuntos documentais.

A partir daí podemos responder, e ao mesmo tempo indagar, sobre a não tradição de índices em arquivos permanentes textuais. O fato de se trabalhar conjuntos documentais aparece como resposta. Num primeiro momento essa prática arquivística, tão diferente das bibliotecas, e que reúne os documentos por fundos, séries e, muitas vezes, em grupos e subgrupos, parece inviabilizar totalmente a elaboração de índices nos arquivos permanentes textuais. Afinal, indexação sugere classificação individual dos documentos. Mas, por outro lado, poderíamos indagar se não seria exatamente por isso que os índices deveriam existir nos arquivos permanentes textuais e não somente nos especiais, como os fotográficos ou cartográficos. Não seria a indexação a melhor maneira de dar voz ao texto encerrado dentro dos conjuntos documentais?

Em seu trabalho "Roteiro para a Elaboração de Instrumentos de Pesquisa em Arquivos de Custódia"[1], Maria Amélia Porto Migueis apresenta os índices como instrumentos auxiliares dos instrumentos de pesquisa principais, quais sejam os guias, inventários, catálogos e repertórios. Aí encontramos um ponto fundamental para a elaboração de índices em arquivos permanentes textuais. Trata-se da característica de complementação, isto é, em se tratando de arquivos permanentes textuais, o índice aparecerá *basicamente* como um instrumento complementar dos instrumentos de pesquisa principais para os quais remeterá o pesquisador que, a partir daí, irá ou não ao documento.

Tal característica não impede, porém, que em alguns casos, o índice seja um instrumento principal, isto é, um veículo que remeta o pesquisador diretamente ao documento. É o caso dos índices onomásticos de documentos probatórios.

Arquivos, bibliotecas, museus, independentemente da técnica, guardam informações e têm como objetivo comum sua recuperação rápida e precisa. Para tanto, há um instrumento igualmente comum às três áreas que é o índice. Sumário? Analítico? Isto quem dirá será a própria documentação mas, com certeza, ele deverá existir.

Se a Biblioteconomia, por suas características próprias, já avançou tanto no terreno da indexação, nada mais certo do que ir aos bibliotecários e aproveitar os conhecimentos que já dispõem nessa área. Isto se aplica ainda mais em instituições onde os arquivos e bibliotecas coexistem.

Aí está um ponto para o qual queremos chamar bastante a atenção dos arquivistas, bibliotecários e museólogos. Trata-se da uniformização dos termos para indexação que, a nosso ver, deve ser perseguida pelos profissionais da documentação. Com isto estamos visando mais uma vez ao bem-estar do usuário. A integração dos trabalhos de indexação em arquivos, bibliotecas e museus facilitará imensamente o trabalho do pesquisador, uma vez que abrigará sob o mesmo termo a informação registrada em diferentes suportes.

Quanto a esse aspecto, podemos citar experiências isoladas, como é o caso da Fundação Casa de Rui Barbosa, onde se busca uma uniformização dos termos não só na elaboração de índices para o arquivo e biblioteca, como também para os livros publicados pela Casa; e experiên-

Helena Dodd Ferrez é Coordenadora da Coordenadoria de Tratamento Técnico do Acervo do Museu Histórico Nacional; Jerusa Gonçalves de Araújo é Diretora do Centro de Documentação da Fundação Casa de Rui Barbosa, e Rosely Curi Rondinelli é arquivista da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Trabalho apresentado no VI Congresso Brasileiro de Arquivologia, promovido pela AAB de 13 a 18 de abril de 1986, na sessão dedicada a Temas Livres.

cias entre instituições, como é o caso da terminologia para a História do Brasil que vem sendo elaborada, conjuntamente, pela Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Museu Histórico Nacional (MHN), Museu da República (MR) e o Centro de Memória Social Brasileira (CMSB).

A indexação nos arquivos permanentes textuais ganha mais força quando se fala em automação. E os computadores estão aí mesmo, cada dia mais aptos a encontrar a informação desejada em décimos ou milésimos de segundos. Mas como "dialogar" com o computador e transmitir a ele nossa necessidade senão através de palavras-chave, de "mapas para a descoberta da mina"? E estas palavras, em linguagem controlada ou natural, surgem dos índices que temos em nossas cabeças, isto é, da decodificação de nossa necessidade de informação em palavras significativas, as quais, para que consigamos recuperar o que desejamos, deverão coincidir com as arquivadas no computador e que são resultantes da indexação.

Sabemos que no caso dos arquivos permanentes públicos, a indexação de textos é tarefa difícil, não prioritária, só existindo num nível de sofisticação. Entretanto, a equipe responsável pelo arranjo e descrição dos documentos da Divisão de Documentação Escrita do Arquivo Nacional do Brasil vem demonstrando que a idéia de indexar os arquivos públicos não é tão delirante assim. Tal equipe tem elaborado, a despeito do volume documental e da prioridade de arranjo, índices temáticos que acompanham alguns inventários que vão sendo concluídos. É o caso do fundo Conselho Nacional de Economia e da subsérie Pessoal, dentro da série Administração, relativa ao fundo Agência Nacional.

Outro ponto sobre o qual gostaríamos de refletir é a grande influência da abordagem da História na elaboração de um índice. O *boom* da História das Mentalidades, voltada para o estudo do cotidiano, saindo do excepcional para tratar de temas como loucura, bruxaria, queixas populares, bastardia, faz com que o indexador leia o documento a ser indexado com outros olhos, preocupando-se com a extração de termos não considerados até então.

Indexar os arquivos permanentes textuais, unificar a linguagem da documentação de arquivos, bibliotecas e museus, observar as tendências da abordagem histórica na elaboração de um índice, estas as idéias que trazemos para a reflexão de todos, esperando seu amadurecimento e frutos.

1. MIGUEIS, Maria Amélia Porto. "Roteiro para a Elaboração de Instrumentos de Pesquisa em Arquivos de Custódia." *Arquivos e Administração*, Rio de Janeiro, 5 (2): 7-20, ago. 1976.

MESA-REDONDA

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Mesa-redonda realizada no dia 13 de novembro de 1986 na sede da Fundação Nacional Pró-Memória no Rio de Janeiro, com a participação de Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão (**MCB**), professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, chefe do Setor de Arqueologia do Museu Nacional e membro do Conselho Consultivo da SPHAN; Maria Elisa Solá (**MES**), arqueóloga do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) de Minas Gerais; Paulo Junqueira (**PJ**), do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais; Regina Coeli Pinheiro da Silva (**RC**), Coordenadora de Arqueologia da SPHAN/Pró-Memória; e Ulpiano T. Bezerra de Menezes (**UBM**), professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

RPHAN: A legislação em vigor atende às necessidades de proteção do patrimônio arqueológico?

PJ: A lei em certos aspectos realmente se encontra defasada, mas eu costumo bater num ponto, que a questão não é tanto a lei. O problema que eu acho crucial e principal é uma conscientização, a nível geral, desse acervo enorme que nós temos no Brasil, tanto na área de arqueologia pré-histórica, quanto na da arqueologia histórica. Isso já foi debatido várias vezes, inclusive no próprio encontro em que foi firmado o Compromisso de Brasília. Consta ali que deveria ser incluída nos currrículos de primeiro, segundo e terceiro graus matéria que versasse sobre o nosso patrimônio, principalmente enfocando os aspectos da importância que isso tem para uma maior consciência nacional de brasilidade. Eu acho que realmente o problema está aí. No momento em que todos, a começar da base — acho que a coisa é realmente primária —, todos os brasileiros estiverem conscientizados da importância de manter e preservar esse acervo, não haverá necessidade de lei alguma. Então a pergunta é: por que ainda não se agilizou isso? Não sei. Acho que teria que haver um maior entrosamento, sobretudo agora que o MEC foi desmembrado em dois ministérios, o da Cultura e o da Educação, para a elaboração de um projeto de inclusão de tal matéria nos currículos.

MCB: Eu tenho um tempinho para responder? Concordo inteiramente com o que foi dito e teria uma proposta concreta a fazer, sobre um projeto específico, que seria um roteiro cultural e turístico do médio e baixo São Francisco. Seria um projeto a que eu daria o nome de "Projeto Origens", com um subprojeto, que seria a formação de sítios-museus. No meu projeto proponho como tema central: conhecer para preservar. Isso teria que ser feito desde o primário em forma de cartilhas, explicando que os nossos restos arqueológicos nem são tão poucos nem tão recentes. E como proposta de um projeto-piloto, eu começaria com a região de Central e vou dizer por quê. Primeiro, porque é uma região que fica perto de cidades tombadas pelo Patrimônio federal e estadual. Por exemplo, as cidades de Lençóis e Xique-Xique têm bens tombados, fazem parte de um conjunto. Segundo, porque eu reconheço ali o epicentro de manifestações culturais muito originais. O Projeto Central nasceu quando um estudante, que hoje integra a minha equipe, me mandou um caixote cheio de ossos fossilizados, e entre esses ossos de formas extintas eu reconheci a cartilagem de um gliptodonte. Então pensei: um lugar que preserva cartilagens deve preservar tudo. Mostrando isso a um paleontólogo da minha equipe, ele me disse: "eu não sei onde você achou isso, mas se for no Brasil, eu quero participar desse projeto". Então, por que eu proponho isso para o Central? Antes de mais nada, devo dizer que é uma região com 500 km² de *canyons*, grutas e abrigos repletos de milhares e milhares de pinturas. Muita gente daqui se deslocou para a Europa, para ir às grutas de Lascaux e Altamira, para ver a chamada "arte glacial", entre aspas, porque não gosto desse termo, a gente poderia até discuti-lo. É uma arte muito bonita, com representações de fauna extinta, o que mais chama a atenção nessas grutas, e localizada sempre dentro das grutas. Então, em contraposição a isso, reconheço em Central o que eu chamaria, apenas para efeitos didáticos, de "arte tropical" — isso não é uma classificação. É arte tropical no sentido de que esses restos, em toda a sua extenção, são banhados pelo sol em alguma hora do dia. Quase sempre esses restos e essas representações estão em *canyons* ou abrigos e em alguns casos em grutas, mas sempre pequenas e sempre banhadas pelo sol. Quer dizer, o observador não precisaria penetrar na gruta. Seria uma condição para montar um projeto desses, impedir que o observador penetrasse na gruta. Isto posto — quer dizer, rotulando a nossa arte de tropical, com essas características que nos fazem estar numa situação de superioridade em relação a essas outras que são exploradas turisticamente, didaticamente e educativamente —, eu acho imprescindível que a primeira coisa seja conhecer para preservar, no sentido educativo. Vou dizer por que escolhi Central. Em primeiro lugar, acho que os arqueólogos, grande parte dos arqueólogos, gostariam de provar que existem articulações culturais entre o litoral e o interior. É uma das tônicas da pesquisa de muita gente, uma das minhas tônicas, por exemplo. Então, localizei em sítios de Central pontas de osso, especialmente de macacos, tipologicamente idênticas às pontas de osso descritas no litoral. Me parece que é a primeira vez que se tem uma prova dessas migrações. Como se isso não bastasse, foi publicada na última *Revista do Patrimônio* [nº 21] a representação do cachalote, o que prova que esses grupos se desloca-

vam. O cachalote, que existe desde épocas pretéritas no litoral do Brasil, parece que está nas nossas costas entre março e outubro, o que corresponde à época de seca lá de Central. Uma segunda coisa é a presença de esqueletos na área, correspondentes ao chamado Homem de Lagoa Santa. Porque desde as pesquisas do século passado até hoje dizia-se (pelo menos a única especialista que nós temos nessa matéria, me parece que a Professora Marília Alvim, o Professor Tarcísio também), que o Homem de Lagoa Santa, o esqueleto com aquelas características, estaria como que confinado àquela região, àqueles 100 ou 200 km² de Lagoa Santa. Eu quero afirmar que esses esqueletos pertencem, indiscutivelmente, a essa série do Homem de Lagoa Santa. Uma terceira coisa seria a presença de figuras desenhadas com círculos concêntricos, como uma espécie de mocho, rodeado com figuras do tipo hipnagógico, hipnopômpicas, sugerindo o uso de alucinógenos antes da confecção de tais figuras. Isso é a continuação de um trabalho que eu fiz em Mato Grosso, de que vou falar daqui a pouco. Quarta, a presença de um observatório astronômico. Quer dizer, quando falo em observatório, falo de uma gruta com teto plano e um cometa de cauda curva de 1,60m. E cauda curva é cauda tipo de poeira, quer dizer, está classificado, portanto, entre os cometas mais recentes, cometa este associado a sóis e estrelas. Nós temos nove representações de cometas associados a sóis, e cinco cometas numa situação que eu diria bloqueados pelo sol. Há um sentido simbólico que me escapa, eu teria que estudar isso melhor. No caso desse observatório astronômico, não é só na parte da gruta propriamente dita que se vêem sóis, estrelas de dois graus de intensidade, de luminosidade, sol nascente, sol poente, sol em sua plenitude e esse cometa de cauda curva. Tem também um sol pintado na boca desta gruta, e do lado de fora da gruta existe uma fenda de pedra. Aparentemente houve intenção de fazer, ou aproveitar já um bloco, um banco de pedra para cortar aquele pedaço. Os astrônomos diziam que eu teria que provar que era um observatório astronômico, e uma das maneiras seria ficar de plantão (e nós ficamos no ano passado e neste ano) dentro da gruta, e no dia do solstício de inverno, o dia mais longo do ano, fotografar a entrada do sol, através da fenda, tocando o sol pintado. Essa experiência foi repetida em 21 de junho do ano passado e 21 de junho deste ano, e vamos repeti-la no próximo 21 de junho, para apresentar esses resultados no Congresso Internacional de Cosmologia. Esse observatório astronômico — eu não gosto de falar se é o mais antigo, isso para mim não tem

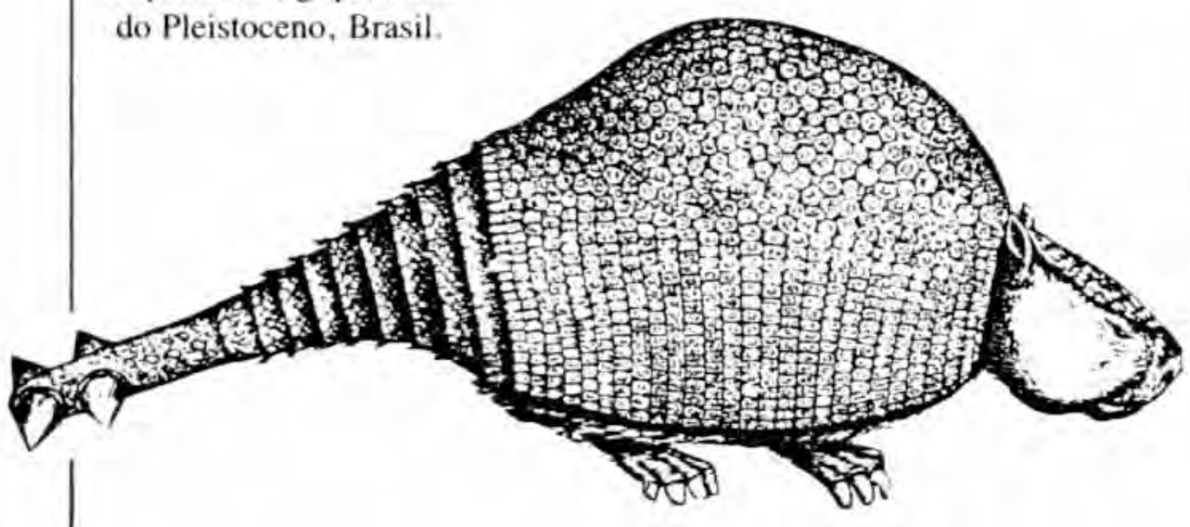
Eremotherium lundi, esqueleto, Pleistoceno de Jacobina, Bahia, espécime montado no Museu Nacional.



Paula Couto, em Josué Camargo Mendes, *Paleontologia Geral*, 1982.

importância; tem tanta importância um trabalho de arqueologia histórica de 300 anos, como um sítio mais antigo, de alta antiguidade — foi datado em 3 mil 230, 3 mil 210 anos mais ou menos. Por que ficamos com essa data? Nós temos duas datas, uma de mil e poucos, e essa segunda. Porque, associado diretamente a este carvão, existia um pedaço de limonita vermelha, com sulcos de retirada para pintura dessas manifestações. Como todas essas manifestações são astronômicas, ficou mais ou menos fácil vincular a data a essas representações de corpos celestes. Afora as representações já citadas, há uns outros ciclos que podem representar um fenômeno chamado Lagoa no Sol ou Lagoa na Lua, que ocorre em épocas de grande secura, quando o Sol e a Lua ficam cheios de halos luminosos e concêntricos. Fora disso, existe um lagarto diretamente associado ao sol da entrada da gruta e um outro ao do meio do observatório. Um zoólogo do Museu Nacional me disse que para ele não constituiria uma surpresa se isso fosse um observatório astronômico, porque o lagarto é um animal solar, isto é, o ciclo de atividade dele se dá nas horas de maior intensidade do sol. Quer dizer, isso tudo não é mera coincidência, há essa intenção. Fora desse observatório, existem outros dois lagartos. Num deles há uma intromissão do sol, quer dizer, está muito mais visível a situação. Há outras duas situações, uma delas está no filme, mostrando uma trajetória solar, alternância de sóis etc. Como há um simbolismo nisso tudo, a gente precisa de alguns anos para levantar tudo. Eu acho que está na hora da gente parar um pouco para pensar nisso. Por que surgiram essas manifestações no centro do Brasil? Eu concordo com o Professor Ulpiano, com a declaração que ele fez em 1983 de que não havia provas diretas de representação de corpos celestes. É muito natural isso, porque a gente estava estudando uma parte do país que tinha um grau de umidade muito grande. Então nós estamos eliminando as provas mais fracas e nos fixando em coisas desse tipo. E por que lá haveria um observatório astronômico? Justamente porque, com o grau de secura de regiões como a de Central, há um fenômeno que o Rogério Mourão me esclareceu, uma sensação de que o céu à noite, depois de muitos dias sem chover, baixa sobre a gente. Fora disto, eu acho que o homem pré-histórico estava naturalmente muito ligado a esse conjunto de forças da natureza.

Reconstituição de *Hoplophorus euphractus*, gliptodonte do Pleistoceno, Brasil.

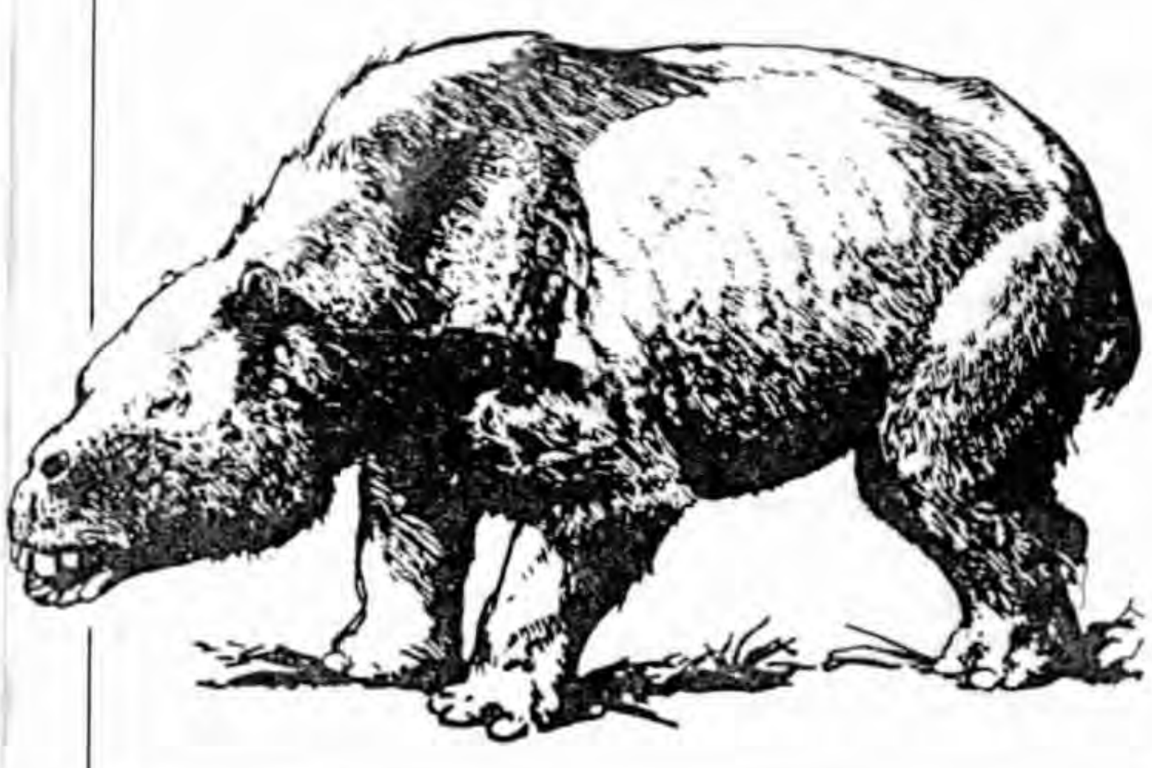


Paula Couto, em Josué Camargo Mendes, *Paleontologia Geral*, 1982.

Uma outra coisa seria um fato único de representações de fauna extinta em blocos que você não pode deslocar. São representações de umas preguiças extintas, da paleolhama, do toxodonte, do gliptodonte, do cavalo fóssil, do urso. De cada uma dessas espécies representadas eu tenho mais de um exemplar. Então seria mais uma razão para esse projeto piloto começar por Central. Uma outra seria a novidade que eu tenho. Eu acabei de chegar da Europa com essa datação. Nós já estávamos com uma série de datas cobrindo o período holoceno, quer dizer, indo até no máximo dez mil anos, e nós teríamos que partir agora para os sítios mais velhos. E eu comecei achar sítios de superfície com a presença de *choppers* exatamente iguais aos africanos. Eu encontrei, não uma , mas uma série de grutas com características semelhantes e comecei a escavar uma delas. Na superfície tinha carvão, uma fogueira mais ou menos extensa, datada de dois mil anos. Depois, uma série de camadas, o material está sendo datado, a gente datou a primeira e datou até onde estamos na escavação. Não foi surpresa para mim a data que eu consegui, a data que a gente tem é de 300 mil anos. Por todas essas razões, eu apresento aqui um projetinho com essas informações que eu acabo de deixar gravadas. Respondendo à sua pergunta sobre legislação, creio que ela não atende às necessidades, e a prova está aqui. Num trabalho que foi publicado na revista *Cultura* do MEC, eu falo das pinturas e gravuras do Mato Grosso, entre Coronel Ponce e Fátima de São Lourenço. Agora eu apresento a prova de que realmente não dá. Parte da parede que estamos estudando aqui está. Estão arrancando toda, como troféu, *souvenir*, não sei. Esta parede é uma coisa única, porque por mais que o homem pré-histórico central faça um toxodonte, ele nunca vai fazer de maneira igual. Claro que um paredão com gravuras assim existe na Bolívia, em outras partes, parece que existe também em Rondônia, mas com essas características, só existe o de Coronel Ponce. Então, eu encerro a minha exposição com um protesto.

RPHAN: Este material foi retirado?

Reconstituição de Toxodonte.
Pleistoceno, América do Sul.



Colbert, em Josué Camargo Mendes, *Paleontologia Geral*, 1982.

MCB: Foi retirado e trazido para mim por uma pessoa do Museu Nacional que é de Mato Grosso. Então, você veja a beleza desse material de arenito vermelho, desse traço, dessa gravura, lindíssima e única. Um esforço que a gente faz para apresentar um trabalho original que agora eu me pergunto se vai ter valor, porque as provas estão sendo retiradas.

UBM: Eu teria uma série de observações a fazer em relação ao que a professora colocou, mas responderei primeiro à pergunta. E começarei por reformular o que disse o Paulo, porque, a seguir o encaminhamento de idéias que ele apresentou, não terá sentido a gente votar para a constituinte daqui a dois dias. Se o que importa é a ação política enquanto práxis imediata, para que então ter um quadro das regras do jogo? Lei nenhuma cria comportamento, mas as leis primeiro inibem certos comportamentos que se consideram inadequados; em segundo lugar, induzem a certos comportamentos que se desejam. Então eu acho que é dentro desse caminho, sobretudo querendo saber quais são as regras do nosso jogo, qual o quadro dentro do qual se consideram adequadas ou inadequadas certas ações, que as leis são absolutamente indispensáveis. Mais ainda, não acreditaria em comportamento que não fosse de uma sociedade politizada, e uma definição da sociedade politizada é sua condição de organização formal. Tudo isso quer dizer que eu considero que o problema da legislação não é secundário, simplesmente tem que ser colocado no seu eixo adequado, saber qual o alcance que ele tem ou não. É nessa perspectiva que imagino deva ser colocado esse problema gravíssimo, e aí a resposta é a seguinte: nós temos que reformular toda a legislação referente a patrimônio. No que toca ao patrimônio arqueológico, não é só o problema da lei de 61. Há uma série de outras prescrições em diversos tópicos legais que eu não teria nem competência para tratar. O Código de Minas já define uma espécie de substrato, que depois será desenvolvido de maneira mais específica no campo arqueológico. No Código Penal, não o atual, mas os projetos que estão em curso, na redefinição do que seja crime contra o patrimônio da União estão incluídas várias figuras relativas ao patrimônio cultural e especificamente ao patrimônio arqueológico. Como legislação que ainda não se efetivou, mas está sendo discutida em diversos níveis, temos, por exemplo, as medidas de caráter corporativo que regulamentam a profissão de arqueólogo. Tudo isso são questões que não podem ser dissociadas, como também a vastíssima legislação estadual, e municipal em alguns casos. Sobre a lei de 61 eu diria que, em primeiro lugar, essa lei precisa retomar seus conceitos-chave, e não se trata aqui de problemas técnico-legislativos nem de pressupostos jurídicos. Quer dizer que se trata antes de mais nada de definição científica de uma série de elementos que são chave para aquilo que a lei depois vai propor. Há diversos conceitos que já na época não tinham justificativa e que hoje, manifestamente, são conceitos inoperáveis, como o conceito de jazida, por exemplo. Mas, sobretudo, o mais grave é a importância que a lei dá ao que se chama de achado. A lei praticamente gira em torno do problema da proteção ao achado. Vez por outra ela pensa em outras categorias, como, por exemplo, a existência daquilo que é fundamental, que é o problema do sítio arqueológico, precisamente a unidade que articula uma série de elementos de informação que compõem o

que interessa preservar, estudar. Então, a lei começa a ser deficiente na medida em que ela define mal o próprio objeto da proteção. Esse é um dos riscos fundamentais, mas há um segundo risco, da mesma gravidade, que diz respeito precisamente ao problema da preservação, associado ao problema da autorização de pesquisa. Claro que a pesquisa arqueológica destrói obrigatoriamente parte de seu documento, a não ser em casos bastante raros. Portanto, a pesquisa arqueológica por natureza diminui o conteúdo do seu objeto. Isso significa que ela tem que ser feita em condições determinadas, sob controle, efetivamente. Sem dizer de outras formas de pesquisa, como a pesquisa de campo, que não tem esse caráter predador por natureza. Acontece que o arqueólogo, por incompetência, má fé, ou seja lá o que for, pode agravar essa margem de predação na atividade científica. Não estou falando da depredação gratuita, seja a econômica, a do turista etc., a depredação que nós conhecemos, mas da depredação própria da pesquisa científica. Acontece que a lei para autorização de pesquisa não tem nenhuma exigência que garanta as condições adequadas. A falha principal a esse respeito é que a lei não exige projeto de pesquisa, e não há pesquisa que não seja realizada dentro de um projeto. No caso da arqueologia, projeto não pode se confundir com programa de operações de recuperação documental, como o programa de escavação, ou de levantamento de campo, qualquer que seja a sua natureza, *survey*, por exemplo. Projeto de pesquisa, antes de mais nada, tem que pressupor a existência desses *surveys* para poder, a partir daí, formular uma determinada problemática para quando se propuser um determinado encaminhamento segundo um quadro de um universo específico e dentro de uma série de questões operacionais. Isto para mim é um projeto de pesquisa. Sem problemática, não pode haver ciência. A lei, não exigindo projeto de pesquisa, não pode garantir, inclusive, que essa inevitável depredação de parte do conteúdo documental primeiro se restrinja ao mínimo indispensável e, em segundo lugar, tenha a contrapartida do conhecimento produzido. O que ela exige é a comunicação pelas pessoas do lugar onde se encontraram os achados arqueológicos. Depois, o grande interesse é saber onde os tais achados vão ser depositados. A lei prevê que o patrimônio arqueológico é patrimônio da União e, portanto, quem tem os tais achados tem apenas a sua posse, e não a sua propriedade. Ela também diz que esses achados podem compor coleções privadas. Essa passagem, do caráter público da propriedade ao caráter privado do usufruto me parece que não tem a menor justificativa. Esse é um problema a que a lei não faz a menor referência, só quer saber onde estão os tais achados. Por outro lado, há uma série de questões que talvez sejam mais recentes, talvez não pudessem ser previstas no momento em que a lei foi promulgada. Por exemplo, a atividade de amadores. Como definir a possibilidade, ou eventualmente a impossibilidade, da ação de amadores e não deixar a questão em aberto. O outro problema a que eu me referi é que a lei teria que prever as formas de acesso institucional ao produto da pesquisa de campo. Isto significa coisas extremamente delicadas e complicadas, porque o acesso não é só aos tais achados — artefatos ou aquilo que se poderia chamar de ecofatos, de vestígios que podem permitir a composição de um ambiente — mas a todo um conjunto de informações que, uma vez desfeitas as relações espaciais, deixam de ser disponíveis. Para isso, teria que se ter acesso institucional, mas isso envolve problemas, por exemplo, de direitos autorais. Envolve todo um problema de caráter ético, de ética da profissão. Há uma série de questões que poderiam ser normatizadas, um mínimo de normas básicas que deveriam ser propostas num texto legal, como essa lei em questão. Tudo que nessa lei consta como sanção teria que ser completamente reformulado, porque as sanções são extremamente violentas e, no entanto, ineficazes. Elas teriam que ter um mínimo de credibilidade, também, porque quando as sanções são muito fortes, quando a primeira pena é a pena de morte, ninguém leva a sério. Eu acho que ao lado das sanções, poderia haver uma série de incentivos que permitissem justamente que o tratamento do problema do patrimônio não ficasse nesse nível puramente policialesco de controle, mas se abrisse para perspectivas como essa que a Professora Maria da Conceição apresentou: programas de preservação e legislação. A lei não diz nada daquilo que hoje se concebe como sendo problema da preservação. Finalmente, há questões ligadas a algo que poderia servir para fazer avançar o campo da arqueologia entre nós, que são as pesquisas de salvamento. Estou pensando, sobretudo, nesses grandes projetos hidrelétricos, como no caso da Amazônia. Mas ainda há algumas outras questões, atuais, que não eram sequer imagináveis na década de 60. É o problema, por exemplo, da arqueologia subaquática. Na atual legislação não há a menor referência, e é claro que esta deveria estar presente. Uma outra coisa, que também está associada à arqueologia de salvamento, e que começa de certa forma a ser aplicada entre nós, é a chamada arqueologia por contrato. A arqueologia se desloca das instituições de pesquisa, das universidades, dos museus, e vai ter guarida nos escritórios de planejamento. Há escritórios de arqueólogos, e logo vai se importar isso. Aliás, já começou e é bom que a lei preveja antes que a coisa se instale de maneira deteriorada. É preciso que se provejam algumas orientações pelas quais isto deva ser encaminhado. Eu ainda acrescentaria alguma coisa com relação a uma legislação que toca, de uma certa maneira, no problema da pesquisa arqueológica, que é a legislação sobre expedição de campo. Havia um decreto de 69 que dispunha sobre a concessão de licenças para a realização de expedições científicas no Brasil. Esse decreto foi pensado, sobretudo, para os projetos internacionais, ou em que haveria cooperação com outros países, mas também para pesquisa de instituições nacionais. Este decreto foi refeito recentemente e ainda não foi regulamentado. Não houve mudanças básicas quanto ao de 69; apenas se transferiu do CNPq para o gabinete do Ministro da Ciência e Tecnologia a competência para autorizar pesquisas de campo, quaisquer que fossem. Parece que tem havido uma certa incerteza quanto à aplicação ou não do que prevê esse decreto — e aí eu me refiro principalmente ao de 69, já que o outro ainda não está regulamentado — às pesquisas arqueológicas. Eu acho que não, porque há um artigo nesse decreto, que diz o seguinte: "o presente decreto não se aplica: [...] b) às pesquisas incluídas no monopólio da União e àquelas reguladas por legislação específica, como de atribuição de outros órgãos ou ministérios". Acontece que existe o Decreto-Lei 25, de 1937, que fala, genericamente, do patrimônio arqueológico, incorporado ao patrimônio cultural. Depois há, especificamente, a lei do Jânio Quadros de 61, que é exclusiva sobre patrimônio arqueoló-

gico. Então não há por que se imaginar que esse decreto de 69, ou quaisquer outros venham a se sobrepor a uma lei federal. Eu levantaria ainda uma última questão que está, de certa forma, diluída na legislação geral sobre patrimônio: o problema da arqueologia histórica que, em termos de contexto de trabalho, apresenta as mesmas condições que as outras faixas de domínio arqueológico. Então, não vejo por que, em termos de preservação, proteção, valorização etc., deva ser tratada à parte. Uma série de questões que, embora se pudesse, do ponto de vista puramente científico, encaixar naquilo que eu chamaria de história da cultura material de sociedades complexas, exigindo, portanto, cabeça de historiador, métodos de natureza histórica, ainda não contam com uma série de aspectos puramente contextuais. Há, também, a natureza do registro documental e do trabalho com esse registro. É muito semelhante àquela do registro de sociedades iletradas, das sociedades de que habitualmente, mas não exclusivamente, trata a arqueologia.

MES: Na minha opinião, a legislação não atende às necessidades. Nós temos instrumentos de proteção — o tombamento e a lei 3.924 — que são específicos para a preservação de sítios arqueológicos. Primeiro a 3.924 que, formalmente, só vai proteger aqueles sítios que estão cadastrados na SPHAN. Você não pode tomar nenhuma outra providência, se o sítio não estiver cadastrado. Quer dizer, isto já te força a fazer falcatruas, pedindo o cadastramento antes. Segundo, protege somente o sítio arqueológico. O que é jazida, o que é sítio? Isso necessita de uma definição. Não adianta de nada num abrigo com centenas de metros, uma gruta ao lado etc., proteger só a parte que tem resquícios arqueológicos. É necessária a inclusão de um entorno, quer dizer, uma área que proteja os sítios arqueológicos e uma faixa que vá preservar a gruta; que o teto não seja devastado, não favoreça a infiltração de água que vai arrasar com todas as pinturas que possam estar lá; que proteja a mata em frente etc. A 3.924 não te dá chance de ter uma efetiva proteção do sítio, é muito pontual e mal explicada. Talvez, se tivesse sido regulamentada a tempo, essas questões pudessem ter sido melhor esclarecidas. Como está, ela dá margem para um minerador contestar a lei, arrasar tudo, e deixar o miolinho de sedimento que têm os vestígios. No momento faz falta uma regulamentação dessa lei, ou qualquer outra providência, porque, tal como está, ela cria dificuldades quando vai ser aplicada. Por outra parte, tem um artigo que diz que, na aplicação dessa lei, têm que ser respeitados os pedidos de lavra e pesquisa. Isso é um problema sério, porque se uma mineração tem um pedido de pesquisa, não estou dizendo nem de lavra, e vai pegar um sítio arqueológico, você não pode tomar providência nenhuma. No máximo, você pode ir no DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) tentar fazer alguma coisa, mas se o grupo for forte e quiser continuar, ele vai continuar, nós só vamos poder agir quando findar aquele período e, até lá, o sítio pode ter sido todo destruído. Quase todos os sítios de Minas Gerais que estão no calcário, e a maioria está no calcário, estão com pedido de lavra ou pesquisa. Graças a Deus a maioria não está sendo explorada. Temos também o caso de a gente chegar para fazer prospecção num local e encontrar exatamente os sítios arqueológicos dinamitados, sem utilização, e ao perguntar ao capataz por que, ele responder que se isso aqui dá problema com o Patrimônio, então é melhor a gente arrasar de uma vez para não dar problema. Frente ao problema da falta de definição do sítio arqueológico e da noção de entorno, a gente pensa então num tombamento, que é outra alternativa. O tombamento já tem o sentido do entorno, já atende mais ao intuito da preservação. Aí surge a questão da pesquisa em sítios tombados. Atualmente, interpreta-se a lei de modo a impedir escavações nesses sítios tombados, já que o artigo 17 diz que tais sítios não podem ser mutilados, destruídos etc. No meu modo de entender, o sítio arqueológico só tem sentido, só vai se tornar útil, digamos, com a presença do estudo arqueológico. Evidentemente falo da atividade científica no seu mais alto nível, atendendo aos problemas de que o Ulpiano falou, como elaboração de projetos, cronogramas etc., e com toda uma perspectiva ética, de deixar um ponto do sítio resguardado para futuros estudos. Isso já entra na ética do pesquisador, da sua profissão. Então não sei se o Patrimônio teria que legislar sobre uma coisa que diz respeito à ética de uma profissão. É uma questão delicada. Temos exemplos de que em diversos bens tombados são feitas intervenções, inclusive de pesquisa, evidentemente depois de julgar se ela é procedente ou não. No caso do sítio arqueológico, com a lei deficiente, não permitindo às vezes ações emergenciais, eu acho que seria interessante considerar a realização do tombamento e permitir pesquisa, desde que seja apresentado um projeto bem elaborado como manda a norma da ciência. Isso seria uma saída, por enquanto, mas acho que se deve pensar numa nova lei, considerando os problemas atuais de preservação, e também pensar nas leis que nós temos, que são complementares, às vezes, à preservação dos sítios arqueológicos, como o código de florestas e o código de águas. Na hora de se pensar uma nova legislação tem que se tentar englobar tudo.

RPHAN: E as legislações estaduais?

MES: Vários estados não têm legislação própria. Eu sei que o Paraná tem uma legislação muito interessante, justamente para preservar os sítios com objetivo de pesquisa.

UBM: Em São Paulo, além da legislação de patrimônio geral, recente, de 68, há um decreto estadual de 1952, que é específico para a proteção do que então se chamava jazida pré-histórica. Além do Paraná, deve haver em algum outro estado.

MES: Deve haver mais algum que, sentindo o problema da pesquisa e da preservação, tenha feito leis explicitando como a pesquisa poderia se realizar. Agora, eu concordo plenamente com o Paulo, de que lei é coisa para curto prazo. O substrato disso tem que ser um amplo programa de conscientização. Isso tem que ser o pano de fundo de tudo.

RC: Eu acho que tudo que foi dito aqui, procede, e vou jogar um pouco da minha experiência em preservação. É possível, sim, preservar sítios arqueológicos brasileiros com base na lei federal 3.924. Então, se é possível, vamos ver quais os problemas que nós enfrentamos para desenvolver tal tarefa. Primeiro, conscientização comunitária, isso é inquestionável. Inclusive é uma linha que a gente vem tentando desenvolver na Pró-Memória.

Mas eu acho que mais grave que isso é a conscientização do próprio arqueólogo. Porque se nós temos uma legislação que coloca o sítio arqueológico sob a tutela do Estado e o considera patrimônio cultural da nação, ele tem que ser visto não só do ponto de vista científico mas também como patrimônio de uma comunidade. Nesse momento, a gente tem que ver o arqueólogo como a pessoa que também vai colaborar nesse trabalho de conscientização comunitária. Nós encontramos muito poucos arqueólogos que se interessam pela área de preservação do patrimônio arqueológico. Isso é uma coisa que está começando a suscitar interesse agora. Então já vemos um problema, que é a conscientização comunitária, a falta de arqueólogos com uma visão voltada para essa conscientização, e o fato de que essa legislação está aí para ajudar a ele, não é inimiga dele. Aí a gente conta com um problema. Nós estamos com uma legislação que é de 1961, quando a realidade era totalmente diferente. Na época, se tínhamos mil sítios cadastrados, era muito. Hoje, temos mais de cinco mil pré-históricos. A realidade é outra. A legislação tinha a preocupação de sustar o aproveitamento econômico do sítio arqueológico, especialmente do sambaqui. Essa legislação passa por alto nos outros tipos de sítio, mas para sambaqui ela dá dez definições. Hoje, além do aproveitamento econômico, a gente tem o crescimento urbano, a própria cidade. O instrumento para que o órgão de preservação possa agir e sustar a destruição do sítio arqueológico é o cadastro. Qual é o arqueólogo que encaminha o cadastro devidamente preenchido? Nenhum. Um arqueólogo da SPHAN, que precise atender a uma denúncia de destruição de sítio arqueológico, vai ter dificuldade de saber se aquele sítio que está sendo destruído é o que está cadastrado. Se consegue identificar, não vai ter condição, com base no cadastro, de ter acesso a esse sítio, porque o próprio pesquisador detém a informação do acesso ao sítio arqueológico. Talvez seja uma deformação do cadastro. Outro problema é o da propriedade. A legislação define que os sítios arqueológicos são propriedade da União, mas em determinado momento fala em problemas de entrada em área de propriedade particular, onde se situem sítios arqueológicos. Quer dizer, é uma coisa que deixa a desejar. A lei comum que dispõe sobre solo e subsolo não é válida neste momento. Então você tem a própria terminologia, a indefinição do que vem a ser o objeto de proteção. A legislação fala ora em monumento arqueológico, ora em sítio, ora em jazida. Jazida é um termo econômico. Nós contamos com essa legislação e também podemos tentar absorver alguma coisa de outro tipo de legislação, como, por exemplo, o Código Penal, que especifica que alterar, destruir, coisas protegidas por lei federal é crime. Com base nisso, a gente pode estender e repensar todo esse conceito do que vem a ser um sítio arqueológico e o valor dele enquanto patrimônio cultural e patrimônio científico. Uma lei que saiu agora dá atribuição à autoridade naval para legislar, decidir, sobre toda a área que nós consideramos como arqueologia subaquática. Então, nós temos mais uma lei de preservação do patrimônio. Tem também o problema dos pedidos de autorização para projetos de pesquisa. O arqueólogo não encaminha o seu projeto de pesquisa com informações que dêem condições ao órgão federal de realmente proteger a atividade dele como pesquisador no campo. É preciso tentar regulamentar a pesquisa arqueológica, a pesquisa científica. Estamos também tentando um contato com o Conselho Federal de Educação para a inclusão da cadeira de preservação de bens culturais no currículo de 2.º grau. Quanto ao problema das coleções particulares, eu discordo do Professor Ulpiano, porque a legislação não define a coleção particular. O que existe são as coleções particulares formadas, anteriores a 1961, e uma lei não retroage. A legislação atual não dá essa abertura, uma vez que coloca a pesquisa ao nível de uma instituição de pesquisa científica que, esta sim, pode ser particular ou privada, sob a supervisão, em relação ao material arqueológico, onde está guardado. Quer dizer, temos aí uma série de problemas que a gente tem que ver, e o que está chamando mais atenção é o da formação do arqueólogo enquanto preservador do patrimônio, que subentende uma série de informações, inclusive do ponto de vista jurídico. Você está trabalhando com propriedade da União, com direito autoral, especulação econômica, aproveitamento econômico, que têm diversas legislações envolvidas. Eu acho que é uma tarefa do arqueólogo se especializar em preservação do patrimônio arqueológico, uma realidade completamente diferente. O que nós vemos é o arqueólogo se manter muito nessa postura de cientista, um pouco distante da comunidade. Se a gente prega que a comunidade é a melhor guardiã, é proprietária da sua cultura, é uma obrigação do arqueólogo traduzir aquilo que, para ele, está em linguagem científica, para o real proprietário, que é a comunidade. São pontos que têm que ser pesados na realidade de preservação arqueológica. Há também a realidade da arqueologia dentro da SPHAN, do órgão de preservação, o Patrimônio federal legislando em algo que tem a ver com a ética da profissão de arqueólogo. Sim, para isso, conta com arqueólogos. Mas está legislando também em algo que considera como patrimônio da nação. Quer dizer, esta é uma outra visão que o cientista também tem que ter. Ele também está ali para fazer valer a lei federal. Não é tarefa só do arqueólogo da SPHAN. Eu queria ainda colocar duas coisas que foram apresentadas. Uma, a proposta de regulamentação da lei. Acho que nem cabe mais dizer que a lei não perde a sua força porque não foi regulamentada. Em 1961 não se achou necessária a sua regulamentação, e hoje em dia não cabe mais. Se a gente tem que partir para alguma coisa, é uma nova lei. Outra coisa é o tombamento, como a gente vê isso. Tem aquele problema de modificar a feição original do sítio, mas acho que nem é por aí. A um arquivo que não está atualizado e tem cerca de cinco mil sítios arqueológicos pré-históricos, somam-se os sítios históricos. Para tombar cinco mil áreas mais o seu entorno, e mantê-las tombadas, você tem que ter uma organização industrial. Em casos excepcionais eu não discuto. Existem sítios arqueológicos que foram tombados antes de 1961. Quando veio a lei de 61, esses tombamentos foram congelados. Em São Paulo ficaram somente aqueles de Pedra do Ingá, que são gravuras, gravações, que não interferem. Na minha visão, eu digo o seguinte: não vejo um sítio arqueológico que não esteja sob ameaça de destruição, mesmo aquele que eu ainda não sei que existe. Então, de repente alguma outra coisa tem que ser pensada. Não o tombamento, que é uma coisa pontual. Essa outra coisa é o arqueólogo que tem que ver, inclusive este outro foco, o problema social. O pequeno proprietário que tem um sítio arqueológico no seu terreno e vende as conchas para sobreviver. O problema so-

cial existe, a gente tem que ter uma visão mais ampla, e os arqueólogos não têm esse tipo de visão. Não adianta fazer uma nova lei e não ter o apoio da comunidade arqueológica e da comunidade local.

RPHAN: O cadastramento é feito só pela SPHAN, ou existem outros órgãos que também cadastram?

RC: Os órgãos estaduais podem perfeitamente cadastrar, as instituições de pesquisa têm os seus sítios arqueológicos cadastrados.

RPHAN: Como se tem procedido com o material descoberto? Existe uma política de formar coleções centrais, regionais e até mesmo locais para o necessário trabalho de comparação? Essa política tem sido bem-sucedida?

PJ: Em relação ao material descoberto, evidentemente fica na instituição de pesquisa que elaborou o projeto e está em processo de estudo desse material. Mas, de qualquer maneira, o material guardado na instituição está sempre à disposição de qualquer pesquisador nacional ou estrangeiro. É uma praxe da Universidade Federal de Minas Gerais, e acho que nas demais também. Quanto à colocação do material, por exemplo, no caso de Lagoa Santa, antes de ter sido criado um setor de arqueologia na Universidade, todo o material coletado foi depositado no Museu Nacional. Então, a gente tem realmente uma separação dessa coleção, mas, quanto a isso, acho que não há problema, porque qualquer pesquisador tem acesso. O que se tem procurado fazer, para sanar um pouco esse problema, é no sentido de que as áreas não sejam mais superpostas. O pessoal tem procurado trabalhar dentro de um mesmo estado, mas não na mesma área.

MCB: O Museu Nacional, até uma certa época, por tradição recolhia muito de tudo que existia no Brasil todo, com raras exceções. Universidades muito atuantes, como a de São Paulo, as universidades do sul e da Amazônia, também recolhiam. Bem, havia casos específicos, como o de Lagoa Santa. O material ficou no Museu Nacional porque o CNPq exige que uma instituição dê aval à expedição que vem do exterior. No caso, ficou o Museu Nacional como avalista das expedições que se instalaram em Lagoa Santa. Mas eu acho que a solução é a regionalização, o que não impede que haja um entrosamento grande entre as equipes. O momento é de regionalização, e nesse projeto que eu apresentei, o Projeto Origens, proponho um galpão, que seria uma espécie de laboratório-museu, capaz de recolher as coleções, justamente visando a uma ação comunitária.

UBM: Eu estou entendendo coleção, aqui, não só como um conjunto de artefatos mas também como um suporte de informação, o que torna a coisa um pouco mais complexa. O que se tem definido mais recentemente é a vinculação das coleções aos projetos de pesquisa. Isto significa que as coleções têm a abrangência, e também a coerência ou incoerência, que têm os projetos de pesquisa, até no nível da situação geográfica. Isto é, na própria coleção manifestam-se os aspectos positivos e negativos da conceituação ou da problemática que deveria estar explícita. Muitas vezes ela não está explícita, mas implícita ela sempre está nos projetos de pesquisa. Se a gente for examinar as coleções — e aí tiro o caso das instituições mais antigas, porque é outro tipo de contexto — e, pensando só nas instituições mais recentes, nesses acervos o que vai transparecer é uma disparidade muito grande no que diz respeito à própria concepção do que seja projeto de pesquisa. Nesse quadro o que se coloca é o problema da validade, do interesse ou desinteresse de tais coleções nacionais, regionais ou locais. São questões que se colocam em outras áreas do patrimônio, áreas museológicas propriamente ditas. No caso da arqueologia, é necessário fazer aquela distinção a que me referi, quer dizer, o âmbito da coleção do ponto de vista institucional e o âmbito dos projetos. Eu endosso a perspectiva da Professora Maria Beltrão, privilegiando as instituições locais. Aí, é o aspecto institucional do problema, mas os projetos não. O projeto tem que ter como referência, tem que definir como objeto, algo que vai ser produzido ao longo do seu próprio desenvolvimento, isto é, o território que se refira ao sistema de assentamento que, a meu ver, é o único horizonte completo num estudo arqueológico. E não um sítio arqueológico ou a multiplicidade de sítios arqueológicos, como ainda domina entre nós, apesar de uma série de restrições recentes. Eu gostaria de retomar o problema dos três níveis de valores, e não só de âmbito: a coleção nacional, regional e local. Se a gente quiser que estas coisas realmente signifiquem valores, o que me parece básico na definição do próprio conceito de patrimônio, elas precisam estar amarradas a seus beneficiários imediatos, que são os imediatamente mais próximos. Não tem sentido que se definam valores apenas em função de usuários externos. Acho que se trata de uma confusão, de uma visão inadequada, em que os valores ditos culturais são valores externos à vida cotidiana, à vida do trabalho, são valores de pura visualidade, quer dizer, de uma contemplação totalmente descompromissada e desenraizada de qualquer contexto de vida. A meu ver, isso vai de encontro ao próprio conceito antropológico de cultura. É preciso pensar em cultura como algo que está presente em toda a ossatura da organização da vida humana. Portanto, não se pode reduzir os valores culturais a um tipo exclusivo de fruição e, de preferência, a um público externo. Por isso, eu imagino que os museus locais, no nosso caso aqui, devam ter prioridade sobre todos os outros níveis de organização institucional. Isso não impede que haja programas, projetos, que articulem as coleções e os outros recursos institucionais. Por exemplo, que se organizem exposições para dar uma proximidade que permita entender fenômenos mais amplos como as grandes linhas de ocupação do território nacional. São atividades múltiplas, que podem articular essas instituições, sem que para isso haja necessidade de criar instituições centralizadas. Sem contar o ponto de vista prático, onde seria totalmente inviável criar-se um museu nacional arqueológico. Mesmo os museus regionais, ainda que possíveis, não estão dentro da nossa ótica imediata. No entanto, há um aspecto em que considero indispensável a centralização. Refiro-me ao cadastramento, que justamente diz respeito a um outro aspecto do que constitui o acervo arqueológico. Aí estou me referindo sobretudo à informação que não necessita forçosamente da existência de seu suporte original, mas pode ser codificada. O cadastramento tem importância não só na identificação daqui-

lo que será objeto de preservação, mas na própria organização da pesquisa, se se quiser superar o sítio como objeto exclusivo da atenção do arqueólogo. A noção de território seria uma noção estratégica muito mais importante para definir qual seria esse espaço, na medida em que seria impensável pressupor comunidades isoladas, que não se aglutinassem sob formas diferenciadas. O cadastramento prévio é fundamental para poder balizar essa unidade espacial que vai ser objeto de um projeto de pesquisa. Por outro lado, é dentro da noção de território, que para se definir precisa das informações que só um cadastro geral pode trazer, que alguns aspectos da preservação física da nossa documentação vão ter que ser considerados. Por exemplo, é só dentro desse espaço, de área, de região, que vou poder estabelecer uma estratégia de escolha dos sítios que serão escavados e métodos ou técnicas que não posso propor em abstrato. Tenho que ver que tipo de informação estou procurando, a partir do tipo de problema que foi colocado. Portanto, não é só por razões de natureza patrimonial, para a preservação e valorização do patrimônio, que o cadastramento é indispensável, mas também para a própria organização adequada do trabalho científico. Isso me leva a crer que, nesse caso, uma política de centralização de informação é recomendável.

MES: Eu concordo com o Professor Ulpiano, mas ainda acho que a questão da regionalização é um assunto muito perigoso. É um ponto do domínio do pesquisador dentro daquela área. Quer dizer, o pesquisador tem um problema e vai procurar o fio da meada, onde for. Então, eu entenderia melhor uma regionalização da idéia, ou a região de uma idéia, não uma regionalização física. Acho que outro problema sério que a arqueologia tem é que as publicações são muito deficientes. Lendo as publicações, você não consegue ter uma idéia real do material, mesmo porque, às vezes, as metodologias utilizadas para estudo do material são tão divergentes que nem se pode fazer comparação através de outra literatura. Então está nascendo a idéia de montar coleções comparativas, e estamos pensando em fazer um banco de dados de microfichas e alguns periódicos. Frente à dificuldade das publicações, está se sentindo a necessidade de comparar materiais. Em relação aos museus locais, acho que tem que ser dada maior ênfase. Faz falta uma integração dos dados obtidos no campo, inclusive para os pesquisadores. Não sei se o museu seria a melhor forma, mas a necessidade existe. Uma coisa importante também seria o cadastro das coleções particulares. Isso tem que ser olhado pelo Patrimônio. Em Minas Gerais estamos pensando em partir para esse tipo de trabalho, porque você às vezes está com essa informação fora do contexto, mas ainda valiosa.

RC: Eu só queria colocar duas observações. Eu também vejo uma solução mais racional nas coleções regionais que ficariam em museus. A dificuldade está na manutenção desses museus, que não contariam com tantos recursos como um museu nacional. Então, acho que a idéia seria partir para exposições regionais, com o apoio dos pesquisadores.

RPHAN: A disposição legal que manda notificar o Estado da descoberta de material arqueológico vem sendo cumprida? Tem-se controle científico dos achados arqueológicos em todo o território nacional?

UBM: Do ponto de vista teórico, essa exigência de notificação não me parece uma das coisas mais adequadas, ou pelo menos não se deveria colocar nela muito peso, porque esta notificação em geral ocorre em situações de emergência em que há necessidade de tomar providências imediatas. Inclusive a não resposta de um particular provoca uma reação negativa, que vai cada vez mais distanciando-o de participar desse quadro de valores e interesses. No entanto, a resposta imediata teria que ser a pesquisa, e não só o levantamento de informações para cadastro. O próprio cadastro só tem sentido se estiver dentro do horizonte de pesquisa. O que eu imagino mais adequado, mais salutar, é que não se dependa desse tipo de notificação para montar o cadastramento. Pelo contrário, que não só do ponto de vista de um órgão central, como seria o caso da SPHAN, existam projetos específicos de cadastramento com recursos específicos e pessoal específico. O projeto de cadastramento é coisa chata, dura, lenta de se fazer, é coisa que exige muito tempo e recursos. Não vejo ainda, nem como possibilidade a curto prazo, que se possa desenvolver sistematicamente um projeto de cadastramento entre nós. Acho que todos já perceberam o interesse, mas ainda não vi quais os movimentos concretos para se encaminhar o cadastramento. Isso me parece também natural, porque na maior parte dos casos a nossa pesquisa está articulada à carreira acadêmica, e, embora não seja impossível, é muito difícil que um projeto de cadastramento possa ser mobilizado para o modelo habitual de tese que a vida acadêmica exige. Se houvesse o cadastramento como atividade permanente, com escola adequada, que precedesse quaisquer outras atividades no campo, a notificação seria alguma coisa complementar e extremamente casual, que não teria o mesmo peso que tem neste contexto. Quanto à segunda questão, diria primeiro que houve tentativas a respeito, de forma institucionalizada, que tiveram aspectos positivos e negativos. Dezenas de instituições participaram desse projeto e havia total circulação de informações. Agora, se você quiser saber se existe alguma plataforma mais ou menos estável nesta situação de informação, ela não existe. Desde que se fundou a Sociedade de Arqueologia Brasileira começou a haver condições favoráveis para que certo tipo de informação pudesse circular, mas de forma ainda inadequada. Não se trata daquela base necessária que pudesse efetivamente servir de suporte para projetos interdisciplinares, até mesmo no emprego da própria fonte.

MES: O IEPHA de Minas Gerais tem um projeto de inventário de patrimônio e acervo cultural, do qual participam historiadores, arquitetos, arqueólogos e espeleólogos. O projeto se baseia nas microrregiões estabelecidas pelo IBGE, e, município por município, nós vamos fazendo o cadastramento. Os dados, assim que estiverem organizados, serão passados para a SPHAN. Mas enfrentamos um problema sério nesse cadastramento. Ele vem sendo feito por instituições de pesquisa e observamos que freqüentemente um mesmo sítio é cadastrado por várias instituições com diferentes siglas, e o inverso também acontece. Algumas instituições não comunicam os achados à SPHAN. Então eu também não sei o que estou cadastrando. O

problema do cadastro está muito sério. Não há uma linguagem comum, sente-se a falta de informação precisa, de publicações regulares e específicas.

RC: Na SPHAN existem dois tipos de notificação: uma é a da entrada da informação da descoberta, a outra é a saída da gente à procura dos proprietários das áreas dos sítios arqueológicos. A descoberta também tem dois tipos de entrada na SPHAN: a descoberta fortuita, que geralmente chega até nós pela imprensa, e aquela ligada aos próprios projetos de pesquisa arqueológica, embora muito pouco tenha sido encaminhado. Esse tipo de notificação é importante porque geralmente a informação do achado fortuito permite detectar um novo sítio, talvez não cadastrado. Mas a informação vem muito pouco via pesquisador, inclusive quando se trata de destruições de sítios arqueológicos e denúncias de saída de material do país. É uma pergunta para fazer aos pesquisadores: por que vão à imprensa e não estabelecem um contato direto com o órgão? É o problema do cadastramento. A SPHAN não cadastra, não tem um projeto de cadastramento, e o cadastro chega à SPHAN via pesquisador.

MCB: Um cadastramento, para ser bem feito, exigiria, entre outras coisas, o levantamento topográfico do sítio. E isso é muito caro. Acabo de senti-lo na própria pele, ao tentar levar um bom topógrafo, com conhecimento de arqueologia, para fazer o cadastramento do sítio e da região de Central.

RPHAN: Quais os critérios que determinam a competência do pesquisador de campo para efetuar escavações arqueológicas? Cabe à SPHAN avaliar?

RC: A arqueologia não é uma profissão regulamentada. De um tempo para cá é que os arqueólogos têm se firmado como profissionais e, inclusive, têm seu objeto de trabalho mais definido. A legislação diz que o sítio arqueológico e tudo que nele se encontra é patrimônio da União e que todo trabalho de pesquisa arqueológica tem que ser previamente submetido à SPHAN. Quer dizer, se é patrimônio da União, compete à União autorizar ou não a mexida no seu patrimônio. Agora, do ponto de vista metodológico, de critérios, isso é de competência exclusiva do arqueólogo, do especialista. O documento de autorização não é uma carteira de identidade de arqueólogo. Não se passa a ser arqueólogo só porque se tem uma autorização da SPHAN. E só se pensa que a autorização tem tal poder porque a profissão não está regulamentada. Uma forma de policiar a atividade de não-arqueólogos seria justamente submeter previamente à SPHAN o pedido de autorização. Originalmente, a exigência era que a União fosse comunicada e autorizasse a mexida por parte do pesquisador, inclusive enquanto autorização de pesquisas de interesse para a arqueologia. Em função da não profissionalização, da não regulamentação da profissão de arqueólogo, esse documento de autorização passou a ter outro significado. Acho que não me cabe julgar se isso é certo ou errado. Na minha opinião, não é da competência da SPHAN dizer se determinado projeto está correto ou não. A SPHAN, como órgão que representa a União, deve apenas saber o que está acontecendo no seu patrimônio, o sítio arqueológico. A SPHAN não recebe um amador. Uma pesquisa que é clandestina não chega à SPHAN, e justamente por isso é clandestina. A pesquisa arqueológica só pode ser desenvolvida através de uma instituição científica. Quando uma instituição encaminha um projeto de pesquisa, endossa o pesquisador, que tem autorização enquanto pesquisador de uma instituição.

RPHAN: A SPHAN tem prioridade de pesquisa?

RC: Teria prioridade se fosse essencialmente um órgão de financiamento projetos. Este critério de prioridade é dado pela instituição que vai desenvolver o trabalho, o que não impede que a SPHAN/Pró-Memória possa financiar trabalhos de pesquisa, trabalhos arqueológicos, e aí, sim, vai ter esse critério muito mais voltado para as atividades de fiscalização, cadastramento e proteção.

MES: A situação do arqueólogo é complicada. Só recentemente começou a existir a graduação em arqueologia. Por isso você encontra muitas pessoas que exercem a arqueologia sem ter título. Às vezes têm o título mas não são capacitadas. Portanto é confuso dizer quem é arqueólogo e quem não é. Atualmente a coisa é mais fácil porque são poucas as instituições que fazem projetos de arqueologia, mas no futuro a gente pode chegar a uma situação como a da Europa, onde, num território mínimo, milhares de pessoas brigam pelo mesmo espaço. Não sei se já é tempo de pensar nesse tipo de problema aqui no Brasil. Mas dentro da idéia de que o pesquisador vai atrás das idéias e não dos locais, ele pode eventualmente vir a precisar fazer um trabalho na área de outro pesquisador. Então, é preciso ter um controle disso, um mecanismo como um corpo idôneo de consultores ou qualquer coisa assim.

RC: Você não acha que essa questão da interferência é muito mais da competência de uma Sociedade de Arqueologia Brasileira? Acho que é até um problema de ética profissional.

MES: Eu só quero lembrar que em outros países onde há uma concorrência muito maior, um impasse pode ser criado. Acho que se deveria pensar como a SPHAN agiria frente a um impasse semelhante.

UBM: A Regina tentou acentuar, no caso da competência institucional da SPHAN, o campo da informação. Não é bem o que a lei prevê, e aliás não é bem o que as legislações que eu conheço prevêem. Não há uma legislação dos países que têm uma política de patrimônio desenvolvida que não preveja a autorização exatamente nos mesmos termos, ou semelhantes em que a nossa prevê. Todas elas falam de autorização em termos explícitos, deixando claro que autorização significa avaliar o pedido que é feito em todas as suas dimensões.

RC: Isso não implica em informação.

UBM: Mas não é um problema de informação. Acho que a competência da SPHAN nessa área tem que ser definida como proteção legal e a proteção legal envolve aspectos ligados à ma-

nutenção desse patrimônio em função da pesquisa. Isso significa — a lei não fala em autorização, fala em permissão — que a permissão pode ser negada, pode ser concedida, em função de critérios que não estão muito especificados aqui. Algo que pode ser permitido, autorizado, ou não, tem que ser fundamentado em critérios segundo os quais se examinem as propostas feitas. Aqui, então, há uma diferença fundamental entre um pedido para uma pesquisa arqueológica feito à SPHAN, que é autorização para realização ou não, e um pedido feito ao CNPq ou à FINEP, que é um pedido de financiamento, de auxílio apenas. No caso pode-se negar o auxílio, mas não a autorização para realização da pesquisa. Porque o que está envolvido aqui é o mesmo problema das outras áreas de patrimônio. Não sei porque para as outras áreas não é problemático falar-se em autorização, permissão, ou até mesmo controle para intervir num monumento tombado. Para qualquer tipo de intervenção que atinge o nível físico do objeto é necessária uma autorização, que pode ser concedida ou negada. Então não vejo por que isolar o patrimônio arqueológico do restante. Efetivamente, há uma competência que é exclusiva do Estado nesse campo, e ele não pode abrir mão dela. Agora, como a realizar é uma outra conversa. No caso da arqueologia, a situação é delicada porque, precisamente, ao contrário até mesmo de outros tipos usuais de pesquisa de campo, a arqueologia destrói parte do seu contexto documental no trabalho de pesquisa. Então, o que está envolvido aqui não é o problema das orientações teóricas dos arqueólogos; o que tem que se observar é o reflexo da sua proposta, do seu tipo de trabalho, na preservação material desse patrimônio. Então, eu deslocaria o problema da competência do pesquisador para a competência do projeto de pesquisa. Se existe projeto, já existe pesquisador competente. Uma solução corporativa como, por exemplo, a que uma lei que regulamentasse a profissão viesse trazer não seria adequada. Aí nós estaríamos à margem da questão, ou pelo menos, do que é essencial na questão. Para mim, esse âmago continua sendo o projeto de pesquisa, não suas formulações, opções, escolhas conceituais, teóricas, metodológicas e ideológicas, e sim as implicações que tudo possa ter, até mesmo do ponto de vista puramente prático, no nível da preservação. Regina, onde você vê na lei a possibilidade de discriminar o profissional do não profissional, a instituição do particular? Porque você sabe que os casos de particulares amadores são extremamente comuns, ou foram extremamente comuns, mas se a lei não discrimina, você não tem o direito de discriminar.



Luciana C. Branco/Arquivo SPHAN/Pró-Memória/1987.



Luciana C. Branco/Arquivo SPHAN/Pró-Memória/1987.

Sítio arqueológico de Duna Grande, Praia de Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro: vista geral e detalhe.

RC: Não estou dizendo que é a lei, mas acontece que você não encontra, na realidade da arqueologia brasileira neste momento, arqueólogos *free-lancer*. A pesquisa arqueológica não termina no momento da escavação, você tem um trabalho de análise, interpretação, guarda do material, e para isso você tem que contar

com o apoio de uma instituição. Não existe, na realidade que nós vivemos, a figura do arqueólogo autônomo, desvinculado de uma instituição.

UBM: Nós estamos definindo a competência legal da SPHAN. Do ponto de vista legal, não há nenhuma discriminação prevista; portanto, não pode haver discriminação que, por exemplo, se mantenha até em juízo. Existe uma praxe, que eu acho até salutar. Só que essa praxe deveria se transformar em alguma coisa de mais peso. Eu acho que o que resolveria mesmo seria a alteração da lei, nem mesmo a regulamentação dessa lei. Qualquer particular pode pedir e receber autorização para escavação arqueológica. Até pouco tempo atrás era uma situação muito freqüente a existência de particulares que, por conta própria às vezes em instituições mascaradas, organizavam pesquisas e mantinham em casa a sua documentação. Estou constatando uma situação de fato, que para ser resolvida teria que ter um outro embasamento legal. Imagino que uma certa praxe possa se instaurar, mas não há fundamento legal para discriminar amadores e pessoas físicas e dizer que as condições de permissão só seriam atribuídas legalmente a instituições.

RC: Elas só são atribuídas legalmente a instituições, uma vez que estas solicitações só chegam por intermédio das instituições.

UBM: O problema não está nessa competência, que não só tem que ser mantida, mas explicitada, sobretudo porque ela é indivisível do restante do patrimônio cultural. Tem que se implantar uma certa sistemática que, do ponto de vista institucional, operacional, seja mais adequada para resolver as questões até mesmo de natureza pessoal que venham a surgir. Imagino que as questões a serem pensadas são do tipo de como se organizaria institucionalmente a Diretoria do Patrimônio, se se conseguiria absorver uma espécie de colegiado que tivesse, inclusive, representação de sociedades científicas, de universidades, instituições de pesquisa etc., ao lado de uma diretoria executiva. Como se trataria o problema das delegações que também é previsto nas leis. Imagino que essas delegações têm que ser institucionais — elas foram muitas vezes, e ainda são, pessoas. E depois, o próprio problema de tramitação interna dos pedidos. Então, uma série de questões, que eu imagino que devam ser discutidas e resolvidas.

MCB: Eu tenho a impressão, se captei bem, de que a tônica da SPHAN é a valorização. Acho que tem um critério de avaliação, sem dúvida, mas o que se tem feito é valorizar o controle das instituições, o controle prévio, digamos. Quer dizer, uma universidade que tem o seu Conselho de Pesquisa. Antes de vir para a SPHAN, o projeto passa pelo Conselho de Pesquisa. Então você já faz um controle, aceita aquilo, valoriza. Acho que isso é uma coisa positiva e que pode ser feita; quer dizer, respeitar um controle prévio dos museus, das universidades.

PJ: Gostaria de frisar também que essa competência está realmente dentro do âmbito da própria instituição. Pesquisas que não são baratas, que demandam longo tempo e pessoas altamente especializadas para serem efetuadas, demandam um projeto científico detalhado, que vai passar, como a Professora Conceição lembrou por um conselho de pesquisa dentro da própria instituição. Posteriormente vai-se cair numa FINEP, num CNPq, que, por si, já seria suficiente para dar o aval, para dizer se o pesquisador ou a instituição envolvida está apta ou não a promover a pesquisa.

RPHAN: Na medida em que, como o Professor Ulpiano lembrou, uma intervenção num sítio arqueológico implica na destruição do mesmo, a que órgão caberia autorizar essas intervenções?

RC: Essa autorização foge, em determinada maneira, da SPHAN. Quando se trata de um órgão federal, ele deve comunicar previamente, o que pressupõe uma apreciação do projeto, claro. A arqueologia no Brasil se encontra muito mais nos órgãos federais. Você tem então 80 ou 90% das instituições de pesquisa arqueológica no país independendo de autorização para pesquisa, devendo apenas comunicar. A realidade na legislação é esta.

MES: Um projeto que chega ao CNPq, por exemplo, é julgado por um Conselho Consultivo composto por profissionais qualificados na área que vão dar um parecer sobre o projeto. E, aí, o CNPq vai ou não liberar a verba para o financiamento desse projeto. Acho que na SPHAN poderia acontecer coisa parecida. Quer dizer, a SPHAN delega a uma comissão idônea o julgamento do projeto. Arqueólogos idôneos vão dar o parecer para a SPHAN, que não vai fazer o julgamento da competência do arqueólogo.

RPHAN: Lembrando que a intervenção em bens tombados tem que ser acompanhada pela SPHAN, uma pesquisa num sítio arqueológico não implicaria na necessidade de um arqueólogo da SPHAN acompanhar o projeto?

RC: Na legislação está definido que o pesquisador tem que remeter trimestralmente relatórios sobre as suas atividades. Os que não cumprem essa exigência não sofrem nenhum tipo de sanção por parte da SPHAN. Essa é uma postura política da instituição para que esses profissionais, reconhecidamente capazes e preparados para desenvolver esses projetos, não tenham necessidade de mandar relatórios de pesquisa arqueológica de três em três meses, inclusive porque numa pesquisa muito pouca coisa acontece a cada três meses.

UBM: Não é um problema de exame de competência, é atribuição de proteção legal que se expressa de diversas maneiras. Eu gostaria de levantar duas questões, as duas conduzindo para a afirmação de que é a SPHAN o órgão que tem por definição, por natureza, por lógica, por necessidade, a competência para essa proteção legal. O que envolve a obrigação de fazer ou não fazer, como a proteção legal envolve, se não emanar do Estado, não vejo que condições teria de legitimação social. Não seria no âmbito do que se chama comunidade científica, ou da corporação, ou de qualquer outra forma de agrupamento social, que se legiti-

maria esta obrigação. É uma obrigação que às vezes toca em áreas extremamente delicadas, como é o caso da propriedade privada. Então, a natureza do embargo, o poder de polícia em geral, isto tem que estar no Estado, diretamente, ou em certos casos, por delegação, obedecendo a critérios que sejam prévia e explicitamente formulados. Em segundo lugar, justifica-se que seja o Estado, através da SPHAN, que tenha essa competência de proteção legal, porque o objeto arqueológico é apenas parte dos objetos que compõem o patrimônio cultural, já unificados na ação da SPHAN. Quer dizer, é através de um órgão como a SPHAN que o Estado se manifesta nesse campo específico do patrimônio cultural.

RPHAN: Existe uma política de difusão da importância do nosso patrimônio arqueológico em currículos escolares, periódicos, no acesso às escavações, através de exposições etc.? A ausência desta política não acarretaria prejuízo ao patrimônio arqueológico no Brasil, uma vez que não se distingue por sua espetacularidade?

PJ: Não existe nenhuma política por parte das secretarias de educação, pelo menos no que concerne a Minas Gerais. A política educacional é livre de estado a estado. O que existe são apenas duas ou três páginas em alguns compêndios de segundo grau acerca da pré-história em geral, e não se referem em nada ao Brasil. Quer dizer, ao nível escolar não existe nada por parte do estado. Nós, particularmente no Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais, estamos com este tipo de preocupação, justamente em relação ao que eu havia falado anteriormente, de se criar uma política educacional. Montaríamos pequenos *kits* com réplicas de peças arqueológicas acompanhadas de pequenas apostilas, pequenos textos, também acompanhados de pequenos jogos de *slides*, que pudessem ser emprestados às escolas. Em relação, por exemplo, a periódicos, a imprensa só noticia alguma coisa quando é algo que seria espetacular para a própria imprensa. Hoje a coisa preocupa muito mais ao nível da população local, que desconhece o valor do patrimônio arqueológico. Daí a necessidade de fazer projetos e programas voltados para essa área. Eu cheguei, inclusive, a fazer pequenos trabalhos com professores, tanto rurais como municipais. Com as informações vindas através de alunos desses professores eu pude chegar sem maiores problemas a levantar mais de 30 sítios arqueológicos, apenas em um município. Quer dizer, o próprio cadastro sendo bem estruturado, indo à comunidade como me propus fazer, funciona. É um trabalho realmente artesanal e o profissional, nessa hora, tem que deixar o seu gabinete de lado e pensar na comunidade.

MCB: Eu acho que tenho sorte de pertencer ao Museu Nacional, que desde os seus primórdios mantém uma divisão de educação, com professores treinados para valorizar todas aquelas coleções, de zoologia, botânica, arqueologia, aí incluída a pré-história brasileira. Mas reconheço que não existe uma política nacional voltada para isso e que talvez a SPHAN, nesse esforço que está realizando agora, comece a pensar nessa difusão. Com relação ao meu esforço particular, quando trabalhei em São Paulo e aqui na depressão de Itaboraí, não tinha muito a oferecer como tipo de pinturas e gravuras. Agora, em Central, não sei o que fazer de tantas coisas bonitas e de tantos desenhos. Então tenho aproveitado, por exemplo, a *Revista do Patrimônio* [n.º 21], e faço uma distribuição. Percorro os colégios da área, prefeitura por prefeitura, entregando o trabalho, mostrando o esforço, e divulgo o filme. Não sei se tenho recebido algum retorno disto, mas sei que consegui motivar uma pessoa, que é o líder da região e se sente responsável por esses 500 km².

UBM: Eu começaria tratando da questão dos currículos, dizendo que as soluções curriculares não me parece que resolvam alguma coisa. O que resolve, são, eventualmente, programas de currículos. Temos somente aquelas disciplinas que são exigidas por lei, e temos para cada disciplina, às vezes, três, quatro, cinco, seis programas que, inclusive, podem ser escolhidos pelos alunos. Significa que com currículo não se impõe senão uma camisa-de-força. Com relação ao problema seguinte, que é o da difusão, eu não me atreveria a fazer uma análise aqui, que exigiria uma definição de campo muito delicada, que teria que ir desde o problema da consideração da mídia na nossa situação histórica atual, em que o aspecto empresarial corporativo também deveria ser levado em conta, como, aliás, toda uma estrutura de mentalidade que faz com que certo tipo de notícia seja importante, e outro não. Todo um problema de cultura de massa, comunicação de massa, que extravasaria do âmbito dessa nossa discussão. Mas eu levaria em conta dois aspectos que dizem respeito à alimentação desse sistema, e que são precários. Eu considero que a alimentação que os arqueólogos dão a esse sistema já é precária. Então, levaria em conta, de um lado, a natureza da produção científica e, de outro, aspectos institucionais que podem ser examinados principalmente nos museus. Com relação à produção científica, eu diria que, embora recentemente se esteja vendo uma ampliação do horizonte, aquilo que circula até mesmo entre os arqueólogos e aquilo que poderia circular nos meios de comunicação de massa é um tipo de publicação de natureza pesadamente descritiva, que efetivamente não tem elementos para poder ser mobilizada no sentido a que se aludiu. Então eu já coloco aqui uma falha, que é do âmbito do arqueólogo, e não daquelas áreas que deveriam ser atingidas. A situação está mudando, mas essa mudança ainda vai exigir um certo tempo para que se possa consolidar um certo tipo de visão integrada de alguns problemas básicos. Por exemplo, se possa falar de questões como ocupação pré-colonial do território brasileiro, ao invés de falar da fase *x*, da tradição *y*, ou então de questões de taxonomia e de classificação. A segunda deficiência diz respeito às instituições, àqueles quadros em que se faz o aproveitamento concreto de parte do conhecimento produzido. Estou pensando essencialmente em museus e exposições. Os museus não estão em condições de mobilizar adequadamente a informação e o conhecimento produzidos, porque eles são essencialmente museus e se orientam na perspectiva do objeto, do documento, e não desses problemas de que os objetos são suporte. Então, é preciso que o museu seja capaz de dizer alguma coisa a alguém que não seja especialista. Partindo desses problemas, desse tipo de problemática, ele conseguirá estabelecer um elo de pertinência, por exemplo, com os habitantes locais, nos casos dos museus locais. Eu imagino que, como na primeira li-

nha, em que os relatórios de escavações vão sendo substituídos gradativamente por trabalhos que levantam questões mais amplas, mais arejadas de integração de informações, com âmbito espacial mais adequado, ao mesmo tempo, no campo dos museus, nós possamos transformar ou deslocar a prioridade do objeto para o problema. Finalmente eu imagino que uma outra pista seja a de sempre considerar como parte integrante dos projetos científicos o conteúdo pedagógico. Não se trata de utilizar a expedição para fins pedagógicos, mas de incluir nas suas dimensões a dimensão pedagógica. Isto é, dar oportunidade para que a própria expedição, expedição num sentido mais amplo, abrangente, tenha condições de pensar a si mesma. Esse pensar a si mesma é processo pedagógico, que ela pode, então, simplesmente ampliar. Nessa perspectiva, é muitíssimo o que pode ser feito na linha do que propôs o Paulo, por exemplo. Então, não se trata exatamente de divulgar, mas se trata de pensar a si próprio e fazer com que inclusive desse pensamento de si próprio possa participar principalmente a comunidade local. Estou pensando sobretudo e mais uma vez nessa comunidade local como também tendo certos direitos a serem exigidos dos responsáveis pelos projetos de pesquisa.

MES: Eu acho que não existe uma política, ou se ela existe, não tenho conhecimento. Falando da questão do currículo, não estou muito de acordo com o Professor Ulpiano. Estou de acordo na questão da universidade. No nosso departamento de bioquímica chegou-se à mesma conclusão. Mas em se tratando de arqueologia, tenho um bonito exemplo para citar: Lagoa Santa. Uma arqueóloga, com apoio do prefeito, tem uma pequena exposição com fotos da região, dados, fotografias de longe, fauna extinta, peças que o Professor Fausto de Souza Cunha, do Museu Nacional, mandou para ela. Então, ela tem uma exposição com um pouquinho de tudo, espeleologia, palentologia e arqueologia. Ela não realiza nenhum trabalho de pesquisa, o que faz é sair fazendo prospecções, fica vistoriando a área, e comunica ao IEPHA os achados — o sítio que está correndo risco de destruição. Em termos de educação, ela é professora primária, faz pequenas apostilas com coisas básicas sobre arqueologia, e dá aulas em todas as escolas, organizando passeios aos sítios com alunos do primeiro grau. Essa meninada toda de Lagoa Santa já tem e dá informações de tudo, já se preocupa com a preservação. Eu concordo que currículo não forma ninguém, mas acho que a inclusão de espaço para arqueologia e paleontologia no primário é boa. Quer dizer, espaço para você dizer à criançada que o mundo não começou a partir de Cabral.

UBM: Você acabou concordando comigo, integralmente, que não é currículo que resolve este problema.

MES: Por outro lado, num projeto de inventário do IPAC/IEPHA, como já falei antes, vai se trabalhando município por município e está se implantando uma assessoria de comunicação. Para cada município vai haver um audiovisual sobre os bens arqueológicos, históricos e artísticos que foram levantados. Além de se ter o retorno imediato, para a população, daquilo que o Patrimônio fez naquele lugar, ao mesmo tempo vai se ter um outro tipo de retorno: o pessoal vai dar informações e passar para colegas de outros municípios. Isso tem acontecido de tal forma que agora são os municípios que estão chamando o IEPHA para fazer o cadastro.

MCB: Então você concorda comigo, o município é a chave.

MES: O município é a chave da coisa. O exemplo de Lagoa Santa e a experiência do IEPHA mostram que o município tem que ser olhado com muito cuidado. Quanto à segunda parte da pergunta, essa questão da espetacularidade não bate bem no meu ouvido. Isso, frente a Machu Pichu e coisas assim? É uma questão de monumentalidade. Essa questão é séria, porque é o juízo de valor, é uma questão que nunca deve ser colocada, já de antemão pressiona. Nessa pergunta há a mesma depreciação do próprio, que aparece em público, na lei. Excepcionalidade é uma coisa muito subjetiva, e a lei fala em tombar o excepcional.

RC: Eu quero chamar a atenção, também, para o papel dos meios de comunicação no que vem a ser arqueologia. Toda a vez que há oportunidade de divulgação do trabalho da arqueologia, a coisa sai por essa via: a da aventura, do fantástico, nunca a de um trabalho mesmo de arqueologia, nunca a do arqueólogo. Então, acho que essa parte de divulgação tem que ser repensada também. O arqueólogo tem que ter a capacidade de tirar a informação científica de um caco de cerâmica, por exemplo, e depois transcrever isso numa linguagem acessível para a comunidade. É fácil o arqueólogo criticar a população porque está destruindo o sítio arqueológico. Ela não conhece e não tem obrigação de conhecer. Compete ao arqueólogo passar essa informação. Então a gente começa a perceber, como eu coloquei no início, a necessidade de uma especialização dentro da arqueologia, que é o arqueólogo para a comunidade, para a preservação. Essa vem sendo a idéia. A postura da SPHAN/Pró-Memória é de tornar claro o que é um trabalho de arqueologia e lavá-lo à comunidade. Não é só dizer que a comunidade é a dona do patrimônio, quando nem se sabe que comunidade. É preciso repensar a postura do pesquisador. Eu acho que é muito interessante, vou fechar reforçando a necessidade disso.

MES: Foi falada *en passant* a questão da lei de uso do solo, expansão urbana. Isso é um problema terrível, vai ter que ser tomada alguma providência em relação a isso. Se a lei de uso do solo considerasse o patrimônio arqueológico, já seria uma coisa boa. O próprio prefeito pode ter uma ação direta, por exemplo, vendo onde se pode desmatar ou não, independente do código florestal do estado. Então, volto ao ponto que falei no início, que tem uma série de leis anexas, que têm que ser vistas de forma integrada. Quer dizer, não só nos atermos à legislação que diz respeito estritamente à arqueologia.

UBM: Eu só queria fazer uma observação para completar. É que o problema do patrimônio é crítico no tocante aos bens imóveis. Com relação aos bens móveis, há alguns problemas específicos, mas que são de solução, vamos dizer, mais viável. Isso significa que o campo propício para encaminhar, e em decorrência solucionar, os problemas de patrimônio imobiliário são os contextos de planejamento e desenvolvimento urbano integrados.

PARA UMA POLÍTICA ARQUEOLÓGICA DA SPHAN

Ulpiano T.Bezerra de Meneses

I. Premissas

O sensível desenvolvimento da arqueologia, entre nós, nos últimos anos, com a multiplicação de atividades, instituições (inclusive associações profissionais, como a SAB (Sociedade de Arqueologia Brasileira)), pessoal, recursos etc. — associado à consciência, cada vez maior, que a sociedade brasileira vem assumido, da presença e significado de seu patrimônio cultural — abriu novas perspectivas para o trabalho do arqueólogo, além da pesquisa e da docência universitárias.

A descoberta desse vasto universo da "gestão de recursos culturais" vem ao encontro de um ensino que, de certa forma, no caso da arqueologia, se encontrava bloqueado, de participação no enriquecimento da vida social, aqui e agora. A antropologia de há muito se orientara nessa direção e, mesmo que não se queira falar da "Action Anthropology" de um Sol Tax ou dos diversos ramos da antropologia aplicada (antropologia médica, antropologia do desenvolvimento...), [1] é preciso lembrar o prestígio que a disciplina tem adquirido até em âmbito popular e de comunicação de massa, demonstrando uma sensibilidade aguçada para com os problemas que tocam nossa realidade viva.

É nesse contexto que conviria refletir sobre o papel, no tocante à arqueologia, da SPHAN, cuja respeitável folha de serviços completa, agora, cinqüenta anos.

II. A formulação de políticas arqueológicas

Se se quiser ir direto ao âmago da questão, seria adequado reconhecer, como principal atribuição da SPHAN, no campo da arqueologia, o estabelecimento, em nível federal, das políticas governamentais, isto é, as diretrizes e programas articulados para as diversas formas de atuação do Estado. Sem dúvida, estas políticas deveriam não só levar em conta as políticas científicas e culturais formuladas em outros órgãos oficiais (MEC, CNPq, DNPM, órgão de planejamento e desenvolvimento urbano e regional e assim por diante), como também, é claro, nelas influir. Este papel de interlocutor privilegiado é de importância capital.

Doutra parte, uma missão semelhante seria incentivar, apoiar e orientar a ação dos estados e municípios, nesta mesma faixa.

Para tornar mais concretas proposições tão amplas e genéricas, seria recomendável examinar de perto aqueles três espaços de atuação governamental no domínio do patrimônio cultural em geral (aplicáveis, sem restrições, especificamente ao patrimônio arqueológico) e segundo os quais devem ser conduzidas as políticas oficiais: a identificação, a proteção e a valorização dos bens culturais.

Nesse tripé é que deveria assentar-se a ação tutelar do Estado (tal como se define em lei ou tal como seria desejável estivesse prevista), sem riscos quer de chamar a si responsabilidades que seriam melhor atendidas pela iniciativa de outros órgãos ou segmentos da sociedade, quer de negligenciar medidas que obrigatoriamente exigem a presença da força legítima do Estado.

III. A identificação do patrimônio arqueológico

A identificação do patrimônio arqueológico é tarefa indispensável para o recorte do campo. Pressupõe, precisamente, a definição daquilo que, de forma efetiva, será objeto possível de proteção e valorização.

Para ser levada a cabo, a tarefa obrigatoriamente exige pesquisa científica. Coloca-se, portanto, aqui, uma discussão prévia: deve a SPHAN (naquilo que diz respeito à arqueologia) transformar-se em órgão de pesquisa?

Há dois modelos, polarmente opostos, que a experiência internacional nos revela.

De um lado, tem-se a centralização da pesquisa arqueológica em mãos do órgão tutelar do Patrimônio. Assim, na Itália, só as Superintendências Arqueológicas (subordinadas ao Ministério dos Bens Culturais e Ambientais) é que respondem pelo ciclo completo da gestão dos bens arqueológicos, desde sua coleta em prospecções e escavações ao estudo científico, guarda, exibição museológica e publicação. Por isso mesmo, o corpo de especialistas é numerosíssimo e os equipamentos, recursos humanos e materiais, consideráveis. Universidades, instituições de pesquisa (entre as quais as missões estrangeiras) podem, por concessão e com a fiscalização das *Soprintendenze*, desenvolver projetos próprios de pesquisa.[2] São poucos os casos que acompanham este modelo, como as Filipinas, que têm o eixo no seu Museu Nacional,[3] ou alguns países latino-americanos, como o Equador, com seu Instituto Nacional do Patrimônio Cultural.[4]

Já no extremo oposto tem-se, por exemplo, a Grã-Bretanha, em que não existe nenhuma organização centralizada da atividade arqueológica. O enraizamento precoce da pesquisa inglesa e a

Ulpiano T. Bezerra de Meneses é arqueólogo e professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

presença relativamente recente de meios e instituições legais de proteção tiveram como resultado um emaranhado de sociedades arqueológicas locais e nacionais, além dos setores universitários pertinentes e de agências privadas em meio a governamentais.[5]

Numa situação intermediária, pode-se tomar como exemplo a Tchecoslováquia ou a Dinamarca, ambas centralizadas, mas internamente especializadas. Assim, no primeiro caso, acompanhando a tradição corrente nos países centro-europeus, é numa Academia Nacional de Ciências que se localiza um Instituto Arqueológico, ao qual se atribui a competência para a pesquisa arqueológica que, com sua autorização, pode ser estendida aos museus que disponham de arqueólogos com formação científica. Exceções necessitam de aprovação do Ministério da Cultura e acordo do Instituto. Já a proteção do patrimônio arqueológico propriamente dita (que envolve também a pesquisa mas sobretudo a documentação, avaliações de diversa natureza, exibição pública, definição de critérios conceituais e metodológicos, assessoria técnica) fica a cargo de um Instituto Nacional de Curadoria de Monumentos e Conservação da Natureza.[6] Na Dinamarca, a Agência Nacional de Proteção aos Monumentos e Sítios Nacionais reproduz, com a Curadoria Nacional de Antigüidades, essa bipartição de funções, com o desenvolvimento, por conseqüência, da tendência de concentrar nos museus a proteção, no quadro da pesquisa e da exibição pública, e na administração central, o que se refere ao planejamento e à proteção ambiental.[7]

As condições brasileiras parecem desaconselhar o modelo italiano. As razões principais referem-se à complexidade dos recursos materiais e humanos que a arqueologia impõe, principalmente quando se trata, como é o nosso caso, de culturas simples, pré-urbanas. A interpretação arqueológica, nessas circunstâncias, é de caráter eminentemente antropológico, fundamentada, porém, em evidências de várias naturezas que, para sua identificação, recuperação e organização, necessitam da intervenção de várias disciplinas (biociências, geociências, ciências exatas e tecnológicas). Este caráter multiforme — embora unificado na antropologia — exige como quadro natural a universidade. Por outro lado, a colaboração interdisciplinar deve comportar não apenas a prestação de favores, mais ainda o interesse científico próprio, dos diversos especialistas participantes. Isto pressupõe, por sua vez, como projetos de investigação desejáveis, os de abrangência regional, visando ao estudo, não de sítios, mas de sistemas de assentamento — perspectiva impossível, praticamente, fora dos quadros universitários.[8] Além disso, a constituição de acervos arqueológicos, bibliotecas, laboratórios, equipamentos para pesquisa de campo etc., teria que enfrentar, no momento, sérios obstáculos materiais no país.

Não obstante, é indispensável que a SPHAN conte nos seus quadros, para desincumbência de suas atribuições na área, com arqueólogos profissionais. Evidentemente, a fim de manter a condição profissional, tais especialistas não poderiam abdicar da pesquisa, sob pena de se perderem no viés que toda administração de pesquisa ou de seus produtos, desvinculada da sua produção, acaba por provocar. É a aridez burocrática dos casos de "médico de atestados".

Esta pesquisa, contudo, deveria ser feita preferencialmente pela participação em projetos de órgãos científicos, em particular universitários — portanto, sempre que possível, mediante convênios ou outras formas de acordo e colaboração institucional.

Naturalmente, haverá circunstâncias em que a pesquisa é impositiva e a participação das instituições de pesquisa, impossível, inadequada ou inoportuna. Penso, como exemplo, especialmente nos casos de prospecções arqueológicas (ou, de preferência, verdadeiros projetos de investigação científica), nas áreas internas e externas de monumentos ou conjuntos arquitetônicos e manchas urbanísticas. Tais operações, que normalmente caem no âmbito da arqueologia histórica, deveriam ser rotina sempre que houvesse intervenção com vistas à conservação ou restauração, ou equivalente.

Uma atividade vinculada à pesquisa, todavia, deveria ser de atribuição específica e prioritária da SPHAN: a centralização da *documentação arqueológica nacional*. A informação prévia abrangente, de caráter regional e sistematizada, é indispensável não só para a pesquisa moderna em arqueologia, como, ainda, para o desempenho das demais obrigações de proteção e valorização do patrimônio arqueológico. Não é por outra razão que tanto países aderentes ao modelo centralizador como ao modelo difuso têm-se preocupado particularmente com o inventário e cadastro de sítios e bens arqueológicos, chegando mesmo a criar órgãos exclusivamente encarregados de tal tarefa. Os exemplos são numerosos; basta aqui citar o Instituto Centrale per il Catalogo e la Documentazione, na Itália,[9] ou o National Technical Information Service americano que, por intermédio do Interagency Archaeological Service, transfere, para microfichas, todo tipo de dados oriundos de levantamentos arqueológicos,[10] ou, ainda a Ordnance Survey Archaeological Division que, sob outra organização, desde a década de 20, vem montando a carta arqueológica da Grã-Bretanha.[11] Em alguns países, a legislação dá particular relevo a esta obrigação de documentar. Na Holanda, o Serviço das Escavações foi projetado há mais de 30 anos explicitamente para constituir o arquivo central da arqueologia neerlandesa.[12] No Peru, é inequívoca a responsabilidade, que o Estado reconhece, de providenciar o "mapa arqueológico da República e o inventário geral" (de monumentos coloniais e pré-hispânicos).[13] É importante acentuar, ainda, que freqüentemente a responsabilidade de inventariar, cadastrar, documentar, completa-se na obrigação de dar publicidade à informação assim produzida.[14]

No Brasil, somente a SPHAN teria autoridade legal e competência institucional para exigir o tipo de informação necessária e colocá-la publicamente à disposição dos especialistas e demais interessados. Entre nós, aliás, desde pelo menos 1978 esta necessidade e a adequação da SPHAN vêm sendo reiteradamente declaradas, tendo já havido algumas propostas que precisariam ser retomadas,[15] sobretudo para uma definição sistemática dos seguintes pontos: *a.* cadastramento de sítios arqueológicos: fichas, natureza e tipos de dados exigidos (a partir da própria definição de sítio e território), nomenclatura, referencial geográfico, normalização cartográfica e

das demais informações, "plotagem" de sítios e atributos de meio ambiente, critérios de avaliação de interesse e riscos, sistemas de *data retrieval* etc.; *b*. cadastramento das pesquisas em curso ou já terminadas; *c*. cadastramento de coleções públicas e particulares; *d*. cadastramento da bibliografia; *e*. arquivo de datações radiocarbônicas e similares; *f*. cadastramento da documentação arqueológica relativa ao Brasil, existente no exterior.

Entre as implicações de tal programa está a formulação de critérios para o reconhecimento da "relevância" diferencial de sítios e contextos — problema que tem merecido abundante discussão, já que é crucial para encaminhar qualquer procedimento subseqüente. Com efeito, a preservação, em arqueologia, é noção ambígua, pois seu instrumento pode ser precisamente a escavação, que é, sempre, forma de recuperar informação com perda parcial de seu suporte espacial, perda, portanto, de carga documental. Por isso alguns autores, como L. Aten, propõem que a preservação arqueológica seja entendida como um sistema de triagem, isto é, um sistema de decisões de vida ou morte relativas a sítios, com vista a assegurar um número máximo de sobreviventes.[16]

Outra questão grave é a fixação de normas relativas a direitos autorais dos pesquisadores e à regulamentação do acesso à informação.

Além disso, atividade de natureza científica e que, se não deve ser privativa da SPHAN, nela teria condições extremamente favoráveis de desenvolvimento, é a publicação de séries documentais sob a forma de repertórios (*corpora* que abrangessem, segundo sistemática própria, documentação bastante dispersa e normalmente difundida segundo parâmetros muito variáveis, como é o caso da que se refere à pintura rupestre).

IV. A proteção do patrimônio arqueológico

Trata-se de proteção *física* (quando for cabível a preservação, conservação ou restauração), *legal* (medidas de restrição e intervenções, como o tombamento) e *social* (uso).

As atividades de proteção legal são privativas da SPHAN e nem poderiam ser de outra forma. A necessidade de tais cuidados deriva da natureza não reciclável e da fragilidade dos bens em causa, de um lado, e, de outro, das pressões anti-sociais que caracterizam nossa sociedade. Que é o Estado que deve assumir a tutela, fundamenta-se no princípio de que apenas o Estado pode impor, sob forma definida em lei, obrigações de fazer e não fazer e exercer o poder de polícia — medidas de proteção insubstituíveis, ainda que se tenha que reconhecer a importância dos benefícios e incentivos para garantir sua eficácia.

A legislação genérica (particularmente o Decreto-lei federal n.º 25, de 30 de novembro de 1937) e a específica (Lei federal n.º 3.924, de 26 de julho de 1961) instituem a SPHAN (nas suas denominações anteriores) como o único depositário desta competência de proteção legal. Nos demais casos, pelo contrário, a participação de particulares e dos diversos segmentos da sociedade, em geral, deveria ser incentivada e a ação do Estado teria que manter caráter supletivo.

Dentro do leque de responsabilidades abrangidas pela proteção legal, podem ser salientadas: *a*. autorizações para pesquisa de campo (prospecções, coletas de superfície, escavações sistemáticas); esta é a norma absolutamente regular nas legislações modernas;[17] *b*. vistorias, avaliação de impactos de obras e intervenções; *c*. autorizações e embargos de obras e intervenções em sítios arqueológicos; *d*. estudos e propostas de tombamento, preservação, restauração, uso; *e*. definição das áreas de interesse arqueológico (e respectivas conseqüências), nos projetos de planejamento urbano e territorial; *f*. peritagem relativa a exportação, importação e circulação de material arqueológico.

A fim de garantir instrumental adequado para atendimento a estas responsabilidades, é imperioso rever, substancialmente, a já mencionada Lei federal de 1961 que "dispõe sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos".[18] Antes de mais nada, é preciso atualizar seus conceitos e categorias, para adaptá-la ao estágio atual da disciplina, precisando e ampliando o objeto da proteção (por exemplo, consolidando a noção de sítio, ao invés de "achados"). Na questão crítica das autorizações para pesquisa de campo dever-se-ia solicitar a apresentação, como é de norma em países culturalmente fortalecidos, de projetos de pesquisa científica e não apenas programas de operações — isto comporta a definição de um universo empírico, a montagem de uma problemática explícita, num quadro atual de conhecimentos, a discussão metodológica de seu encaminhamento e os aspectos operacionais. Evidentemente, as opções teóricas e conceituais devem ser respeitadas a todo custo; o que não se pode admitir, contudo, são os irreparáveis danos acarretados pela falta de fundamentação teórica e conceitual num caso em que (é bom repetir) o levantamento documental destrói parte de seu próprio conteúdo. Outra questão merecedora de atenção é a atividade dos amadores, que deveria ser restringida ou controlada. Além disso, é imperiosa a exigência de caráter institucional para as coleções que se formarem, a fim de lhes garantir o acesso pelo menos de especialistas. Finalmente, é preciso reformular as sanções, introduzir incentivos e sanar várias falhas técnicas e pontos obscuros desse diploma legal.

Há, ainda, questões novas que, numa discussão de instrumentos legais, precisariam entrar em pauta, como, por exemplo, a regulamentação da profissão de arqueólogo (suas poucas vantagens e suas inúmeras desvantagens, principalmente por desembocar na vala comum do corporativismo), a arqueologia "por contrato", os achados subaquáticos (que, na sua recente regulamentação pela Marinha, não saíram totalmente da esfera da legislação federal) etc. Estes estudos teriam que levar em conta, igualmente, as legislações estaduais em vigor.

V. Valorização do patrimônio arqueológico

Trata-se do uso, já não mais como forma de conservação, mas na justificativa social da proteção: a introdução de valores, de qualidade de vida, que os bens culturais podem propiciar. A participação comunitária e as intervenções da iniciativa privada deveriam atingir aqui intensidade, e o papel do Estado precisaria

ser discreto. Em certas circunstâncias, porém, conviria que ele assumisse a dianteira. Este é, em particular, o caso daqueles sítios que, dentro da excepcionalidade exigida pela lei (artigo 15 da Lei federal n.º 3.924/61), puderem ser objeto de desapropriação. Tem-se aí a oportunidade de, conjugando os atributos naturais e culturais de um espaço, instituir parques de interesse ecológico-arqueológico.

Noutra direção seria importante definir programas educacionais e de divulgação que fizessem circular a informação científica de modo que ela viesse a desenvolver efetivamente um referencial de valores do cotidiano.

Nestes programas de valorização do patrimônio, assim como naqueles de proteção, é que se deveria aplicar a maior parcela do orçamento que couber à área. Já o investimento em pesquisas de terceiros me parece carecer de justificativa mais convincente, além de duplicar, forçosamente com divergência de critérios (pela inexistência dos quadros específicos), a atuação de órgãos oficiais de fomento à pesquisa.

VI. Questões operacionais

Estas propostas deixam em aberto questões operacionais, que aqui serão apenas brevemente enunciadas.

Uma delas é a organização interna de uma Diretoria de Arqueologia (ou o equivalente), devidamente equipada com recursos legais, administrativos, materiais e humanos, capaz de dar à SPHAN condições de levar a termo as múltiplas e complexas tarefas aqui listadas.* Seria preciso estudar aspectos adequados de estrutura (como a presença eventual de um colegiado de caráter normativo e consultivo) e as formas institucionais de vinculação com as demais unidades da SPHAN, órgãos estaduais e municipais de patrimônio, CNPq, SAB, universidades, museus etc. Basta lembrar que a possibilidade prevista no artigo 28 (delegação de atribuições a "serviços técnico-administrativos" estaduais) não foi objeto, ainda, de um tratamento sistemático ou de uma regulamentação adequada.

Finalmente, os procedimentos internos teriam que ser explicitados, redefinidos e adaptados ao quadro emergente: veja-se, por exemplo, sua implicação nos mecanismos de autorização de pesquisas de campo — que, em condições rotineiras, nunca deveria manifestar o caráter problemático que às vezes lhe emprestam.

* Ver o artigo "Sobre a preservação dos sítios arqueológicos brasileiros", de Regina Cocli Pinheiro da Silva, neste número. (N. da R.)

1. Ver W. Goldschmidt, org., *The Uses of Anthropology*, Washington, American Anthropological Association, 1979 (Special Publication, 11) ou J. van Willigen, *Applied Anthropology: an Introduction*, South Hadley, Bergin & Garvey, 1986. Para acompanhar a introdução desta preocupação na arqueologia, ver J. D. Jennings, *The Social Use of Archaeology*, Reading, Benjamin/Cummings, 1973 (Modular Programs in Anthropology).
2. Ver Bruno d'Agostino, "Italy", em Henry Cleere, org., *Approaches to the Archaeological Heritage. A Comparative Study of World Cultural Resource Management Systems*, Cambridge, University Press, 1984: 73-82.
3. Ver Florante G. Henson, "Historical development and attendant problems of cultural resource management in the Philippines: a case study", comunicação apresentada ao World Archaeological Congress, Southampton, 1986 (mimeo).
4. Ver Norton Presley, "Archaeological rescue and conservation in the North Andean area", comunicação apresentada ao World Archaeological Congress, Southampton, 1986 (mimeo).
5. Ver Glyn Daniel, "The Organisation of British Archaeology", em J. Chapelot & A. Schnapp, orgs., *Table-ronde: La politique de l'archéologie en Europe*, Paris, CNRS, 1984: 9-15.
6. Ver Milan Princ, "Czechoslovakia", em H. Cleere, org., *op. cit.*: 12-20.
7. Ver Kristian Kristiansen, "Denmark", em H. Cleere, org., *op. cit.*: 21-36.
8. Cf. G. Gibbon, *Anthropological Archaeology*, New York, Columbia University Press, 1984, especialmente Cap. 7: "Analysis and Interpretation at the Regional Level", 220-266.
9. Ver A. Vaccaro Melucco, "La ricerca e il patrimonio archeologico in Italia", em J. Chapelot & A. Schnapp, orgs., *op. cit.*: 62-63.
10. Ver C. R. McGimsey III, The *National Register and Archaeological Resources: One View from the States*, Fayteville, Arkansas Archaeological Survey, 1975.
11. Ver Henry Cleere, "Great Britain", em H. Cleere, org., *op. cit.*: 60.
12. Ver W. A. Van Es, "L'Organisation de l'archéologie aux Pays Bas", em J. Chapelot & A. Schnapp, orgs., *op. cit.*: 48.
13. Ver Ducio Bonavia, "Peru", em H. Cleere, org., *op. cit.*: 113.
14. Cf. nos Estados Unidos, responsabilidade explicitamente definida: ver National Park Service, "Archaeology and Historic Preservation: Secretary of the Interior's Standards and Guidelines", *Federal Register*, 48 (190), Sept. 29, 1983: 44734-7.
15. Assim, por solicitação do CNPq, foram redigidos, a partir de 1978, vários documentos, por especialistas como M. C. M. C. Beltrão, P. I. Schmitz, L. Pallestrini, U. Bezerra de Meneses. Há também vários cadastramentos regionais isolados, como na Amazônia, Bahia, Goiás e outras áreas, porém sem a necessária normatização.
16. Lawrence E. Aten, "Planning the Preservation of Archaeological Sites", *Papers from the First New World Conference on Rescue Archaeology*, Washington, The Preservation Press, s.d.: "To avoid confusion, 'preservation' is used here to mean a full range of protective options and approaches including data recovery, in situ preservation and even site destruction without data recovery. In other words, preservation is a system of archaeological triage; that is, it is a system of life-or-death decisions about sites designed to ensure a maximum number of survivors. [...] Its goal is to retain maximum opportunities for conservation, research and interpretation" (p. 231).
17. A vasta documentação explorada por J. P. J. O'Keefe e L. V. Prott (*Law and the Cultural Heritage*, vol. 1, *Discovery & Excavation*, Abingdon, Professional Books Ltd., 1984) é conclusiva, ao comprovar a tendência generalizada de unificar conceitualmente a definição de patrimônio (histórico, artístico, arqueológico, natural etc.) e, portanto, a sistemática de proteção. No caso das intervenções exigidas pela investigação arqueológica, a tendência é reservar aos órgãos de patrimônio a competência para avaliar a capacidade científica, profissional e econômica, para a autorização de pesquisas de campo. A fim de dirimir dúvidas absolutamente infundadas, mas que começam a circular com insistência entre nós, até mesmo em meios oficiais, seria oportuno reafirmar, aqui, que o Decreto n.º 93.180, de 27 de agosto de 1986, *não* tira da SPHAN tal competência exclusiva de autorizar pesquisas arqueológicas de campo. Esse diploma legal prevê a autorização, acompanhamento e fiscalização do Ministério da Ciência e Tecnologia, para expedições científicas, nacionais e estrangeiras, no Brasil (entendendo "expedição científica" de forma tão insensatamente abrangente que será difícil aplicar corretamente todas as suas complexas prescrições). No entanto, dentro de nosso ordenamento jurídico, decretos do Executivo não têm força para derrogar leis, permanecendo, portanto, em vigor, a lei básica de 1961. Além disso, o mesmo decreto, no seu artigo 6.º, assim como seu antecessor (Decreto n.º 65.057, de 26 de agosto de 1969, artigo 3.º, item b), explicitamente reconhece sua não aplicação às "pesquisas incluídas no monopólio da União e àquelas atividades reguladas por legislação específica" — como é o caso da arqueologia. No tocante à participação de estrangeiros, continua igualmente em vigor a obrigação de encaminhar à SPHAN "qualquer pedido de cientista estrangeiro para realizar escavações arqueológicas ou pré-históricas, no país" (artigo 23 da Lei n.º 3.924, de 26 de julho de 1961.)
18. Já houve várias tentativas de alteração da lei ou de, ao menos, atenuar as principais falhas, por intermédio de sua regulamentação, nunca aprovada. Para comentários gerais, ver Alfredo A. C. Mendonça de Souza, "Algumas considerações sobre o problema da preservação do patrimônio arqueológico brasileiro", comunicação apresentada à III Reunião Científica da SAB, Goiânia, 1985 (mimeo).

SOBRE A PRESERVAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS BRASILEIROS

Regina Coeli Pinheiro da Silva

A Coordenadoria de Arqueologia, no seu cotidiano, depara com enormes dificuldades para o desempenho de suas atribuições, no que se refere à preservação dos sítios arqueológicos brasileiros.

A extensão do território nacional, a existência de cerca de 5.000 cadastros, e o exíguo contingente de técnicos em preservação arqueológica do quadro da Pró-Memória constituem nosso primeiro grande impasse. Somados a esta realidade, deparamos com os interesses econômicos e financeiros superando o cultural, além da dificuldade no reconhecimento ou identificação de um local de interesse arqueológico, o que contribui em muito para o aumento do número de sítios destruídos. Ao contrário das edificações, que são imediatamente reconhecidas e situadas na nossa cultura, um sambaqui, por exemplo, dificilmente será identificado por um não especialista no assunto. Nossa sociedade foi conduzida a considerar como merecedores de atenção especial apenas aqueles elementos que possam traduzir ou simbolizar fatos e datas de nossa história oficial ou ligados a grandes personalidades.

Pessoas do campo, trabalhando a terra, freqüentemente encontram vestígios arqueológicos. Por desconhecimento, passam o trator sobre o sítio, ou retiram as peças, destruindo-as. Construções antigas são vistas como elementos mortos, inúteis, e são derrubadas em nome do progresso e da modernização, sem que sejam levados em consideração os elementos ligados ao passado. Se realizado um estudo para cada caso, teríamos uma grande contribuição no sentido de recuperarmos a memória do cotidiano das cidades. São raros os casos em que essa situação ocorre, e o que vemos é a destruição desses locais, para darem lugar a prédios modernos, padrão "classe A".

O instrumento mais forte nessa luta é a Lei 3.924 de 26 de julho de 1961, que confere à SPHAN o encargo da proteção. Instrumento mais forte, e o único de que podemos, até o momento, lançar mão.

Embora exista a lei, nem todas as atividades voltadas para a preservação arqueológica devem surgir em função de uma imposição legal. Infelizmente, a maioria das intervenções por nós realizadas com esse objetivo necessitam do reforço da legislação federal para que possam realmente ser levadas a efeito.

Por onde se iniciar, então, esse processo de preservação, independente de uma imposição legal? Só vemos um caminho: o de informar a população sobre o significado de um sítio arqueológico e, junto com ela, desenvolver os trabalhos de salvamento, sem que ela venha a se sentir lesada em seus direitos, no que diz respeito ao uso de suas propriedades. Nesse caso, há de se tentar conciliar dispositivos legais, que, por exemplo, reconhecem que "a propriedade de superfície, regida pelo direito comum, não inclui a das jazidas arqueológicas ou préhistórias..." (art. 1º § único), com a figura do proprietário das terras; ou então, quando a legislação especifica que os sítios arqueológicos são considerados bens patrimoniais da União (art. 7º). Se são bens pertencentes à União, como reconhê-los como propriedade de terceiros? Como conciliar as situações acima, onde temos a União e particulares como proprietários dos sítios? Como priorizar a importância do sítio sob o aspecto cultural, face aos interesses econômicos das grandes empresas que agem sob o rótulo do desenvolvimento da nação? Com relação ao aproveitamento econômico dos sítios, o que dizer do fato de, para o fornecimento de autorização de lavra ou pesquisa, somente no caso de se tratar de jazidas de calcário de concha, ser necessária a audiência prévia da SPHAN (art. 24)? Em quase todos os casos de destruição de grutas e abrigos, quando tomamos conhecimento do fato, a autorização de pesquisa e lavra já foi fornecida, tornando a situação de muito mais difícil solução, uma vez que a Lei 3.924/61 abre a possibilidade do aproveitamento econômico dos sítios (art. 22). A partir desse momento, se caracterizado o interesse científico, ao arqueólogo só caberá a tarefa de elaborar um plano de pesquisa de *salvamento* e, uma vez concluída a "exploração científica", liberar a área para o aproveitamento econômico (art. 22), mesmo que do ponto de vista científico não seja conveniente o estudo daquele sítio no momento. Voltamos então ao ponto principal: o impasse entre os interesses econômico e cultural.

Desde a época anterior à criação da Divisão de Arqueologia do antigo IPHAN, esse problema tem existido, fazendo com que profissionais da maior competência, como Paulo Duarte, José Loureiro Fernandes, Heloísa Alberto Torres e Luís de Castro Faria, viessem prestar colahoração a casa. Data de 1937, no primeiro número da *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artís-*

Regina Coeli Pinheiro da Silva, arqueóloga, é Coordenadora de Arqueologia da SPHAN/ Pró-Memória.

tico Nacional, um dos primeiros estudos sobre preservação do patrimônio arqueológico, escrito por Heloísa Alberto Torres (''Contribuição para o Estudo da Proteção ao Material Arqueológico e Etnográfico no Brasil''). Nesse trabalho já são identificadas as três causas mais graves de sua destruição: danos causados pelo tempo; pelo desconhecimento da população; e por interesses econômicos.

Atualmente contamos com mais uma causa de destruição: o crescimento acelerado das áreas urbanas.

A partir de 1961, a então DPHAN recebe o encargo da preservação dos sítios arqueológicos, tendo que se organizar internamente para atender a essas necessidades. O primeiro passo foi a criação de um Setor de Arqueologia, sob a responsabilidade de Alfredo Teodoro Rusins. Mais tarde, esse setor se oficializa dentro da casa, com a criação, por regimento, da Divisão de Arqueologia, também sob a responsabilidade de Rusins. Alguns problemas persistiram, como, por exemplo, o da impossibilidade de contratação de técnicos para a formulação de uma equipe que pudesse desempenhar as atividades de preservação, a fim de fazer face à enorme demanda da área, bem como o da falta de técnicos especializados em preservação arqueológica, uma vez que os cursos de formação profissional tendem a privilegiar as atividades voltadas à pesquisa científica. A solução encontrada, e que nos pareceu a mais acertada, foi a nomeação de ''representante do IPHAN para assuntos de arqueologia'', que, sem vínculo institucional, recebiam anualmente uma verba que lhes permitia desenvolver em seu estado ou área, as atividades de preservação arqueológica em nome do IPHAN. Cabe aqui destacar o nome do Prof. João Alfredo Rohr e sua excepcional atuação na luta pela preservação dos sítios arqueológicos de Santa Catarina.

As dificuldades que ainda existiam tinham que ser contornadas. Nem sempre esse representante podia se ausentar de seu compromisso com a instituição ou com seus projetos. Mesmo assim, nenhuma denúncia deixou de ser apurada.

Em 1978 morre Rusins, e a área de Arqueologia do IPHAN ficou desativada, funcionando somente por contatos eventuais entre arqueólogos e a Direção.

A partir de 1979, e com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, surge a possibilidade de melhoria e reativação desta área, mas somente em 1986 é criada a Coordenadoria de Arqueologia SPHAN/FNPM com sua política de preservação voltada para as atividades de identificação, proteção e valorização dos sítios arqueológicos. Esta proposta se apóia na própria política da instituição, que tem por base esses três princípios. Embora fundamentada na Lei 3.924/61, e tendo como proposta básica de trabalho a preservação dos sítios arqueológicos brasileiros, esta Coordenadoria passsa a desempenhar suas atribuições com uma política mais voltada para a conscientização da população sobre o significado e importância dos sítios arqueológicos. A organização da área de cadastro de sítios permitiu-nos ter uma idéia mais real da quantidade de sítios existentes, hoje estimados em cerca de 5.000, somente no âmbito da pré-história. Estudos estão sendo realizados no sentido de se definir um sistema de cadastramento uniforme voltado especialmente para as atividades de fiscalização dos sítios. Estuda-se um novo modelo de cadastro, adaptado a esse objetivo, diferente do antigo, entendido como registro de pesquisa e contendo informações que não atendem às necessidades imediatas de fiscalização. Estão sendo estudadas propostas para a informatização do Cadastro dos Sítios Arqueológicos Brasileiros, bem como para a atualização da legislação vigente. O apoio financeiro da SPHAN para projetos externos fica restrito àquelas atividades que dizem respeito às nossas atividades. Assim sendo, projetos que, por exemplo, objetivam o cadastramento de novos sítios, ou o salvamento daqueles ameaçados de iminente destruição, vistorias em sítios já cadastrados, poderão receber apoio financeiro para sua execução. Mas o fundamental passa a ser o trabalho de divulgação de informações sobre a Arqueologia em uma linguagem acessível a todos os segmentos de nossa sociedade, fazendo com que os conhecimentos adquiridos em função de uma pesquisa científica também circulem fora do âmbito estritamente acadêmico, ou seja, em congressos, publicações em revistas especializadas etc., passando para o domínio público. Mas como levar para a população a informação da importância de uma ponta de flecha, de um recipiente de cerâmica, ou de um antigo local de assentamento de grupos pré-históricos?

Como passar para o homem de hoje, cada vez mais atarefado com problemas imediatos de sobrevivência, tão cercado de problemas econômicos e financeiros, essa realidade passada, e que sob uma primeira visão nada tem a ver com o nosso mundo de hoje? Talvez seja mostrando a ele que aquela ponta de flecha ou aquele vaso cerâmico foi manipulado por uma pessoa que também tinha problemas de sobrevivência, que também tinha responsabilidades sobre si. Também precisava trabalhar para garantir seu sustento e o dos seus. Só que ele fazia isso de uma maneira mais humana, mais racional, sem agredir a Natureza ou o seu grupo social. Com as mesmas necessidades e sonhos que o homem de hoje, que ao escolher determinado recanto de uma praia para construir sua casa se depara com a marca ou os vestígios de seu antepassado pré-histórico. Coincidência? Não. O homem continua sendo, essencialmente, o mesmo, seja em 3.000 a.C. ou em 1987.

A Natureza ainda o toca do mesmo modo que há milhares de anos. E é nesse momento que começamos a perceber um significado para essa ciência rotulada de ''Arqueologia''. É o de através do estudo, da interpretação dos vestígios culturais passados, ter o poder de, como se fosse uma máquina do tempo, levar-nos hoje a uma realidade passada (ou o mais próximo possível dela). E é com essa viagem fantástica no tempo que o homem percebe que passam os anos, as guerras, os dinheiros, mas ele continua precisando fazer ferramentas, utensílios, andar em grupos, escolher lugares agradáveis para morar. É através dela (arqueologia) que ele terá um encontro consigo mesmo, vendo-se refletido no espelho do passado. Talvez assim ele possa se tornar mais humano, mais reflexivo, compreendendo, então, o valor desses lugares chamados ''Sítios Arqueológicos''. Talvez assim não haja mais necessidade do emprego das leis para assegurar a sobrevivência desses sítios e, a partir de então, tomar posse desse patrimônio cultural, que poderá ser realmente chamado *seu*.

FAZER ARQUEOLOGIA: RESGATAR MEMÓRIAS

Edna June Morley

O continente americano emergiu, para o europeu do século XVI, como um espaço incomensurável, habitado por "homens e bichos estranhíssimos, *outros* que os europeus".[1] Para dominá-lo, mais que para entendê-lo, era necessário reduzi-lo a dimensões menos grandiosas, passíveis de explicação à luz do conhecimento seiscentista. O caminho natural foi a detração do que havia antes sido edenizado; o clima exuberante percebido pelos primeiros europeus aqui chegados passaria a conter "ventos mortíferos", e a descortinar um panorama repleto de "... muitos animais e bichos venenosos..."[2] Revelava-se o Brasil como uma "terra lassa e desleixada",[3] fornecendo poucos atrativos para o europeu. Por outro lado, a colonização não era tarefa apenas dos homens de el-rei, a quem eram conferidas recompensas em terras e títulos; a par daqueles, estava o homem comum, freqüentemente analfabeto, para quem o amhiente era desconhecido, hostil e misterioso.

Apesar de tudo, era necessário desbravar as terras, dominar os selvagens que as habitavam, anular, se possível pela palavra da fé, seus costumes ímpios. A tarefa difícil e árdua dava ensejo às lendas, reproduzidas por vezes na intenção de valorizar os feitos das conquistas e despertar a admiração. Surgem então os relatos onde o Brasil é habitado por canibais, animais e plantas de dimensões extraordinárias, com o português forçado a enfrentar perigos oferecidos pela inclemência do clima e o barbarismo dos nativos.

Estabelece-se o português no Brasil com objetivos traçados no Reino e com modelos de apropriação inspirados em conquistas anteriores. Os primeiros assentamentos surgem como um amontoado de palhoças de pau-a-pique, cercadas por paliçadas sobre colinas, numa situação defensiva que os isola do meio circundante. Crescem desordenadas, tocam suas fronteiras primitivas e repartem-se em novas células periféricas que voltarão a unir-se, formando pouco a pouco núcleos maiores, mais condensados, encerrados em si mesmos e dependentes, para sua sobrevivência, de uma economia desenvolvida para além de seus limites, o sertão.

Desse sertão pouco se sabe; exceto as incursões específicas terra adentro para prear índios ou buscar as minas, o português restringe-se à vida das cidades. No Rio de Janeiro o Governo instala-se à beira-mar, debruçado sobre a baía de Guanabara, e das janelas da casa dos governadores volta-se para a metrópole distante. O povo, que de modo natural se mescla com índios e negros, não é objeto de seu interesse: para o português, preocupado com sua própria sorte, não há tempo para devaneios. Percorre os sertões mas não se detém para observar os símbolos que encontra marcados sobre painéis extensos, onde cada momento da inventividade das populações nativas foi registrado em cores fortes, ou penosamente cinzelado sobre a rocha matriz. Não sendo passíveis de uma decodificação imediata por não serem sinais de uma "escrita" reconhecida, são desprezados. A explicação, quando necessária, remete-se aos relatos já consagrados; são as cidades fabulosas de Sincorá e Manoa, construídas por povos vindos da Ásia Menor e do Oriente, pois são esses os grandes centros de civilização não européia de que se tem notícia. Assim, seriam fenícias as inscrições sobre os paredões rochosos, seriam templos egípcios as construções geológicas de formas rebuscadas, seriam vestígios da Atlântida bomérica...

A luta pela sobrevivência e a ambição da riqueza levam ao desprezo pelos pequenos detalhes que são deixados para trás à medida que o colonizador avança. Apenas uns poucos, que serão depois conhecidos como nossos primeiros cronistas, preocupam-se em registrar o que vêem; no mais, a terra e seu povo permanecem desconhecidos para o culto mundo europeu.

Inaugura-se assim a melancólica trajetória de um povo que não teve por hábito ocupar-se do registro de seus costumes, rejeitando o passado mesmo mais recente em favor das inovações.

Essa atitude permanece século após século; ao brasileiro resta o desdém do europeu, e para redimir-se de sua "selvageria" absorve costumes que pouco têm a ver com seu mundo real, com suas necessidades e anseios.

Somente em tempos modernos as atenções irão voltar-se para as manifestações culturais brasileiras; este povo, dito sem memória, vai buscar suas raízes européias, apaixonando-se tardiamente por sua herança, e passa a dissecar as adaptações dos modelos portugueses no Brasil. Porém o historiador de arte, que se esmera em estudar os estilos, e que provavelmente poderá dizer tudo sobre a riqueza de detalhes de uma igreja, pouco ou nada poderá nos informar a respeito das expressões culturais dos homens que viviam à sombra dos campanários daquelas construções. Como trabalhavam a terra, como inventavam seus artefatos a partir da matéria-prima encontrada à sua volta, como adaptavam o instrumental importado às necessidades do cotidiano? Ao la-

Edna June Morley, arqueóloga, é responsável pela ação de Arqueologia Histórica da Coordenadoria de Arqueologia, da SPHAN/Pró-Memória.

do das finas faianças européias, as tigelas de barro aparecem grosseiras, na maioria das vezes despertando pouco interesse, embora fossem utilizadas em grande parte das casas brasileiras até o advento da industrialização.

É certo que a história da cultura de uma sociedade está, naturalmente, relacionada de modo direto à preservação de sua memória. No entanto, este cuidado tem variado de povo para povo, de acordo com a importância que cada qual confere às suas próprias expressões ou, por outro lado, dependendo dos fatores externos que levam à conservação de determinados valores em detrimento de outros. Em ambos os casos podemos situar os povos que foram objeto de colonização por parte de nações ditas "mais civilizadas", e que por força da dominação contribuíram para a anulação das manifestações indígenas. Como conseqüência inevitável, dá-se a perda gradual dos costumes que são substituídos por modelos importados, até que permanecem apenas como sobrevivências ou como um pano de fundo dificilmente percebido em um exame superficial.

Os indicativos de uma forma de vida já passada raramente são encontrados atualmente nos grandes centros urbanos, cosmopolitas, onde apenas a observação mais atenta poderá identificar o modo de vestir, de morar, e os artefatos que compunham o universo do grupo original. Desprezados, passam ao quarto de despejos, ao baú de guardados, ou são devolvidos aos pequenos núcleos do interior onde podem continuar a existir sem estar forçados a uma competição desigual e indesejada.

Ao levantarmos questões em torno da preservação dos indicativos culturais de um povo, devemos considerar o registro documental. Também aqui deparamo-nos com a importância tradicionalmente conferida aos segmentos sociais que detêm o privilégio de "fazer história". Aos demais grupos cabe o esquecimento, já que não são conduzidos ao registro histórico pela participação em feitos extraordinários.

É nesse momento que entra em cena um novo dado que permite o conhecimento desses outros grupos sociais: o estudo do artefato como a tradução das tendências do homem em uma determinada época, sem que *a priori* seja feita uma seleção definida pela existência do fato considerado histórico. Esse dado a mais passa a ter sua importância efetivamente considerada ao tornar-se objeto de reflexão da arqueologia, que busca a reconstrução de modos de vida passados a partir da recuperação da cultura material de um povo.

No entanto, talvez por conservar traços da mesma influência européia dos tempos anteriores, a arqueologia seguiu-lhe os passos. Apesar de estudar, na pré-história, o universo cultural indígena, no que se refere ao período histórico brasileiro a arqueologia preocupou-se durante muito tempo com o legado de algumas camadas específicas da sociedade. Assim, privilegiou o estudo das edificações que são consideradas como "monumentos", entendendo-se aqui o caráter de excepcionalidade e uma certa grandiosidade que o termo, na sua concepção mais geral, encerra. São os trabalhos relativos às igrejas, palácios, solares, mas que só em situações episódicas detêm-se sobre a moradia do homem comum, a senzala, o pequeno armazém. Conhecem-se as missões jesuíticas do Sul, mas inexiste a pesquisa sobre as reduções indígenas no Nordeste. Como viveriam índios e padres carmelitas no pequeno aldeamento de Vila Flor, no Rio Grande do Norte, o que produziriam, como se organizavam espacialmente, afinal, como começou e como terminou esse trabalho missionário? E mesmo aqui, no Rio de Janeiro, onde as perguntas teoricamente seriam respondidas mais prontamente, o que se sabia sobre o engenho de cana localizado no interior do Jardim Botânico? E para que serviria a cisterna encontrada no pátio central do Paço Imperial?

Essas questões tornam-se acadêmicas e suscitam emoção discreta no amplo e complexo contexto da preservação do patrimônio cultural brasileiro. Os trabalhos de restauração em monumentos sucedem-se mas, em que pese a importância dessas atuações, as pequenas perguntas parecem permanecer apenas na mente de uns poucos. No entanto, nos últimos quatro anos, a situação vem mudando gradualmente, na medida em que a própria presença de estruturas localizadas sob as edificações passa a ocupar a atenção de alguns técnicos envolvidos na questão do patrimônio. Vagarosamente, encontrando dificuldades dentro da própria mentalidade instituída, arqueólogos, arquitetos e historiadores têm conseguido realizar o trabalho de recuperar informações que não constavam do registro.

É somente a partir das obras de restauração do Paço Imperial no Rio de Janeiro[4] que essas discussões, até então de interesse exclusivo dos arqueólogos, ganham novas dimensões. Na verdade, é impossível não ver o que surge ao serem removidas as espessas camadas de entulho. Mas "como ver" é o problema que se coloca: o conceito de estética é tido como primordial, já que não parece possível harmonizar restos de paredes construídas de modo aparentemente caótico com a grandiosidade da restauração de um prédio nobre.

Questiona-se a importância da manutenção à vista de um sistema de escoamento de águas em galerias subterrâneas que permitem a passagem de um homem de pé, ao argumento de que tais estruturas são comuns e podem ser vistas com facilidade. Mas onde? E se é certo que o que a arqueologia histórica revela no Brasil não tem a chancela da antiguidade remota dos achados do mundo clássico, não seria isto persistir na busca dos modelos importados (e de resto historicamente impossíveis) para a nossa cultura?

As opiniões são sadiamente divergentes: para uns, a manutenção das estruturas arqueológicas evidenciadas é dispensável, para outros, é vital. Mas a realidade que se impõe conduz à conciliação e surgem exemplos notáveis a partir do esforço conjunto de técnicos de áreas de atuação diversas, mas que objetivam um mesmo fim. São casos exemplares e, portanto, ainda insuficientes. De modo geral, o vestígio arqueológico é novamente coberto e permanece ignorado pela comunidade, que afinal de contas é o elemento gerador da cultura nacional. A informação restringe-se aos grupos que têm o privilégio de estar envolvidos com a pesquisa, renovando-se o ciclo vicioso da cultura elitizada. Assim, por muitos anos ainda permanecerá escondida a rampa que, do interior do Paço, se-

gue por sob a Rua da Assembléia em direção ao antigo Tribunal da Relação do tempo dos vice-reis. Sua função, provavelmente conduzir presos ao julgamento, permanecerá uma hipótese até que outra pesquisa arqueológica retome o trabalho interrompido, ou será definitivamente esquecida, devido à pressão do crescimento desenfreado da cidade.

Este confronto de pontos de vista surge, de modo geral, do fato de que as pesquisas em arqueologia histórica se restringem aos monumentos tombados, estando quase sempre condicionadas aos trabalhos de restauração. Se, por um lado, já parece existir na instituição um consenso sobre a interferência da pesquisa arqueológica nessas ocasiões, por outro, fica difícil conciliar os objetivos de um estudo científico a uma obra. São óticas distintas e mesmo conflitantes. Enquanto que, para o arqueólogo, o tempo de duração de sua intervenção é determinado pelo potencial dos achados, para os demais profissionais envolvidos na restauração prevalece um cronograma de obra de caráter mais imediato e outras finalidades.

Para o arqueólogo, a descoberta de uma "nova" estrutura da qual não se tinha notícia pode fazer com que o rumo da pesquisa tenha que ser alterado. É necessário parar, voltar à pesquisa documental, fazer novas reflexões e, só então, determinar o caminho a seguir.

Tentando coadunar essas diferentes posturas, tem-se pretendido que as prospecções arqueológicas — fase que antecede a pesquisa sistemática e extensiva, e durante a qual é determinado o potencial arqueológico no local — precedam a instalação do canteiro de obras. É impossível pretender que o arqueólogo realize seu trabalho a contento quando sua atuação é considerada como algo que ocupa um tempo e um espaço que seriam melhor utilizados em outras tarefas. Por requerer uma metodologia de campo científica e específica, a arqueologia não pode pretender recuperar de modo correto, em poucos dias, toda informação que levou anos sendo depositada num sítio. A interpretação desses vestígios tem que ser feita como um todo, já que a informação que se deve obter pode ser pedida ao se remover uma estrutura de modo descuidado ou às pressas.

Se em algumas ocasiões este posicionamento é considerado como distanciado de uma realidade que traduz em horas a eficiência da produção, é necessário também lembrar-se que, para a ciência, um limite de tempo preestabelecido não pode ser determinante para obtenção de resultados nem mesmo sofríveis.

Um dos propósitos da arqueologia histórica é sair dos limites estreitos das áreas tombadas. Num país em que a destruição de vestígios do passado é feita em ritmo vertiginoso, não se pode esperar que a pesquisa arqueológica aguarde o tombamento para que lhe seja permitido atuar. Obras públicas como a abertura de estradas, de linhas de metrô, inundação de áreas para construção de barragens deveriam ser, como de resto ocorre em diversos outros países, acompanhadas por um arqueólogo. É o caso da *Public Archaeology* que nos Estados Unidos existe por força de lei, para dar apoio a tais situações, já que se considera que qualquer área contendo vestígios arqueológicos é patrimônio cultural nacional, sem precisar ser legitimada pelo instituto do tombamento.

Apesar das dificuldades expostas, por vezes a arqueologia vê realizados seus objetivos: talvez no momento o melhor exemplo seja o trabalho que uma equipe multidisciplinar vem realizando na *Casa dos Pilões*, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Num estudo paciente e minucioso, estão sendo recuperados dados não só a respeito da própria arquitetura da edificação como sobre as estruturas arqueológicas evidenciadas. Eleito monumento arqueológico histórico símbolo para as comemorações do cinqüentenário da SPHAN, as pesquisas recentemente retomadas revelam a ocupação do local pelo antigo engenho de N. Srª da Conceição da Lagoa e, posteriormente, por dependências da Fábrica de Pólvora ali instalada por D. João VI. Mantendo-se o propósito de transformar o local em espaço aberto à visitação pública com o tratamento adequado das estruturas arqueológicas, uma mostra de caráter didático certamente virá enriquecer o acervo do parque.

Em situações como esta, o conceito estético ganha conotações mais amplas, já que o "belo" ultrapassa a visão das linhas clássicas que dominam o cenário, como ele é tradicionalmente observado, para estender-se à concepção que incorpora a revelação do conhecimento. Este mesmo encantamento pode ser descoberto ao escavar-se uma pequena casa soterrada pelo entulho de um século depositado num terreno baldio em Tiradentes. Aqui, o proprietário anônimo cortou o moledo para formar o piso de sua casa, dividiu os espaços com precisão, e quase podemos "ver" as atividades domésticas que ficaram registradas pela presença do ferro de passar roupa abandonado ainda contendo cinzas, ou pelas patas de um cachorro que marcou as lajotas da tijoleira no momento de sua fabricação. Não é preciso haver grandiosidade para provocar a imaginação...

Mas persistem os argumentos que buscam neste trabalho científico o "extraordinário", ou o "fantástico", ameaçando a recuperação do passado de uma comunidade. Será, entretanto, necessário ainda provar que qualquer vestígio evidenciado deve ser considerado como fonte de informação, quando sua própria existência é a prova mais contundente de sua importância para o resgate da memória? Por menor que seja, por menos "belo" que pareça aos olhos num primeiro instante, encerra um conjunto de subsídios que não podemos dar ao luxo de perder. Não é só nas construções oficiais, monumentais, que se inscreve a história de um povo. Na verdade, a necessidade de se "desmonumentalizar" a arqueologia é crescente. Pois até quando poderemos aceitar que uma nação tenha sua história baseada nas expressões de uns poucos? Se o fizermos, estaremos incorrendo no erro secular, e permaneceremos, sem dúvida, um povo sem memória.

1. Laura Mello e Souza, *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.
2. Pero de Magalhães Gândavo, *Tratado da Terra do Brasil* (1576). São Paulo, EDUSP, 1980.
3. *Id., ibid.*
4. Regina Pinheiro da Silva, Edna Morley e Catarina Ferreira da Silva, "Paço Imperial. A pesquisa arqueológica: primeiras notas", em *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 20. Rio de Janeiro, 1984, pp. 158-165.

CONSERVAÇÃO ARQUEOLÓGICA

WANDA MARTINS LORÊDO

A conservação de material arqueológico começa a partir do momento das próprias escavações. Embora o objetivo principal dos arqueólogos não seja o da conservação, não podemos esquecer que no exercício de sua pesquisa de campo, ao expor os vestígios arqueológicos a um novo ambiente, estarão perturbando o equilíbrio estabelecido entre estes e o meio onde se encontravam, transformando-se, assim, em agentes aceleradores, involuntários, dos processos de deterioração, acabando por contribuir para a destruição daqueles que se encontravam em condições precárias de preservação.

A falta de técnicos especializados em conservação arqueológica, que poderiam assistir ou mesmo encarregar-se da conservação de objetos frágeis ou friáveis em campo, é uma triste realidade brasileira. Assim, os arqueólogos carregarão, ainda por longo tempo, o pesado fardo da responsabilidade da conservação do material arqueológico em campo e enquanto em seu poder para estudos e análises. Neste sentido, necessitarão voltar-se para um aprofundamento dos conhecimentos já adquiridos e de outros mais atualizados no que diz respeito a cuidados imediatos, a melhor ou mais adequada maneira de efetuar o resgate de objetos frágeis ou friáveis e aos métodos adequados de ambalagem, visando estocagem e transporte seguros até laboratórios de conservação, para os tratamentos em definitivo, a serem realizados por técnicos especializados.

Os objetos arqueológicos reagem diferentemente quando de sua exposição ao ar livre, dependendo dos materiais de que são constituídos, e que variam enormemente, e das condições do meio em que se encontram enterrados. Em alguns casos, danos irreversíveis ocorrem em questão de minutos, em outros, o começo de uma corrosão visível poderá levar dias. Enquanto alguns materiais, como os objetos cerâmicos de boa queima, podem nada sofrer, a maioria dos objetos metálicos e os vestígios orgânicos sofrerão danos irreparáveis, a menos que medidas positivas sejam tomadas em campo a fim de detê-los.

Com relação ao parágrafo anterior, a título de ilustração, podemos evidenciar: 1) a retração e distorção severas a que estarão sujeitos os objetos de natureza orgânica, provenientes de solos úmidos, quando de uma secagem rápida; neste particular é interessante ressaltar o comportamento de artefatos de madeira, osso ou marfim provenientes de sítios saturados de água, que devido à sua estrutura celular se encontrarão encharcados, agravando o problema de sua conservação, quer em campo ou em laboratório; 2) objetos cerâmicos oriundos de solos salinos, que, se deixados secar, terão suas superfícies rompidas ou despedaçadas, em virtude da cristalização dos sais solúveis; 3) objetos metálicos, também provenientes de ambientes úmidos e salinos, terão seus processos de corrosão reativados, caso expostos ao ar livre.

Freqüentemente, a solução para estes e tantos outros problemas será encontrada mantendo-se os objetos num ambiente similar àquele em que foram encontrados; outros casos haverá em que será necessário deter-se a corrosão, criando um ambiente diferente, porém estabilizador. Estes objetivos só serão atingidos com o conhecimento dos métodos apropriados de embalagem e armazenamento.

Via de regra os vestígios arqueológicos resgatados permanecem armazenados por cerca de um ou dois anos, geralmente em sacos plásticos, até que se proceda a seu estudo e análise, sem uma preocupação maior quanto à sua preservação. Neste sentido, o arqueólogo deverá ter sempre em mente o uso de sacos plásticos conjuntamente com sílica-gel, para prevenir-se do desenvolvimento de fungos ou bactérias ou do progresso da corrosão.

Outro aspecto a ser considerado na prática em campo é a da despreocupação com que os vestígios arqueológicos são lavados e escovados, quando não só danos consideráveis são causados aos próprios vestígios, como também informações valiosas são perdidas quanto ao meio em que se encontravam e aos produtos de corrosão, informações de grande valia (significado) para o técnico em conservação. Particular atenção deverá ser dada, por exemplo, à lavagem de alguns materiais, aparentemente sólidos, tais como cerâmicas que podem ter suas superfícies pintadas e friáveis.

Enquanto no Brasil a conservação de materiais em campo tem se prendido àqueles oriundos de sítios arqueológicos pré-históricos, abrangendo essencialmente material ósseo, malacológico, cerâmico, lítico e orgânico, o que já é uma tarefa bastante complexa, com o advento da arqueologia histórica o arqueólogo se verá com mais uma sobrecarga: a da responsabilidade da conservação de dois outros tipos de materiais — o metálico e o vítreo — que lhe exigirão outros tantos conhecimentos quanto a cuidados imediatos, lavagem, embalagem e armazenamento.

A conservação ativa de vestígios arqueológicos é uma tarefa um tanto ou quanto diferente e mais complexa do que aquela de objetos artísticos e históricos, compreendendo o tratamento de artefatos de naturezas as mais variadas, oriundos de meios os mais diversos e, portanto, apresentando-se em condições de

Wanda Martins Lorêdo especializou-se em Conservação Arqueológica no Instituto de Arqueologia da Universidade de Londres; é da equipe da Coordenadoria de Arqueologia da SPHAN/Pró-Memória.

deterioração de maior ou menor grau. Exige, conseqüentemente, da(s) pessoa(s) encarregada(s) de sua conservação, conhecimentos técnico-científicos profundos e abrangentes quanto à análise dos materiais de que são constituídos, das condições de ambiência em que se encontravam, de química, da natureza dos processos de deterioração e dos produtos de corrosão etc., para, então, proceder-se à seleção dos tratamentos adequados a serem empreendidos, não permitindo, portanto, empirismo em quaisquer instâncias.

A Coordenadoria de Arqueologia e a conservação arqueológica

Tendo sido convidada, em 1983, pela então responsável pelo Núcleo de Arqueologia da SPHAN, na qualidade de Técnica em Conservação de Bens Culturais Móveis desta entidade, para integrar sua equipe de trabalho, percebi desde o início que, apesar de minha experiência de 12 anos na área de conservação artística e histórica, carecia dos conhecimentos técnico-científicos fundamentais para atender *devidamente* à conservação de vestígios arqueológicos.

Consciente desta realidade e estimulada pelas colegas de trabalho, procurei e obtive, em 1984, financiamento da FNPM e do CNPq para participar do curso em Conservação Arqueológica, promovido pelo Departamento de Conservação Arqueológica e Ciência dos Materiais do Instituto de Arqueologia da Universidade de Londres, destinado a estrangeiros vinculados a órgãos ou entidades oficiais encarregados da preservação de bens culturais.

Durante minha permanência na Inglaterra (um ano), tive a oportunidade de, além da aquisição dos conhecimentos técnico-científicos por mim almejados, atender a seminários e palestras, visitar diversos laboratórios e reservas de vários museus londrinos e de outras cidades inglesas, como Cardiff e Salisbury, e vivenciar o papel do técnico em conservação em campo, o que me possibilitou, ao retomar minhas responsabilidades quanto ao laboratório de conservação da Coordenadoria, traçar algumas diretrizes novas de trabalho compatíveis com a realidade brasileira e com as atribuições da própria Coordenadoria de Arqueologia.

O laboratório de conservação da Coordenadoria surgiu, ainda em 1983, da necessidade de um espaço para a realização dos trabalhos de triagem, limpeza, análise tipológica e funcional, além de estudos e conservação do material resultante das escavações arqueológicas realizadas quando da restauração do Paço Imperial, na Praça XV, no Rio de Janeiro.

Do material resgatado, algumas peças — cadinhos de grafite utilizados na fundição de ouro, peças de cunhagem, cupelas, moedas, cachimbos e pratos em faiança — foram submetidas a tratamento de conservação, para constituírem material para a exposição quando da inauguração do Paço.

Do restante do material, cerca de 9.000 fragmentos e peças incompletas, e de naturezas as mais diversas, foram analisados e tratados todos aqueles referentes à área correspondente à dos fornos de fundição, evidenciados durante as escavações. Tanto estes como os das demais áreas encontram-se armazenados, devidamente empacotados, no laboratório.

Acreditando ser atribuição da Coordenadoria de Arqueologia a guarda e a conservação dos vestígios arqueológicos provenientes de escavações de salvamento e de projetos arqueológicos da Fundação Nacional Pró-Memória, demos continuidade às atividades do laboratório, sediado no Solar da Imperatriz, no Horto Florestal, no Rio de Janeiro.

Conscientizados de que a referida atribuição de guarda e conservação caberia à SPHAN/FNPM, no âmbito de suas Diretorias Regionais, e não propriamente a esta Coordenadoria, procuramos estabelecer novas linhas de ação.

Assim, nossas atenções estarão voltadas, a partir deste ano, para: levantamento das condições de preservação de coleções arqueológicas tombadas; acompanhamento e orientação quanto a tratamentos específicos de conservação arqueológica; levantamento e análise de projetos de conservação de vestígios arqueológicos próprios da FNPM; assistência técnica quanto à conservação preventiva em museus da FNPM; elaboração de manuais e guias quanto ao resgate, embalagem e armazenamento de artefatos recém-escavados, bem como quanto aos padrões de ambiência em reservas técnicas de museus arqueológicos; levantamentos quantitativos e situacionais, referentes a laboratórios de conservação e restauração arqueológica existentes no país; palestras e encontros, visando estimular técnicos em conservação de outras áreas, bem como arqueólogos ou estudantes de arqueologia, para a área de conservação arqueológica, a fim de fazer face à grande demanda de mão-de-obra especializada; arrolamento de entidades científicas estrangeiras para uma possível colaboração técnica.

MESA-REDONDA

PATRIMÔNIO NATURAL

Mesa-redonda realizada no dia 1.º de dezembro de 1986 na sede da Fundação Nacional Pró-Memória, Rio de Janeiro, tendo como participantes: Aziz Nacib Ab'Sáber (**AAS**), professor titular de Geografia da Universidade de São Paulo (USP); Ibsen de Gusmão Câmara (**IC**), presidente da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN); José A. Lutzenberger (**JL**), fundador da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan); José Tabacow (**JT**), diretor do Museu Mello Leitão/Fundação Nacional Pró-Memória; e William Antônio Rodrigues (**WAR**), do Instituto de Pesquisa da Amazônia (Inpa).

RPHAN: Na área da preservação dos bens culturais, ao menos como é entendida e praticada pelos órgãos oficiais nacionais e internacionais, nota-se a observância de um princípio dualista: de um lado o preservável, o que deve permanecer, e de outro o efêmero, o descartável. Diante disso seria lícito o uso da expressão patrimônio natural, pressupondo o funcionamento de um princípio igualmente dualista?

WAR: Sobre preservação, no meu entender, acho que nós temos que tirar de cada área suas características. Isto é, a gente não pode unicamente delimitar a área; tudo está em função do meio.

AAS: Essa questão me parece assim, como dizer, introdutória, porque em qualquer espaço de um país de dimensões continentais, como é o Brasil, existe uma série de racionais para obter-se uma imagem, um cenário daquilo que deveria ser preservado. Por outro lado, o fato de existir um cenário possível de preservação implica em que o que está fora do cenário seja um contramolde desse corpo principal. Então, eu defendo a idéia de que há sempre uma espécie de molde e contramolde. O molde é o somatório dos tipos de espaço que devem ser preservados e/ou conservados de um modo mais permanente e com maior radicalismo de diretrizes. E o contramolde é o espaço do homem e da sociedade. Neste têm-se os fluxos vivos, mas conservados, ao mesmo tempo que deve haver espaços de eficiência produtiva, garantindo uma sobretaxa de sobrevivência para os homens e a sociedade. Eu acho que o Brasil, nesse sentido, apresenta um quadro muito favorável para se flexibilizar o problema do molde e do contramolde. Áreas como os espaços amazônicos têm um número muito maior de espaços de molde que de contramolde. Estes são muito restritos por causa da resposta ecológica, devido à dificuldade de se encontrar um modelo de exploração racional, mesmo naquelas áreas que poderiam ser liberadas mediante um manejo adequado. Já áreas como São Paulo e o sudeste do Brasil em geral, onde o nível de humanização atingiu mais de 90% do espaço total, pedem outro padrão de preservação e/ou conservação. As áreas preservadas são menores, os espaços zoneados são de outra escala e os padrões de conservação e/ou preservação são mais complexos e pedem, inclusive, alguns artifícios. Em São Paulo é tão exíguo o espaço que sobra para o molde que nós precisamos transformar em áreas de preservação até velhos hortos florestais do tipo Rio Claro. Passa a ser alguma coisa de importante não liberar o espaço de um museu vivo do eucalipto, que não é uma coisa brasileira, mas é algo que pode ser incorporado ao molde. Eu diria, então, que o conjunto daquilo que os técnicos chamam de unidade de preservação e conservação da natureza, sobretudo de preservação, formariam um molde, e isto tem que ter alguns racionais: cabeceira de drenagem, alta montanha, maciço insular, cabeceira de igarapé etc. Na Amazônia, qualquer desmatamento ao longo das cabeceiras dos igarapés significa uma desperenização atingindo muitos quilômetros do setor médio do igarapé. Com isso a resposta hídrica também tem de ser vista. O mais importante, porém, é não só se ter uma percepção para as questões do molde. Acho que o contramolde é mais importante, até certo ponto, nas áreas já humanizadas, porque para ele ser preservado nós temos que fazer todos os esforços contra a especulação e contra uma excessiva permissividade na utilização do potencial edáfico, a fim de garantir a existência produtiva dos espaços a favor de um estoque de humanidade, que é cada vez maior e mais denso nessas áreas, que comportam áreas metropolitanas e densas redes urbanas.

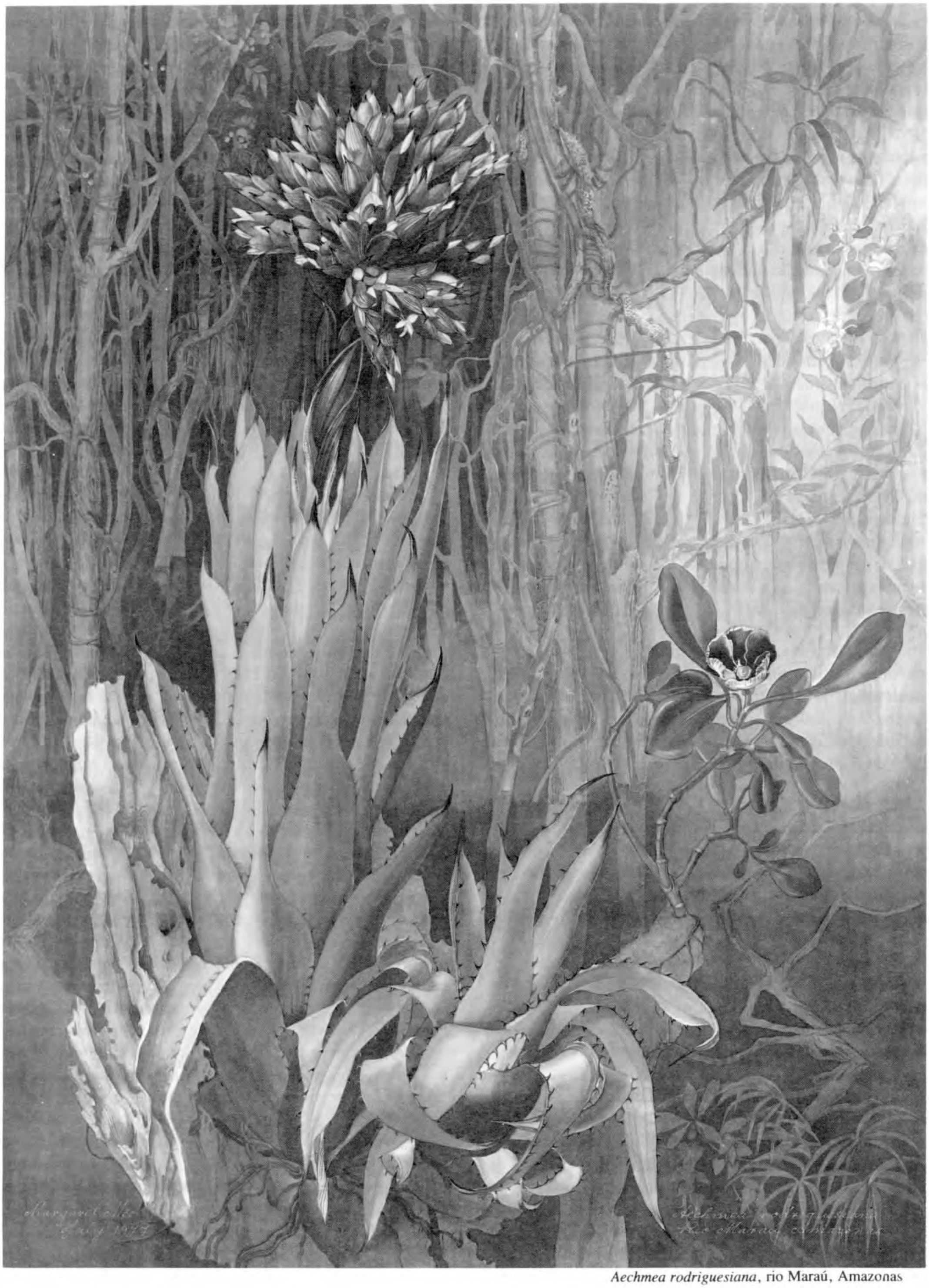
IC: A pergunta é muito complexa devido à própria complexidade do que se chama de patrimônio natural. Mas ela se enquadra, em linhas gerais, dentro dos princípios de conservação da natureza. Conservação da natureza vem a ser, numa definição bem sintética, utilização racional dos recursos naturais de tal forma que essa utilização seja sustentada, ou seja, utilização sem a destruição completa dos recursos. Agora, esta frase curta engloba uma série de medidas que contêm preservação, ou seja, conservação integral e permanente de parte e utilização do restante de uma forma que, tanto quanto possível, seja sustentável. É claro que isso não é possível em toda a parte. O homem com seu crescimento populacional explosivo — que na minha opinião certamente levará a problemas muito mais sérios em futuro não muito distante — terá que ocupar, terá que destruir parte desse patrimônio natural. O que é necessário fazer é, na maior medida possível, obedecer ao princípio básico da conservação da natureza que é: tentar o uso sustentado do patrimônio natural. Esse uso sustentado exige uma série de providências, como, por exemplo, a preservação do patrimônio genético de áreas naturais e, enfim, a preservação, como disse o professor Ab'Sá-

ber, de condições geográficas que permitam a existência de parte desse patrimônio, como topos de morros, cabeceiras de bacias hidrográficas etc. Finalmente, uma pergunta extremamente complexa que não pode ser respondida de uma maneira sintética, cujos principais pontos são estes. É necessário ao menos preservar e utilizar o restante de forma sustentada e esta preservação deve abranger a maior diversidade possível desse patrimônio natural.

JL: Eu diria que a simples exigência do estabelecimento de uma área de preservação já é uma confissão de que a nossa atual civilização, a nossa atual forma de cultura, o que nós chamamos a sociedade industrial moderna, é um esquema suicida. Porque uma cultura que precisa preservar a natureza de si mesma não pode estar certa. O índio não tinha conceito de parte natural porque ele vivia na natureza sem destruí-la. As culturas anteriores eram sustentáveis, não tinham conceito de preservação porque não havia necessidade, o homem vivia em harmonia com o seu ambiente. Mas hoje nós nos transformamos numa praga em todo o planeta Terra e, por isso, achamos que vamos deixar alguns pedacinhos aí fora de alcance. Eu penso que o que nós precisamos é questionar fundamentalmente esta civilização que estamos vivendo. Vejamos o caso da Amazônia. Lá, a cultura tradicional que ali existia — primeiro o índio, mais adiante o caboclo — significava pequenas mordidas na floresta, ou melhor, alfinetadas na floresta. A derrubada que o caboclo faz, que o índio fazia, eram pontinhos no mapa e perfeitamemte compatíveis com a preservação daquele gigantesco sistema, fundamental para a preservação da vida humana. Mas, atualmente, os nossos governantes e a tecnocracia parecem crer que devemos fazer o contrário, que nós podemos derrubar a Amazônia toda, deixando algumas amostrinhas verdes. Isso é, evidentemente, impossível. Se nós fizermos isso, provavelmente ninguém acabará vivo neste planeta. A Amazônia e, junto com ela, todas as florestas tropicais úmidas, como sabemos hoje, são fator fundamental no equilíbrio climático do planeta. Se nós destruirmos esta floresta — possivelmente não precisamos destruí-la toda, bastaria toda floresta do Estado do Pará — ela entrará em colapso. Os trabalhos do Professor Sabat nos mostraram muito bem que aquela fantástica e farta transpiração da floresta faz com que, dentro de 48 ou 70 horas, 75% da água que caiu seja reciclada para a atmosfera; esta formidável evaporação e farta transpiração é que faz com que a floresta produza o seu próprio clima. Ora, se nós derrubarmos a floresta na parte inicial da sua fronteira, na costa oriental, ou seja, na embocadura do Amazonas, onde caem as primeiras chuvas trazidas pelas nuvens dos ventos alísios, substituirmos aquela fantástica máquina de evapotranspiração e trouxermos luz, ou capoeira rala que, ao invés de fazer o resfriamento da atmosfera criando novas nuvens produzirá ali ventos quentes, é possível que não chova mais adiante. Com isso, a Floresta Amazônica, que é, ao contrário da flora do cerrado com suas raízes profundas, uma comunidade florística de raízes muito rasas — não poderia ser diferente naquela reciclagem quase que instantânea dos nutrientes — poderá entrar em colapso, mesmo antes de nós destruirmos mais do que, quem sabe, 20 ou 30%. Nós precisamos é repensar complementamente nossos modelos desenvolvimentistas; não basta querer fazer parques, ou bancos genéticos. Ou nós repensamos completamente o que vamos fazer com a Amazônia, com o cerrado e com todos esses sistemas, alguns talvez um pouco menos vitais para a ecosfera como um todo, mas todos importantes, ou, então, esta civilização em que nós vivemos hoje não terá futuro. E os parques também não terão futuro. Estamos diante de atitudes básicas, não adianta querer transformar parte em áreas de preservação.

RPHAN: Como se poderia delimitar, isolar, precisar a noção de patrimônio natural diante da preocupação mais abrangente com a sobrevivência do homem e da fauna e flora numa escala continental, ou até mesmo planetária, considerando que no instrumemto de tombamento há sempre implícita a preservação de parte em relação ao todo?

AAS: Ouvi com a maior atenção a opinião do amigo Lutzenberger, porque tudo que ele fala é para mim muito importante. Mas gostaria de ponderar as questões de estratégia com as questões de administração do espaço total. Não basta a gente ter a noção de que está tudo errado, de que, genericamente, não devia ser assim. A primeira noção que eu gostaria de lembrar, para que um preservacionista deva ter os pés no chão, é a de que há uma projeção da sociedade, tal como ela é, sobre o espaço total, e a sociedade guarda nesta projeção todas as diferenças implícitas da pirâmide social. Além do que, a sociedade, em termos da divisão internacional do trabalho e em termos de um capitalismo selvagem, colou outros preceitos da sociedade capitalista sobre espaços naturais, tentando queimar recursos a favor da empresa, a favor dos acionistas, a favor de um desenvolvimentismo, que é uma ideologia de Estado. Nesse sentido, quando se fala em tipologia de unidade de preservação, nós estamos pensando numa estratégia máxima de defender, sobre todos os argumentos, a preservação de alguns espaços principais e, ao mesmo tempo, a responsabilização da administração pública pelos espaços que ficam liberados para a produção de alimentos e matéria-prima. A noção de espaço, a noção de autorização de espaço, de projeção da sociedade sobre o espaço total é fundamental nessa questão de solução da administração do Estado. Em outras palavras, mesmo que nós fizéssemos um esforço de racionalização inédito, estabelecendo o macrozoneamento do país inteiro, em termos de identificar suas possibilidades endógenas, regionais, subespaços dentro da região etc., independentemente da divisão administrativa estadual e municipal, ainda assim isso demoraria mais do que a gestão de um presidente da República. E, na velocidade dos acontecimentos dentro do desenvolvimentismo, as predações feitas durante uma gestão presidencial, ou numa gestão de governo, são inimagináveis. Eu participo, por isso, hoje de uma idéia mais estratégica. Acho que é preciso fazer esforços por aproximações sucessivas: identificar as potencialidades regionais, os subespaços e, ao mesmo tempo, trabalhar em dois níveis de atuação estratégica. Munido de identificação dos problemas emergentes da região, que as pessoas experientes podem reconhecer, desde que tenham capacidade de ouvir e de ponderar as opiniões, as expectativas e as aspirações de todos os componentes residentes e, também, dos não-residentes, que são às vezes alguns agressores, é possível formular uma listagem de



Margaret Mee/*Flores do Amazonas*/Distribuidora Record/Rio de Janeiro/1980

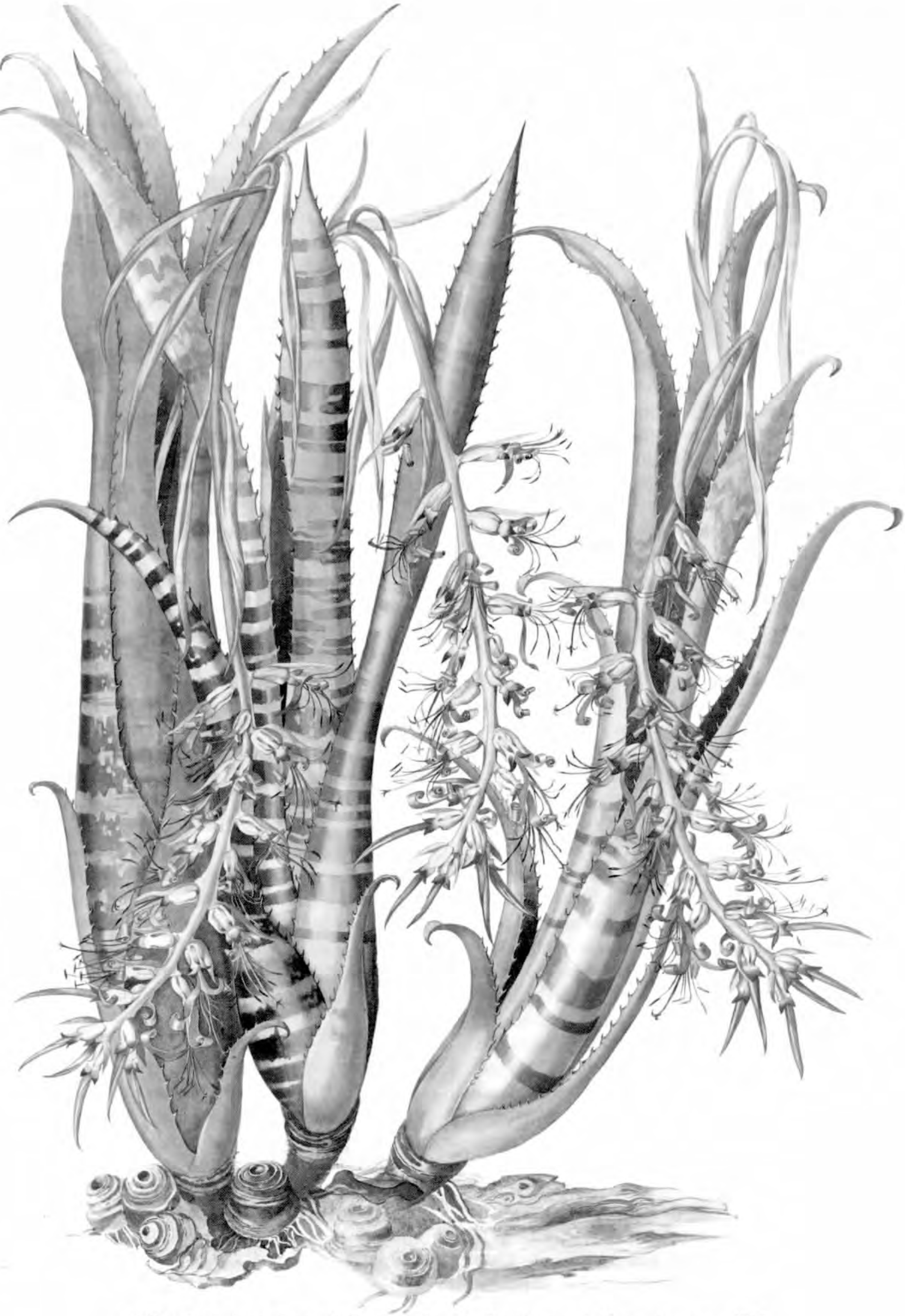
Aechmea rodriguesiana, rio Maraú, Amazonas

problemas para soluções. Os problemas estão divididos entre aqueles que podem ser resolvidos já, agora, hoje, amanhã, de curto e médio prazo, e os de longo prazo. Enquanto uns estão trabalhando nos primeiros, é preciso usar as universidades, as equipes técnicas, para fazer estudos mais racionalizantes e mais demorados, que vão servir a médio prazo a uma abordagem mais polivalente e menos empírica para a solução de problemas regionais. Portanto, eu participo dessa idéia da dupla ação: a de listar problemas emergentes e de, paralelamente, garantir a continuidade de trabalhos científicos e técnicos capazes de chegar a um cenário mais favorável e coarctar críticas sem opção. Numa faixa de ferro em Carajás, por exemplo, é preciso haver trabalhos muitos mais rápidos e muito mais bem pensados, a fim de que se possa adotar racionais a prazo mais conveniente e evitar os defeitos de organização num espaço em crise. Eu estou pensando no problema do ferro-gusa na faixa de Carajás que está substancialmente colocado como projeto de siderurgistas de Minas Gerais. Eles já tentaram isso no passado e tiveram sucesso em Minas em função da falta de consciência ecológica da época. Agora, querem colocar as suas siderúrgicas de ferro-gusa em plena região amazônica, à custa da floresta amazônica, e dizem, cinicamente: já que a floresta vai acabar, como dizem os ecologistas, por causa da pressão e da dinâmica das frentes pioneiras e do avanço da fronteira agrícola, que acabe a nosso favor, de nós empresários e dos nossos acionistas. Isto eu ouvi de pessoas respeitáveis, que assessoram as pessoas mais ilustres deste país em termos de desenvolvimento a qualquer custo.

JT: Eu só queria perguntar se você, Ab'Sáber, não consideraria também como medida estratégica eficiente a conscientização das camadas mais jovens para que, com o passar do tempo, a médio prazo, as coisas se tornem mais fáceis de resolver pelo diálogo e que o próprio diálogo não fique restrito a uma mesma meia dúzia de malucos que conversam e...

AAS: Eu fiz uma apreciação muito xaveca. Eu participo de uma idéia já gasta. De um lado, nós temos a consciência técnico-científica, à qual se associam os grupos esclarecidos, os grupos ecológicos, essas pequenas sociedades ambientalistas e ecológicas, que tiveram importância fundamental na expansão da consciência ecológica no mundo inteiro, e do outro a imprensa, a imprensa como um todo, a imprensa escrita, falada, televisionada etc., que dá ressonância a esse movimento. Mas, sem dúvida, dentro desse primeiro bloco o mais importante é uma educação ambiental correta. Mas, também, é para ele que eu tenho o maior exemplo possível: não são só um ou dois casos de pessoas que não têm nenhuma noção de educação, que não conhecem absolutamente nada, seja de ecologia, seja de planejamento ambiental, e que se transformam, nas mudanças políticas, em líderes de educação ambiental. Essas pessoas fazem, ou melhor, acabam sendo cotadas pelas empresas para fazer alguma coisa que seria educação ambiental alinhada com a empresa, uma Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo) da vida. É então extremamente perigoso fazer uma educação ambiental sem primeiro ter a universidade ao lado do processo. Era preciso formar nas universidades educadores e especialistas em tecnologia aplicada capazes de ter o conhecimento e a estratégia, coisas para as quais as universidades, nesses últimos tempos, não estiveram muito sensíveis. Em outras palavras, era preciso combater a ditadura de alto a baixo, sobretudo os mais jovens, na luta direta contra a estrutura ditatorial do poder no país, e não havia tempo para fazer essas coisas que são um pouco mais demoradas em termos de processo educacional. Agora, na outra banda, está a sociedade, onde ao se cruzar as suas aspirações e expectativas, sobretudo dos mais carentes, com essas consciências todas, nós vamos obter uma proposta na zona intermediária que nunca é ditada só pelos técnicos e cientistas, que se esquecem de uma série de coisas que são fundamentais na problemática de sobrevivência dos grupos carentes, a grande maioria na população deste país: 70%, segundo Hélio Jaguaribe.

JL: Eu acho muito importante o que foi dito pelo professor Ab'Sáber. Claro, não basta a gente se dar conta de que tudo está errado. Nós temos de ver onde é que nós podemos mexer os pauzinhos para que as coisas mudem. E aí é onde nós temos que achar os meios de convencer os detentores do poder para que mudem as suas decisões, que parem, por exemplo, de destruir a Amazônia, de inventar sempre novos projetos totalmente desnecessários e que implicarão numa devastação absurda. Isso tudo num país de tamanho continental como é o Brasil. Não estamos na Holanda, com uma área do tamanho do Rio de Janeiro, onde se precisa realmente tirar um pedacinho de mar para 12 milhões de holandeses. Nós temos espaço, podemos deixar a Amazônia em paz, pelo menos por enquanto, sem precisar fazer essas loucuras. O que nós temos de mostrar aos nossos, não sei se merecem o nome de governantes, enfim àqueles que detêm hoje o poder, a tecnocracia, a burocracia etc., é que as coisas têm de mudar. As atuais formas de agricultura, por exemplo, são suicidas, sob todos os pontos de vista; temos que partir para uma agricultura que seja sustentável. As atuais são suicidas do ponto de vista do envenenamento sistemático do ambiente e o são também do ponto de vista do uso de recursos não renováveis. Hoje só se faz agricultura com gastos de fosfatos, de potássios, e outros minerais que são tirados de minas tão limitadas quanto as jazidas de petróleo. Na Amazônia, por exemplo, em vez de derrubar sempre mais florestas, nós montaríamos um esquema para ensinar aqueles que já estão lá, em Rondônia, no Acre, que estão em cima de terras desflorestadas, cujo tipo de agricultura que hoje fazem é tão triste, tão insustentável que só conseguem sobreviver derrubando sempre mais florestas. Quem sabe poderíamos ensinar essa gente a fazer um tipo são de agricultura, que seja orgânico. Isso é possível! Nós temos os métodos para que eles fiquem naquele solo, para que o recuperem e não derrubem mais florestas. Não há a mínima preocupação com reciclagem. Se falarmos de saneamento, vamos ver que se baseia hoje na idéia de que se quer fazer desaparecer coisas consideradas inúteis, ou ruins, mas no momento em que aplicarmos uma filosofia diferente nós faremos, mansamente, coisas muito lindas, como dar emprego a muita gente e fazer trabalhos de regeneração de vida, não de destruição. Atualmente, muita coisa é resíduo, é poluição, pois em lugares como o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, dezenas de milhões de toneladas de esterco de porco estão indo para dentro dos rios, dos arroios, deixando a



Margaret Mee/*Flores do Amazonas*/Distribuidora Record/Rio de Janeiro/1980

Billbergia cf. decora Poepp. Endl., arquipélago das Anavilhanas, rio Negro, Amazonas, 1978

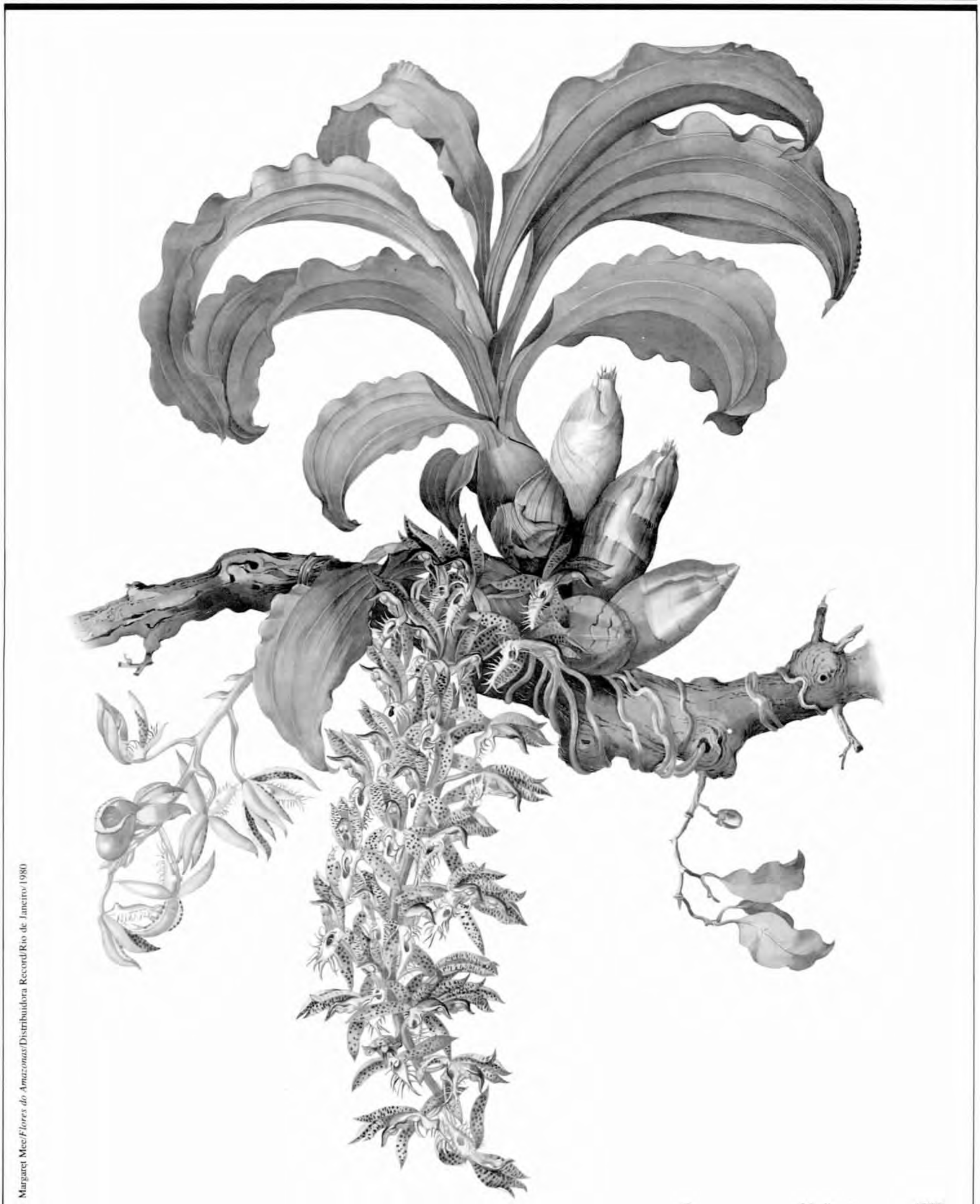
água totalmente anaeróbica. Se esse material fosse reciclado na agricultura, poderíamos aumentar enormemente a nossa produção e dar emprego a muita gente, mas ainda não existe a filosofia necessária para isso. Agora, é claro que não vamos poder esperar a educação dos jovens de hoje; essa formação é importante, tremendamente importante, mas ela vai chegar tarde. O desastre é tão grande, a velocidade com que nos aproximamos do precipício é tal que, se nós esperarmos que os jovens de hoje se eduquem e atinjam a necessária consciência ecológica, quando eles chegarem aos postos dinâmicos não vai haver mais nada. Nós temos é que sacudir os governantes com a ocupação da terra, por exemplo. Porque um dos problemas fundamentais é que nós não temos, também, educadores suficientes para essa educação ecológica. Digamos que um decreto federal dissesse: "a partir de amanhã se ensinará chinês em todas as escolas primárias do Brasil". O que aconteceria? Nada. Porque não se tem professores de chinês. É como dizer simplesmente: "vamos ensinar ecologia a todo mundo". Não vai acontecer nada, ou acontecerá de forma errada. Isso, portanto, é fundamental, mas vai levar mais tempo do que a aproximação do desastre o exige; o que nós temos de fazer é sacudir as estruturas existentes e partir para uma tecnologia regenerativa. Por que estamos fazendo o absurdo de Carajás? Para fazer alumínio, para fazer embalagens absurdas, para que europeus e americanos possam tomar cerveja em lata. A cerveja em lata não foi inventada para melhorar a vida do consumidor; ela serve somente para a vida do tecnocrata; para nós é muito melhor a cerveja em garrafa. Então destroem-se montanhas e florestas inteiras para se fazer coisas inúteis, que, além de não serem de nenhum conforto adicional, ainda significam um desperdício e um lixo absurdo. Dentro dessas tecnologias estamos fazendo coisas muito graves. Agora, por exemplo, o buraco de ozônio está se alastrando, e nós, aqui no hemisfério sul, vamos ser suas primeiras vítimas. A cada ano está aumentando, conseqüência do gás freon, do qual se usa demais em mais milhões de toneladas. Em alguns países, nos Estados Unidos, está proibido, entre nós não está, e sequer é assunto aqui de discussão. É um mundo todo, e é claro que não podemos derrubar tudo. Há algumas coisas que, sim, têm de desaparecer, mas também não podem desaparecer de hoje para amanhã porque o desastre seria muito grande. Nós estamos caminhando a todo vapor para o precipício; o que nós podemos fazer é desacelerar essa nova máquina de destruição e que a queda seja a mais suave possível. Se nós deixarmos correr sem nos mexer vai ser insuportável, talvez seja o fim da civilização. Eu acho que ainda temos tempo para contribuir, para que haja mudanças, para que pelo menos reste muita coisa e depois se possa construir um mundo novo. Vejamos o Rio Grande do Sul: 8 milhões de habitantes e uma área de 260 mil km². Está saindo gente do Rio Grande para Rondônia e, no entanto, se realmente nós fizéssemos uma agricultura e uma pecuária sã, aqueles que já saíram poderiam voltar e nós poderíamos até ter o dobro, quem sabe o triplo da população, num ambiente belíssimo. Vejamos só o caso da pecuária: a produtividade média está em torno de 30kg por ha ao ano; no norte da Alemanha e da França e na Escandinávia, a produção chega a 60kg/ha ao ano. Não seria melhor que, antes de nós derrubarmos a Amazônia para botar gado na floresta tropical úmida, com uma produtividade ainda mais reduzida, fosse levado em consideração que essa floresta intacta produz muitíssimo mais alimentos, pelo menos 50 vezes mais. Cada uma daquelas castanheiras que eles derrubam para colocar boi produzia um alimento belíssimo de grande variedade de uso, e o caboclo de lá diz: "onde entra o boi nós temos de ir embora porque vem a fome". E temos tanto o que fazer antes de ir para lá. Aqui no Brasil, por exemplo, o pessoal não sabe mexer com as máquinas de terraplenagem; só sabe fazer devastação. Um BNH não faz uma casa antes de fazer primeiro a paisagem. Antigamente um arquiteto adequava a casa à paisagem, hoje ele faz o contrário. Nós estamos nos comportando como um bandido que entrou num castelo, encontrou uma sala cheia de preciosidades, mas na pressa de entrar nas outras, onde espera encontrar mais, arrebenta com tudo, esculhamba com tudo e vai sempre adiante esculhambando sempre. Essa é a nossa posição hoje: em vez de ficar na primeira sala olhando as coisas bonitas e vendo se podemos melhorar, estamos arrebendanto sala após sala.

RPHAN: Como superar a atual contradição entre desenvolvimento e conservação da natureza? Os exemplos de Cubatão, ou da monocultura, podem ser substituídos por uma paisagem antrópica não degradada? De que maneira? Qual é a ordem de investimentos?

JL: É uma resposta simples. Hoje quando o tecnocrata diz que uma coisa não é econômica, ele sempre confunde a economia da sua empresa com a economia da nação. O que é bom para uma empresa, porém, pode ser bom para a nação, mas nem sempre o é, e hoje quando eles dizem: "não dá para fazer um tratamento individualmente, por exemplo, porque é anticonômico", estão se referindo à economicidade da sua empresa, e não da nação. Existe muita coisa que seria tremendamente eficiente, boa, para uma empresa e horrivelmente ruim para a nação, para o povo. Digamos que eu tivesse um posto de petróleo no qual o petróleo está tão fundo que para tirá-lo precisaria gastar mais petróleo na bomba do que o que sai. Se o petróleo da bomba é subvencionado pela sociedade, para mim esse posto é um bom negócio, mas para a sociedade é um desastre. Se nós temos essa contradição entre economia e ecologia é porque predomina esse tipo de empresa; predominam tipos de esquemas de produção que são bons para aqueles que detêm aqueles métodos, mas que são ruins para a sociedade que os subvenciona indireta ou diretamente.

IC: Esse confronto entre desenvolvimento e conservação é, de certa forma, falso. O que é preciso é definir o que é desenvolvimento. Se por desenvolvimento se entende o lucro no mais curto prazo, sem ver seus custos ecológicos, realmente isso é extremamente nocivo. Agora, é possível desenvolver um país, é possível desenvolver uma sociedade, levando em conta o custo ecológico das coisas, como o Professor Lutzenberger expôs muito bem. O mal é que a nossa sociedade vê o desenvolvimento a curto prazo, sem pensar nas outras gerações por vir e que precisarão dos recursos que nós estamos esbanjando hoje.

RPHAN: O Estado tem alocado recursos para pesquisa neste setor?



Margaret Mee/*Flores do Amazonas*/Distribuidora Record/Rio de Janeiro/1980

Catasetum saccatum Lindl., Amazonas, 1977

IC: Absolutamente. Muito pouca coisa. Na área de conservação da natureza, com a qual estou mais familiarizado, nós temos que buscar recursos no exterior para fazer pequenos projetos. Isso quando nós deveríamos ter muitos outros projetos, mais amplos, que poderiam ser perfeitamente financiados por recursos nacionais. Temos que nos submeter a migalhas vindas do exterior para fazer alguma coisa. Realmente de nada adiantará fazer parques nacionais e outras reservas se nós continuarmos no rumo suicida em que vai a nossa civilização. Mas como não podemos evitar a curto prazo este rumo, os parques nacionais, as reservas biológicas são alguma coisa que se tenta preservar, uma espécie de arca de Noé dos tempos modernos, até que um dia a humanidade tome juízo. De fato, os parques isoladamente não vão representar grande coisa. Permitir que os organismos vivos se desenvolvam em grandes áreas é muito diferente de isolá-los em pequenas áreas e pensar que podem continuar, dentro dessas ilhas, sua evolução normal.

AAS: Vou tratar desse assunto da economicidade. Eu acho fundamental essa confusão, de que o que é econômico para a empresa também é para a nação, que os homens de empresa tentam fazer na difusão de seu pensamento perante todas as camadas da população brasileira. Vejamos o problema da siderurgia. Matéria-prima nós temos em massas inigualáveis. Carajás tem, entre outros minérios, 18 bilhões de toneladas de minério de ferro. Fez-se em três anos uma estrada de ferro de 890km, mais comprida do que a mais comprida das estradas de ferro das zonas pioneiras do Estado de São Paulo — a de Santos à Barranca do Paraná não tem 700km —, para escoar o minério para o mercado internacional. Deslanchou-se um processo fantástico de especulação fundiária na região como um todo. A mão-de-obra disponível da base da pirâmide social saiu de todas as áreas pobres e subdesenvolvidas do país: Maranhão, Ceará, norte de Goiás e Nordeste seco de um modo geral. Lá está a maior concentração de pessoas à espera de emprego. Luta-se pelo emprego, pelo ouro do garimpo, e Carajás é uma terceira opção, com uma espera infindável. Mão-de-obra barata, numerosa e, politicamente, pouco exigente. Tucuruí foi construída para energia industrial, dentro do projeto Grande Carajás, com sua energia vendida de modo aviltante para a zona de Nova Bacarena. A soma de capitais, nacionais e internacionais, disponíveis para o enquadramento de uma área de minério do porte de Carajás é gigantesca. Os mercados têm que ser conseguidos, numa competitividade internacional fantástica, a duras penas. Mas, de qualquer maneira, existe mercado para a fase inicial: a exportação em bruto e do gusa. O gusa está assegurado como econômico desde que feito com carvão vegetal. Neste contexto a economicidade da empresa está perfeita. O que os ecologistas exigem é que esse rol de fatores seja cruzado com a economicidade social e ambiental. Antes de dizer que é bom para a empresa, que é bom para o país, é preciso saber se é bom para a sociedade regional, para o homem-habitante, o homem das proximidades dessas áreas. E de que maneira essa interferência brutal num pólo de concentração de minérios pode redundar em desenvolvimento social, e não da empresa e seus acionistas exclusivamente. Nós temos uma visão hoje que não existia na década de 30, quando se instalaram as principais siderúrgicas; essa visão envolve os problemas ambientais e ecológicos de um modo totalizante. Eu vejo as oligarquias se mexendo por todos os níveis a fim de manter o seu *status quo*, ou seja, aquilo que elas desejam deve ser cumprido, independentemente de uma queima rápida de recursos.

WAR: Com relação a recursos e desenvolvimento, eu queria apenas dizer que realmente quase todas as instituições de pesquisa e universidades vivem à míngua de recursos para a pesquisa. Eu acho que deveria haver a obrigatoriedade de todos os empreendimentos econômicos investirem uma parte desses recursos em pesquisa. Se uma empresa destrói florestas, tem que dar recursos para pesquisas florestais. Hoje se tira tudo, vende-se a madeira, e o dinheiro não é investido na região. Na Amazônia não se faz reflorestamento; se este ocorre, ocorre no sul do país. E planta-se pínus, eucaliptos; ninguém se preocupa em fazer estudos de nossas próprias essências para que amanhã a gente possa recompor a floresta. O governo não obriga, nós ficamos sem nenhuma informação e acabamos sem saber como replantar nossas plantas. Há que pelo menos estimular os órgãos de pesquisa.

AAS: Eu acho que também os órgãos de pesquisa no Brasil se adaptaram a uma burocracia que, no mínimo, é de baixo nível de criatividade e de aplicabilidade. Não sou contra a iniciativa privada a nível de uma fazenda, bem organizada e racionalizada, nas margens da Amazônia. Acontece que o Incra chega e diz: é preciso destruir as matas para realmente transformar isso numa fazenda. Isto sem dar nenhum modelo de eficiência produtiva diversificada para aquela gleba. Como é que um órgão de colonização pode fazer isso? Como é que, por causa de uma lei da Sudam, 50% daquele espaço pode ser destruído? É uma lei taxativa, e grandes frigoríficos do sul tentaram destruir, em pouco tempo, metade das suas glebas mortas no Acre. Não existe outra medida, não existe outro entrave. Era preciso saber. Primeiro tirar, suprimir um por cento, sondar a economicidade criada e verificar a possibilidade dela ser racional naquele espaço. A Embrapa, portanto, e o próprio Inpa têm hoje uma responsabilidade extraordinária. Eu fico desesperado quando ouço um pequeno ou médio fazendeiro da região de Marabá que não tem, apesar das Embrapas da vida, do Incra, ou do Inpa, nenhuma informação de como proceder mais corretamente, em vez de destruir a floresta para fazer pecuária. Fica então a minha crítica também para as instituições científicas. Hoje, sou rigorosamente por uma renovação muito polivalente das instituições científicas; não para torná-las excessivamente grandes, mas mais esclarecidas.

JL: Gostaria de dizer o seguinte sobre a pesquisa: não é só a falta de dinheiro; até que tem dinheiro demais para uma pesquisa profundamente perniciosa. Hoje, a indústria química do agrotóxico gosta de se vangloriar de que chega a gastar até 100 milhões de dólares em 10 anos para descobrir, desenvolver, testar, registrar e colocar no mercado um único dos seus produtos. Ora, se me dão a décima parte desse dinheiro, o suficiente para movimentar de 12 a 20 biólogos, eu me comprometo a resolver em cinco anos todos os problemas fitossanitários das importantes culturas brasileiras. Acontece que a maioria dessas soluções já



Margaret Mee/*Flores do Amazonas*/Distribuidora Record/Rio de Janeiro/1980

Catasetum barbatum Lind., rio Unini, Amazonas, 1976.

existe mas não interessa à indústria química pesquisar soluções para os problemas fitossanitários das lavouras. O que lhe interessa é como fazer produtos patenteáveis. Ela está disposta a gastar 100 milhões de dólares em 10 anos para faturar depois 10 bilhões. Vou dar um exemplo concreto. É possível até fazer monocultura de café ecologicamente sã. O cafeicultor, no sistema convencional, está sendo induzido a usar herbicida e adubos sintéticos solúveis, que destroem a microvida do solo, desequilibrando metabolicamente as plantas. Surgem então pragas importantes como a ferrugem, ou a broca, e essa mesma indústria, que o induziu a usar o herbicida e os adubos sintéticos solúveis, vai agora induzi-lo ao uso de inseticidas e fungicidas. A planta se desequilibra mais ainda, e o fazendeiro vai usar mais fungicidas, depois fungicidas e acaricidas sistêmicos numa corrida diabólica que não termina mais. Agora, eu consigo ensinar a esse mesmo fazendeiro de café a não usar herbicida, a manter uma boa cobertura de leguminosas, a criar ovelhas no seu cafezal para manter essa cobertura bem cortadinha e bem adubada, a não usar adubos solúveis, mais insolúveis, tipo fosfatos naturais, ou até mesmo pós-de-rocha, como o basalto, essas pragas desaparecem como que por milagre. Ele vai ter um café mais são, mais produtivo, mais bonito e ainda tem a produção adicional de ovelhas. Mas nós temos um aspecto político: essas soluções não são pesquisadas e sequer procuradas porque não permitem a montagem de grandes esquemas. Promover produtos pesticidas permite montar gigantescas estruturas. Só se pesquisa aquilo que interessa à grande tecnocracia, que permite montar grandes burocracias. O que é são, útil, bom, que nos faz um mundo mais bonito, mais agradável, mais ameno, não é pesquisado porque só interessa à pessoa e não às instituições.

RPHAN: Quando, em que circunstância, se deve aplicar o estatuto do tombamento ao patrimônio natural? Quais os critérios que deverão ser adotados?

AAS: O tombamento implica numa solução radical para a questão da propriedade privada. Quem tomba, praticamente passou por cima do direito da propriedade privada. O bem tombado vai se desvalorizar em parte e, nesse sentido, quando se trata de regiões naturais, há que ter grande cuidado na aplicação do estatuto. Existem, entretanto, alguns casos em que foi a inércia cultural da burocracia, da administração pública, que redundou na não preservação daquele bem: uma alta montanha com certo nível de monumentalidade paisagística, com coberturas vegetais e ecossistemas zoneados altitudinalmente, que por razão nenhuma deveria ter sido comercializada, na realidade devia ser tombada. Nisso estão inseridas a paisagem de exceção, aguadas em forma de *château d'eau*, águas que nascem em ecossistemas naturais sem poluição, solos e diferentes tipos de cobertura, montanhas com contínuo florestal de baixo ao alto. Mas a floresta não é a mesma, nunca se sabe o limite da floresta tropical da base até a floresta de 2.000m de altura ou mais. Tudo isso conduz a um argumento sólido e polivalente de preservação. O ideal seria partir para uma desapropriação, transformar aquilo num outro tipo de unidade de preservação. Mas o tombamento dá tempo para que isso seja feito e alerta as autoridades para a excepcionalidade daquele bem. Estou pensando na Serra do Mar, que tem uma expressão planetária para mim (ver artigo na RPHAN, n.º 21, pág. 7). Não há governo no mundo que me convença de que aquilo não devesse ser tombado a nível nacional, ou como patrimônio da humanidade, se possível. Quando essa consciência é total como no caso da Serra do Mar, onde 20 ou 30 argumentos foram reunidos em pouco tempo, partindo de várias pessoas, com uma convergência de pontos de vista, não tivemos dúvidas em fazer o tombamento provisório. Meu desespero é que os processos de tombamento acabem sendo políticos, um ato muito vaidoso de uma pessoa, de um grupo, ou de um governo. Neste caso o sistema de gerenciamento do bem tombado é nulo e a demora em implantar o outro tipo de unidade de preservação é muito grande. Para isso não há solução a não ser a que os governos se eduquem, e esta pressão da conscientização pelos problemas ambientais e ecológicos no país vai obrigar os governos a se educarem.

JT: A gente tem que se lembrar que o tombamento é uma ferramenta, um instrumento, e como toda ferramenta pode ser bem ou mal utilizada. Numa ocasião, durante uma viagem de estudos em Minas Gerais, precisamente em Montes Claros, fui impedido de entrar numa fazenda onde há uma gruta famosa, a Lapa Grande. Essa gruta de calcário foi visitada por Martius em 1818; eu queria visitá-la e fui impedido pelo proprietário. Na época, me pareceu um absurdo que uma pessoa tenha o privilégio de ser proprietário de uma gruta. Primeiro, a gente não sabe o uso que ele está dando à gruta, se é predatório, ou não. Segundo, isso impede estudos, e o acesso fica sendo um privilégio. Na África do Sul existem dentro da cidade, dentro do perímetro urbano, áreas tombadas de 360m². Simplesmente porque nessas áreas ocorrem exemplares de uma circadácia ameaçada de extinção. E nas proximidades não se constrói nada que possa vir a prejudicar essas plantas. Acho que essa preocupação do Professor Ab'Sáber com o uso dado ao instrumento de tombamento é válida, mas não é suficientemente forte para a gente ignorar simplesmente o tombamento como arma para defender certas coisas que são de valor.

AAS: Desses 360m² eu queria falar uma coisinha. Temos no Brasil áreas tão pequenas que deveriam ser tombadas que me espanta que a noção de escala dos conservacionistas brasileiros seja um pouco burocrática. Acima de mil ha, muito bem, parque nacional, parque natural e outra coisa mais. Mas nós temos aqui no Rio minienclaves que devem ser preservados. Eu tive a oportunidade de ver na coleção de fotografias de Marc Ferrez as gordas cactáceas que existiam nas encostas dos pães-de-açúcar, bem antes da abertura das pedreiras que serviram para a construção das amuradas e meios-fios da cidade. A gente vivia vendo em geomorfologia que havia sinais de planos de erosão inclinados, que os geomorfologistas chamam de pedimentos rochosos e que representam os climas secos do passado. Mas nunca tínhamos a oportunidade de ver o próprio documento do clima seco preservado. Aquele cacto que está lá no alto do Pão de Açúcar, e que foi cortado durante a remodelação feita pelo arquiteto Poli visando a um panorama mais bonito da Praia de Botafogo, é importante como realidade da evolução biológica, mutante, do Rio

de Janeiro. Reservas indígenas, parques nacionais, reservas biológicas, monumentos naturais, santuários de vida silvestre — às vezes a gente recompõe um santuário para desenvolver a vida silvestre, outro já é um santuário de uma vegetação do passado; estações ecológicas, parques naturais, rios cênicos, estradas-parque, sistemas lagunares, sistemas estuarianos, planícies de mangues, campos de dunas, maciços insulares, esses maciços em tomo de enseadas que nunca deveriam ser transformados em lugares para casas bizarras, montadas em cima dos morros de ponta de praia; setores de abrasão, praias nacionais — um país que tem 70% da sua população pobre e não tem nenhuma praia nacional, os farofeiros são jogados de lugar para lugar, fecha-se o comércio para que eles não cheguem, vocês querem maior *apartheid* do que isso?; ilhas oceânicas, florestas nacionais, maciços costeiros, rotas migratórias — o pessoal do Canadá junto com brasileiros estudaram rotas entre os hemisférios Norte e Sul na região entre Belém e a baía de São Marcos que é de valor como rota de aves a nível planetário; e minienclaves. Agora chegamos aos minienclaves. Tenho percebido ao longo da minha vida que estes não estão listados nos tipos de reservas. Numa discussão como esta dou a maior importância a um lajedo de 500m², para não dizer 300m ou 360, que tenha cactos e bromélias no meio de florestas do tipo atlântico em todo o seu conjunto e que abaixo dos níveis do solo, lateralmente ao lajedo, tenha um chão pedregoso que documente um chão de caatinga do passado. Acho, então, que o problema é conversar; por isso é tão importante esta nossa reunião.

JL: Os endemismos são importantes. Eu conheci, porque realmente não existem mais, nos arredores de Porto Alegre, alguns metros quadrados em topos de cerros graníticos onde ocorriam certas espécies, cuja população inteira estava constituída de, talvez, 40 ou 50 indivíduos. O trator passou por cima desses poucos metros quadrados e se perdeu uma espécie. Uma espécie que se acaba é uma perda irreversível, o universo fica mais pobre, ela não volta nunca, nunca mais. E nós temos aqui no Brasil uma barbaridade de endemismos, especialmente entre as cactáceas, as orquídeas, as bromélias etc. Aqui no Rio o cacto que vocês chamam de frade, um cacto tubular com aquele cefálio, não existe mais nas restingas. Esse cacto é um fenômeno geográfico extremamente interessante, está ligado a um outro grupo nas Guianas e no Caribe, que vai do Peru ao Texas, cada lugar com uma espécie. É um cacto incrivelmente velho que se diversificou de uns 40 milhões de anos para cá. Isso que nós tínhamos aqui no Rio era portanto uma grande preciosidade que passaram por cima como se fosse porcaria. Nas restingas do Espírito Santo ocorre uma coisa simplesmente incrível. Num ecossistema de beleza excepcional, moluscos e cactos aparecem dentro daquela floresta de restinga. Em Laguna alguns telhados de casas velhas ainda conservam uma flora que cessou de existir nos morros porque foi destruída. Em termos mais genéricos, nós devíamos dizer que tudo aquilo que sobrou merece ser preservado. Temos tantas áreas já devastadas, nas quais podemos nos divertir à vontade procurando melhorá-las, que não precisamos invadir aquilo que sobrou da natureza. Temos áreas fabulosas temos um privilégio, que chega a ser uma obrigação, de preservar o que sobrou.

AAS: Na região alemã do Rio Grande do Sul, fotografias das serras mostram alguns quadros que desapareceram por completo. Ao sul do Jacuí, as manchas de araucária na região de Caçapava do Sul estão sendo totalmente devastadas. Nossos amigos uruguaios mandaram um documento mostrando que acharam, mais para o sul ainda, registros de que a araucária esteve lá. Temos, portanto, coisas do passado em termos de pólen, mas não temos a mata que estava na paisagem do planalto de Caçapava do Sul. Essas coisas são dignas de preservação.

IC: Essa preocupação do Professor Ab'Sáber já é atendida por uma categoria de proteção chamada área de relevante interesse ecológico. A respeito dessas espécies endêmicas, lembro que esta destruição é conseqüência da falta de cultura. Se o país, se essa população, fosse mais esclarecida, se nós déssemos valor a essas coisas como poucos o dão, elas seriam naturalmente protegidas. Quando um homem passa com o trator por cima de uma espécie e a liquida, ele não está querendo destruí-la, não sabe o que está fazendo. Enquanto a nossa população for ignorante, enquanto nossos dirigentes forem ignorantes, não haverá solução para essas coisas. Nós temos realmente que difundir a cultura, mostrar a importância de uma espécie rara, dar conhecimento à população para que ela saiba o valor dessas coisas e as preserve. Se a população continuar com esse nível cultural será impossível, nós destruiremos tudo, sem poder evitar.

RPHAN: De que maneira podem os órgãos de preservação municipais, estaduais e federal trabalhar com o patrimônio natural, corrigindo o viés que os têm levado a privilegiar o patrimônio histórico e artístico?

JT: Esses órgãos têm bens tombados ligados ao patrimônio natural, mas não têm uma equipe, um pessoal especializado para lidar com esse assunto. A pergunta é esta: de que maneira podem esses órgãos atuar? Eu estou aqui representando o sítio Burle Marx, um órgão da Pré-Memória. O que estou sentindo dentro da instituição é uma tendência de organizar essa coisa, e nós estamos prestando todo o apoio possível. Mas acho fundamental que esses órgãos de preservação tenham entre seus quadros pessoal especializado, senão não podem atuar.

AAS: Eu acho que não foi muito fácil fazer o desdobramento de preocupações com as questões ecológicas e de preservação e conservação da natureza nos órgãos de patrimônio cultural. O ponto de partida foi quando se começou a insistir no conhecimento sobre a conservação da natureza como um conhecimento cultural, um conhecimento em termos sistêmicos, espaciais e de harmonização de atividades. Eu acho impossível instalar-se uma mentalidade de preservação e conservação sem, em primeiro lugar, se ter uma boa idéia dos grandes problemas da natureza, dos conceitos sistêmicos, espaciais, de variação climática, todos esses naturais, e os conceitos de variações climáticas e ecológicas sutis provocados pelo homem, que são diferenciados. Em seguida, cruzar tudo isso com conhecimentos sobre o tipo de região de um país de escala continental. Eu tenho usado, com grande proveito para meu próprio aprendizado, um artigo de Bernard Kayser, "As divisões do espaço geográfico nos paí-

ses subdesenvolvidos''. Com ele cheguei a uma série de conclusões muito importantes, entre elas a de que os países subdesenvolvidos, com grandes áreas espaciais, grande território, têm uma tipologia de espaços bastante variada. Têm a Amazônia, têm um Sudeste, um São Paulo. Na sua tipologia, Kayser distingue as áreas mais próximas da natureza, com baixo nível de urbanização e de superposição de infra-estruturas, o caso da Amazônia, das de alto nível de complexidade espacial e muita superposição de infra-estruturas. Vem depois uma faixa intermediária entre esses dois extremos, onde ele coloca uma série de outras coisas: a bacia urbana, as regiões metropolitanas e a de planejamento etc. Pois bem, a partir daí a gente tem um programa para pensar as questões de preservação. Nas regiões que têm muita natureza e baixo nível de infra-estrutura, é preciso cuidar para que não se transformem no caos — nós tivemos o caso da Amazônia nos últimos 25 anos, exatamente uma história da construção do caos. Isso porque não havia noção de que toda aquela massa imensa de território, de coberturas vegetais e de biomassa pudesse ser ameaçada, e foi exatamente o que aconteceu. A Belém—Brasília num trecho, a Transamazônica depois, a tentativa da Perimetral Norte, as estradas que atingiram Manaus e os estados do Acre e Rondônia são uma frente dupla de devastação e de provocação de depredação por um modelo não criativo de uso do solo em termos econômicos. O número de modelos inventados ao longo desses 25 anos foi mínimo e a devastação foi extraordinária e caótica. Eu acho, portanto, que o problema número um está na interpretação cultural dos problemas da preservação e da conservação da natureza. Isso sensibilizaria os ambientes de defesa patrimonial, já que todas as vezes que este discurso é lembrado, os patrimonialistas interessados na preservação de amostras do passado urbano, arquitetônico ou cultural religioso passam a ser adeptos da defesa da natureza.

IC: Tem-se feito muito pouco uso desses órgãos de preservação no que diz respeito à natureza. Lembraria a necessidade de tombar as áreas decretadas parques nacionais, reservas biológicas etc. Criadas por decreto, elas podem ser mutiladas, diminuídas por decreto. O Parque Nacional de Tocantins foi criado com 600.000 ha, hoje tem 60.000 ha, um décimo da área original. Qualquer empresa poderosa, influente no governo, consegue um decreto para tirar uma parte do parque. Cito um episódio ocorrido em Brasília, quando se discutia no IBDF a possibilidade do parque do Araguaia ser cortado por uma estrada. Os conservacionistas presentes protestaram, negaram de todas as maneiras possíveis essa possibilidade, baseados no decreto-lei que tinha criado o parque. Mas o representante do grupo econômico que estava interessado na estrada disse para não se ''preocuparem'' com isso, que se daria um jeito na legislação. E foi dado um jeito com um novo decreto que permitiu a passagem da estrada. Se o parque tivesse sido tombado, aquela estrada encontraria muito mais dificuldade para ser construída. Quase todas as nossas unidades de preservação sofreram alguma forma de mutilação: o parque nacional da Serra da Bocaina foi cortado por uma estrada, o parque de Iguaçu sofreu uma de uma estrada asfaltada na sua zona intangível e assim por diante. O tombamento, portanto, é uma medida que se impõe. Por que não foi feito ainda? Creio que por falta de tradição e por desconhecimento da parte daqueles que lidam com a preservação da natureza. Existe falta de comunicação entre os órgãos de preservação patrimonial e os órgãos envolvidos com a conservação da natureza.

AAS: Eu queria fazer uma complementação. É preciso considerar também o valor da terra. Quando tombado, o valor da terra deixa de ter a sua dinâmica habitual, o que favorece o Estado numa desapropriação futura. As pessoas não podem alegar que aquele espaço tem um valor de produção econômica rural, por exemplo, porque já é um bem tombado. Foi esse o pensamento que orientou o tombamento da Serra do Mar. Os parques do tipo Serra do Mar, ou de uma serra em geral, são de difícil gerenciamento. Eles são de tipo muito alongado, paredões que se estendem por espaços imensos, podendo sofrer predação vinda do planalto ou do piemonte. Se houver um duplo instrumento de preservação (um parque nacional tombado), é mais fácil fazer o deslanche de situações legais. Existem então razões, em certas áreas onde o feixe de fatores favoráveis é muito grande, para que se faça o tombamento a favor da consolidação do processo de preservação. Por último, devo dizer que o fato de existir uma dificuldade de se requerer um processo de tombamento é incrível do ponto de vista de informação. Qualquer cidadão brasileiro, ou unidade conservacionista, tem o direito de fazer um requerimento dizendo a razão pela qual solicita a abertura de um processo de tombamento. O problema é que a solicitação de abertura de processo implica em que o órgão faça um estudo de viabilidade, mas o número de requerimentos solicitando estudos para o tombamento é muito pequeno. Quer dizer, o cidadão brasileiro não está usando bem essa arma correta de que dispõe para deslanchar um processo de preservação por tombamento. Eu coloco as ilhas oceânicas, que são poucas, como fundamentais para o tombamento. Esses grandes monumentos da natureza, como a ilha de Fernando de Noronha — que não é apenas um pico, nem apenas uma prainha, mas tem uma paisagem integrada e diversificada — não podem ser fechados ao mundo. É preciso haver diretrizes de tombamento que facilitem o acesso, sem o turismo de massa. Assim, aqueles que têm vontade de conhecer alguma natureza específica no meio do oceano podem ter acesso. O processo de tombamento exige a elaboração de diretrizes específicas para atender a cada caso. O tombamento é uma coisa muito séria em termos de conhecimento. Uma coisa é um maciço florestado em São Paulo, onde 96% dos espaços estão humanizados por redes urbanas, áreas metropolitanas, zonas industriais e rurais. Outra, o problema da preservação de uma montanha florestada no meio do Nordeste, usada pelo povo em minifúndios, em função do solo que lá existe. Não se pode tombar aquilo. Acidentes iguais em conjunturas fisiográficas, ecológicas e sociais diferentes têm que ter diretrizes diferentes de uso. Mas, e a Serra de Carajás em plena Amazônia? Uma floresta que sobe pelas encostas e chega a ocupar 80 a 90% do topo de uma serra, como é que nós vamos fazer? Se, realmente, existem lá 18 bilhões de toneladas de minério de ferro e mais outros minérios, úteis para a economicidade do país de alguma forma, a liberação das encostas para a exploração do ferro é possível, mas tem de haver a garantia de que não se faça nada mais

do que a exploração das lentes de ferro. Um grupo de pessoas tem feito pressão junto à Vale do Rio Doce no sentido de que, quando for desativada a exploração, aquele conjunto serrano seja um parque organizado. Devo dizer que 87% da área pode ser preservada integralmente, sem escarificação; quer dizer, as áreas de exploração de minério mais o sítio das duas cidades que estão lá em cima dão 13% do espaço total.

RPHAN: Como se pode dar a preservação de paisagens antrópicas, históricas e culturais, como a região do açúcar no Recôncavo, o algodão em Pernambuco, ou o café no vale do Paraíba? Quer dizer, como preservar regiões que sofreram uma intervenção muito grande do homem na paisagem?

JL: Sim, as paisagens antropogênicas deveriam ser preservadas. Só que isso pressupõe preservar também o estilo de vida, e no mundo em que estamos vivendo não sei como isto pode ser feito. Vejamos um caso concreto. Lá no sul, na região de colonização alemã, havia uma agricultura camponesa verdadeiramente autóctone porque surgiu ali, não foi cópia da agricultura européia. Hoje está praticamente destruída. Os lugares onde ainda sobrevive são ilhas tão pequenas que, para preservá-las, nós teríamos de colocar as pessoas numa espécie de parque, de museu ou de zoológico.

AAS: Sou extremamente sensível a paisagens como a de Alcântara no Maranhão, como as cidades de fundo de estuário em Alagoas e Sergipe, cidades do açúcar. Elas eram, verdadeiramente, pontos de escoamento do açúcar no fundo de pequenos estuários, cujo espaço foi retomado pelo manguezal, de tal maneira que a gente hoje nem sente mais o sítio do portozinho de açúcar do passado. Sou, também, muito sensível a certas transições de fases importantes de alguns ciclos econômicos brasileiros, as grandes fazendas da Zona da Mata, no Nordeste, ou a zona do café, em São Paulo. Me preocupo muito com o problema de reciclagem do uso desses espaços culturais do passado, e participo de um grupo que pensa que esses lugares deveriam ser lugares privilegiados para a instalação de parques culturais, ideais para centros culturais diversificados, verdadeiros *campus* universitários em termos de centros de reflexão. Não há reflexão sobre as zonas decadentes do Brasil, ninguém pensa sobre um uso alternativo da zona decadente, que pode até ser extremamente útil do ponto de vista sócio-econômico dos proprietários. Têm as fazendas do Estado do Rio de Janeiro que foram transformadas em hotéis, que são lugares diferenciados dentro da hotelaria brasileira. A descoberta dos fatores de decadência, e um repensar sobre soluções alternativas para esse espaço rural, é necessária. No Estado de Alagoas, por exemplo, que não era o principal produtor da Zona da Mata nordestina, a primeira área canavieira estava nos morros arredondados mais interiores, entre o tabuleiro e o começo da Borborema. Hoje, nos tabuleiros, com a descoberta da deficiência em nutrientes, aquelas velhas fazendas que estavam nos morros acidentados do piemonte da Borborema se transformaram em vazios.

IC: Eu acho válida a preservação. Da mesma forma que se preserva a ruína de um templo, pode-se preservar a ruína de uma cultura. Esta não vai se preservar, não vai continuar e vai passar por um processo de regeneração cultural até certo ponto.

JT: Eu não participo dessa opinião, não. Pelo dinamismo da coisa, que não é uma coisa estável como uma ruína, para se preservar como um documento, eu não consigo enxergar uma área dessas como documento, aquilo não chega a ser um documento. Fica a impressão que eu tive quando visitei o chamado parque histórico dos Guararapes, cujo único *curriculum* é ter se dado ali a Batalha dos Guararapes. Não tem mais nada de vegetação, nada de original, nada da época. A razão de preservar aquele parque é muito mais histórica do que ambiental.

RPHAN: Como é que os municípios poderiam participar da preservação do patrimônio natural?

JL: Acho fundamental, deve haver o máximo de participação local, mas a situação atual faz disso um grande dilema, já que em alguns casos serão cometidos estragos irreversíveis. Lá no Rio Grande do Sul, por exemplo, existem algumas montanhas, cerros de arenito com formas espetaculares, e com arenito se faz laje, aquilo é economicamente importante, e as prefeituras locais certamente não permitirão o tombamento. Passo, portanto, a não saber que equilíbrio nós podemos achar entre a participação local e um controle mais remoto, estadual e federal. Talvez tudo devesse ser ligado aos três níveis para que houvesse um controle.

IC: Tudo volta a ser uma questão de cultura. Em princípio é válido, mas na realidade brasileira dificilmente nós encontraremos em grande número de municípios autoridades capacitadas a realmente selecionar o que deve ser preservado. No interior da Paraíba existe um monumento notabilíssimo formado por rastros de dinossauros de 80 a 100 milhões de anos. Pois bem, um rastro desses, perfeito, uma trilha longa que dá a impressão do animal ter passado ali na véspera, teve um enorme bloco cortado por ordem do prefeito para que fosse decorar a porta da prefeitura.

AAS: É muito difícil que as lideranças políticas de nível municipal possam ter um conhecimento que exige um certo tempo de aquisição. Se não existe consciência dessas coisas a nível estadual, que tem grandes organismos feitos, pelo menos teoricamente, para assessorar os governantes neste setor, como é que nós vamos pretender que pessoas saídas de um processo democrático amplo possam, de uma hora para outra, ter uma clareza de visão desses problemas? Câmaras de vereadores com componentes bisonhos, prefeitos bisonhos, não podem ter de repente um estalozinho em termos de noções preservacionistas e conservacionistas. Além do que, eles são pressionados pelo estado, a nível econômico, a competir por receitas cada vez maiores com uma tendência a se transformarem em componentes da "aldeia global". Se o município vizinho tem industrialização, apesar do nosso ter a vocação de ser residencial, por exemplo, vamos fazer industrialização. Moro num lugar desse tipo, onde os mais reacionários são o prefeito e seus companheiros da câmara, quando associados a um grupo político forte. A solução es-

taria numa rígida integração das diversas consciências: a nacional, envolvendo a administração, técnicos, grupos esclarecidos em educação ambiental etc.; a estadual, através de uma administração que seja obrigada a cruzar os seus interesses com interesses mais gerais; e a municipal, por sua vez, cruzada com essas outras. É necessário que as pequenas regiões tenham um certo conhecimento de seu território, não à maneira antiga, com limites e grau de movimentação das terras, mas conhecendo-a fisiograficamente, ecologicamente e biologicamente. Que cada zona dentro de um estado que tenha uma certa individualidade possua um texto sobre ela. Num teste feito aqui no IBGE numa reunião onde se discutia meio ambiente, a metade das pessoas presentes não tinha acesso ao projeto Radam, único grande projeto de levantamentos setoriais feito para a Amazônia como um todo. Quer dizer, sequer o único documento feito com imagem de radar e uma certa tecnologia chega aos técnicos e ao governo, imagine uma coisa mais sintética a nível do prefeito, dos vereadores e dos professores secundários. O problema cai, então, ainda na questão de uma educação diferenciada, que veja o universal e o regional, e este naquilo que tem de universal.

JT: Concordo com a posição de todos, mas tenho uma ressalva: acredito que uma legislação específica de incentivo pudesse obter algum resultado na participação dos municípios na defesa do meio ambiente. Se as verbas federais fossem distribuídas em função de uma legislação que incentivasse a participação dos municípios, talvez houvesse resultados a nível municipal.

WAR: A verdade é que os próprios órgãos, ao invés de ajudar, às vezes prejudicam. Vejam o caso do INCRA. Como todo mundo sabe, na Amazônia quem quiser obter um título de terra tem que devastar. O INPA, por exemplo, enfrenta um problema sério. O INPA e a Universidade do Amazonas. Cada um recebeu uma área para pesquisa e como nenhum dos dois procedeu à devastação habitual, a Suframa avisou que ia retomar as áreas porque não estavam sendo utilizadas. Isso é uma demonstração clara do nível cultural que impera no país.

RPHAN: Com os grandes projetos federais, as hidrelétricas por exemplo, até que ponto o governo federal prejudicaria a ação dos órgãos municipais e estaduais de preservação?

AAS: É preciso ver aí os dois lados da questão. É preciso saber se colocar no lugar de alguém que esteja fora da administração municipal mas more no município e veja o que está acontecendo no seu pequeno mundo em função das coisas que vêm de fora, isto é, dos fatores exógenos: por exemplo, a construção de uma grande hidrelétrica, um distrito industrial, uma área de mineração. De repente aquilo aparece e provoca profundos impactos sociais, além dos ambientais. Outra posição é a do governo estadual, interessado em tirar proveito da economicidade do projeto, mas desprovido de bom assessoramento. Desse modo as autoridades municipais ficam imprensadas entre as grandes empresas e o governo do estado. Eu vou dizer a vocês o que está acontecendo em Marabá, que, a meu ver, é a síntese de todos esses problemas. A cidade nasceu no pontal do Itacaiúnas com o Tocantins no tempo em que começou a exploração do caucho a montante da zona das cachoeiras do Tocantins. Do caucho se passou para as castanhas. Pois bem, Marabá é hoje o centro de uma feroz disputa pela terra e é cortada pela Transamazônica. Com o projeto de construção da Nova Marabá, feito por pessoas não muito vivenciadoras da realidade amazônica, Marabá está agora dividida em três: o primeiro núcleo, a velha Marabá; a nova Marabá, completamente sem urbanização; e um outro núcleo, situado além do Itacaiúnas. Criaram-se esses três núcleos, a pobreza sobreveio, ocupou os pântanos entre os núcleos, formando um quarto tipo de núcleo, que fica nos interstícios. Com a chegada da estrada da Rio Doce a uns 10 ou 15km, a cidade já está passando para a estação e vai se tornar um grandioso corpo urbano de população extremamente pobre e miserável, sem qualquer possibilidade de relação comunitária. Por fim, o governo do Pará abriu um distrito industrial 20 km além de Marabá. Cria-se, assim, na depressão mais quente, com o maior número de calmarias, um distrito industrial para trabalhar o ferro de Carajás, a nível de ferro-gusa e de outras indústrias de transformação que vão ocasionar a formação de uma cidade de grande porte. Marabá tem hoje 180 mil habitantes e é o esboço do caos. Quantos terá daqui a 20 anos?

RPHAN: Como se viu nesta mesa-redonda, existem problemas muito sérios no que diz respeito ao patrimônio natural brasileiro. Na opinião dos senhores, como esses problemas deveriam ser tratados na Constituinte?

WAR: No que diz respeito à Constituinte, é importantíssimo que seja vista a questão do uso da terra, do manejo do solo e das florestas. Tudo isso tem de ser muito bem visto, e a Constituinte tem que tomar uma série de medidas que visem realmente à preservação dos patrimônios naturais. Não se pode continuar admitindo que pessoas ou empresas continuem fazendo devastação e abandonem as áreas, sem que ninguém seja responsabilizado por esses atos. Até parques e reservas são devastados sem que haja qualquer punição. Como não se apuram responsabilidades, barbaridades são praticadas. O governo tem que incentivar o aproveitamento racional do solo, de áreas que já estão aí disponíveis e que são subutilizadas ou utilizadas inadequadamente. Essa época de nomadismo tem de acabar no país, nós temos que começar a trabalhar com o pé firme, em lugares já determinados, pré-selecionados, fazendo zoneamentos agrícolas para um máximo de produção daquelas áreas, em vez de ficar ocupando áreas e mais áreas, recebendo, inclusive, incentivos para a ocupação de novas áreas.

JT: Para a Constituinte, a única sugestão que eu teria a dar é que os constituintes procurassem, em cada caso, antes de legislar, ouvir os habitantes da região. Em todas as interferências que foram feitas na Amazônia jamais se ouviu o habitante da região, que é, supostamente, a pessoa que deve saber mais, que tem mais conhecimento adquirido sobre a região. Isso gera distorções como a que proíbe a derrubada das castanheiras, que acabam isoladas nos pastos, deixando de ser fecundadas porque a abelha que cumpria essa função desapareceu com a mata derrubada. Essa série de castanheiras estéreis são o símbolo de uma legislação de gabinete, feita com um desconhecimento total da

ecologia da região. É importantíssimo que os encarregados da nossa nova Carta estejam atentos ao conhecimento regional para salvar alguma coisa ainda.

AAS: O problema da Constituinte e meio ambiente é torrencial. Eu só me permitiria fazer algumas considerações gerais. Em primeiro lugar, todas as Constituições brasileiras, como, de resto, as Constituições antigas de países que as têm consolidadas, não tiveram oportunidade de entranhar um pensamento ecológico e ambientalista. No caso do Brasil, em particular, é de uma importância fundamental que a gente aproveite o fato de termos uma nova Constituição para forçar a intrusão de um corpo de idéias sobre questões ambientais e ecológicas. É uma oportunidade única. Eu também não tenho dúvidas de que os representantes das oligarquias estarão lá, de olho muito aberto para que os princípios ecológicos e ambientalistas não interfiram na chamada onipotência e no sacralismo do direito sagrado da propriedade. Vai ser uma luta muito mais séria do que parece, uma luta paralela às lutas sociais que nós temos em outros pontos. Mas existem idéias, mais ou menos universais, que devem ser cruzadas com os nossos próprios conhecimentos regionais. As Constituições mais recentes, emersas de ditaduras, as da Grécia, da Espanha e de Portugal, têm um tratamento especial para o meio ambiente, embora muito tênue, que garante o princípio de que todo cidadão tem direito a um ambiente sadio, para um pleno desenvolvimento de suas potencialidades físicas, psicológicas, intelectuais etc. Nossos problemas são maiores. Era preciso ver algumas coisas fundamentais que competem ao Estado na organização do espaço, visando defender os fluxos vivos da natureza e preservando áreas específicas que são absolutamente intocáveis, garantindo ao mesmo tempo a eficiência dos espaços produtivos dentro de racionais agronômicas. Mas é difícil colocar isto em linguagem jurídica. Os juristas no Brasil ainda são herdeiros do bacharelismo invasor. Eles vão pretender fazer uma constituição à moda deles, sem idéias, talvez, de setores que escapam ao seu conhecimento. A harmonia entre os espaços urbanos e rurais, isso me impressiona. Num estado como São Paulo, que ainda detém um percentual fantástico da economia brasileira, com um quarto de milhão de quilômetros quadrados, mil e quinhentos núcleos urbanos, em processo de urbanização generalizada, o crescimento urbano se faz por mancha urbana, por tentáculos, por volumetria e, agora, por saltação metastática. Entre as cidades, essas metástases eliminam a condição rural do espaço. O que será da possibilidade de uma reforma agrária se todos os espaços estiverem sofrendo metástases de distritos industriais ou de loteamento? O congelamento de todos os espaços é fatal, tem de haver um órgão para determinar a política de organização do espaço, organizar a harmonia entre o espaço urbano e o rural etc., e o organismo mais supremo que existe é a Constituição. Para mim, o máximo da destruição ambiental é a aldeia global, com uma industrialização generalizada mesclada a espaços residenciais. Outra coisa é a previsão de impacto. A pior coisa que houve foi colocar o termo relatório, porque agora as companhias já estão se organizando para fazer relatórios de previsão de impacto ambiental. Uma coisa era uma previsão de impacto ambiental feita por estudiosos, bem conduzida a nível de escolha do sítio, podendo ter força, inclusive, para eliminar o sítio previamente escolhido pela indústria. Mas o que está ocorrendo é exatamente o contrário. Primeiro é escolhido o espaço, através de uma corrupção da municipalidade, depois vem o relatório. O Jorge Amado fez uma coisa extraordinária em *Tieta do Agreste*: percebeu o mecanismo da corrupção polivalente em relação à implantação de sítios industriais: compra-se um espaço num município determinado, em conluio com determinadas pessoas, para depois encomendar um relatório de previsão de impacto para justificar a escolha. É isso que está acontecendo em relação ao ferro-gusa em Carajás. A luta pela colocação de princípios ambientalistas e ecológicos dentro da Constituição é uma luta tão séria quanto a luta por melhores condições de vida dentro da sociedade total, altamente desigual, que é a sociedade brasileira.

IC: Em relação à Constituição, objetivamente concordo com o Professor Ab'Sáber em que será uma luta difícil, mas há certas coisas que eu gostaria de mencionar. Uma delas seria melhorar o artigo 180 da atual Constituição; o artigo 180 é o que prevê o dever do poder público na defesa do patrimônio arqueológico, histórico, cultural etc. Eu o ampliaria com muitas outras coisas. Na proposta que a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza encaminhou à comissão encarregada dos estudos de uma proposta preliminar para a Constituição nós colocamos o patrimônio genético, um dos bens mais preciosos que a nação tem, coisas que como a fauna pertencem ao poder público, e o direito de propriedade sobre as florestas, que deve ser exercido com limitações. Nós propusemos que coisas desse tipo fossem colocados na Constituição porque mexem com o direito de propriedade. As florestas, a fauna e o patrimônio genético devem ficar bastante claros na Constituição, uma vez que são muito sérios para serem dispostos por determinados indivíduos e determinados grupos. Nós abordamos também na nossa proposta a obrigação de todos os cidadãos de zelarem pela conservação da natureza, ou seja, o uso racional dos recursos naturais. Passaria a ser inconstitucional fazer uso predatório dos recursos naturais.

AAS: Paralelamente à discussão sobre Constituição e meio ambiente, é preciso que surjam boas idéias para as legislações específicas, os códigos, porque a lei maior não vai poder fazer detalhamentos. É preciso rever todos os códigos que cruzam com problemas ambientais: o código de mineração; o código florestal — eu achava que devia haver alguma coisa como o código de vegetação, ou dos estoques vegetais, porque tem outras áreas que não são florestadas, como a caatinga, o cerrado, a campina meridional etc. —; o código de águas; o código dos recursos hídricos; e, sobretudo, o código do ar, que não existe. Está na hora também de um código de gerenciamento costeiro, um código de áreas de preservação e conservação. Houve muito desdobramento em níveis diferentes, a SEMA é uma coisa, o IBDF é outra, mas tem um cômputo de coisas que não dependem da SEMA e do IBDF. Depois tem ainda o código insular; é uma tristeza que não haja um código insular, o país tem três capitais em ilhas: São Luís, Florianópolis e Vitória. E as outras ilhas, as pequenas que ainda não têm povoamento. Penso ainda num código faunístico e num código para as ilhas oceânicas — que eu distingo das ilhas continentais, muitas estão próximas da inter-

ferência humana, e as outras, que estão distantes e merecem um outro tipo de abordagem, precisam de um corredor de águas de ligação, são produtoras de proteínas e estão economicamente controladas pelo país; então têm que ser preservadas e conservadas. E o código de preservação de patrimônio genético, sem falar do código que seria integrativo, o código de organização do espaço. Muita coisa poderia ter sido corrigida se houvesse alguma diretriz em termos de um plano mestre para a organização dos espaços. Posso pensar na organização do espaço industrial, por exemplo, sem conflitar com os espaços habitacionais e grandes concentrações humanas dentro de sistemas secundários de circulação etc.

RPHAN: Antes de encerrar, passamos a palavra a quem desejar complementar algum dos pontos aqui abordados.

JL: Todos os aspectos espetaculares paisagísticos no Brasil estão sendo destruídos, em toda parte, sem nenhuma consideração. Sobretudo a agricultura merece um pouco mais de discussão. Estamos fazendo uma agricultura totalmente suicida, destruindo solos, envenenando paisagens, uma agricultura que não é sustentável. Mas se a agricultura é um dos principais fatores de devastação, a pecuária também o é. Vejamos o que está sendo feito no cerrado. Destrói-se aquela magnífica flora do cerrado para colocar pasto, que naquele clima só funciona por poucos meses ao ano. Faz-se, então, uma devastação ambiental enorme e a área não produz o que poderia estar produzindo. O cerrado tinha herbívoros que se alimentavam das folhas dos arbustos, estes por sua vez não têm problema de água porque, ao contrário da flora amazônica, têm raízes profundas. Porque, então, no lugar de derrubar essa fantástica flora para colocar vaca, que não dá certo, que significa uma destruição progressiva do solo, não estudar primeiro a fauna existente? E experimentar com ela?

IC: Entre as nossas sugestões para a Constituição constava a inclusão do paleontológico. Eu gostaria de lembrar a necessidade de se fazer o tombamento de uma série de monumentos naturais que estão sendo destruídos. A floresta petrificada que existe no Rio Grande do Sul, por exemplo. Ela está sendo transformada em cinzeiros, encostos de livro etc. Há troncos de vários metros de comprimento, que estão lá há 200 milhões de anos, sendo seccionados. É um absurdo! E não é só lá. Em Minas Gerais as grutas calcárias com fauna pleistocênica, a Lapa Vermelha que foi transformada em cimento. O único depósito fossilífero do Paleoceno, aqui em Itaboraí, também foi transformado em cimento. Os sambaquis vão sendo destruídos. Este aspecto tem sido totalmente esquecido na prática do tombamento, é necessário lembrar essa história, a história geológica do planeta. Nós fazemos no Brasil confusão entre paleontologia e arqueologia. São coisas distintas. Enquanto esta última é mencionada em alguma legislação, paleontologia não é, ainda que exista uma lei de 1942 que diz que toda jazida paleontológica pertence ao governo, todo fóssil pertence ao governo. Mas ninguém jamais deu importância a isso, e esses monumentos naturais, como os rastos dos dinossauros da Paraíba, estão a exigir tombamento imediato.

A NATUREZA NO PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASIL

Carlos Alberto Ribeiro de Xavier

Data do início da colonização do País a expressão "fazer brasil", que significava a exploração intensiva das riquezas que iam sendo identificadas e localizadas pelos mercadores da época, em toda a extensão da "costa do pau brasil", território compreendido entre o Cabo Frio, no Rio de Janeiro, e o Cabo de São Roque, no Rio Grande do Norte.

Aí se identifica a gênese do caráter predatório do desenvolvimento do Brasil. "Este vocábulo que hoje designa o natural do Brasil, do século XVI ao XVIII, denominava os indivíduos que se dedicavam ao negócio do pau-brasil"... "Ao invés de se chamarem brasilianos ou brasilienses os habitantes da nova terra, o gentílico por que ficaram sendo designados... era o mesmo apelativo que se aplicava aos negociantes de pau-brasil, isto é, brasileiros."[1]

Não é de se estranhar que um povo com esse gentílico tenha continuado a praticar, mesmo após a Independência, uma ocupação predatória de seu território, a qual, "sem braço escravo e terra farta, para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente,... seria irrealizável".[2]

Também não é estranho que date de apenas 50 anos a preocupação sistemática com a preservação de nosso patrimônio natural e cultural e ainda, inicialmente, restrita à proteção dos bens históricos, arquitetônicos e artísticos.

São contemporâneos da Revolução de 30 dois grandes movimentos em defesa da Natureza e da Cultura do Brasil.

No primeiro deles cerram fileiras todos aqueles que defendiam uma mudança profunda na regulamentação e controle da exploração da natureza e do uso de seus recursos, tendo surgido, naquela década, o Código de Minas, o Código de Águas e o Código Florestal. A eles devemos também a criação das primeiras entidades voltadas para a conservação da natureza. Esses pioneiros conservacionistas refletiam, conforme descrito por Alberto Torres em 1915, preocupação anterior com a "deterioração das terras"[3] pela lavoura do açúcar e do café ou com a "devastação das matas",[4] gerando o desperdício, conforme alertava Gilberto Freyre em 1925.

Ao segundo movimento deve-se o surgimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN, criado em abril de 1936, institucionalizado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, e com arcabouço aperfeiçoado pelo Decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937, que permanece em vigor.

Segundo o Decreto-lei 25, "são também sujeitos ao tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importa conservar e proteger, pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana".

Quer dizer, desde os anos 30 estava bem presente o conceito, hoje predominante, de patrimônio cultural: o todo constituído pela integração do homem à natureza. Orientada pelo referido decreto-lei, a pioneira ação de proteção fundamenta-se, por um lado, no valor paisagístico excepcional atribuído a certos sítios e acidentes geográficos. Por outro, a proteção a determinados sítios, parques e jardins deu-se em nome de seu valor histórico, arqueológico ou etnológico.

Assim, o artigo 1º do Decreto-lei 25 oferece base legal para a proteção aos bens móveis e imóveis, "quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico", e possibilitou também uma atuação de defesa da natureza nas suas relações com a cultura; atuação que não chegou, entretanto, a se concretizar com a amplitude e a eficácia desejáveis, em face do problema da carência de recursos financeiros e dos crescentes encargos decorrentes do trabalho de proteção ao patrimônio constituído pelos bens móveis e imóveis, monumentos e conjuntos urbanos.

Mais recentemente, alguns grupos e unidades funcionais da SPHAN e da Fundação Nacional Pró-Memória vêm desenvolvendo iniciativas e projetos que buscam corresponder à responsabilidade desses órgãos na defesa do patrimônio natural.

Com o Ministério da Cultura, tornou-se imprescindível sistematizar e fortalecer os esforços anteriormente referidos, abrindo o espaço necessário e promovendo condições adequadas para o estudo e a atuação que — a partir da perspectiva própria deste Ministério — sejam capazes de fazer face aos riscos e ameaças que, cada vez mais, pesam sobre o nosso legado cultural e natural.

Da experiência cinqüentenária na conservação do patrimônio cultural e natural no Brasil retiramos vários exemplos de proteção a alguns dos melhores espaços naturais, marcados por alguma referência cultural relevante. Desde par-

---

Carlos Alberto Ribeiro De Xavier é coordenador do Programa de Proteção ao Patrimônio Natural da Pró-Memória.

Este texto, redigido originalmente em dezembro de 1985, como justificativa para a organização do Programa de Proteção ao Patrimônio Natural, foi revisto e ampliado, em março de 1987, para a *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*.

ques e jardins históricos ou monumentos importantes por sua singularidade, como o Pão de Açúcar na Baía de Guanabara, até expressões mais complexas como os grandes domínios da Serra do Mar, tombados pelos órgãos responsáveis pelo patrimônio cultural nos estados, primeiramente em São Paulo e mais recentemente a região da serra no Paraná.

Quanto à conservação dos sistemas naturais, de excepcionalidade ecológica ou "aquilo que escapa da banalidade topográfica ou paisagística", a imaginação dos conservacionistas nos oferece, hoje, um variado conjunto de instrumentos legais e alternativas para a proteção e conservação da natureza: parques nacionais, estaduais e municipais, reservas biológicas, ecológicas, estações ecológicas, reservas marinhas, santuários e áreas de preservação da vida silvestre, áreas de proteção ambiental ou de relevante interesse ecológico, dentre outras categorias. Todas estas unidades de conservação ou de preservação são formas de proteção, que integram um sistema nacional, indispensável ao desenvolvimento dos estudos e pesquisas da natureza e ao ensino no Brasil.

O conhecimento e o estudo da natureza devem preceder as ações e intervenções econômicas. Economia quer dizer ordem, arranjo, organização da natureza, que é o primeiro e básico fator da produção, como nos ensinam os melhores economistas.

Entretanto, os fatores capital e trabalho e suas relações são privilegiados na análise para a formulação de projetos, enquanto o capital natural é tomado como um bem infindável ou como simples fonte de matéria-prima. De fato, habitualmente, por paradoxal que pareça, não se encara o patrimônio natural como reserva de valor econômico e material mas, apenas, nos seus aspectos mais abstratos.

Os modelos econômicos das sociedades modernas, até recentemente, não se preocupavam com o patrimônio espiritual do homem, composto por valores imateriais e por bens intangíveis, tão indispensáveis à vida e ao desenvolvimento quanto a produção de bens e riquezas materiais. Vê-se que estes bens e valores materiais não atendem a todas as necessidades e aspirações humanas.

Vê-se também, hoje em dia, que o desenvolvimento científico e o tecnológico não são capazes de resolver problemas ou de evitar catástrofes e danos ecológicos provenientes de intervenções econômicas inadequadas ao meio ambiente.

O Brasil e outros países das regiões tropicais e subtropicais concentram aproximadamente dois terços dos recursos vegetais, parte respeitável do patrimônio natural do planeta.[5] Se a esse conjunto de valores materiais agregamos a importância do patrimônio histórico, étnico, arqueológico, espeleológico, paleontológico, então podemos atingir uma idéia mais ampla do que entendemos ser patrimônio da sociedade nacional.

A Floresta Amazônica, o Pantanal, ou mesmo o conjunto composto pelo Parque Lage, Parque da Cidade, Parque Nacional da Tijuca e pelo Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, são exemplos suficientes para a compreensão deste valor.

A mesma preocupação com a proteção do patrimônio natural nos leva a pensar na necessidade de revisão dos critérios para o estabelecimento de taxas de uso de nossas reservas de recursos naturais através de legislação específica.

Que critério ou base científica, indaga-se por exemplo, foi adotado para definição da taxa de 50% de desmatamentos permitidos na Amazônia e de 80% para o resto do País?[6] Neste sentido há necessidade urgente de revisão das normas para o uso dos recursos e de definição de critérios para defender o patrimônio natural contra abusos e desperdícios e contra interesses puramente econômicos ou políticos menores, como demonstra a experiência recente da colonização do Estado de Rondônia ou da questão fundiária no Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Existem hoje, nas regiões tropicais, cerca de sessenta mil espécies de plantas ameaçadas de extinção pela fúria extrativista. Este comportamento vem empobrecendo um patrimônio genético indispensável à humanidade, muitas vezes localizado em regiões nativas de equilíbrio frágil, onde a natureza ainda não foi sequer descrita para a ciência.

Segundo a avaliação de especialistas e instituições de pesquisas brasileiras, precisaríamos contar com cerca de trezentos botânicos e pesquisadores auxiliares para, em cinqüenta anos ou mais, descrever cientificamente os nossos recursos vegetais.

A cada momento desaparecem espécies, muitas vezes desconhecidas, que poderiam ter importante utilização, seja no processo cultural de diferentes grupos sociais, seja na economia, na alimentação, na farmácia ou em outras indústrias. Algumas plantas possuem substâncias ou propriedades químicas para emprego no tratamento de doenças graves, como é o caso da espécie *Catharanthus roseus*, ameaçada em seu habitat nativo em Madagáscar e que, embora sobrevivendo em outros ambientes, deixa de produzir importante elemento empregado na fabricação de remédios contra a leucemia. ("Many of the children who have suffered from Leukaemia are now alive due to the properties discovered in the rosy periwinkle. It originated in Madagascar, where thousands of epidemic plants are in danger.")[7]

Quando a estabilidade de um ecossistema é perturbada por uma ação agressiva e descontrolada, toda a cultura é também perturbada, uma vez que não se leva em conta a delicada teia de relações entre os diferentes elementos que o compõem: o clima, o ar, a água, os minerais, as bactérias, as plantas, os animais e os grupos humanos que tradicionalmente convivem de forma integrada.

A conservação dos recursos de nosso patrimônio natural interessa ao Ministério da Cultura, se não pela proteção das condições naturais que condicionaram aspectos básicos de nossa cultura, no mínimo pela importância futura de recursos necessários à salvaguarda física de bens culturais relevantes do país. O interesse é ainda maior, pela responsabilidade de tutela do patrimônio da sociedade nacional, o que leva o Ministério a inventariar, reconhecer, classificar e cadastrar os bens naturais.

A SPHAN/Pró-Memória, juntamente com a Secretaria Especial do Meio Ambiente-SEMA, no Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e o Instituto Brasilciro de Desenvolvimento Florestal-IBDF, no Ministério da Agricultura, têm responsabilidade na identificação e registro destes bens, além de definirem políticas patrimoniais e de

defesa, guarda, conservação e preservação, estabelecendo, assim, normas para a relação da sociedade com o patrimônio em causa.

Cabem ainda na administração federal responsabilidades a todos os demais órgãos da administração, direta ou indireta, que estabelecem e gerenciam políticas e normas reguladoras da exploração de recursos naturais — renováveis ou não — e que exercem controle dos efeitos dessa ação sobre o meio ambiente. Estas deveriam ser as responsabilidades da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca-SUDEPE e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal-IBDF, do Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM, no Ministério das Minas e Energia, e da Empresa Brasileira de Turismo-EMBRATUR, no Ministério da Indústria e do Comércio, dentre outros.

A importância da proteção ao patrimônio não está apenas na consideração material e na valorização econômica dos recursos naturais, mas na relevância cultural dos processos adaptativos dos grupos sociais ao seu meio ambiente. Práticas não predatórias, mais do que técnicas conservacionistas, constituem o conhecimento ecológico, um patrimônio da comunidade, e devem ser mantidas, protegidas e incentivadas, não só como estratégia para assegurar a transmissão às gerações futuras do legado cultural recebido, mas também para evitar problemas advindos do êxodo para as grandes cidades.

Ao Estado cabe agir, tendo em vista o interesse maior da sociedade civil, planejando suas intervenções de forma a evitar abusos. Em áreas já protegidas, como os Parques Nacionais e as Reservas Biológicas, o Estado não deve restringir-se à metodologia de manejo e uso mas considerar os processos culturais significativos que importa proteger junto com o patrimônio natural.

O papel do Estado não se esgota na conservação exclusiva da natureza, já que, como foi dito, *patrimônio natural* é o todo constituído pela integração do homem à natureza. Por essa razão, é igualmente dever do Estado promover a *educação para a natureza*.

O estilo de desenvolvimento que hoje prevalece está moldado pela ordem econômica internacional, afetando, em alguma medida, todas as populações da Terra. Como os sistemas educacionais refletem necessariamente o sistema econômico dominante, tem sido inevitável a homogeneização desses sistemas em países do chamado Terceiro Mundo mais intensamente neocolonizados, como os da América Latina, onde esse processo de contaminação se verifica de forma mais acentuada. Afirma Vicente Sánchez[8] que a educação atual acultura e manipula o homem. Esta invasão cultural, por não se ajustar às realidades locais, estimula elementos do comportamento social, tais como o desperdício de recursos naturais, o trato abusivo da Natureza, a injustiça e a desigualdade social e econômica que, em conjunto, são a causa fundamental da crise ambiental.

Essas considerações decorrem da necessidade premente de proteção à Natureza, que, sendo também uma exigência da sociedade brasileira, compromete o Ministério da Cultura como principal responsável pelo patrimônio cultural do País.

Março de 1987

1. GREGÓRIO, Irmão José. *Contribuição indígena ao Brasil*. Belo Horizonte, Editora Brasileira de Educação e Ensino, II Vol., p. 491.
2. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1976, p. 18.
3. TORRES, Alberto. *As fontes da vida no Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1915.
4. FREYRE, Gilberto. "Contra a devastação das matas", em *Diário de Pernambuco*, Recife, 1925.
5. *Botanic Gardens and the World Conservation Strategy*. Las Palmas de Gran Canária, 1986.
6. Código Florestal, Lei 4.771, de 15.09.65. Brasília, IBDF, s/d.
7. IUCM-WWF. *Threatened Plants Newsletter*. England, V. 14, 1985.
8. SÁNCHEZ, Vicente. *Papel de la interación entre estilos de desarrollo y medio ambiente*. Monog., s/d.

AMBIENTE E CULTURAS

equilíbrio e ruptura no espaço geográfico ora chamado Brasil

Aziz Ab'Sáber

Os primeiros contactos com o ambiente da nova terra

Para o conhecimento das condições ambientais e sanitárias do Brasil, ao início da colonização portuguesa, as cartas dos jesuítas e os escritos dos séculos XVI e XVII formam um quadro de referência, ainda que muito genérico e incompleto. São componentes descritivos e pontualizados, capazes de esboçar o perfil patológico da América indígena e a conjuntura sanitária dos primeiros tempos da colonização. Mesmo assim elas tornam possível explorar a percepção de alguns poucos sobre a situação ambiental, climática e sanitária de um "continente" indígena abordado por grupos humanos da Europa e África.

O espaço hoje correspondente ao território brasileiro na América Tropical era ocupado por três a cinco milhões de ameríndios. Em cálculos extremamente aproximados. O certo, porém, é que havia grupos esparsos pertencentes a diferentes famílias lingüísticas, um pouco por toda a parte, em todas as regiões naturais do país. Sobre isso, a toponímia brasileira, herdada de uma América indígena, não deixa qualquer margem de dúvida. Planaltos e terras baixas do interior, a costa do Pará e Amapá, até Santa Catarina e Rio Grande do Sul: tudo ocupado e reconhecido por diferentes grupos de culturas simples. Ao início da colonização — no século XVI — todas as patologias habituais da Europa e da África e da Ásia eram desconhecidas. Salvo certas doenças intestinais, de enigmáticos roteiros. Somente febres benignas e doenças ligadas a defeitos de conservação de alimentos eram conhecidas. O sucesso relativo das cerimônias de pajelança era um bom testemunho da benignidade das doenças mais comuns entre os silvícolas.

As referências de Hans Staden, impregnadas de senso comum, servem para documentar o perfil patológico incidente sobre os grupos indígenas da região tropical costeira, correspondente à faixa do litoral norte paulista e sopés da Serra do Mar. Aí, os grupos tupinambás tinham "suas instalações em frente da grande serra que mencionei, junto ao mar, e por trás da serra o seu domínio se estendia por umas 60 milhas". A escolha dos sítios para a colocação dos agrupamentos de cabanas (tabas) era uma função das necessidades básicas: "gostam [*sic*] de colocar as cabanas perto da lenha e da água, e também da caça e da pesca". Na Serra, havia "muito mel selvagem, bom para comer". Ao que se pode acrescentar a sanidade das aguadas, límpidas e batidas, provenientes das torrentes tropicais incrustadas nas paredes das grandes escarpas florestadas da própria Serra do Mar.

As principais causas das doenças parecem derivar de algumas situações: mudanças climáticas sazonais, incidência eventual de grandes frios, o cansaço das expedições bélicas aliado à irregularidade da alimentação e ao desconforto das campanhas ao relento, beberagens excessivas e promiscuidade nas festas cerimoniais, eventuais conseqüências negativas da antropofagia, defeitos no processo de conservação de alguns alimentos. Há um ponto das narrações de Staden em que o realismo do autor deixa entrever o pouco cuidado com as condições sanitárias no interior das cabanas: "Quando querem beber, sentam-se em redor dos potes, ou sobre achas de lenha, ou no chão. As mulheres vão dando a bebida em ordem; alguns ficam de pé e cantam e dançam em redor dos potes. E ali mesmo onde bebem, mijam."

Uma importante conquista no campo da conservação dos alimentos foi realizada pelos grupos indígenas da área cultural vivenciada por Hans Staden. "Muitas vezes acodem, ao mar, para a pesca, os que vivem longe da praia. Apanham peixe, secam-no ao fogo e o moem em pilões, fazendo uma farinha que se conserva por muito tempo. Levam-na consigo e comem-na com outra farinha feita de raiz, porque se levassem apenas frito, o peixe não duraria, já que não costumam salgá-lo. E também sob forma de farinha o peixe rende mais que frito." Mas tais precauções não se estendiam para outros tipos de alimentos. Hans Staden tentou inutilmente alertar seus captores para que não comessem da carne do prisioneiro carijó doente, que lhes servira de escravo por três anos. "Intervim dizendo que não o fizessem, pois era um homem doente, cuja carne lhes podia fazer mal." Houve uma certa vacilação entre os índios; tudo inútil, porém, já que o prisioneiro foi trucidado e utilizado em alimento, dentro das normas culturais do processo antropofágico.

Hans Staden passa a ser um dos pioneiros empíricos no reparo da diversidade biológica dos trópicos úmidos brasileiros. "Árvores sempre verdes e nenhuma madeira semelhante às outras." "Em estação nenhuma do ano faz tanto frio." "...mas a parte ao sul do Capricórnio é um pouco

Aziz Ab'Sáber, geógrafo, professor titular de Geografia da Universidade de São Paulo, foi vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) de São Paulo.

mais fria. '' ''Há neste país algumas frutas do chão e das árvores, de que as gentes e os bichos se nutrem.'' Aprimora sua descrição quando faz referência à aparência dos indígenas: ''é um povo bem parecido''; ''é gente bonita de corpo e aparência, tanto os homens como as mulheres, iguais às daqui, mas muito queimados do sol porque [*sic*] andam nus, moços e velhos, sem nada que lhes cubra as partes vergonhosas.'' Nos escritos de Staden existem indicações difusas que nos levam a acreditar que a mortalidade infantil era relativamente alta. E de que os sítios mais úmidos, localizados nos sopés da Serra do Mar, eram menos sadios do que a ensolarada linha da costa e suas respectivas pontas de praias.

Uma primeira visão integrada das condições da natureza brasileira foi feita por Pero de Magalhães Gândavo, em seu *Tratado da terra do Brasil* (1570?). Havia um endereço consciente na obra de Gândavo: alertar os portugueses da Metrópole sobre as qualificações das terras lusitanas de além-mar. ''Minha tenção não foi outra neste summario (discreto e curioso lector) senão denunciar em breves palavras a fertilidade e abundancia da terra do Brasil, para que esta fama venha a notícia de muitas pessoas que nestes Reinos vivem com pobreza, e não duvidem escolhe-la para seu remédio; por que a mesma terra he tam natural e favoravel aos estranhos que a todos agasalha e convida como remedio por pobres e desamparados que sejão.'' Estava convencido de que as terras brasileiras das oito capitanias então existentes estavam ''desertas por falta de gente'' e que na medida em que elas fossem se povoando haveriam de se tornar tão ricas quanto as Antilhas de Castela. Tinha uma certeza plena de que além da fertilidade do solo [*sic*] deveriam existir riquezas minerais no subsolo; ''os quaes ategora se não descobrem ou por não haver gente na terra para cometer esta empreza, ou tambem por negligencia dos moradores que se não querem dispor a esse trabalho: qual seja a causa por que o deixão de fazer não sei.'' Era uma época em que as povoações portuguesas estavam totalmente amarradas à região costeira: por uma razão ou por outra, todos vivendo junto à costa.

Nos escritos de Gândavo há muito mais densidade de informação do que em todos os cronistas da mesma época: ''Esta terra he mui fertil e viçosa, toda coberta de altíssimos e frondosos arvoredos, permanece sempre a verdura nella inverno e verão; isto causa chover-lhe muitas vezes e não haver frio que offenda ao que produz a terra''. Para logo descer a uma minúcia da natureza tropical da área florestada atlântica do país: ''Ha por baixo destes arvoredos grandes mato e muito basto e de tal maneira está escuro e serrado em partes que nunca participa o chão da quentura nem da claridade do Sol, e assi está sempre humido e manando agoa de si.'' Essa é a mais antiga referência empírica sobre a estrutura e a funcionalidade da mata atlântica brasileira, na visão de um cronista do século XVI.

A descrição geográfica das oito capitanias instaladas no Brasil, à época de seus escritos, é extremamente sumária. Era uma tentativa de noticiar os fatos mais singelos da fachada atlântica das diferentes capitanias hereditárias planejadas pelo Governo Português para a primeira fase da conquista territorial de suas possessões na América Tropical. Gândavo nos fala da largura da faixa costeira de cada uma delas, das povoações instaladas, dos grandes rios que desembocam em cada setor daquela primeira divisão administrativa conhecida pelas terras coloniais. Mas é no capítulo terceiro de seu pequeno *Tratado* que Gândavo se esmera na caracterização das qualidades da terra. Existe aí um verdadeiro apanhado sobre a dinâmica climática da zona costeira oriental do Brasil. Na ótica da época das grandes navegações e de um cronista alinhado com o espírito e a vivência dos navegadores. Era um registro das condições do ambiente predominante na costa atlântica do Brasil, destinado a prestar serviços a todos os navegantes portugueses que necessitassem de conhecimentos prévios sobre a nova terra. De saída anotou Gândavo que ''ha nestas partes do Brasil seis mezes de verão e seis de inverno; os de verão são de Setembro até Fevereiro, os de inverno de Março até Agosto.'' Mas alerta: ''esta terra sempre he quente quasi tanto no inverno como no verão.'' Enquanto informa aos navegadores: ''Cursão sempre ventos geraes, no inverno seis mezes Sul e Sudeste, no verão Nordeste.'' ''Sempre correm as agoas com o vento por costa, e porisso se não pode navegar de humas Capitanias pera outras se não esperarem por monções pera irem com as agoas e com o vento, porque cursão como digo seis mezes duma parte e seis doutra, e portanto são muitas vezes as viagens vagarosas, e quando vão contra o tempo as embarcações correm muito risco, arribão as mais das vezes ao porto donde sairão.'' Nestas observações do cronista existia uma interpretação particular para um tipo de monção bem diferente daquela existente na Ásia de Sudeste ou na costa ocidental da África. Referia-se Gândavo a uma mudança semestral da direção dos ventos e — por parte das águas — efetuada longitudinalmente à costa oriental do continente sul-americano. Fato de grande importância para a época da navegação a vela e um dos fatores de dificuldades para as ligações inter-regionais no Brasil das capitanias hereditárias e dos governadores-gerais.

Gândavo foi um dos primeiros cronistas a destacar os efeitos do ambiente tropical atlântico costeiro no Brasil sobre o organismo humano: ''A viração do vento geral entra ao meio dia pouco mais ou menos, he tam fresco este vento e tam frio [*sic*] que não se sente mais calma, e ficão recreados os corpos das pessoas.'' ''Dura este vento de mar até de madrugada, torna dalli a calmar outra vez por causa dos vapores da terra [*sic*] que apagão e quando amanhece está o Ceo todo coberto de nuvens e as mais das manhãs chove nestas partes e a terra fica toda coberta de nevoa, porque tem muitos arvoredos e chama a si todos estes humores.'' E completa o seu esquema de descrição da periodicidade das brisas costeiras: ''E tanto que este geral acalma começa a ventar da terra hum vento brando que nela se gera, até que o Sol com sua quentura o torna a apagar e alimpa tudo outra vez e faz ficar o dia claro e sereno, entra logo o vento do mar acostumado.'' Em certa altura, fazendo uma pequena confusão entre a brisa terral e a incidência de ventos continentais de noroeste, registrou Gândavo: ''Este vento da terra he muito perigoso e doentio; e se acerta de permanecer alguns dias morre muita gente assi portuguezes como indios da terra; mas quer Nosso Senhor que aconteça isto poucas vezes; e tirado esse mal he esta terra mui salutifera e de bons ares.''

Com Pero de Magalhães Gândavo começa uma fase em que se caracteriza o ambiente da nova terra como dotado de excelentes qualidades para a saúde e a longevidade dos colonizadores: uma terra ''onde as pessoas se achão bem dispostas e vivem muitos anos, principalmente os velhos têm

melhor disposição e parecem que tornam a renovar [*sic*], e por isso alguns se não querem tornar ás suas patrias temendo que nellas se lhes ofereça a morte mais cedo.'' O *Tratado da terra do Brasil* teria sido escrito antes de 1573, em algum momento da vigência do governo de Mem de Sá (1558-1572), segundo argumentação judiciosa de Capistrano de Abreu. Todos os escritos dos cronistas, feitos a partir do terceiro quartel do século XVI são unânimes em louvar as qualidades ambientais da nova terra. Estão nesse caso os informes de José de Anchieta e os escritos de Fernão Cardim. O código de linguagem e a essência das informações guardam uma coerência quase repetitiva: ''o clima do Brasil geralmente he temperado de bons, delicados, e salutiferos ares, donde os homens vivem muito até noventa, cento e mais annos, e a terra he cheia de velhos; geralmente não tem frios, nem calmas, ainda o Rio de Janeiro até São Vicente ha frios, e calmas, mas não muito grandes; os céos são muito puros e claros, principalmente de noite; a lua he mui prejudicial à saude [*sic*], e corrompe muito as cousas; as manhãs são salutiferas, tem pouco de crepúsculos, assi matutinos, como vespertinos, porque, em sendo manhã, logo sae o sol, e em se pondo logo anoitece.''

Não há muita certeza de que a decantada longevidade abrangesse pessoas de todos os segmentos da sociedade colonial, nos primeiros séculos da colonização. Gândavo, após seu esforço de louvação das qualidades da terra, deixa escapar um comentário significativo, ao falar da ação deletéria do calor e de alguns componentes da dieta às atividades dos recém-chegados: ''A terra em si he lassa e desleixada [*sic*]; achão-se nella os homens algum tanto fracos mingoados das forças que possuem cá neste Reino por respeito da quentura e dos mantimentos que nella usão, isto he em quanto as pessoas são novas na terra, mas depois que por tempo se acostumão ficão tam rijos e bem dispostos como se aquella terra fora sua mesma patria.''

Nos escritos dos primeiros cronistas percebe-se um esforço dirigido para comparar as qualidades ambientais da nova terra com as condições ambientais da terra lusitana. Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, cada qual com o seu talento e seriedade intelectual, atentaram para essa confrontação existente nos escritos dos cronistas do século XVI.

Rodolfo Garcia, ao comentar os escritos de Fernão Cardim, percebeu quase tudo, em uma síntese digna de reprodução: ''De fato, se estabelece confrontos, é quase sempre para achar melhor o que é de cá. O clima do Brasil preconiza como muito mais temperado e saudável, sem grandes calmas, nem frios, e por isso vivem os homens muito, com poucos achaques e enfermidades, como em Portugal; nossos peixes não causam sarna nem outras doenças da Europa; nossas favas são mais sadias, nossos pinhões são maiores e mais leves, a castanha do caju é tão boa e melhor do que a de lá; os canários, rouxinóis e pintassilgos do reino, em sua música, não levam muita vantagem aos nossos pássaros formosíssimos; e o perrexil que se acha em nossas praias é melhor do que o português. Nas aldeias de índios cristãos encontrava-se tanta abundância de carnes, legumes, pescado e mariscos, que não fazia falta a ribeira de Lisboa; em certa fazenda do Colégio da Bahia havia tanto leite, requeijões e natas, que davam para esquecer Alentejo; as vinhas de Piratininga carregavam tantas uvas, como juntas nunca vira em Portugal; a baía do Rio de Janeiro bem parecia que a pintara o supremo pintor e arquiteto do mundo; era coisa formosíssima, e a mais aprazível que havia em todo o Brasil, nem lhe chegava a vista do Mondego e Tejo; do Colégio do Rio duvidava qual era melhor provido, se o refeitório de Coimbra, se aquele, e não sabia determinar: nada lhe faltava do bom e do ótimo. Também com um tostão de peixe se fartava toda a casa, que de ordinário contava vinte e oito padres e irmãos, afora a mais gente.''

Por sua vez, Capistrano de Abreu, ao comentar os escritos de Gândavo e outros cronistas da época, soube encontrar neles uma contribuição relevante para a psicologia de um povo em formação: ''Os primeiros viajantes que viram nossas plagas ficaram enlevados de suas belezas: se houver paraíso na terra, não deve ficar longe, afirmou Vespúcio. Tal sentimento não podiam aninhar os primeiros habitantes, no meio de todas as provações e contrariedades em que se agitavam. Como se deu a conciliação entre o homem e a terra, e se transformou em entusiasmo? Quem primeiro se sentiu bem no novo meio?'' Capistrano se fixou na tese da longevidade — nos termos das observações de Gândavo — para explicar a opção definitiva dos que, na mocidade, se atiraram a uma aventura ''brasileira'', e, mais tarde, na antevéspera da senilidade decidiram-se pela permanência definitiva na nova terra, em função de suas qualificações ambientais.

O espaço geográfico que serviu de base para as primeiras experiências de colonização foi a porção mais costeira do Brasil tropical atlântico. Terras baixas tropicais, constituídas por tabuleiros e colinas. Mais para o sul, grandes escarpas florestadas separando baixadas exíguas de serranias e planaltos interiores. Na linha de costa emboque de rios de variados portes, procedentes de uma hinterlândia ainda mal conhecida. Deltas arqueados, restingas e praias, com solos de baixa fertilidade. E, um pouco à retaguarda dos litorais, presença de solos de boa resposta à agricultura da cana. Em baixos vales, em terraços e encostas de colinas e tabuleiros. Redes densas de drenagem com pequenos rios ofertando águas para todas as necessidades e serviços agrários. Faixas de ricos massapés concentradas em algumas áreas privilegiadas (Pernambuco, Recôncavo). Fatos que tornaram possível, de início, uma colonização de povoamento, que fez apelo à importação da mão-de-obra escrava africana. Fazendeiros, capatazes e funcionários portugueses viveram bem, enquanto os africanos viveram a dura aventura de uma desumana escravidão.

Nos registros dos cronistas existem muito poucas observações válidas sobre a natureza das florestas, então predominantes nos espaços geográficos em vias de serem conquistados pelos colonizadores. Hans Staden (1556) adiantou, em uma curta frase, a diversidade biológica da floresta atlântica: ''árvores sempre verdes e nenhuma madeira semelhante às outras.'' Identicamente, o padre Fernão Cardim (1584?) refere o caráter sempre verde das matas tropicais brasileiras: ''A terra he algum tanto melencolica, regada de muitas aguas, assi de rios caudaes, como de ceo, e chove muito nella'', ''he cheia de grandes arvoredos que todo o anno são verdes''.

Mas foi Gândavo quem superou a todos os seus contemporâneos na caracterização da mata atlântica, ao registrar: ''esta terra he mui fertil e viçosa, toda coberta de altíssimos e frondosos arvoredos, permanece sempre a verdura nella inverno e verão; isto causa chover-lhe muitas vezes e não haver frio que offenda ao que produz a terra. Ha

por baixo destes arvoredos grande mato e mui basto e de tal maneira esta escuro e serrado em partes que nunca participa o chão da quentura nem da claridade do Sol, e assi está sempre humido e manando agoa de si." Agora se sabia que a mata atlântica era uma floresta sempre verde, uma floresta pluvial, uma vegetação arbórea de sombra (floresta umbrofílica), e um grande repositório de umidade e de alimentação da drenagem. Gândavo, nesse sentido, foi o primeiro cronista a cunhar um registro de caráter nitidamente ecológico sobre as matas tropicais brasileiras. Não se conhece, entretanto, qualquer referência a uma associação maléfica entre o calor e a umidade, engendrando doenças ditas tropicais. Tudo levando a crer que, doenças tropicais e não tropicais, foram introduzidas no Brasil, provenientes da Europa, África e Ásia.

O homem na pré-história: a produção de ambientes

As condições ambientais na pré-história podem ser apenas motivo de alguma reflexão. Ou de poucas reflexões válidas. De um lado, sabemos que mesmo nas regiões atualmente situadas entre os trópicos os climas variaram, a distribuição dos espaços geoecológicos foi muito diversificada, o arranjo das coberturas vegetais e das associações faunísticas foi sujeito a caleidoscópicas modificações. Durante dezenas de milhares de anos em que grupos humanos já conviviam com a totalidade variável dos espaços naturais, na América Meridional.

Por ora, entrementes, é de nossa preocupação sondar os pequenos ambientes de vida dos grupos humanos pré-históricos. Os tipos de habitat por eles escolhidos e as prováveis condições de vida produzidas no interior de tais espaços. Qual teria sido, aproximadamente, o ambiente do homem das cavernas em terras intertropicais brasileiras. Lá fora, os climas e as condições paleoecológicas quaternárias, penecontemporâneas do homem das cavernas e lapas, variaram através dos milênios. No interior dos abrigos sobre rochas os pequenos grupos de caçadores-coletores enfrentaram o cotidiano de uma comunidade social rústica, com um mínimo de tecnologia e uma inusitada luta pela sobrevivência.

Uma aproximação plausível: os abrigos sobre rochas deveriam ser um ambiente de sombra e temperatura branda. Desde o emboque natural das cavernas até seus salões e abismos mais adentrados, desenvolviam-se diferentes combinações faunísticas. Uma atmosfera abafada e muitas vezes mofada, eivada de odores de animais notívagos e dejetos animais e humanos. Restos de caça e carne moqueada; resíduos quase permanentes de fumaça. O habitat das cavernas exigia a presença quase constante de fogueiras para afugentar animais e maus espíritos. Deidades amedrontadoras, progressivamente ampliadas com o desenvolvimento cultural. Havia que se proteger do vivo e do não vivo, nas horas dedicadas ao suave abandono representado pelas horas de sono. A noite lá fora era sempre uma incógnita. A caverna era a prévia da casa. Tornou-se um hábito forçado permanecer enclausurado na caverna, por toda a noite. Num ambiente dotado de sua particular promiscuidade. Grutas e lapas: nichos de morcegos. Grandes cavernas: nicho setorizado de animais. Logo, nicho dos primeiros grupos de humanos, chegados à América Meridional. Lugar de reprodução; local de conservação de alimentos. Muitas vezes, local para as necessidades fisiológicas. Fogueira e cozinha. Local de nascer. Local de viver. Local de morrer. Receptáculo de lixo doméstico e dejetos: o primeiro tipo de ambiente de vida, restrito, poluído pelo próprio homem. Foram mais de 30 milênios de convivência no ambiente das cavernas, envolvendo sucessivos pequenos grupos de coletores-caçadores: com base nos achados do sul do Piauí, segundo Niéde Guidon e membros da missão franco-brasileira de pesquisas pré-históricas.

Nos primeiros tempos, em diversas partes do Brasil, muito separadas entre si, houve uma busca insistente dos abrigos sobre rochas. Grutas calcárias, cavas basais em paredões rochosos de arenitos, entre outras. Os recém-chegados, que vieram pelo estreito de Panamá e transpuseram os Andes em alguns pontos da Colômbia e Venezuela, encontraram imensas áreas de terras quentes ou subquentes na metade norte do continente. Eram herdeiros das hordas de caçadores-coletores que transpuseram o paleoespaço da Beríngia e percorreram o território americano do norte, acima de grandes extensões de terras e solos congelados. Mais caçadores do que coletores, rumando de norte para sul na busca de áreas mais cálidas, com digressões na direção das grandes planícies centrais, sujeitas a climas glaciais e frios continentais. Quando, enfim, transpuseram os Andes colombianos, perderam-se na largueza dos espaços mais alargados que o continente americano do sul poderia lhes ofertar para sua expansão e sobrevivência. Talvez tenham vindo pelas alternâncias de espaços ecológicos antigos existentes ao longo dos sopés interiores dos Andes: a região cisandina outrora semeada de oásis e desemboques de rios alimentados por ablação glacial e nivação de altitude. E, assim, teriam chegado às terras brasileiras, contornando a borda norte do Planalto Central, entre uma Amazônia estreitada e grandes setores de maciços antigos e bordas de chapadas, desde Mato Grosso ao sul do Piauí e vale do São Francisco. Quando da transposição dos primeiros grupos, os climas brasileiros de 50 a 60.000 anos atrás respondiam por um complicado sistema de cerrados, campestres, caatingas, estreitas matas galerias, no entremeio dos quais ocorriam subáreas florestadas, na Amazônia e no Brasil tropical atlântico. Logo, porém, os efeitos indiretos da glaciação Wurm-Wisconsin Superior ocasionam uma acentuação dos climas secos, que passam de semi-árido moderado a semi-áridos rústicos, localmente áridos (campos de dunas de Xique-Xique, no vale do São Francisco). As cavernas basais dos paredões rochosos, em bordas de chapadas, tornam-se sítios preferenciais, porque localizados nas faixas de transição e contacto brusco entre várias faixas de paisagens: campos e cerrados nas cimeiras dos chapadões, florestas de brejos de pé-de-serra no entorno das grutas, e transições para caatingas nas depressões intermontanas ou grandes espaços colinosos interplanálticos, com caatingas, restos de cerrados e rios intermitentes estacionais. O repronunciamento da semiaridez somente fez acentuar a preferência por alguns sítios de cavernas. Durante milênios houve certamente disputa entre

grupos nômades e migrantes em face dos grupos em processo de sedentarização, em uns quantos sítios de abrigos sobre rocha. Desapareceram os ancestrais; sucederam-se as vagas de outros povoadores arcaicos. Aparentemente houve uma certa demora para atingir as regiões costeiras orientais da América tropical. Um ramo costeiro pleistocênico ocupou o setor colombiano-venezuelano do continente sul-americano, dirigindo-se depois para o arco insular do Caribe (segundo interpretação de Betty Meggers). Ao longo de braço de migrações pré-históricas, que comportava um certo contínuo, deve ter havido uma espécie de bloqueio ou mesmo autobloqueio em relação à costa das Guianas, e sobretudo da Amazônia. Fato que implica em uma análise mais aprofundada das condições paleogeográficas e paleoecológicas regionais.

Os períodos frios do Quaternário antigo tiveram conseqüências muito mais drásticas do que se supunha, em relação às condições fisiográficas e ecológicas das áreas situadas entre os trópicos. Tanto no que se refere à organização dos espaços naturais no interior do continente, quanto sobretudo no que diz respeito aos paleoespaços das regiões costeiras. As glaciações fizeram diminuir sensivelmente o nível geral dos mares. Com algumas flutuações de pequena duração, vastas áreas das plataformas continentais restaram exondadas. Os rios de maior porte talharam *canyons* na plataforma, afetando por erosão regressiva extensos setores dos baixos e médios vales de alguns rios de maior porte. Os materiais arenosos removidos dos velhos eixos fluviais e dos *canyons* estendidos da plataforma continental foram jogados ao mar, e logo redistribuídos pelas costas em processo de rebaixamento generalizado. Entre 20 e 13.000 anos, antes do presente, o nível do mar alcançou aproximadamente uma cota de menos 100 metros abaixo do seu nível atual. A esse tempo os processos dinâmicos e ecológicos inter-relacionados atingiram o máximo de modificações combinadas.

Um primeiro fato diz respeito ao próprio rebaixamento do nível geral dos mares. André Cailleux resume o acontecimento: "Par suite du stockage de l'eau dans les inlandsis, le niveau de mers baisse d'environ 100 mètres, de nombreaux détrits émergent. Les hommes conquèrent deux nouveaux continents: par les îles de la Sonde, l'*Australie*; par Béring, l'*Amerique du Nord* dans sa moitié Ouest." Tão importantes quanto o fato em si do abaixamento do nível dos mares foram as conseqüências diretas ou indiretas do rebaixamento das temperaturas, a nível do globo como um todo. Modificaram-se as temperaturas médias de todas as zonas climáticas do globo, com níveis de rebaixamento maiores e mais sensíveis nas altas montanhas. Três a quatro graus de rebaixamento nas áreas equatoriais e tropicais; cinco a sete graus nas cordilheiras, altiplanos e maciços montanhosos tropicais e subtropicais. Mais gelo nos pólos e nas altas montanhas, menos água nos oceanos, maior atividade das correntes frias, trabalhando em faixas mais largas e a um nível de 100 metros mais baixo. A corrente fria das Malvinas-Falklands atingiu aproximadamente a latitude atual do sul da Bahia, trabalhando muito ativamente como fator de climas azonais. A desintegração de um quadro de climas pró-tropicais efetuou-se *pari passu* com o rebaixamento do nível dos mares e com a subida da corrente fria para latitudes mais baixas. Bloqueou-se a penetração habitual da umidade atlântica na direção do interior do continente sul-americano graças à atomização da umidade criada acima das águas frias da estendida corrente das Malvinas. A massa de ar equatorial continental, responsável por chuvas de verão, ao longo de grandes áreas dos planaltos do Brasil e da região amazônica, ficou mais confinada, menos ativa e mais fraca por grandes áreas de planaltos e compartimentos de planalto, na maior parte do espaço aéreo correspondente ao território brasileiro. As caatingas se expandiram por enormes espaços interiores, interconectando com as faixas de expansão de climas secos provenientes do piemonte argentino e área do Chaco Central. Uma faixa oeste-leste de semi-aridez associada a climas temperados atingiu o Uruguai e o Rio Grande do Sul, estendendo-se pela plataforma exondada sul e sudeste brasileira, ganhando setores do planalto meridional, com enclaves de estepes semidesérticas, pedregosas e frias.

A complexa desintegração da tropicalidade afetou diretamente o regime dos rios, transformou a nervura dos pequenos cursos d'água em rios intermitentes sazonários, reduziu vários grandes caudais em rios variando entre o tipo "São Francisco" e o tipo "Jaguaribe". À medida que o nível do mar descia acelerava-se a erosão de talvegue nos baixos vales, diminuía o débito geral dos rios, aumentou a massa de detritos arenosos em transporte. Todo o comércio da sedimentação de tipo margem côncava/margem convexa transmudou-se em processo intermitente de transporte por canais e canaletes anastomosados, sujeitos a retomadas da energia fluvial por ocasião das cheias rápidas e não muito demoradas, ocorrentes durante o verão chuvoso. Não existiam espaços de transborde para a deposição de argilas. Dominavam climas secos de uma sazonaridade marcante, controlando toda a dinâmica hidrológica dos cursos d'água autóctones. Por grandes espaços ocorriam rios intermitentes sazonários, entremeados com pequenos setores de cursos d'água esporádicos. Fatos que importavam em restrições severas às atividades de pesca fluvial. Daí porque nunca os bandos de caçadores pré-históricos brasileiros foram mais estritamente caçadores-coletores. Nas áreas de transição entre estepes e matas, um tanto à margem das planuras onde mais habitualmente vivia a megafauna pleistocênica, em setores de matas de brejos e capões, entremeados com palmáceas, onde ocorria uma fauna de pequeno a médio porte, podia se sobreviver da caça e da coleta de frutos e raízes comestíveis. De qualquer modo, caçava-se muito mais do que se podia pescar. Muitas vezes os sítios preferenciais correspondiam a faixas de fronteiras climáticas e biológicas, entre estepes e matas de pé-de-serra, ou entre pradarias mistas, capões de matas e beira de riachos temporários, marcados pela presença de estreitas florestas galerias. Simples cenários aproximados dentro de uma complexa tipologia de localidades preferenciais.

Na América do Sul inter e subtropical o homem pré-histórico foi contemporâneo da megafauna (megamamíferos como prefere Jacobus), mas nem sempre conviveu com os sítios de maior ocorrência dos grandes e pesados mamíferos do Pleistoceno sul-americano. Possivel-



Cassia multijuga

mente os grupos pré-históricos brasileiros, constituídos por caçadores migrantes ou caçadores coletores de cavernas, evitavam o confronto com a megafauna. A aparente distribuição dos grandes mamíferos em bolsões regionais facilitava o distanciamento. Enquanto a preferência pela carne da fauna de pequeno porte era uma constante do Pleistoceno ao Holoceno. A dificuldade de caçar, transportar e conservar a carne dos componentes faunísticos de grande porte era uma realidade, como bem anotou Jacobus. O desaparecimento dessa parte importante da fauna quaternária sul-americana deveu-se portanto a razões paleoclimáticas e paleoecológicas, muito mais do que à ação dos caçadores pleistocênicos. Decididamente, na América do Sul foi baixa a colaboração dos paleoíndios na eliminação dos grandes mamíferos do Quaternário antigo. Houve os que foram vitimados por fragilidades biológicas próprias — tais como o gigantismo e a especialização alimentar —, cruzadas com as flutuações climáticas e ecológicas, mais ou menos rápidas, que impediram seu deslocamento e adaptação a outros nichos ou subespaços ecológicos. As preguiças gigantes da Gruta dos Brejões, estudadas por Castor Cartelle, documentam uma desesperada procura de pontos d'água em fundas cavernas, que culminou pelo estabelecimento de um local coletivo de morte de todo um agrupamento de animais pesados e morosos. No máximo da incidência dos climas secos, por ocasião do Pleistoceno Terminal, diminuíram excessivamente as ofertas naturais de alimentação e de fontes de água para numerosos grupamentos e comunidades da megafauna. E, por outro lado, os pequenos grupos de habitantes das cavernas tinham meios para se defender de alguns componentes mais ágeis da megafauna, pelo simples grande fato de que já dominavam a técnica do fogo.

Seria lícito perguntar-se, frente a tais conjunturas, qual o teor das modificações introduzidas pelos paleoíndios sul-americanos na estrutura e funcionalidade dos ecossistemas inter e subtropicais. Pierre Dansereau, em um livro muito estimulante, *La terre des hommes* (1973), reconhece a primeira fase das relações entre grupos humanos e meio ambiente, como sendo de certa forma uma longa fase de submissão: ''L'homme y crée peu ou pas d''interference' dans le paysage, puisque l'application de ses pouvoirs dépasse à peine celle des autres animaux. Une terre vierge, pour ainsi dire, est un point de départ où le libre jeu des ecosystèmes, tels que définis plus haut, ne rencontre aucune résistence et aucune orientation de la part de l'homme.'' Evidentemente não se tratava de sociedade culturalmente passiva; mas é certo que os grupos de coleta não introduziram perturbações relevantes no ambiente, como bem anotou Dansereau: ''la mort de quelques arbres, arbustes et herbes n'altère pas sensiblement la structure de la végétation; l'ablation de feuillage peut tendre à diminuer la vigueur de certaines espèces; la moisson de grandes quantités de fruits, le prélèvement d'oeufs de tortues et d'oiseaux, de miel, de huîtres, de larves d'insectes et de champignons, peuvent aussi tendre à restreindre l'abondance de quelques espèces, quoique, d'autre part, ils servent aussi a les disséminer.''

Teriam sido no mínimo trinta milênios de atividades de grupos caçadores migrantes e caçadores-coletores de cavernas. Ao término do máximo do período seco houve uma grande disseminação de caçadores-coletores tardios, nos mais diversos tipos de sítios, envolvendo a beira de rios em fases anteriores à formação das várzeas atuais, ocupando terraços fluviais, altiplanos frios sujeitos a ventos fustigantes, e compartimentos de planaltos mais cálidos, ainda dotados de resíduos de chãos pedregosos. Nas cavernas, agora, a presença dos homens pré-históricos e de seus artefatos rústicos é amplamente documentada (12.000 a 9.000 A.P.). Esqueletos inteiros, formas cranianas, objetos de caça e pesca passam a ser documentos de culturas e fases culturais diferenciadas. Entre 5.000 e 4.000 anos A.P., em pleno Holoceno, no momento da reconsolidação da tropicalidade, desenvolvem-se por quase toda a costa os homens dos sambaquis e sua cultura. Um momento importante das relações entre grupos humanos vinculados à fisiografia e ecologia dos litorais quentes e úmidos, vivendo em áreas perilagunares e ali desenvolvendo um modo de vida relativamente homogêneo, e elementos culturais comportando ligeiras diferenciações de subárea para subárea.

E, logo depois, a grande época de expansão das nações tupis, que a partir das regiões centrais da América marcham para leste, atingindo enormes áreas dos planaltos do sudeste e sul brasileiros, atingindo a costa e desalojando os construtores dos sambaquis.

A formação das grandes restingas e lagunas: a grande época do homem dos sambaquis

Nos últimos dez anos os pré-historiadores conseguiram fazer recuar o grau de antigüidade do homem sul-americano para algumas dezenas de milhares de anos. Com base, sobretudo, em evidências indiretas, porém seguras, da presença de homens nas grutas do sul do Piauí. Daí porque os documentos de jazigos pré-históricos de Minas Gerais (Lagoa Santa), sudoeste de Goiás (Serranópolis), e da região costeira do Brasil onde especificamente ocorrem os sambaquis, passaram a ocupar uma ordem de antigüidade bem menor no amplo contexto da pré-história brasileira. Ainda que grupos humanos possam ter chegado ao alto vale do São Francisco e ao sudoeste de Goiás nos fins do Pleistoceno (15.000-13.000 A.P.), os documentos pré-históricos datados por Carbono 14 situam-se aí, entre 11.000 e 9.000 anos, antes do presente. De sua parte, os sambaquis mais antigos não alcançam muito mais do que 4.000 ou 5.000 A.P. Entretanto, trata-se de grupos pré-tupis e pré-cerâmicos, dotados de marcante originalidade em termos de habitat e relações com os componentes físicos, ecológicos e bióticos dos espaços litorâneos tropicais úmidos.

Temos muito mais documentação sobre o cenário geográfico que presidiu a vida dos homens dos sambaquis do que vestígios concretos de sua cultura. Ainda assim, pode-se inferir uma série de fatos relacionados a certos níveis de tratamento culturais, que não podem ser omitidos. Em termos do paleoambiente e da paleoecologia da faixa habitada pelos homens dos sambaquis, podemos chegar a certas constatações que envolvem a gênese da costa, a evolução das lagunas e da vida no interior das águas lagunares, a cobertura vegetal e o *stock* faunístico do entorno da área dos sambaquis ou de agrupamentos regionais de sambaquis. É possível inventar um estudo sobre a gênese do ambiente natural em íntima relação com o desenvolvimento de alguns fatos da cultura, com base em documentos do próprio jazigo arquelógico constituído pelo sambaqui.

Os construtores dos sambaquis eram grupos humanos vinculados à coleta de conchas, ostras e peixes, no ambiente das lagunas, canais, estuários e lagamares residuais. Diversos estudos de A.T. Guerra, J.J. Bigarella e A.N. Ab' Sáber contribuíram para o estabelecimento de uma espécie de tipologia dos sítios de sambaquis da costa brasileira. Foram definidos, entre outros, sambaquis em bordas de terraços de construção marinha, sambaquis em terraços de abrasão, sambaquis em tômbolos, sambaquis em bancos de areias, em deltas intralagunares, em borda de canais e estuários, em patamares de morrotes e ilhas. Tipos de sítios, todos eles, muito próximos de lagunas. O que nos levou a chamar a atenção para o caráter perilagunar preponderante dos sítios de sambaquis na costa do Brasil.

A partir de tais constatações, e com base em numerosas datações de sambaquis situados em um mesmo setor da costa, pode ser estabelecido que sambaquis situados em terraços à margem de lagunas podem ter ou não a mesma idade e que, sobretudo, não é totalmente verdadeira a velha ilação de que os sambaquis mais distantes da linha de costa atual sejam sempre os mais antigos. Ficou estabelecido, de modo definitivo, por outro lado, que um agrupamento de sambaquis no entorno de uma mesma unidade fisiográfica e geoecológica pode incluir idades de construção muito diversas, a partir dos meados do Holoceno (5.500 a 4.000 A.P.). E que, por fim, existem séries de sambaquis ligados a níveis costeiros formados em épocas geológicas diversas, fato válido sobretudo para os agrupamentos de sambaquis localizados em diferentes subconjuntos de terrenos sedimentares marinhos.

Para se compreender o teatro geográfico dos homens que construíram os sambaquis é conveniente saber como era a costa brasileira antes deles. Entre 20.000 e 13.000 antes do presente, o nível do mar estava a aproximadamente 100 metros e a antiga linha de costa a dezenas de quilômetros da atual. O interespaço de terras expostas na plataforma era rampa arenosa dotada de dunas, praias em regressão e setores expostos de terrenos cristalinos ou de formações sedimentares mais antigas. A corrente fria que se estendia muito mais para o norte, atomizando a umidade vinda do Atlântico, criava ambientes secos nublados até o piemonte e grande porções da meia-serra na Serra do Mar. As florestas atlânticas tinham perdido temporariamente a sua continuidade norte-sul, fragmentando-se em refúgios de grotões e capões de matas alinhados em posição mais alta, provavelmente na meia-serra superior. Foi a partir desse quadro que por volta de 13.000 até 6.000 A.P. começou a transgressão neo-holocênica chamada *flandriana*, que a partir de −100 eleva o nível do mar até +3,5 a 4,5 metros acima do atual, em poucos milênios. A dinâmica dessa ascensão das águas marinhas, ao longo da rampa semidesértica da plataforma continental parcialmente exposta, é que foi importante. Em subindo e ascendendo pela rampa dotada de grandes setores arenosos ou arenizados, as vagas retrabalharam os materiais encontrados em seu caminho, empurrando grandes massas de areias, sobretudo nos setores leste, sudeste e sul do litoral brasileiro.

Mar subindo. Correntes frias em recuo. Florestas se reexpandindo a partir de progressiva tropicalização (melhor diríamos retropicalização). Enormes massas de areias sendo empurradas do mar para o continente pela dinâmica da transgressão. As primeiras grandes restingas se formando pela decomposição das forças das brisas litorâneas e das subcorrentes marinhas. Uma série de represamentos de águas marinhas entre os complexos relevos sublitorâneos e os grandes cordões de areias das restingas em formação. Um novo milagre do ambiente quente e úmido: as próprias areias das recém-formadas restingas sendo transformadas em solos pela colonização vegetal progressiva. Uma espécie de ter-

ra lixo, a um tempo gerada pela sucessão vegetal e transformada em suporte para um *facies* da floresta atlântica: os *jundus* e outros tipos de matas de restingas. O encontro da descida das matas tropicais das encostas e serranias costeiras com as massas de areias empurradas pelo mar até a linha emergente das restingas, e, por fim, o próprio povoamento vegetal desses extensos cordões de areias, é uma demonstração da necessidade de um pensamento interdisciplinar na compreensão dos processos ecológicos.

A evolução das lagunas, como ambiente de vida aquática e subaquática, é outro campo de consideração essencial. As águas represadas eram quentes e cálidas, muito mais tranqüilas do que as águas da plataforma e as faixas de arrebentação na linha de costa. Nos bordos internos das lagunas inicia-se um processo de sedimentação fina, à custa do material removido dos solos das serras e maciços costeiros. O advento do calor, associado à umidade, gera regolitos por decomposição química; o que equivale dizer pelo deslanche da argilificação. As lagunas começam a receber um novo tipo de limo, formado por siltes e argilas. Estava preparado o ambiente para uma nova ecologia: uma espécie de fase prégrandes manguezais. Ao largo das lagunas ainda existiam bancos de areias lavadas, sob a forma de ilhotas, os quais mais tarde haveriam de ficar totalmente insulados no entremeio das planícies de marés com mangrove.

Foi nessa época muito rica, tanto do ponto de vista paisagístico como sobretudo em relação às condições ecológicas — nas vésperas da expansão dos grandes manguezais —, que em torno de 5.000 anos antes do presente começaram a se instalar os construtores de sambaquis. Por convergência, os homens das lagunas costeiras deram origem, ao longo de todo o litoral brasileiro, a uma cultura solidária com a fertilidade biológica, em íntima associação com a natureza tropical. A reexpansão em processo das florestas colocava vegetais e animais de pequeno porte muito próximos dos sistemas lagunares, sobretudo pelo lado da terra. Mas não somente; pois muito cedo as restingas começam a ser colonizadas pela vegetação tropical. O mar esteve 3,5 a 4 metros acima do nível atual (transgressão flandriana máxima; no Brasil transgressão cananeense), regride para poucos metros abaixo do seu nível atual, forçando um período de climas subúmidos, e, por fim, se eleva para 1,5 a 2 metros (transgressão dunquerquiana; no Brasil transgressão Santos). Restingas mais velhas e restingas e praias mais recentes asilam diferentes séries de sambaquis. A regressão pós-flandriana teria sido catastrófica para os habitantes das lagunas e pioneiros da construção dos sambaquis. Após a transgressão dunquerquiana, repronunciam-se as lagunas, dessa vez um pouco mais rasas e dotadas de uma salinidade bem mais baixa. Com uma diferença: entre as restingas mais altas e interiorizadas e as mais recentes podem ocorrer espaços para uma outra geração de lagunas estreitas e compridas. As lagunas mais antigas — da primeira geração — passam a ter os seus dias contados. São rasas demais e, ainda que diariamente freqüentadas pelas águas de marés, favorecem uma colmatagem generalizada por argilas e siltes provindos das microbacias interiores. Tudo preparado para o grande deslanche dos manguezais. Não existirão mais condições de sobrevivência para os construtores de sambaquis nas áreas sujeitas a colmatagens flúvio-marinhas e fluviais. Sambaquis de uma geração mais recente passam a ser elaborados no entorno das lagunas mais recentes, tendo por sítio, muitas vezes, o terraço de construção marinha das restingas mais jovens. Interligações entre as águas de restingas mais velhas e restingas mais novas introduzem um fator de complicação na cronogeologia regional dos sambaquis.

O importante sempre foi a estrutura e a funcionalidade dos diferentes ecossistemas costeiros, ocorrentes em diferentes combinações regionais. Águas livres e tranqüilas. Um bom teor de salinidade. Uma razoável alimentação das lagunas por águas das microbacias hidrográficas, a fim de garantir a injeção de carbonatos de cálcio necessários para o desenvolvimento das carapaças calcárias dos moluscos. Por uma série de razões tem-se a impressão de que o quimismo das águas continentais costeiras era um pouco diferente daquele que predomina hoje.

Calmas águas livres nas lagunas. Grande desenvolvimento de bivalves. De ostras. De peixes. Nasce um culto arraigado à fertilidade que vinha das águas e dos bordos rasos das lagunas. Os homens dos sambaquis deviam ser exímios canoeiros. Transportadores dos produtos da pesca e da coleta para os sítios de sambaquis.

Os pássaros povoam as margens dos lagos, criando um componente vivo e buliçoso na paisagem paradisíaca. Inspiração particularmente fértil para os artistas primevos das comunidades de construtores de sambaquis, responsáveis pela escultura eventual de magníficos zoolitos (Paraná, Santa Catarina). Existem cadeias alimentares para a sobrevivência e multiplicação de todos os tipos de vida dos ambientes tropicais costeiros.

De quando em vez uma vértebra de baleia morta encalhada na praia é removida e transportada para o sambaqui. Sob montões de berbigões e ostras servidas, intercaladas por restos de cozinha rústica, é colocado o osso de baleia para servir de pira. Não se trata de uma pequena fogueira, mas efetivamente de uma espécie de vela ou pequeno farol, traindo o caráter místico e cerimonial que envolvia o ideário da construção dos sambaquis. Teria sido possível dispersar os restos de cozinha por todos os tipos de espaço, alimentando difusamente o solo das planícies e as margens das lagunas. Preferia-se construir os sambaquis. Em pontos críticos da paisagem. Visíveis de longe. Numa seleção de sítios dignos de estrategistas arcaicos, conbecedores dos intrincados mosaicos de terra-água costeiras. Não eram local de moradia: eram talvez o local de uma espécie de comunhão coletiva ou de alimentação ritual, integrada na cultura dos senhores das lagunas. Refletiam uma ação deliberada de poupar as partes não utilizadas dos pequenos animais que eram a base de sua alimentação e sobrevivência. O fato de eventualmente se fazer enterramentos no entremeio das concbas acumuladas — quando a maior parte dos enterros era feita nos mais dispersos lugares — documenta o caráter ritual da prática de acumular pontualmente os berbigões, ostras e restos de cozinha. Talvez os sambaquis tenham sido uma espécie de templo não convencional, misto de refeitório a céu aberto e mesa de comunhão de grupos humanos,

cultores da fertilidade de uma natureza particularmente generosa.

Há que pensar no caráter seletivo dos enterramentos. Não era dada a qualquer um a homenagem póstuma de um sepultamento no meio do edifício de longa história de construção, entre camadas e camadas de berbigões e ostras. Ao invés de flores sobre as covas rasas, um pouco de areia e punhados de berbigões. Homenagens derradeiras: a filhos desaparecidos em tenra idade, esposas, líderes da comunidade. Os frutos do mar fazendo exatamente o papel das flores. Depois, longos anos de não utilização. Todos os sambaquis foram construídos de modo intermitente. Os carvões encontrados entre as camadas de berbigões devem representar a queima do matagal crescido acima dos berbigões, nas fases de não utilização ou pousio. Logo retomava-se o velho sítio, acrescentando-se novas camadas de moluscos servidos sobre a formação antropogênica em construção.

Tudo indica que os sambaquis, de par com seu alto significado cultural, constituíam também focos de poluição localizados, devido ao seu caráter de área preferencial de descarte de resíduos de cozinha. Eram um chamariz de moscas e mosquitos, aves de rapina e pequenos animais. De qualquer forma um local de lenta putrefação de matéria viva. Em trabalho sugestivo, Elfriede Orssich (1954), referindo-se aos sepultamentos em sambaquis, comenta: "Sendo todos os enterramentos realizados em pequena profundidade, e o enchimento constituído de conchas misturadas com um pouco de areia e terra, o que lhe dava muita permeabilidade, das covas devia em breve desprender-se cheiro fortíssimo de putrefação. É legítimo supor que depois do enterramento de um companheiro, a tribo se mudasse para outro lugar [*sic*], como o fazem, aliás, ainda hoje, as tribos indígenas da Melanésia e da Polinésia, que vivem em condições parecidas."

Um dos grandes dilemas do homem, em muitos tempos, foi a poluição do seu próprio local de moradia. Ou de sítios muito próximo deles. Fossem eles sambaquis ou velhos quintais. Do interior das cavernas às malocas e casas subterrâneas. Um ônus que se pagou ao caráter gregário da condição humana. Poluição no interior dos habitats. Poluição dos núcleos coletivos de cerimônias rituais, nos mais diversos lugares de ajuntamento de homens. Dos sambaquis aos centros de peregrinação religiosa da beira do Ganges ou das margens do rio São Francisco. Já houve quem julgasse que Bom Jesus da Lapa, no vale do "Velho Chico", constituía uma espécie de "chaga em corpo são". Frente a uma natureza prodigiosa, por um caminho ou outro, os homens acabam por introduzir numerosos focos de poluição.

Sobrexistem sérias dúvidas sobre as razões do desaparecimento brusco dos construtores de sambaquis. A partir de uma certa época, equivalente a 1.500 e 800 A.P., deixam de ocorrer sambaquis mais recentes. E, como num passe de mágica, apagam-se os vestígios da presença de uma população que por mais de quatro mil anos esteve presente na ocupação da costa brasileira. E existem fortes razões para se pensar que entre 800 e 700 A.P. muitos setores lagunares tinham sido retomados extensivamente por manguezais. Velhas lagunas eram agora planícies de mares tropicais dominadas por mangroves, reduzidas a "largos" estuarinos e sinuosos canais de gamboas. O conhecimento desse fato nos levou a pensar, por muito tempo, que entre os fatores do desaparecimento dos sambaquis — e, sobretudo, das populações que os construíram — estaria a eliminação natural dos seus habitats pela aceleração dos processos de colmatagem flúvio-marinha de antigas lagunas. É certo que, em relação a casos locais, o fato foi significativo, a ponto de provocar mudanças de sítios para a construção de novos sambaquis. Julgamos, porém, que a grande expansão dos manguezais, tomada como processo isolado, não teria sido capaz de provocar a drástica tarefa de eliminar a presença dos homens dos sambaquis, ou de impedir a sobrevivência da tradição de construir sambaquis por toda a parte ao longo do litoral brasileiro. Mesmo porque em muitos subsetores da costa brasileira permaneceram, residual e diferencialmente importantes, setores lagunares que teriam oferecido condições para a sobrevivência da velha tradição. Pensamos em regiões lagunares do tipo daquelas que ainda hoje ocorrem no Estado do Rio, em Laguna (SC), em Cananéia-Iguape (SP), ou na Lagoa dos Patos-Mirim (Rio Grande do Sul e Uruguai).

Por todas essas razões julgamos que a hipótese inicial de que os homens dos sambaquis tenham sido derrotados e substituídos no domínio da costa brasileira pela chegada avassaladora de grupos tupis-guaranis, provindos do interior do continente, deva prevalecer. De Oeste para Leste, os grupos tupis-guaranis substituíram velhos grupos de povoadores dos planaltos interiores de São Paulo e Paraná, para depois descer para as regiões costeiras com todo o seu poder de conquistas territoriais e arrasar com os remanescentes dos construtores de sambaquis, de modo extensivo e relativamente rápido. Recentemente ponderávamos: "Permanecem as grandes dúvidas sobre outras razões pré-históricas do desaparecimento generalizado dos grupos humanos construtores de sambaquis: expulsão por interiorização (?), perda de possibilidade de manter o habitat perilagunar (?), eliminação do antropofagismo e ações bélicas, sob o uso de tecnologias primárias mais eficientes (?), e/ou absorção parcial dos vencidos, tornados prisioneiros (?)." É de se crer que no momento das primeiras e sucessivas incur-



Malena Barreto/1985

Arecastrum Romanzoffianum

sões dos grupos tupis-guaranis nos setores da costa sudeste do Brasil eles tivessem maior força de conquista territorial. Daí porque os aguerridos povos tupis-guaranis teriam, em algumas centenas de anos, conquistado enormes espaços das regiões costeiras, expulsando e dizimando os antigos construtores de sambaquis, duplamente fragilizados pela rotina pacífica de seu viver e pelos efeitos da tropicalização sobre um grande número de sítios fundamentais para sua sobrevivência.

Os primeiros tempos da colonização: panorama das condições ambientais

A análise das condições ambientais do Brasil, nos três primeiros séculos da colonização, envolve questões tão complexas quanto os mecanismos da ampliação das fronteiras coloniais, os processos incontroláveis de importação de doenças exóticas (via portos naturais da fachada atlântica), assim como os efeitos caóticos da descoberta do ouro nas montanhas das Gerais e a extensiva e pontualizada conquista da Amazônia. Por todas essas razões, em três séculos de vida colonial, o panorama da qualidade ambiental e o quadro das condições sanitárias mudaram substancialmente, de época para época e de lugar para lugar.

No decorrer dos anos quinhentos o espaço geográfico da colonização portuguesa abrangia tão-somente a faixa costeira tropical atlântica da América Meridional. Estendia-se, sobretudo, da área de Natal ao litoral sul de São Paulo (Cananéia). Somente São Paulo de Piratininga foi implantada fora da orla costeira, tendo por sítio as colinas de um planalto vinculado ao reverso continental da Serra do Mar. Onde os rios davam as costas ao grande mar, dirigindo-se para a bacia do Paraná. E onde existia um povoamento regional de grupos tupis em escala e densidade superior ao de muitos setores do litoral

Na costa do Brasil, ao terminar o primeiro século da colonização, existiam ao todo dezesseis núcleos ou aglomerações semi-urbanas, totalmente amarradas a



Chrysalidocarpus lutescens

fundeadouros naturais para as caravelas portuguesas. Treze vilas e três cidades. Tudo muito dependente de tênues relações com a Metrópole distante. A princípio havia que se defender dos perigos vindos do mar e dos eventuais perigos provenientes da própria terra. A nível de comércio, apenas o escambo baseado em produtos da terra; o predomínio do extrativismo de madeiras tintoriais, causa de uma predação setorizada, porém sensível, no interior das matas atlânticas regionais. Logo a implantação de canaviais e engenhos fomentando uma colonização de povoamento nas capitanias do Norte. As terras da zona da mata nordestina e do Recôncavo da Bahia tinham um bom desempenho agrário. Na faixa costeira mais bem servida por chuvas, planícies aluviais de baixos vales, terraços fluviais e vertentes de morros não muito elevados funcionavam como espaços preferenciais para plantações tropicais. Inicialmente a floresta estava por toda a parte: das planícies aluviais férteis aos altos dos morros da "zona da mata". Para produzir espaços agrários era necessário eliminar a cobertura florestal: o grande dilema dos trópicos úmidos. Assim, desde os fins do século XVI iniciou-se um processo de remoção das florestas para a obtenção de espaços agricultu ráveis. Uma substituição de ecossistemas naturais por agroecossistemas, por meio de um monótono sistema predatório que se tornou atávico pelos restos dos tempos no Brasil. Sem grandes alternativas. Com isso, o capital ecológico poupado por grupos pre-históricos, através de dezenas de milênios, passa a ser depredado em larga escala.

Doutra parte, segundo o modelo de uma época, as plantações tropicais do Recôncavo e de Pernambuco têm força suficiente para entrar no esquema de importação de mão-de-obra escrava. Recorria-se ao braço escravo africano, ao mesmo tempo em que, de uma forma mais discreta e diluída, enquadrava-se o trabalho indígena em atividades mais adaptadas à sua índole e potencialidades físicas e psicológicas. Tudo isso, en-

quanto pioravam gradualmente as condições sanitárias do país: os portos do açúcar e os mercados de escravos tornando-se focos de penetração de diversas doenças tropicais. Fato particularmente agravado, sobretudo, a partir da segunda metade do século XVI. É conhecida a referência de Southey a uma primeira epidemia de varíola no Recôncavo Baiano, acontecida em 1564. Um século depois, por volta de 1665-66, teria ocorrido uma epidemia de bexigas, que atingiu a região costeira de Pernambuco ao Rio de Janeiro. Daí porque, à míngua de profissionais mais especificamente preparados em medicina ou atividades hospitalares, os padres da Companhia de Jesus tenham muitas vezes se transformado em "enfermeiros das grandes epidemias", no dizer expressivo de Pedro Nava (1948-49).

O século XVI foi a época em que os colonizadores mantiveram contato com apenas um dos grandes domínios da natureza brasileira. No caso, a fachada tropical atlântica do país. Domínio de climas quentes e úmidos, revestidos pela porção mais costeira das matas atlânticas. Área em que, por oposição à zonalidade das terras amazônicas, é responsável por uma larga faixa norte-sul de florestas atlânticas, em disposição geográfica francamente *azonal*. Nesse cinturão alongado de terras baixas costeiras os colonizadores tiveram todo um mostruário de cenários e ambientes dos litorais tropicais úmidos. Setor de desemboque de numerosos rios de porte médio e de pequenas bacias hidrográficas, dotadas de águas puras, nascidas em maciços, serranias e escarpas costeiras. Somente ao sul de São Vicente ocorria uma pequena área de transição para climas subtropicais, com um pequeno decréscimo de temperatura durante os meses de inverno e acentuado resfriamento azonal das cálidas águas da plataforma. No conjunto muitos estuários e ancoradouros naturais. Na sua essência, o território português no Brasil Oriental era marcadamente intertropical: dizia Hans Staden (1556), em seu linguajar simples e direto, que "o país do Brasil está em parte entre os trópicos", onde sempre fazia muito calor, "mas a parte ao sul de Capricórnio é um pouco mais fria".

Desde 1580 até 1640 a Coroa portuguesa esteve reunida à da Espanha. Espanhóis passam a ter livre trânsito no território brasileiro. Novos contingentes humanos são injetados na população de raízes lusas, ameríndias e africanas. Além do que, os invasores setorizados — franceses e holandeses — acrescentam novos componentes demográficos. À multiplicação das pessoas, provenientes de países diversos, corresponde uma sensível complicação nas condições sanitárias e médicas, no correr do agitado segundo século da colonização. Continua o processo desumano de migração forçada de escravos africanos para as regiões agrariamente mais bem-sucedidas do Brasil. Mercadores desonestos e inconseqüentes tentam colocar grupos de escravos doentes em portos brasileiros, via Antilhas. A aventura transatlântica pressupunha a sobrevivência dos mais fortes; de qualquer forma tentava-se ludibriar a administração colonial, em ousadas tramóias mercantilistas, à custa de infelizes escravos doentes.

Em contrapartida, grupos brasileiros recuaram das regiões costeiras para os agrestes de Pernambuco e Paraíba, a fim de preparar a resistência aos invasores holandeses. Têm início incursões de longa penetração na Amazônia, pelos grandes rios regionais. Enquanto ousados grupos de brasileiros, instalados serra acima no Brasil de sudeste (São Paulo de Piratininga) desrespeitam a arbitrária linha de Tordesilhas, em aproveitamento da fragilidade da administração espanhola. Realizam-se incursões terrestres pela maior parte dos territórios interiores: uma fase pioneira de exploração e reconhecimento de territórios silvestres, ocupados difusamente por grupos indígenas, de diversas nações lingüísticas. Iniciou-se, por esse tempo, uma série de episódios de predação cultural e política: os bandeirantes paulistas, no seu afã belicoso de caça ao índio, desmantelam as missões jesuíticas espanholas localizadas a leste dos rios Paraguai e Uruguai. Uma página lamentável da predação dos homens da terra, selvagens ou em aculturação, pelos recém-vindos colonizadores ibéricos.

A fusão das coroas e a impotência da administração espanhola para administrar todos os espaços — imensos espaços — sob sua responsabilidade na América Meridional, tiveram conseqüências inesperadas. Portugal perde suas possessões da África e se ressente da brusca ruptura de suas relações comerciais com a Ásia de sudeste. O Brasil, por uma razão e outra, fica sujeito à sanha de novos grupos invasores e à mercê de corsários de diversas procedências. Entre 1612 e 1615 os franceses ocuparam o golfão maranhense, fundando a cidade de São Luís na ilha do Maranhão (1612). Os holandeses estabeleceram-se por um quarto de século (1630-1654) na região costeira de Pernambuco, desde Alagoas até o Rio Grande do Norte, onde exatamente se localizavam as grandes plantações de cana-de-açúcar e um importante agrupamento de engenhos, na área de terras férteis sublitorâneas do Nordeste Oriental brasileiro.

Restabelecida a independência portuguesa (1640), inicia-se um forte movimento migratório na direção das terras brasileiras, reforçando-se tardiamente o seu caráter de colônia de povoamento, sobretudo no que diz respeito à faixa litorânea e sublitorânea oriental do Nordeste. Inconscientemente, os bandeirantes paulistas, em notável feito de geopolítica colonial, tinham deixado o argumento diplomático decisivo para a extensão e consolidação de novas fronteiras, além-Tordesilhas. Por isso e por outras razões, iniciou-se um movimento de ocupação estratégica — parte militar, parte religiosa — no interior da Amazônia, através de uma sistemática e bem conduzida seleção de sítios estratégicos para o controle político da região.

A separação das coroas ibéricas (1640), a expulsão dos holandeses de Pernambuco (1654), a retomada do movimento migratório para o Brasil (1660-1770), a conquista da Amazônia, por estratégias militares e missioneiras (1616-1750), e, sobretudo, a descoberta do ouro e a expansão da mineração nas Gerais (1696-1760) mudaram o perfil das colônias portuguesas em terras da América Tropical. À altura dos meados do século XVII, o Brasil já não era mais aquele fatiado geométrico de capitanias hereditárias: "a ruína de Portugal significara o desenvolvimento desmesurado do nosso país" (Caio Prado Júnior, 1953). Os colonizadores já enfrentavam, através de múltiplas atividades, as condições climáticas, ecológicas e bióticas de diferentes

domínios da natureza intertropical: o domínio florestal amazônico, o domínio das caatingas e faixas de transição, o domínio dos cerrados. E, ao mesmo tempo em que se ampliava a conquista do litoral sul, de Iguape e Paranaguá, inicia-se a conquista dos planaltos de Araucárias, com seus bosques de pinheiros e matas subtropicais associadas. Dessa forma multiplicavam-se as experiências com outras paisagens e, acima de tudo, com outros ambientes naturais. Testava-se a eficiência produtiva de diversos tipos de espaços, aplicando a cada um deles um sistema de economia mais adequado e plausível: plantações tropicais na zona costeira do Nordeste, pecuárias nos sertões dotados de caatingas ou cerrados, coletas nas florestas e pesca nos rios e lagos da planície amazônica.

Em contrapartida, a administração portuguesa, após o restabelecimento da independência (1640), tornou-se gradualmente mais restritiva e autoritária. Anota Caio Prado Júnior: "Com o domínio espanhol começaram as restrições; a Espanha estenderia para as colônias portuguesas, agora sob seu domínio, as normas que sempre caracterizaram sua política econômica. [...] Portugal independente não só manterá a mesma política, mas a tornará mais severa." A filosofia mercantilista da coroa lusitana pressupunha uma política agrária para o Brasil baseada quase exclusivamente na redistribuição lucrativa dos produtos tropicais, dotados de boa procura nos mercados da Europa. Assim se iniciou uma odiosa política de privilégios e monopólios, particularmente opressiva a partir da tardia descoberta do ouro em Minas Gerais. O que os portugueses "aspiravam para sua colônia americana é que fosse uma simples produtora e fornecedora de gêneros úteis do comércio metropolitano e que se pudessem vender com grandes lucros nos mercados europeus" (Caio Prado Júnior). É difícil avaliar as conseqüências psicossociais e culturais dessa atmosfera de severidade e autoritarismo, tardiamente introduzida pela administração portuguesa no Brasil. Mesmo porque os brasileiros dos séculos XVI e XVII já se haviam acostumado a ir e vir, fazer e decidir, por quase toda a parte, nos amplos espaços da América Tropical. Não era fácil aceitar a política de "fechar caminhos para evitar descaminhos", ou ficar passivo ao total fechamento para o resto do mundo, em termos sociais, culturais e econômicos. O pior é que os resíduos negativos dessa herança colonial resistiram a quase todos os tempos.

Pontos críticos das condições ambientais dos grupos indígenas modernos

O conhecimento acumulado sobre as condições de vida dos grupos indígenas brasileiros — tanto no que se refere às observações dos primeiros cronistas quanto aquelas derivadas de estudos sistemáticos de etnólogos e antropólogos — se desdobra na prática por todo o leque de fatos registrados sobre a dinâmica de sua própria cultura. Não é tarefa simples, portanto, abordar fatos específicos referentes à produção de ambientes de vida, pelo indígena brasileiro, de norte a sul do país. Quando muito pode-se anotar pontos críticos, pinçados do grande *stock* de conhecimentos preexistentes.

Hans Staden (1557) gravou em uma frase um ponto importante do modo de viver dos tupinambás, do litoral norte de São Paulo. Anotou que "os tupinambás não gostam de sair à noite para fazer suas necessidades, por medo do diabo". Diabo que diziam enxergar muitas vezes. Receio compreensível, por muitas outras razões. A noite era fria; a noite era amedrontadora; a noite era um tanto misteriosa e imprevisível.

George Marcgrave (1648) registra alguns fatos, dignos de maior atenção, referentes aos indígenas da zona da mata pernambucana: "Perto de suas redes pênseis, acendem fogueira de dia e de noite; de dia a fogueira serve para cozinhar os alimentos; de noite, para aquecimento, porquanto nestas regiões o frio é maior de noite, chegando a ser por vezes intensíssimo, porque sempre é quase igual a duração do dia e da noite." São significativas as observações de Marcgrave sobre os dias de ajuntamento para bebedeiras, entre os tapuias: "Entregando-se à bebedeira, cantarolam e dançam quase sem interrupção; quando algum se sente repleto demasiadamente de bebida, provoca o vômito e bebe novamente." Existem, em Marcgrave, outras informações comportamentais, no capítulo em que registra fatos sobre as vestes dos homens e das mulheres indígenas.

Herbert Baldus (1946 e 1970), que era um etnólogo extremamente atento, ao estudar os tapirapés, tribo tupi localizada a oeste do Araguaia, anota um fato geral entre os grupos indígenas brasileiros: eles não possuíam "apetrechos especiais para iluminar a casa, bastando-lhes, de noite, para isso, as fracas chamas de seus lumes." Sobre os tapirapés da aldeia de Tampiitaua, Baldus anota textualmente que à noite quando os habitantes "se afastam da casa, para fazer suas necessidades, levam como facho um tição que agitam continuamente para que não se apague". Acrescenta, entretanto, um fato cultural significativo: "entre os tapirapés, os tições assim sacudidos servem de defesa noturna contra maus espíritos".

A noite e seus arcaicos problemas para o homem. Medo de maus espíritos. De divindades malignas. Medo das feras. Medo de emboscadas de grupos inimigos. Há sempre que se proteger da noite. Desde a caverna à maloca. A casa, ela própria, foi uma idéia nascida para uma proteção maior em relação às horas de sono. Ou seja, para se proteger da noite. As crianças eram iniciadas para adotar precauções sensatas em relação à noite. Na didática dessas precauções sobrevinham as histórias fantasiosas, inventadas deliberadamente para atingir os objetivos visados. E o fantástico se fixou, de mil e um modos. Os seringueiros, caboclos da Amazônia, possuíam uma estratégia similar para incutir o medo da floresta nas crianças, segundo registro arguto de Ângelo Barbosa. Ensinavam as crianças a ter medo da floresta, eles que eram exímios mateiros.

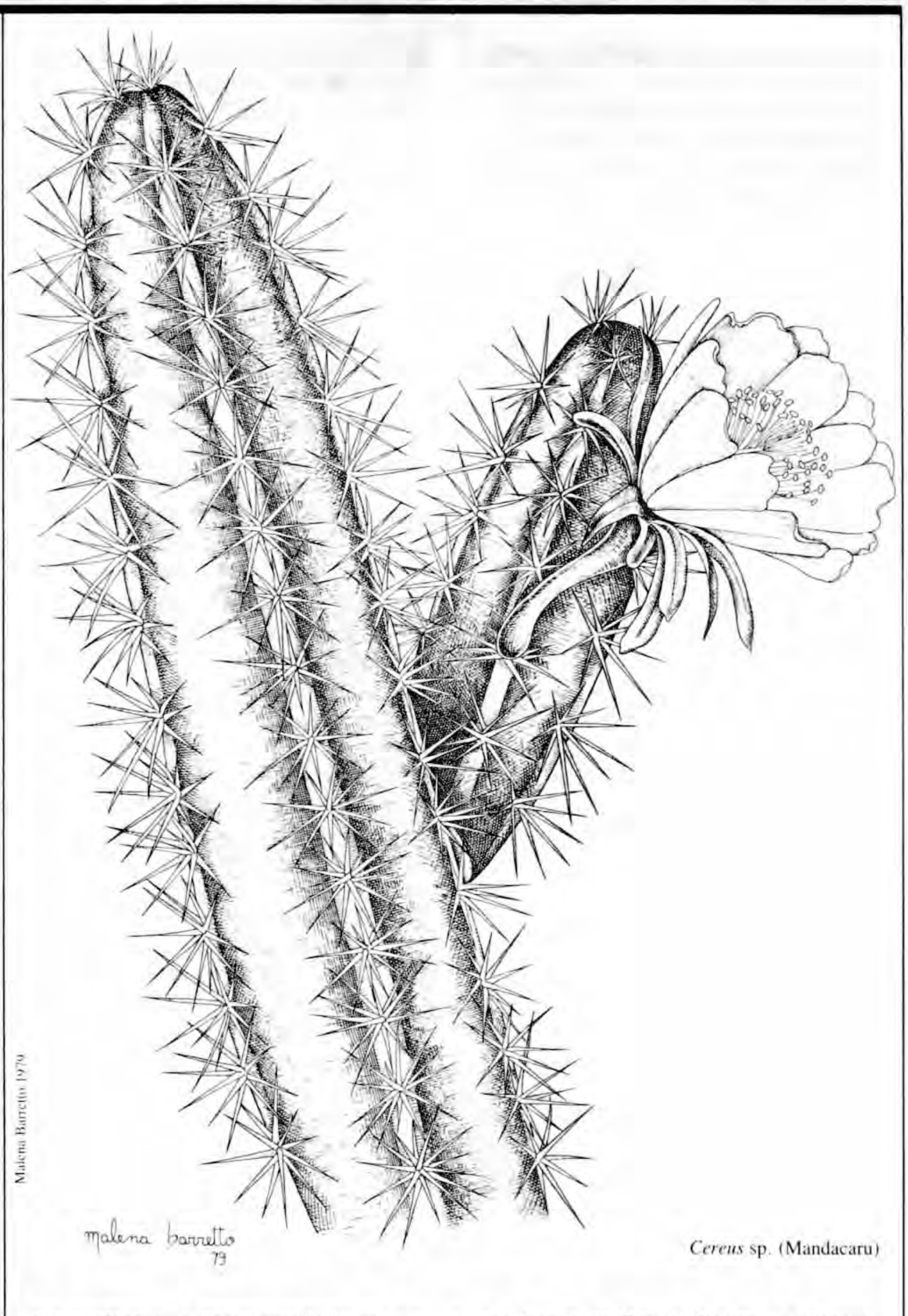
Mas havia sempre que enfrentar a noite, por razões fisiológicas. Baldus recupera o mais importante desse conhecimento, referindo-se à aldeia tapirapé que estudou:

"Apesar do perigo constante representado pelos anchynga e, naturalmente também, pelos horríveis vizinhos Kayapó, os habitantes de Tampiitaua, mesmo de noite, não evacuavam perto da casa, mas penetravam no labirinto dos troncos

da derrubada, situada entre a aldeia e o mato, afastando-se o suficiente para não sujar os lugares limpos e transitáveis ao lado da moradia nem fazer chegar a esta o cheiro das fezes. O costume de ganhar, para esse fim, uma boa distância, já está fixado na expressão *kaa-pepyá* (''mato-para-barriga''), isto é, em tradução livre, ''vou levar a minha barriga em direção ao mato'', locução com que qualquer senhora decente de Tampiitaua tem de avisar a gente de sua casa, da intenção de ir defecar.'' (Reproduzido por Florestan Fernandes em *Comunidade e Sociedade no Brasil*, 1972.)

Não se deduza por tais anotações que as condições sanitárias das aldeias tribais fossem um primor de asseio, ordem e limpeza. O próprio Baldus se encarregou de desmistificar observações apressadas de escritores e viajantes sobre essa delicada questão, ao tecer uma fina crítica a Rayaline Falaise: ''naturalmente, o asseio dos Tapirapé tem limites que a benevolência de Madame de La Falaise não deixar supor''.

Sem falar no capítulo lamentável da introdução de doenças criadas por patologias alienígenas, a promiscuidade no interior das habitações indígenas tornou-se mais gritante a partir da introdução de diversos animais domésticos. Claude Lévi-Strauss visitando uma mesma aldeia bororo de Mato Grosso, em duas épocas diferentes, deixou um relato impressionante das lastimáveis condições em que encontrou os habitantes da aldeia quando de sua última visita, em função do contato desigual com os valores negativos da cultura dos homens ditos civilizados. Os estudos de Baldus permitem deduzir alguns fatos sobre as precauções tomadas pelos tapirapés para se defender do frio da noite, dos insetos e da umidade. A casa dos guerreiros — a *ekça* — colocada ao centro da aldeia, coberta de palha — com aproximadamente cem metros de comprimento — ficava ''em toda sua extensão aberta para o nascente''. Com isso, ''os raios de sol ao nascer penetram livremente e debelam o frio da madrugada, que aí é muito intenso''. A locação, no terreiro, da grande casa dos homens, era feita de tal forma a ventilar o ambiente. Ainda que, no seu interior, houvesse a soma da fumaça das fogueiras e da fumaça do fumo. Na casa



Cereus sp. (Mandacaru)

das mulheres, a promiscuidade era um tanto maior: permaneciam junto delas as crianças, os doentes e os velhos muito velhos. Por entre o cisco caseiro e o transitar das galinhas e animais domésticos. Infelizmente.

As mudanças climáticas acontecidas entre os fins do Pleistoceno e durante o Holoceno, propiciando uma progressiva tropicalização do país, envolvendo grandes espaços, criaram oferendas especiais para a sobrevivência, o cotidiano e a diferenciação cultural dos povos indígenas modernos do Brasil. Rochas se decompuseram pelos efeitos do calor associado à umidade. As chuvas se tornaram mais freqüentes e volumosas, sobretudo as de verão. Por todo o país, independentemente dos domínios morfoclimáticos e fitogeográficos — exceção feita apenas do Nordeste seco —, rios e riachos perenes substituíram os cursos d'água intermitentes sazonários e pequenos rios efêmeros, tão largamente difundidos no Pleistoceno Terminal. Intemperismo químico das rochas, pedogênese de oxis-

solos, criação de grandes massas de argila caulinítica. Logo, há poucos milhares de anos (2000-3000 A.P.), a descoberta da cerâmica por grupos que se aproximam da beira-rio e descobrem as excepcionais qualificações plásticas dessa nova matéria-prima largamente ofertada pela natureza brasileira. Um material fácil de se apanhar nas várzeas, fácil de se transportar, amoldável, sensível ao calor, incitador de idéias criativas. Rios e lagos recebem agora, em suas beiradas frontais ou laterais, camadas sucessivas de novo componente sedimentário, posto à disposição dos grupos de culturas simples.

Os homens dos sambaquis sabiam polir a pedra, utilizavam artefatos de pedra lascada e de pedra trabalhada, ossos de baleia e de pequenos animais das matas. Mas não tinham descoberto a cerâmica. Eles viviam ainda em diversos pontos dos litorais quando receberam o impacto da chegada dos primeiros grupos tupis-guaranis, mais aparelhados para a guerra, a dominação e um aproveitamento múltiplo da natureza tropical em sua totalidade. Conviria ler sempre, nesse sentido, os importantes escritos de Florestan Fernandes sobre "a função social da guerra entre os tupinambás".

A perenização gradual dos rios, a formação de várzeas dotadas de argilas, uma nova piscosidade fluvial, favorecida pela ampliação das matas até a beira-rio (diques marginais), tudo isso, de modo integrado, contribuiu para modificar os quadros das ofertas potenciais da natureza para os grupos indígenas brasileiros, sobretudo nos últimos três milênios antes do presente. Uma nova época se inicia. Numerosos grupos humanos se aproximam dos rios; centram sua sobrevivência na caça, agora abundante e bem distribuída; têm a oferta permanente do peixe, nos rios, lagunas, estuários e praias. Coletam frutos e raízes. Descobrem rudimentos de agricultura. Desenvolvem roças de mandioca; mudam velhos hábitos alimentares. Do simples moqueado das carnes passam para o nível de cozimentos diferenciados. Inventam numerosas beberagens. Fixam conhecimentos milenares e conhecimentos novos em uma linguagem rica, simbólica, direta e prática. Alguns dentre eles, como os povos tupis, tiveram fôlego e recursos para conquistar grandes espaços, caracterizar sítios paisagísticos, estender e fixar topônimos de ordem descritiva ou funcional.

O certo é que, além das velhas tradições de caça, nos espaços interiores da América Tropical — em matas, em cerrados, em caatingas e outros domínios e faixas de transição ecológica —, os grupos modernos desceram para os grandes e pequenos vales, incorporando à sua cultura novos recursos e técnicas de sobrevivência. Pescando em rios piscosos perenes, catando argilas, fabricando potes e igaçabas, fazendo incursões à beira-mar por ocasião dos grandes frios e desenvolvendo uma pequena mas altamente significativa agricultura de pequenas roças. Um extrativismo vegetal a favor da alimentação, da vestuária e da construção de amplas malocas e casas, armas de caça e guerra. Um país de rochas predominantemente decompostas lhes ofertava, agora, poucos sítios para o abastecimento em pedras. Mesmo assim, foram selecionados ou descobertos diversos sítios fornecedores de matéria-prima para objetos de pedra polida. Uma longa adaptação a todos os padrões de ambientes físicos, ecológicos e bióticos do país respondeu pela elaboração de um quadro sanitário relativamente favorável. Eram grupos étnicos resistentes, adaptados a conviver com a proximidade das grandes matas, quando não inseridos em clareiras no meio delas próprias, migrando quando necessário, sujeitos à presença incômoda de insetos, enfrentando os perigos das florestas. Inventaram algumas técnicas de conservação de alimentos (peixe, carne de caça) e sabiam transportar provisões alimentares sob a forma de farofas de carne e farinha de mandioca. Resistiam bem a um certo leque de patologias agudas. Obtinham sucesso razoável com o uso de beberagens silvestres e os impactos da pajelança sobre doenças benignas, habituais (febres passageiras, distúrbios intestinais, estados depressivos) e ferimentos obtidos em lutas intertribais ou em campanhas contra os invasores de além-mar.

De qualquer maneira, as condições de saúde e do sistema de habitação entre diferentes grupos indígenas do Brasil eram bem superiores àquelas dominantes nos segmentos mais pobres da população brasileira: favelados, seringueiros, garimpeiros, trabalhadores rurais safristas, operários de indústrias poluidoras. Sem vestuário. Tendo que enfrentar a frieza da noite. Sujeitos à belicosidade de grupos vizinhos e aos perigos das florestas; ainda assim, tinham um ambiente mais adequado e controlado do que as miseráveis colônias de pobreza existentes na sociedade atual do Brasil. Sobretudo, não estavam sob a deprimente ação dos espaços opressores de que nos fala Milton Sabbag Jr. (1985).

Em cinco séculos de relações entre brancos e índios, em terras da América Tropical, as desvantagens para os antigos senhores da terra foram humilhantes e arrasadoras. Enquadramentos religiosos. Escravização. Extermínios. Expulsões e desalojamentos forçados. Numa total incompreensão em relação aos grupos indígenas remanescentes. Mais do que no passado, o Brasil, um país de raízes mestiças, tem se mostrado incapaz de preservar suas mais legítimas matrizes étnicas e culturais. Do alto de sua intocabilidade, frieza cultural e passividade, perante crimes de lesa-humanidade, os tecnocratas brasileiros permanecem em compasso de espera perante o etnocídio que o capitalismo selvagem e as salvaguardas estatais policialescas travam contra os últimos redutos de nossas matrizes étnicas mais puras. Em Roraima. No Maranhão. Em Mato Grosso. Na Rondônia. No sul do país. Faz-se de tudo para quebrar a inviolabilidade das reservas indígenas: o espaço de sua sobrevivência cultural. Tolera-se a boçalidade das autoridades de Roraima. Aviltam-se os briosos representantes de etnias primevas. Desprezam-se culturas elaboradas em milhares de anos, para atender aos apetites vorazes de novos senhores da terra, criadores de gado e comerciantes de terrenos. Invocam-se todos os argumentos: faixas de fronteiras expandidas, conflitos de terras perturbadores da ordem pública, necessidade de aproveitar as riquezas do subsolo no interesse da sociedade, evasão de riquezas nas mais controladas e pacíficas fronteiras do mundo. Concede-se primazia do planejamento regional a incompetentes de todos os portes, perdendo-se a oportunidade única de efetivamente reforçar, integralmente, as infra-estruturas regionais a ser-

viço do desenvolvimento social e cultural de regiões dotadas de múltiplas potencialidades.

Enquanto que intelectuais reacionários, colocados em postos-chave de jornais fazem o jogo do autoritarismo residual, comprometendo a honorabilidade de um jornalismo que afrontou ditaduras. Mas que termina por demonstrar total irresponsabilidade para com os grupos indígenas remanescentes do Brasil. Sandices de personagens interessados — mineradoras, proprietários rurais, autoridades com sede de poder — devem ser reduzidas à sua exata dimensão. De qualquer forma não deveriam municiar parlamentares ridículos, colocados em comissões especiais de inquérito, que prejulgam denúncias pérfidas, arrotando ignorância e insensibilidade maciças, herdadas de alinhadas minorias opressoras. Um quadro lamentável que teremos que reverter, já que a dívida histórica da nação brasileira para com os povos indígenas é infinitamente superior às volumosas e mal contratadas dívidas que temos para com os países capitalistas, nossos opressores centrais.

A terra e os homens na visão de médicos e naturalistas dos séculos XVII e XVIII: de Guilherme Piso a Araújo Braga.

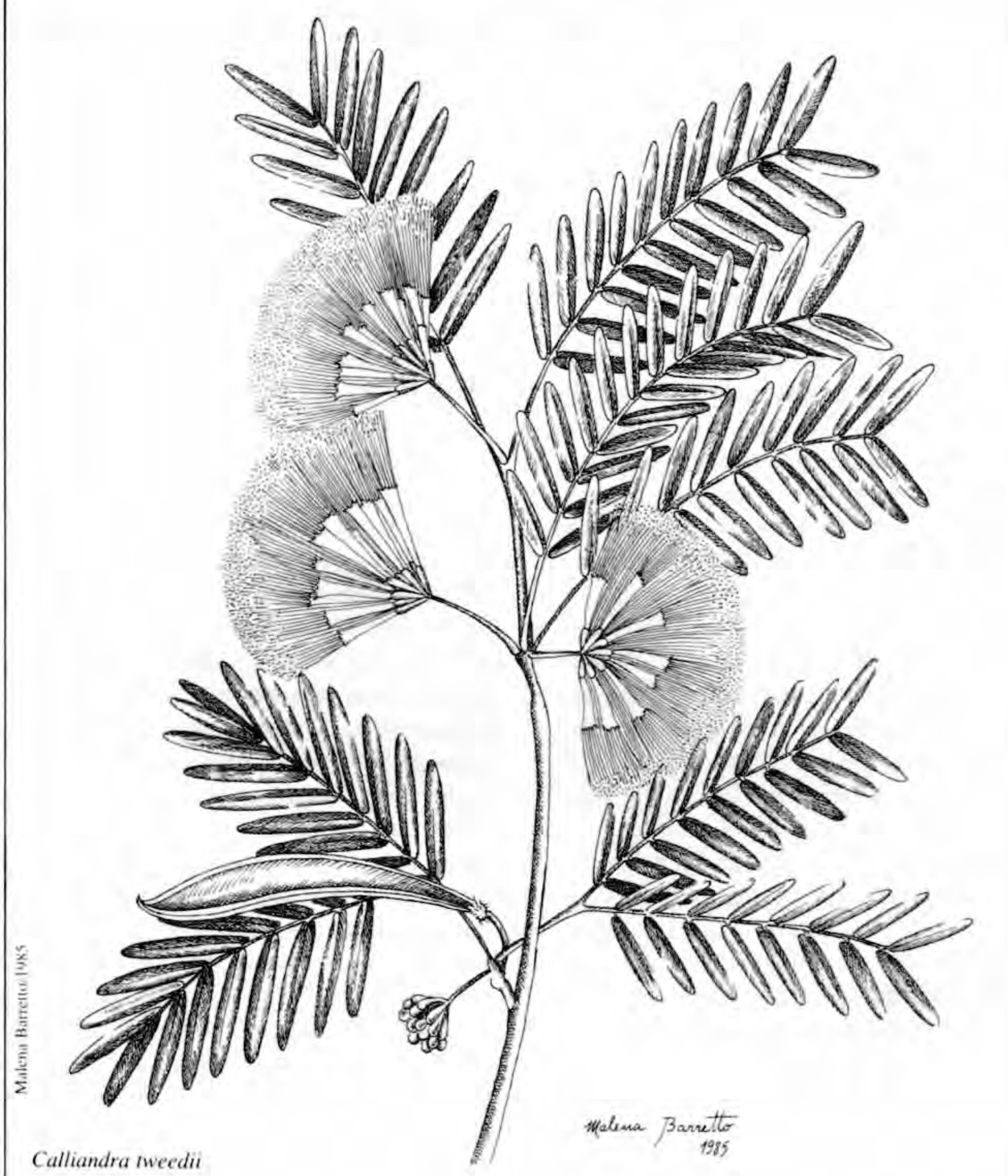
No primeiro livro de sua *História Natural e Médica da Índia Ocidental*, Guilherme Piso inclui observações que ultrapassam em muito aquelas de seus antecessores, cronistas dos séculos XVI e XVII. Tratando dos "ares, das águas e dos lugares", numa redação esmerada, traçou um panorama a um tempo empírico e integrado da nova terra. Resultado de uma experiência acumulada de sete anos de contacto com o ambiente da zona da mata nordestina (1637-1644), período em que se enriqueceu com a convivência, a dedicação científica e a própria competição intelectual de seu bem preparado assistente, o naturalista George Marcgrave. Piso era um médico de linhagem hipocrática ortodoxa: daí decorre a grande supremacia que dava aos fatores climáticos na orientação da arte médica. Da admiração que nutria pelas idéias de Hipócrates nasceu o título do livro primeiro de sua obra: "dos ares, das águas e dos lugares". Os fundamentos de uma ciência médica nascida no coração do Mediterrâneo eram transpostos para as zonas costeiras e sublitorâneas da faixa subequatorial do Brasil no século XVI. Era cedo para se entender todo o roteiro das doenças tropicais e os mecanismos de sua expansão epidêmica e endêmica. Não se possuía qualquer noção sobre microorganismos; alguns fatos de ordem genética eram tomados como acontecimentos curiosos ou anormalidades inexplicáveis. Ao perseguir conhecimentos relativos às condições climáticas, Piso reuniu uma documentação preciosa para o conhecimento das condições ambientais do Brasil durante a primeira metade do século XVII. "O continente do Brasil com razão é julgado a maior e mais excelente parte de todo o Novo Mundo; sendo açuradamente examinado, será tido por não menos aprazível e saudável. De sorte que pode competir com quaisquer regiões da Europa ou da Ásia não só quanto à temperatura, mas também quanto à salubridade do ar, das águas e dos lugares. [...] O lado voltado para o Oriente entesta com os etíopes ocidentais, havendo de permeio um mar vastíssimo. Daí resulta que a terra é habitada não só com vantagem para a saúde e vida, como por prazer do espírito. Toda a frente recebe, continuamente, um vento leste brando e benigno, oriundo das brisas matinais. Este, acariciando sobremodo os homens e os demais seres vivos e libertando-os do intolerável calor do sol, sempre suspenso às suas cabeças, muito contribui para a defesa da saúde." Uma espécie de panorama introdutório para caracterizar um país atlântico de face leste.

Em outra passagem de sua obra, Piso soube destacar a importância dos solos aluviais dos baixos vales de rios da zona da mata nordestina, o espaço agrário por excelência da terra brasileira nos séculos XVI e XVII. "Esta terra é formada pelo diverso capricho da natureza. Onde se estende mui pingue e irrigada, que os lusitanos denominam *Vergea* (várzea), é rica em muitos frutos; reproduz com muito lucro todas as sementes a ela confiadas, mormente as canas-de-açúcar." Registra ainda a importância local das chuvas de inverno e das vertentes melhor servidas pela insolação, para o rebrotar da vegetação, das culturas e das pastagens: "os campos soalheiros reverdecem abundantemente, não tanto no verão, mas sobretudo nos meses chuvosos (embora então a terra pareça mais triste aos habitantes), e os prados que não dão colheita viçam com as pastagens". A projeção do estado interior de melancolia, perante a terra molhada e os dias mortiços, devido ao ar carregado de nuvens, passa por ser uma das primeiras anotações sobre a tristeza inerente aos dias de chuvas prolongadas em qualquer parte do Brasil.

As observações de Guilherme Piso sobre as grandes florestas da faixa costeira atlântica do Nordeste, em princípios do século XVII, são de grande importância e força descritiva. "Estendem-se os bosques, às vezes, por mais de duzentas a trezentas léguas de comprimento. Quanto à vasta dimensão das árvores, de um só tronco se fabricam barcos capazes de suportar cento e cinqüenta homens [sic]" — rematando a observação com uma deliciosa forma de avaliar a altura das grandes árvores da mata, sob a influência de instrumentos indígenas: "Quanto à sua altura, uma seta atirada por um homem muito forte não ultrapassa facilmente o topo de algumas." Também a primeira e mais exótica forma simbólica de avaliar a altura de árvores, na documentação brasiliana.

Mas Piso revela as dificuldades que os holandeses tiveram para se situar nas penetrações floresta adentro: "Por onde se cobre de arbustos e densíssimas florestas, obrigou outrora os lusitanos a abrirem com o auxílio da bússola de marear seu caminho com muito trabalho. O que ainda agora fizemos os meus companheiros e eu, na abertura de caminhos através dos sertões."

Não existem referências a auxílios que os mateiros de origem indígena tivessem prestado aos colonizadores e invasores no reconhecimento do interior das terras florestadas. Não há muita certeza na pressuposição de um tipo de participação de naturais da terra em expedições de trabalho e exploração das hinterlândias. Existe apenas uma referência ocasional sobre a bravura e ferocidade dos índios regionais em expedições guerreiras, da autoria de George Marcgrave, o grande cientista alemão contratado por Maurício de Nassau para desenvolver pesquisas no Brasil como uma espécie de assistente do médico Guilherme Piso. O naturalista Marcgrave diz



Calliandra tweedii

textualmente: ''Não é conveniente usar o auxílio destes indígenas, a não ser em caso extremo, pois são tão desumanos que matam animais, homens e causam grandes devastações; aliás os nossos nunca teriam recorrido a eles se os portugueses também não tivessem enviado outros selvagens contra nós.'' Como é sabido, os indígenas de Pernambuco, em sua grande maioria, estiveram associados aos portugueses nas confrontações que ocorreram durante o período de dominação holandesa, até a expulsão completa dos invasores.

Piso tem uma observação sobre o ritmo orgânico dos componentes das florestas regionais que poderia ter sido escrita hoje: ''A maioria das árvores das florestas quase nada sofrendo pela vicissitude do outono e da primavera, contudo não se revestem e despojam de folhas e ramos ao mesmo tempo. Ademais, cada árvore não perde, na mesma ocasião, todas as folhas; mas ao cair uma parte, a outra permanece até que a primeira torne a brotar. Quem por vez primeira contempla este fecundíssimo teatro da natureza, é tomado de admiração pelo fato de que as ervas e plantas, de seu natural flexíveis na Europa, têm aqui caules lenhosos.'' Estava caracterizado o padrão subcaducifólio das florestas pluviais da zona da mata nordestina. Guilherme Piso foi mais longe. Alude ao caráter umbrofílico das matas tropicais, ao dizer que ''os homens e os animais escondem-se e vivem, com segurança, entre as sombras destes matos''. Culminando suas observações por uma comparação entre a vegetação da zona da mata brasileira e aquelas da África Ocidental e das Índias: ''Este privilégio de florestas e fontes foi negado a muitas regiões das Índias, principalmente à parte habitada na África Ocidental donde, merecidamente, recebem o nome de regiões tórridas [...] Esta terra nem é abrasada pelo calor do sol, nem é ressecada pela aridez ou falta d'água, nem crestada pelo frio, mas é irrigada por perpétuo orvalho e por muitas chuvas e fontes.''

E os escritos de Guilherme Piso continuam a narrar e comentar fatos da vida dos brasileiros e do ambiente da terra nordestina oriental: a fama da salubridade regional; as razões da longevidade da gente da terra; o aspecto saudável da população, pouco sujeita a doenças; a tranqüilidade do cotidiano das gentes; a fertilidade das mulheres brasileiras; o asseio inato dos habitantes; o papel das brisas na amenização do clima; os alimentos da dieta tradicional; as potencialidades em termos de recursos alimentares; enfim, numerosas intercalações de observações e preceitos de uma arcaica porém bem direcionada e intuitiva visão médica.

Instado por Alexandre Rodrigues Ferreira (1786) a elaborar um relato global de sua experiência de médico no Brasil dos fins do século XVIII, Antônio Joseph de Araújo Braga produziu um dos mais completos relatórios sobre a saúde da população amazônica de que se tem notícia. Ferreira, em sua carta-convite para Araújo Braga, diz que ''até o presente se me não tem oferecido ocasião de observar ou mais ou menos enfermidades do que as que andam descritas na Brasília Médica de Guilherme Pinson [Piso]. [...] As febres quotidianas, terçans e quartans, com as mais intermitentes, verdadeiras, espúrias, não n'esta villa [Barcellos], mas nos rios confluentes da parte superior d'este em que estamos: e geralmente as cephalalgias, hemecraneas, ophtalmias, odontalgias, cardialgias; alguns estupores, os pasmos, os catharrhaes, as obstruções das vísceras, a hydropsia, a palpitação do coração, as lombrigas, os fluxos do ventre, o tenesmo, a cholera, a desynteria, o fluxo hepático, as úlceras e inflamação do annus, e na classe das contagiosas, as bexigas, o sarampo, a qualidade céltica, as empigens, os herpes miliares etc., as quaes todas eu tenho observado.''

Araújo Braga era um excelente observador. Possuía uma linguagem escorreita. Português de origem, ex-aluno de ciências médicas e ''práticas cirúrgicas'' do hospi-

tal São José de Lisboa, possuía uma boa formação intelectual e profissional. Escrevia melhor do que o próprio naturalista brasileiro Alexandre R. Ferreira, e era certamente mais claro e minucioso do que muitos de seus antecessores famosos, tais como um Piso ou um Marcgrave. Pena que não tenha deixado obra de mais fôlego.

Inicia sua carta-relatório falando da tropicalidade da Amazônia. Sobretudo, da Amazônia que melhor conhecia, a de Noroeste: a região do alto rio Negro. "É constante, que a atmosphera entre os trópicos é quente e humida, e que estes paizes são regados de innumeraveis e caudalosos rios." As terras são recobertas de "altíssimos arvoredos, e pela maior parte tão espessas que quasi sempre se não deixam penetrar tanto dos raios do sol, como da quantidade de ar, que é capaz de sacudir e ventilar os miasmas podres [sic], de que a atmosphera está carregada." E remata os seus comentários com uma frase que interessa para a compreensão do sistema hidrográfico, que se estende do Uapepés ao alto rio Negro e Roraima: "Quanto mais se remonta à sua origem, tanto menos espaçosos se vão elles fazendo, menos vadeáveis e adherentes a altas e rusticas montanhas; quando por outra parte, à proporção que elles se dilatam, inundam com as suas enchentes vastas campinas, subindo a alturas consideráveis."

Referindo-se ao ambiente das grandes várzeas dos rios regionais, Araújo Braga descreve os efeitos das cheias e inundações nas áreas ribeirinhas deprimidas, situadas à retaguarda dos diques marginais dos cursos d'água. É talvez uma descrição pioneira sobre o assunto, uma aproximação a ser interpretada: "Vêm todos os que viajam que pelas suas margens lhes ficam terras mais baixas, e fossos bem profundos [sic] onde se conserva a água todo o anno. Esta annualmente recebe durante a enchente innumeraveis cadaveres de quadrupedes, aves, peixes, amphibios, insectos e vermes, os quais misturados com as raízes, troncos, ramos e folhas das árvores que caem, ou apodrecem, ali ficam encarcerados até que o calor do sol lhes volatilise as partes mais subtis, e as espalhe pela atmosphera." Braga tendia a encontrar a razão de diversas doenças regionais nesse ambiente de mistura dos solos aluviais e hidromórficos (tal como o designamos hoje): "Em quanto se não volatilisam, fica o ar demasiadamente denso, privado da sua elasticidade, incapaz de entrar nos pulmões; o que vem a causar diversas enfermidades."

As observações de Araújo Braga são progressivamente mais ricas. Mereceriam comentários sucessivos. Suas observações sobre a contaminação dos rios e igarapés pelos despejos domésticos dos moradores de beira-rio constituem um documento antológico, de observação científica integrada, dos fins do século XVIII: "As enxurradas das águas, que escorrem das serras das cabeceiras dos rios, arrastam consigo as diversas substâncias terreas, salinas e metalicas, de que abundam as mesmas terras. As águas dos rios então são turvas; ainda mais turvas se fazem com as innumeraveis terras cahidas, que consigo levam as correntezas; e os que as bebem por costume logo que as tiram dos rios, sem esperar que assentem nos potes, de um para outro dia, depoem no ventriculo [*sic*], de cada vez que a bebem, um sedimento viscido, o qual obstruindo os orifícios dos pequenos vasos, annuncia pela chlorosis a obstrução que todo mundo sabe, que é como seminário de outras queixas." E arremata suas observações de ordem sanitária: "Si ao que tenho dito se juntar, que os moradores das povoações situadas sobre as margens dos rios, com as immundicies que n'elles despejam, e com as nenhumas preparações do seu uso, concorrem quanto podem pela sua parte por infeccionar cada vez mais a agua, que bebem, de nenhum modo se extranhará, que tanto perigo corram as suas vidas."

Mas não param aí as observações altamente pertinentes de Araújo Braga sobre o círculo vicioso da poluição antrópica, com reaproveitamento das águas pelo homem beiradeiro. "Sirva de exemplo o que aqui estamos vendo a respeito da mandioca; vemos, que cada morador a põe de molho no porto da sua roça, sem esta preparação depois de a ralarem, a metem em uns cilindros de esteira, que por aqui chamam tipitis, os quaes comprimindo a mandioca ralada que tem dentro, a obrigam a escorrer um suco amarello a que dão o nome de tucupi: este não é venenoso, porque como padece alteração na agua onde se infunde pelo espaço de quatro dias, quando é corrente, e pelo de três, quando o não é, vem por esta razão a curtir-se com mais brevidade. O que sucede pelo contrario no suco da mandioca, que não passa a de que se fazem as farinhas secas; porque, em quanto se não azeda o referido suco, é um mortal veneno para todo o animal que o bebe."

Araújo Braga, na ordenação de suas observações e reflexões cruzadas, antecedeu-se ao uso da dialética em seus estudos e escritos: "Sei, porque vejo, que os rios da America não são pequenos regatos, e de tão placida correnteza, que muitos miasmas bastem para infeccionar as suas aguas. Como, porem, tambem sei, que são infinitos os animaes, as plantas, os mineraes entranhados nas terras, que fazem as suas margens, não é de admirar, que eu reflicta no que tenho dito, porque antes de mim reflectiram os primeiros, e continuam a reflectir os actuaes moradores das povoações d'este rio. [...] Aquelles que mais cuidado têm da conservação da sua saude, jamais bebem outra agua, que não seja a que é tirada de meio do rio, onde a correnteza é mais rapida, e onde pelo conseguinte não param as imundicies, que param nas margens; em consequência dos despejos domesticos, das lavagens dos corpos, da maceração da mandioca e de outras muitas causas, que a todos são notórias. Não contentes com esta precaução os que são mais excrupulosos, filtram a agua por um panno fino, ou a purificam das impurezas, mediante o alumen com que as precipitam para o fundo."

A densidade dos escritos de Araújo Braga, no campo das doenças de maior incidência na região, exigiria um estudo alternado de transcrições e comentários sucessivos. Não sendo viável, para o objetivo que visamos, realizar uma exaustiva análise de sua importante contribuição, nos contentaremos em sumariar o restante de sua obra. Tendia o médico Braga a reconhecer, como causa central das doenças regionais, a associação do calor e da umidade. Acrescida da falta de precauções sanitárias das pobres populações, desinformadas, da beirada dos rios. Anota enfermidades dependentes da alimentação: vermes intestinais, especialmente lombrigas ("Eu as tenho visto no ventrículo, e nos intestinos em tanta quantidade que, ainda depois de mortos os que as tinham, as lanção pela boca, e pelo nariz, e algumas d'ellas de tão extraordinaria grandeza"...). Fala-nos das febres perniciosas, já então designadas terçãs, quartãs, incidentes em muitas outras regiões beiradeiras da Amazônia, na sua época, porém, ainda não registradas até então no alto rio Negro. É possível que a expansão da malária ainda estivesse restrita a

áreas do baixo e médio Amazonas, máxime em Macapá, Vistosa, Mazagão e arredores de Belém do Pará. Alude aos perigos do tratamento inadequado de feridas e úlceras; às conseqüências inesperadas da falta de precaução nas extrações dentárias; à falta de assepsia no uso de instrumentos cirúrgicos; à grande incidência de cardialgias, dores estomacais, às herpes miliares, às pústulas sudorais e à impigem. Reconhece causas internas e externas nas sarnas. Faz alusão ao comportamento das bexigas e aos perigos mortais do recolhimento das mesmas. Sublinha a alta generalização das doenças benignas: constipações, cefalalgias, hemicranias, dores de ouvido, oftalmias e odontalgias. Fala-nos, ainda, da picada de cobras, de peixes vorazes, de vespas e de "bixos" dos pés. Ao findar-se o século XVIII ainda não se tinha notícia da penetração de doenças alienígenas de maior gravidade na região dos altos rios do noroeste amazônico (lepra, febres malignas e doenças ditas tropicais, importadas).

A acuidade de Araújo Braga ganha força quando o autor registra fatos sobre o estado sanitário do baixo Amazonas, com ênfase na cidade e porto de Belém do Pará. Diz que Belém era "uma cidade situada em um pantanal, cercada em roda por espessas matas e quotidianamente banhada das águas do mar misturadas com as do rio; sendo uma cidade, em cuja extremidade existe um cortume tão nocivo pelos seus vapores e em cujo centro existe um forno de cal; o que tudo influe sobre a malignidade da sua atmosphera, particularmente nos mezes em que não reinam os ventos geraes: sem embargo de tantas causas juntas, acresce a outra de ancorarem no seu porto sem quarentena alguma as embarcações dos transportes dos escravos, que vêm dos portos de Cabo Verde, Bissau, Caxen, Angola e Benguela. Os lavradores que os compram, não poucas vezes levam com elles para suas casas um contágio geral para todas as suas famílias." E, a partir dessa correta observação, Araújo Braga desdobra seu diagnóstico sobre os fatores da periculosidade do estado sanitário da região de Belém do Pará, ao fim do século XVIII, registrando mais cinco grupos de fatos responsáveis pelo perfil nosológico daquela que, mais tarde, seria a metrópole regional da Amazônia. Faltaram, certamente, na bibliografia brasileira trabalhos da importância dos de Araújo Braga, para que se pudesse sondar o perfil sanitário e os mecanismos da introdução de doenças alienígenas em Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Santos e alhures, no decorrer do grande século da mineração das Gerais, e da expansão lenta do povoamento por grandes espaços interiores do país.

Desde o século XVI as condições ambientais no Brasil envolveram sérios comprometimentos com a questão sanitária, a todos os níveis de tratamento. Existem fortes evidências de que tenha ocorrido a introdução de algumas doenças parasitárias em tempos pré-históricos (linha de pesquisa iniciada por Olímpio da Silveira e muito bem continuada por seus discípulos e seguidores). Os grupos indígenas que primeiramente entraram em contacto com os europeus eram em geral fortes e sadios: "gente bonita de corpo e aparência, tanto os homens como as mulheres" (Hans Staden).

Por três séculos Portugal conseguiu manter o país praticamente fechado ao mundo. Os primeiros povoadores e os navegantes eram constituídos por grupos humanos resistentes, sujeitos a forte seleção natural. Mesmo, assim, ocorreram numerosas introduções de doenças extratropicais em diferentes áreas do Brasil intertropical. E, das terras de África, no maior movimento de migração forçada acontecido em todos os tempos, através dos infectos e desumanos porões de navios negreiros, vieram muitas doenças e infecções parasitárias. O mau atendimento médico sanitário das distantes hinterlândias, reforçado por péssimas condições de higiene domiciliar, criou um perfil nosológico extremamente lamentável para o interior do Brasil, à altura do século XVIII e primeira metade do século XIX. Logo o crescimento das cidades costeiras, destituídas de qualquer infra-estrutura de saneamento básico, a intensificação das atividades portuárias pelo desenvolvimento da economia cafeeira, uma rápida extensão de ferrovias em planaltos interiores florestados passam a gerar condições para a entrada e a proliferação de inesperados complexos patogênicos em diversas áreas da costa atlântica, nos primeiros planaltos interiores e nos pontos e áreas da região amazônica.

Assim começou a revanche da tropicalidade. O ambiente quente e úmido, predominante por quase toda a parte, favoreceu a proliferação das doenças parasitárias. Estabeleceram-se áreas endêmicas resistentes, alternadas com surtos epidêmicos alarmantes. Um desafio enorme para os governantes de um país de escala verdadeiramente continental. Uma motivação para despertar a genialidade de alguns profissionais da medicina. Engendrou-se uma verdadeira Tropicalogia médica brasileira (Lacaz, 1972).

BIBLIOGRAFIA

AB'SÁBER, Aziz Nacib
1982 — "The paleoclimate and paleoecology of Brazilian Amazonia", em France, G.T. (Ed.), *Biological Diversification in the Tropics*, pp. 41-59. New York, Columbia Univ. Press.

AB'SÁBER, Aziz Nacib
1983 — "Migrazioni preistoriche nell'America Meridionale e condizioni paleoecologiche del Pleistocene e Olocene nel Brasile", em *Indios del Brasile. Scritti di Antropologia e Archeologia*, pp. 79-86. Sopritend Spec. al Museo Preistorico ed Etnogr". L. Pigorini. Roma.

ARAÚJO, A.J.C. (e) FERREIRA, L.F. (e) CONFALONIERE, U.E.C.
1981 — "A contribution to the study of helminth findings, in archaelogical material in Brazil", *Rev. Bras. de Biologia*, nº 41, pp. 873-881.

ARAÚJO BRAGA, Antonio Joseph de
1983 — [Informação sobre o estado da saúde das populações do Alto Rio Negro, em fins do século XVIII]. Carta e informe em atendimento de solicitação de Alexandre Rodrigues Ferreira (março de 1787), em *Viagem filosófica ao Rio Negro*, pp. 743-775. Belém MPEG/CNPq.

AZEVEDO, Thales de
1941 — "A Tuberculose no Brasil pré-cabralino". *Rev. do Arquivo Municipal* (SP), LXXV, pp. 201-204. São Paulo.

BALDUS, Herbert
1942 — "Aldeia, casa, móveis e utensílios entre os índios do Brasil." *Sociologia*, IV, nº 2, pp. 157-172. São Paulo.

BALDUS, Herbert
1944-48 — "Os Tapirapé, Tribo Tupi no Brasil Central." *Rev. do Arquivo Municipal* (SP), XCVI-CV; CVII-CXXIV; CXXVII. São Paulo. [Reed. ampl. da Comp. Ed. Nac., em 1970, c/ o mesmo título (SP)].

BALDUS, Herbert
1950 — "Bebidas e narcóticos dos índios do Brasil." — *Sociologia*, XII, nº 2, pp. 161.169.

BARBOSA, Ângelo
1978-1983 — [A floresta na idéia da criança] Comunicações e conferências nas Reuniões Anuais da SBPC: São Paulo (1978); Belém do Pará (1983).

BELLIZZI, Ataliba Macieira
1960-61 — "Alguns dados sobre a incidência nosológica nos índios Kayapó", *Jornal Brasileiro de*

Medicina, II (nº 6) e V (nº 2). Rio de Janeiro.
BIOCCA, E.
1945 — Estudos etno-biológicos sobre os índios da região do Alto Rio Negro — Amazonas. Nota II — Transmissão ritual e Transmissão criminosa da espiroquetose discrônica (Puru-Puru, Pinta etc.) entre os índios do rio Içana — *Arquivos de Biologia* (SP), ano XXIV, nº 265. São Paulo.
BLACK, F.I.
1975 — "Infectious Diseases in Primitive Societies", *Science*, vol. 187, pp. 515-518.
BRANDÔNIO (e) ALVIANO
1956 — *Diálogos das grandezas do Brasil*. — [Brandônio: Ambrósio Fernandes Brandão?; Alviano: Nuno Alvares?]. Intr. de Capistrano de Abreu; notas de Rodolfo Garcia. Salvador Livr. Progresso Ed.
CAMPOS, Marcio d'Olne
1987 — "Calendário ecológico. Período da Seca. Período da Chuva", em *A ciência dos mẽbêngôkre: alternativas contra a destruição* [catálogo]. Bilíngüe: inglês/port., pp. 44-48. Belém, MPEG.
CARDIM, Fernão
1980 — *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo Ed. Itatiaia Ltda, EDUSP.
CARVALHO, José Candido Melo
1951 — *Relações entre os índios do alto Xingu e a Fauna regional*. Museu Nacional. Publs. Avulsas. Rio de Janeiro.
CLIMAP, Project Members
1976 — "The surface of the ice-age earth", *Science*, nº 191, pp. 1131-7
DANSEREAU, Pierre
1973 — *La Terre des Hommes et le paysage intérieur*. Eds. Leme'ac Inc. Quebec
DUARTE, Eustachio
1939 — "Os primeiros estudos de medicina no Brasil", *Acta Ciba*, VI, nº 6 (junho 1939). Rio de Janeiro.
DUARTE, Eustachio
1944 — "Notas sobre o 'pian'", apenso às *Singularidades da França Antarctica, a que outros chamam de América*, de André Thevet, Tradução de Estevão Pinto. Comp. Editora Nacional, São Paulo. pp. 471-480.
FARINA, Duílio Crispim
1981 — *Medicina no Planalto de Piratininga*, São Paulo, Pannartz.
FERNANDES, Eurico
1950 — "Medicina e maneiras de Tratamento entre os índios Pariukur (Aruak)", *América Indígena*, X, nº 4, pp. 309-320. México.
FERNANDES, Florestan
1972 — *Comunidade e sociedade no Brasil*. São Paulo, Comp. Editora Nacional.
FERREIRA, Alexandre Rodrigues
1983 — *Viagem filosófica ao Rio Negro*. Ed. facsim. Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq. Belém do Pará.
FONSECA FILHO, Olímpio
1972 — *O Parasitismo e migrações humanas pré-históricas*. Ed. Familiar. Rio de Janeiro
GALVÃO, Eduardo
1949 — *Apontamentos sobre os índios Kamarurá*. Observações zoológicas e antropológicas na região dos formadores do Xingu. Museu Nacional. Publs. Avulsas, nº 5. Rio de Janeiro.
GÂNDAVO, Pero de Magalhães
1980 — *Tratado da Terra do Brasil* (e) *História da Província de Santa Cruz*. Belo Horizonte/São Paulo, Ed. Itatiaia Ltda, EDUSP.
HAMES, Raymond B. (Ed.)
1980 — "Studies on hunting and fishing in the Neotropics.", *Working Papers on South America*, nº 2. Bennington College. Vermont.
HAMES, R.B. (e) VICKERS, W.T. (Eds)
1983 — *Adaptative Responses of Natives Amazonians*. New York, Academic Press.
HANS STADEN
1945 — *Hans Staden Suas viagens e cativeiro entre os índios do Brasil*. — Texto ordenado por Monteiro Lobato. 4ª ed. São Paulo, Comp. Ed. Nacional.
HESTER, J.J.
1966 — "Late Pleistocene environment and Early Man in South America.", *The American Naturalist*, Tomo 100, nº 914, pp. 377-388. Temple, Arizona.
IHERING, Hermann
1908 — "Os machados de pedra dos índios do Brasil e o seu emprego nas derrubadas de mato." *Rev. do Inst., Hist. e Geogr. de São Paulo*, XVII (1907). São Paulo.
JACOBUS, André Luiz
1987 — *Os homens e a fauna extinta*. Comun. ao I Simpósio de Pré-História do Nordeste (março de 1987). Recife.
LACAZ, C. da S. (e) BARUZZI, R.G. (e) SIQUEIRA Júnior, W.
1972 — *Introdução à Geografia Médica do Brasil*. São Paulo, Ed. Edgar Blucher Ltda EDUSP. [Bibliografias]
MARCGRAVE, Jorge
1942 — *História Natural do Brasil*. Tradução do Mons. Dr. José Procópio de Magalhães. São Paulo, Museu Paulista, Impr. Oficial do Estado.
MARTIUS, Karl F. Phil. von
1939 — *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros* [Trad. do Trab. publ. em 1844, c/prefácio e notas de Pirajá da Silva]. São Paulo, Comp. Edit. Nac.
MEGGERS, Betty J.
1979 — "Climatic oscillation as a factor in the prehistory of Amazonia." — *American Antiquity*, vol. 44, nº 2, pp. 252-266.
MEGGERS, Betty J.
1982 — "Archeological and Ethnographic Evidence Compatible with Model of Forest Fragmentation", em Prance, Ghillen T. (Ed.): *Biological Diversification in the Tropics*", pp. 483 — 496. New York, Columbia Univ. Press.
MEGGERS, Betty J.
1987 — *Amazônia. A ilusão de um paraíso*. Belo Horizonte São Paulo/Itatiaia, EDUSP.
MÉTRAUX, Alfred
1944 — "La causa y el Tratamiento mágico de las enfermedades entre los índios de la región Tropical sud-americana." *America Indígena*, IV, nº 2, pp. 157-164. México.
MUSSOLINI, Gioconda
1946 — "Os meios de defesa contra a moléstia e a morte em duas tribos brasileiras: Kaingang de Duque de Caxias e Bororo Oriental", *Rev. do Arquivo Municipal* (SP), CX, pp. 7-152. São Paulo.
NIMUENDAJU, Curt
1944 — "A habitação dos Timbira", *Rev. do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 8, pp. 76-101. Rio de Janeiro.
NOVAES, Sylvia Caiuby (Organizadora)
1983 — *Habitações Indígenas* [Contém trabs. de S.C. Novaes, M.E. Ladeira, A.L. da Silva, L.Vidal, C.Sá, D.Gallois, L.H. van Velthem]. São Paulo, Livr. Nobel S.A./EDUSP.
ORSSICH, Elfriede Stadler
1977 — "A propósito de sepulturas em sambaquis (8)", *Cadernos de Arqueologia*, ano 2, nº 2, pp. 73-76. Museu de Arqueologia e Artes Populares. Univ. Fed. do Paraná, Paranaguá.
PISO, Guilherme
1957 — *História Natural e Médica da Índia Ocidental*. Trad. e anotad. por Mário Lôbo Leal. Escorço biobibliográfico por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro, Inst. Nac. do Livro, Min. da Educ. e Cult.
POSEY, Darrell (e outros)
1987 — *A ciência dos mẽbêngôkre: alternativas contra a destruição*. [Catálogo]. Bilíngüe: port./ingl. Belém, MPEG.
RIBEIRO, Darcy
1956 — "Convívio e contaminação. Efeitos dissociativos da despopulação provocada por epidemias em grupos indígenas", *Sociologia*, vol. XVIII, nº 1, pp. 3-50, São Paulo.
RIBEIRO, Darcy (Ed.)
1987 — *Suma Brasileira de Etnologia*. Vol. I. Petrópolis, Ed. Vozes / FINEP.
SABBAG Jr., Milton
1985 — "O espaço opressor", *AU, Arquitetura e Urbanismo*, ano I, nº 3 (nov. 85), pp. 114-116. Pini Edit. São Paulo
SCHMITZ, Pedro Ignácio
1980 — "O Páleo-Índio em Goiás", *Anuário de Divulgação Científica*, nº 5 (1978-79-80), pp.22-33. Inst. Goiano de Pré-Hist. Univ. Cat. de Goiás. Goiânia
SOUSA, Gabriel Soares de
1971 — *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 4ª ed. São Paulo, Comp. Editora Nacional / EDUSP.
PRANCE, Ghillean T. (Editor)
1982 — *Biological diversification in the Tropics* [Proceeds. Symp. A.T.B., Macuto, La Guaira (feb., 1979)]. New York, Columbia University Press.
THEVET, André
1944 — *Singularidades da França Antarctica, a que outros chamam de América*. São Paulo, Comp. Editora Nacional [com um estudo sobre o "pian", em apenso, da autoria do dr. Eustachio Duarte].
VANZOLINI, P.E. (e) WILLIAMS, E.E.
1981 — "The vanishing refuge: a mechanism for ecogeographical speciation", *Papéis Avulsos Zool.*, vol. 34, nº 23, pp. 251-255. Museu de Zoologia. São Paulo.
VANZOLINI, Paulo Emílio
1986 — *Paleoclimas e especiação em animais da América do Sul Tropical*. — ABEQUA (Assoc. Bras. de Ests. do Quatern.), Publ. Av. nº 1. São Paulo.
VELLARD, J.
1941 — "Les poissons de pêche de l'Amerique du Sud". — *Rev. del Instituto de Antropologia de la Universidad de Tucuman*, II, nº 5, pp. 81-106. Tucuman.
WERNER, Dennis
1984 — "Terra de Indio", *Ciência Hoje*, vol. 3, nº 14, pp. 26-32. SBPC.

NESTE NÚMERO:

50 ANOS

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Colaboraram:

Angelo Oswaldo de Araújo Santos, Antonio Augusto Arantes, Antonio Candido, Antonio Pedro Alcântara, Augusto Silva Telles, Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, Aziz Ab'Sáber, Carlos Alberto Reis, Carlos Alberto Ribeiro de Xavier, Celso Furtado, Dina Lerner, Dora Alcântara, Edna June Morley, Fernanda Colagrossi, Gabriel Cohn, Gilson Antunes, Guilherme Pereira das Neves, Helena Dodd Ferrez, Ibsén Câmara, Jaelson Bitran Trindade, Jannice Monte-Mór, Jerusa Gonçalves de Araújo, José Lutzenberger, José Maria Jardim, José Tabacow, Jurema Kopke Eis Arnaut, Leandro Konder, Lia Motta, Lúcia Helena de Oliveira Fontes, Luiz Costa Lima, Luiz Fernando P. N. Franco, Lygia Martins Costa, Maria da Conceição de M. C. Beltrão, Maria Elisa Solá, Maria das Graças Spencer Coelho, Maria Ignez Mantovani Franco, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Maria Tarcila Guedes, Octavio Ianni, Olympio Serra, Orlando Ramos Filho, Paulo Junqueira, Paulo Ormindo de Azevedo, Regina Clara Simões Lopes, Regina Coeli Pinheiro da Silva, René Armand Dreifuss, Roberto Marinho de Azevedo, Rodrigo Andrade, Rosely Curi Rondinelli, Sergio Miceli, Sydney Sérgio Fernandes Solis, Sônia Rabelo, Ulpiano T. Bezerra de Meneses, Vera Bosi, Vivien Ishaq, Wanda Martins Lorêdo e William Rodrigues.

CAPA:
Fachada de casa nordestina,
fotografia (fragmento) de Anna Mariani,
em *Pinturas e Platibandas*, São Paulo, Mundo Cultural, 1987.

SPHAN *pró*Memória